Ocupar como forma de vida

Construção e dissolução de espaços e mobilizações coletivas em favelas e ocupações da Vila Maria, São Paulo

Vinícius Spira

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Vinícius Spira

Ocupar como forma de vida: construção e dissolução de espaços e mobilizações coletivas em favelas e ocupações da Vila Maria, São Paulo

São Paulo
2023
(versão corrigida)

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Ocupar como forma de vida: construção e dissolução de espaços e mobilizações coletivas em favelas e ocupações da Vila Maria, São Paulo

Vinícius Spira

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.
Área de concentração: Antropologia Social
Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Arêas Peixoto

São Paulo
2023
(versão corrigida)

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Vinícius Spira

Data da defesa: 21/09/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Fernanda Arêas Peixoto

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 17 janeiro de 2023

Spira, Vinícius. **Ocupar como forma de vida: construção e dissolução de espaços e mobilizações coletivas em favelas e ocupações da Vila Maria, São Paulo.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Aprovado em 21/09/2022

Banca Examinadora

Profa. Dra. Fernanda Arêas Peixoto
Instituição: Depto. Antropologia Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo
Assinatura: _

Prof. Dra. Teresa Pires do Rio Caldeira
Instituição: Dept. of City and Regional Planning, University of California, Berkeley.
Assinatura: _

Prof. Dr. Eduardo Cesar Leão Marques
Instituição: Depto. Ciência Política - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo
Assinatura: _

Prof. Dr. Renato Sztutman
Instituição: Depto. Antropologia Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo
Assinatura: _

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos que colaboraram para a realização desta pesquisa, e que moram, atuam ou atuaram nas favelas e ocupações da Vila Maria. Agradeço especialmente a meus principais interlocutores: Adenilda Soares Dias, Cosmo Pereira da Cruz, Eliaquin da Silva Trindade, Elisieux Neci da Silva Alencar, Gildésio de Jesus Reis, Henrique Ollitta, Iraci Maria Santiago, João Mário Casaldáliga Silva, José Miguel Clementino, José Miguel da Silva, Juarez Amorim Ferreira, Julio José dos Santos Filho, Kazuhiro Uehara, Maria do Carmo Silva, Maria Lúcia Gervásio Alvarenga, Lúcia Pontes, Luis Fingermann. No âmbito acadêmico, agradeço pelas bolsas de pesquisa proporcionadas pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - processo n. 2016/19720-1). É preciso observar que as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas nesta pesquisa são de minha responsabilidade e não necessariamente refletem a visão da Capes ou Fapesp. Vale ressaltar as inestimáveis contribuições de minha orientadora, Fernanda Arêas Peixoto. Pude me beneficiar também das interlocuções com o Coletivo ASA no decorrer dos anos, bem como das leituras e comentários dos professores Heitor Frúgoli Jr. e José Tavares Correia de Lira (por ocasião da qualificação), bem como de Teresa Pires do Rio Caldeira, Eduardo Cesar Leão Marques e Renato Sztutman (membros da banca examinadora). Dedico um agradecimento especial à minha querida companheira, Taís Jamra Tsukumo, por todo o incentivo e apoio ao longo dos sete anos de duração da pesquisa. Nos períodos de entregas, pude contar com o apoio valioso de Nina Maria Jamra Tsukumo e Lia Jamra Tsukumo, a quem também devo agradecimentos. Por fim, agradeço às minhas amigas e apoiadoras Cristiane dos Santos Mendes Alves e Franciele Prates Marciano.

"Precisamos desesperadamente de *outras histórias*, não dos contos de fadas, em que tudo é possível para os corações puros, para as almas corajosas ou para as pessoas de boa vontade reunidas, mas das histórias que contam como situações podem ser transformadas quando aqueles que as sofrem conseguem pensá-las juntos. Não histórias morais, mas histórias "técnicas" a propósito desse tipo de êxito, das ciladas de que cada uma precisou escapar, das imposições cuja importância elas reconheceram. Em suma, histórias que recaem sobre o pensar juntos como "obra a ser feita". E precisamos que essas histórias afirmem sua pluralidade, pois não se trata de construir um modelo, e sim uma experiência prática. Pois não se trata de nos convertermos, mas de repovoar o deserto devastado de nossa imaginação."
Isabelle Stengers. *No tempo das catástrofes*(2009, p. 169-170).

Resumo

Spira, Vinícius. **Ocupar como forma de vida: construção e dissolução de espaços e mobilizações coletivas em favelas e ocupações da Vila Maria, São Paulo.** 555 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Esta etnografia trata de um conjunto de favelas e ocupações que desde os anos 1970 vem se desenvolvendo e proliferando na Vila Maria (São Paulo). A ideia de *ocupar* como *forma de vida* se refere não apenas às mobilizações sociais por moradia do passado e presente, mas também à vida cotidiana que passa a se desenvolver nos espaços ocupados, onde as práticas e interações humanas precisam ser compreendidas em conjunto com as características dos espaços, construções e materialidades. Em meio a esta amplitude de aspectos, privilegio a análise de uma série de disposições, sentimentos, valores e práticas por meio das quais meus interlocutores dão sentido à existência, se organizam parcialmente e conquistam moradia e outros benefícios, em meio à percepção de adversidades e injustiças permanentes, sem alimentar expectativas de mudança (seja nas condições de vida locais ou em relação à política e à sociedade de modo geral). Assim compreendida, a forma de vida ocupação produz histórias que não se enquadram nos gêneros trágico ou heróico, compondo um terceiro tipo de narrativas, relevantes para pensar as possibilidades da ação política em tempos de antropoceno — ou seja, em meio a uma realidade contemporânea mundial cada vez mais marcada por crises, retrocessos e incertezas de todo tipo.

Palavras-chave: ocupações, favelas, movimentos sociais, práticas cotidianas, periferia, espaço urbano.

Abstract

Spira, Vinícius. **Occupy as a lifeform: construction and dissolution of spaces and collective mobilizations in favelas and occupations in Vila Maria, São Paulo.** 555 f. Thesis (Doctor in Social Anthropology). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

This ethnography deals with a set of favelas and occupations that since the 1970s has been developing and proliferating in Vila Maria (São Paulo). The idea of *occupying* as a *lifeform* refers not only to the social mobilizations for housing of the past and present, but also to the daily life that starts to develop in the occupied spaces, where human practices and interactions need to be understood together with the characteristics of the spaces, constructions and materialities. Amidst this range of aspects, I privilege the analysis of a series of dispositions, feelings, values and practices through which my interlocutors give meaning to existence, partially organize themselves, and conquer housing and other benefits, amidst the perception of permanent adversities and injustices, without nurturing expectations of change (whether in local living conditions or in relation to politics and society in general). Thus understood, the idea of occupy as a lifeform produces stories that do not fit into the tragic or heroic genres, composing a third type of narratives, relevant for thinking about the possibilities of political action in the anthropocene — that is, in the midst of a contemporary reality increasingly marked by crises, setbacks, and uncertainties of all kinds.

Keywords: occupations, favelas, social movements, everyday practices, periphery, urban space.

Lista de figuras

Capa - Adenilda Soares Dias (Nilda) observa a rua Vitória Soares a partir da cobertura dos galpões da Dom Vital, na ocupação Douglas Rodrigues. No primeiro plano, uma moradora participa da pintura de uma mensagem planejada para ser vista de helicóptero por Carlos Marun, Secretário de Governo de Michel Temer. Data: 18 abr. 2018. Foto do autor.

Fig. 0.a - Foto aérea de 1958

Fig. 0.b - Foto aérea de 1962

Fig. 0.c - Foto aérea de 1973

Fig. 0.d - Foto aérea de 1976

Fig. 0.e - Foto aérea de 1980-1981

Fig. 0.f - Foto aérea de 1986

Fig. 0.g - Foto aérea de 1994

Fig. 0.h - Foto aérea de 1996

Fig. 0.i - Foto aérea de 1997

Fig. 0.j - Foto aérea de 2000

Fig. 0.k - Foto aérea de 2010

Fig. 0.l - Foto aérea de 2017

Fig. 0.m - Mapa das principais vias citadas na pesquisa

Fig. 1.a - Crianças brincando ao lado do que parece ser um depósito de terra e lixo. Data e autoria desconhecidas. Diapositivo encontrado no acervo das Irmãs Vicentinas.

Fig. 1.b - Enchente. Data e autoria desconhecidas. Diapositivo encontrado no acervo das Irmãs Vicentinas.

Fig. 1.c - Favela Cidade Nova. Data: abril de 1981. Crédito: Maria Luiza Martinelli. Encontrada no acervo das Irmãs Vicentinas.

Fig. 1.d - Aspectos dos barracos da urbanização em 1985 na rua Boa Esperança, com esgoto correndo a céu aberto. Autoria desconhecida. Extraído do terceiro álbum das Irmãs Vicentinas (disponível na biblioteca virtual online da pesquisa).

Fig. 2.a - Julio e menino no primeiro plano. Data e autoria desconhecidas. Diapositivo encontrado no acervo das Irmãs Vicentinas.

Fig. 2.b - Aulas de futebol com professor Valdemar no Osem. Construções ao fundo: palco usado em eventos culturais e religiosos (à esquerda), salas de aula do Osem (ao centro) e galpão da primeira creche (à direita). Data e autoria desconhecidas. Diapositivo encontrado no acervo das Irmãs Vicentinas.

Fig. 2.c - Primeira eleição para a diretoria da União de Moradores da Cidade Nova. A fotografia mostra a chapa vermelha, vitoriosa. Julio aparece ao fundo e no alto. As Irmãs Vicentinas encontram-se no primeiro plano, da esquerda para a direita: Elza Baeta Barbosa, Iraci Maria Santiago, Neusa Maria da Silva, Ana Maria de Moura Lima (Aninha). Data: aprox. abril de 1981 ((de acordo com indicações de ref. 1981-04-22). Autoria desconhecida. Fotografia encontrada no acervo das Irmãs Vicentinas.

Fig. 2.d - Revista da União de Moradores da Cidade Nova, p. 6-7 (ref. 1980-DÉCADA-K).

Fig. 2.e - "Barraquinhos" de madeira do Osem ao fundo, com palco de madeira no plano frontal. Data: maio de 1981. Autoria: Maria Luiza Martinelli.

Fig. 2.f - Valdemar, rodeado de crianças e troféus, numa passeata de apoio à chapa de Júlio em uma das eleições da diretoria da União de Moradores da Cidade Nova. A recordação e a fotografia pertencem a Eliaquin Trindade, que aparece no plano frontal à direita, segurando uma criança no colo. Data e autoria desconhecidas.

Fig. 3.a - Improvisando a lavagem da roupa antes da reconstrução da moradia sobre o aterro na Cidade Nova. Data: maio/1981. Autoria: Maria Luiza Martinelli. Fotografia encontrada no acervo das Irmãs Vicentinas, onde consta a legenda: "Dificuldade que acarretava para os que desmanchavam os barracos para o aterro 1981."

Fig. 3.b - Família terminando de reconstruir a moradia sobre o aterro. Data: maio/1981. Autoria: Maria Luiza Martinelli. Fotografia encontrada no acervo das Irmãs Vicentinas, onde consta a legenda: "Aspecto da favela Funerária em 1981. Transformada em Cidade Nova."

Fig. 3.c - Esquina das ruas Santo Dias e Principal logo após o aterro. Data: maio/1981. Autoria: Maria Luiza Martinelli. Fotografia encontrada no acervo das Irmãs Vicentinas, onde consta a legenda: "A cruz símbolo do nosso esforço, luta, morte e ressurreição. Neste local será construída a nossa igreja."

Fig. 3.d - Interior de uma moradia. Foto encontrada no primeiro álbum das Irmãs Vicentinas. Data: mai. 1981. Autoria: Maria Luiza Martinelli.

Fig. 3.e - Ref. 1980 (década) (K), p. 10-11. O desenho no canto inferior direito parece se referir ao conflito com Paulo Rúbio, um dos diretores do Atacadão, de acordo com um relato do primeiro capítulo. Observar a combinação entre os desenhos feitos à mão e os textos grafados com a máquina de escrever das Irmãs Vicentinas.

Fig. 4.a - Moradias na rua Nossa Senhora Aparecida. Data: dez. 2014. Fonte: Google Street View.

Fig. 4.b - Avenida Ernesto Augusto Lopes, vista de cima do edifício em obras do CEU Novo Mundo. Data: 13 de dez. 2016. Foto do autor.

Fig. 4.c - Jardim e lixo na esquina na Praça Irmã Aninha. Fevereiro de 2018. Foto do autor.

Fig. 4.d - Perspectiva comparativa do antes/depois da ampliação e requalificação de calçadas na rua Badajoz pelo projeto do Território CEU. Pode-se observar como os bancos, árvores e bicicletário servem de barreira para a entrada de carros na calçada. Data: maio de 2014. Imagem elaborada como estudo preliminar pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) antes do projeto desenvolvido pelo Zehbra arquitetos.

Fig. 4.e - Plantas instaladas em pneus de automóveis na Rua Badajós, em ação da subprefeitura da Vila Maria. Foto do autor, outubro de 2017.

Fig. 5.a - Pátio e quadra esportiva do Centro da Criança e do Adolescente (CCA) Cidade Nova, antigo Osem e sede da União de Moradores. Ao fundo, vê-se o muro isolando o espaço da rua Nossa Senhora Aparecida. Data: 29 mai. 2017. Foto do autor.

Fig. 5.b - Reunião do Conselho Gestor do Perímetro de Ação Integrada 1 - Jardim Japão (PAI 1), com poucos participantes, no Centro da Criança e do Adolescente (CCA) Cidade Nova. Data: 12 set. 2018. Foto do autor.

Fig. 5.c - Sarau de poesia do grupo Vopo - Vozes Populares no salão em construção da igreja São José Operário - Vila Nova Tietê. Data: 27 ago. 2018. Foto do autor.

Fig. 6.a - Verticalização das construções numa travessa da Avenida Ernesto Augusto Lopes. Data: 24 fev. 2018. Foto do autor.

Fig. 6.b - Moradias ampliadas sobre o espaço de circulação e com o térreo elevado para evitar enchentes na Rua Paraíso, na Vila Nova Tietê. Data: 24 fev. 2018. Foto do autor.

Fig. 6.c - Obras paralisadas do CEU Novo Mundo. Data: 13 dez. 2016. Foto do autor.

Fig. 6.d - Viela próxima à rua Felipe Camarão na Vila Nova Tietê, onde podemos ver as adaptações na rede de eletricidade e os desníveis construídos para lidar com os alagamentos. Data: 24 fev. 2018. Foto do autor.

Fig. 6.e - Zé (José Miguel Clementino, ao centro) em passeata na Vila Nova Tietê com o candidato Paulo Maluf, durante as eleições municipais de 1992. À esquerda, o vereador Wadih Mutran. Autoria desconhecida. Fotografia encontrada nos arquivos pessoais de José Miguel Clementino.

Fig. 7.a - Rua Vitória Soares, uma das principais da ocupação Douglas Rodrigues, vista da cobertura do antigo galpão da empresa Dom Vital. Foto do autor, 23/março/2018.

Fig. 7.b - Rua 28 de Agosto, uma das principais da Ocupação Douglas Rodrigues, com moradias desalinhadas e acúmulo de águas servidas. Foto do autor, 23/março/2018.

Fig. 7.c - Ocupações no interior do Conjunto Cingapura da Avenida Tenente Amaro. Foto do autor, 24/fevereiro/2018.

Fig. 7.d - Ocupações no talude lateral do córrego Biquinha. Data: 30 out. 2017. Foto do autor.

Fig. 7.e - Demarcações no terreno, um ou dois dias depois do início da ocupação Douglas Rodrigues. Data: 29 ou 30 de agosto de 2013. Autoria desconhecida. Imagem divulgada na fanpage do movimento Miarcas (ref. 2013-08-30).

Fig. 8.a - Ajuda mútua na construção de moradia nas novas ocupações. Data: 19 set. 2019. Foto do autor.

Fig. 8.b - Ollitta, Nilda e, no centro do palanque, a mãe de Douglas Rodrigues, no evento de comemoração de seis anos da ocupação Douglas Rodrigues. Data: 31 ago. 2019. Foto do autor.

Fig. 8.c - Passeata em apoio às candidaturas de Luiz Marinho para governador e Fernando Haddad para prefeito, com presença da candidata a vice-prefeita Ana Bock (ao centro, abraçando uma companheira). À frente, Ollitta, e na extrema direita, Miguel. Data: 13 set. 2018. Foto do autor.

Fig. 8.d - Sala do atendimento em 2015, com Ollitta falando e, do lado esquerdo, o advogado do Movimento, Benedito Roberto Barbosa, do Centro Gaspar Garcia. Data: abril de 2015. Autoria: Cilene Sousa.

Fig. 9.a - Funcionários da Sabesp instalando rede de esgotos na rua 28 de agosto, na ocupação Douglas Rodrigues. Data: 28 fev. 2019. Foto do autor.

Fig. 9.b - Ocupação das ruas com traçado retilíneo, construídas na urbanização após o incêndio de 18 de julho de 2016. Data: 28 ago. 2018. Foto do autor.

Fig. 9.c - Um dos protestos da ocupação Douglas Rodrigues na Marginal Tietê, fechando a pista local. Data: 19 fev. 2016. Imagem do vídeo de uma reportagem do jornal Globo News. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/protesto-contra-corte-de-energia-bloqueia-a-marginal-tiete-sp/4748266/>. Acesso em 13 jan. 2018.

Fig. 9.d - Projeto de urbanização desenvolvido por Carolina Sacconi para o miolo da ocupação Douglas Rodrigues.

Fig. 9.e - Protesto em frente à Prefeitura. Ref. 2014-10-30 (A). Data: 30 out. 2014. Autoria: Fábio Braga / Folhapress.

Fig. 9.f - Encontro com o prefeito Fernando Haddad na Subprefeitura da Vila Maria. À direita do prefeito, Nilda e Ollitta; à esquerda, Wadih Mutran. Ver também o vídeo do episódio na ref. 2015-03-15. Data: 27 mar. 2015. Autoria desconhecida.

Fig. 9.g - Comemoração da decisão de desapropriação durante a visita do Secretário Municipal de Habitação João Farias e delegação, em 13 de maio de 2022. Data: 13 de maio de 2022. Autoria: Assessoria de Imprensa da Prefeitura.

Índice

INTRODUÇÃO 18

PRIMEIRA PARTE: SURGIMENTOS 76

– Capítulo 1: Terra de ninguém 77
– Capítulo 2: Coletivizações 151
– Capítulo 3: Conquistas 203

SEGUNDA PARTE: DECLÍNIOS 267

– Capítulo 4: Terra de ninguém 268
– Capítulo 5: Coletivizações 319
– Capítulo 6: Conquistas 347

TERCEIRA PARTE: PERSISTÊNCIAS 390

– Capítulo 7: Terra de ninguém 391
– Capítulo 8: Coletivizações 438
– Capítulo 9: Conquistas 481

CONSIDERAÇÕES FINAIS 533

FONTES 540

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 549

Índice extenso

INTRODUÇÃO 18

- Terra de ninguém 22
- Presente espesso 29
- Contando histórias 31
- Invenção cultural 37
- Síntese e trajetória da pesquisa 44
- Três temáticas 50
- Convenções da escrita 54
- Interlocutores da pesquisa 57
- Fotos aéreas históricas 62

PRIMEIRA PARTE: SURGIMENTOS 76

Capítulo 1: Terra de ninguém 77

- 1.1. Surgimento das favelas 82
- 1.2. (Re)urbanização da favela Marconi 96
- 1.3. Disputas pelo terreno da rádio Marconi 109
- 1.4. Cidade Nova 122
- 1.5. Tensões de fronteira 128
- 1.6. Violência e criminalidade 138

Capítulo 2: Coletivizações 151

- 2.1. Ajuda e reconhecimento mútuo 157
- 2.2. Lideranças e associações 167
- 2.3. Espaços comunitários 187

Capítulo 3: Conquistas 203

- 3.1. Construção e venda de moradias 208
- 3.2. Cidade Nova: água e luz 219
- 3.3. Recusa do Pró-Morar 225
- 3.4. Cidade Nova: urbanização 238
- 3.5. Vila Nova Tietê: urbanização 259

SEGUNDA PARTE: DECLÍNIOS 267

Capítulo 4: Terra de ninguém 268

– 4.1. Políticas de transformação urbana 277
– 4.2. Bailes-funk 286
– 4.3. Crime organizado 292
– 4.4. Trânsito e estacionamento 298
– 4.5. Manejo e descarte de lixo 307
– 4.6. Praça Irmã Aninha 312

Capítulo 5: Coletivizações 319

– 5.1. Falta de "necessidade" 323
– 5.2. "Ninguém mais se conhece" 328
– 5.3. Enfraquecimento das associações e lideranças 334
– 5.4. Perda de espaços comunitários 342

Capítulo 6: Conquistas 347

– 6.1. Moradia e renda de aluguel 351
– 6.2. Serviços urbanos e atendimento estatal 367
– 6.3. Encontrando a "pessoa certa" 373
– 6.4. Forçando o atendimento 380
– 6.5. Complexidade estatal e persistência 385

TERCEIRA PARTE: PERSISTÊNCIAS 390

Capítulo 7: Terra de ninguém 391

– 7.1. Ocupações de áreas públicas 396
– 7.2. Culpando moradores 400
– 7.3. Crescimento incremental 401
– 7.4. Culpando o poder público 407
– 7.5. Ocupações de terrenos privados 413
– 7.6. Surgimento da ocupação Douglas Rodrigues 415
– 7.7. Moradias ocupam espaços coletivos 420
– 7.8. Estacionamento e circulação de veículos 427
– 7.9. Incômodos com o som 431
– 7.10. Manejo e descarte de lixo 433

Capítulo 8: Coletivizações 438

– 8.1. Pobreza e necessidade 443
– 8.2. Relações entre conhecidos 451
– 8.3. Movimento Independente de Luta por Habitação - Vila Maria 459
– 8.4. Lideranças e trabalho de base 469

Capítulo 9: Conquistas 481

– 9.1. Moradia e confiança 485
– 9.2. Conquistas circunstanciais 490
– 9.3. Compra e venda de barracos 494
– 9.4. Serviços urbanos 498
– 9.5. Incêndio e urbanização 502
– 9.6. Luta pelo terreno 510

CONSIDERAÇÕES FINAIS 533

FONTES 540

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 549

Introdução

Quando atravessamos o distrito de Vila Maria passando pela rodovia Dutra ou pela Marginal Tietê, avistamos uma paisagem dominada por transportadoras, atacadistas e indústrias, que tiram partido da visibilidade e acessibilidade da região. No entanto, outros tipos de construções e atividades aparecem quando penetramos na área urbana situada entre estas duas grandes vias de circulação. Surgem primeiro as ruas mais amenas do Jardim Andaraí e do Parque Novo Mundo, dois loteamentos pioneiros que se estabeleceram na região nos anos 1950, e que acumulam hoje uma mescla diversificada de sobrados, comércios e galpões de diferentes portes. Um pouco mais para dentro, num setor que correspondia aos meandros originais do rio Tietê, é possível encontrar um dos maiores e mais antigos aglomerados de favelas de São Paulo. São ocupações que receberam muito pouca atenção do poder público e de pesquisas acadêmicas,[1] mas que surgiram nos anos 1970 e 1980 e cresceram com a chegada das indústrias e das grandes vias de circulação que mencionei. Há ali cerca de uma dezena de bairros, com seus próprios nomes, identidades e histórias, abrigando um contingente desconhecido de pessoas, da ordem de várias dezenas de milhares.

Entre 2016 e 2020 realizei mais de 140 visitas a estas favelas, ocupações e conjuntos habitacionais. Conheci, em primeiro lugar, o cotidiano de muitos moradores e observei as formas como se articulavam para lidar com a pobreza, moradias precárias, falta de espaços livres e de atendimento público de modo geral. Passei, em continuidade, a investigar a história das primeiras favelas e movimentos sociais surgidos na região, entrevistando antigas lideranças e coletando uma série de documentos, artigos de jornal, mapas e fotografias antigas. Entre outros aspectos, este material evidenciou a relação entre as

---

[1] Existem muitos estudos e intervenções sobre um número reduzido de favelas em São Paulo, como Heliópolis e Paraisópolis, fazendo com que inúmeras outras favelas permaneçam desassistidas e pouco conhecidas. O mesmo padrão foi apontado por Lícia Valladares para o Rio de Janeiro, onde as atenções da mídia, da academia e do poder público se concentram em favelas como Rocinha e Maré (VALLADARES, 2005, p. 147). Pesquisas sobre ocupações paulistanas parecem apresentar a mesma tendência, com um grande número de trabalhos dedicados a ocupações na área central da cidade. As favelas aqui investigadas costumam ser conhecidas por referência ao Parque Novo Mundo, embora se localizem ao lado deste bairro pioneiro; optei por associá-las ao distrito de Vila Maria, para facilitar sua localização pelos leitores não familiarizados com a região.

graves crises sociais, econômicas e políticas que marcaram o fim da Ditadura Militar nos anos 1970 e 1980, e a multiplicação sem precedentes das favelas em São Paulo e na Vila Maria; a conturbada década de 2010, por sua vez, acarretou uma segunda onda de ocupações na região (e em certa medida, em toda a cidade [2]), justamente no momento em que esta pesquisa estava sendo realizada. Estas novas ocupações passaram a compor uma terceira frente de análise. O conjunto de todas essas experiências permitiu escrever uma das pesquisas mais aprofundadas já realizadas sobre favelas e ocupações, sob as temáticas dos movimentos sociais, das formas de construção e ocupação de espaços coletivos e das práticas e interações cotidianas entre os moradores locais.

Muito já foi escrito sobre estes temas, mas a investigação aqui apresentada propõe novos desenvolvimentos, que giram ao redor da ideia de *ocupar* como uma *forma de vida*. O recurso de ocupar espaços para reivindicar ou conquistar direitos tem sido usado de

---

[2] Um levantamento apresentado no Plano Municipal de Habitação identifica o surgimento, entre os anos de 2009 e 2016, de "novas favelas" ao lado de outras já existentes, em diversos locais do município de São Paulo. De acordo com São Paulo (cidade), p.70-71. Reportagem do Observatório de Remoções aponta para um aumento das ocupações e também das reintegrações de posse durante o ano de 2017, associando o processo à mudança da "conjuntura política … marcada pelo fortalecimento do urbanismo neoliberal, implicando em processos de privatização e cercamento de espaços, e pelo crescimento da narrativa anti-política, criminalizando movimentos sociais e desconsiderando a participação social (ref. 2018-02-21). Ver também uma entrevista da pesquisadora Talita Gonzales do Observatório de Remoções numa reportagem da TVT (ref. 2018-03-23).

maneira crescente em diversas mobilizações políticas e sociais, no Brasil[3] e no mundo.[4] A pesquisa aqui apresentada toma emprestado e modifica este sentido de ocupar, para fazer referência não apenas às mobilizações sociais por moradia, mas à vida cotidiana que passa a se desenvolver nos espaços ocupados. No dia a dia, os moradores de assentamentos precários precisam em alguma medida se articular para enfrentar uma série de desafios e dificuldades, sendo por vezes levados a organizar ocupações novas, que proliferam pelo território. Assim, a ideia de forma de vida permite tratar conjuntamente da vida cotidiana e dos processos de mobilização por moradia e serviços urbanos. Em segundo lugar, a noção de ocupar como forma de vida extrapola o âmbito das práticas e ações das pessoas, considerando também as contribuições e influências que as dinâmicas políticas recebem do ambiente, ou seja, das características de espaços, construções, coisas e materialidades de modo geral (ao tratar destes aspectos, mobilizo recursos de representação e análise visuais como fotografias de minhas visitas de campo e fotos aéreas históricas da região, tirando partido de minha dupla trajetória como arquiteto e antropólogo).

Observo esta amplitude de aspectos justamente para entender como meus interlocutores se mostraram capazes de viver, se organizar parcialmente e obter uma série de benefícios em meio à percepção de adversidades e injustiças persistentes, quer dizer,

---

[3] Em nosso país, vale citar as ocupações no campo pelo Movimento Sem Terra sobretudo a partir dos anos 1980 (SIGAUD; ROSA; MACEDO, 2008), bem como as ocupações dos sem-teto em contextos urbanos a partir de fins dos anos 1990 (PATERNIANI; TATAGIBA; TRINDADE, 2012).

Nesta tese adoto um entendimento ampliado de ocupação que engloba as favelas (surgidas em São Paulo sobretudo a partir dos anos 1970), ainda que a maioria delas não tenha se originado de iniciativas políticas de movimentos sociais, de acordo com uma especificação corrente da noção de ocupação, presente, por exemplo, no trabalho de Carlos Filadelfo Aquino (AQUINO; 2014). Isto porque interessa pensar esta relação entre movimento social e dinâmicas culturais e políticas que lhe servem de contexto e substrato, e que se fazem presentes de forma difusa no território, tal como explico em seguida no texto. Mais recentemente, tivemos também ocupações de edifícios e espaços públicos realizadas por coletivos de arte e cultura, ocupações de escolas pelo movimento secundarista, ocupações de estradas por movimentos de caminhoneiros, entre outras. A ideia se disseminou e deixou de fazer referência apenas à ocupações de espaços físicos, como no caso do movimento Ocupa Política — organizado por políticos para atuar no âmbito institucional e governamental (http://www.ocupapolitica.org/). Um trabalho aponta até mesmo para a ocupação de ondas de rádio (TAVARES, 2010).

[4] No âmbito mundial, muitos movimentos sociais assumiram a forma de ocupações: os protestos antiglobalização do início do século em Seattle, nos Estados Unidos, e outras cidades, a Primavera Árabe, os movimentos Occupy nos Estados Unidos, entre outros. A ocupação de ruas se tornou uma forma de protesto ainda no século XIX, como lembra Patrícia Souza (2017).

mesmo sem alimentar grandes perspectivas de mudança, seja nas condições de vida locais ou em relação à política e à sociedade de modo geral. Em suma, reflito sobre as relações entre mobilização e precariedade, num contexto marcado pela percepção de crises cíclicas e mesmo permanentes.

Buscando livre inspiração nas palavras da filósofa Donna Haraway, atribuo a meus interlocutores uma sabedoria de "permanecer com os problemas", uma capacidade de buscar a "cura parcial", a "reabilitação modesta e possíveis ressurgências", descrevendo "histórias tão cheias de fins quanto de começos". [5] Reconheço, por meio destas palavras, uma afinidade eletiva entre o que encontrei na Vila Maria e a literatura que vem se dedicando a refletir sobre as possibilidades da ação política radical no contexto mais amplo do antropoceno, ou seja, em meio aos desastres ambientais e sociais de natureza irreversível, que estão se manifestando nos mais distintos âmbitos e em escala mundial. Assim, mesmo que se enquadre no campo dos estudos urbanos, a pesquisa dialoga com outros tipos de produções, interessadas em refletir sobre problemas, disposições, sentimentos e valores até certo ponto semelhantes aos que encontrei na Vila Maria.

Para Isabelle Stengers, o contexto de "catástrofes" em que vivemos exige um profundo trabalho criativo, necessário para conceber formas de ação e reflexão sensíveis às dificuldades e acontecimentos novos e complexos que temos à frente. Neste sentido, ela adverte contra análises que buscam por certezas e garantias, na forma de teorias e conceitos altamente formalizados e sistematizados. As palavras de Stengers reproduzidas na epígrafe afirmam a importância de contar histórias, uma pluralidade de histórias que resistem às sínteses e generalizações, mantendo-se atentas à variedade, à complexidade e à incerteza.[6] Em alinhamento com estas palavras, a pesquisa aqui apresentada realiza reflexões de caráter mais exploratório e experimental, que variam de acordo com as descrições e relatos etnográficos apresentados no decorrer do texto.

Uma investigação preocupada com a riqueza e variedade de ideias e acontecimentos precisa, contudo, de algumas definições gerais, incluindo um desenvolvimento mais pormenorizado das premissas acima esboçadas.

---

[5] Donna Haraway (2016, p. 71).

[6] Stengers, op. cit.

Terra de ninguém

A forma de vida ocupação se caracteriza pelo predomínio de dinâmicas espaciais e políticas pouco influenciadas ou afetadas por leis, órgãos públicos e organizações sociais capazes de consolidar ou fixar regras, critérios e padrões de conduta externos ao âmbito imediato das práticas cotidianas. Assim, acordos e conflitos dos mais diversos tipos não têm muito como contar com poderes de regulagem e arbitragem por assim dizer transcendentes, quer dizer, estabelecidos antes ou fora das interações e acontecimentos que ocorrem no dia a dia. Isso faz com que as construções, os espaços coletivos e as interações físicas entre as pessoas (envolvendo seus corpos e palavras) sejam frequentemente vistos como meios primordiais de negociação e articulação. Em termos concretos isso significa, por exemplo, que a propriedade de uma área ou terreno pode se efetivar ou se fortalecer na medida em que seus pretendentes permanecem no local e realizam benfeitorias, mesmo que não sejam reconhecidos como donos. Significa também que, no interior dos assentamentos, um foco de acúmulo de lixo precisa ser combatido no ato dos descartes, e não tanto por apelos à fiscalização pública ou através do estabelecimento de proibições, e assim por diante.

O caráter incerto e instável destas dinâmicas, no contexto de escassez e precariedade da forma de vida ocupação, acarreta em frequentes tensões, negociações e disputas por recursos e espaços. Assim, conflitos envolvendo forças externas e internas às favelas e ocupações foram por vezes descritos por meus interlocutores como ocorrendo em meio a uma "terra de ninguém" ou uma "terra sem lei", em lugares vistos como suscetíveis de apropriação por quem chega primeiro ou por aqueles com melhores condições para agir, muitas vezes em detrimento de outros. Proponho o conceito *terra de ninguém*[7] para aludir a estas situações comuns em que pessoas, coisas e construções interagem de modo tenso, provisório e inventivo.[8] O caráter marcante da terra de ninguém não é tanto a disponibilidade em ser livremente apropriada (porque muitas vezes as disputas já estão em curso, envolvendo grupos, interesses e formas de ocupação específicas), mas a instabilidade e transitoriedade de suas dinâmicas políticas, ou seja, uma ausência de poderes e modos constituídos/legitimados de ocupação, trazendo assim incertezas a respeito das características dos espaços, de seus padrões de ocupação e

---

[7] A primeira formulação do conceito apareceu pela primeira vez sob o termo *espaço vazio* (SPIRA, 2021). Alterei o nome para maior clareza do significado.

[8] A dimensão inventiva e experimental das ocupações foi frisada, por exemplo, por David Graeber (2013) e Hakim Bey (2003).

posse.[9]Trata-se, em suma, de lugares visados por diferentes grupos ou pessoas, que empreendem esforços de controle e estabilização, muitas vezes posicionando seus corpos, coisas e objetos ou transformando as construções e espaços para favorecer determinados usos e desincentivar outros.[10]

Ensaiando o emprego destes nexos, podemos dizer que toda a região que estamos estudando na Vila Maria, correspondente ao leito original do rio Tietê, pertencia à Marinha Brasileira, mas foi sendo convertida em terra de ninguém sobretudo pela ação de grileiros e empresários, que mais tarde entraram em conflito com os moradores das favelas em formação nas imediações. O processo mostra a transformação progressiva de espaços públicos em terras de ninguém, intensivamente disputadas; a estabilização dos conflitos leva a conversões subsequentes em escala menor, com o surgimento de áreas apropriadas por empresas e moradores, bem como de espaços públicos correspondentes a ruas e praças; no entanto, muitos lugares de uso comum no interior das favelas continuam sendo compreensíveis como terra de ninguém, e mesmo várias das áreas convertidas em públicas ou privadas podem num determinado momento passar a ser vistas como suscetíveis de apropriações controversas, pelos mais variados motivos.

O caráter concorrido e escasso da terra de ninguém leva a uma inevitável proximidade física entre pessoas, coisas e construções, gerando uma situação de congestão ou convívio intenso que de certa forma provoca o pensamento e a ação coletiva em

---

9 A rigor a terra de ninguém é uma espacialidade, ou seja, resulta da relação entre espaços (lugares, construções, coisas de modo geral) e sujeitos. Em poucas palavras, uma espacialidade é um espaço visto e vivido por meio de determinadas práticas, ideias, sentimentos e valores sustentados por alguém ou um grupo. Eduardo Pedrosian propõe uma definição mais complexa de espacialidade, composta por três componentes: o espaço físico propriamente dito, o habitat para sustentação da vida, e o lócus cultural de produção de significados (2012, p. 59).

10 A ideia de espaços cinzas (gray spaces), proposta originalmente por Oren Yiftachel (2009), aponta para as formas transitórias e instáveis de manipular as condições de legalidade e ilegalidade, formalidade e informalidade por parte de diferentes interesses e agentes urbanos, no intuito de avançar seus próprios objetivos. Trabalhos sobre espaços cinzas estão focados principalmente no modo como as disputas se reportam à política governamental e ao aparato legal, ou seja, nas relações com o Estado — mesmo quando tratam da ação de grupos subalternos, como no artigo de Ilda Lindell e Christine Ampaire (2016). Terra de ninguém, por sua vez, se endereça a dinâmicas mais amplas e heterogêneas.

determinados sentidos e modalidades.[11] Em sentido amplo, predominam as interações face-a-face e o uso da palavra falada, não apenas entre os moradores locais, mas também nas relações que estabelecem com forças e agentes externos, ligados por exemplo à máquina pública ou a interesses privados, entre outros. Mais especificamente, a proximidade espacial tende a gerar um leque de atitudes ou disposições por assim dizer extremadas ou drásticas, inclinadas ora para o conflito direto, ora para a diplomacia cuidadosa, ora para o retraimento e a evitação pura e simples, entrando portanto em nítido contraste com modos de agir mais amenos ou intermediários, que caracterizam contextos urbanos marcados pelo anonimato, pela maior abundância de espaços e recursos, bem como pela atuação e presença do Estado.

Tais características mostram como espaços e condições materiais não são simplesmente um contexto neutro ou base para as práticas e relações interpessoais; como já indiquei, as pessoas afetam e são afetadas pelo contexto físico e espacial em que vivem, de modo que as dinâmicas políticas não podem ser compreendidas como dependentes

[11] No limite, podemos dizer que a proximidade física é uma característica do conjunto das favelas da região e mesmo das favelas em geral, na medida em que a espoliação urbana segue concentrando a pobreza e as possibilidades de mobilização social em bolsões ou setores urbanos. Vale contrastar estas características com as de trabalhos como os de Vera Telles (2010) e Abdoumaliq Simone (2004), focados na análise de fluxos e circuitos ilegais e informais de produção e circulação de serviços e mercadorias, amplamente difundidos pelo território, e que portanto extrapolam o âmbito local das "comunidades de referência" (Telles, op. cit.). São trabalhos predominantemente voltados para a dimensão econômica das transações e interações sociais, e não tanto para os desafios de articulação política presentes nos espaços locais de uso coletivo.

exclusivamente das ações humanas.[12] Eis novamente a razão para tratar as ocupações como uma forma de vida, e não simplesmente como um processo social ou cultural.[13] Trata-se, neste ponto, de escapar do excepcionalismo humano que caracterizou por muito tempo o pensamento moderno, e, assim, mostrar que os processos políticos que conheci nos bairros pobres da Vila Maria não se explicam simplesmente por reflexões e escolhas abstratas das pessoas, desvinculadas da realidade material e concreta em que estão inseridas. É justamente o contrário, e meus interlocutores bem o sabem. Suas ideias são elaboradas em meio às coisas, de modo indissociável delas. Por isso, é possível considerar concepções de espaço, matéria e tempo como vias de acesso a formas de pensar que estão impregnadas nestas dimensões. Em certos casos o estranhamento etnográfico pode incidir sobre as propriedades materiais das coisas, sem necessariamente filtrá-las através do olhar das pessoas (esta última premissa permite leituras e interpretações diretas acerca de

---

[12] Meu propósito é salientar o quanto a dimensão não humana dos espaços retira parte do protagonismo de humanos das dinâmicas políticas, e pode levar a uma reavaliação das possibilidades e condições para articulações políticas nessas áreas. Obviamente isto se insere num amplo debate da antropologia acerca das relações entre materialidades e política, onde estão inclusos a coletânea de Setha Low e Denise Lawrence-Zúñiga (2003), os trabalhos de Bruno Latour (1991; 2006) e Daniel Miller (2008). No entanto, para a presente pesquisa, foram especialmente relevantes as reflexões de Isabelle Stengers sobre o que chama de pensar pelo "meio" (no sentido de suporte ou contexto das práticas) e sobre a forma como as pessoas avaliam e se inserem em seus meios — no caso, como elas são obrigadas a lidar com a escassez de espaços e recursos em geral. Stengers propõe um contraste entre as afirmações "eu penso" e "algo me faz pensar" e se debruça sobre situações que podem se tornar "causas comuns" às pessoas. Ela reflete sobre como as dificuldades produzem comunidades e "uma inteligência coletiva concreta, ligada a esse comum". Não propõe um elogio da capacidade de resistência espontânea e alerta para as precariedades, incertezas e ambivalências das forças muitas vezes conflitantes e contraditórias que são mobilizadas nestas situações, mas lembra que isso é justamente o que faz as pessoas pensarem, no sentido defendido por Gilles Deleuze e associado ao verdadeiro pensamento de esquerda (op. cit., cap. 13).

[13] Noções de cultura e sociedade tendem, muitas vezes, a incluir espaços e tempos (ruas, instalações, moradias, ritmos de vida, memórias, expectativas) como o pano de fundo não problematizado das ações, ou seja, como contextos dados ou objetivos, e não tanto como dimensões produzidas em conjunto com as ações humanas.

espaços, coisas, documentos, mapas e fotografias, sem a necessidade de se fiar nas falas e opiniões de meus interlocutores).[14]

É importante salientar também que as negociações e disputas que ocorrem na terra de ninguém podem mobilizar critérios heterogêneos e divergentes de moral e justiça (diante da carência de leis, regras e padrões de conduta consagrados e estabelecidos). Assim, muitas negociações e conflitos não envolvem apenas ocupações de espaço propriamente ditas, mas também debates acerca dos parâmetros propostos para justificar estas ocupações. Para entender o ponto, vale lembrar que no campo dos movimentos sociais de moradia, que inspirou as definições que estou propondo, o termo ocupação é frequentemente acionado em oposição a invasão. É comum, principalmente em áreas centrais da cidade, que uma tomada de espaço seja legitimada como ocupação por meio de discursos que defendem justiça social, necessidades e direitos, e incluem críticas a interesses imobiliários especulativos, propriedades ociosas ou pertencentes a proprietários acusados de fraudes, entre outras. De modo inverso, as apropriações de espaço podem ser chamadas de invasões e seus agentes acusados de bandidos, vagabundos, violadores do direito de propriedade, causadores de prejuízos a proprietários idôneos etc. Estas controvérsias têm lugar em tribunais, noticiários e outras arenas, com penetração ampliada na sociedade. Mas é fundamental observar que, na Vila Maria, tanto as ocupações de terrenos privados, alvos de grandes disputas, quanto muitas outras ocupações menores e não organizadas por movimentos de moradia (além de desprovidas de discursos sistemáticos de legitimação), estavam sujeitas a debates e controvérsias em

---

[14] Cabe a reflexão de que "(…) abordagens humanistas, mantendo inalterada a distinção ontológica entre pessoas e coisas, não fazem mais do que elevar o status das coisas por referência à sua associação com humanos. (…) Abordagens, pós-humanistas, em contraste, propõem uma ontologia diferente das pessoas e das coisas, de modo a redefinir as propriedades mais essenciais das coisas (i.e. ao invés de meramente redistribuir propriedades como 'agência' ou 'intencionalidade' através da divisão pessoa/coisa). O pós-humanismo, portanto, traz a esperança de levar as coisas a sério como tais, ainda que tenhamos que adicionar imediatamente a condição de que 'a coisa', de acordo com sua reconstituição ontológica, não é mais tal como a julgamos conhecê-la". (HOLBRAAD; PEDERSEN, 2017, p. 168). Para pensar uma antropologia por meio das coisas, ver (HENARE; HOLBRAAD; WASTELL, 2007).

âmbito local que dividiam as opiniões de moradores próximos. Estes avaliavam a real condição de carência dos que ocupavam, ou o caráter oportunista de suas ações.[15]

A presente pesquisa extrapola estas discussões, em geral associadas a movimentos de moradia, para refletir também sobre as maneiras de construir e ocupar espaços coletivos internos aos assentamentos, em torno de controvérsias sobre bailes-funk, descartes de lixo, passagem e estacionamento de veículos, presença do crime organizado, de comércios e assim por diante. Mesmo em relação a estas questões encontrei controvérsias de cunho moral quanto ao tipo de objetivos envolvidos: discutia-se se os interesses individuais estariam prejudicando ou não os coletivos (e vice-versa), ou como interesses que se apresentavam, aparentemente, como coletivos podiam ocultar demandas individuais. Trata-se, enfim, de mostrar que diferentes tipos de apropriação de espaço podem gerar disputas que se alternam entre afirmações de que são invasivas e prejudiciais para a coletividade e outras que as justificam por necessidades, ou como prerrogativas dos moradores locais.

Sem dúvida, estes tensionamentos morais, práticos e discursivos se explicam em parte pela pequena presença do aparato legal e coercitivo do Estado, bem como pela falta de organizações coletivas proeminentes na região. Mas isso não impede o desenvolvimento de modos específicos de articular acordos e consensos capazes de resolver situações de tensão e conflito — o que significa que a ausência do Estado ou de poderes externos e preponderantes em relação às práticas não leva necessariamente a situações de caos ou desordem.[16] Muitas vezes as pessoas se inclinam ao improviso e à ação por conta própria, mas elas também buscam sistematicamente estabelecer redes de relações, alianças e consensos parciais e provisórios na vizinhança e entre os implicados nas controvérsias. Quando se formam lideranças, movimentos sociais ou associações de moradores, estas forças possuem níveis limitados e instáveis de legitimidade e autoridade,

---

15 Teresa Caldeira (2018) sugere que nas ocupações em áreas periféricas o acionamento de discursos legitimadores é menos frequente, mas isso não quer dizer que não haja controvérsias locais. Interesses pessoais são constitutivos de movimentos de moradia tanto quanto aqueles que se referem ao conjunto dos ocupantes e é justamente essa coexistência que expõe as apropriações de espaços a um escrutínio constante.

16 A propósito, penso especificamente no argumento de Donna Haraway (op. cit., p. 42-44), segundo o qual nem tudo que não é decidido na ausência de uma autoridade leva à guerra. Ela elabora esta advertência como crítica a certos pressupostos de Latour, para quem a ausência de um poder que atue como árbitro nas disputas do antropoceno e dos desastres climáticos levaria necessariamente a julgamentos de força e à guerra. Sem dúvida, mostrarei conflitos bastante graves ocorrendo na Vila Maria, mas não podemos dar atenção unicamente a eles, já que convivem com acordos e composições políticas as mais diversas.

mas não deixam de exercer papéis fundamentais para a organização e consenso a respeito das mais diversas questões e dificuldades.[17]

Muitos dos que protagonizavam tais dinâmicas políticas não alimentavam expectativas de se livrar de polêmicas ou de gerar adesões majoritárias. Eles pareciam habituados a considerar as oposições e o desinteresse de diversas pessoas como inerentes aos esforços de mobilização. A propósito, certos diagnósticos de grande escala, propostos por vários de meus interlocutores, reforçam a ideia de dinâmicas que transitam entre os polos da mobilização e desmobilização: algumas falas afirmavam que a Vila Maria — e mesmo a Zona Norte de modo geral — eram pouco mobilizadas politicamente e/ou menos alinhadas à esquerda do espectro político, em comparação com outras regiões periféricas, nas Zonas Sul e Leste da cidade; além disso, entre os moradores das favelas mais antigas, era comum o diagnóstico de desmobilização da vizinhança, construído por contraste com a intensidade da vida coletiva local nos anos 1980; assim, meus próprios interlocutores caracterizaram a Vila Maria como região marcada por níveis de engajamento heterogêneos no espaço e no tempo. Por isso, é fundamental que as mobilizações políticas sejam compreendidas em conjunto com os processos de desmobilização e com tudo o que pode se inserir no meio de campo entre esses dois polos.

Outro ponto importante é que o caráter ambivalente e oscilante das questões morais relacionadas às tomadas de espaço fazia com que muitas expectativas e objetivos que meus interlocutores tinham em mente ao promoverem articulações coletivas podiam não se enquadrar facilmente em chaves dicotômicas que opõem resistência e dominação. Entre inúmeros exemplos disso está o fato de que para muitos dos envolvidos em novas ocupações a moradia não era necessariamente compreendida como um direito social, e sim como uma oportunidade, ou simplesmente como a promessa de uma propriedade à qual podiam aspirar.[18] A própria distinção entre forças políticas de esquerda e direita muitas vezes não foi vista como relevante para muitas das alianças e parcerias estabelecidas com personalidades públicas que atuaram diretamente nas favelas locais, a exemplo de Luíza

---

[17] No limite, as ocupações podem ser vistas como uma modalidade de urbanismo, ou seja, como uma forma de produzir cidade, radicalmente distinta das que resultam da atuação do Estado e da governança urbana. Neste sentido, muitas das dinâmicas políticas e espaciais que analiso podem ser aproximadas da discussão canônica de Solomon Benjamin (2008) acerca de um urbanismo de ocupação (*occupancy urbanism*).

[18] A pesquisa de Paterniani, Tatagiba e Trindade (op. cit.) aponta para uma visão da propriedade privada como direito inviolável mesmo entre lideranças de movimentos de moradia. As autoras refletem com base em Francesca Polletta (1998), sobre esta coexistência de sentidos "subversivos" e "dominantes" e chamam atenção para a ambiguidade e polissemia que seriam inerentes a movimentos sociais.

Erundina, Mário Covas, Paulo Maluf e Wadih Mutran, entre outras que aparecem no decorrer das análises.

Presente espesso

A ideia de ocupar como forma de vida aponta para maneiras específicas de entender, marcar e vivenciar a passagem do tempo, em contraste com modos mais convencionais de projetar e agir que se baseiam em expectativas de mudança e na sucessão linear de passado, presente e futuro. É claro que esses modos estão presentes na vida de meus interlocutores, mas as experiências que associo à ideia de ocupar como forma de vida são também respostas pragmáticas a necessidades e urgências do presente, que não tomam por base para suas ações eventos muito distantes no passado ou perspectivas de futuro. As maneiras de alimentar memórias e expectativas também parecem impregnadas de um sentido de permanência ou constância, desafiando compreensões de tempo como mudança.[19]

Com base nestas constatações, podemos pensar que meus interlocutores concebem o presente como um tempo de longa duração, ou, nas palavras de Donna Haraway, como uma "presença espessa", onde uma miríade de seres e processos estão continuamente construindo histórias ambivalentes e sem finais claros, sem se orientarem por determinismos e projeções de futuro em "tempos que permanecem em risco, em tempos

[19] Como observa Anna Tsing (2015), muitos meios de vida que não costumam ser associados a progresso persistem e proliferam hoje no mundo e nos ensinam a olhar "ao redor" em vez de "para frente". Assim, em certa medida, é possível pensar num contraste entre temporalidades voltadas ao presente e outras que visam o futuro.

precários, nos quais o mundo não acabou e o céu não caiu — ainda."[20] Estas passagens são importantes para salientar que não trato simplesmente da experiência de uma cotidianidade, ou seja, de uma ênfase nas experiências de vida que se desenrolam no dia a dia, mas também de disposições assumidas para lidar com a percepção de uma crise perene.[21] Com frequência registrei, por exemplo, avaliações críticas — sobre condições de vida pessoal e sobre a política de modo geral — que afirmavam que nada havia mudado desde o período de surgimento das favelas, nos anos 1970 e 1980, até a atualidade. Não é que os relatos não reconhecessem as transformações que ocorreram nas últimas décadas, como a ampliação da acessibilidade ou de infraestruturas, serviços e equipamentos urbanos, mas tudo isso parecia insuficiente para eliminar preocupações com pobreza, precariedade e necessidades, o que evidencia que muitos de meus interlocutores veem a vida como submetida a adversidades permanentes. De fato, os retrocessos da década de 2010 e o consequente aumento recente das ocupações de terra na Vila Maria muitas vezes não foram reconhecidos como um declínio em comparação com o cenário nacional e as

---

[20] Esta concepção é o que fundamenta a noção de Chthuluceno da autora, proposta em oposição ao à rigidez das formas de pensar e das demarcações temporais associadas ao antropoceno e ao capitaloceno. "O Chthuluceno sem fim deve coletar o lixo do Antropoceno, o exterminismo do Capitaloceno, trabalhá-los como um jardineiro louco, compondo uma pilha de compostagem ainda mais quente para passados, presentes e futuros ainda possíveis." (HARAWAY, op. cit., p. 2, 57). Viveiros de Castro e Danowski (op. cit.) também foram importantes para estas reflexões, ao proporem uma inversão entre "fim dos tempos", como acontecimento pontual, e "tempo do fim", como evento recorrente e fractal, útil para entender como os povos ameríndios sobrevivem e crescem há mais de 500 anos. Diante dos desastres climáticos do Antropoceno, Bruno Latour argumenta sobre a necessidade de uma nova concepção de tempo. O tempo que flui do presente para o futuro e que nos leva a fazer escolhas e esperar que tudo corra bem precisaria dar lugar ao que corre em sentido contrário, trazendo ao presente os desastres que não podem mais ser evitados. Ele relaciona a necessidade de agir sem postergar ao desenvolvimento de um "*modus vivendi*, isto é, um conjunto emaranhado de arranjos improvisados visando a sobrevivência" (LATOUR, 2014, p. 25).

[21] Assim, não se trata simplesmente da reedição de uma temporalidade que a literatura sobre favelas e cidades associou à recorrência e repetição — como consta, por exemplo, numa formulação canônica de Teresa Caldeira: "O cotidiano é o repetitivo, o que começa, acaba, e recomeça da mesma maneira, é o que não tem profundidade, nem passado, nem futuro. Se a noção de tempo que prevalece em nossa sociedade é sequencial e histórica, a que prevalece no cotidiano é repetitiva e cíclica." (Caldeira, 1984)

condições de vida locais vigentes até então: muitos manifestavam o sentimento de viverem um impasse insolúvel e sem data de superação.[22]

Um aspecto que pretendo explorar nas análises que seguem é que esta percepção da permanência de adversidades há muito instaladas associa-se a uma sabedoria que não se deixa afetar muito por expectativas de futuro, esperançoso ou não. Mais do que paralisia ou desmotivação, encontrei mobilizações que não pareciam muito condicionadas ao reconhecimento de garantias ou projeções de transformação social e política. Os esforços coletivos visavam empreender mudanças e melhorias na realidade social local orientando-se por sentimentos de paciência, espera e compreensão para com dificuldades e imprevistos variados. Assim, a reconstrução de uma igreja podia levar muitos anos, bem como a conclusão de um cadastro de moradores de uma ocupação, a implementação de um espaço comunitário, a ampliação e reforma de moradias e assim por diante. Neste contexto, encontrei com frequência pessoas orgulhosas e satisfeitas com suas conquistas e, ao mesmo tempo, capazes de não se abalar quando seus objetivos precisavam ser adiados ou revistos, ou quando planejamentos e projeções não podiam ser cumpridos.[23]

Contando histórias

As noções de ocupar e presente espesso servem para compreender a vida social e política que encontrei na Vila Maria, mas afetaram também o próprio modo de reflexão e escrita da pesquisa. Em primeiro lugar, a ideia de uma temporalidade alargada e densa

---

[22] Alinhando-se a estas reflexões, um artigo de Felipe Catalani (2019) fala de setores dos movimentos negros e periféricos que recentemente estariam criticando a "mitologia do sonho interrompido" e o "mito da regressão", como se o Brasil tivesse vivido uma era de "normalidade" e progresso durante os governos do PT e PSDB. "Fechou-se o que aparecia como tempo da ordem e do progresso", ao mesmo tempo em que se revela um cenário de crise social, econômica e política que, em grande medida, sempre existiu. Esta pesquisa foi realizada numa janela histórica que reforça este diagnóstico, já que acompanhei o agravamento das condições de vida na década de 2010 e, ao mesmo tempo, tive ainda oportunidade de conversar com as primeiras lideranças e moradores das primeiras favelas da Vila Maria.

[23] O artigo clássico de Tilman Evers (1984) e a pesquisa recente de Alana Moraes (2020) salientam a importância de conquistas e transformações que ocorrem no dia a dia dos envolvidos em mobilizações sociais, de modo independente em relação a objetivos futuros.

permite que a análise se estenda da atualidade ao momento de surgimento das primeiras favelas da região, como se as dinâmicas sociais e políticas que se desenvolvem na Vila Maria há quatro ou cinco décadas constituíssem um processo único e contínuo. Torna-se possível, assim, reconhecer não apenas as transformações pelas quais passou a forma de vida ocupação, mas também os aspectos que perduram.[24] Com isso, a pesquisa coloca em prática uma concepção alternativa de tempo histórico, embora ela não exclua outras, como disse; não tenho intenção de ignorar ou minimizar as mudanças — meus interlocutores tampouco fazem isso — mas de levá-las em conta ao lado das permanências.

Para esclarecer estas premissas, vale fazer um contraponto com a concepção de tempo linear, sucessivo e histórico, manifestado por pesquisas dedicadas aos movimentos sociais no Brasil, sobretudo a partir da década de 1970. Muitos dos primeiros estudos estavam calcados em expectativas radicais de transformação social e política,[25] sendo seguidos por diagnósticos igualmente frequentes de um amplo processo de desmobilização, concomitante à redemocratização e à instauração da Nova República no país.[26] Concepções semelhantes de ascensão e queda das mobilizações podem ser apontadas em estudos mais recentes sobre ocupações, envolvendo períodos de tempo

---

[24] Alguns trabalhos da literatura sobre movimentos sociais urbanos podem ser aproximados a este entendimento alternativo de tempo. Ana Maria Doimo (1995), por exemplo, questiona a solidez das narrativas de ascensão e união de movimentos sociais nos anos 1970 e 1980, chamando atenção para o caráter instável de mobilizações feitas e desfeitas com frequência, e para o comportamento conjuntural que fazia movimentos transitarem entre posturas de crítica e de aliança em relação ao Estado. Estas constatações dão primazia ao âmbito das práticas e situações e podem ser vistas como formas de questionar a força de perspectivas de transformação radicais e de longa duração. Mais recentemente, James Holston (2013) desenvolve a noção de cidadania insurgente e pensa em termos de permanências, ainda que sujeitas a intermitências. Ele afirma que a insurgência "borbulha do passado em lugares onde as circunstâncias presentes parecem propícias a uma irrupção. Desse ponto de vista, o presente é como um pântano: vazando, cheio de furos, lacunas, contradições e mal-entendidos, existentes logo abaixo de todas as pressuposições tácitas que conferem ao presente sua aparente coerência." (HOLSTON, 2013, p. 62). O autor trata da persistência a partir da visão crítica sobre direitos e cidadania, à diferença do objeto mais ambivalente desta pesquisa, relativo a dinâmicas de mobilização e desmobilização.

[25] A título de exemplo, Maria da Glória Gohn escreve em 1985 que as reivindicações populares deviam ser "... consideradas dentro de uma prática política que objetiva a transformações das relações sociais capitalistas e esteja preocupada com a questão do socialismo, enquanto uma questão viva e presente." (GOHN, 1985)

[26] Ente inúmeros outros, podemos citar o trabalho de Gabriel Feltran (2005).

mais curtos. A presente análise, por sua vez, evita expectativas de futuro e diagnósticos pessimistas ou otimistas, entendendo as mobilizações como inseridas num "terceiro tipo de história", uma história "interminável" e "em andamento".[27]

Outra característica importante das reflexões aqui propostas dialoga com o caráter incerto e ambivalente das dinâmicas sociais e políticas na terra de ninguém. Assumo um tom menos assertivo e mais exploratório para a escrita, no intuito de reconhecer e trabalhar com a indeterminação e a ambiguidade destas dinâmicas, visível, como disse, na coexistência de concepções divergentes de moral e justiça, em ações que podem favorecer

[27] Novamente nos termos de Donna Haraway, que fala também da importância de mantermos distância em relação a "tempos que chamamos de futuro"; ela propõe que "estejamos verdadeiramente presentes, não como um pivô evanescente entre passados edênicos ou terríveis e futuros salvíficos ou apocalípticos, mas como criaturas mortais envolvidas numa miríade interminável de configurações de lugares, tempos, matérias, questões e significados." (Haraway, op. cit. p. 40) Foi também esta a compreensão que extraí de muitas de minhas experiências de campo na Vila Maria.

ou prejudicar a coletividade e na imprecisão da distinção entre processos de resistência e dominação.[28]

O contraste, neste caso, pode ser realizado com duas grandes vertentes dos estudos urbanos. Um primeiro conjunto corresponde a trabalhos engajados ou "militantes", orientados para o reconhecimento e a valorização das mobilizações sociais, escopo muitas vezes incompatível com a problematização das dificuldades, tensões e impasses

---

[28] Sigo Ananya Roy e Aiwha Ong, quando falam da importância de levar a ambivalência às últimas consequências, relativizando a chave dicotômica resistência/dominação, não apenas no plano empírico, mas também no analítico. Para elas, a resistência não pode ser a única modalidade significativa de ação em eventos e atividades urbanas no mundo em desenvolvimento. Lembram que há "atores e práticas que não podem ser claramente mapeados de antemão como estando do lado do poder ou do lado da resistência, como se estas posições pudessem ser delineadas de forma não problemática. É necessário liberar a cidade como continente conceitual das agências do capitalismo e dos subalternos para que diferentes abordagens analíticas possam explorar métodos para explicar como uma situação urbana pode ser ao mesmo tempo heterogeneamente particular e irrefutavelmente global. … Idealmente, estudos urbanos deveriam se abrir para a multiplicidade de eventos, inter-relações e fatores que, em sentidos igualmente caóticos e estratégicos, esperados e imprevistos, estão em jogo na formação de ambientes urbanos específicos." (ONG; ROY, 2011, p. 9-10) Também me serviu de inspiração a imagem dos vaga-lumes proposta por Didi-Huberman para pensar ações e grupos contra-hegemônicos em tempos de predomínio neoliberal: "A vida dos vaga-lumes parecerá estranha e inquietante, como se fosse feita da matéria sobrevivente - luminescente, mas pálida e fraca, muitas vezes esverdeada - dos fantasmas. Fogos enfraquecidos ou almas errantes. Não nos espantemos de que o voo incerto dos vaga-lumes, à noite, faça suspeitar de algo como uma reunião de espectros em miniatura, seres bizarros com mais, ou menos, boas intenções. … As sobrevivências, por sua vez, concernem apenas à imanência do tempo histórico: elas não têm nenhum valor de redenção. E quanto a seu valor de revelação, ele nada mais é do que lacunar, em trapos: sintomal, em outras palavras. As sobrevivências não prometem nenhuma ressurreição … Elas são apenas lampejos passeando nas trevas, em nenhum caso o acontecimento de uma grande 'luz de toda luz'. Porque elas nos ensinam que a destruição nunca é absoluta - mesmo que fosse ela contínua -, as sobrevivências nos dispensam justamente da crença de que uma 'última' revelação ou uma salvação 'final' sejam necessárias à nossa liberdade." (DIDI-HUBERMAN, 2009, pp. 13-4, 84)

constitutivos do cotidiano destas mobilizações.[29] Outro tipo de investigação é de natureza crítica, voltada a identificar processos de dominação e exploração, denunciando os interesses econômicos por trás dos investimentos e transformações urbanas, o papel negligente e conivente do poder público na produção e manutenção de assentamentos precários, e assim por diante.[30] O tom assertivo sustentado por essas duas grandes vertentes parece se justificar pela premissa de que a transformação social e política depende da identificação inequívoca seja de potencialidades, seja de perigos e ameaças. É desnecessário lembrar que não tenho intenção de questionar a importância destes estilos de reflexão, tanto que não deixo de mobilizá-los em alguns momentos da análise; a preocupação central, porém, é compreender as dinâmicas e arranjos mais sutis e complexos pelos quais articulações políticas e conquistas de moradia e serviços urbanos podem ocorrer em meio a revezes e retrocessos de todo tipo.[31]

Isabelle Stengers está diretamente relacionada com este partido analítico, na medida em que propõe um afastamento dos referenciais teóricos normativos ou críticos, há muito habituados a servir como "bússola das lutas", em favor de um necessário reconhecimento

---

[29] Em sua pesquisa sobre a história do pensamento sobre favelas no Brasil, Lícia Valladares (2005) aponta para o caráter "militante" de grande parte das pesquisas realizadas desde os anos 1980, incluindo aí as que se dedicaram aos movimentos sociais. Ela cita a sua própria etnografia (VALLADARES, 1978) e a de Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981) como casos isolados, que se propuseram a estudar contradições e conflitos internos constitutivos de favelas. Pelas mesmas razões, as pesquisas de Teresa Caldeira (1984) e Ana Maria Doimo (op. cit.) também foram importantes para mim. Doimo, particularmente, se volta ao estudo de movimentos sociais desde os anos 1970, falando em termos de uma "anomia ideológica", que dificultava a inserção dos movimentos sociais na chave esquerda-direita e de como as posições que encontrou em campo podiam variar de virtuosas a privatistas e intolerantes. Meu propósito obviamente não é criticar o estilo "militante" de produção e pensamento, mas indicar que ele coloca limitações para a consideração das ambivalências e contradições. Considerações de Cibele Rizek e Joana Barros (2006) reforçam as premissas aqui colocadas.

[30] Ver, por exemplo, trabalhos como o de Vera Telles (2010), Raquel Rolnik (2015) e Lúcio Kowarick (2009), este último dedicado a uma problemática similar à da presente pesquisa, mas em essência muito diferente.

[31] Mesmo sem assumir um tom positivo ou elogioso às mobilizações sociais que conheci, não deixei de me envolver com elas e de apoiar alguns de seus objetivos e anseios: destaco a elaboração de uma biblioteca virtual de documentos históricos sobre a região e a organização de um cadastro de moradores da ocupação Douglas Rodrigues, apresentados mais adiante. Quero dizer com isso que a perspectiva aqui proposta não é incompatível com o engajamento político e com a intenção de relacionar investigação e intervenção.

da falta de formas efetivas de responder às crises em que nos encontramos. Para a autora, as generalizações e a busca de garantias, nos planos teórico e prático, até mesmo se opõem a uma arte do cuidado e a um exercício da hesitação que ela considera fundamentais de identificar e desenvolver no contexto de "catástrofes" da atualidade. "O tempo das garantias acabou", afirma Stengers, o que significa que aquilo que vale deve ser definido em primeiro lugar como vulnerável, dependente de alianças e repercussões para proliferar. Compreende-se melhor com isso a insistência da autora no valor dos relatos e histórias, do pensar no "corpo a corpo" com as situações concretas em que nos encontramos, "com base no que podemos imaginar saber, e sem dar a esse saber o poder de uma definição".[32]

Alinhada a estas recomendações, a pesquisa aqui apresentada se distancia da formulação de modelos acabados e conceitos com alto nível de abstração e generalidade. Procuro reconhecer o valor intrínseco dos relatos etnográficos, com seu potencial de suscitar por si só o pensamento e a ação. A dimensão narrativa das análises pretende transmitir algo de minha experiência pessoal em campo, evocando um conhecimento afetivo que extrapola o domínio dos fatos e da reflexão teórica em sentido estrito. Para tanto, mobilizei também minha experiência com fotografia e incluí no início de cada capítulo uma seleção de três imagens para dialogar com os textos; elas presentificam os acontecimentos narrados e procuram oferecer um quadro vívido e polissêmico do conteúdo das discussões.[33]

Resta dizer que o foco em contar histórias explica porque não busquei dialogar extensivamente com teorias e conceitos consagrados no campo dos estudos urbanos, limitando-me a citar alguns de seus principais autores e ideias — deixando em aberto a

---

[32] Para Stengers, "uma situação pode se tornar interessante, digna de fazer pensar, capaz de suscitar o gosto pelo pensamento, se ela foi produzida por um processo de aprendizado concreto, em que as dificuldades, as hesitações, as escolhas, os erros fazem parte da narrativa tanto quanto os êxitos e as conclusões" (STENGERS, 2015, cap. 13).

[33] Seguindo paradigmas da antropologia visual, onde destaco a síntese de Sylvia Caiuby Novaes (2008).

possibilidade de estabelecer múltiplas relações com trabalhos existentes e futuros.[34] Na medida do possível, o diálogo com as referências teóricas foi transposto para as notas, o que também atende à intenção de ampliar a acessibilidade do texto ao público não especializado.

Invenção cultural

Há uma importante razão adicional para empregar a noção de forma de vida. Com ajuda de textos relacionados à virada ontológica, aprendi a reconhecer problemas de tradução e incompletude inevitáveis entre a análise e a realidade social com a qual entrei em contato.[35] As complexidades e diferenças radicais por mim encontradas na Vila Maria me levaram a uma modalidade de análise diferente da comumente adotada pelos estudos urbanos. Se associasse a ideia de ocupar simplesmente a um processo social ou cultural, ou

---

[34] As palavras de Anna Tsing são exemplares neste sentido: "[a]té hoje, continuo a achar que a descrição etnográfica é o dom mais importante da nossa disciplina. Muito tempo depois que os quadros teóricos de que somos tão orgulhosos em inventar forem para a lata de lixo, a descrição etnográfica permanecerá viva. O 'algo mais' nessas descrições — para além do argumento teórico — inspira novos pensamentos e novos argumentos. Apesar de toda a pressão sobre nós para nos tornarmos filósofos instantâneos, o legado desse 'algo mais' é algo que devemos lutar para preservar." (TSING, 2019, p. 92). Em síntese, podemos dizer que as teorias passam, mas as etnografias ficam. Dois trabalhos que, como este, também foram realizados por pesquisadores com dupla formação em arquitetura e antropologia, constituem referências interessantes neste sentido. A etnografia de Carlos Nelson Ferreira dos Santos (op. cit.) continua representando um marco para os estudos sobre urbanização de favelas há mais de 40 anos, mesmo tendo estabelecido um debate conceitual restrito com a produção sociológica da época. Exemplo mais recente é o livro de Trevor Marchand (2009) sobre os pedreiros da cidade de Djenné, abdicando inteiramente de dialogar com a bibliografia e de propor conceituações de grande envergadura. Sobre este último trabalho, vale consultar a análise crítica de Michael Herzfeld (2010).

[35] O que exponho a seguir representa uma tentativa de elaborar a noção de forma de vida com base em algumas das principais referências que costumam ser associadas à virada ontológica, especialmente Henare, Holbraad e Wastell (op. cit.), Holbraad e Pedersen (op. cit.), Strathern (1988 e 1991), Viveiros de Castro (op. cit. e 2015), Cadena (2015), Hage (2015), Heywood (2015) e Wagner (1981).

a concepções consagradas de tempo e espaço, não poderia fazer jus às complexidades e diferenças radicais que estavam aparecendo em minhas experiências de campo. Assim, a ideia de uma forma de vida se refere a uma alteridade radical, dificilmente enquadrável como variação de conhecimentos já acumulados sobre cidades, favelas e ocupações. Trato a forma de vida ocupação como se pertencesse a um outro mundo, reconhecendo e desenvolvendo possibilidades alternativas de existência, mesmo no seio de nossas sociedades modernas.[36] É óbvio que não afirmo estar tratando literalmente de outro mundo (ou de outra ontologia), seja porque não acredito que meus interlocutores diriam isso sem ressalvas ou advertências, seja porque a forma de vida ocupação que encontrei na Vila Maria se relaciona, de múltiplas maneiras (por diferenças, mas também por semelhanças), ao contexto metropolitano de São Paulo (em contraste com as realidades investigadas por grande parte dos trabalhos alinhados à virada ontológica).[37] A noção de forma de vida serve justamente para evitar falar em ontologia e, ao mesmo tempo, manter a preocupação com a alteridade radical, preservando alguns dos pressupostos centrais desenvolvidos pela virada ontológica, como exponho a seguir.

Antes de mais nada, aprendi a reconhecer o caráter inesgotável e intrincado das experiências que vivi e percebi que não encontrava respostas muito satisfatórias para as perguntas que eu tinha feito inicialmente. Não conseguia saber ao certo, por exemplo, o nível de importância, apoio ou oposição que moradores de uma área atribuíam a esta ou a

---

[36] Gassan Hage defende o cultivo de um *ethos primitivista* para a antropologia, não restrito ao estudo de outras culturas ou sociedades, mobilizável por pesquisas abertas ao reconhecimento da alteridade radical mesmo em nossos contextos modernos. "A alteridade radical está presente em todo lugar. Há sempre um exterior a um sistema de inteligibilidade, de governamentalidade, de domesticação, de razão instrumental e assim por diante." (HAGE, op. cit., p. 57) E ainda: "o antropólogo crítico é alguém que está sempre em busca de realidades ou espaços mínimos e invisíveis escondidos no mundo à nossa volta (…) estas realidades têm aparecido cada vez mais nas fissuras da modernidade ocidental e são o solo fértil no qual um *ethos* antropológico crítico pode germinar." (ibid., p. 56). Eduardo Viveiros de Castro, por sua vez, parte da crítica a um pensamento hegemônico que entende o índio como pobre, para afirmar a importância de estudar o pobre como índio (VIVEIROS DE CASTRO, 2014). Sugere também a importância de fazer com que a endoantropologia se inspire na exoantropologia: "A viabilidade de uma autêntica endoantropologia, uma 'antropologia de nós mesmos', aspiração que está hoje na ordem do dia da agenda disciplinar por múltiplas razões, algumas até razoáveis, depende assim crucialmente da ventilação teórica favorecida desde sempre pela exoantropologia, uma 'ciência de campo' no sentido que realmente interessa." (id., 2015, p.23)

[37] Nesse caso me inspiro em alguns dos argumentos de David Graeber (2015).

aquela forma de se organizarem coletivamente. Também não conseguia saber se as questões que me interessavam, relacionadas aos espaços coletivos e às dinâmicas políticas cotidianas, estavam de fato no centro das preocupações deste ou daquele grupo ou pessoa. Aprendi a conviver com a sensação de estar atribuindo pesos desproporcionais a estas questões e construindo uma imagem algo distorcida dos bairros que pesquisei. Pessoas que conhecia podiam, por exemplo, fazer críticas a bailes-funk, manifestar preocupações com relação a grupos criminosos, engajar-se em tentativas de se organizarem para fazer frente a determinado problema. Mas cada um destes assuntos poderia ser usado para pintar um quadro que jamais se assemelharia à minha experiência de vida nestes locais, e menos ainda à experiência de meus interlocutores. A percepção desta insuficiência não diminuía conforme ampliava-se o número de pessoas que eu conhecia, as conversas e eventos dos quais participava e a quantidade de visitas de campo que realizava. Permaneciam muitas das dúvidas e lacunas iniciais e elas somavam-se a outras, que iam surgindo ao longo do tempo.[38] No entanto, este não era um problema apenas do pesquisador: aprendi a reconhecer que meus interlocutores também tinham versões diferentes dos mesmos acontecimentos e os avaliavam com base em critérios e valores particulares. Observei inclusive como a versão que eu estava construindo da história das favelas locais trazia novidades que surpreenderam muitos deles.[39]

Enfim, tudo apontava para a impossibilidade de construir um quadro geral ou representativo dos bairros pobres da Vila Maria, ou mesmo da posição de certos grupos quanto às dinâmicas políticas e espaciais que me interessavam. Se ainda estivesse procurando generalizações ou representações fiéis da vida social e política que conheci, teria que relevar ou minimizar uma série de impasses e dificuldades.

A resposta para este tipo de problema começa por admitir a impossibilidade de elaborar traduções fiéis ou suficientes da realidade social, e conduz a tentativas mais inventivas de análise. Afirmar os limites dessas traduções não se confunde com afirmações de que a análise oferece apenas mais uma "visão da realidade" entre outras, porque o que assumimos como "realidade", nessa expressão, também é algo construído e cheio de lacunas, não podendo servir como parâmetro ou constante, a subordinar as diversas visões

---

[38] Sigo aqui a discussão sobre fractais e lacunas proposta por Marilyn Strathern (1991), que também foi inspiração central para a pesquisa de Karina Biondi (2018) sobre o PCC em São Paulo.

[39] David Graeber (op. cit.) me ajudou a perceber esta semelhança entre etnógrafo e interlocutores, no sentido de que nenhum de nós está livre de problemas insolúveis para se entender ou entender o mundo à nossa volta. Todos precisamos lidar com o que não conhecemos.

ou perspectivas.[40] Na verdade a suposta objetividade desta "realidade" obscurece a presença da alteridade radical. Forçar uma suposta objetividade pode trazer de volta pela janela grande parte das suposições (sobre cidades, favelas, ocupações etc.) que julgávamos ter expulsado pela porta ao adotar este relativismo dos pontos de vista. Ao contrário, quando reconhecemos a realidade como pouco acessível, como nunca completamente passível de ser mapeada, recuamos da pretensão, do lugar de poder e dos impasses relacionados aos dispositivos de generalização e representação e podemos elaborar uma reflexão que se quer experimental. O que não significa falta de rigor, nem tampouco propor um livre exercício ficcional, mas assumir a disposição de refletir com meus interlocutores: sem pretender falar em nome deles, sem preencher as lacunas e incompletudes de suas visões de mundo e falas, mas também sem buscar decalcar, imitar ou repetir suas formas de agir e pensar e sem fazer com que pressupostos quanto ao que é a "realidade" sejam usados para subjugar outras possibilidades que o nosso próprio pensamento e o dos outros possam acessar.

Experimentando com esta modalidade de análise, assumo as reflexões aqui propostas como uma invenção cultural[41], que quer se colocar ao lado (e não acima) das que encontrei entre meus interlocutores na Vila Maria. Pretendo que as discussões que se seguirão não busquem substituir ou anular as das pessoas que conheci, mas se somar a elas, buscando ampliar a riqueza e a complexidade da vida social e política nos bairros pobres da Vila Maria.[42] Não se trata de construir um discurso ponto a ponto similar ao de meus interlocutores, mas de reconhecer e trabalhar com as diferenças. Na verdade, a ideia é elaborar e explicitar similaridades e diferenças, considerando que ambas as operações são formas de se conectar com a vida social em questão.[43] O melhor exemplo deste

---

[40] Ver as considerações de Eduardo Viveiros de Castro (2003 e 2015).

[41] Nos termos propostos pelo trabalho clássico de Roy Wagner (op. cit.). Também é possível pensar, com Eduardo Viveiros de Castro (2003), que realizo uma "equivocação controlada", traduzindo uma noção associada a múltiplos sentidos e propósitos no intuito de desenvolver as reflexões específicas desta tese.

[42] Com base nas reflexões sobre "autoantropologia" de Marilyn Strathern (1987), estas considerações estão próximas da figura do escritor e distantes da do autor. Em outras palavras, pretendo escrever uma análise que se justapõe às de meus interlocutores, em vez de pretender substituí-las. Não estou levando na devida conta a reflexão de Strathern, para quem o estabelecimento destas distinções depende em parte da posição do próprio leitor como interna ou externa à realidade estudada.

[43] O raciocínio está de acordo com discussões sobre equivocidade controlada, propostas por Viveiros de Castro (2015) e com elaborações ulteriores que retirei dos trabalhos de Marisol de la Cadena (op. cit.) e Heywood (op. cit.).

procedimento é justamente a noção de ocupar proposta pela pesquisa. Tomei emprestado o termo de movimentos sociais que reivindicam direito à moradia e à cidade, mas busco modificá-lo, limitá-lo em alguns sentidos e ampliá-lo em outros. Aqui, esse termo quer referir, também, uma forma de viver a cidade. A própria noção de forma de vida não deve ser vista como uma representação fiel do que encontrei, mas como um artifício deliberado de análise. As similaridades e diferenças que surgem dessas operações analíticas são modos de conexão das ficções da antropologia com os fatos aos quais se referem, sem que haja intenção de querer dar conta de ou mapear a vida social, que, aliás, sempre escapa da análise.

É fundamental dar indicações daquilo que escapa da análise aqui proposta. Grande parte das reflexões que associo à forma de vida ocupação deriva de meu contato com parcelas específicas da vida social e política local. Nesse sentido, em primeiro lugar, deixo claro que a maioria de minhas visitas ocorreu em três bairros: ocupação Douglas Rodrigues e favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê (mesmo assim, circulei por vários outros bairros e ocupações, incluindo o Conjunto Habitacional Cingapura Novo Mundo). Na verdade, não delimito estes perímetros com muita rigidez ao longo do texto porque, como pretendo argumentar, os fenômenos que observei dão vários indícios de se estenderem a bairros vizinhos aos que frequentei, e mesmo além.[44]

Em segundo lugar, cabe lembrar que minhas preocupações estão quase sempre centradas em espaços coletivos, entendidos como ocupados por grupos ou pessoas para fins diversos: falo de dinâmicas políticas que ocorrem nas praças e ruas, mas também em alguns espaços institucionais, como o Centro da Criança e do Adolescente Cidade Nova (CCA Cidade Nova) e o Centro Educacional Unificado (CEU) Novo Mundo. Assim, quase não trato dos espaços internos de moradias, templos religiosos, comércios e negócios, entre outros lugares.

Um terceiro ponto que situa aspectos que podem ter ficado de fora da análise refere-se a que a maior parte das pessoas com quem conversei tinham idades superiores a 30 ou 40 anos. Isso se explica porque meu acesso às redes sociais locais começou e continuou com pessoas que viviam no bairro há algum tempo, boa parte delas dotada de um histórico de engajamento na comunidade, em atividades ou organizações novas ou datadas dos anos 1970 e 1980. Assim, grande parte de meus interlocutores tinha interesse em refletir sobre a vida social, em se envolver com a política local relacionada à ocupação e

---

[44] Em diversos momentos, este recorte difuso no espaço me permite falar de experiências que tive "em uma das favelas ou ocupações" da Vila Maria. Além disso, boa parte do terceiro capítulo se refere à "ocupação Vila Maria", um caso fictício que reúne experiências e relatos coletados em ocupações diferentes e não identificadas na análise. Estes são artifícios para proteger meus interlocutores ao tratar de questões delicadas, ou que poderiam ser usadas para prejudicá-los.

à construção de questões e espaços coletivos. Convivi menos com pessoas que, sob vários aspectos, tinham um envolvimento mínimo com lideranças, movimentos ou eventos sociais que ocorriam nas ruas, praças e espaços institucionais. Vale ressaltar também nesse último grupo a presença de moradores que haviam se mudado recentemente para as favelas mais consolidadas, ou que moravam em ruas que me pareceram ter um baixo nível de interação social local. Muitas pessoas pareciam equacionar suas vidas sem se envolverem nas redes sociais da vizinhança.

Fica claro, portanto, que há inúmeros aspectos das favelas e ocupações da Vila Maria que não são abordados na pesquisa, ou que são interpretados por meio da perspectiva particular que meus interlocutores me ofereceram deles: bailes-funk e outras práticas culturais e de lazer, família, infância e juventude, atividades de comércio e produção de mercadorias e serviços, relações de vizinhança e ajuda mútua, práticas religiosas, universo da criminalidade, entre outras. Estas observações servem para indicar, mais uma vez, o quanto a forma de vida ocupação é uma invenção cultural realizada com base num recorte específico da vida social que conheci, não podendo ser empregada para atribuir uma identidade única ou homogênea a estes bairros ou ao conjunto de seus moradores (muito menos pode ser usada para estigmatizá-los ou atribuir-lhes qualidades negativas, problemáticas e indesejáveis).[45]

Se as considerações precedentes vinculam a forma de vida ocupação à realidade social dos bairros pobres da Vila Maria, há uma segunda possibilidade de análise que não só não exclui a primeira como permite também imaginar que ela se espalha por outras áreas da cidade. Para desenvolvê-la, busco inspiração numa série de equiparações que meus interlocutores realizam entre bairros (ou parcelas sociais) ricos e pobres, para mostrar que sob muitos aspectos eles não afirmam viver uma realidade diferente ou pior em relação ao resto da cidade. Exemplos disso são: apontar que o direito de alugarem cômodos na favela é simétrico ao de ricos alugarem seus imóveis, ou mencionar que, tanto quanto as áreas de favela, toda a região entre o Jardim Andaraí e o Parque Novo Mundo também foi objeto de ocupações ilegais. Meus interlocutores afirmaram, ainda, que no

---

[45] Não vejo atributos como precariedade e incerteza como necessariamente ruins ou inoportunos, e há também qualidades que podem ser vistas mais univocamente como tais, a exemplo da inventividade das práticas e relações sociais; não deixo de apontar uma série de aspectos que podem ser considerados sob o signo da falta ou da insuficiência, mas tais qualificações aparecem sobretudo por meio da visão de meus próprios interlocutores e não diretamente através de um contraste por assim dizer relacional com outros contextos da cidade ou com modelos de vida urbana mais favoráveis. Este é outro ponto em que a presente análise se distancia da pesquisa de Lucio Kowarick (op. cit.). Não se trata de reduzir a importância deste e de tantos outros trabalhos, mas de observar que estão baseados em outros pressupostos epistemológicos.

Morumbi e em Brasília também há ladrões e que é preciso deter a construção de um barraco para evitar o surgimento de outros, tal como sabem que assentos danificados do metrô de São Paulo precisam ser rapidamente consertados para não servirem de incentivo a novos danos.

O fato de realizarem estas equiparações permite imaginar paralelos e continuidades maiores do que os que geralmente se supõem entre áreas ditas "formais" e "informais" da cidade — o que mostra como essas distinções são no mínimo problemáticas. Com base nestas considerações, e ainda que este não seja o propósito da pesquisa, vale indicar que a forma de vida a que me refiro pode iluminar inúmeros outros contextos, desde que sejam experimentados e interpretados por meio desse sentido de precariedade, incerteza e desafios para a realização de articulações coletivas que atribuí à noção de ocupar.[46]

Em suma, a cidade pode ser vivida como uma ocupação quando as pessoas sentem que não podem contar muito com o Estado e com outras formas consolidadas de organização coletiva para assegurar direitos, satisfazer necessidades e resolver conflitos; quando as relações de proximidade física são relevantes para composições políticas; quando moradores de uma área não podem confiar muito em acordos, normas ou regras estabelecidas, sentindo-se sujeitos a riscos, perigos e ameaças em grande medida presentes no espaço urbano, contra as quais é preciso assumir atitudes que vão da cautela ao confronto e, finalmente, quando as pessoas passam necessidades e têm que enfrentá-las tentando fixar parâmetros, regras, previsões e articulações coletivas muitas vezes parciais ou efêmeras, em meio a um contexto resistente às suas iniciativas, por vezes sem poder nem mesmo contar com expectativas de melhora ou mudança.

---

[46] Nesse sentido, faço coro às considerações de Lícia Valladares (2005, p. 163): "Se deixarmos de confundir os processos sociais observados na favela com os processos sociais causados pela favela, será possível compreender fenômenos que, apesar de se manifestarem de fato nas favelas, também se manifestam em outros lugares. Ou, melhor dizendo, na medida em que certos problemas deixassem de ser estudados exclusivamente na favela, eles assumiriam uma outra dimensão." Também sigo aqui as propostas para uma antropologia pós-social, de Marilyn Strathern e Cristina Toren, apresentadas numa coletânea organizada por Tim Ingold (1996, p. 45-80). Strathern especificamente considera substituir o conceito de sociedade, entendido como conjunto discreto e delimitado, para falar em termos de socialidade, onde relações se estabelecem de modo mais aberto e fluido. Evidentemente, não estou afirmando que as reflexões teóricas da pesquisa possam ser aplicadas de forma indiscriminada, sem os devidos cuidados e mediações.

Síntese e trajetória da pesquisa

Comecemos a explorar o potencial das histórias por meio de um relato da própria trajetória de minhas atividades de pesquisa, aproveitando para apresentar as diferentes partes e capítulos da tese.

Cheguei à Vila Maria em fins de 2016 para realizar uma investigação etnográfica sobre a construção e implementação do Centro Educacional Unificado (CEU) Novo Mundo. Buscava, então, dar continuidade à discussão sobre os CEUs que fiz em minha dissertação de mestrado.[47] A indicação do local partiu de arquitetos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) de São Paulo responsáveis pelo planejamento dos CEUs que a gestão de Fernando Haddad (2013-2016) pretendia implementar em São Paulo. A exemplo de outros centros educacionais do município, o CEU Novo Mundo ofereceria num só local um conjunto de equipamentos de educação, lazer, cultura e esporte e traria também um projeto complementar chamado Território CEU para articular os equipamentos e espaços públicos do entorno por meio da implementação de alargamentos de calçadas, ciclovias, arborização e iluminação pública, entre outras melhorias. Escolhi estudar o CEU Novo Mundo porque, de acordo com os técnicos da SMDU, era o centro educacional que tinha as obras mais adiantadas e que produziria talvez o maior impacto sobre uma realidade urbana dotada de enormes carências.[48] Entre os problemas apontados pelos técnicos estavam a alta densidade populacional das favelas locais, a falta de escolas infantis e creches, a ausência de espaços livres na região, problemas crônicos de drenagem e esgoto que ocasionavam inundações e entupimentos recorrentes, e conflitos entre os pedestres e o fluxo de caminhões e outros veículos que

---

[47] Ver Spira, 2015.

[48] Apresentei minha pesquisa de mestrado aos arquitetos da SMDU em dois encontros ocorridos em dezembro de 2013. Reuniões direcionadas à presente pesquisa ocorreram em abril e dezembro de 2016, envolvendo principalmente os arquitetos Rafael Murolo, Eduardo Martini e Tereza Herling. A indicação para visitar a área partiu também de Jordana Zola, uma amiga arquiteta que ali estava desenvolvendo projetos desde 2011. Ela fizera parte da equipe vencedora do projeto de requalificação urbana local, desenvolvido no âmbito do concurso Renova SP, organizado em 2011 pela gestão municipal de Gilberto Kassab (2006-12). O projeto não foi executado. Em seguida, o escritório de Jordana (Zehbra Arquitetos) venceu uma licitação e foi contratado pela SMDU para desenvolver o projeto do Território CEU. O projeto do CEU Novo Mundo, por sua vez, foi desenvolvido por outros colegas, do escritório B Arquitetos e teve as obras concluídas recentemente, com modificações substanciais de projeto e redução dos espaços abertos originalmente definidos.

usavam algumas das ruas locais como interligação entre a Rodovia Dutra e a Marginal Tietê.

As obras do centro educacional foram paralisadas pouco depois de minhas primeiras visitas às ruas e escolas da favela Cidade Nova, ainda em fins da gestão de Fernando Haddad, devido, em parte, à crise política e econômica ocorrida no âmbito federal – de onde provinha uma parcela dos recursos para a construção. As gestões de João Doria (2017-2018) e Brunos Covas (2018-2020) trouxeram mudanças radicais nas prioridades de governo, de modo que os CEUs começados por Haddad permaneceram como obras suspensas ou intermitentes por cerca de quatro anos (até os últimos meses anteriores às eleições de 2020), fato que recebeu cobertura tímida dos meios de comunicação. Fui me dando conta de que a gigantesca carcaça de concreto do centro educacional havia se tornado uma presença permanente na paisagem local. A população a via em meio a um amplo terreno vazio e murado, ao lado do qual permaneciam as mesmas vias estreitas onde pedestres, entre eles crianças e idosos, disputavam espaço com caminhões, motocicletas e outros veículos. As alternativas de esporte, lazer e cultura continuaram escassas e o Centro de Educação Infantil (CEI) Cidade Nova, por exemplo, situado nas proximidades do CEU, seguiria com filas de espera de mais de um ano, conforme depoimentos que apurei depois, de educadoras do equipamento.

O que fazer com uma pesquisa sobre um CEU inconcluso, com obras paralisadas? Foi no contato com a população local que comecei a reavaliar meus objetivos. As pessoas com quem conversei na região não se mostraram surpresas com a interrupção das obras. Algumas delas a colocaram numa longa lista de decepções com a atuação do poder público, sustentando uma descrença generalizada em relação à sua presença na região. Isto me ajudou a entender o engavetamento de projetos como parte constitutiva da realidade que eu estava investigando. Mas havia algo mais. Esta era a segunda vez que meu objeto de pesquisa escapava por entre os dedos: antes de chegar à Vila Maria, havia planejado dedicar meu doutorado a uma etnografia de dois CEUs que haviam sido encomendados em 2015 pela prefeitura de São Bernardo do Campo ao escritório Brasil Arquitetura, de cuja equipe de projeto eu participara. Estes CEUs também tiveram as obras paralisadas por conta da interrupção de recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), novamente por conta da crise no governo federal que culminou no golpe de Estado e na saída da presidente Dilma Roussef, em agosto de 2016. Fica claro, assim, que os contratempos enfrentados no percurso da pesquisa repercutiam uma crise de amplas proporções, que afetava a capacidade de resposta do poder público em diversos lugares.

Tal mudança no cenário nacional encontrava afinidades com o deslocamento de interesses e preocupações que passei a ter como pesquisador na mesma época. Retrospectivamente, penso num contraste entre as expectativas e valores que me guiaram na realização do mestrado e as que passei a ter posteriormente. Posso dizer que o mestrado se orientava pelo clima de combate à desigualdade social de fins da Era Lula.

Além de objetivos mais teóricos e reflexivos, procurei oferecer instrumentos para que educadores, arquitetos e cidadãos lidassem melhor com o cotidiano dos CEUs em São Paulo. Num certo sentido as paralisações de projeto que citei já apontavam para uma necessidade de baixar o tom das afirmações e expectativas sobre políticas públicas e colocar problemas mais fundamentais ou de base. Isso se reforçou com as reflexões que muitos moradores da Vila Maria dividiam comigo a respeito de como seus bairros estavam desmobilizados ou desarticulados: como disse, alguns deles avaliaram a Vila Maria, ou mesmo toda a Zona Norte, como áreas da cidade desmobilizadas ou predominantemente alinhadas a valores políticos conservadores, onde movimentos sociais e mesmo práticas de cultura periférica existiriam em proporções reduzidas, quando comparadas a outros bairros e regiões de São Paulo. Assim, também nas localidades que passei a investigar, havia um cenário desanimador ou problemático para pensar as possibilidades de transformação política e social.

Por fim, a necessidade de reduzir a marcha das análises e as expectativas de transformação aí implícitas ocorreu por meio do contato com textos de antropologia e filosofia política que conheci nos estudos que realizei para o doutorado, e que têm colocado questionamentos radicais em torno de teorias e pressupostos consagrados da política em nossas sociedades modernas, sobretudo a partir de pesquisas sobre outras culturas, ontologias e alteridades radicais.[49] Essas leituras, como indiquei antes, me deram ferramentas para reconhecer e refletir a respeito de um cenário de crises e catástrofes em curso ou iminentes, que vão muito além do curto prazo e do âmbito político e econômico nacional, identificando e antecipando desastres em grande parte irreversíveis, de cunho social e ambiental, no mundo todo. Mais do que isso, essas referências relacionavam esses problemas a pressupostos de ação e pensamento próprios aos programas dos mais variados partidos e forças políticas de nossa época, todos voltados à valorização da produção e do desenvolvimento econômicos, como se isto não levasse necessariamente ao acirramento dos processos de exploração e dominação de humanos e não humanos. Tempos depois, passaria a reconhecer nos bairros pobres da Vila Maria um conjunto de questões e preocupações que de certa forma já havia visitado em muitos desses trabalhos, com destaque para as que delineei antes ao qualificar as dimensões de espaço, política e tempo, próprias à ideia de ocupar como forma de vida. Enfim, num momento de carência de alternativas em relação aos valores da produção, do progresso e do desenvolvimento, fui percebendo o interesse de dialogar com pesquisas que vêm revelando e desenvolvendo

---

[49] Entre estes textos estão alguns dos já citados (STENGERS, 2009; HARAWAY, op.cit.; TSING, 2015; CADENA, op. cit.; HAGE, op. cit.), mas também outros (STENGERS, 2007; STENGERS; PIGNARRE, 2011; VIVEIROS DE CASTRO; DANOWSKI, 2014). Conheci boa parte desses trabalhos no curso *Cosmopolíticas, conflitos ontológicos e formas de expressão*, ministrado na FFLCH-USP por Renato Sztutman em 2016.

saberes e práticas associados a coletividades subalternas há muito habituadas a viver e proliferar em cenários adversos.

O processo de pesquisa teve muitas idas e vindas e a direção que estas reflexões tomariam não estava clara no período de minhas primeiras visitas, concentradas nas favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê. No curso do trabalho de campo e inspirado pela leitura de uma literatura pouco utilizada nos estudos urbanos, fiz uma reavaliação das expectativas, valores e visões de mundo que inspiravam minhas escolhas temáticas e teóricas. Fui sendo levado a pensar para além do horizonte das políticas públicas e mesmo de programas de ação e resistência direcionados à justiça social, nos marcos da política governamental e institucional. O CEU Novo Mundo deixou assim de ocupar o centro de meus interesses e passei rapidamente pela hipótese de considerar os equipamentos públicos da região como um sistema interligado de atendimento, à semelhança de um centro educacional, para logo perceber que não havia comunicação cotidiana ou contato efetivo entre eles.

Procurei então saber se as ruas, praças e outros espaços coletivos que estava conhecendo nas imediações podiam se tornar objeto principal da pesquisa. Assim se aprofundou meu envolvimento com os moradores e com pessoas interessadas em pensar e atuar sobre os espaços coletivos das favelas Cidade Nova e, mais tarde, Vila Nova Tietê.[50] Num primeiro momento busquei bons exemplos de mobilização social e política nesses bairros, mas também neste caso minhas expectativas não foram correspondidas (somente

---

[50] Para ser mais preciso: meus contatos com a ONG Projeto Elias começaram em outubro de 2016. Na mesma época conversei também com educadores da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Paulo Carneiro e Centro de Educação Infantil (CEI) Cidade Nova. A partir de março de 2017 realizei algumas visitas ao Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) Cidade Nova. Na igreja Cristo Salva, fiz duas visitas em abril do mesmo ano. Outro equipamento que esteve presente em minhas visitas de campo foi o Clube da Comunidade (CDC) Elias da Silva Trindade, que estava sendo reformado e administrado pela ONG Projeto Elias e foi inaugurado em setembro de 2017. Frequentei também conselhos participativos do Perímetro de Ação Integrada (PAI) Jardim Japão I e do Programa Córrego Limpo, sobre os quais falarei mais adiante. Realizei visitas ao Cingapura Novo Mundo e às ocupações de áreas públicas na região. Além disso, conversei com muitos moradores da favela Cidade Nova, principalmente na rua Nossa Senhora Aparecida. Em novembro de 2017 comecei minhas visitas à favela Vila Nova Tietê, onde concentrei contatos na rua São Felipe. Na mesma rua fica a igreja católica São José Operário, outro ponto recorrente de minhas visitas, onde pude acompanhar a realização de uma série de atividades religiosas, culturais e sociais. Grande parte das 57 visitas realizadas até o fim de 2017 ocorreu nestes lugares e contextos.

depois viria a saber de ocupações de terrenos privados, casos que se enquadrariam melhor nestas preocupações iniciais).

Mais tarde, quando a ideia de ocupar como forma de vida estava sendo delineada, percebi que este quadro de desmobilização e desarticulação apontado por muitos dos moradores das favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê poderia ser assunto de uma das três partes da tese, mais precisamente da segunda parte. Dei a ela o nome de *Declínios* porque as lideranças antigas comparavam a desarticulação do presente com o alto nível de engajamento e união dos moradores sobretudo nos anos 1980, época do surgimento das favelas na região. A ideia de declínio, porém, não reflete os saberes e práticas que permitiam a muito moradores lidar com as adversidades, nem os modos como eles seguiam obtendo conquistas e melhorias de vida. Em vista destes fatores, o título deve ser visto também como uma referência irônica à concepção linear de tempo empregada não apenas na realidade local por alguns de meus interlocutores, mas também frequente nas explicações do arrefecimento de mobilizações sociais no Brasil de modo geral. A intenção é desestabilizar o lugar dominante que essas interpretações totalizantes adquiriram, mostrando como as transformações (e declínios) convivem com as permanências e sobrevivências, reconhecidas como relevantes também por muitas das pessoas que estavam engajadas nas experiências que apresento na segunda parte da tese. Em outras palavras, trata-se de colocar em prática o que disse anteriormente a respeito da coexistência de entendimentos diversos do tempo histórico, que inclui mudanças tanto quanto permanências.

A primeira parte da pesquisa trata justamente das memórias e registros históricos que passei a recuperar nas visitas de campo e que foram surgindo naturalmente nas interações com moradores, inclusive como parâmetro por meio do qual se estabelecia o quadro de desmobilização do presente. Além de recordações citadas informalmente em conversas, realizei entrevistas com antigas lideranças das favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê e também me baseei em uma série de documentos históricos sobre a região entre as décadas de 1970 e 1980.[51] O título desta primeira parte, *Surgimentos*, também estabelece uma relação irônica com concepções de tempo lineares e avaliações nostálgicas e elogiosas das mobilizações do passado. Embora estas formas de ver estejam presentes nas entrevistas e memórias, aponto também para a existência de sentidos próximos ao do tempo contínuo ou do presente espesso a que venho me referindo. Uma análise aprofundada dos relatos mostra que as mobilizações na época de surgimento das favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê também eram parciais e sujeitas a uma série de desafios e

---

[51] As entrevistas começaram em outubro de 2017 e estenderam-se até fins de 2019, intercalando-se com outras atividades. Foram cerca de 15 pessoas entrevistadas, algumas delas em duas ou três ocasiões. Utilizo transcrições destes encontros em diversos momentos da primeira parte.

dificuldades. Mais do que isso, nas entrevistas, muitas vezes os eventos do passado não obedeciam a um encadeamento rígido e pareciam formar um aglomerado ou camada de experiências difíceis de serem postas em sequência. A mesma temporalidade estava presente nos relatos de moradores das ocupações de terra recentes na região.

Em fins de 2017, quando havia registrado boa parte dos materiais que seriam analisados nas duas primeiras partes da tese, conheci José Miguel da Silva, uma antiga liderança da Vila Nova Tietê e que também fazia parte da diretoria da vizinha ocupação Douglas Rodrigues. Comecei a perceber que as mobilizações e lutas que estavam ocorrendo ali e em outras ocupações da região contrastavam com o clima político desmobilizado da Cidade Nova e da Vila Nova Tietê. Assim, as ocupações recentes de áreas públicas e terrenos privados se tornaram rapidamente uma terceira frente de investigação, inclusive porque podiam ser entendidas como decorrentes das dinâmicas políticas e sociais das favelas consolidadas à volta. Em grande medida, as ocupações eram compostas pelos moradores mais pobres dessas favelas, incapazes de arcar com os valores de aluguel, que cresciam na região. Assim, situações de pobreza e precariedade concentradas voltavam a se reproduzir, o que sugeria uma série de semelhanças e diferenças entre as situações que eu estava pesquisando no passado e as que observava no presente da Vila Maria. Nesse processo, as visitas de campo se multiplicaram, bem como as questões e necessidades de esclarecimento que me preocupavam.[52]

Apresento este material na terceira parte da tese, a mais relevante para compreender ocupações em curso na atualidade. Chamei-a de *Persistências* para aludir às relações que estabelece com as situações estudadas anteriormente, ou seja, trata-se tanto da persistência das condições precárias e mobilizações do passado (discutidas na primeira parte), quanto de esforços que persistem no contexto desmobilizado atual, apresentado na segunda parte. Para além das questões particulares destas novas ocupações, o fato de combinarem aspectos narrados nas partes anteriores não aponta simplesmente para os mesmos problemas, mas leva a questões novas, que surgem da presença simultânea de tendências para a mobilização e para a desmobilização, relações de confiança e

---

[52] Meu contato com ocupações já havia se iniciado principalmente por meio das reuniões e visitas de campo realizadas no âmbito dos conselhos participativos dos programas Córrego Limpo e Perímetro de Ação Integrada Vila Maria I. As visitas se intensificaram em fins de 2017 e estenderam-se sobretudo até outubro de 2019. Em seu conjunto, diria que as ocupações foram objeto de cerca de cem visitas de campo. As quantificações que vim apresentando nestas notas não são precisas porque muitas visitas envolviam experiências em distintos lugares, e muitos interlocutores forneceram contribuições para mais de uma parte da tese. Minhas notas de campo contabilizam 141 registros. Pouco mais de dez dessas entradas consistiram em ligações telefônicas, reuniões virtuais e trocas de mensagens pelo aplicativo *WhatsApp*, concentradas no ano de 2020, em razão da pandemia do coronavírus.

desconfiança, coexistência de interesses individuais e coletivos, entre outros. Assim, as discussões das partes anteriores são retomadas na terceira e desenvolvidas em novas direções. Pode-se dizer que elas adquirem maior riqueza e complexidade, tanto por se referirem a processos mais intensos e conturbados de mobilização (em contraste com o clima de desmobilização da segunda parte), quanto por terem sido elaboradas com base na observação participante (em vez de se basearem em entrevistas, caso da primeira parte).

Três temáticas

Com se pode perceber, as três partes da tese se dedicam a épocas ou lugares únicos, mas internamente estão divididas de acordo com uma mesma sequência de temas e capítulos, num encadeamento genético ou lógico. Cada parte começa com um capítulo dedicado a práticas e saberes que se desenvolvem em meio à *terra de ninguém*, nos espaços disputados de formas pouco previsíveis ou consensuadas, carentes de controle por parte de autoridades, acordos ou regras pré-estabelecidas. Muitos dos relatos tratam das práticas e relações cotidianas que ocorrem no interior das favelas e ocupações, ou então dos conflitos frequentes com forças e interesses externos, representados por exemplo pelo poder público e por interesses privados nas imediações. As análises estão centradas no modo como certas áreas públicas, terrenos privados e lugares de uso comum no interior das favelas são frequentemente submetidos a mudanças e alterações, muitas delas precárias e insuficientes, podendo favorecer grupos e atividades de modo desigual, gerando assim uma série de tensões, desacordos e negociações, e a eventuais acomodações e composições que nem sempre dependem de uma articulação política consolidada para ocorrerem, como já observei.

O capítulo subsequente trata de *coletivizações*, ou seja, de modos de articulação política que vão desde a união mais efetiva para o enfrentamento de necessidades imediatas à constituição de associações de moradores e movimentos de moradia. Essas dinâmicas coletivas incluem processos de mobilização, mas também de desmobilização ou desarticulação das organizações. Privilegio questões relativas à construção de confiança interpessoal, o enfrentamento de condições comuns de pobreza e necessidade, o fortalecimento e enfraquecimento do poder e legitimidade de lideranças, movimentos sociais e associações de moradores, bem como a construção e dissolução de espaços coletivos e comunitários. A ideia é mostrar também como estas dinâmicas se combinam com as que ocorrem na terra de ninguém e como se constituem a partir delas.

O terceiro e último capítulo de cada parte trata do processo por meio do qual as *conquistas* de melhores condições de vida são perseguidas, mas também disputadas, repartidas e administradas, nem sempre de formas consensuadas ou pacíficas. Me refiro a urbanizações, construções de moradia e infraestruturas, obtenção de serviços e equipamentos urbanos, lutas contra reintegrações de posse, entre outros acontecimentos. São as conquistas que dão razão de ser às composições coletivas precedentes, frequentemente se constituindo a partir dos problemas e oportunidades associados à terra de ninguém — assim, o conteúdo das duas temáticas anteriores incide aqui também. Fica claro, com isso, que o encadeamento lógico entre terra de ninguém, coletivizações e conquistas não corresponde a uma sequência temporal, ou seja, muitos dos acontecimentos de cada parte são sincrônicos e compõem um emaranhado complexo de tendências que reforçam, também, a noção de presente espesso.

Outro modo de testar o rendimento analítico desta modalidade temporal são as relações por assim dizer transversais entre capítulos de partes diferentes, mas com mesma temática. A leitura em sequência dos três capítulos dedicados à terra de ninguém, às coletivizações e às conquistas pode ser vista como uma forma alternativa de organizar a exposição e as análises, que facilita as analogias e comparações entre diferentes épocas e lugares, bem como a identificação de mudanças, permanências e recorrências.[53]

É preciso dizer também que as discussões apresentadas em cada capítulo não decorrem simplesmente umas das outras e que em certa medida trazem reflexões e conteúdos exclusivos, que começam e terminam no interior de cada capítulo. Um exemplo particularmente evidente destas desconexões ocorre na passagem do quinto ao sexto capítulos, quando se justapõem as considerações sobre desmobilização das favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê com as conquistas que, apesar de tudo, foram capazes de alcançar. Este foi um artifício deliberado da análise e uma consequência das premissas que

---

[53] Tal abordagem está de acordo com recomendações de Teresa Caldeira para o estudo do que chama de urbanização periférica: "na medida em que as áreas periféricas se aprimoram, (…) podem se tornar inacessíveis aos residentes mais pobres. Assim, a urbanização periférica é um processo sempre em deslocamento, que se reproduz onde a terra é mais barata porque mais precária e difícil de ser acessada. O processo suscita desafios metodológicos para o estudo da urbanização periférica. Para captar sua temporalidade, é preciso estudá-lo através do tempo. Para captar sua reprodução contínua, é preciso estudá-lo através do espaço. (…) Estudos centrados num único lugar perdem de vista a reprodução lateral das condições periféricas: constroem a imagem de progresso quando analisam áreas mais antigas, ou de precariedade se analisam bairros mais recentes. Periferias precisam ser estudadas através do tempo e espaço. Somente desta forma é possível captar os processos simultâneos de melhoria das condições de vida e reprodução de desigualdades e precariedades." (CALDEIRA, 2017, p. 6).

apresentei ao discutir a noção de forma de vida: não se trata de representá-la ou decalcá-la como se constituísse um conjunto coeso ou completo de questões, mas de assumir seu caráter aberto, inesgotável e complexo, trabalhando não apenas para evidenciar conexões (semelhanças e diferenças) entre os vários contextos de pesquisa, mas admitindo também lacunas e intervalos que são parte constitutiva de meu material e que podem inclusive suscitar hipóteses que não tenho como verificar. Outro ponto de singular interesse reside na transição dos capítulos sete e oito, momento em que as dinâmicas políticas da terra de ninguém nas ocupações recentes estabelecem grande proximidade com os processos de coletivização que aí ocorrem, conferindo maior fluidez e continuidade à análise.

Em suma, o que me permitiu organizar as reflexões de todas as partes em três capítulos que se correspondem foi a preocupação em buscar semelhanças e diferenças entre as diversas situações (e entre espaços e tempos distintos), mas também a disposição de abrir a análise e assumir suas lacunas. Compreende-se assim por que cada capítulo pode ser consultado com relativa independência, ou ser inserido nas duas sequências possíveis de leitura: pela ordem natural das páginas, mas também transversalmente,

focando no modo como cada temática (terra de ninguém, coletivizações e conquistas) atravessa as diferentes partes da tese.[54]

Algumas observações são importantes para entender o sentido dessa estrutura e o impacto nas reflexões que se desenvolvem em seu interior. A necessidade de garantir uma relativa independência das várias partes do texto exigiu que alguns eventos e situações fossem abordados mais de uma vez, seja por servirem a propósitos diferentes, seja para sintetizarem certos elementos desenvolvidos em outros lugares — embora estas recorrências sejam pouco frequentes. Por outro lado, há muitas histórias que foram situadas em uma parte e que poderiam estar em outra. Nesses casos, o critério de alocação foi sempre favorecer o desenvolvimento dos temas e argumentos de cada parte. Isso já indica que os conteúdos e reflexões que desenvolvi sofreram um impacto considerável quando optei por fixar a forma do texto, ou seja, a estrutura em três partes compostas de

---

[54] A inspiração central para este modo de estruturar o texto é evidentemente Marilyn Strathern (1991). Seu livro expõe de forma magistral os pressupostos que estão por trás desse tipo de construção de texto. O próprio livro experimenta a alocação de conteúdos de uma maneira deliberada, seguindo uma progressão não-linear, cortando o fluxo das informações e argumentos, tornando explícitos os intervalos e lacunas que surgem dos próprios argumentos. Nesse processo, ela mostra como a complexidade de cada movimento argumentativo se mantem constante e o tamanho de cada um deles é determinado por essa complexidade e não por preocupações com a proporção (no sentido de tamanho do texto ou contagem de palavras). Marilyn Strathern se relaciona explicitamente com a discussão sobre ciborgues de Donna Haraway (1984) e com a noção de fractais, onde uma parte é um todo e o todo é uma parte. Procurei me aproximar destas premissas. O trabalho de Karina Biondi é outro ótimo exemplo, pelo modo como sistematiza as práticas de conhecimento do PCC, organizando capítulos e seções a partir dos termos e categorias de pensamento de seus interlocutores, de modo que cada parte do texto contém o todo e pode ser lida de forma independente. Ela afirma que não quis "sacrificar a riqueza etnográfica para alcançar amplas teorizações" (op. cit., p. 36), nem se dedicou ao detalhe para produzir o todo — intenções com as quais também declaro afinidade. Finalmente, encontrei em Anna Tsing uma referência fundamental para organizar a exposição mais granular dos acontecimentos e dar forma aos textos de cada capítulo. Tsing se refere à proposta de contar uma "corrida de histórias perturbadas" como um "método" de investigação e me inspirou a escrever concatenando de modo muitas vezes breve e sucinto uma multiplicidade de relatos e experiências no intuito de compor uma "cacofonia" ou "polifonia" que valoriza a diversidade e a particularidade e mantem certa distância em relação a uma forma de produção de conhecimento submissível, nos termos da autora, a sínteses e adições. A "corrida de histórias perturbadas" de Anna Tsing também trabalha com interrupções de espaço e tempo capazes de suscitar ideias que não estão presentes no texto (op. cit., p. 33-38).

três capítulos. A procura por analogias e relações entre os capítulos de partes diferentes levou a reflexões e ideias que nunca teria desenvolvido de outra maneira. Isso ajuda a mostrar o quanto a noção de forma de vida é uma construção da análise. Não é preciso frisar que, em seu conjunto, esta pode ser vista como uma maneira alternativa de dar consistência ao material (assumindo inconsistências que em todo caso nunca deixam de existir, mesmo quando tentam ser suprimidas), e de apontar para as permanências e recorrências que associei à imagem do presente espesso.

Convenções da escrita

Algumas observações são necessárias sobre as convenções adotadas no texto. Utilizo o itálico quando um termo proposto pela análise (como terra de ninguém) aparece pela primeira vez no interior de um capítulo. Citações literais de meus interlocutores estão entre aspas e buscam preservar o tom coloquial das falas.[55] No intuito de tornar o texto fluido e acessível ao público não especializado, concentrei as discussões com a bibliografia nas notas. Procuro, também, me referir aos autores por nomes próprios, como forma de aproximá-los dos leitores e das discussões da pesquisa.

Informações básicas sobre as fontes primárias da pesquisa encontram-se no final da tese. Praticamente todas as fontes empregadas, além de outras que não foram explicitamente citadas, podem ser consultadas na íntegra através de uma biblioteca virtual que foi sendo organizada durante a investigação, acessível através do endereço

---

[55] As citações referem-se a eventos narrados e eventos narrativos, ou seja, tanto aos fatos e acontecimentos apontados por meus interlocutores quanto ao modo como são criados no ato de fala. "Esta ideia de um evento narrado e um evento narrativo não é tanto uma separação entre forma e conteúdo quanto um reconhecimento da criação fenomenológica de um falante no processo de construção de uma memória do passado." (MADISON, 2012, p. 33) Em outras palavras, pretendi explorar a dimensão poética dos relatos em detrimento da adequação sintática das construções, buscando diminuir, ao menos um pouco, a distância intransponível entre a forma textual e a performance narrativa. "O evento narrativo e o evento narrado coalescem numa declamação poética e numa sobreposição linguística de camadas de sentimento, ritmo, tom, frequência, entonação e volume." (ibid., p.34) Assim, ao reproduzir as falas de meus interlocutores, incorro voluntariamente em expressões e grafias que não se enquadram na norma culta, com o propósito de preservar as elipses, as ironias e entrelinhas, entre outros aspectos.

*online*http://tiny.cc/comunidadesdavilamaria.[56] Grosso modo, as quase duzentas publicações que fazem parte deste acervo dividem-se em reportagens do passado e da atualidade. A maior parte das notícias antigas pertence aos anos 1970 e 1980 e foi encontrada nos acervos digitais dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.[57] Algumas matérias do Jornal da Tarde e do Diário Popular foram mencionadas em outras pesquisas ou encontradas com meus interlocutores e sugerem que estes periódicos são fontes muito ricas de informação (não digitalizadas) para pesquisas futuras sobre a região. As notícias recentes são mais diversas e compreendem reportagens, vídeos, postagens em redes sociais etc. O endereço *online* abriga também mais de setenta documentos históricos que encontrei com meus interlocutores, desde peças de processos judiciais, atas de reunião, informes, anotações, mapas, projetos, fotografias antigas etc. Neste caso, destaca-se o acervo de documentos acumulados pelas Irmãs Vicentinas que atuaram na região desde os anos 1970.

No decorrer da tese, cito documentos específicos por meio de sua data de elaboração, adotando o formato ano-mês-dia como código de referência e recurso para dispor os itens automaticamente em ordem cronológica no acervo *online* da pesquisa. Assim, por exemplo, a reportagem da Folha de S. Paulo intitulada "Incêndio desabriga famílias", publicada em 28 de agosto de 1976, está referida no texto e pode ser facilmente encontrada na lista de fontes ao final da tese e *online* por meio da notação "ref. 1976-08-28". Documentos com data indeterminada foram atribuídos a um ano ou década específicas, no limite do que pude apurar. Itens com data similar são diferenciados por meio de letras adicionais, como por exemplo em 1977-02-01-A e 1977-02-01-B. Mapas, plantas e projetos podem ser consultados na seção correspondente do *site*.

As fotografias aéreas históricas representam um material fundamental para acompanhar as análises sobretudo da primeira parte da tese, de modo que são reproduzidas nas páginas seguintes (também estão disponíveis *online*). Na terceira parte, e mais particularmente no sétimo capítulo, analiso a evolução das ocupações recentes na Vila Maria por meio de uma sequência de fotografias de satélite dos últimos vinte anos, facilmente acessíveis pelo aplicativo *Google Earth*. Como se trata de uma série muito numerosa de registros, desisto de designar cada um deles e faço referência simplesmente aos que pertencem a um determinado mês ou ano da série histórica. É inevitável que uma pesquisa focada em ocupações e transformações de espaço como esta pressuponha um maior interesse e disposição do leitor para se familiarizar com estas representações gráficas — fica subentendida, assim, a necessidade de consultar os mapas nos momentos

---

[56] Se porventura este link deixar de funcionar, terei prazer em atualizá-lo para os que enviarem uma solicitação por e-mail para vinispira@gmail.com.

[57] Disponíveis para consulta através dos links https://acervo.folha.com.br/index.do e https://acervo.estadao.com.br/.

em que o leitor sentir necessidade de localizar lugares e acontecimentos citados no decorrer do texto.

Para dar nome e localizar as comunidades e assentamentos precários nas fotos aéreas, me baseei nos critérios mais frequentemente usados por meus interlocutores, já que encontrei uma série de divergências. Um dos relatos, por exemplo, enumerou treze comunidades, enquanto outro falou em apenas cinco — neste último caso, as divisões seguem as estabelecidas para o trabalho missionário exercido por um grupo de Irmãs Vicentinas na região, o que indica que o próprio entendimento do que seja uma comunidade pode variar (de acordo com o que discuto no segundo capítulo). Vejamos outras complicações que nos impedem de pensar numa lista completa ou definitiva das comunidades do entorno. Algumas favelas foram vistas como parte de outras, como no relato de um morador da Cidade Nova que considerou a Vila Nova Tietê um setor da Marconi, contrariando uma tendência geral para a diferenciação destes dois assentamentos. Divergências do tipo aparecem também em documentos históricos, considerando as favelas Beibinha e Massari, por exemplo, como parte da Funerária ou como comunidades distintas. Por outro lado, a Vila Nova Tietê foi associada a mais de um nome e na atualidade é até mais conhecida como Área Quatro — mesmo assim, preferi usar o primeiro nome ao invés do último, por ter sido efetivamente escolhido pelos moradores no início dos anos 1980, embora poucos moradores saibam disso nos dias atuais. Por sua vez, Vila Nova Curuçá é exemplo de uma designação que se deslocou pelo território: foi cunhada para o setor hoje conhecido como Marconi, mas serviu para batizar o vizinho conjunto Pró-Morar e ali permaneceu. A propósito, Marconi é certamente o nome que passou pelo maior número de deslocamentos, expansões e contrações desde que surgiu nos anos 1970. Enfim, podemos dizer que as incertezas e instabilidades associadas à forma de vida ocupação afetam em certa medida os processos de nomeação e construção de identidades coletivas dos bairros aqui considerados. A nomenclatura oficial adotada pelo poder público acrescenta uma camada de complexidade a estes critérios e pode ser conhecida no *site* geosampa (<www.http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>). A propósito, num claro esforço para dar conta da heterogeneidade de designações, o *site* conta com campos distintos para designar o "nome principal" e o "nome secundário" das favelas paulistanas.

Na segunda e sobretudo na terceira parte da tese, evoco uma série de colocações e discussões que conheci ao participar de duas instâncias de governança e gestão participativa da região — prefiro me referir agora a estes encontros, para facilitar a consulta. Trata-se de quatro reuniões promovidas pelo programa Córrego Limpo da

Sabesp entre fins de 2017 e o início de 2018,[58] e três reuniões do Conselho Gestor do Perímetro de Ação Integrada 1 - Jardim Japão (PAI 1), organizado pelo poder público municipal.[59]

Interlocutores da pesquisa

Quanto à forma de nomeação de meus interlocutores de pesquisa. Sempre que possível utilizo nomes reais de pessoas, sobretudo quando são conhecidas no bairro ou importantes para o entendimento das dinâmicas analisadas em cada caso. Adotei nomes fictícios quando não pude apurar os reais e sobretudo quando foi necessário proteger as pessoas com o anonimato (esta última razão também me levou a forjar nomes para certas ruas, bairros e ocupações). Para permitir breves consultas, elaborei abaixo uma síntese de informações de meus dezessete principais interlocutores — toda vez que seus nomes próprios aparecem no texto, é a estas pessoas que me refiro.

---

[58] Conforme divulgação oficial, o programa Córrego Limpo existe desde 2007 e é promovido pela Sabesp em parceria com a prefeitura de São Paulo. Propõe-se como espaço de governança e gestão participativa. O objetivo do programa é recuperar e manter em boas condições os afluentes do Tietê e Pinheiros. Envolve tanto o mapeamento e intervenção em redes coletoras, quanto ações de governança e conscientização de moradores. De acordo com http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaoId=116. Na prática, técnicas do programa estiveram presentes na região em fins de 2017 e início de 2018, tentando articular moradores e gerar conscientização sobre problemas com entupimentos e obstrução da rede de esgotos. Dos cerca de dez encontros organizados, participei do primeiro (31/07/2017), do segundo (16/08/2017), do terceiro (29/08/2017) e do sétimo (23/10/17). As reuniões envolveram de 10 a 15 participantes e a grande maioria deles era ligada à Sabesp e ao poder público. O Córrego Limpo descontinuou os encontros e encerrou suas atividades na Vila Maria no início de 2018.

[59] Os PAIs têm por objetivo tratar de forma comum e integrada os problemas de diferentes setores e secretarias de governo em áreas precárias do município, e surgiram com o Plano Municipal de Habitação de 2009. Cada perímetro possui um Conselho Gestor, com reuniões periódicas envolvendo moradores e representantes de diferentes instâncias do poder público. Ao longo de 2018 não mais de seis reuniões parecem ter ocorrido no PAI - Jardim Japão, envolvendo cerca de 10 a 20 moradores e representantes do poder público. Os três encontros dos quais participei ocorreram em 12/07/17, 24/02/18 e 12/09/18.

(Dona) Carminha. Maria do Carmo Silva. Nascida no Rio Grande do Norte, migrou com cerca de 20 anos para o Morro do Alemão no Rio de Janeiro. Chegou à Vila Nova Tietê com cerca de 34 anos e tornou-se a liderança mais importante da favela no decorrer dos anos 1980. Até hoje mora no mesmo endereço da rua São Felipe, com diversos parentes. Concedeu-me três entrevistas em 24/06/2018, 14/07/2018 e 21/07/2018.

Cosmo (ou Índio). Cosmo Pereira da Cruz. Antigo morador da Cidade Nova. Como pedreiro, colaborou na construção de diversas infraestruturas comunitárias nos anos 1980 e ao longo dos anos ajudou a construir mais de uma centena de casas na região. Participou da diretoria da União de Moradores local e segue sendo um interlocutor de técnicos do poder público que atuam na região. Mora em sua casa na rua Nossa Senhora Aparecida, em frente ao CCA Cidade Nova. Travei diversas conversas com Índio sobretudo ao longo de 2017.

Eliaquin. Eliaquin da Silva Trindade. Crescido na Cidade Nova. Com recursos de seu sobrinho, o jogador Elias Trindade, a família Trindade fundou a ONG Projeto Elias, onde Eliaquin coordena as atividades oferecidas na sede da instituição (na rua Nossa Senhora Aparecida, 225, endereço de origem da família) e no CDC Projeto Elias (praça Engenheiro Hugo Brandi, nas proximidades das favelas da região). Eliaquin não mora mais na Cidade Nova, mas está presente numa base diária e foi meu primeiro interlocutor importante, com quem realizei diversas conversas e visitas entre fins de 2016 e 2017.

Elisieux. Elisieux Neci da Silva Alencar. Nasceu no Ceará e migrou para o sul com a família em 1977. Chegou à Cidade Nova pouco tempo depois, com cerca de 15 anos. Tornou-se muito próxima das Irmãs Vicentinas, coordenando atividades comunitárias como cursos de catequese e alfabetização. Tornou-se professora da rede pública e trabalhou muitos anos na EMEF Paulo Carneiro e no CEI Cidade Nova. Recentemente tornou-se funcionária do recém-inaugurado CEU Novo Mundo. Entrevistei Elisieux em três ocasiões: 26/06/2018, 23/07/2019 e 12/08/2019.

Ferreirinha. Juarez Amorim Ferreira. Juarez cresceu na favela São João e mudou-se ainda criança para o Conjunto Cingapura Novo Mundo. Dedicou-se ao estudo e à prática da capoeira e de outras artes e culturas populares, como o teatro de mamulengos e a música nordestina. Abriu recentemente a Casa de Capoeira Angola Novo Mundo, numa ocupação interna ao conjunto Cingapura Novo Mundo. Entre as conversas que tive com Ferreirinha, destacam-se as que ocorreram em 18/08/2018, 25/02/2019 e 20/05/019.

Gildésio (Gil). Gildésio de Jesus Reis. Migrou da Bahia para a Cidade Nova quando ainda jovem. Envolveu-se na União de Moradores e destacou-se pela promoção de eventos culturais nos anos 1990. Foi um praticante católico formado pelas Irmãs Vicentinas e migrou para a igreja evangélica Cristo Salva, onde hoje atua como líder de célula. Concedeu-me quatro entrevistasnem 21/07/2017, 14/08/2017, 06/09/2017 e 18/04/2017.

Irmã Iraci. Iraci Maria Santiago. Nascida em Pernambuco, mudou-se para São Paulo e depois Rio de Janeiro, onde entrou para a Congregação das Filhas da Caridade

com 34 anos. Foi para a Cidade Nova apenas dois anos depois e realizou sua consagração na própria favela, onde viveu até os anos 2000. Atualmente vive no Rio de Janeiro e vem ocasionalmente a São Paulo. Entrevistei a religiosa em três ocasiões: 13/11/2017, 04/01/2018 e 14/01/2018.

João. João Mário Casaldáliga Silva. Nascido em 1986, é o mais jovem de meus interlocutores. Cresceu na Vila Nova Tietê e teve uma formação religiosa católica junto às Irmãs Vicentinas. Foi um dos idealizadores da ocupação do Grêmio Cultural (descrita no sexto capítulo). Como um dos fundadores do Miarcas (Movimento Interativo de Arte, Cultura e Ação Social), atua no campo da arte e da produção cultural. Atualmente João não reside na região mas segue exercendo um importante papel de interlocução com o poder público para implementação do CEU Novo Mundo e do Território CEU. Tivemos inúmeras conversas e interações, com destaque para as ocorridas ao longo de 2018 na igreja São José Operário.

(Seu) Júlio. Julio José dos Santos Filho. Nasceu no Nordeste do país e migrou para o Guarujá e depois São Paulo quando ainda era jovem. Encabeçou o processo de formação da Cidade Nova e foi a principal liderança desta favela durante toda a década de 1980 e mesmo depois. Para lidar com a tuberculose, mudou-se em 2006 para a ocupação do Pinheirinho em São José dos Campos, onde residiu até falecer, em 2021. Realizamos uma única e preciosa entrevista em 06/03/2018.

Kazu. Kazuhiro Uehara. Imigrante do Japão quando ainda criança. Formado em engenharia, fez parte do movimento Libelu, foi diretor do Sintusp e participou de reivindicações para a fundação da USP Leste e das Fatecs do Estado, entre outras iniciativas no campo educacional. Mudou para a ocupação Douglas Rodrigues no início de 2017 "por opção" de vida e compromisso político, onde passou a fazer parte da diretoria. Conversei diversas vezes com Kazu a partir de fins de 2017, em minhas visitas à ocupação.

Lúcia Gervásio. Maria Lúcia Gervásio Alvarenga. Nasceu em Ribeiro Preto e morou em diversos lugares e ainda jovem instalou-se com a mãe e os irmãos na favela da ponte do Tatuapé em fins dos anos 1970. Sua família foi uma das transferidas para a recém-criada Área Quatro (futura Vila Nova Tietê) por iniciativa de Luiza Erundina e outras assistentes sociais que atuavam na Vila Maria na passagem dos anos 1970 para os 1980. Lúcia é hoje uma das duas ou três pessoas que moram há mais tempo no bairro. Participou da União de Moradores, de conselhos participativos de equipamentos de saúde da região e atualmente colabora na promoção de atividades sociais como refeições, festas e cursos junto à igreja São José Operário e ao Miarcas (Movimento Interativo de Arte, Cultura e Ação Social). As conversas com Lúcia ocorreram principalmente ao longo de 2018.

Lúcia Pontes. Maria Lúcia Ferreira de Pontes. Migrou do Paraná com a família e morou desde criança na comunidade das Casinhas. Também foi educada pelas Irmãs Vicentinas e chegou a pensar em ser freira. Desde cedo trabalhou no CCA Cidade Nova,

ocupou diversos cargos, formou-se em pedagogia e se tornou diretora do equipamento. Minhas conversas com Lúcia ocorreram principalmente em 2017.

Luis Fingermann. Nasceu numa família operária de Santana. Assumiu desde cedo uma posição política anarquista e participou de movimentos estudantis para reivindicar acesso à universidade. Foi injustamente acusado de defender a luta armada, exilou-se em Israel e voltou ao Brasil, onde concluiu o curso de arquitetura. Desenvolveu um projeto de casas populares em Diadema nos anos 1970 e foi convidado pelos moradores da Cidade Nova a realizar aquela que considerou ser a primeira urbanização de favelas de São Paulo. Coordenou também a urbanização de quase todas as outras favelas do entorno e depois levou a experiência de volta para Diadema, onde mais de setenta favelas foram urbanizadas. Luis concedeu-me duas entrevistas em 14/12/2017 e 24/09/2019.

Miguel (Seu Miguel). José Miguel da Silva. Migrou do Nordeste para São Paulo em 1974. Era o Irmão mais velho de José Miguel Clementino e trouxe a família para morar na Área Quatro (futura Vila Nova Tietê) na época de atuação de Luiza Erundina e outras assistentes sociais da prefeitura. Foi um dos fundadores a União de Moradores da favela e participou de diferentes diretorias ao longo dos anos. Mais recentemente, passou a fazer parte da diretoria da ocupação Douglas Rodrigues e dividia-se com Kazu no atendimento cotidiano dos moradores antes de se mudar recentemente para o Nordeste. Minhas conversas com Miguel ocorreram a partir de fins de 2017.

(Dona) Nilda. Adenilda Soares Dias. Nilda migrou de Vitória da Conquista na Bahia para São Paulo por volta de 1973, quando contava com sete anos de idade. Casou, mudou-se para Piracicaba e lá participou de sua primeira ocupação. Voltou para São Paulo dois anos depois em busca de trabalho e nos anos 1990 organizou outra ocupação num galpão abandonado em frente ao CDC Projeto Elias, como forma de combater os crimes que estavam ocorrendo no local e de ajudar famílias que precisavam de moradia. Em 2013 Nilda organizou pela terceira vez uma ocupação, a Douglas Rodrigues. Desde então é a presidente do *Movimento Independente de Luta por Habitação - Vila Maria (MILHVM)*, responsável pela ocupação Douglas Rodrigues. Tive inúmeras conversas e interações com Nilda desde fins de 2017.

Ollitta. Henrique Ollitta. Nasceu numa família operária com longa tradição de militância política e mudou-se ainda criança para a Vila Maria Baixa. Quando jovem, Ollitta participou de grupos clandestinos de resistência à Ditadura Militar e terminou integrando a Corrente O Trabalho, onde permanece até hoje. Foi um dos fundadores do Partidos dos Trabalhadores. Apoiou a campanha de sua colega de partido Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo e atuou em sua gestão como administrador regional da Vila Maria. Poucos meses depois do início da ocupação Douglas Rodrigues, passou a ajudar nos trabalhos de organização e reivindicação do movimento e desde então ocupa o cargo de secretário geral do *Movimento Independente de Luta por Habitação - Vila Maria (MILHVM)*. As diversas conversas que tive com Ollitta ocorreram a partir de fins de 2017.

(Seu) Zé. José Miguel Clementino. Migrante do Nordeste do país e Irmão mais novo de Miguel (José Miguel da Silva). Morava e mantinha um ponto de comércio na rua São Felipe, na Vila Nova Tietê. Participou de diferentes gestões da União de Moradores. Também foi católico praticante, muito ligado às Irmãs Vicentinas. Infelizmente, Seu Zé faleceu vítima do Corona vírus em 2021. Entre outras interações, tivemos importantes conversas em 04/11/2017 e 12/04/2018.

Fotos aéreas históricas

Segue uma legenda para o conjunto das fotos aéreas, apresentando as principais comunidades (em itálico) e os pontos de interesse do entorno em ordem cronológica de aparição. A última foto localiza os córregos, vias e praças citados no decorrer da tese.

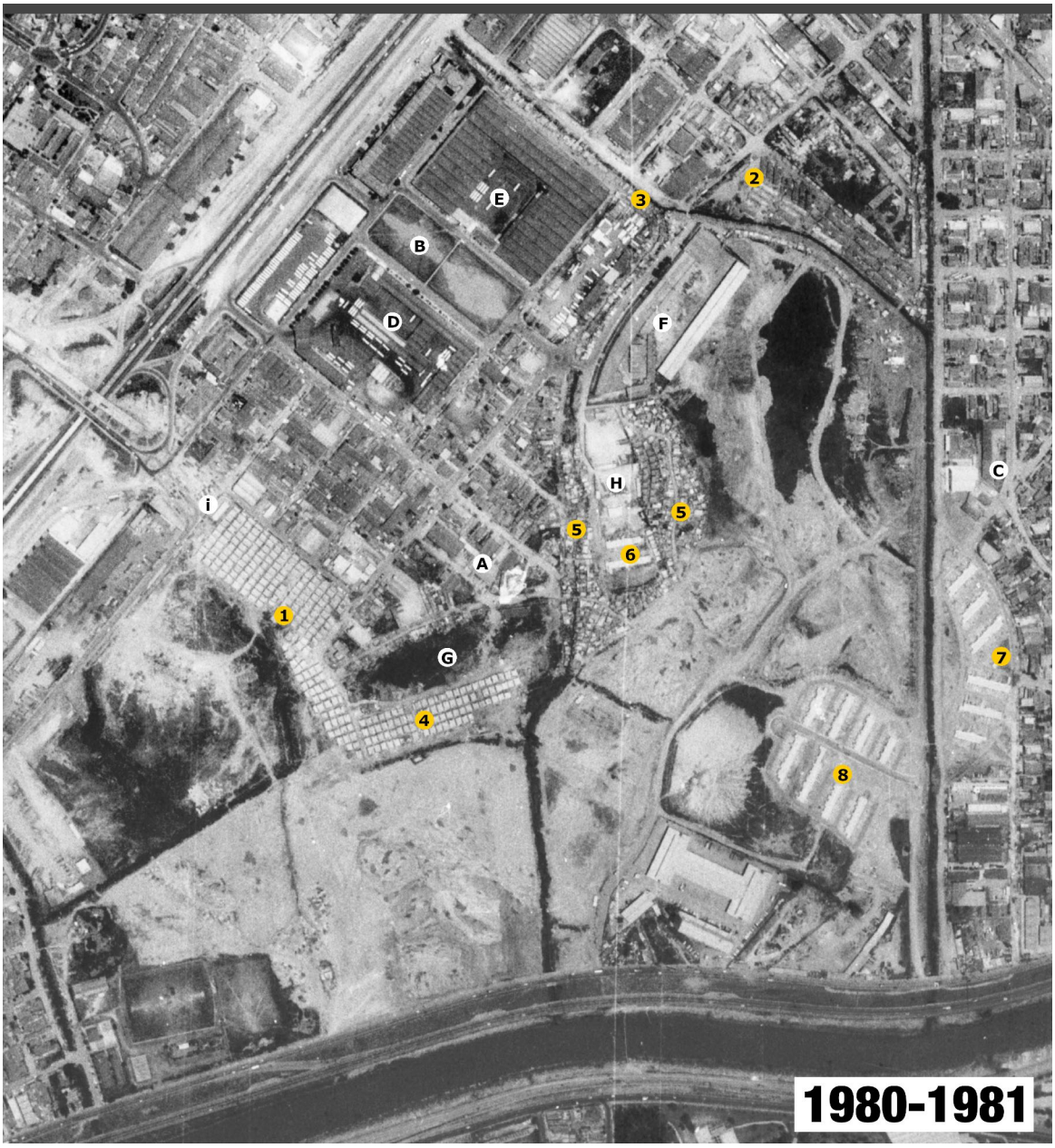
- **1958**: **A.** Jardim Andaraí; **B.** Clube da Comunidade (CDC) Adhemar de Barros, rebatizado Elias da Silva Trindade em 2017; **C.** Parque Novo Mundo
- **1962**: **D.** Viação Cometa; **E.** Viação Cometa / Massari (fábrica de cofres)
- **1973**: ***1.*** *Favela Marconi*; **2.** *Favela São João*; **F.** Serviço Funerário do Estado de São Paulo - atual Centro Educacional Unificado (CEU) Novo Mundo; **G.** Rádio Marconi
- **1976**: ***3.*** *Favela Funerária*
- **1980-1981**: ***4.*** *Área Quatro (Vila Nova Tietê)*; ***5.*** *Funerária / Cidade Nova*; ***6.*** *Renques de casas (fase não especificada do Pró-Morar)*; ***7.*** *Pró-Morar (fase 1)*; ***8.*** *Casinhas (fase não especificada do Pró-Morar)*; **H.** Transportadora Skill - atuais Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Cidade Nova, Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Gal. Paulo Carneiro Thomaz Alves, Centro de Educação Infantil (CEI) Cidade Nova, Centro da Criança e do Adolescente (CCA) Cidade Nova; **I.** Núcleo Comunitário Curuçá - atual Centro da Criança e do Adolescente (CCA) Curuçá
- **1986**: ***9.*** *Vila Nova Curuçá (fase 3 do Pró-Morar)*; **J.** Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (Ibep) - atualmente ocupado por outra empresa; **K.** Centro de Educação Infantil (CEI) Vila Maria; **L.** Campo do Apache; **M.** Hipermercado Atacadão; **N.** Cotonifício Paulista - atual Transportadora Della Volpe; **O.** Núcleo Comunitário São João - atual Centro da Criança e do Adolescente (CCA) Solid Rock; **P.** Unidade Básica de Saúde (UBS) Parque Novo Mundo I
- **1994**: **Q.** Pronto Socorro (PS) Municipal Vila Maria Baixa; **R.** Transportadora Dom Vital; **S.** Correios
- **1996**: ***10.*** *Conjunto Cingapura Vila Nova Tietê*; ***11.*** *Conjunto Cingapura Novo Mundo*
- **2010**: **T.** Centro de Educação Infantil (CEI) Parque Novo Mundo II
- **2017**: ***12.*** *Ocupação Nova Conquista*; ***13.*** *Ocupação Douglas Rodrigues*

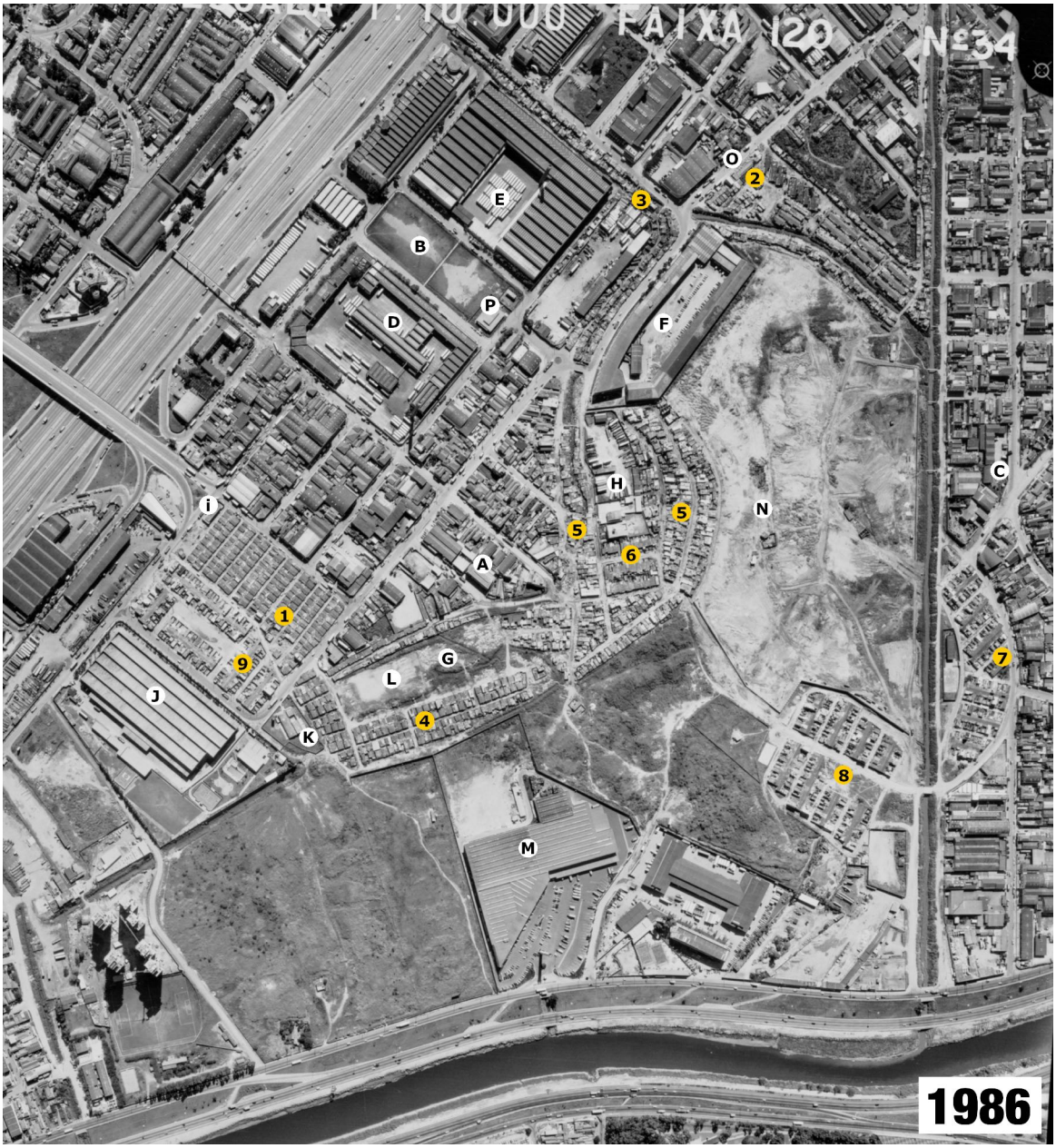
B
C
A
1958

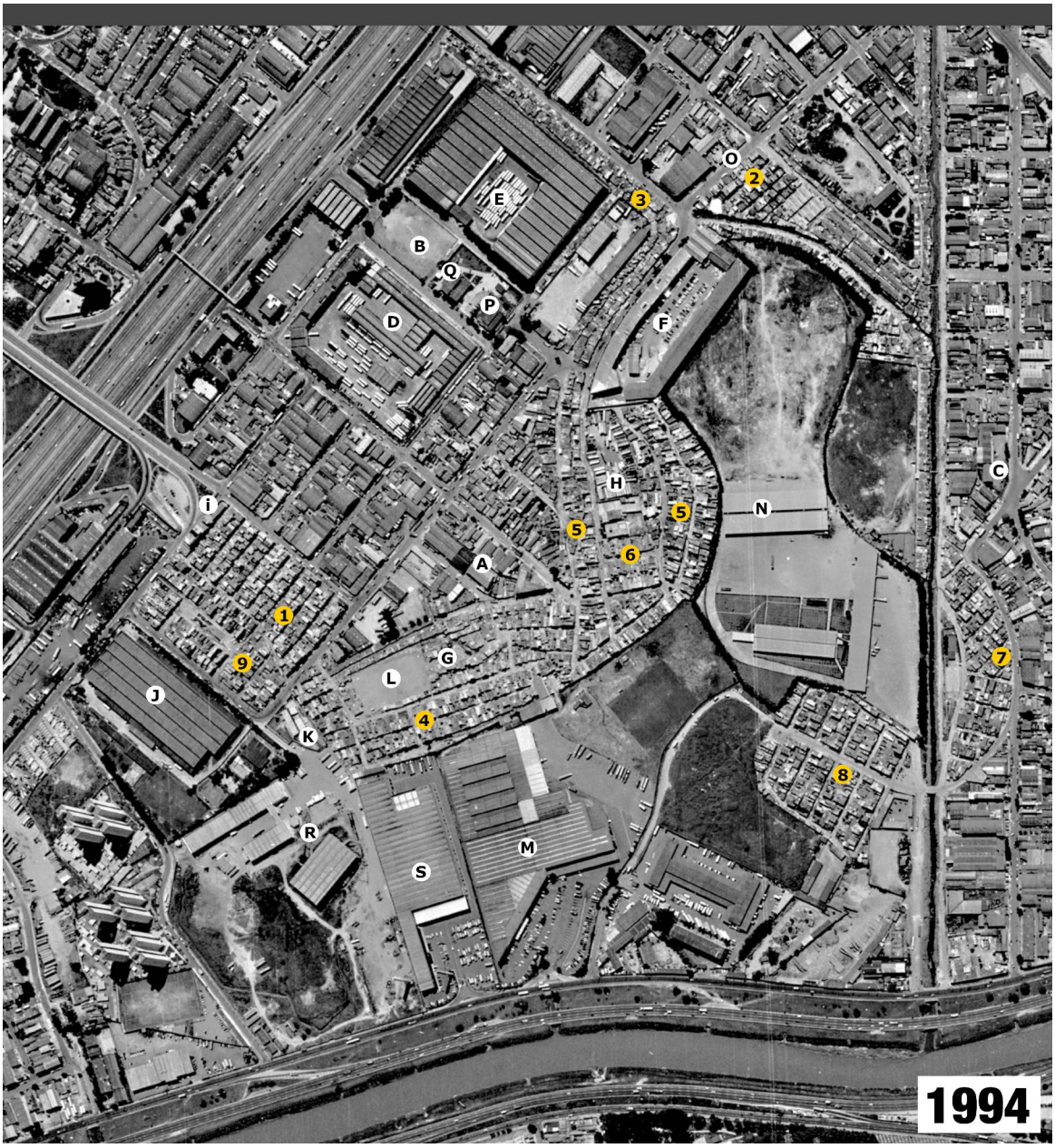
E
B
D
C
A
1962

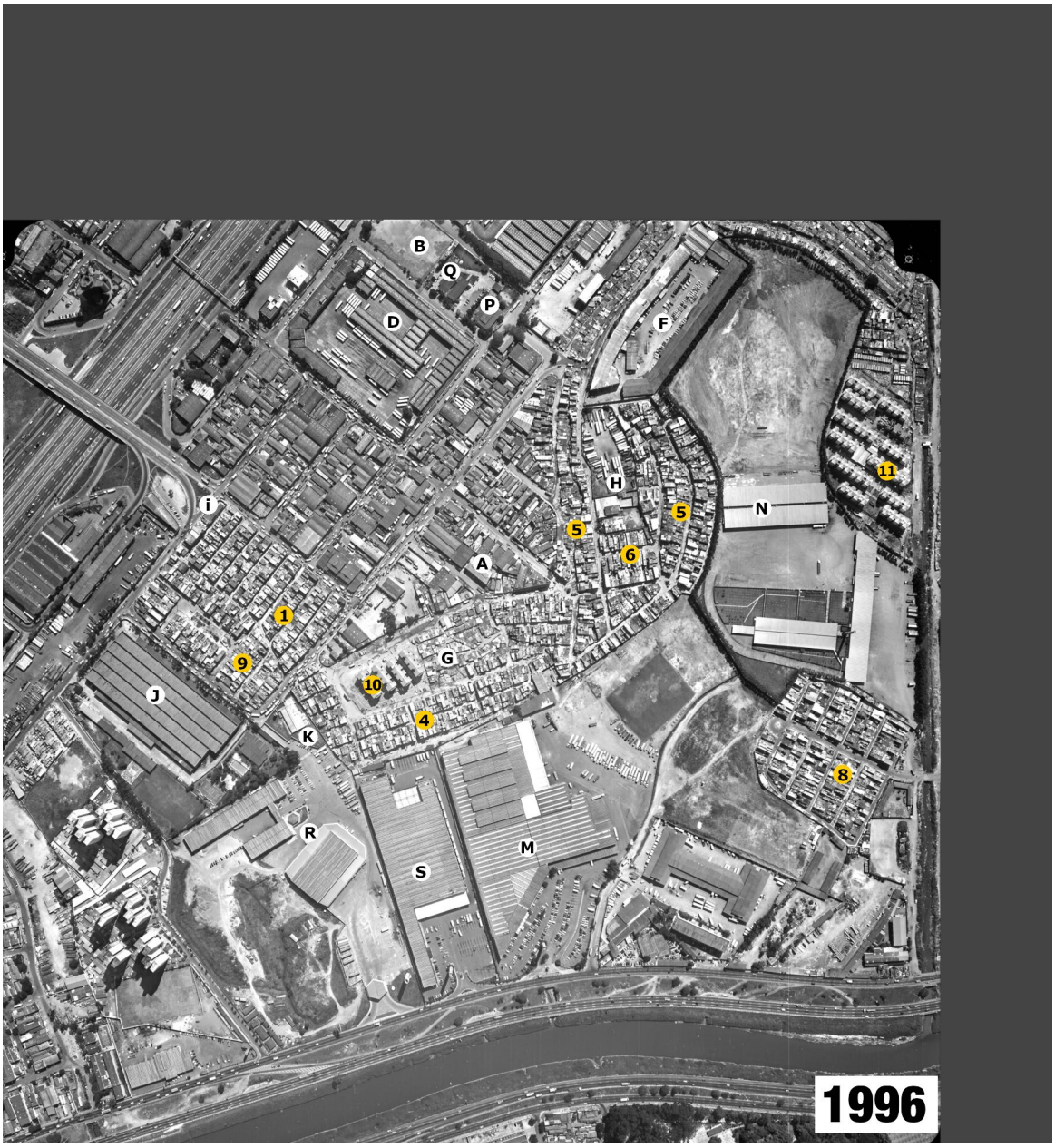
E
B
D
2
F
C
A
1
G
1973

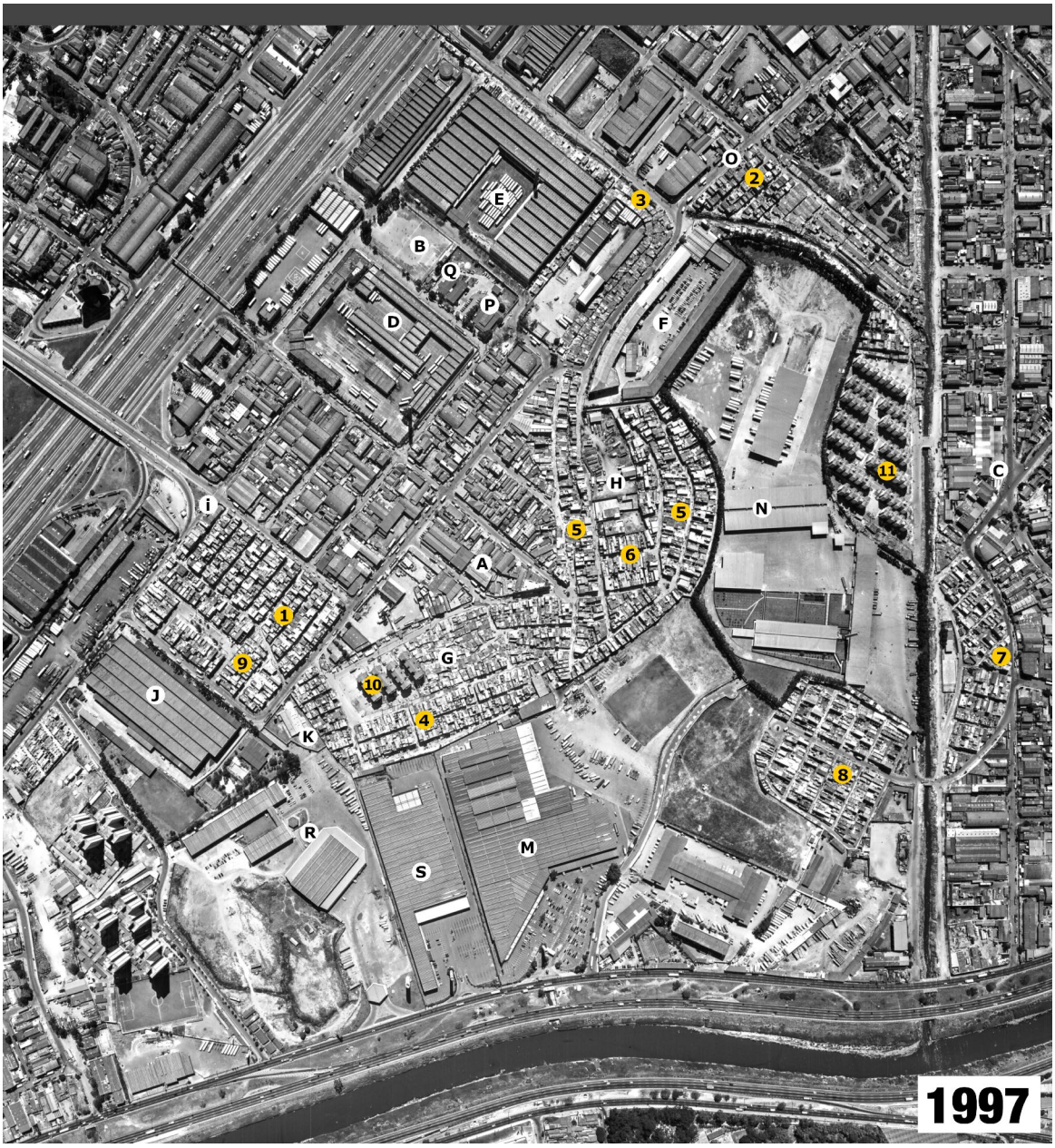
89-07-08-76-SNM-EMPLASA-S C M
18.000
A
B
C
D
E
F
G
1
2
3
3
1976

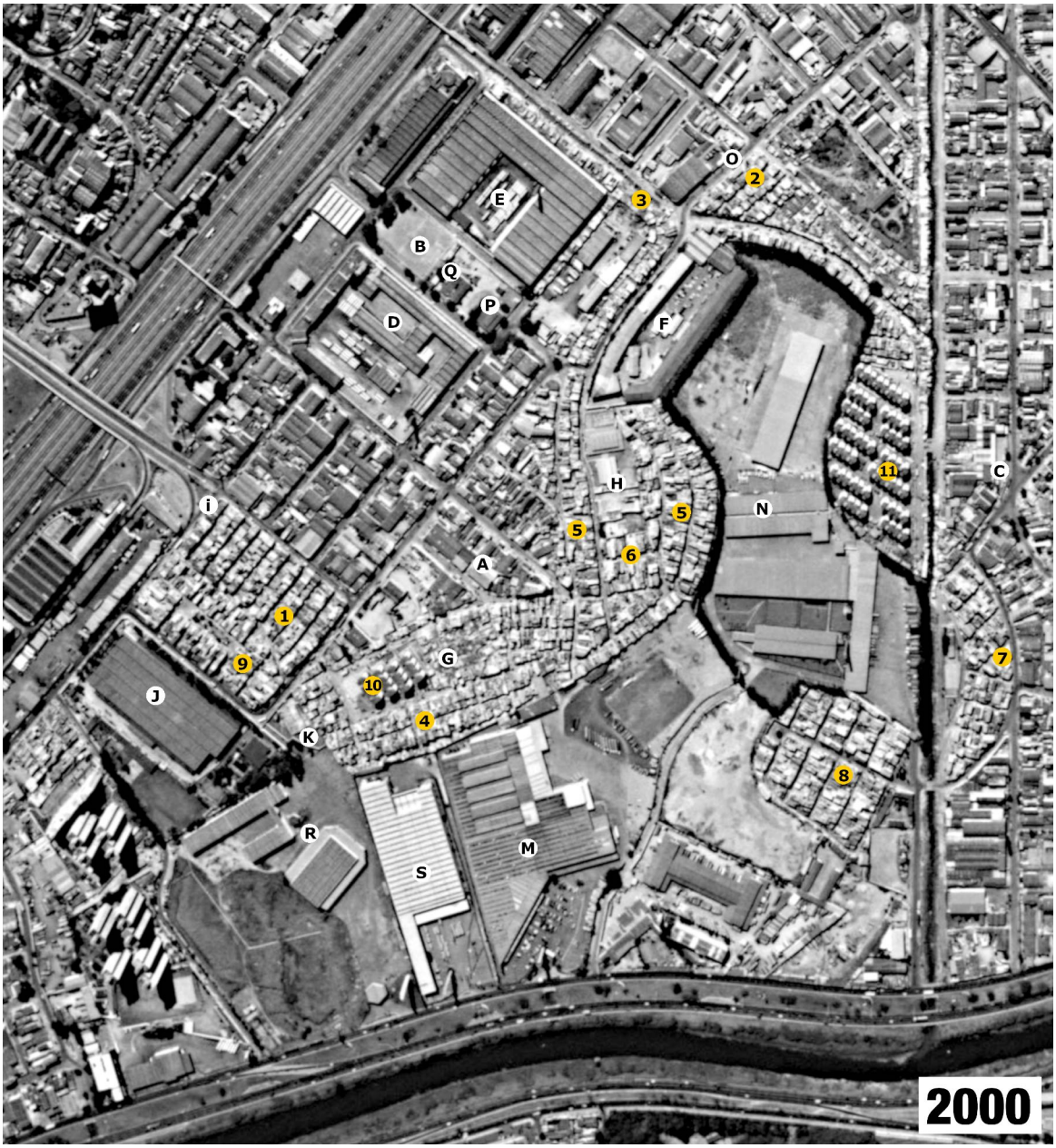

E
B
D
3
2
F
C
H
i
5
5
6
A
1
G
7
4
8
1980-1981

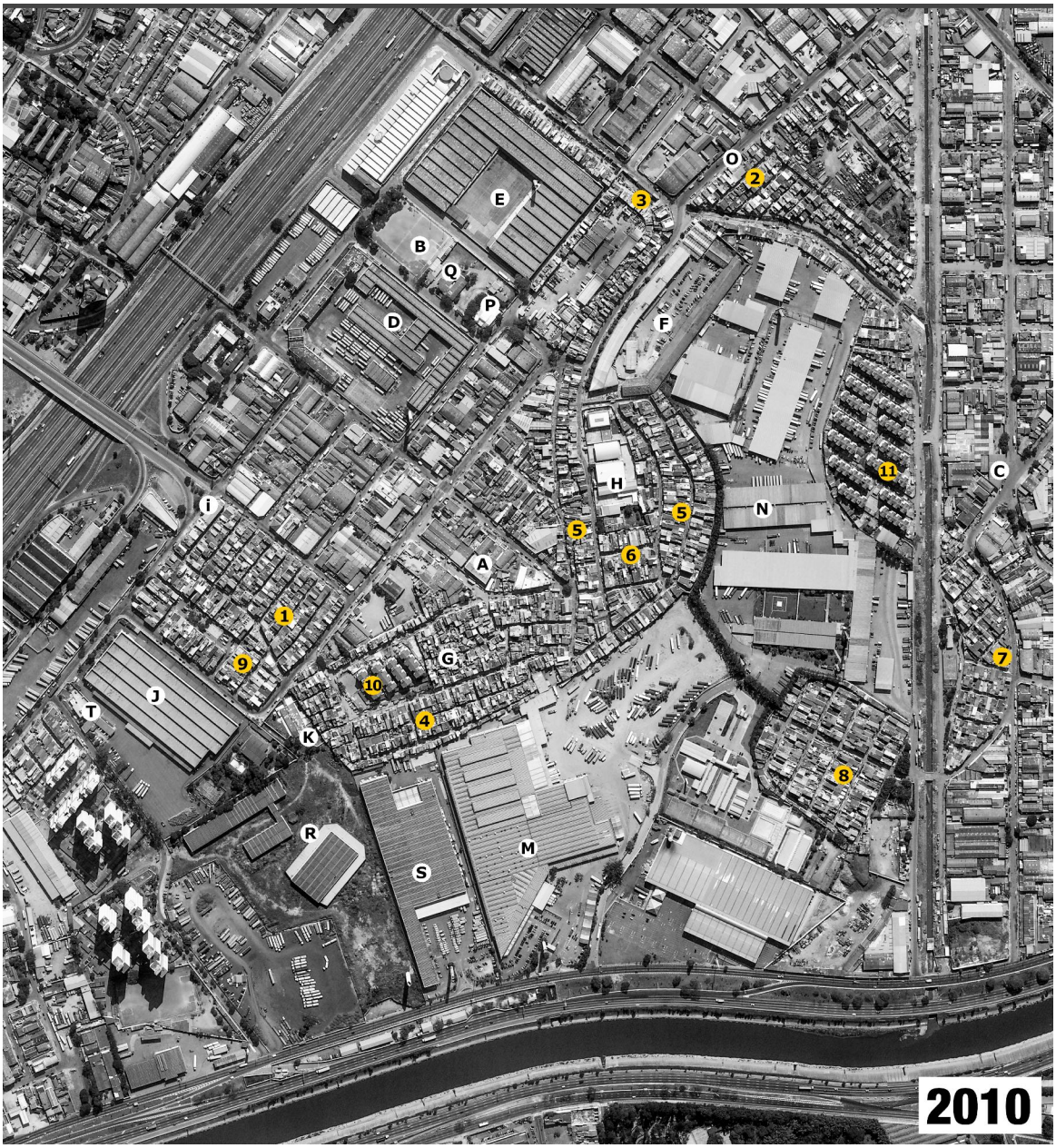

FAIXA 120
Nº34
1986

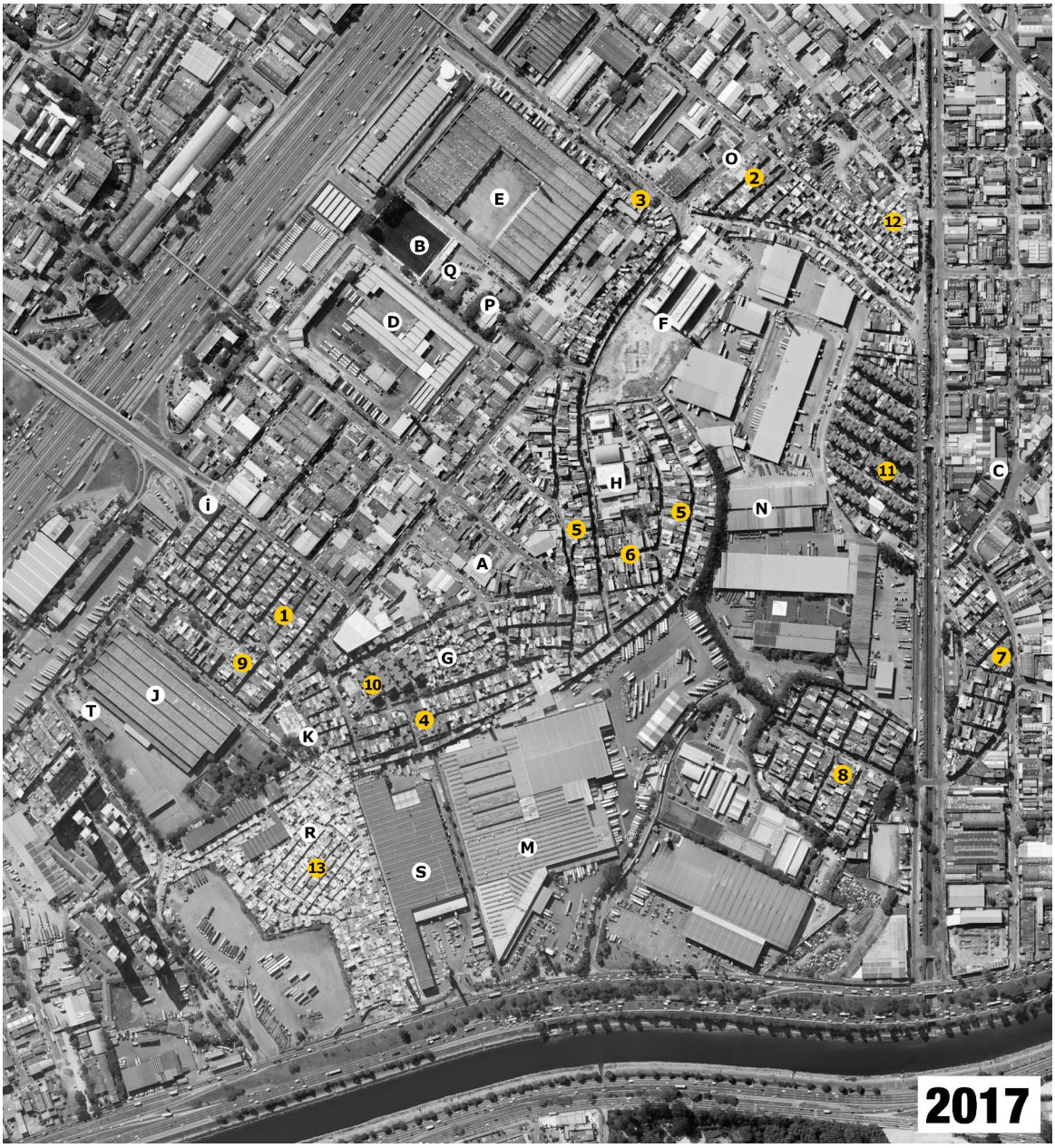

O
2
E
3
B
Q
P
D
F
C
H
i
5
N
5
6
A
1
9
G
7
L
J
4
K
8
R
M
S
1994

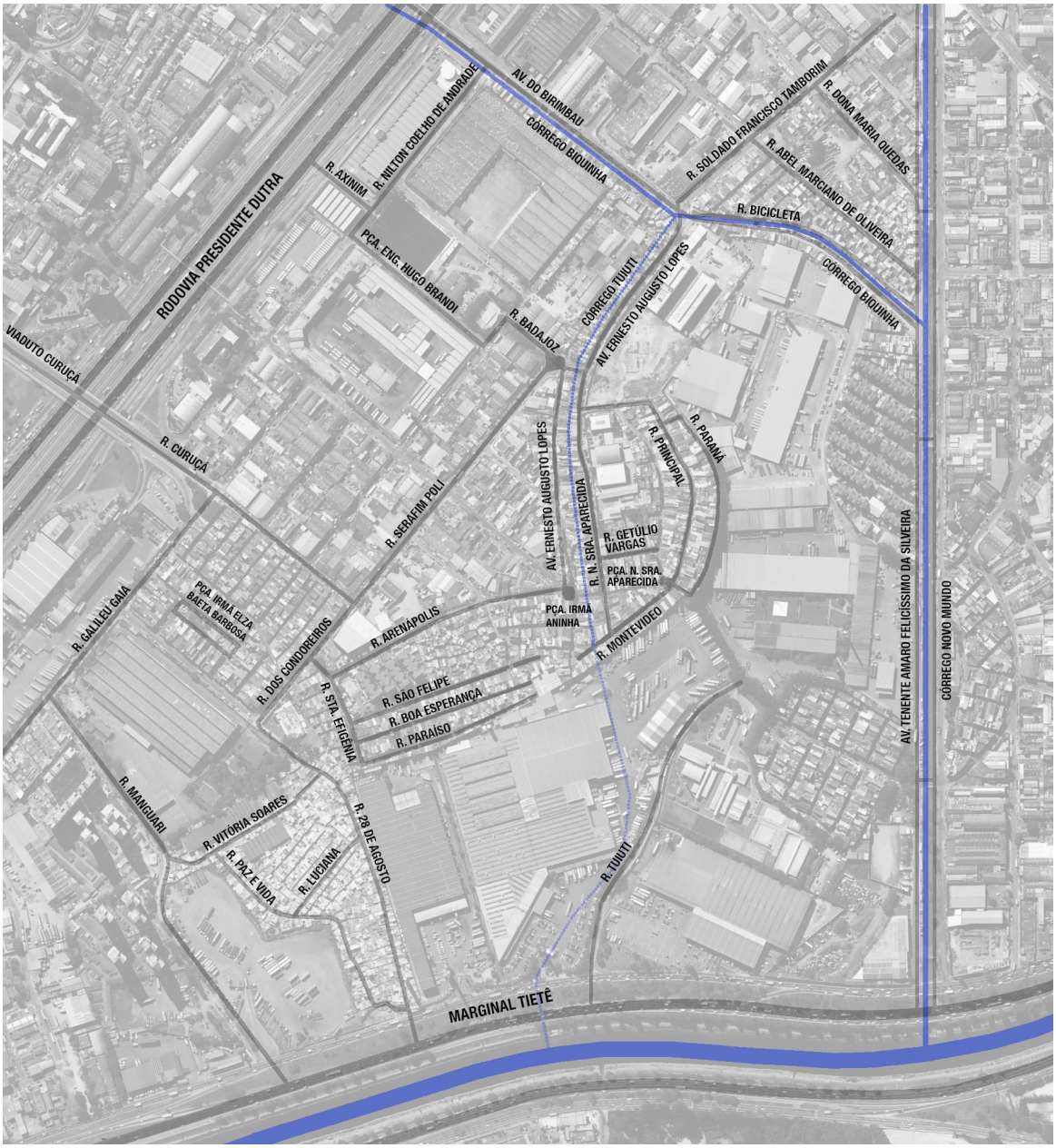

B
Q
P
D
F
H
11
i
N
5
5
6
A
1
9
G
10
J
4
K
8
R
M
S
1996


O
2
3
E
B
Q
P
D
F
11
C
H
N
5
5
6
A
1
9
G
10
7
J
4
K
8
R
M
S
1997


O
2
3
E
B
Q
P
D
F
11
C
H
5
N
5
6
A
1
9
G
10
7
J
4
K
8
R
M
S
2000


O
2
3
E
B
Q
P
D
F
11
C
H
N
5
5
6
i
A
1
9
G
7
10
J
T
4
K
8
R
M
S
2010


O
2
3
E
12
B
Q
P
D
F
11
C
H
N
5
5
6
A
1
9
G
7
10
J
T
4
K
8
R
M
13
S
2017


RODOVIA PRESIDENTE DUTRA
VIADUTO CURUÇÁ
R. CURUÇÁ
R. GALILEU GAIA
R. DOS CONDOREIROS
PÇA. IRMÃ ELZA BAETA BARBOSA
R. SERAFIM POLI
R. ARENÁPOLIS
R. STA. EFIGÊNIA
R. SÃO FELIPE
R. BOA ESPERANÇA
R. PARAÍSO
R. MANGUARI
R. VITÓRIA SOARES
R. PAZ E VIDA
R. LUCIANA
R. 29 DE AGOSTO
MARGINAL TIETÊ
R. TUIUTI
PÇA. IRMÃ ANINHA
R. MONTEVIDÉO
AV. ERNESTO AUGUSTO LOPES
R. N. SRA. APARECIDA
PÇA. N. SRA. APARECIDA
R. GETÚLIO VARGAS
R. PRINCIPAL
R. PARANÁ
CÓRREGO TUIUTI
R. BADAJOZ
PÇA. ENG. HUGO BRANDI
R. AXINIM
R. NILTON COELHO DE ANDRADE
AV. DO BIRIMBAU
CÓRREGO BIQUINHA
R. SOLDADO FRANCISCO TAMBORIM
R. DONA MARIA QUEDAS
R. ABEL MARCIANO DE OLIVEIRA
R. BICICLETA
CÓRREGO BIQUINHA
AV. TENENTE AMARO FELICÍSSIMO DA SILVEIRA
CÓRREGO NOVO MUNDO

Primeira Parte: Surgimentos

Capítulo 1: Terra de ninguém

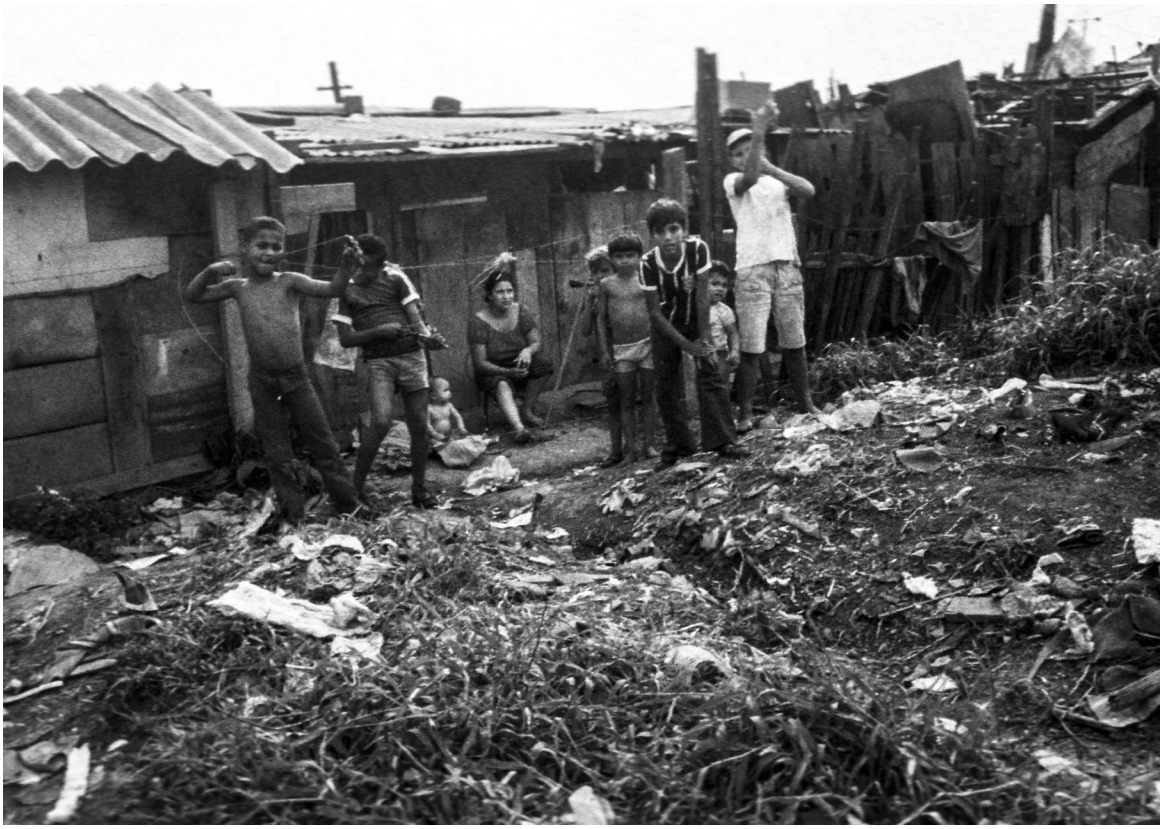


Fig. 1.a - Crianças brincando ao lado do que parece ser um depósito de terra e lixo. Data e autoria desconhecidas. Diapositivo encontrado no acervo das Irmãs Vicentinas.

Fig. 1.b - Enchente. Data e autoria desconhecidas. Diapositivo encontrado no acervo das Irmãs Vicentinas.

Fig. 1.c - Favela Cidade Nova. Data: abril de 1981. Crédito: Maria Luiza Martinelli. Encontrada no acervo das Irmãs Vicentinas.

Nos anos 1940, o deslocamento e retificação do rio Tietê deixou extensos trechos da antiga várzea abandonados. Embora pertencessem por direito à Marinha, muitas dessas áreas foram negligenciadas pelo poder público e passaram a ser ocupadas ilegalmente. Na região que estamos estudando, o Jardim Andaraí e o Parque Novo Mundo já estavam loteados em fins da década de 1950, mas a área por onde passavam os meandros originais do Tietê, localizada entre esses dois bairros, permaneceu praticamente livre de construções até os anos 1970, quando começaram a surgir os primeiros galpões e favelas.[60]

A condição inicial de abandono da várzea do rio pode ser vista como semente do que chamo de *terra de ninguém*, ou seja, espaços que passaram a ser vistos como desprovidos de regras de ocupação e disponíveis para a apropriação, gerando intensas disputas e conflitos entre agentes com interesses diversos: posseiros já instalados na região; grileiros e empresas que tentavam se apoderar de terrenos forjando documentos falsos e construindo cercas e muros; diversas instâncias do poder público desempenhando papéis contraditórios que variavam da ausência ou conivência para com tomadas de terra ilegais, até iniciativas de construção de alojamentos provisórios para moradores deslocados de favelas removidas de áreas mais centrais da cidade; e os próprios moradores pobres que, para sobreviverem e permanecerem na área, tiveram que lidar com esta diversidade de forças, além de muitas outras ameaças e perigos: enchentes e incêndios que ocorriam com frequência, falta de moradia e de atendimento público para diversas necessidades, a presença de bandidos e de ações criminosas e violentas, a fome, a doença e a morte.

Esta primeira parte da tese propõe um recuo no tempo a partir dos relatos de moradores, assistentes sociais e lideranças que conheceram o passado das favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê. Nas conversas com meus interlocutores, os acontecimentos mais

---

60 A Vila Maria Baixa foi loteada em pela Companhia Predial Paulistana em 1917 e até a década de 1940 era o único bairro implantado nas cotas mais baixas e alagáveis da várzea do rio Tietê — conforme observado pela pesquisa de Jordana Zola (2018, p. 65, 120). O loteamento do Parque Novo Mundo começou a ser implantado em 1952 por um grupo de empresas que agregava imobiliária e venda de materiais de construção, de acordo com Maria Ruth Sampaio (1994, p. 26-7); sobre este loteamento, ver também a pesquisa de Jordana (ibid., p. 70). Pelo que se pode deduzir de uma notícia de jornal (ref. 1996-10-24), a área do Jardim Andaraí foi cedida em 1937 pela Companhia Paulista de Terrenos aos irmãos Serafim e Segundo Poli em troca de montarem uma olaria no local e venderem pela metade do preço tijolos para casas que se instalariam no bairro da Vila Maria Alta. A reportagem afirma que a medida foi um importante fator de incentivo à ocupação da Vila Maria Alta, que já constava no mapa da cidade em 1922, mas tinha poucos habitantes até a década de 1940. No Jardim Andaraí, a existência de uma rua chamada Serafim Poli sugere que os irmãos foram os loteadores deste pequeno bairro adjacente.

lembrados datam de fins dos anos 1970 e início dos 1980, época marcada por mobilizações políticas intensas e por uma série de acontecimentos que foram conformando os principais aspectos do território, como os limites entre as favelas e as propriedades do entorno, o traçado das ruas e a disposição dos lotes e moradias. Como nossos objetivos incluem a identificação de aspectos recorrentes ou persistentes, será possível encontrar paralelos e semelhanças entre o contexto da atualidade e este momento inaugural das dinâmicas espaciais e políticas, mesmo que os relatos tenham passado por alto sobre as mudanças e transformações dos anos 1990 em diante.

Vale observar, também, que além do caráter seletivo comum aos exercícios de memória, há divergências internas entre os relatos. As lacunas e discrepâncias são compreensíveis por se referirem a acontecimentos bastante antigos, mas é preciso reconhecer o caráter complexo e inesgotável da vida social e das formas de interpretá-la. As incongruências foram, assim, incorporadas como objeto das análises.[61]

1.1. Surgimento das favelas

Os acontecimentos que analisaremos refletem as transformações contraditórias pelas quais o país passava nos anos 1970 e 1980, envolvendo o crescimento vertiginoso e concomitante da pobreza urbana e da atividade econômica centrada no setor industrial ou secundário.[62] Na época, a região da Vila Maria que estamos estudando fazia parte da franja periférica da metrópole paulistana e foi atingida em cheio por estes dois processos.

---

[61] Os capítulos desta parte estão baseados principalmente em entrevistas, reportagens e documentos históricos (fotos, artigos de jornal, mapas), em contraste com a observação participante que informa o restante da tese. Para se adaptar a esta heterogeneidade do *corpus*, assumi variações correspondentes nas formas de exposição e reflexão, ao invés de procurar por uma uniformização. As histórias que seguem possuem um caráter mais acabado ou consolidado quando comparadas à natureza mais efêmera e episódica de acontecimentos e interações que conheci nas ruas da atualidade. Outro ponto é que muitas vezes os interlocutores aqui apresentados tenderam a se colocar em posições de destaque no desenrolar de ocorrências que, por outras vias, me pareceram mais complexas e dependentes de esforços coletivos — entre outras coisas, podemos concluir que tais experiências foram centrais para a formação da subjetividade e dos valores de meus interlocutores. Desenvolvo este último ponto no terceiro capítulo.

[62] De acordo com a interpretação canônica de Procópio Camargo et al. (1976).

De um lado, passou a receber inúmeras indústrias e empresas de transporte que buscavam se instalar nas proximidades da Rodovia Dutra e Marginal Tietê — grandes eixos viários que também passavam por mudanças importantes, envolvendo alargamentos e construções de pontes e alças de acesso.[63] De outro lado, as favelas começaram a proliferar rapidamente com a chegada de migrantes, em sua maioria provenientes dos estados de Minas Gerais e do Nordeste do país. Para eles, a Vila Maria era uma área de entrada da cidade, com espaço disponível para a autoconstrução de moradias nas proximidades de fontes significativas de emprego. "Era um polo de atração de quem estava chegando e não tinha para onde ir", afirmou a ex-prefeita da cidade, Luiza Erundina — que entre 1975 e o início dos anos 1980 trabalhou na região como uma das assistentes sociais da Cobes (Coordenadoria de Bem Estar Social, órgão vinculado ao município).[64]

Vejamos alguns importantes sinais destes processos, tomando por base a observação das fotos aéreas históricas. O registro fotográfico de 1973 permite identificar o surgimento de diversos galpões de pequeno e médio porte no Jardim Andaraí, além do prédio do Serviço Funerário Municipal e outras construções de maiores dimensões que não existiam na imagem de 1962. Nas proximidades da rua Curuçá, ao lado do Jardim Andaraí, surgem os dois ou três aglomerados de barracos que estão na origem da favela Marconi, assim chamada pela proximidade com as instalações da rádio homônima, no terreno a sul da rua Arenápolis. Um relato da época indica que esta é a favela mais antiga da região e começou em 1968 com caseiros que tomavam conta de terrenos nas imediações, além de famílias que passaram a explorar depósitos de lixo e/ou se instalaram

---

63 Podemos verificar estas mudanças na comparação das fotos aéreas históricas de 1976 a 1986; a foto de 1980/1981 mostra as obras de ampliação da Dutra em curso.

64 Erundina concedeu-me uma entrevista em 23 dez. 2019. De acordo com ela, parte dos migrantes "trazia um dinheirinho e comprava o primeiro barraco que encontrava ou um pedaço de chão, e montava qualquer coisa" nas favelas da região. Os relatos que conheci indicam variações nesta trajetória: havia os que chegavam à cidade tendo reservado ou comprado previamente moradias ou espaços por intermédio de amigos ou parentes que os precederam; para outros, a chegada à favela se sucedia a um período morando "de favor" ou em cômodos ou casas alugadas, até os migrantes se darem conta de que os ganhos no mercado de trabalho não permitiam arcar com as despesas assumidas; havia, ainda, famílias num primeiro momento acolhidas e alojadas na Cetren (Central de Triagem e Encaminhamento, vinculada à Secretaria de Promoção Social do Estado). Para se ter uma ideia do crescimento das favelas no período aqui considerado, vale citar estimativas do número de seus moradores: 1957 (50.000 pessoas); 1973/4 (72.000 pessoas, ou 1,1% da população municipal); 1980 (439.721 pessoas, ou 5,2% da população municipal); 1987 (812.764 pessoas, ou 8,9% da população municipal); 1991 (711.032 pessoas, ou 11,3% da população municipal). De acordo com Suzana Taschner (2001).

numa olaria abandonada — estes barracos cresceriam rapidamente nos anos subsequentes, a ponto de conformarem uma das maiores favelas da Zona Norte.[65]

Em 1973, porém, a favela São João é a que mais chama a atenção. Localizada na porção norte da fotografia aérea, já possuía sete alojamentos coletivos na forma de pavilhões paralelos e compridos, construídos na lateral da rua da Bicicleta pelo próprio poder público. O propósito destas construções era abrigar moradores de favelas removidas de áreas mais centrais da cidade para dar lugar a obras importantes, como as da linha azul do metrô — assim, nem todos os que passaram a ocupar a região eram recém-chegados à cidade. Na época, a opinião pública e os políticos de modo geral não acreditavam que as favelas cresceriam tanto e se tornariam permanentes, de modo que a política para lidar com elas se resumia à demolição, com deslocamento dos moradores para alojamentos ditos "provisórios", em áreas então periféricas como a da Vila Maria. Ao redor desses primeiros pavilhões da São João, novos migrantes foram construindo por conta própria moradias precárias, sobretudo na direção sudeste e sul. Os barracos eram feitos com restos de madeira, plásticos, papelão e zinco, entre outros materiais encontrados principalmente nos lixões das proximidades, mas havia aqueles que empregavam componentes fornecidos pela prefeitura, como telhas de fibrocimento e

---

[65] Informações obtidas da dissertação de mestrado de Maria Lúcia de Paula, outra assistente social atuante na época (PAULA, 1990, p. 76; mais informações sobre os primeiros moradores nas p. 67, 84 e 138). É possível que a olaria tenha sido justamente a dos irmãos Poli, anteriormente mencionados. Jardim Andaraí e Curuçá eram dois outros nomes da Marconi. Como se vê, as favelas da região costumavam ser designadas por elementos urbanos próximos (ibid., p. 17). Em contraste, no segundo capítulo, mostro que Cidade Nova e Vila Nova Tietê foram nomes propostos pelos moradores, graças a uma singular capacidade de articulação política e produção de subjetividade.

placas de madeirite. Vemos, portanto, que uma política de governo está na origem da segunda favela mais antiga da região.[66]

Na foto de 1976, os alojamentos provisórios substituem as moradias autoconstruídas da foto anterior e tomam inteiramente o espaço da favela São João. Aparecem também na porção noroeste da favela Marconi, convivendo, neste caso, com uma quantidade substancial de barracos que se estendiam até a lateral do terreno da rádio, ao longo da rua Arenápolis. Estes primeiros pavilhões da Marconi não foram feitos para abrigar recém-chegados e sim famílias moradoras dos barracos próximos, sistematicamente destruídos por incêndios e enchentes, já que eram compostos de

---

[66] De acordo com Júlio, os primeiros alojamentos da São João acolheram moradores da favela Cruzeiro do Sul, que existia junto à avenida Zachi Narchi e foi removida para a construção da rodoviária Tietê. Outro relato se refere a uma remoção na mesma área, para construção do metrô Santana. Uma reportagem de 1972 informa que moradores de favela começaram a chegar em janeiro à Vila Maria, trazidos por caminhões da prefeitura, do bairro de "Cruzeiro do Sul", por conta de obras do metrô. No mesmo mês de janeiro chegaram também moradores da "antiga favela de Vila Leopoldina", onde estava sendo construída uma usina de lixo (ref. 1972-06-06). Mais tarde, a partir de meados de 1978, a favela Marconi alojaria moradores trazidos da extinta favela do Maranhão, situada embaixo da ponte do Tatuapé, para dar lugar a um jardim — é o que afirmam Lúcia Gervásio (uma das pessoas transferidas na época), Maria Lúcia de Paula (ibid., p. 80) e uma reportagem (ref. 1979-04-18). Esta mesma notícia entrevistou uma moradora da favela Maranhão que já havia sido removida da Ordem e Progresso, uma das mais antigas favelas da cidade, situada na Barra Funda. Por sua vez, a reportagem de 1972 observa que a população teve cortados os laços com escolas e empregos em seus bairros de origem. As pessoas reclamavam das condições precárias das novas moradias, que tinham seis metros de profundidade por dois e vinte de largura e frequentemente extrapolavam o número máximo indicado de seis habitantes por cômodo ou recinto. Não dispunham de eletricidade e as poucas instalações sanitárias (tanques e banheiros sem vasos sanitários) eram coletivas. Entre as declarações dos moradores, vale citar: "Não se pode fazer o menor movimento dentro de casa, que na casa vizinha a repercussão é imediata!"; "[n]o meu barraco posso pregar prego na parede, mas nos vagões [alojamentos] isso não é possível porque os pregos facilmente atravessarão suas paredes." Nas margens dos alojamentos, corria o córrego da Biquinha, poluído. Todo este processo possui paralelos com o da favela Heliópolis, estudada por Maria Ruth Sampaio. Ela observa que "[m]uitas das favelas existentes no Município de São Paulo tiveram início pela ação do próprio Poder Público Municipal que visando liberar determinadas áreas ocupadas por núcleos carentes, para a construção de obras públicas, principalmente viárias, transferia os habitantes para alojamentos provisórios, geralmente localizados em áreas pertencentes ao Estado, ao Município ou a órgãos federais." (SAMPAIO: 1990, p. 29).

materiais inflamáveis e facilmente degradáveis. Por fim, a foto de 1976 mostra os primórdios de uma longa sequência de barracos que foram se distribuindo pelas margens dos canais Biquinha e Tuiuti[67] e deram origem à favela Funerária, assim chamada por ter começado em frente ao já citado edifício do Serviço Funerário Municipal.[68]

Por sua vez, o registro fotográfico de 1980-1981, mesmo com baixa resolução, é precioso por mostrar os primórdios da ocupação das áreas que mais interessam às nossas análises. O setor que em breve passaria a se chamar Cidade Nova surge de uma expansão substancial da favela Funerária na direção sul e leste, circundando uma área de estacionamento de caminhões que, como veremos, era reclamada por uma empresa de transportes chamada Skill. A Área Quatro, que logo receberia o nome de Vila Nova Tietê, corresponde a uma grande quantidade de vielas e barracos padronizados, localizados a sul do terreno da rádio Marconi. O traçado reticulado e regular mostra que estamos diante de um segundo tipo de intervenção municipal, que inclusive se estendia por outros setores ou "áreas", substituindo inteiramente os pavilhões e moradias precárias da antiga Marconi. De acordo com o que detalho mais adiante, trata-se do primeiro projeto de urbanização de favelas da cidade, protagonizado pela ação das assistentes sociais da Cobes no intuito de prevenir definitivamente os incêndios e assegurar melhores condições de vida aos

---

67 Este último canal, hoje soterrado pela ampliação das moradias da Cidade Nova, corre ao lado das atuais avenida Ernesto Augusto Lopes e rua Nossa Senhora Aparecida. Para nomeá-lo, adotei a indicação presente numa planta de 1978, ref. 1978-08-11 (B).

68 Na época esta favela também era chamada de Massari, pela proximidade com a fábrica de cofres homônima, no lado oposto da rua e em frente ao Serviço Funerário. As cerca de cinquenta famílias que deram origem a este aglomerado provinham de barracos construídos nas proximidades da favela São João. Eles compunham uma favela pequena, chamada Esperança, que parece ter existido por um curto período — foi removida por se localizar num terreno privado (PAULA, op. cit., p. 81; ref. 1976-01-14). De acordo com uma declaração de Julio apresentada numa revista dos moradores da Cidade Nova, a favela Funerária começou em 12 de novembro de 1975 (ref. 1980-DÉCADA-K).

moradores da Marconi. A imagem de 1980-1981, diga-se de passagem, mostra outros aglomerados menores de barracos, que foram surgindo em diferentes pontos da região.[69]

Nas fotos históricas subsequentes as favelas se consolidam e se adensam, sem, no entanto, se expandirem para as grandes áreas livres nos arredores, cada vez mais cercadas e ocupadas por galpões de grande porte.[70] Certamente o que determinou essa distribuição espacial e a limitação das ampliações das moradias foi o fato de que muitas terras já haviam sido griladas (como se pode inferir dos indícios de cercas e alterações na textura do solo e da vegetação nas fotos dos anos 1970 e anteriores). Os pretensos proprietários adotaram claramente o traçado do rio como um limite para a privatização de muitas zonas, de modo que aos moradores pobres — chegados por conta própria ou alocados pelo poder público — restaram as faixas localizadas nas laterais ou sobre os córregos e meandros originais do Tietê. Tanto assim que a memória do traçado sinuoso do rio

---

[69] Em agosto de 1976, um relatório da Secretaria de Bem Estar Social contabilizou 402 barracos na região (*apud* PAULA, op. cit., p. 120). Cerca de quatro anos depois, em 1980, uma reportagem do Jornal da Tarde (ref. 1980-04-28) enumera 2.156 barracos, "muitos abrigando mais de uma família". Distribuíam-se pelas favelas nas seguintes proporções, em ordem decrescente: a Marconi, "maior e mais urbanizada do complexo", contava com 620 barracos (sem dúvida incluindo a urbanização citada e os barracos ao longo da rua Arenápolis); a "Massari" (que também designei como Funerária) possuía 340 barracos "montados sobre um córrego contaminado"; a Beibinha, com 325 moradias, era a "mais recente de todas"; o trecho da Funerária que ficaria conhecido como Cidade Nova tinha 320 barracos; em seguida vinha a favela "Alojamentos", com 221 moradias; as favelas Maria Quedas e Charco, estavam instaladas sobre córregos e contavam, respectivamente, com 200 e 80 moradias; a favela Esperança (certamente ressurgida depois de extinta pelo proprietário do terreno, de acordo com o que citei anteriormente) tinha 50 barracos. Não sei determinar a localização exata de alguns destes aglomerados. Maria Quedas, Charco e Esperança ficavam nas proximidades da São João ou da Avenida Tenente Amaro Felicíssimo da Silveira. A fonte dos dados e o método dos cálculos não são informados. É possível que os números sejam aproximados.

[70] Destaco as primeiras instalações do hipermercado Atacadão e do Ibep (Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas) na foto de 1986, e, em 1994, os terrenos ocupados pelos Correios e pelas transportadoras Della Volpe e Dom Vital (futuro endereço da ocupação Douglas Rodrigues).

transparece ainda hoje na distribuição territorial de todos os assentamentos mencionados, bem como no desenho de muitas de suas ruas e construções.[71]

Implícita neste padrão de ocupação está a resistência de muitos moradores (e da própria prefeitura) em ocupar áreas que na época já eram consideradas como "particulares", mesmo que durante muito tempo tenham permanecido desprovidas de construções e de outras formas de ocupação efetiva. Nas palavras de Carminha, antiga liderança da Vila Nova Tietê, "[a] gente sabia aquelas [áreas] que podiam e aquelas que não podiam [ser ocupadas]". Ou seja, muitos terrenos já não podiam ser vistos como terra de ninguém e sim como privados. O risco de remoção também foi associado a uma rua pública ou "oficial" como a Arenápolis, que por muitos anos teve moradias em estado de maior precariedade e improviso pelo risco que os moradores sentiam de serem removidos, ainda de acordo com o relato de Carminha. Esta última observação sugere que a consolidação das construções e de sentimentos de segurança ou confiança corriam paralelamente e eram processos até certo ponto interdependentes.

Nas palavras de Luiza Erundina, "tinha o problema da consciência, porque a própria formação dos moradores colocava para eles a culpa de estar ocupando uma propriedade que não era deles. Eles se sentiam cometendo um crime, porque eles não eram donos da terra." Nos dois próximos tópicos deste capítulo, veremos que os episódios que engendraram transformações de posturas mais subservientes ou complacentes em atitudes contestatórias envolveram disputas por áreas situadas em meio aos barracos, cuja propriedade não era evidente ou estabilizada — ocupadas justamente pela Skill (na Cidade Nova) e pela rádio Marconi (na Vila Nova Tietê). Tais conflitos levaram a uma expansão ou consolidação substanciais das favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê. Em segundo lugar, num tópico subsequente, apresentarei negociações e controvérsias relacionadas à estabilização das fronteiras entre as duas favelas e as empresas que estavam se apropriando de terrenos limítrofes a sul e sudeste: trata-se do hipermercado Atacadão e do Cotonifício Paulista (este último foi substituído pela transportadora Della Volpe a certa

---

[71] Para perceber esta influência, basta comparar o percurso do rio nas fotos de 1958 ou 1962 com as ocupações das imagens subsequentes. Pode-se observar, por exemplo, o desenho curvo das ruas da Cidade Nova, do edifício do Serviço Funerário e da rua da Bicicleta. Na favela Vila Nova Tietê as ruas são retilíneas porque o rio também o era naquele trecho do território — isto fica evidente na citada planta ref. 1978-08-11 (B). Os conjuntos habitacionais Cingapura Novo Mundo e Promorar (situado a leste da Avenida Tenente Amaro e conhecido na região como "Casinhas") possuem limites curvos que coincidem, mais uma vez, com os meandros originais do Tietê. A área do Cingapura Novo Mundo já parecia ocupada por barracos esparsos nas fotos de 1973 e 1976, precisamente numa das curvas do antigo rio. O trabalho de Jordana Zola sobrepõe a estrutura fundiária e o traçado do rio Tietê, facilitando a identificação destas correspondências (op. cit., p. 83-84).

altura dos embates). O conjunto destes conflitos parece ter sido fundamental para engendrar ou reforçar o papel de lideranças e movimentos sociais locais, ensinando muitos moradores a assumir atitudes de luta e enfrentamento até então estranhas ao seu repertório de possibilidades de ação.[72]

Embora desprovidas de construções, as áreas circundantes às favelas estavam longe de desertas e abrigavam atividades e recursos pré-existentes que por muito tempo conviveram com as apropriações de terra e transformações em curso. Por meio de uma rede de caminhos esparsos, moradores das favelas tinham acesso a campos de futebol de várzea e áreas para o cultivo de roças e a criação de animais. A maior parte da região era coberta por matagais e lagoas, onde era possível pescar peixes e caçar animais como preás, para consumo próprio. Mais além, os caminhos davam acesso a outros bairros, com destaque para a rua Tuiuti, que chegava até a Marginal Tietê e a uma "ponte de latão" (sustentada por tambores metálicos flutuantes), por meio da qual pedestres cruzavam o rio em busca de comércios, do supermercado Jumbo Eletro e do parque do Piqueri, entre

---

[72] A indisposição de ocupar áreas particulares ou oficiais pode ser contraposta a práticas mais radicais de contestação, que ganharam proeminência com o aumento das ocupações de imóveis privados sobretudo a partir da década de 2000 em São Paulo. Mas tal contraste entre processos de formação das favelas mais antigas e as recentes ocupações precisa ser relativizado e pensado ao lado de aspectos que permaneceram no tempo. Ainda hoje encontrei muitos moradores das favelas consolidadas que seguiam considerando ocupações de terrenos privados como arriscadas e mesmo ilegítimas, a exemplo de certas opiniões direcionadas à ocupação Douglas Rodrigues. A propósito, o estudo de Tatagiba, Paterniani e Trindade (op. cit.) mostra que ainda recentemente uma boa proporção de lideranças de movimentos de moradia enxergava como perigosas e ilegais as ocupações de imóveis privados. De modo geral, estabelecer diferenças entre o caráter mais ou menos radical das disputas não é algo que se possa fazer de modo simples ou evidente, porque os critérios são relativos e as condições dos embates, variáveis. É preciso lembrar que os importantes focos de resistência e luta política dos anos 1970 e 1980 estavam despontando de um contexto bastante autoritário, cerceador de liberdades, reivindicações e protestos, correspondente ao período da Ditadura Militar. Outro fator que pode ajudar a explicar a ampliação limitada das favelas nos anos 1970 e 1980 é que a densidade populacional e a pressão interna por espaço no interior dessas favelas não pareciam causar tanta preocupação como hoje. No contraste deliberado proposto por Miguel, liderança que atuou na favela Vila Nova Tietê e hoje atua na ocupação Douglas Rodrigues, "antigamente tinha muita terra e pouca gente [para ocupar], hoje tem muita gente e pouca terra".

outras facilidades no bairro do Tatuapé.[73] Grande parte dos terrenos atravessados por estas trilhas era inóspita, dominada por vegetação alta e evitada por ocultar buracos e depressões perigosas.[74] Certos barrancos e desníveis alcançavam alguns metros de altura, produzidos por descartes de terra trazidos de outros lugares e por obras de aterro que agentes privados realizavam para erigir construções e infraestruturas nos arredores. Alguns desses aterros agravavam os desastres causados pelas enchentes, na medida em

---

[73] O acesso à rua Tuiuti (e à Marginal Tietê) foi ilegalmente interrompido pela expansão das instalações do hipermercado Atacadão, como se depreende dos relatos e da comparação das fotos de 1986 e 1994. Originalmente, a Tuiuti ficava inteiramente a sul do rio Tietê, que passava bem mais ao norte, como se pode ver no Mapa Sara Brasil [online: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx] — hoje esta rua possui dois trechos em lados opostos do rio. Outro caminho conhecido, concorrente à rua Tuiuti, passava pelo terreno atual dos Correios e aparece ainda na foto de 1986. A ponte de tambores já não está presente na mesma data. Carminha contou que a estrutura não resistiu e foi levada por uma das enchentes do rio. Um dos exemplos de utilização do parque do Piqueri envolvia a organização de retiros espirituais mensais, de acordo com o relato de Irmã Elza Dias de Andrade, uma das últimas Irmãs Vicentinas que morou na região. Ela foi uma das moradoras que se recordou da sensação de insegurança ao atravessar o Tietê pela estrutura flutuante.

[74] Entre a vegetação local, Maria Lúcia cita especialmente a presença de mamoneiras e, nas áreas alagadas, guapés e taboas (PAULA, op. cit., p. 24). “Ninguém entrava lá, que tinha medo de morrer afogado num buraco daquele”, falou Julio acerca do terreno sobre o qual ajudaria a implantar a favela Cidade Nova. “Aqui era tudo matão”, disse César Monteiro dos Santos acerca da mesma área. Nô, como ainda hoje é conhecido, mora no local desde antes do surgimento da favela, quando trabalhou como caseiro do pretenso proprietário do terreno (possivelmente dono da citada transportadora Skill). Meu interlocutor se lembrou da morte de seu cavalo, quando certa vez o animal se adiantou numa trilha pelo mato, enveredou para o lado e foi encontrado logo depois, atolado na lama até o pescoço e impossível de ser salvo.

que as águas ficavam represadas nas cotas mais baixas, onde permaneciam as favelas.[75] De qualquer forma, estes já eram sinais das transformações que estavam por vir e que foram levando à extinção gradativa da paisagem até então predominante.

Havia ainda diversas áreas usadas para o descarte de lixo, com destaque para a que se situava no terreno do atual hipermercado Atacadão ou em suas proximidades.[76] Como indiquei, os lixões ajudam a explicar a origem da favela Marconi. Representavam fontes de subsistência e trabalho para boa parte dos moradores: muitos coletavam materiais para reciclá-los ou vendê-los, fazendo disso uma atividade econômica, e outros buscavam recursos para consumo próprio. Os lixões também eram procurados por crianças para

---

[75] Uma reportagem de setembro de 1981 fala de um pretenso proprietário que tentava expulsar moradores da favela Marconi e havia criado um "problema sanitário" por ter construído um aterro e reter as águas servidas da favela, que antes corriam para o rio Tietê. "Se chover, tudo voltará para a favela e, mais grave, alguns barracos poderão ser até inundados ou levados pelas águas das chuvas." (ref. 1981-09-04). Vale citar também a inundação de parte da favela Marconi, resultante de um espalhamento proposital de lixo num terreno vizinho a mando de um homem que tentava tomar posse e prevalecer sobre outro pretenso proprietário. "O lixo devidamente espalhado fechou os canais naturais de escoamento das águas das chuvas em um trecho da favela, causando ontem a inundação de 16 barracos e deixando seus moradores ao desabrigo". Um funcionário da Cobes, responsável pelo atendimento, afirma que problemas deste tipo eram comuns (ref. 1977-03-27). Para Maria Lúcia, os aterros colocaram muitas moradias "numa 'bacia' topográfica, sem condições de escoamento de águas pluviais". Ela assinala a origem comum dos aterros e dos incêndios atribuídos a interesses privados na região, de modo que parte dos problemas com a água e o fogo aparecem como produto de ações humanas deliberadas (PAULA, op. cit., p. 124-125). Vemos, enfim, que as enchentes não eram apenas naturais, derivadas do contexto de várzea da região. Em termos mais amplos, Jordana Zola observa que as obras de aterro realizadas por particulares fragmentaram e alteraram os cursos hidrológicos da planície do rio Tietê e, junto com a malha viária descontínua, "deslocaram as linhas de drenagem, promovendo a criação de inúmeros pontos baixos de acúmulo de água, cuja drenagem nem as grandes obras de execução do Canal Tietê puderam assegurar." (ZOLA, op. cit., p. 93).

[76] Uma reportagem da Folha de S. Paulo (ref. 1975-07-30) cita "o lixão da Vila Maria" como local importante e conhecido do gênero na cidade. Sem dúvida, a localização também tirava partido da proximidade a grandes eixos de circulação. Diga-se de passagem, outras atividades de captação e obtenção de recursos se explicam pelos mesmos motivos. O comércio de roupas usadas, arrecadadas em outros bairros da cidade, já representava uma economia importante na época e o escoamento das peças ocorria pela rodovia Dutra. Em algum momento, a chegada do tráfico de drogas também tirou partido da acessibilidade da região.

explorações e brincadeiras e por pessoas envolvidas em atividades criminosas, para a prática de atos violentos e a desova de cadáveres. Eram, assim, locais prenhes de oportunidades e perigos e, nesse sentido, também podem ser vistos como terra de ninguém. Para além dos materiais dos barracos, vale destacar a presença de diversos alimentos industrializados, uma vez que empresas do ramo costumavam descartar produtos vencidos ou com data de vencimento próxima.[77]

Além das relações centradas em atividades pré-existentes ou secundárias em relação aos processos econômicos dominantes, é preciso destacar que os moradores estabeleciam vínculos com as empresas que estavam se instalando nas imediações e que representavam importantes fontes de emprego e oportunidades. Os relatos não deixam dúvidas de que naquela época havia nas redondezas uma oferta significativa de trabalho,

---

[77] Ao lado de sua carroça de madeira, Nô contou com satisfação que reciclava lixo há cinquenta anos e criara três filhos com esta atividade. A certa altura do passado "possuía" um lixão na região da Marconi e disse também que "criou" outro na área da Cidade Nova. Maria Lúcia de Paula observa que os "donos dos lixões" eram aqueles que convenciam empresas de coleta a despejar lixo em determinados locais. Eles ditavam regras para a exploração, retirada e comercialização dos descartes a colaboradores da favela, parte deles crianças. A habilidade de triagem do lixo era um fator para o estabelecimento de hierarquias entre os envolvidos (PAULA, op. cit., p. 43, 67). Alusões à posse dos lixões já sinalizam para a tendência da terra de ninguém em ser reivindicada por alguém ou alguns. Por fim, podemos imaginar uma variedade mais ampla de práticas e objetivos associados aos descartes por meio do relato de Valdemar, antigo morador da Cidade Nova e professor de futebol da União de Moradores da mesma favela. Ele trabalhava numa padaria do Parque Novo Mundo cujo dono tinha um comércio no CEASA e descarregava frutas e legumes, em sua maioria bons para o consumo, em frente ao prédio do Serviço Funerário Municipal, para que os moradores das favelas aproveitassem. Com o que restava, Valdemar criava porcos, para depois vender leitões.

mesmo que grande parte fosse de natureza informal. As trajetórias de vários moradores sugerem um trânsito sistemático entre contratações diversas e sucessivas.[78]

Além dos vínculos empregatícios, a proximidade espacial conduzia a outras formas de conexão com as empresas e seus funcionários. Os caminhoneiros empregavam moradores para carregar e descarregar mercadorias, mas também pernoitavam na

[78] Moradores se lembraram de terem trabalhado na própria Funerária, em várias empresas de transporte, na fábrica de cofres Massari, na fábrica de papel Dixie-Toga, na fábrica de brinquedos Estrela, entre outras. Um documento redigido pelas Irmãs Vicentinas (que serão apresentadas mais adiante) observa que boa parte das transportadoras da "região" eram "ilegais" e contratavam trabalhadores não qualificados para regimes de 12 a 14 horas diárias (não obtive acesso à reportagem que lhes serviu de base, publicada no Diário Popular de 29 jun. 1980). O relato de Gildésio transmite a surpresa de um migrante ao perceber as oportunidades de emprego que existiam em São Paulo. Ele chegou da Bahia em 1976 com uma tia, para saber de uma Irmã que não voltava para a terra natal da família e ficou preso por não ter dinheiro para pagar a passagem de volta. Morou alguns dias na favela Marconi, ficou chocado com as condições das moradias e com o frio da cidade e depois de uma semana arranjou um bico para ajudar a descarregar uma carreta de polietileno de uma empresa nas imediações. Meu interlocutor ficou impressionado com o dinheiro que recebeu e desistiu de voltar para a Bahia, imaginando que poderia ficar "rico" em São Paulo. Contrariando esta impressão inicial de Gildésio, diversos relatos atestam que os ganhos eram instáveis e insuficientes para arcar com despesas regulares de aluguel, de modo que a alternativa era autoconstruir moradias nas favelas.

vizinhança e eram os principais clientes do negócio da prostituição.[79] Havia, também, a figura do "tomador de conta" ou "caseiro", contratado por pretensos proprietários de determinadas áreas ou mesmo por empresas, como era o caso de Nô na Cidade Nova. Além reciclar lixo, ele cuidava de carros e carretas velhas, deixadas pela empresa Massari ao lado do terreno que ocupava.[80] Júlio, uma das principais lideranças da Cidade Nova,

---

[79] Entre os que até hoje trabalham no serviço de transportes, vale citar os "chapas" ou "chapeiros": homens contratados na beira de rodovias como a Presidente Dutra, que orientam os caminhoneiros pelas ruas da cidade e ajudam na carga e descarga (ref. 1981-10-14; PAULA, op. cit., p. 160). De acordo com Luíza Erundina, havia caminhoneiros cujos veículos eram próprios ou alugados e não trabalhavam para empresas, bem como transportadoras que não possuíam estacionamentos. Desta forma, muitos caminhoneiros pernoitavam nos próprios veículos, no entorno das favelas, e estabeleciam relações com os moradores. Eles "não tinham um lugar certo, viviam por ali, dormiam por ali. Por isso que tinha uma prostituição também muito forte ... as moradoras da favela conviviam com aqueles motoristas que paravam os seus caminhões por ali e, portanto, havia um tráfico sexual ali. … Havia uma conexão entre aquele público fruto do transporte de cargas, que não era de empresas que tinham um espaço adequado para parar os caminhões, que vinham e voltavam. Eles se alojavam por ali e havia toda essa promiscuidade agravando o problema da favela." Uma reportagem da Folha de S. Paulo (ref. 1980-03-30) associa caminhoneiros à prostituição infantil: "meninas de 8 ou 9 anos se prostituem para ajudar a família – as mesmas empresas de transporte que fornecem serviço para os favelados, despejam diariamente na favela levas de motoristas." Nos dias atuais, a prostituição (inclusive infantil) envolvendo caminhoneiros parece concentrar-se em torno do Terminal de Cargas Fernão Dias, a cerca de quatro quilômetros ao norte da região que estamos estudando, num terreno público usado como estacionamento e associado a interesses criminosos por reportagens recentes (ref. 2016-07-27 e 2016-07-28). A propósito, uma das principais vozes responsáveis pela conquista do CEU Novo Mundo, Kamila Gomes, lembrou de reivindicações pela construção de outro CEU no citado terreno, que, no entanto, não foram adiante por haver muita "pressão contrária", inclusive da parte de policiais ligados à base da Polícia Militar vizinha ao terminal, conhecidos por acobertarem a prostituição infantil. Por ter insistido na construção do CEU naquele terreno, Kamila chegou a ser ameaçada de morte e precisou ser escoltada para uma das reuniões do Conselho Participativo Municipal de Vila Maria/Vila Guilherme. Vemos outro exemplo de prática na região que persiste no tempo, junto com o comércio de roupas usadas, os chapeiros, o tráfico de drogas e a reciclagem de lixo.

[80] É possível ver estes veículos a leste do galpão da empresa, na foto de 1976. Maria Lúcia aponta para a existência de outros "tomadores de conta" e cita a figura mais ativa do "intermediário", responsável por negociar com os moradores das favelas em nome de terceiros (PAULA, op. cit., p. 47).

recebeu por certo tempo um "salário" da Viação Cometa para cuidar de "meninos": ele permitia que participassem das aulas futebol organizadas pela União de Moradores local com a condição de que não "roubassem" ou "mexessem nas coisas dos outros". Relatos afirmaram que os justiceiros que atuaram na região também recebiam dinheiro das empresas do entorno para coibir roubos e crimes.

A Cometa forneceu ainda ônibus para excursões de crianças das favelas e para levar manifestantes a reivindicações e eventos organizados pelas lideranças e associações de moradores da época. Ao lado disso, a empresa tinha exclusividade para usar o campo de futebol e as instalações do Clube da Comunidade (CDC) Adhemar de Barros, porque havia construído ou reformado o espaço, que no entanto é um equipamento público instalado na região nos anos 1960. De acordo com Carminha, quando lideranças pensaram na possibilidade de instalar um Posto de Saúde no lugar de um dos campos do CDC, a proposta foi interpretada por muitos como "praticamente uma invasão" das instalações da empresa, de modo que foi preciso negociar com ela para conseguir o espaço que precisavam. De acordo com Julio, a prefeitura entrou com uma verba para assumir o campo e permitir que moradores das favelas pudessem utilizá-lo.

A negociação para utilização do espaço do CDC mostra que muitas das ocupações de espaço não se pautavam por leis ou critérios externos (que definiam, por exemplo, o status do CDC como equipamento público), mas pelas relações de força que iam se desdobrando em cada situação. Tal lógica está implícita na noção de terra de ninguém e ajuda a compreender os confrontos que passarei a analisar entre moradores das favelas e empresas ou grileiros que se julgavam no direito de expulsar a população pobre para se apossarem de terrenos. Como disse, os moradores das favelas evitavam instalar-se em áreas tidas como "particulares" ou "oficiais", mas as disputas com estes antagonistas envolveram locais com estatuto de propriedade incerto ou duvidoso: na Cidade Nova, os maiores confrontos se deram com a Skill e na Vila Nova Tietê com um grileiro conhecido como Rocha, que reivindicava a posse do terreno da rádio Marconi. Em ambos os casos os embates foram longos e extenuantes, envolvendo vários episódios em que os moradores evitavam confrontos diretos e empregavam uma série de táticas para minar direta ou indiretamente a força de seus opositores. Em alguns casos, a escalada dos conflitos levou a situações que podemos chamar de "gotas d'água", envolvendo reações drásticas que romperam com disposições mais tolerantes e complacentes e trouxeram vitórias notáveis aos moradores das favelas, ampliando sua autoconfiança e fazendo com que as lideranças

da Vila Nova Tietê e Cidade Nova passassem a ser respeitadas e reconhecidas dentro e fora das favelas em que atuavam.[81]

1.2. (Re)urbanização da favela Marconi

"Acontece um incêndio: é como se de repente a Surs [Surs-MG - Supervisão Regional de Serviço Social de Vila Maria - Vila Guilherme, órgão vinculado à Cobes] como um todo tivesse levado um choque. Todos se movimentam para o mesmo sentido porque há um objetivo comum." A citação da assistente social Maria Lúcia dá o tom dos momentos posteriores a um dos maiores incêndios ocorridos na favela Marconi, responsável por destruir cinquenta barracos e desalojar cerca de trezentas pessoas, em quatro de agosto de 1978. Todas as técnicas da recém-criada repartição regional foram direcionadas para o atendimento das famílias atingidas e a favela Marconi tornou-se "prioritária" entre as outras do entorno. Na verdade, este era o sétimo incêndio registrado

[81] É importante observar que as conquistas e os níveis de mobilização alcançados na Vila Nova Tietê e mais ainda na Cidade Nova não são exemplos para o que ocorreu nas outras favelas da região. As duas favelas mais politicamente ativas e organizadas foram particularmente bem-sucedidas no enfrentamento de uma série de revezes e dificuldades.

na Marconi pela Cobes desde novembro de 1974, além de cinco enchentes.[82] De acordo com Luiza Erundina, "todo ano havia problemas de incêndio e de enchente na favela. Depois recuperava os barracos, mas nas piores condições. Eu ficava na emergência, distribuía colchões, a chuva acabava com os colchões."

---

[82] Os números são apresentados por Maria Lúcia, com a ressalva de que provavelmente estão subdimensionados (op. cit., p. 32, 119, 161-162, 181). O desastre de agosto de 1978 foi tratado por duas reportagens, ref. 1978–08-06 e 1978-08-11 (A). Junto com outras treze matérias dedicadas a acidentes anteriores, podemos compor um quadro dramático e recorrente para os incêndios. Os moradores costumavam atribuir a causa do fogo a lamparinas, velas ou fogões deixados acesos em barracos que não possuíam energia elétrica (por vezes alimentavam-se também hipóteses de incêndios propositais para expulsão dos moradores). As chamas se propagavam rapidamente pelas construções de madeira, papelão e plástico, por vezes alastrando-se pelos depósitos de lixo e taboas das várzeas. As chamas produziam algumas vítimas fatais e muitas outras que se acidentavam, se queimavam ou se intoxicavam com a fumaça, inclusive quando tentavam resgatar às pressas roupas e documentos. As famílias desabrigadas permaneciam nas ruas e calçadas do entorno, vigiando, por vezes, os poucos utensílios e eletrodomésticos que haviam sido capazes de salvar — isto porque havia o risco de que tais objetos fossem apropriados por outros que passavam. Depois de controladas as chamas, muitos vasculhavam as cinzas e resíduos em busca de recursos reaproveitáveis. Panelas, torneiras e outros itens metálicos eram procurados para serem vendidos a fundições e outras empresas nas imediações. Assistentes sociais se encarregavam da distribuição de comida, roupas e colchões e parte das famílias aceitava pernoitar temporariamente no Centro Educacional Tomás Mazzoni, do outro lado da rodovia Dutra. A prefeitura oferecia ajuda de custo para quem aceitasse retornar à terra natal, três meses de aluguel num imóvel regular ou, a opção mais escolhida, materiais para construção de novos barracos ou cômodos no prolongamento dos alojamentos provisórios (ref. 1975-07-30, 1975-07-31, 1975-08-02, 1975-08-19, 1976-06-15, 1976-06-25-A, 1976-06-25-B, 1976-08-28, 1977-01-31, 1977-02-01-A, 1977-02-01-B, 1978-04-04, 1978-08-06). Com a construção dos alojamentos provisórios para abrigar parte dos moradores, "os incêndios foram rareando, mas as enchentes continuavam" (PAULA, op. cit., p. 17-18), embora este último tipo de desastre não costumasse figurar nos jornais. O relato de um morador da época ilustra as dificuldades para lidar seguidamente com o fogo e a água: "Aqui é assim, sofremos muito mesmo. Última enchente a água subiu um metro dentro dos barracos. Agora que a água baixou e ainda temos lama, vem o incêndio." (ref. 1977-01-31) A notícia informa ainda o drama de moradores que evitavam falar em incêndios para não atrair a má sorte: "Há muito tempo eles falavam isto, com medo, sem levantar a voz, sem tocar muito no assunto, para não dar azar, porque eles sabiam que era o lugar mais perigoso da favela. Como é que os bombeiros iam chegar? Por onde iam tirar suas coisas?". Ver ainda outras

As consequências do sétimo incêndio levaram as assistentes sociais a dizerem que "estava na hora de dar uma solução mais definitiva" para o problema. "Daí pensamos em urbanizar aquela favela"[83] (ou talvez "reurbanizá-la", se admitirmos, como sugere Maria Lúcia, que a condição inicial da Marconi já deveria ser tratada como plenamente urbana[84]). De acordo com a assistente social Maria Aparecida Teixeira, estamos diante da primeira urbanização de favelas realizada no município de São Paulo.[85]

O incêndio deu o mote para a (re)urbanização, mas ela só foi possível com a ascensão de uma nova postura política no campo do serviço social da época. Entre 1973 e 1977, o foco das assistentes sociais foi a favela São João e o atendimento estava fixado por diretrizes de governo e por uma setorização das funcionárias do governo em temas como família, trabalho e desenvolvimento comunitário. Tratava-se de um trabalho visto como "tecnicista" e pretensamente "neutro" pela corrente mais "crítica" e "politizada" da qual Erundina se considerava parte. A implantação da citada Surs-MG em 1977 marca o fortalecimento das propostas do grupo de Erundina. As técnicas passaram a se revezar no contato direto com a população e com o conjunto dos problemas sociais, buscando ir além do atendimento "puramente assistencial". Tinham intenção, também, de "não levar as coisas prontas" e envolver os moradores nas ações e decisões, respeitando seus interesses, aspirações e costumes.[86] As mudanças ocorreram mesmo contrariando as inclinações políticas da gestão municipal de Olavo Setúbal (1975-1979) porque, como observou Erundina, "havia as contradições do regime" e parte do funcionalismo não coadunava

---

[83] De acordo com entrevista de Luiza Erundina e com o que consta na biografia da ex-prefeita escrita por Elvira de Oliveira (1988, p. 93-99). Ver também a dissertação de Maria Aparecida Teixeira (1983, p. 347-348)

[84] Paula, op. cit., p.32. A seguir, utilizo os termos urbanização e reurbanização como equivalentes.

[85] Teixeira, op. cit., p. 349.

[86] Sigo as análises de Maria Lúcia (op. cit., p. 159-161, 166, 181), Elvira de Oliveira (op. cit., p. 89) e Maria Aparecida Teixeira (op. cit., p. 343-347).

com o período autoritário. “A gente tinha um nível de liberdade e autonomia para ir fazendo as coisas”, disse a ex-prefeita da cidade.[87]

De acordo com a lembrança de Maria Lúcia, os técnicos envolvidos na reurbanização “tinham grandes perspectivas”. Mesmo que as moradias continuassem de madeira, a Marconi teria “o aspecto de uma pequena cidade, com duas praças, um pequeno jardim em cada uma delas, um comércio próprio através do sistema de cooperativa e a instalação de chuveiros nos banheiros”. Previu-se a construção de um núcleo comunitário ao lado da praça vizinha à rua Galileu Gaia.[88] Pretendia-se, ainda, conservar as “igrejas locais” e os “bares”, “para uso daqueles que não pudessem exercer uma atividade fora da favela”.

---

[87] As citações são da entrevista de dezembro de 2019. Mesmo com esta margem de manobra, foi preciso forjar justificativas para viabilizar a “urbanização” da Marconi: “[e]ra tudo por baixo do pano. Fazíamos um relatório do que se queria que a gente fizesse, com muitas estatísticas, dados numéricos, quantitativos. Enchíamos relatórios e relatórios com informações para ocupar os técnicos, que ficavam trabalhando no setor de planejamento. Mas na realidade a gente fazia coisa muito diferente.” Um exemplo da postura da gestão Olavo Setúbal é o decreto que proibia ocupações de moradia em áreas públicas municipais e determinava remoções pela polícia. “As assistentes sociais foram obrigadas a cumprir aquele decreto, a ir nas ocupações — eles chamavam de invasão — para dar uma passagem de ônibus para o lugar de origem das famílias”, disse Erundina na entrevista comigo. Além de atuar na Vila Maria, ela foi eleita diretora da Apasp na mesma época (Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo) e ajudou a articular uma resistência à cúpula de governo no âmbito mais amplo do município: “a nossa associação, em uma ação política, decidiu não cumprir o decreto”. Assim, enfrentaram diversas vezes a polícia para proteger moradores despejados pelo governo ou por proprietários privados. Estamos no momento em que a ex-prefeita da cidade transita do papel de sindicalista para o de militante política, o que a levaria a se envolver com movimentos sociais e a participar da fundação do MUF (Movimento Unificado de Favelas) e do Partido dos Trabalhadores. De acordo com a entrevista citada e com Elvira de Oliveira (op. cit., p. 89).

[88] O núcleo comunitário foi inaugurado somente em 24 de janeiro de 1980 pelo prefeito Reynaldo de Barros, como parte dos eventos relacionados ao aniversário da cidade, de acordo com uma reportagem (ref. 1980-01-24). Outra notícia (ref. 1980-01-26) confirma a inauguração e observa que o espaço seria ocupado por um Osem (Organização Sócioeducativa do Menor) com capacidade para acolher cem crianças no contraturno escolar e uma unidade do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Uma organização espírita que atuava na região ocupou também o espaço do núcleo, num convívio pouco amistoso com servidores públicos, de acordo com o registro de Maria Lúcia (PAULA, op. cit., p. 173). Ver também informações fornecidas por Teixeira (1983, op. cit., p. 343-350).

Uma reportagem de agosto de 1978[89] descreve mais concretamente as transformações em curso e as planejadas. Um aterro já estava sendo construído na "clareira aberta pelo incêndio". Em cerca de um mês, cinquenta casas de madeira seriam erigidas no local para abrigar as vítimas da tragédia. O procedimento passaria então a ser adotado para o restante da favela, ainda de acordo com a reportagem: de cem em cem, todos os barracos seriam demolidos, o aterro seria ampliado e as famílias — depois de aguardarem um período em outro aterro que estava sendo implantado "sobre uma lagoa, nos fundos da favela" — seriam convidadas a reconstruir suas moradias, seguindo um projeto padronizado e empregando materiais doados pelo poder público. Estas sucessivas fases de implantação explicam a divisão do território urbanizado nas chamadas "áreas" Um a Cinco. Mesmo sem se lembrarem deste histórico, os habitantes locais que conheci

89 Ref. 1978-08-11 (A).

continuavam adotando Área Um como nome alternativo para a Marconi, e Área Quatro como variante para a Vila Nova Tietê.[90]

Moradores antigos se lembraram de outros aspectos da urbanização: os barracos de madeira foram entregues prontos às famílias que chegavam, mas as últimas levas

---

[90] De acordo com Maria Lúcia, a reurbanização "foi dividida em cinco partes para facilitar os trabalhos de construção." Originalmente a Área Um compreendia apenas parte do que se conhece hoje por Marconi, justamente a que se localiza nas proximidades da rua Galileu Gaia - não obtive informações mais precisas do que esta. Outra parte da Marconi era composta pela Área Dois, indo provavelmente até a rua dos Condoreiros. No que se refere à articulação política, ambas as áreas se uniriam e passariam a ser conhecidas como Vila Nova Curuçá. A julgar pelas indicações de Irmã Iraci, a Área Três situava-se entre a rua Santa Ifigênia e o CEI Vila Maria, num pequeno trecho que, junto com a Área Quatro, passou a fazer parte de outra organização, justamente a Vila Nova Tietê. Finalmente, a Área Cinco localizava-se ao lado da Área Um, num "verdadeiro charco de água verde estagnada" que apresentava um "alto índice de morbidez" e causava grandes preocupações nos agentes de saúde da região. Tais condições parecem explicar o fato de ter sido a última a ser construída, apesar da facilidade de acesso e da proximidade com a Área Um. Vale ressaltar que a Área Cinco não aparece na foto aérea de 1980/1981 e tampouco na de 1986, quando já havia sido substituída pelo conjunto Pró-Morar Vila Nova Curuçá (abordado no terceiro capítulo). Na cartografia apresentada em anexo ao trabalho de Maria Lúcia, um terreno vizinho à Área Cinco está designado como Área Seis, mas a autora não fornece mais indicações. Conversas com moradores atuais da Vila Nova Tietê indicam que as nomenclaturas e fronteiras das áreas efetivamente construídas foram se transformando com o tempo: como indiquei, as áreas Dois, Três e Cinco não foram reconhecidas; o citado conjunto Pró-Morar foi batizado pelo poder público com o mesmo nome da Vila Nova Curuçá e parece ter se tornado o detentor exclusivo desta denominação; o perímetro originalmente associado a este nome tornou-se simplesmente Marconi ou Área Um; e Área Quatro parece ser um nome ainda mais conhecido do que Vila Nova Tietê, ambos sendo válidos, como disse, para o mesmo trecho de território ao redor da rádio Marconi. Em 1990, Maria Lúcia já citava a permanência dos termos Área Um e Área Quatro. O nome Marconi ainda parecia valer para estas duas áreas, mesmo sendo "rejeitado" pelos moradores por estar associado à "violência", "marginalidade", "enchentes e incêndios" (PAULA, op. cit., p. 24, 71, 163, 172, 183). Reparar que Vila Nova Tietê e Vila Nova Curuçá possuem o termo "Nova", marcando assim uma intenção de renovação em relação a esta imagem negativa da Marconi. Uma planta de implantação do que designei como áreas Um e Dois foi anexada à dissertação de Maria Lúcia (ver o documento "Planta de urbanização da Marconi", relativo ao ano de 1978, na biblioteca virtual desta pesquisa). A observação deste documento e da foto de 1980/1981 permite estimar o número de moradias construídas pela urbanização: cerca de trezentas nas

assentadas na Área Quatro receberam apenas o "lote" demarcado (com quatro metros de testada e nove ou dez de profundidade), os materiais (madeiras, pregos, vigas e telhas de fibrocimento) e instruções para erigir as moradias, que eram geminadas duas a duas e contavam com um recuo lateral, de frente e de fundos. As novas construções tinham dois cômodos e um banheiro, e seu acesso dava-se por estreitas ruas, também chamadas pelos moradores de becos ou vielas. O aterro, os materiais de construção e as distâncias entre as casas explicam o desaparecimento dos incêndios, que ficaram reduzidos a "pequenos acidentes domésticos".[91]

As assistentes sociais buscaram o envolvimento da população em diferentes aspectos deste processo. De acordo com Erundina, a decisão de construir moradias em caráter mais permanente ou definitivo foi tomada com a participação dos moradores, bem como os critérios para definição de quem receberia primeiro os materiais, qual seria a melhor disposição espacial das construções e como se determinaria a localização das famílias e seus vizinhos. Uma comissão de moradores foi eleita e encarregou-se de levantar preços de materiais de construção nos depósitos e armazéns do entorno e, uma vez escolhidos os fornecedores, realizou a compra e distribuição dos insumos.[92]

Mesmo assim, as pesquisas consideraram que a participação dos moradores em reuniões e ações coletivas diminuiu imediatamente após a entrega das moradias da Área Um. Podemos encontrar afirmações das técnicas, de que seu trabalho "ainda era muito assistencialista" e que precisavam "resolver muitos problemas para a população", a exemplo do planejamento da chegada de caminhões de terra para os aterros — em contraste com o que observaram na favela Funerária (futura Cidade Nova), "onde a

---

[91] De acordo com Maria Lúcia (PAULA, op. cit., p. 93). As dimensões dos lotes foram citadas num documento das Irmãs Vicentinas (ref. 1980-década-L).

[92] De acordo com Maria Aparecida (TEIXEIRA, op. cit., p. 348-350) e Maria Lúcia (PAULA, op. cit., p. 166-169). "Ao final de 1979, os moradores da Marconi já estavam se articulando e mobilizando para conseguirem outras melhorias na área, como luz, água, esgoto etc. … As famílias começaram a participar e aos poucos já estavam envolvidas nas discussões." (TEIXEIRA, op. cit., p. 348-350). Indício da participação dos moradores são os nomes escolhidos para as ruas, quase sempre com uma conotação alegre e positiva (Esperança, Maravilha, Paraíso etc.) ou destinados a homenagear santos (Santa Terezinha, São Sebastião, São Felipe etc.) — em contraste com as ruas das imediações, associadas a personalidades específicas (Serafim Poli, General João Carlos Lobo Botelho etc.).

população assumiu praticamente todo o trabalho."[93] De outro lado, nas conversas com antigas lideranças da Vila Nova Tietê, a articulação política promovida pelas assistentes sociais sequer foi lembrada, em contraste com a vívida memória que mantinham do auxílio e aprendizado obtidos no contato com as Irmãs Vicentinas, numa relação que parece ter se intensificado e gerado maior envolvimento da coletividade, ao mesmo tempo em que as técnicas do governo foram deixando a Marconi para se dedicar mais amplamente ao "cinturão faveleiro" da Zona Norte.[94]

Neste momento, o foco de nossas análises não são as formas de organização coletiva dos moradores e sim os processos iniciais de ocupação e construção da Vila Nova Tietê. Podemos dizer, neste sentido, que a percepção dos espaços da favela como disponíveis para serem ocupados permaneceu ou mesmo ampliou-se com a urbanização, ou seja, a noção de terra de ninguém segue pertinente para compreender os desdobramentos da intervenção do poder público na Marconi. Parte do crescimento populacional deveu-se à chegada de famílias de outras favelas por ação das assistentes sociais, mas uma grande quantidade de pessoas certamente chegou por iniciativa própria à favela. Nos recuos internos aos lotes, "puxadinhos" foram construídos para acrescentar cômodos, muitas vezes destinados a parentes e amigos que migravam para a cidade.

"O número de barracos foi aumentando rapidamente até atingir todos os espaços possíveis de ocupação, com exceção da área em litígio" da rádio Marconi. "Em 1980 já se

---

93 De acordo com Maria Aparecida (TEIXEIRA, op. cit., p. 348-349). Maria Lúcia foi especialmente crítica ao tratar das dinâmicas políticas da "primeira reurbanização": "tão logo são tomadas a providências paliativas de praxe, as pessoas passam a cumprir suas tarefas cotidianas. E resta a alguns poucos, que ficam em contato mais sistemático com os moradores, cumprir seu dúbio papel de passar informações incertas e, ao mesmo tempo, levá-los [sic] a questionamentos." Falou, mais concretamente, de dificuldades das assistentes sociais para convencerem as pessoas a trabalharem na abertura de valas de esgotos nos finais de semana e considerou que grande parte do trabalho coletivo recaiu sobre os membros da comissão (ibid., p. 177, 181). A mesma autora, porém, aventa a hipótese de que havia articulações em curso que escapavam à percepção e ao crivo das técnicas, sem fornecer maiores detalhes (ibid., p. 166, 170-172).

94 Maria Lúcia sugere mesmo uma relação entre o que considerou ser uma "cooptação" dos moradores pelas Irmãs Vicentinas e outros agentes e interesses atuantes na região e a "saída compulsória" das assistentes sociais (ibid., p. 185-188). Pelo que pude apurar, uma liderança da Vila Nova Tietê solicitou que a própria Maria Lúcia e outras assistentes não mais retornassem quando descobriu que suas requisições não estavam sendo atendidas, enquanto a técnica insistia em apresentar aos moradores "bonitos projetos" de moradias que não lhe pareciam factíveis ou possíveis de serem realizados. Neste ponto, o que nos resta são memórias vagas de versões discrepantes dos mesmos acontecimentos.

vislumbrava que as favelas da região caminhavam para um crescimento irreversível, que só seria detido por falta de área a ser ocupada." Com o passar dos anos, começaria o "crescimento vertical" das construções e a ocupação das duas praças implementadas durante a urbanização.[95] Eis aí, mais uma vez, a imagem de espaços sujeitos a ocupações que crescem até o limite de sua capacidade.[96] Para ilustrar este processo, moradores antigos que conheci fizeram uso de anáforas: de acordo com a expressão de Irmã Iraci, as pessoas foram "ocupando, ocupando, ocupando"; Julio se lembrou de como as favelas foram "crescendo, crescendo, crescendo"; Carminha contou que a velocidade das construções era grande e que, na Vila Nova Tietê, moradores novos chegavam diariamente, "direto, direto, direto".

---

[95] Excertos de Maria Lúcia (ibid., p. 93, 102-103). A autora não foi muito precisa ao datar alguns destes processos. Afirma que a reurbanização construiu 506 barracos e que este número dobrou, mas não especificou o intervalo de tempo considerado. A foto aérea de 1986 parece mostrar que ainda não havia moradias com mais de um andar nas vilas Nova Curuçá e Nova Tietê. Ainda estavam preservados, também, os espaços livres que parecem ter sido implementados pela urbanização (em frente à rua Galileu Gaia e entre as ruas Esperança e São Sebastião, na Vila Nova Curuçá, e no final das ruas São Felipe e Boa Esperança, na Vila Nova Tietê).

[96] O tamanho expressivo da Área Quatro, bem como a disposição irregular dos lotes e moradias padronizadas nas extremidades finais das ruas São Felipe e Boa Esperança, confirmam que acréscimos sucessivos e não planejados foram feitos pelo próprio poder público — mais adiante, o relato da chegada de Miguel reforça a hipótese de que, ao menos em suas etapas finais, a urbanização foi atendendo a uma demanda que já não podia ser quantificada. Enquanto as primeiras moradias foram entregues prontas pelo poder público, Miguel figura entre os que receberam apenas os materiais e instruções para construção. Também, muitas famílias assentadas na porção final das ruas da Área Quatro precisaram aterrar por conta própria seus lotes. Na lembrança de Carminha, este contingente de pessoas tinha o lote demarcado e depois "trazia entulho de tudo quanto é coisa para aterrar". Pela lembrança de Lúcia Gervásio, as moradias foram autoconstruídas já a partir do ponto em que se localiza a igreja São José Operário.

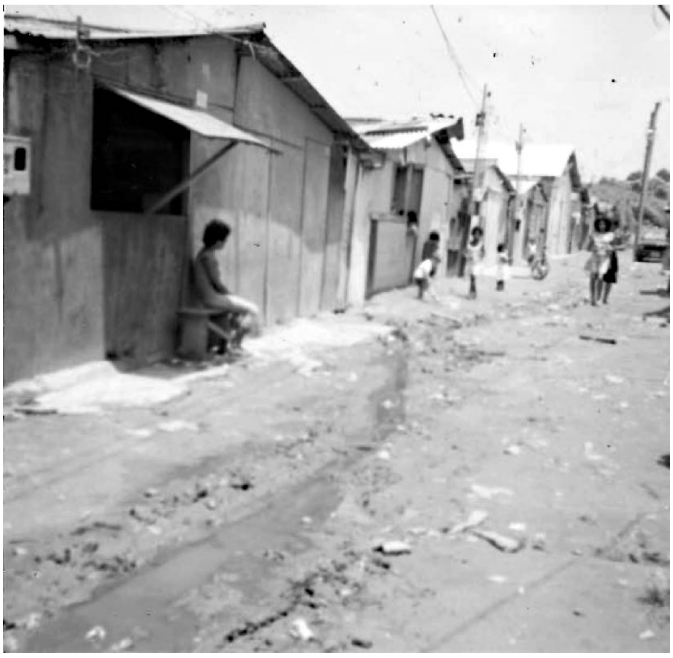


Fig. 1.d - Aspectos dos barracos da urbanização em 1985 na rua Boa Esperança, com esgoto correndo a céu aberto. Autoria desconhecida. Extraído do terceiro álbum das Irmãs Vicentinas (disponível na biblioteca virtual online da pesquisa).

Para além das preocupações com os aspectos construtivos da urbanização, as trajetórias pessoais de dois de meus interlocutores apresentam camadas suplementares de incertezas e perigos enfrentados no cotidiano pelos que chegavam à região. Miguel, por exemplo, migrou do Nordeste para São Paulo em 1974, com a mãe e quatro irmãos mais novos. O espaço reduzido em que se alojaram na Vila Guilherme levou meu interlocutor a tentar morar numa casa alugada com suas primas, mas o proprietário não permitiu a ampliação do número de inquilinos. Parece que foi nessa altura que ele construiu um barraco para si na favela Marconi, mas viveu também com sua mãe e irmãos, que haviam se alojado num renque de casas abandonadas na rua Doze de Setembro, também na Vila Guilherme. Passado um tempo, as seis famílias que ocupavam as casas foram surpreendidas por uma ação policial de despejo. “Despejo? A gente nem sabia o que era aquilo”, disse Miguel, ilustrando o sentimento de surpresa e desamparo sentido pelas famílias. Em meio à atitude autoritária dos policiais, um cabo se sensibilizou e revelou secretamente a alguns que a ação policial havia sido encomendada pelo vizinho, com o propósito de expandir a refinaria de sal que mantinha no local.

“Sem ter para onde ir” com a família, Miguel jurou que “nunca mais ia aceitar ordem de proprietário daquele jeito” e voltou para a Marconi em busca de alternativas de moradia. Lá encontrou Luiza Erundina e outra assistente social organizando a construção da urbanização. De início elas desconfiaram de Miguel, disseram que ele havia chegado tarde, que quase não havia mais espaço disponível e que ele provavelmente estava ali “só para ter caso com mulher”. Miguel esclareceu que precisava alojar a mãe e quatro filhos

menores de idade. "Aí é outra história", disse Erundina, que apontou então o trecho final e ainda desocupado da Área Quatro, alertando-o que poucos se mudavam para lá porque o lugar era muito perigoso. "A cada três dias morre um lá", teria dito ela.[97] "Tendo terra, o resto não importa", disse Miguel, num tom despretensioso e pragmático que a meu ver deixa transparecer uma coragem singular, a naturalidade com que se movimentava em contextos de risco e perigo, bem como a importância que atribuía a um espaço próprio para morar. Um funcionário da prefeitura o ajudou a demarcar um lote e forneceu todos os materiais para a construção de um novo barraco no trecho que ficaria conhecido como Vila Nova Tietê.

Miguel foi metalúrgico ao longo de quase toda a vida e participou algumas vezes da diretoria da União de Moradores local. A "luta por moradia" frequentemente o levava a faltar no trabalho e a sofrer desconto no salário. "Era o emprego ou a moradia, o que é mais importante? A moradia, claro".[98] Um "patrão", queixoso das necessidades alegadas por Miguel, disse-lhe certa vez que "quem manda nesse país somos nós". Naquele dia Miguel disse a si mesmo que "nunca ia se curvar a isso", reação semelhante à relatada no episódio de seu primeiro despejo.

Quando Carminha chegou à Vila Nova Tietê em 1978 para morar com a família, seus filhos ficaram muito aborrecidos: "perceberam" que haviam se mudado de uma casa pronta, com água, luz e outras facilidades para um lugar que "não tinha nada". Aos dezenove anos de idade ela migrara com o marido e uma filha do Rio Grande do Norte

---

[97] Para Erundina, a Marconi era "uma favela muito violenta, mas onde eu aprendi muito, ela também me formou, ajudou a mudar a minha maneira de encarar o trabalho do assistente social." (OLIVEIRA, op. cit., p. 93-99).

[98] Um acontecimento que marcou a memória de Erundina refere-se justamente a um morador atingido pelo incêndio e que faltou vários dias seguidos ao trabalho enquanto aguardava para obter o espaço e os materiais de construção para reerguer a casa. Erundina advertiu-o a retornar ao trabalho e garantiu que ele seria chamado quando chegasse sua vez na lista, organizada para priorizar as famílias com mais filhos. No entanto, o morador se recusava a trabalhar e Erundina percebeu que não conseguiria transmitir-lhe a certeza de que seria atendido: "eu raciocinava como alguém que tinha o poder e a segurança de que, em determinado momento, ele receberia o material. Mas a segurança era minha. … Na sua vida toda, aquele homem devia ter sido ludibriado, enganado. Quem garantia que chegaria a vez dele, que ele não seria, mais uma vez, passado para trás?" Perder o emprego, para aquele morador, "ia significar apenas passar um pouco mais de fome, que ele e a família já passavam". Os riscos e incertezas marcavam a vida dos moradores e levavam a esforços desmesurados para garantir um espaço próprio, o que transformou a compreensão de Erundina sobre a população que atendia. As declarações foram retiradas da entrevista que fiz com a ex-prefeita e do livro de Elvira de Oliveira (ibid., p. 93-99).

para o Morro do Alemão. Durante os cerca de vinte anos em que viveu no Rio de Janeiro, construiu sua própria casa e teve mais cinco filhos, mas não gostava da cidade e declarou certa vez que ia se mudar, a despeito da resistência do restante da família. "Eu decidi que ia sair e todo mundo sabia que quando eu colocava uma coisa na cabeça, ninguém tirava … eu era assim, doidinha, mesmo", disse ela. Quando minha interlocutora visitou um Irmão que morava na Vila Nova Tietê e trabalhava na transportadora Andorinha, encontrou e negociou um barraco para si. Voltou ao Morro do Alemão, vendeu a casa com todos os móveis e eletrodomésticos a um homem que ganhara na loteria, comprou passagens para a família e mudou-se para São Paulo.

"Aqui era só lagoa, mato, barro, bicho, lixão onde as crianças iam comer coisa estragada". As enchentes eram frequentes e tomavam o bairro todo, trazendo "sujeira" para dentro do barraco, além de bichos, como sanguessugas que subiam pelas paredes. Cobras também chegavam pelas águas e durante as enchentes era preciso deixar as crianças em cima das camas e vigiá-las para que não descessem e fossem picadas. A cidade era muito mais fria do que hoje e durante o inverno gotas de água por vezes amanheciam congeladas no beiral dos barracos. Aconselhada por uma vizinha, Carminha comprou roupas boas para a família nos brechós que já existiam na região.

Destacam-se nos relatos as dificuldades para lidar com a falta de redes de água e esgoto. As mulheres do bairro costumavam se aglomerar ao redor de dois "bicões" na rua Serafim Poli, para lavar roupas e encher latões com água para beber, cozinhar e tomar banho.[99] Uma série de outras atividades foi claramente relacionada aos homens, invariavelmente referidos como "meninos": eram eles que "jogavam bola" nos campos de várzea das proximidades, caçavam preás no mato ou pescavam na lagoa de "águas cristalinas", existente na área hoje ocupada pelos galpões do Atacadão, dos Correios e pelos prédios residenciais da rua Manguari.

A personalidade forte e resoluta de Carminha ajudaria a torná-la a principal liderança da Vila Nova Tietê ao longo de toda a década de 1980. Ao seu redor, os moradores começaram a participar mais das ações de interesse para a coletividade. Não foi no Rio de Janeiro que minha interlocutora iniciou a trajetória de articuladora política, mas no contexto aqui descrito, premida pelas circunstâncias e apoiada pelo marido, que

---

[99] Certamente se trata das "duas torneiras coletivas" instaladas pela prefeitura quando da construção dos alojamentos provisórios da Marconi. Na Marconi o poder público sequer construíra tanques coletivos para a lavagem de roupas, como o fez na favela São João (PAULA, op. cit., p. 13). Ver também o relato citado na pesquisa de Rosenauma Santos de Araújo (2018, p. 44).

trabalhou por muitos anos como pedreiro na construção de inúmeras casas da favela. Na Vila Nova Tietê, Carminha continuou criando os seis filhos e adotou outros sete.[100]

Podemos falar de um contraste entre o baixo engajamento dos moradores, registrado pelas técnicas da Cobes durante a urbanização, e a intensidade com que passaram a se articular na época das gestões de Carminha, quando precisaram se opor às ameaças de grileiros e empresas nas imediações e sobretudo lutar por diversas benfeitorias urbanas, com destaque para a conversão das vielas em ruas mais amplas, a obtenção das redes de água e energia elétrica, serviços de correios e coleta de lixo, além de inúmeros equipamentos públicos reivindicados em associação com outras favelas da região. Por isso, como já indiquei, Maria Lúcia propõe a ideia de duas urbanizações ou "reurbanizações": a primeira reurbanização (apresentada neste tópico) teria sido "desmobilizante" e a segunda, "mobilizante"[101] — teremos, contudo, que aguardar o terceiro capítulo para tratar desses acontecimentos subsequentes.

---

[100] O relato de Carminha abrangeu o período prévio à chegada no Rio de Janeiro, quando ela e sua família enfrentaram enormes dificuldades para sobreviver na zona rural do Rio Grande do Norte. O passado de grandes carências e adversidades talvez ajude a compreender por que ela, e certamente muitos de meus interlocutores, enfrentaram a vida na favela com bravura e energia, nunca deixando transparecer, nos relatos, sentimentos de desânimo, apatia ou tristeza. Por muito anos a família original de Carminha teve dificuldades para se fixar e morou em sucessivos sítios ou roças, perdendo quase tudo a cada mudança. Passaram muita fome, o que é muito diferente do que minha interlocutora chama de "necessidade" (termo sistematicamente mobilizado nos relatos dos capítulos dois, cinco e oito, como veremos): "quem passa necessidade", explica Carminha, "ainda come uma ou duas vezes por dia; quem passa fome não come nem uma vez por dia". Nove dos catorze filhos de sua mãe sobreviveram à infância e Carminha, como única filha mais velha, começou a trabalhar desde cedo para ajudar a cuidar dos irmãos. A vida melhorou quando o pai começou a criar animais e a família foi ajudada pela avó e tias de Carminha, que trabalhavam em fábricas na cidade de Rio Tinto. Elas compraram uma casa para a família de minha interlocutora em Curral de Fora. Carminha fez um curso do Senai e começou a trabalhar em fábricas de tecelagem aos 14 ou 15 anos de idade. Trabalho perigoso, onde ocorriam acidentes frequentes com máquinas. No estacionamento da fábrica Carminha via grandes carretas estacionadas e pensava que um dia se mudaria para o sul do país. Quando tinha vinte anos já havia se casado, as oportunidades de emprego haviam escasseado e ela resolveu se mudar para o Rio de Janeiro, onde morava uma Irmã do marido.

[101] Paula, op. cit., p.176.

1.3. Disputas pelo terreno da rádio Marconi

Na foto aérea de 1980-1981 podemos ver que o terreno da rádio Marconi estava circundado por barracos: a sul e oeste, implantaram-se as áreas Três e Quatro e a norte havia a faixa de moradias ao longo da rua Arenápolis, literalmente no interior do terreno. A quase totalidade do espaço permaneceu desocupada, embora houvesse uma série de ambivalências relativas à posse e utilização do local. A rádio havia sido fechada por fazer oposição ao regime militar,[102] mas suas instalações estavam preservadas e podem ser identificadas nas fotos aéreas: duas torres de transmissão unidas por um caminho de terra que levava a um casarão, onde morava um caseiro. Para Julio, estas construções inibiam a ocupação do terreno por moradias, mas não havia muros ou cercas impedindo o acesso das pessoas. Carminha se recordou que crianças brincavam entrando e saindo do casarão. Outras falas lembraram de uma lagoa, de uma área usada para descarte de lixo e da

[102] Segundo Julio, a Marconi era uma "rádio operária" que inclusive passava informações para exilados políticos no exterior. Tudo indica que o nome Marconi se refere ao inventor do rádio, Guglielmo Marconi (1874-1937). O *site Memórias da Ditadura* afirma que a rádio foi fundada em 1962 e era bastante conhecida como "Rádio dos Trabalhadores". A partir de 1964 passou a fazer duras críticas ao regime militar e costumava ser fechada pelo Dentel e reaberta por meio de liminares na Justiça. Em 1968 perdeu seu caráter combativo em relação à polícia e ao governo e foi fechada em 1973 (ref. 1970-década). Ver também a dissertação de Maria Lúcia (op. cit., p. 24).

presença do "campo [de futebol] do Apache", a certa altura improvisado pelos moradores no terço oeste do terreno.[103]

Mais do que isso, parecia haver uma percepção incerta quanto à propriedade do terreno, o que pode ter favorecido atitudes de desconfiança e contestação. Os relatos atribuíram sistematicamente o papel de grileiro do terreno a um homem chamado Joaquim Rocha Figueira, conhecido como Rocha, mas ele também foi apontado como intermediário dos interesses da família de Olavo Setúbal (um dos proprietários do banco Itaú e prefeito da cidade entre 1975 e 1979). Havia, ainda, suspeitas da existência de outros

[103] Na foto de 1986 é possível identificar o campo de futebol e duas grandes áreas com diversos montículos sobrepostos, certamente produzidos por lixo descarregado. As torres de transmissão situavam-se na lateral do terreno e não atrapalhavam as partidas de futebol. Relatos apontam razões diferentes para o nome atribuído ao campo. Eliaquin, criança na época, afirmou que o nome deriva do fato de o campo ter sido "controlado" por um justiceiro de nome Zé Cabeludo, que era indígena ou tinha fisionomia indígena. Ele organizava as partidas e aulas de futebol. Tinha um cabelo enorme e vestia um jaquetão preto, dentro do qual escondia várias armas. Zé afirmou que o justiceiro se aliava a outros e por vezes cobrava pela utilização do campo e pela realização de churrascos. Julio, por sua vez, afirmou que Zé Cabeludo não exerceu controle prolongado sobre este espaço e explicou que o campo tinha relação com indígenas que eram donos de uma transportadora nas proximidades. Julio justificou o surgimento do campo do Apache como alternativa para a impossibilidade de ocupar o terreno situado "embaixo" das torres, por conta do risco de acidentes com fios elétricos.

pretensos proprietários.[104] Algumas falas lembraram que Rocha era temido entre os moradores pelo fato de ter assassinado um "velho português" anos antes do início das ocupações.[105]

Rocha adotou uma série de estratégias para conquistar o terreno da Rádio Marconi e expulsar moradores já instalados nas proximidades, mas não fica claro exatamente em qual sequência elas ocorreram. As aproximações mais amistosas devem ter ocorrido no início, mas parecem ter sido concomitantes a outras mais agressivas e contundentes. De acordo com Miguel, o grileiro "andava de terno e carro novo", dando a impressão de ser uma autoridade aliada dos moradores. "Rocha, fica aqui no meu bar", disse ao grileiro o dono de um comércio local, numa fala hipotética construída por Miguel para explicar como Rocha se sentava na mesa de um dos bares da favela, convencendo as pessoas a

---

[104] Para Irmã Iraci, a área pertencia a um grileiro chamado Gian, que dizia ter construído a rádio, mas teria sido Rocha quem instalara as torres de transmissão para tomar posse do terreno (o que me parece improvável e sugere também que a distância temporal destes eventos amplia a margem de imprecisão das informações). Julio disse ter descoberto, a certa altura das disputas, que o proprietário do terreno não era Rocha, mas um dos filhos de Olavo Setúbal. Miguel, por sua vez, confirmou que Rocha trabalhava em nome dos interesses do banco Itaú. Maria Lúcia restringe o papel de Rocha a "tomador de conta" e "por vezes intermediário" de terceiros, sem especificar mais envolvidos (PAULA, op. cit., p. 103-104). Uma peça judicial (citada mais adiante) aponta Joaquim Rocha Figueira e a "Setúbal S/A Construtora, Comércio e Indústria" como responsáveis pelas mesmas ações de grilagem (ref. 1982-08-03). Mais adiante, darei detalhes sobre uma série de reportagens de fevereiro de 1984, onde advogados da "construtora Setúbal" negociam em favor da empresa. Uma das falas observa que o terreno da rádio havia sido vendido para a construtora (ref. 1984-02-16 a 1984-02-24). Carminha, por sua vez, afirmou que o terreno pertencia a Rocha, mas ela e Miguel citaram um político chamado Dorival de Abreu como outro grileiro, e não fica clara a relação entre estes diversos agentes. Dorival de Abreu foi deputado federal pelo MDB entre 1967 e 1969, até ter seus direitos políticos suspensos pelo Regime Militar. O site da Câmara dos deputados afirma que o político foi um dos fundadores da Rádio Marconi (ref. 1976-ANO). Miguel disse que Teresinha de Abreu também estava envolvida nos conflitos; provavelmente se trata da mulher do político.

[105] De acordo com os relatos, a vítima era dona de uma empresa chamada Trespal ou Transpal, situada nas imediações, morava no Jardim Brasil e tomava conta do terreno da rádio Marconi, sendo ela a contratada pelo banco Itaú; a certa altura Rocha teria "posto para correr" este senhor. Quando ele voltou com um documento que comprovava a posse da área, o grileiro o teria matado. Depois de cumpridos três anos de prisão, Rocha retornou à região e deu início aos conflitos com os moradores. Rocha viveu na vizinhança até falecer, em 2021 ou 2022. Entre suas posses estavam algumas construções alugadas na Vila Nova Tietê.

assinar papéis. Muitas não sabiam ler, e, sem prever as consequências, firmavam documentos que eram em seguida registrados em cartório e usados para justificar despejos. Rocha contava com um advogado e com o "apoio" de policiais nas ações, o que ajuda a entender por que era temido mesmo por bandidos e pessoas dispostas a resolver conflitos de forma violenta. De qualquer forma, por trás do consentimento de alguns moradores estava uma atitude de medo, insegurança e respeito, direcionada a pessoas que consideravam dotadas de autoridade.[106]

Na avaliação de Miguel, as pessoas preferiam acreditar numa "pessoa influente e bem-vestida" e não em vizinhos que aconselhavam o contrário. Nesse processo, havia os que resolviam abandonar a área, "não aguentavam a briga e iam embora". Miguel lembrou também que a primeira presidente eleita pela recém-criada União de Moradores das áreas Um a Quatro, conhecida como "Paraguaia", rapidamente desistiu de cuidar do setor correspondente à futura Vila Nova Tietê alegando que "ali tinha muito grileiro". Ele, que era seu vice, foi levado a constituir uma associação de moradores exclusiva da Área Quatro, separando-se assim da Área Um (Marconi). Eis a origem, na explicação de Miguel, para a cisão entre as vilas Nova Curuçá e Nova Tietê. Vê-se, portanto, como grileiros

---

[106] Outro episódio que marcou profundamente a experiência de Luiza Erundina na área se refere a uma atitude extrema de submissão em relação a poderes hegemônicos ou dominantes. "'Havia um garoto de dezoito anos, Geraldo, menino de cor que vivia na favela, sem família, desde os doze anos. Um dia nós estávamos andando pelas ruelas, fazendo nosso trabalho, e vimos que ele estava correndo atrás de um companheiro dele, com uma faca, querendo matar. Corremos atrás dos dois, mas não conseguimos alcançá-los, eles eram muito mais rápidos. Dali a pouco, cruzei novamente com Geraldo:
— O que está acontecendo, rapaz?
— Quero matar aquele desgraçado. Questão de mulher, estamos brigando por uma mulher — ele me respondeu.
Mais tarde ele me procurou de novo:
— Quero falar com a Senhora sozinha. Não era questão de mulher, não. Ontem os meganhas me prenderam, me levaram para a delegacia e me penduraram no pau-de-arara.
Enquanto contava sua história, ele ia mostrando os sinais de violência física, queimaduras de cigarro, marcas de tortura:
— Fizeram isso comigo, dizendo que eu tinha roubado um rádio de pilha. Eu não tinha roubado, paguei sem dever. Agora quero matar um, para voltar lá com culpa.
'Olha que coisa terrível!', continua Luiza. Para ele a polícia era algo tão acima dele, um poder tão grande, que ele se sentia totalmente impotente ante aquela violência. Mas psicologicamente ele tinha que fazer alguma coisa diante da injustiça de que fora vítima. Que mecanismo psicológico violento ele escolheu para justificar para si mesmo a injustiça que sofreu! Isso tudo dava elementos para irmos trabalhando a conscientização daquela população." (OLIVEIRA, op. cit., p. 93-99). Na entrevista comigo, Erundina complementou: "Em vez de se rebelar contra a opressão do poderoso, que é o policial, que é o Estado armado, ele [o menino] se rebelava contra o mais fraco, era o seu companheiro de miséria … para poder se compensar psicologicamente de uma injustiça que ele tinha sofrido."

foram apontados como causa de uma deserção que atingiu lideranças e esforços de articulação política entre moradores. A propósito, o mesmo Miguel, que em anos recentes passou a compor a diretoria da ocupação Douglas Rodrigues, refletiu que também em nossos dias há pessoas que desistem da luta por medo e insegurança, e sua reflexão atribui importância e mérito aos que possuem atitudes corajosas, dispostas a enfrentar forças e interesses poderosos. Assim, a heterogeneidade de comportamentos, que oscilam da subserviência à valentia, aparece como marca do passado, mas perdura até os dias atuais, podendo ser vista como constitutiva da forma de vida ocupação.

Irmã Ana Sá representa o maior exemplo de atitude destemida frente ao grileiro Rocha, que a teria ameaçado de morte no início das disputas. Ela encabeçava o apoio que as freiras davam aos moradores da Área Quatro, indicando advogados e participando das decisões tomadas. "Enfrentava todo mundo" e, de acordo com uma expressão curiosa, "não media espaço". "Eu não tenho medo de você", teria dito a Rocha. A certa altura o grileiro procurou restringir o acesso ao terreno, mas ela "entrava e saía à vontade". Certo dia Rocha apareceu na favela acompanhado de quatro ou cinco "pistoleiros" contratados, com intenção de matá-la. A notícia correu rapidamente e cerca de dez a vinte moradores correram para acudir a religiosa. Zé, por exemplo, se lembrou que quando ouviu o chamado, entrou em casa, trocou a bermuda pela calça, pegou uma arma e convocou rapidamente outros moradores. Rocha já havia cercado a religiosa quando o grupo se interpôs no caminho. Disseram ao grileiro que se mexesse com a Irmã teria que matar todos ali. Rocha então "se apequenou", começou a se explicar e a chamar a religiosa de "Madre". "Não, Madre, estou aqui para ajudar, não vim aqui para ameaçar", teria dito. Irmã Ana Sá subiu o tom e xingou-o diversas vezes, anunciando que ele queria matá-la sim, mas que ela não tinha medo. O episódio ajuda a mostrar como os conflitos por espaço podiam ser rapidamente convertidos em ameaças aos corpos e à integridade física das pessoas (mais adiante falarei também de como episódios de violência e criminalidade, citados em depoimentos como o de Zé, justificavam a posse de armas por parte de pessoas que, como ele, não eram bandidos).

A ameaça à Irmã Ana de Sá parece ter inaugurado o período de conflitos mais acirrados, que antecederam o episódio de queda das torres da rádio Marconi. De acordo com a lembrança de Carminha, "enquanto as torres estavam de pé, Rocha estava tranquilo. Quando caíram, começou o nosso inferno". A explicação mais frequente dada para a queda das torres se refere a um "vento forte" ou "vendaval" que teria derrubado uma delas e levado à demolição proposital da outra por bombeiros chamados para avaliar

a estabilidade e os riscos de um novo acidente.[107] Versão alternativa, possivelmente acobertada pela primeira, observou que uma torre ficou vulnerável às intempéries por ação de lideranças locais, que cortaram propositalmente um cabo de contraventamento "na calada da noite". Elas teriam seguido um conselho de Jânio Quadros, político com trajetória enraizada na Vila Maria, futuro prefeito da cidade e presidente do país, que teria dito que "enquanto as torres estivessem de pé, a rádio seria a dona do terreno"; ainda de acordo com Quadros, no dia em que as torres caíssem, os moradores poderiam construir casas no local.[108]

Uma antiga liderança afirmou que, quando as torres caíram, "uns vagabundos um pouco doidões", que "passavam a noite na rua" mas não eram "bandidos", invadiram o casarão "de sacanagem", roubaram o que havia ali dentro, agrediram o caseiro, furaram as caixas d'água (provavelmente para que o local não voltasse a ser habitado com facilidade) e deixaram tudo escancarado. Outras pessoas entraram, levaram o que restara e o local foi rapidamente ocupado por famílias que tiraram proveito das paredes existentes para improvisar moradias.

Carminha observou que a queda das torres e entrada de famílias no terreno deu início às ações mais violentas e agressivas de Rocha. Foi provavelmente a partir deste episódio que ele e a construtora Setúbal protocolaram e conquistaram uma ação de reintegração de posse na Justiça. De acordo com o relato de Irmã Iraci, a área foi cercada por 150 policiais e caminhões grandes conseguiram derrubar diversas moradias dentro do terreno, até que a ação foi interrompida por meio de denúncias e notícias de jornal deflagradas pela intervenção de um Bispo e da própria Arquidiocese de São Paulo, a pedido das Irmãs Vicentinas que atuavam na região.

O relato de Carminha permite supor que as demolições alcançaram as casas com frente para a rua Arenápolis, também situadas no terreno da rádio. Na continuação dos conflitos, Rocha avisou que ia "botar abaixo" a primeira construção que tentassem

---

[107] De acordo, por exemplo, com Maria Lúcia (PAULA, op. cit., p. 24). Reportagem de setembro de 1981 relata que os cabos de sustentação das torres estavam se desprendendo e poderiam "cair a qualquer momento sobre os barracos. O Corpo de Bombeiros e um engenheiro da Prefeitura já estiveram no local, há mais de um ano, mas até agora nada se resolveu de fato." (ref. 1981-09-04). Outra fonte afirma que "a velha antena da rádio Marconi" caiu em outubro de 1981 (ref. 1982-08-03).

[108] É possível pensar que Jânio Quadros nutrisse antipatia pela rádio Marconi, a julgar por suas orientações políticas. Ele também teria afirmado a alguns de seus apoiadores que enquanto as torres existissem, informações continuariam sendo passadas do Brasil ao contexto estrangeiro — o que contraria o estado de abandono do local. De qualquer forma, em seu depoimento, Julio observou que uma das torres transmitia para o contexto local e a outra para o exterior.

reerguer. A ameaça deu ensejo a que moradores de uma rua particularmente desunida se juntassem, sob a batuta de Carminha, para realizar compras coletivas de materiais de obra e reerguer suas casas em alvenaria todas ao mesmo tempo, colocando novamente o grileiro em situação de impasse.

Outro sinal de que as disputas passaram a ocorrer também na arena jurídica é o protocolamento de uma ação possessória movida por um grupo de catorze advogados em favor da Vila Nova Tietê. Parece claro que os moradores se beneficiaram das recomendações e aliados convocados pelas assistentes sociais ou pelas Irmãs Vicentinas, de modo que foram capazes de acionar suas próprias forças externas para fazer frente às que o grileiro trazia. O texto da ação denuncia o caráter público das terras e mostra que Rocha não era o proprietário da área.[109]

Nas conversas e entrevistas, porém, a esfera jurídica não foi citada como relevante: quase sempre, os embates no espaço urbano aparecem como centrais e decisivos para meus interlocutores. Vale chamar atenção para como as torres de transmissão de alguma maneira desempenhavam um papel equivalente a um atestado ou documento de propriedade. Em outras palavras, salta à vista o papel exercido por transformações de espaço na efetivação e garantia de direitos que, normalmente, são assegurados por documentos e poderes externos ou transcendentes em relação aos locais sobre os quais incidem. Este é certamente um aspecto central da forma de vida ocupação. Em outras palavras, meus interlocutores se concentraram claramente nas negociações e disputas que ocorriam na imanência das práticas e interações locais, envolvendo pessoas, palavras e construções. No caso em pauta, a queda das torres equivaleu à contestação de um alegado direito de propriedade e a um rearranjo substancial nas relações de força entre os

---

[109] Ref. 1982-08-03. Não consultei outras peças do processo. A ação requeria que a Prefeitura fosse intimada para assumir a disputa judicial pelo terreno da Vila Nova Tietê como coautora, já que seria a real proprietária: a região em disputa era composta de terras públicas (oriundas do leito original do Tietê e faixas marginais) e ruas, praças e áreas livres também públicas, doadas pela Companhia Paulista de Terrenos quando do loteamento da região (mais informações sobre este loteamento na ref. 1996-10-24). Uma das áreas livres desse loteamento corresponde justamente ao local de instalação da Rádio Marconi (de acordo com a ref. 1982-08-03, p.11). O texto afirma que a favela se instalou por "iniciativa, beneplácito e concordância" da Prefeitura, que teria cedido a posse da terra aos moradores.

envolvidos, trazendo à tona uma ambivalência na posse que somente com o desenrolar dos acontecimentos poderia ser convertida em favor de uns ou de outros.[110]

Outros conflitos com Rocha referem-se às insistentes tentativas do grileiro para construir muros para cercar o terreno da rádio Marconi, inclusive para barrar o acesso à Vila Nova Tietê, "encurralando" os moradores e forçando-os a abandonar suas casas. Carminha explica que o propósito era cercar toda a área, "fechar tudo": "depois que tivesse tudo cercado, ou ele tivesse murado, aí ele se achava no direito de tirar todo mundo".[111] Como se vê, tal explicação reforça a relação entre construções, política e direito (não oficial): há uma coincidência entre a iniciativa para cercar uma área e o direito de posse sobre ela, como se o direito operasse em grande medida através do plano local das práticas. Um dos relatos observou que Rocha contratou um morador da própria Vila Nova Tietê para construir muros, além de um grupo de "bandidinhos mequetrefe", responsável por vigiar no período noturno o que havia sido construído de dia, evitando assim que moradores desfizessem o trabalho. No entanto, esse mesmo grupo contratado era quem derrubava os muros à noite, alegando que as demolições ocorriam nos momentos em que se ausentavam para se alimentar.

Na verdade, as disputas envolvendo a construção de muros duraram muito tempo e envolveram diversos episódios de conflito. Outros relatos indicam que por certo período os muros passaram a ser construídos no período noturno. De acordo com Miguel, "eles faziam o muro a noite, a gente ia no dia seguinte e já estava fechado". Meu interlocutor descreveu o momento em que estes fechamentos se estenderam ao máximo. Um portão

---

[110] Na verdade, podemos dizer que no Brasil a relação entre benfeitoria e posse remonta à política das capitanias hereditárias no período colonial, quando a propriedade das terras dependia de sua povoação e ocupação produtiva. A mesma lógica foi reproduzida pelo instrumento do usucapião na Constituição de 1988, possibilitando a legitimação da propriedade com base na comprovação da presença numa área por um período mínimo de cinco anos, o que envolve demonstrar a implementação prévia de plantações, construções e benfeitorias de modo geral. Tal mecanismo não é estranho a muitos contextos do sul global. Agradeço a Teresa Caldeira por estas lembranças e observações.

[111] Maria Lúcia afirma que o terreno foi cercado em seus quatro lados "quando as questões jurídicas acirravam" (PAULA, op. cit., p. 103-104). Na foto de 1980/1981, os fundos das moradias situadas na extremidade norte do terreno possuem limites irregulares e variáveis; na foto de 1986, tais limites foram reduzidos e uniformizados por um destes muros construídos por Rocha, acarretando numa redução de área das casas, que ficaram comprimidas numa estreita faixa rente à rua Arenápolis — de acordo com relatos de Miguel e Carminha. Este foi o único muro que sobreviveu ao longo da década de 1980 e Maria Lúcia disse que a construção era conhecida como o "muro do R. [Rocha]" (PAULA, op. cit., p. 103-104).

havia sido instalado na porção noroeste do terreno, no antigo ponto de acesso ao casarão da rádio Marconi, e um muro já barrava a expansão para dentro do terreno de todos os barracos situados no alinhamento da rua Arenápolis. Como indiquei antes, o muro dobrou na rua Santa Ifigênia e seguiu fechando outra lateral do terreno da rádio, passando por trás da área correspondente ao campo do Apache. Esse fechamento foi ocorrendo aos poucos, e a essa altura os moradores não estavam tomando atitudes para reverter o processo. Miguel atribuiu o avanço em parte ao seu afastamento da associação de moradores, por conta da necessidade de trabalhar, o que parece ter levado a um enfraquecimento das ações coletivas locais.[112]

O muro da rua Santa Ifigênia avançou a ponto de deixar uma passagem de um metro para os moradores da Vila Nova Tietê atravessarem, até que, certa manhã, quando Miguel se dirigia ao trabalho, encontrou a saída fechada.[113] Foi então que "perdeu a paciência" e começou a derrubar o muro com as próprias mãos. Outras pessoas se juntaram no mesmo esforço, e derrubaram cerca de 15 metros da construção. O relato de Miguel é explícito em cadenciar estes acontecimentos, como se os moradores tivessem evitado confrontos e tolerado a expansão do muro até o momento em que não tiveram escolha senão derrubá-lo, por meio de uma reação impulsiva e desafiadora. É como se a conclusão do muro ao longo da rua Santa Ifigênia representasse uma gota d'água nos conflitos, marcando um ponto de virada nas atitudes dos afetados, assinalando retomadas de espaço e uma conquista da autoconfiança e do poder de luta.

A reação à ação dos moradores veio com a polícia: Miguel foi preso, mas logo socorrido por Sérgio dos Santos, um vereador do Partido dos Trabalhadores que se dirigiu ao distrito policial e ordenou ao delegado a libertação do preso. O delegado se recusou a acreditar que ele era vereador e deu ordem de prisão, mas, quando verificou o status do parlamentar por meio dos documentos pessoais apresentados, voltou atrás e pediu desculpas. Sérgio dos Santos não aceitou, sentou-se na cadeira do próprio delegado e disse

---

[112] Este é um entre outros indícios que apresento na pesquisa atestando para o caráter decisivo das lideranças e para como muitas vezes elas precisam se dividir entre emprego e militância.

[113] Pelo que entendi, o muro obrigaria os moradores a dar uma grande volta para saírem e entrarem da Vila Nova Tietê, reforçando a ideia de que Rocha pretendia "encurralar" e "prender" os moradores de toda a Vila Nova Tietê, forçando-os a deixar suas moradias. Uma das já citadas peças do processo judicial movido contra Rocha e a construtora Setúbal atribui a eles a construção de um aterro e do muro ao redor do terreno da rádio Marconi. De acordo com o texto, o muro seguia "por toda a extensão da rua Arenápolis e da rua Santa Ifigênia, ameaçando fechar a rua São Felipe!" A ação solicita "a imediata paralisação da construção do muro" e a reintegração de posse das partes até então tomadas dos moradores (ref. 1982-08-03, p. 20-21).

que agora era ele que teria que se explicar para a imprensa, que foi chamada e divulgou o ocorrido. Assim se firmou mais uma vitória local dos moradores sobre Rocha.[114]

De acordo com Carminha, depois que Rocha percebeu que não conseguiria murar o terreno da rádio Marconi, começou a adotar uma série de iniciativas para aterrar a área. A ideia de que o grileiro gastou recursos para aterrar um terreno que não tinha certeza de que seria dele me surpreendeu. Perguntei por que Rocha teria se arriscado desta forma e Carminha disse que o grileiro queria "aterrar para ficar com mais direito". O terreno "era só lixo, era só mato, só era lagoa, só era capim, então quanto mais ele fizesse benefício, mais ele podia reivindicar … A ganância dele era para aterrar, aterrar, e quando tivesse planado tudo, botava a máquina para fazer terraplanagem, pronto, ele era o dono da situação". Estas colocações não deixam dúvidas sobre a existência de uma lógica que inverte a relação entre posse e transformação espacial de um terreno: vemos que é a transformação espacial que promove a posse, e não o contrário. Mais uma vez, o plano do direito ou da fixação dos critérios para a distribuição de recursos ou poderes entre grupos parece ser visto como o ponto de chegada, e não de partida, das disputas. Ou seja, os conflitos não ocorrem com base num repertório de parâmetros comuns quanto ao que seja justo ou cabível às partes, mas esse repertório está sendo construído ao mesmo tempo em que se desenrolam as disputas.

Cientes dessas dinâmicas, os moradores novamente se opuseram com reações no plano local e imanente das práticas, ameaçando danificar os caminhões de terra ou agredir os próprios caminhoneiros contratados pelo grileiro. Quando chegava um caminhão de terra no terreno da rádio Marconi, vários moradores e lideranças, inclusive pertencentes às favelas vizinhas, abordavam o motorista e travavam um diálogo, tal como este exemplificado por Carminha: "— O senhor tem família? — Tenho, graças a Deus. — Então… se não quiser ficar sem… venha para cá não, porque o negócio aqui é bagunçado. A gente também já tem mais o que perder não, a gente está cansado de lutar e a gente vai partir para a ignorância mesmo. — Não, não, não! Por favor, quero ir me embora para a minha família. — Então, segue sua vida. […] O senhor distorna o caminhão de terra aí e não venha mais não. Porque a gente não está brincando não. E era aquele monte de gente, sabe?" Assim, "cada dia" Rocha mandava um caminhão diferente e cada vez que os moradores abordavam o motorista sabiam que aquele não retornaria mais.

---

[114] O vereador foi convocado por iniciativa das assistentes sociais da Cobes, de acordo com Maria Lúcia (PAULA, op. cit. p. 165). O Partido dos Trabalhadores foi fundado em fevereiro de 1980, e, portanto, era uma força política nova no cenário nacional. Por aí se pode imaginar o estranhamento que a atitude de Sérgio dos Santos parece ter causado no delegado. Encontrei uma notícia sobre a prisão de Miguel (ref. 1981-12-06), mas soube que outros jornais também deram destaque ao ocorrido.

O último conflito que gostaria de destacar foi deflagrado por uma ocupação da porção leste do terreno da rádio em 15 de fevereiro de 1984, envolvendo cerca de 77 famílias que moravam nas margens do córrego Biquinha e estavam expostas à água poluída e a constantes enchentes. A Administração Regional havia se comprometido com a canalização do córrego, mas não podia realizá-la com os moradores instalados, de modo que este parece ser o motivo do deslocamento, em grande medida planejado por Julio, liderança da Cidade Nova. A ocupação representou claramente uma afronta aos interesses de Rocha e parece indicar uma época em que as ameaças do grileiro já não despertavam tantos receios. Os moradores conseguiram um trator e dois caminhões emprestados de empresas do entorno para remover os descartes que eram depositados na porção leste do terreno da rádio, num setor chamado pelas reportagens de "lixão da Marconi". Num primeiro momento, os advogados da construtora Setúbal sentaram-se à mesa de negociação da Administração Regional e consentiram na ocupação do terreno até a conclusão do litígio judicial, que já durava cerca de dois anos. Sete dias depois da invasão, porém, quando a população estava se instalando e trinta barracos já haviam sido construídos, a justiça emitiu uma liminar de reintegração de posse e várias dezenas de policiais tentaram empreender uma violenta ação de despejo. Os moradores resistiram e chegaram a reagir com pedradas, enquanto a violência policial envolveu chutes, coronhadas, bombas de gás (inclusive lançadas no interior de um barraco com crianças dentro), além da agressão a Edjar, um seminarista ligado às Irmãs Vicentinas. De acordo com a memória de Elisieux, a polícia apreendeu a máquina fotográfica de Edjar e tentou levá-lo preso, mas foi impedida por um grupo de moradoras que se interpôs para proteger o religioso. Um repórter do Diário Popular foi ameaçado e teve o filme de sua máquina fotográfica apreendido e velado. Uma reportagem afirma que Rocha participou da ação junto com quatro "capangas", ajudando a polícia a destruir a chutes e pontapés um total de treze barracos. As notícias prosseguem falando de uma reunião no dia 23 de fevereiro entre o alto escalão da prefeitura e um grupo de moradores, no intuito de tentar reativar o acordo de não remoção previamente estabelecido com os advogados da construtora Setúbal. O desfecho das negociações não parece ter sido noticiado, mas podemos supor que as moradias que aparecem no interior do terreno da rádio na foto aérea de 1986 foram instaladas neste momento.[115]

Quando perguntei pela duração dos embates com Rocha, Carminha admitiu que o rechaço aos aterros marcou o início de um período menos tenso e perigoso. Mesmo assim, enfatizou que as disputas com aterros foram mais duradouras que as anteriores e que, ao todo, o conflito com Rocha durou "muitos e muitos anos". Vemos, assim, uma ênfase nas

---

[115] Meus interlocutores aludiram a aspectos deste conflito, mas a maior parte dos detalhes aqui apresentados está numa série de reportagens que deram grande visibilidade aos acontecimentos (ref. 1984-02-16 a 1984-02-24).

durações prolongadas e uma inclinação para minimizar os momentos iniciais e conclusivos: é como se as histórias contadas por meus interlocutores formassem um grande “meio”, uma sucessão interminável de dificuldades e incertezas, indicando uma vivência do tempo como constante ou perene. Mais do que isso, como se vê, os acontecimentos não foram situados numa sequência clara, mas de modo por assim dizer embaralhado e não sucessivo, desafiando minhas tentativas de encadeamento e composição de um fluxo linear de tempo. O estabelecimento de datas e sequências de acontecimentos não era uma preocupação central para meus interlocutores, que se referiam a uma miríade de fatos passíveis de serem visitados e relacionados de múltiplas maneiras. Isto não significa que estamos diante de imprecisões e lacunas, mas apontam,

mais uma vez, para uma forma particular de construir memórias e a própria duração do tempo.[116]

---

[116] Os psicólogos sociais Conrado Ramos e João Coin de Carvalho (RAMOS; CARVALHO, 2008, p. 177) propuseram interpretações semelhantes sobre relatos de moradores com quem conversaram na Vila Nova Tietê: "o que vemos é uma história de luta cotidiana, mas dispersa, muitas vezes sem a preocupação com a organização temporal em seus discursos. … As falas vão e vêm no tempo, 'passeiam' nele sem uma preocupação com a linearidade ou com a costura de um enredo único; compõem-se de um mosaico de evocações significativas que, embora fragmentadas, permitem, a certa distância, a composição de uma história local. É uma história dos momentos que fortalecem os vínculos e a disposição de luta, não uma história em blocos, periódica ou progressiva. … as marcas coletivas e pessoais não reforçam objetivos e projetos claros de passado e de futuro; parecem servir para desenhar os percursos da sobrevivência cotidiana … A história … [é] imprevisível e insegura: escapar da morte, dar conta de um problema imediato, tentar, frustrar, não desistir. Dificilmente dois entrevistados se remetem aos mesmos fatos passados. Cada um traça a sua história que é, no entanto, desenhada como a história de todos. A história da comunidade, pelos líderes, não é uma repetição formalizada de fatos e etapas, com sentidos únicos e decisivos; é um quebra-cabeça emocional, uma história múltipla e coletiva, com desvios, becos sem saída e passagens estreitas, não com quarteirões retangulares padronizados. O discurso é organizado pelas necessidades tanto quanto o próprio espaço. É uma organização vital espaço-temporal. A percepção da história acompanha a do espaço e vice-versa: é muito fácil e perigoso se perder nos caminhos da favela." Nestas passagens finais, os autores propõem analogias entre concepções de tempo, memória e espaço, fazendo uma aplicação específica da noção de "labirinto", originalmente proposta por Paola Berenstein Jacques (2003). A autora associa a imagem do labirinto às favelas de modo geral, num uso a meu ver problemático, que reforça distinções entre contextos urbanos formais e informais. Por fim, gostaria de lembrar de reflexões similares às que propus, realizadas por Teresa Caldeira em sua pesquisa sobre o Jardim das Camélias nos anos 1980: ela se refere à presença de uma "visão fragmentada e dispersa do passado" e a uma percepção de tempo marcada pela "vivência do cotidiano". Quando seus interlocutores buscavam inserir acontecimentos políticos numa linha temporal, faziam-no por associação a eventos na vida privada e familiar: assim, "a profundidade, a noção de sequência, é apenas para a própria vida, e é esta que serve de referência para ao resto." (CALDEIRA, 1984)

1.4. Cidade Nova

As análises subsequentes dependem em grande medida do relato de Julio, de modo que me parece importante considerar mais detidamente as formas pelas quais ele se expressou, bem como sua trajetória de vida. Embora não tenhamos uma quantidade de detalhes equivalentes aos da Vila Nova Tietê, estamos diante de um material igualmente relevante para a compreensão das dinâmicas da terra de ninguém. Podemos dizer que os moradores da Cidade Nova manifestaram uma capacidade prematura e singular para aproveitar oportunidades, resistir e reagir aos perigos que associo à terra de ninguém, além de contarem desde cedo com o apoio e orientação das Irmãs Vicentinas.

Julio nasceu em Itabunas, no estado da Bahia, em 1946. Saiu da "roça", aprendeu o ofício de pedreiro e mudou para o Guarujá com 19 anos, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Dois anos depois, já casado e com três filhos, transferiu-se para Guarulhos e logo depois para a Vila Maria, conseguindo emprego numa fábrica de cofres chamada Massari, que como disse estava instalada em frente ao Serviço Funerário Municipal. Para morar perto do trabalho, Julio comprou um barraco e passou a morar na favela São João em 1969. Em fins dos anos 1970, Julio estava trabalhando numa fábrica de papel nas proximidades e havia se mudado para a porção sul da favela Funerária.

Numa tarde de 1978, meu interlocutor foi procurado às pressas por um colega de trabalho para avisá-lo de um incêndio:

> "'Maloca![este era o apelido de Júlio na época] Corre que seu barraco pegou fogo, tá uma brasa de fogo toda na favela lá.' Eu só vesti a roupa e peguei uma bicicleta que tinha e fiz carreira, fiz carreira. Quando eu cheguei lá, quem disse que podia entrar lá dentro. Só polícia e bombeiro e o pessoal jogado pelas calçadas. Eu, a tentativa, foi pedir a Deus: aonde estava meus filhos, tinha três filhos e uma mulher. Aí quando eu saí assim na calçada o menino disse: 'pai!' Aí eu olhei e estava ela [a esposa] e um menino, dois lençol e parece que uma trouxinha de roupa dos meninos, o resto queimou tudo. Eu disse: 'grande é o poder de Deus. Deus que me deu aquele [barraco], me dá outro', falei para ela [sua esposa]. Estava viva, estava viva, graças a Deus, ela foi esperta, pegou uma roupinha dos meninos, pegou o documento e duas cobertas, enrolou e correu para fora, aí os bombeiros já vinham chegando, ajudaram ela, colocaram no cantinho lá e ela ficou esperando."

Depois do incêndio, Júlio conseguiu uma licença de dez dias da firma para "se ajeitar". As assistentes sociais da Cobes tentaram abrigar as vítimas num galpão abandonado na Vila Guilherme, para ficarem "tudo misturado", mas Julio e diversos outros preferiram permanecer na área, que, no entanto, amanheceu cercada e vigiada por policiais. A prontidão da polícia foi vista por meu interlocutor como um primeiro indício

de que o incêndio fora deliberadamente produzido por uma empresa chamada Frigorífico Nacional, mais conhecida como Skill, que começara a ocupar o terreno em frente aos barracos, imediatamente a sul do prédio do Serviço Funerário. De acordo com Julio, a Skill "tocou fogo para tomar conta do terreno", mas em poucos dias ele e outros moradores instalaram-se do outro lado da área cercada pela empresa e longe dos olhos da polícia. Nas palavras de Julio: "eu cheguei ali, limpei o terreno e coloquei um barraco e a turma veio, não vim só, veio um bocado logo, quando eu limpei aí já veio um bocado", mesmo sabendo que o terreno era uma depressão e estava altamente propenso a inundações.[117]

[117] Uma reportagem da época entrevistou Julio e descreveu da seguinte forma os acontecimentos posteriores ao incêndio: "Não muito distante, atravessando um córrego, havia uma imensa área desocupada, de terra preta, turfosa, parte do antigo leito do rio Tietê e por isso muito baixa e sujeita a inundações. Mas era a única disponível e foi ali que Júlio montou seu novo lar. Teve que agir com rapidez, com medo da prefeitura — a proprietária da área, considerada 'terreno dominial' — descobrir e expulsá-lo. Começou a trabalhar numa sexta-feira à tardezinha, no sábado de manhã já estava acomodado dentro da nova moradia. Como ninguém reclamou, na semana seguinte começaram a aparecer os outros barracos." (ref. 1981-10-14) A notícia não explica que Julio articulou o apoio de seu empregador, obtendo com isso materiais e funcionários para ajudá-lo na construção da nova casa (desenvolvo estes pormenores no segundo capítulo). Em outra reportagem, um morador afirma que a Cidade Nova começou com vinte barracos e que depois "o pessoal foi chamando seus parentes para cá". Quando chovia, "[m]uita gente improvisava cama para dormir sobre cerca de um metro de água." (ref. 1981-08-25). Uma família deu um relato dramático de quando se mudou para a área em 1978: o pai e duas filhas sofriam com crises de bronquite; a mãe lembrou que muitas enchentes elevavam o nível da água quase até a altura da cama. Ela "demorava para criar coragem para por os pés na água", e com isso o corpo "ficava esfriando" enquanto permanecia deitada. Ficou doente, mas já estava se recuperando. Uma das filhas caíra da cama "dentro da água" e também adoecera: "quase ficou paralítica" (ref. 1981-10-14).

Seja como for, o incêndio contribuiu para multiplicar e pulverizar as construções e em pouco tempo a área da Skill estava cercada de moradias a oeste, sul e leste.[118]

Tempos depois, um segundo conflito com a Skill ocorreu na entrada norte da favela. Julio voltava do trabalho pelo caminho que prolongava a rua Ernesto Augusto Lopes (frontal ao prédio do Serviço Funerário), passando entre o canal Tuiuti e a cerca de arame da Skill (futura rua Nossa Senhora Aparecida). Antes que pudesse alcançar a favela, meu interlocutor encontrou duas viaturas de polícia e um grupo de trabalhadores da Skill fechando o caminho com um muro de tijolos. "Como é que eu vou chegar na minha casa aqui?", perguntou Julio. O encarregado da empresa disse: "'como é que porco anda com os filhos deles?' … Ele quis dizer que na lama, né … na lama. Quer dizer que nós tínhamos que passar por dentro do córrego." Julio recuou, alcançou a favela pelo outro lado e convocou moradores para uma ação de resistência, dando mostra de uma capacidade singular de mobilização.

> Aí pedi uma reunião, avisei todo mundo, uma reunião. Nós fizemos a reunião, deu o terreno, lá embaixo nós tínhamos o núcleo comunitário, no meio da favela, nós fizemos uma reunião lá. E eles estão levantando bloco, tem um bocado de pedreiro, servente, a massa já chegava pronta no caminhão, eu falei para a turma lá: 'olha, eu amanhã não quero um bloco daquele em pé! Se vier polícia, nós toca fogo nos carros.' Aí falei com a turma lá, quando a equipe da empresa fechou tudo e que foram embora, eles começaram a arrancar os blocos moles. Também já foram arrancando e não foram deixando não, foram arrancando e levando para casa [risos]. Ferro, coluna… tudo fresco, do mesmo dia! Quando o dia amanheceu, amanheceu limpo. Não ficou fiscal lá não, quem era doido de ficar lá? Aí dá aquele rolo danado, rolo danado, ficou, vai para lá, vem para cá, vai para lá, 'quem é o líder', 'quem é o líder'. Aí eu digo [na delegacia, acompanhado de uma comissão de seis moradores, e confrontando representantes da Skill]: 'o líder é aquele … que eles chamaram de porco, falou que como é que porco anda, com os filhotes'. O delegado falou na hora, baixou a cabeça e [disse]: 'na lama né? Quer dizer que eles não são proprietários, eles são operários! Servem a você [representante da empresa], trabalham com vocês! Entendeu? … é operário! Trabalha lá, porque mora lá, porque necessita!' Aí ficaram para lá, ficaram para cá… [continuação da fala

[118] O terreno reivindicado pela empresa apresenta sinais de estar sendo aterrado na foto aérea de 1976, mesmo momento em que a favela Funerária se expandia à frente, ao longo das margens do canal Tuiuti. A foto aérea de 1980-1981 registra a área máxima conquistada pela Skill, já inteiramente circundada por moradias então associadas à favela Funerária, mas que passariam em breve a ser conhecidas como Cidade Nova. Os conflitos que narro a seguir levaram a uma diminuição do terreno da Skill, como mostra a foto aérea de 1986. O local, porém, continuou sendo usado como estacionamento de caminhões até pelo menos 1997, de acordo com a foto aérea correspondente. Nos registros do ano 2000 em diante, a área aparece finalmente ocupada pelas escolas EMEF Paulo Carneiro e a EMEI Cidade Nova.

> do policial:] 'Se vire! Procure então, minha delegacia não serve para isto. Se for para matar operário, não. Ladrão eu corro atrás. Estuprador eu corro atrás. Mas operário, não. Trabalhador, não.'

O dono da Skill recorreu à Administração Regional, mas os moradores, orientados pelas Irmãs Vicentinas, haviam se adiantado e investigado a documentação legal, descobrindo que não havia registros de propriedade e que o local pertencia, portanto, à Marinha. Mostraram o levantamento realizado e levaram, ainda, um funcionário da Skill que denunciou a natureza criminosa do incêndio ocorrido anteriormente. O funcionário se demitira e perdera direitos trabalhistas para testemunhar que "o proprietário tinha mandado a turma tocar fogo no primeiro barraco, porque de lá pra cá o vento dava e queimava tudo … era de tardezinha, sol quente, joga uma ponta de cigarro, pronto". O dono da Skill foi processado, mas não chegou a ser preso porque os moradores foram à delegacia com Irmã Elza Baeta Barbosa e solicitaram a sua libertação. Entraram como testemunhas no processo e conseguiram evitar a prisão do réu, que desapareceu.

A Skill, porém, continuou operando no local e deflagrou um terceiro embate com os moradores. Quem fez referência a este acontecimento não foi Julio, mas Irmã Iraci, que, por sua vez, não citou os episódios anteriores. Esta é outra evidência do caráter pessoal e único das reconstruções elaboradas por meus interlocutores. Minhas tentativas de dirimi-las chegam até certo ponto, mas em outro plano é preciso considerá-las como são e assumir lacunas e contradições.

Na tentativa de assegurar a posse da área que já ocupava, a Skill foi construindo muros cada vez mais altos, inclusive por temer invasões dos moradores da favela.[119] De acordo com Irmã Iraci, o muro alcançou uma grande altura, "ficou muito alto mesmo… aí começou a chover, chover", e veio o medo que o muro caísse "em cima dos barraquinhos" do outro lado do caminho, construídos no talude do canal Tuiuti. Um grupo que incluía Irmã Elza Baeta abriu uma denúncia junto à Secretaria de Assistência Social, que enviou representantes do poder público para inspecionar o muro, entre eles um vereador e a supervisora regional da Cobes (ligada à SURS-MG), Aldaíza Sposati.

---

[119] As relações com a empresa sempre foram tensas, mesmo para as Irmãs. Irmã Iraci se lembrou de ter sido pessoalmente ameaçada: "uma vez, não sei por que, eu e a Irmã Wilma fomos rezar um terço a noite, lá numa casa. Quando nós vínhamos entrando aqui, aqui perto da porta da Skill que ficava junto da Funerária … veio um carro a noite, com um vidro fumê, que não sabíamos quem era, foi em cima da gente. Nossa, a gente ficou tão assustada". Por outro lado, Irmã Iraci revela intenções de reação na direção oposta: "a gente também ficava cutucando o povo, para tomar posição ali, né? O pessoal tinha aquele barraquinho tão pequenininho e aquele mundo de espaço lá dentro [da empresa], aí às vezes eu questionava".

A equipe constatou que o muro era realmente muito alto, situava-se numa área sujeita a alagamentos e "não tinha base" de sustentação. Na mesma hora o vereador "deu um empurrão", derrubou um pedaço do muro "e a população foi derrubando o resto". Obviamente não houve resistência por parte da Skill, já que o próprio poder municipal estava presente. A queda do muro descortinou parte da área ocupada pela empresa (o restante estava ainda protegido por outro muro). Aldaíza disse então aos que estavam ali: "façam qualquer coisa aí para não deixar o camarada entrar mais." Com tintas fornecidas pela prefeitura, crianças da favela pintaram o muro que restara da Skill, num gesto simbólico de fundação de um novo território.

Depois da pintura, Irmã Elza, que era "muito criativa", "juntou um grupinho ali num canto e criou um nucleozinho pequenininho, começaram a atender as crianças". Um conjunto de barracos para recebê-las foi rapidamente construído rente à divisa com a Skill e os fundos das casas da rua Principal, como se as crianças fossem posicionadas no *front* de batalha para inibir reações da empresa e reforçar demarcações de fronteira.[120] Assim surgiu o principal espaço livre e comunitário da favela Cidade Nova: em pouco tempo seriam construídas uma creche e um Osem e o local passaria a abrigar inúmeras atividades de cunho político, cultural, religioso e educacional (descritas no próximo capítulo). O espaço reivindicado pela Skill passou a se associar ao conjunto dos moradores, de forma nitidamente distinta do que ocorreu com o terreno da rádio Marconi na favela Vila Nova Tietê, onde a vitória nas longas disputas com o grileiro Rocha foi seguida da construção de moradias particulares. Nenhuma outra favela da região pôde contar com espaços comunitários semelhantes ao obtido pela Cidade Nova.[121]

Guardadas estas diferenças, é importante observar que nenhuma das duas coletividades que estamos analisando se preocuparam em manter ou reservar espaços de uso comunitário nos primeiros momentos de ocupação, antes que as moradias

---

[120] Tática semelhante de mobilizar crianças e grávidas para inibir a violência policial foi algumas vezes empregada atualmente, em atos de resistência da ocupação Douglas Rodrigues. Stella Paterniani observa a mesma prática em protestos da ocupação Mauá (Paterniani, op. cit., p. 149).

[121] A praça central da Vila Curuçá fazia parte do projeto construído pelo poder público e não se enquadra nos propósitos aqui considerados.

proliferassem ao ponto de preencher inteiramente a área disponível.[122] Assim, o campo do Apache, no terreno da rádio Marconi, e sobretudo o espaço comunitário da Cidade Nova, surgiram posteriormente como espólios de guerra, como oportunidades imprevistas, derivadas da necessidade de resistir e reagir a ameaças externas. Falamos, enfim, de espaços que são o subproduto de conflitos com terceiros. Trata-se assim de conquistas obtidas em meio às dinâmicas da terra de ninguém, que não dependeram de ações consensuadas entre os moradores ou de articulações políticas consolidadas para ocorrerem.

Os conflitos aqui apresentados, tanto quanto os da Vila Nova Tietê, mostram o papel decisivo desempenhado por torres, muros, aterros e outras materialidades e transformações de espaço diante da inexistência de marcos legais estabelecidos antes ou fora dos embates propriamente ditos. Os próprios representantes do poder público (policiais, funcionários, vereadores) apareceram quando a confusão estava posta para tentar atribuir, *a posteriori*, os quinhões e responsabilidades de cada envolvido (em outros casos o poder público pode mesmo nem estar presente). As disputas não foram travadas sob o solo comum do direito ou de uma concepção minimamente compartilhada de justiça, de modo que os desacordos não dizem respeito apenas aos objetos de disputa, mas também às regras que presidem sua distribuição. Neste contexto, as transformações de espaço visam não apenas a fixação de ganhos e perdas, mas carregam também concepções de justiça particulares, que aproximam, por exemplo, moradores pobres a "porcos" ou a "trabalhadores" que "necessitam" de um lugar para morar e que não se confundem com "bandidos". No limite, a própria ocupação de terrenos e a construção de favelas é uma forma de afirmação de poder que carrega em seu bojo uma demanda por legitimidade, associando política e direito. A concepção de direito que tende a prevalecer é a dos que vencem as disputas e conseguem transformar os espaços de acordo com seus interesses e demandas.

---

[122] A mesma constatação vale para a ocupação Douglas Rodrigues, nos dias de hoje - de acordo com uma discussão do oitavo capítulo. Naquele ponto da análise, proponho que a maximização das moradias é vista como a melhor forma de atender a uma necessidade coletiva, mesmo que isso impeça a implementação de espaços de uso comum. Há aí uma interpenetração entre espaços privados e necessidades coletivas, colocando em xeque a relevância da distinção individual/coletivo.

1.5. Tensões de fronteira

Nas zonas de contato entre as favelas e as empresas que estavam se estabelecendo à leste e ao sul, a ausência de demarcações claras e estabilizadas das divisas de lote levou a uma certa ordem de conflitos que não envolvia amplas contestações de posse e não colocava em xeque o conjunto das moradias, mas visava um ajuste fino de fronteiras e a luta por quantidades marginais de espaço. Podemos dizer que disputas e negociações envolvendo a definição e estabilização de fronteiras também derivam do caráter incerto da terra de ninguém. As histórias a seguir tratam dos limites entre as favelas que estamos estudando e os amplos terrenos reclamados pelas empresas Atacadão e Cotonifício Paulista (como observei, a certa altura o Cotonifício vendeu sua área para a transportadora Della Volpe).

O Atacadão é uma empresa de comércio de gêneros alimentícios fundada em 1962, que expandiu substancialmente suas atividades ao adquirir, no início dos anos 1980, uma área com mais de cinquenta mil metros quadrados, entre a favela Vila Nova Tietê e a Marginal Tietê.[123] Na foto aérea de 1986, a divisa dos fundos do Atacadão (já convertida em muro) inclina-se para manter constante uma distância de poucos metros em relação aos barracos limítrofes. Tal fixação de divisas resultou de uma série notável de embates, registrados por relatos que merecem ser acompanhados de perto. A já citada ação possessória movida em favor dos moradores da Vila Nova Tietê denuncia o hipermercado por ter instalado uma cerca "em plena rua Paraíso" (situada na extremidade sul da Vila Nova Tietê), numa "faixa lindeira" ao antigo leito do rio Tietê.[124] De acordo com uma notícia setembro de 1981, "[c]aminhões de terras foram despejados em um terreno nos

---

[123] Em seu site, o Atacadão alega ser atualmente "a primeira entre as empresas de comércio varejista do Brasil", tendo sido comprada pelo grupo Carrefour em 2007. Possui mais de 230 lojas em todos os estados do país. Alcides Parizotto, fundador da empresa, conta detalhes da mudança para a Vila Maria: "Comecei a procurar um terreno e comprei o terreno da família Matarazzo na Marginal Tietê, em 1982. Chamei uma empresa de pré-moldados para fazer o projeto e a construção a toque de caixa. … Compramos o terreno e aí foi o grande *boom* da empresa. … Em dois anos fizemos a construção e inauguramos o complexo. Tínhamos 45 000 metros quadrados de prédio." A inauguração foi "em 1985. Foi uma festa tão linda que congestionamos a Marginal Tietê. Tínhamos mais de 3.000 pessoas do Brasil inteiro, clientes e fornecedores." Entrevista disponível em: https://exame.abril.com.br/negocios/no-comeco-do-negocio-fundador-do-atacadao-dormia-em-deposito-de-peixes-m0140341/. Acesso em 6 mar. 2018.

[124] Ref. 1982-08-03.

fundos da favela Marconi … Homens mediram a área, cercaram-na e algumas estacas foram colocadas, invadindo a favela."[125] A reportagem afirma que o "novo dono" de uma área limítrofe reivindicava a posse "até onde as estacas foram fincadas, o que significa que algumas dezenas de barracos serão destruídos … logo no início dos trabalhos, pelo menos dois barracos foram derrubados porque ficavam no caminho por onde a cerca ia passar." Os moradores removidos receberam uma indenização, mas "a atitude acabou causando revolta, já que a área foi cedida pela prefeitura" (ou seja, escolhida para a implantação da Área Quatro). Um morador que teria o barraco removido foi entrevistado pela matéria e observa que até aquele momento "a situação não ficou pior porque existe uma discussão com a Prefeitura, que também diz que é dona da terra". A reportagem segue observando que as assistentes sociais orientavam os moradores a não abandonarem os barracos. "O abandono dos primeiros barracos só aconteceu, segundo assistentes sociais que trabalham na área, justamente por falta de uma atuação mais efetiva dos moradores. No entanto, a possibilidade de derrubada dos barracos tem servido para unir os favelados, que já começam a se organizar para lutar por seus direitos."

Na verdade, Maria Lúcia cita "uma série de ações por parte de intermediários", mais ampla que as que constam na reportagem.[126]"Num primeiro momento", afirma ela, tais agentes espalharam "boatos" de que "a favela ia ser removida pelos mais variados motivos, criando, assim, um clima de muita ansiedade." Os moradores da rua Paraíso "eram visitados por dois intermediários, sendo que um adotava uma atitude amistosa e logo em seguida o outro vinha com ares ameaçadores."

> "Por vezes … portavam mapas antigos, com os quais tentavam convencer as lideranças da região quanto à propriedade, não só dos terrenos mencionados como de outros do Parque Novo Mundo que, se não do mesmo proprietário, de pessoas estreitamente ligadas a ele por interesses. Assim, o conjunto de terrenos e transportadoras da região constituíam-se em verdadeiros 'trustes'. … Enquanto isso, tomavam-se providências no meio físico, tais como: aterro de uma vala de parte de um córrego que ficava na divisa entre a Marconi e o início do Parque Novo Mundo e construção de galeria para escoamento de água nos limites junto à rua do Paraíso. [127] Enalteciam-se as melhorias feitas por esses possíveis proprietários como benefícios para os moradores da favela."

---

[125] Ref. 1981-09-11.

[126] As informações dos próximos parágrafos foram extraídas da pesquisa de Maria Lucia (PAULA, op. cit., p. 82-90, 165).

[127] Certamente se trata de uma vala que aparece na foto aérea de 1986, precisamente entre a rua Paraíso e o terreno do Atacadão.

Mais uma vez, como se vê, o investimento em benfeitorias é usado como forma indireta de legitimação da posse de um terreno. "Na verdade", continua Maria Lucia, "o objetivo final era viabilizar a imensa área para a instalação de uma empresa de grande porte [Atacadão]. Para tanto, o terreno foi posteriormente aterrado em um metro e meio acima do nível da Marconi para evitar as enchentes provadas pelo transbordamento do rio Tietê ... seguindo-se a construção de alto muro ao redor do mesmo."[128] Quanto à remoção dos moradores situados na área reivindicada pelo Atacadão, Maria Lúcia esclareceu que alguns deixaram a área "sem qualquer indenização, outros receberam cerca de cinco a sete mil cruzeiros e os mais resistentes, dez mil cruzeiros por parte dos pretensos proprietários através dos intermediários mencionados." Alguns deles voltaram para suas terras de origem, outros se mudaram para bairros vizinhos e outros, ainda, foram para um espaço vago no final da favela Marconi.

Tudo indica que a conclusão das disputas dependeu da iniciativa das assistentes sociais, que tomaram "providências quanto à explicitação dos limites da área" junto com "lideranças da Marconi e de outras áreas da região", contando inclusive com apoio do "PT". Com a participação de "políticos", as negociações levaram a que os "órgãos públicos" delimitassem a área da favela, conseguindo também anuência do Atacadão em manter uma faixa de quinze metros entre seu terreno e a favela, para construção de uma "viela de servidão" (relacionada ao citado canal ou córrego). Neste processo, seguindo a explicação de um morador, houve "alguma modificação nos limites da Marconi, diminuindo na altura do seu barraco e dos perfilados com o seu, compensando o espaço no final da rua Paraíso para evitar a saída de alguns barracos. Esta teria sido a explicação que foi dada aos moradores." Eis aí, ao que tudo indica, a razão para o traçado inclinado e não ortogonal da divisa dos fundos do terreno do Atacadão.

Na ação possessória de agosto de 1981, um mesmo nível de importância e preocupação é atribuído a este avanço do Atacadão, de um lado, e de Rocha e da construtora Setúbal, de outro. A Vila Nova Tietê estaria, assim, submetida a um efeito de "pinça" produzido por invasões que a "espremiam" em lados opostos. Os advogados que defendiam a favela alegam que toda a área em litígio era propriedade pública e que os moradores haviam se instalado nela por orientação da municipalidade. "Todavia, podemos dizer que o local parece mais uma TERRA DE NINGUÉM [sic]". A expressão se refere claramente à atitude de "proprietários" que se acham autorizados a "aumentar as divisas de suas propriedades", além de sugerir que moradores das favelas fossem vistos como "ninguém". Podemos dizer, assim, que "terra de ninguém" remete simultaneamente

[128] O muro também pode ser visto na foto aérea de 1986, ao lado da citada vala de escoamento.

às pessoas que ocupam um espaço e ao próprio território, carente de poderes e regras estabelecidas, prenhe de tensões e conflitos.[129]

O relato de Miguel mostra que o Atacadão recuou de pretensões ainda mais amplas que a posse do terreno em que reside até hoje. Paulo Rubens de Lima, um dos diretores da empresa, procurou Miguel para "fazer as pazes" quando leu uma reportagem de dezembro de 1981 sobre a citada derrubada dos muros de Rocha, a prisão de meu interlocutor e sua subsequente libertação por intervenção de um vereador. A matéria teria feito Paulo Rubens perceber que "a coisa estava preta" e propor um acordo: o Atacadão financiaria uma candidatura de Miguel a vereador ("você e sua esposa não vão ter mais dificuldades para viver", teria dito Paulo Rubens) e em troca meu interlocutor trabalharia para construir um acesso direto entre o terreno do Atacadão e o viaduto Curuçá[130] na rodovia Dutra — o que demandaria seccionar a favela Vila Nova Tietê ao meio e remover boa parte das moradias. Miguel recusou a oferta alegando que "não entendia nada de política". Temeu pelo confronto com Wadih Mutran, que na época já era um político poderoso na região. Ao relatar estes acontecimentos, meu interlocutor se perguntou o que poderia ter conquistado se tivesse simulado a aceitação do acordo. Em suma, o relato indica que o poder de resistência demonstrado pelos moradores da Vila Nova Tietê nos conflitos com Rocha fez o Atacadão desistir da confrontação direta em favor de um tentativa (também frustrada) de cooptar uma liderança local para atingir seus objetivos.

No decorrer dos anos, podemos falar em três expansões substanciais das instalações do Atacadão, envolvendo outros conflitos notáveis com moradores locais. Em primeiro lugar, a foto aérea de 1994 mostra que os domínios da empresa se expandiram para englobar um terreno situado entre a Cidade Nova, a rua Tuiuti e o terreno da transportadora Della Volpe (antes pertencente ao Cotonifício Paulista). No entanto, relatos mostram que, também no início dos anos 1980, o Atacadão tentou interferir na ocupação desta área, reagindo a uma expansão de barracos que começou a surgir no lado sul da rua

---

[129] A imagem da terra de ninguém reaparece numa crítica contemporânea a formas de apropriação de espaços coletivos internos à Cidade Nova (assunto do quarto capítulo). Um projeto voltado a melhorias habitacionais, elaborado no âmbito da União de Moradores da Vila Nova Tietê, contém o seguinte excerto: "A população sofreu pressão de grileiros que jogavam terras de ambos os lados da favela, apertando os barracos e indenizando outros por qualquer preço e aos poucos a favela foi diminuindo e o grileiro entrando. Essas pressões levou [sic] os moradores a se unirem mais e junto com 16 advogados mover ação contra os grileiros e impedir que continuassem tomando suas terras, expulsando-os." (ref. 1983-12-19). A ação possessória a que me referi é assinada por 14 advogados e uma estagiária.

[130] A foto aérea de 1980/1981 mostra que este viaduto e suas alças de acesso estavam em construção.

Montevideo, na favela Cidade Nova (na época, esta rua era continuação da viela de servidão limítrofe à Vila Nova Tietê).

Num sábado de manhã, Julio estava organizando esta ocupação na rua Montevideo, quando Paulo Rubens de Lima chegou num "carrão novo, novo" e começou a repreender severamente as pessoas que construíam os barracos. De acordo com Gildésio, o representante da empresa chegou gritando e gesticulando, exigindo que os moradores parassem de construir do lado oposto da rua porque estavam invadindo "seu terreno". As pessoas ouviram e não fizeram menção de mudar de atitude. Ainda seguindo a reconstituição de Gildésio, Paulo Rubens ameaçou voltar com a polícia.

Julio descreve uma situação de grande impasse e preocupação. Além de responsável pela decisão de erigir as novas casas, ele se preocupava com o empresário, que corria perigo por sua postura de ameaça e confrontação. Vale a pena acompanhar o relato de Júlio não apenas pela riqueza de detalhes, mas sobretudo pela forma engenhosa pela qual desfez o conflito. Entre seus argumentos estava o de que a Montevideo, por ser uma viela, poderia receber casas de ambos os lados. Ao mesmo tempo em que negociava com Paulo Rubens, Julio tramou uma intrusão ou interrupção inesperada de um "molequinho ladrão" conhecido como "ceguinho" ("ele tinha um olhinho assim meio torto, tinha um olho mais pequeno que outro, aí [a gente] chamava ele de ceguinho"). O episódio serve também como preâmbulo às discussões do próximo tópico, voltadas à necessidade de lidar com riscos e perigos que existiam no interior das favelas e que também precisavam ser administrados por lideranças como Júlio.

> Aí eu estou vendo lá, aí eu falei 'molequinho', é onde eu digo, eu tenho uma parte boa, tenho outra meio perversa. Tinha um molequinho ladrão que era um danadinho, eu disse: 'ceguinho, olha o carrão do homem lá, despista ele daqui', que é para quando ele chegar no outro dia nós já tá pronto, né. Aí que nós não tinha nem jeito, falava uma coisa e falava outra, e a turma ali atrás doida para pegar o homem, e eu era responsável por aquilo ali. … Ceguinho saiu devagarzinho, quando chegou lá, abriu a porta do carro, roubou uma caneta e uns papel dele com um valor danado, uma pasta cheia de papel. Aí eu disse: 'enquanto o senhor tá brigando por um terreno que não é seu, porque eu estou te dando, estou pegando a rua, mas a rua está lá na frente, eu estou pegando aqui. Que o seu muro vai passar por lá, seu terreno é lá onde está aquela cerca de arame lá.' 'É, mas eu não quero fundo de barraco para cá, não sei o quê'. Eu digo: 'vai querer a frente?' Eu digo 'olha, o moleque está roubando seu carro lá.' 'Puta, que tenho coisa de luxo lá, de valor, rapaz! Corre, me ajuda aí!' Eu falei para o cara: 'corre! … como é que o cara já saiu com aquele rojão de coruja quando quer pegar um rato. … E ele saiu correndo, sei que ele chegou primeiro que o moleque, o moleque correu para aquele meio de mundo, e ele veio [retornou]. Aí ele chegou tudo e lá, 'olha seu Júlio, me ajuda a recuperar minhas coisas. E depois nós conversa sobre isso, porque eu tenho não é a caneta, é os papel, os papel é lá de Montevidéu, lá da firma

> de lá, não sei o quê. … ela era uruguaio[131] … Eu digo: 'amanhã você venha buscar que eu vou [recuperar os pertences]. Tem dinheiro?' Ele falou 'não, dinheiro não tem não.' Eu digo 'eu encontro'. … Filho de uma mãe já tinha vendido a caneta … de noite quando achei ele, já tinha vendido a caneta. … Aí peguei a pasta dele, aí falei: 'onde tá a caneta?' 'Ah rapaz, eu vendi ali'. Eu falei: 'me dá a caneta'. 'Te dou o dinheiro'. Aí ele [Ceguinho] chamou o cara [comprador da caneta] e o cara: 'não [vou entregar], eu comprei'. 'Se você não entregar eu vou falar com o Binha'. Binha era o chefe da favela, dos vagabundos. … Aí ele logo, logo, arrancou a caneta do bolso e me deu. 'O senhor vai me dar o dinheiro?' Disse 'vou'. 'Mas o Binha não pode saber, não pode saber não, se você ficar calado, acabou-se'. Você sabe, boca dos outros, foram bater no homem [Binha] e [alguém] falou. Aí o homem [Binha] queria matar, eu digo 'não, deixa isso para lá, sabe do jeito como é que é'. Ele [Binha]: 'não, mas não se cria [menino] assim, eu falei que aqui dentro da favela ninguém pega [ou seja, rouba] nada'. Aí eu digo 'Binha, deixa eu te contar a história, foi assim'. 'Ah, então deixa para lá. Foi para defender aqui o pedaço aqui, não tem [problema], tudo tá certo.'

Vale ressaltar o esforço de Julio para recuperar a caneta, objeto que o próprio Paulo Rubens alegara ser secundário. Outra versão da história, contada por Irmã Iraci, sugere um desfecho para o conflito: Paulo Rubens retornou no dia seguinte, resgatou os documentos, "jogou tudo dentro do carro e foi embora, nunca mais voltou". Na foto de 1986, o terreno que estava sendo reclamado pelo representante da empresa permanecia aberto e atravessado por caminhos que levavam à rua Tuiuti, o que parece confirmar que o conflito supracitado bastou para conter o avanço do Atacadão no início dos anos 1980. O diálogo supracitado entre Julio e Paulo Rubens parece confirmar que o terreno não era do Atacadão e que o empresário simplesmente não queria "fundos de barracos" voltados para a área desocupada.[132]

Como observei, os limites da empresa aparecem ampliados apenas na foto aérea de 1994. A imagem mostra, também, uma expansão do Atacadão para uma segunda área que permanecera desocupada nas fotos anteriores, literalmente no interior da favela Vila Nova Tietê, entre as ruas Paraíso e dos Operários. Trata-se de um trecho substancialmente menor que o anterior, com cerca de mil metros quadrados e que avança para além do

---

[131] Em outro ponto do relato, Julio explica que a rua onde as casas estavam sendo construídas foi batizada de Montevideo por indicação em assembleia, feita por um morador "que trabalhava numa firma [em] que o patrão era de Montevidéu". Certamente trata-se do Atacadão. Miguel se referiu a Paulo Rubens de Lima como Paulo Rubio. Julio dá a entender que outros participantes da dita assembleia trabalhavam na firma e apoiaram o batismo da rua. "A gente não podia tirar", disse Julio, contrariado. Este é outro indício de relações ambivalentes entre moradores das favelas e empresas do entorno.

[132] Uma ilustração sintética do conflito encontra-se no canto inferior direito da décima primeira página da revista da União de Moradores da Cidade Nova (ref. 1980-DÉCADA-K).

alinhamento estabelecido pelo próprio Atacadão em 1981. Este novo avanço parece relacionado a outra tentativa de cooptação dos moradores. De acordo com Miguel, a empresa contratou um morador para aterrar e planificar uma área da favela. Outro morador foi incumbido de erigir muros ao longo do novo perímetro em troca de uma "boa casa" que a empresa construiria ao lado. Logo depois de concluir o muro o morador faleceu, o Atacadão não construiu a casa para a viúva e tomou para si o terreno prometido.

Por fim, um terceiro episódio de atrito com o hipermercado ocorreu a partir de 1997 e foi resgatado por outro morador da Vila Nova Tietê. Trata-se da época em que foram construídas moradias coladas ao muro de divisa da empresa, no lado sul da rua Paraíso, num trecho que até aquele momento permanecera livre de edificações. O Atacadão tentou impedir as construções, houve conflitos e os moradores chegaram a derrubar parte do muro de divisa, ameaçando ocupar o pátio de estacionamento de caminhões. Tentativas de intermediação da prefeitura ocorreram durante a gestão de Marta Suplicy (2001-2004) e a empresa acabou sendo acusada de construir ilegalmente o galpão sobre o canal que sai da Vila Nova Tietê e deságua no rio Tietê — os acontecimentos deste processo não parecem bem encadeados. De acordo com Laelson, o Atacadão foi obrigado, por medidas de segurança, a transferir o atendimento ao público para um novo galpão e para isso adquiriu um terreno no lado oposto da rua Tuiuti, expandindo suas instalações pela terceira e última vez. Desde então, o galpão original passou a funcionar como Centro de Distribuição fechado ao público.

Vejamos agora como se fixaram as fronteiras da Cidade Nova com o terreno do Cotonifício Paulista, começando por eventos ocorridos durante o processo de urbanização da favela em 1981. De acordo com os fatos notáveis que apresento no terceiro capítulo, a urbanização estava sendo levada a cabo pela União de Moradores com auxílio técnico do arquiteto Luis Fingermann e envolveu, entre outras transformações, o aterramento de toda a área da favela, a redefinição das ruas, a demarcação de lotes e a relocação das famílias para novos endereços, onde os barracos precisaram ser reerguidos.

Julio lembrou que a disposição final dos espaços não foi suficiente para acomodar todas as famílias e que precisou derrubar a cerca de arame do terreno baldio do Cotonifício, visando acrescentar uma faixa adicional de terra à favela. As consequências imediatas desta ação foram pormenorizadas por Luis Fingermann, que assessorava Julio. Luis disse estar trabalhando com moradores numa faixa limítrofe da favela, quando foi surpreendido pela chegada de dois ou três carros vindos do terreno do Cotonifício. De dentro dos carros desceram homens armados com revólveres e metralhadoras. Um deles se aproximou e perguntou se meu interlocutor era Luis Fingermann. Disse que já sabia tudo a respeito dele e perguntou se Luis pretendia tomar uma parte de seu terreno. Luis respondeu que não pretendia "pegar nada, mas seria uma coisa maravilhosa se a gente tivesse mais alguns metros … porque eu começaria a deslocar as pessoas para cá e poderia

começar a reurbanizar a favela".[133] O homem consentiu, com a promessa de que Luis não ocuparia mais nenhuma outra área do terreno. A conquista "caiu do céu", lembrou Luis, porque a partir dela foi possível deslocar os primeiros moradores e liberar área para a execução do aterro e outras transformações.[134]

O acordo relatado por Luis torna improvável, mas não impossível, que o conflito tenha se prolongado para a esfera judicial, como de fato ocorreu. No acervo das Irmãs Vicentinas, encontrei peças-chave de um processo que durou mais de uma década, começando com um pedido de indenização registrado pelo Cotonifício Paulista pela perda da área ocupada pela Cidade Nova. A empresa acusa a municipalidade de organizar a invasão de suas terras em seis de abril de 1981 e exige ressarcimento pelas perdas ocorridas.[135] Acórdão de 1984 declara-se favorável à empresa mas observa que os moradores estavam envolvidos e deviam ser citados e implicados no processo.[136] Julio explicou sucintamente que os moradores perderam o processo na primeira e segunda instâncias e que durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992) obtiveram uma suspensão temporária da reintegração de posse por intervenção da prefeita da cidade, que solicitou prazo para realocar os moradores afetados.

Nesse meio tempo o terreno foi vendido para a transportadora Della Volpe[137] e o dono da empresa procurou Julio para propor um acordo em moldes semelhantes ao anteriormente descrito por Luis para o início dos anos 1980. "Eu sou o dono disso aqui, viu, você está me roubando", teria dito José Della Volpe a Julio. "Mas como, rapaz, estou roubando não, é porque é um metro a mais, um metro a menos, eu deixei uns metros ali embaixo, estou pegando esse outro metro aqui, para dar certo." José Della Volpe insistiu, dizendo que era "roubo de terra" e ordenou que Julio o encontrasse no dia seguinte em

---

[133] Como explico no terceiro capítulo, a trajetória pessoal de Luis Fingermann o preparara para enfrentar situações de perigo como esta.

[134] O trecho de terreno conquistado pode ser claramente identificado pela comparação das fotos aéreas de 1980-1981 e 1986: corresponde ao surgimento da rua Paraná (no limite da Cidade Nova) e das moradias por ela acessíveis.

[135] "[A] Municipalidade … invadiu, demarcou parte do imóvel da Supte. [suplicante] nele construindo casas para favelados e ali os instalou, tudo sem a necessária desapropriação, ou a menor comunicação à proprietária, praticando, assim, esbulho possessório cujo remédio é esta reintegração de posse." (ref. 1981-04-13)

[136] Ref. 1984-02-07. Duas outras peças do processo mostram esforços de oficiais de justiça para encontrar, colher assinaturas e citar os moradores envolvidos (ref. 1984-05-14 e 1984-12-03).

[137] Não fica claro se o Cotonifício realmente ocupou o terreno enquanto manteve posse da área. A foto de 1986 indica extensas obras de aterro, e a de 1994 já mostra instalados os amplos galpões da Della Volpe.

seu escritório na Vila Guilherme, para conversar sobre o assunto. Julio hesitou, mas decidiu comparecer levando consigo outra liderança e Irmã Elza Baeta Barbosa.

> "Aí nós foi, quando chegou lá nós conversamos com ele, alegre, pediu café ou água gelada, o que a gente queria e tal, e apresentou a secretária dele, apresentou o cara lá e etcetera e nada de chegar no assunto … e eu: 'doutor, posso chamar o senhor de doutor?' Ele disse 'não, pode chamar de José, meu nome é José Della Volpe … pode chamar de José mesmo. José, Della Volpe, como você quiser.' Eu digo 'sim senhor. E o senhor mandou me chamar aqui sobre?' 'Sobre minhas terras que você está roubando. Eu pensei que você não ia perguntar, que a hora que você fosse sair eu ia perguntar se você é dono de tudo aquilo ali.' Eu[pensei]: rapaz, esse homem está é doido. 'Mas o seu nome é Seu Júlio, já sei do seu currículo, já vi teu currículo todinho, do começo ao fim, até de onde você veio. Você veio da Bahia, você foi para Guarujá, fez um barraco no pé do morro, já grilando a terra dos outros. Estou mentindo?' Eu digo 'não, mas você sabe, a gente pobre não tem onde morar, onde tem um pedacinho de terra ou faz uma rocinha ou monta uma casa'. Aí ele deu risada. Ele falou: 'é assim mesmo que se faz. Eu mandei te chamar porque você tem dois mil metros meu ali dentro, eu nem sabia quantos metros eu tinha. … Aí eu deixar aquilo lá para você, para você, vou deixar para você, você é um lutador que merece. Só que você tem que ir na prefeitura mandar tirar do meu nome para vocês ou para a prefeitura, sei que eu não quero pagar é imposto, é só o que eu não quero, pagar imposto daquilo ali. Vou fazer meu muro, e ainda vou deixar a parte de vocês, vou deixar a rua de quatro metros [rua Paraná], que eu não posso deixar mais, senão o meu terreno, que o seu pode estar daqui, se eu deixar a rua mais grande eu vou ter que fazer assim e assim. Aí então eu vou cortar reto. Está bom, está bom, não tá? Vamos dar de mão beijada', [disse] José Della Volpe. 'Eu tenho hoje, eu não tinha nada, eu bati caixa, eu trabalhei no transporte muito tempo. … Um dia me deu um palpite e eu joguei na loteria e ganhei. … Aí comprei essa transportadora aqui que era ali embaixo encostada no SBT. … Eu tenho carro no mundo que eu não conheço, se você procurar quantas carretas você tem, eu não sei, os empregados sabem, mas eu não. Daqui até o Chile eu comando.[138] Por que é que aquilo vai fazer falta para mim? Faz falta se eu tirar vocês, a ordem que eu tenho está aqui, despejo. Aí mostrou, a Irmã leu. Faltava cinco dias para o despejo, ele disse que desconsideraria com a condição de que não pegassem mais terreno e não mexessem no muro.

Júlio garantiu que isso não aconteceria. Em anos subsequentes, quando um ou outro "menino" quebrava o muro para roubar peças valiosas dos caminhões, era rapidamente repreendido por intermédio do pai ou familiares: "pesava na consciência,

---

[138] Em seu site na internet, a Della Volpe alega ser uma das principais empresas de transporte do país. Foi fundada em 1956 e em 1993 mudou-se para o terreno atual, com área de cento de vinte mil metros quadrados. De acordo com https://dellavolpe.com.br/. Acesso em 21 jul. 2019.

porque todo mundo falava contra". Julio foi explícito em considerar a generosidade de José Della Volpe: "para dar dois mil metros de terra como ele deu, eu vou lhe contar, viu."

Uma audiência de conciliação ocorrida em dezembro de 1991 reproduz os mesmos termos do acordo citado, embora o processo continue em nome do Cotonifício Paulista.[139] Uma decisão judicial de julho de 1995 obrigou a Prefeitura a indenizar a empresa pela realização de benfeitorias (aterro, asfalto e outros elementos construtivos) e pelo valor de aluguel correspondente ao período da ocupação, entre abril de 1981 e julho de 1993, além das custas processuais e honorários advocatícios.[140]

Os conflitos apresentados permitem salientar alguns pontos importantes. Primeiro, os processos judiciais seguiram a reboque dos resultados de disputas e interações ocorridos face a face entre os diversos envolvidos. Vemos isso ocorrer especialmente nas negociações travadas entre Julio e José Della Volpe, reproduzidas depois na audiência de conciliação (também os conflitos entre Rocha e moradores da Vila Nova Tietê foram claramente decididos no âmbito do espaço urbano). Em segundo lugar, o relato de Julio mostra que suas concepções de justiça não se orientavam pela consciência plena de direitos estabelecidos pelo Estado: assim, meu interlocutor considerou a doação da faixa de terreno em disputa como uma generosidade de José Della Volpe.

Para além da perspectiva e valores sustentados por Julio, podemos apontar uma complexidade de fatos e acontecimentos que embaralha alegações de moralidade e justiça, fazendo parecer que representantes de empresas e o próprio aparato estatal se comportaram como se estivessem numa terra de ninguém, desprovida de leis e parâmetros consensuados capazes de pautar ações e decisões: ainda que por desconhecer o histórico de ocupação e as condições de propriedade da região, a justiça obrigou a municipalidade a pagar vultosa indenização a uma empresa que, afinal de contas, ocupou terras efetivamente pertencentes à Marinha brasileira. José Della Volpe, que adquiriu uma empresa depois de ganhar na loteria, demonstrou uma habilidade em transitar por diferentes registros de moralidade e justiça, primeiro acusando Julio de roubo e grilagem de terras, depois reconhecendo-o como um "lutador que merecia" a área em litígio. Enfim, as alegações percorrem linhas argumentativas díspares e pouco consistentes, que em

---

[139] Ref. 1991-12-04. No documento, o Cotonifício Paulista declara decisão de doar a área em litígio à prefeitura, fazer o desmembramento e retificação das matrículas "desde que" a prefeitura "assegure a permanência no local dos atuais moradores" e reduza proporcionalmente o IPTU pago pela empresa sobre o terreno. Uma reportagem de junho de 1993 faz referência a esta doação (ref. 1993-06-05).

[140] Ref. 1995-12-07. Em valores atualizados pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), a empresa recebeu o equivalente a mais de três milhões de reais da municipalidade. A correção pelo IGPM (Índice Geral de Preços - Mercado) eleva o valor equivalente a quase seis milhões.

última instância buscam compromissos, garantias e conquistas para os que as proferem, de acordo com as oportunidades dadas em cada circunstância. Nestes processos, as fronteiras entre favelas e empresas foram se cristalizando e estabilizando, chegando à sua configuração atual.

1.6. Violência e criminalidade

A noção de terra de ninguém pode ser útil para compreender certos conflitos e impasses que ocorriam entre os próprios moradores. Os relatos dos anos 1980 deram destaque para as atrocidades, brigas e disputas de poder envolvendo bandidos e justiceiros que residiam e atuavam nas favelas locais. Histórias de violência e criminalidade apareceram com frequência nas entrevistas, sem necessidade de perguntas direcionadas, em contraste com a atenção escassa dedicada a outras dinâmicas internas que também poderiam ser associadas à terra de ninguém e que foram destacadas para a atualidade — a exemplo dos incômodos e acordos relacionados ao descarte e ao acúmulo de lixo em espaços de uso comum. Os relatos do passado não deixam dúvidas sobre uma diversidade de impasses e negociações entre moradores das favelas aqui analisadas,[141] mas as histórias de criminalidade e violência eram mais proeminentes e/ou marcaram mais profundamente a memória de meus interlocutores. Seja como for, os fatos e acontecimentos que apresento a seguir são os que melhor permitem identificar dinâmicas da terra de ninguém no passado das favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê.

De acordo com Eliaquin, os bairros Jardim Brasil e Parque Novo Mundo estavam entre os maiores "redutos do crime" no contexto paulistano dos anos 1980, aparecendo

[141] A título de exemplo, podemos citar problemas com o manejo do lixo, abordados num texto das Irmãs Vicentinas (ref. 1980-DÉCADA-A); para falar da falta de segurança em espaços coletivos, vale mencionar outra preocupação das Irmãs para com o espaço do "Núcleo Comunitário" na Cidade Nova: (ref. 1983-03-13) "tudo aberto, fácil de ser destruído fora do horário de trabalho"; finalmente, no capítulo três cito uma série de tensões e disputas entre moradores pela definição de fronteiras entre moradias particulares.

sistematicamente na mídia.[142] Relatos de moradores que eram jovens ou crianças indicam que os sinais e marcas das atrocidades eram frequentes no dia a dia. Garotos que costumavam perambular pelos lixões da região chegavam a encontrar três ou quatro cadáveres por semana. A memória de um morador do Cingapura Novo Mundo ficou marcada pela visão de corpos afundados até a cabeça numa área de brejo, o que o fez deduzir que as vítimas haviam sido enterradas antes de serem assassinadas.

Uma antiga moradora da Marconi lembrou que no passado muitas camas tinham a cabeceira feita de cimento para servir de proteção contra balas perdidas. Muitas pessoas viviam com medo de serem alvejadas de surpresa. Eliaquin, por exemplo, ouvia tiros todos os dias: "podia acontecer a qualquer hora". Relato mais detalhado foi feito por um morador que, quando criança, brincava com amigos na praça em frente à igreja Nossa Senhora Aparecida, na Cidade Nova. O justiceiro Zé Magrelo apareceu na praça, deu balinhas ao grupo e apresentou-lhes um homem, com o qual ficou conversando nas proximidades. Pouco depois, disse às crianças que brincassem do outro lado do espaço. Elas argumentaram que iriam para um lugar enlameado, mas Zé Magrelo insistiu e quando já haviam se afastado, viram o justiceiro apresentar o homem que trouxera consigo a alguém, ao mesmo tempo em que dava um passo atrás e atingia a vítima pelas costas, com um tiro na cabeça. Zé Magrelo se afastou da cena do crime com tranquilidade, aproximou-se novamente dos meninos, distribuiu mais balinhas e disse-lhes, enquanto apontava-lhes o dedo mimetizando um revólver, que se algum dia fumassem maconha, teriam o mesmo destino do homem que estrebuchava no chão.

Diversos relatos afirmam que os justiceiros atuaram sobretudo ao longo dos anos 1980 como homens dispostos a fazer justiça com as próprias mãos, capazes de confrontar bandidos que apavoravam os moradores locais. De acordo com uma das falas, os justiceiros que existiam em várias favelas paulistanas da época eram migrantes do nordeste do país acostumados a um ambiente de "faroeste", onde jagunços precisavam

---

[142] Uma reportagem da época, por exemplo, cita a favela Marconi como "um dos locais mais barra pesada da cidade" (ref. 1985-10-20). "Gil Gomes saiu daqui", lembrou Eliaquin. De fato, a já citada matéria do site *Memórias da Ditadura* dá a entender que foi nas antigas instalações da rádio Marconi que o repórter Gil Gomes relatou ao vivo um crime de agressão sexual ocorrido nas imediações, quando inaugurou a prática de sair do estúdio com o microfone e entrevistar pessoas *in loco* (ref. 1970-DÉCADA).

fazer justiça na ausência do Estado. Também, muitos bandidos teriam vindo nas ondas migratórias à capital paulista, foragidos da justiça e "com crimes nas costas".[143]

Na escala local, explicação frequente para o surgimento dos justiceiros passa pela história de vida de Rivadávia Serafim da Silva ou Rivinha, que acabou se tornando um dos justiceiros mais conhecidos de São Paulo. Conforme uma das falas, Rivinha foi vítima da violência, "perdeu o controle e saiu fazendo justiça". Em entrevistas,[144] ele contou que chegou do nordeste acompanhado da família em 1982, com 25 anos de idade. Morou na Marconi e trabalhou na Viação Cometa. Propôs uma imagem da favela como assolada por traficantes e bandidos muito violentos, que a certa altura começaram a cobrar "pedágio" ou "taxa de proteção", ao mesmo tempo em que ameaçavam e agrediam moradores. Eles "barbarizavam, eles chegavam na casa de um pai de família ali e diziam: 'Olha, eu quero dormir com sua esposa hoje'. Você tinha que pegar a mulher e levar para ele dormir com ela". Rivinha usou sua própria história como exemplo da de homens que tiveram mulheres da família estupradas por resistirem ou se recusarem a pagar o pedágio. Uma noite, ele foi amarrado num poste ou árvore, e obrigado a assistir três bandidos estuprarem a mãe e a esposa. Rivinha procurou a polícia e um delegado lhe disse para "se virar", alegando que nem viatura eles tinham disponível; procurou depois a Rota, que tampouco o atendeu. Vê-se como também neste caso o Estado aparece como entidade ausente e omissa, dando ensejo para a constituição de dinâmicas políticas autônomas e estranhas ao seu modo de operar.

Quando bandidos descobriram a tentativa de denúncia por parte de Rivinha, passaram a persegui-lo constantemente. Precisou faltar no trabalho, perdeu o emprego, mandou mãe e esposa de volta ao Nordeste e mudou-se da favela Marconi para a Funerária. Começou a trabalhar com comércio de roupas usadas e conheceu a segunda mulher, que em pouco tempo engravidou. Certo dia, Rivinha foi reconhecido num bar e precisou fugir com a esposa, que foi baleada e perdeu o bebê. Voltando do hospital, soube que um Irmão adotivo fora capturado pelos bandidos e desaparecera (nunca mais foi encontrado). Diante destas tragédias, Rivinha deu roupas usadas como pagamento por um

---

[143] Seguindo a lembrança de um de meus interlocutores, esta explicação também teria sido dada por Marcola, um dos supostos fundadores do PCC, que, conforme ouvi, teria crescido na região. Outro depoimento refletiu que, assim como havia "gente da pior espécie" entre os portugueses que vieram para a América, também veio muita gente ruim do Nordeste para São Paulo. "Bandidos mesmo, caras do dedo mole", disse a mim um antigo morador. Este é um exemplo de análise que, como várias outras que cito ao longo da tese, opera uma equiparação entre favelas e o âmbito mais amplo do Brasil, como que dissolvendo a excepcionalidade dos contextos urbanos que estamos investigando.

[144] O que segue foi extraído de um artigo de Silvia Carbone (2008) e do que me pareceu verídico de um documentário com tom sensacionalista (ref. 1980-DÉCADA-J).

revólver e uniu-se a Didi e Zé Magrelo, que segundo Rivinha também eram "trabalhadores" e "pais de família" vitimados pela violência.[145] Os três capturaram alguns criminosos e amarraram-nos no mesmo local em que Rivinha havia sido preso, para que a polícia viesse e não pudesse dizer que não os havia encontrado. Com isso, Rivinha foi jurado de morte e, encurralado, precisou "atirar para não morrer", o que deu início a uma matança que terminou por neutralizar o poder dos bandidos mais poderosos da região.

Um dos relatos da Vila Nova Tietê descreveu o grupo inicial de Rivinha como composto por cinco integrantes (além dele próprio, Zé Magrelo, Zé Bigode, Zé Doido e Zé Cabeludo) que começaram suas ações retaliando um grupo liderado pela "Moça Bandida", na favela Marconi, depois de um roubo a Zé Magrelo. A partir de então os justiceiros começaram a eliminar bandidos: "tinha dia que matavam dois, três, quatro". Assim, "foram tomando conta de tudo" e "começaram a se espalhar, aí fizeram um grupo aqui

[145] Didi tivera a esposa estuprada. Zé Magrelo também comercializava roupas usadas e era obrigado a pagar taxas para isso. Reportagens da época sugerem que os primeiros justiceiros estavam fortemente relacionados ao comércio de roupas e surgiram por volta de 1984 (refs. 1984-06-14, 1984-06-16 e 1985-01-19). Eis um depoimento de Rivinha, coletado por Silvia Carbone (op. cit.): "Nós era tudo pai de família que se revoltamos ali, então eu não estava ali matando porque achava bonito, nós matava com medo, matava é vida ou morte, você atirava primeiro ou morria, não tinha escolha. … Zé Magrelo falou pra mim: 'não vamos correr mais não', aí um outro colega meu falou, 'vamo partir pra cima desses caras aí, agora é tudo ou nada'. Tudo trabalhador, pai de família, aí nós colocamos as armas na cintura, aí começou a bagunça." Rivinha explica que nunca havia atirado em ninguém e que no Norte se limitava a caçar passarinhos com espingarda. Um antigo morador da Vila Nova Tietê, a quem Rivinha respeitava muito, contou que o justiceiro lhe pedia para colocar uma caixinha de fósforo do outro lado da rua e que ele a acertava sem dificuldade, a uma distância de cerca de sete ou oito metros. Ele "era muito bom de tiro", "matava com muita facilidade". A propósito, a história de Rivinha é semelhante à do surgimento de outro justiceiro na favela Vila Nova Jaguaré, conforme apurado por Lúcio Kowarick (2009, p.272).

[Vila Nova Tietê], outro na Funerária, outro lá no Doze [futuro Cingapura Novo Mundo], … e eles agiam em conjunto."[146]

Os relatos atribuíram aos justiceiros uma diversidade de funções, mas não fica claro se eram assumidas por todos, e em quais proporções. Eles foram lembrados como pessoas que impunham códigos morais rígidos, matando praticantes de roubos, crimes e tráfico de drogas, mas também usuários de maconha e mesmo cigarros, como no exemplo supracitado do assassinato na praça. Os justiceiros também foram descritos como espécies de "seguranças" que recebiam dinheiro em troca de proteção, mas não extorquiam as pessoas como os bandidos que os precederam. Por coibir roubos e ações de bandidos, podiam ser pagos tanto por empresas do entorno quanto por comerciantes ou moradores das favelas em que moravam e atuavam. Também podiam se encarregar da expulsão de moradores que estavam dando problemas, além de zelar pelo cumprimento de contratos de gaveta envolvendo comercialização de imóveis, entre outras funções. Na maior parte do tempo, lideranças e pessoas envolvidas em atividades políticas e religiosas no bairro procuravam não se misturar nem se intrometer em suas ações, mas podiam estabelecer certas relações de diálogo e troca quando necessário.

Citei ameaças de morte transmitidas rapidamente por meio das redes de socialidade locais, homens presos em postes, tiroteios, assassinatos que ocorriam no meio

---

[146] Uma reportagem de junho de 1984 fala de uma "violenta batalha interna" à favela Marconi, opondo "comerciantes de roupas usadas" e "uma quadrilha de assaltantes". Um morador entrevistado mostra como os conflitos estabeleceram clivagens territoriais: "Do lado da Marginal ficaram os 'de bem', gente que comercializa roupas. Mais para lá para baixo, para os lados do Parque Novo Mundo, mora a 'quadrilha da Moça', toda de assaltantes." Os conflitos teriam se originado quando "Zé Garcia", "o maioral" do comércio de roupas, foi roubado em "mais de Cr$ 1 milhão … Foi aí que a favela desandou … Agora o pessoal do Parque Novo Mundo não passa mais aqui: é só pisar desse lado que acaba morrendo ou matando" (ref. 1984-06-14). Maria Lúcia cita uma reportagem da Folha da Tarde do mesmo dia, que acrescenta informações à anterior, por exemplo a afirmação de que "[T]em muito filho que está do outro lado e não pode pisar aqui nem para ver a mãe." A mãe preferia que os filhos ficassem "por lá, porque tem gente dizendo que eles estão ligados com a 'Moça'." A matéria cita ainda invasões que ocorriam em barracos de moradores que não tinham relação direta com o conflito. "Os barracos são invadidos quando seus moradores se ausentam por motivo de viagem ou hospitalização, ou qualquer outro motivo. Ou, também, são invadidos barracos com mulheres que residem só ou quando o marido se encontra ausente. Certa vez um casal de velhos ameaçados por um grupo de homens com velas acesas viu-se na contingência de deixar o barraco na calada da noite!" (apud PAULA, op. cit., p. 52-53). Em entrevista, Luiza Erundina também se lembrou de casos em que "bandidos" obrigavam moradores a desocupar seus barracos, inclusive para se esconderem da polícia.

das ruas e cadáveres desovados nas imediações. A violência podia mesmo ser discutida abertamente, como mostram entrevistas realizadas pelo repórter Gil Gomes com os justiceiros Zé Bigode e Zé Magrelo.[147] A visibilidade das ações do passado foi contraposta à forma mais discreta, controlada ou invisível da violência e da criminalidade hoje. De acordo com Eliaquin, nos anos 1980 "não tinha essa coisa de julgamento", como os praticados hoje pelo PCC: "fez coisa errada, morria na hora".[148] Parte das razões para esta visibilidade pode residir no fato de que a violência era a ocupação central dos justiceiros, em contraste com o papel coadjuvante que representa para grupos hoje primordialmente voltados a atividades criminosas como o roubo e o tráfico de drogas.

As palavras seguintes de Rivinha mostram que passou a ser admirado e reconhecido, mas também temido:

> "O pessoal batia palma pra mim, eu me sentia todo cheio. (…) Você sabe que chega um momento que os moradores começam a ter medo, eles começam a ter respeito e ter medo, quando eu senti que as pessoas, às vezes eu ia num bar comprar guaraná, as pessoas [diziam:] 'não, não paga não', eu dizia 'pera aí, não é assim não, eu tirava e pagava' (…) Sentia um clima, teve uma época que o pessoal andava tudo com a [carteira] profissional na mão assim, passava por mim com a carteira assinada na mão, 'não sou bandido, não sou bandido'. Mas o pessoal gostava muito da gente." [149]

Muitos passaram a ver as ações dos justiceiros como extremadas e arbitrárias, o que adiciona uma parcela própria de insegurança e incerteza à vida social local (à semelhança do que ocorre com o PCC atualmente). Em uma das histórias dramáticas de violência indiscriminada, justiceiros foram chamados para ajudar num desentendimento entre irmãos e "chegaram batendo em todo mundo", tentaram enforcar até a morte um dos irmãos, até que duas irmãs da mesma família gritaram e avançaram com pedaços de pau

---

[147] Ref. 1980-DÉCADA-G.

[148] No entanto, mesmo depois do declínio dos "justiceiros" e da ascensão dos "traficantes" que precederam a formação do PCC, parecia existir uma violência escancarada. Um morador se lembrou que podia encontrar cadáveres estirados nas ruas ao sair de manhã para trabalhar mesmo no início dos anos 2000, quando chegou à região. A maior parte dos relatos leva a pensar numa periodização da criminalidade e da violência que começa com a presença exclusiva de "bandidos", segue para o predomínio dos "justiceiros" ao longo dos anos 1980, depois para a ascensão dos "traficantes" nos anos 1990, para culminar na constituição do PCC em meados dos anos 2000. Nem sempre estes períodos podiam ser entrevistos de forma clara nos relatos, e houve aqueles que os associaram ou misturaram.

[149] Carbone, op. cit.

na mão. Zé Cabeludo apareceu depois para pedir desculpas pela atitude radical de seus subordinados e se ofereceu para comprar remédios e cuidar da mãe da família, que teve o dedo quebrado.

Irmã Iraci negou que os justiceiros fizessem justiça, qualificando-os como "matadores", e eles também foram aproximados da figura de criminosos pelos noticiários da época e por memórias de vários outros moradores. Justiceiros também podiam ser acusados de cobrar mensalidades ou pedágios dos moradores, adotando medidas semelhantes às atribuídas por Rivinha a bandidos. "Falavam que olhava a comunidade, mas na verdade você tinha que pagar", disse uma moradora da Vila Nova Tietê. Ela citou duas ou três passeatas em que os moradores foram coagidos a participar para pedir a libertação de justiceiros presos. Na lembrança de minha interlocutora estava o protesto organizado em frente às instalações da rádio Capital contra a prisão de Zé Magrelo. Ao menos um membro de cada família foi obrigado a participar por Rivinha e outros aliados, que chegavam armados nas portas das casas e "te ameaçavam, você tinha que ir". O objetivo era "soltar [Zé Magrelo], como se ele fosse inocente, porque para eles quem matava bandido não era bandido, tinha que estar solto."[150] Uma das passeatas reuniu cerca de trezentas pessoas e interditou a marginal Tietê, mas não conseguiu libertar o justiceiro — a expectativa de que tais protestos fossem capazes de contornar os mecanismos processuais da justiça estatal sugere a presença de concepções de direito radicalmente distintas da hegemônica.

Finalmente, outra memória afirma que os justiceiros "roubavam as filhas da gente": "têm muitas mães aqui que ficaram sem filhas porque eles pegavam, assim, iludiam as meninas e carregavam com eles." Zé Cabeludo, por exemplo, tinha muitas mulheres na Vila Nova Tietê e "só gostava de menininha nova". Chegou a tentar casar com a "genra" depois que o filho morreu, afirmou o relato.

Inversamente, certos criminosos que moravam na região e praticavam assaltos em outras áreas da cidade também podiam exercer funções de alguma maneira semelhantes às dos justiceiros, proibindo roubos na vizinhança ou ajudando pessoas necessitadas de

---

[150] A manifestação ocorreu em setembro de 1985 e foi registrada por uma reportagem (ref. 1985-09-05). Outro protesto já havia ocorrido em fevereiro do mesmo ano, contra as prisões de Rivinha, Didi e, mais uma vez, Zé Magrelo (ref. 1985-02-26).

dinheiro.[151] Uma das comparações atribuiu um comportamento moderado a bandidos que "respeitavam trabalhadores e pais de família", obrigando os que consumiam maconha a se afastarem das casas e ruas da favela, em contraste com os justiceiros, que passaram a matar sumariamente os usuários de drogas. Um interlocutor se lembrou de bandidos que distribuíam gratuitamente alimentos encontrados em caminhões roubados. Outra história notável se refere a um bandido que encontrou a mãe de Miguel chorando pelo desaparecimento do filho e prometeu que o encontraria. Miguel tivera um problema de saúde no trabalho e permanecera vários dias internado. As buscas levaram o bandido ao hospital, que estava "matando" Miguel aos poucos: "eles aplicavam uma injeção que atacava a cabeça … se não é esse ladrão, hoje eu estava morto", disse meu interlocutor.

Como se vê, diversas falas sugerem um embaralhamento de pessoas e atitudes vistas como legítimas ou ilegítimas, produzindo uma ambivalência moral e regimes de justiça ainda mais divergentes do que os presentes nas histórias de disputas por terra e moradia. Mesmo pessoas devotadas à religião católica, que buscavam se afastar da violência, podiam assumir posturas ambivalentes, como mostra o já citado episódio em que Zé se juntou a outros homens para enfrentar Rocha e proteger Irmã Ana Sá. "Naquela época", disse ele, "você tinha que ser gilete", ou seja, "cortar dos dois lados". Durante um certo período Zé viveu o sentimento paradoxal de frequentar a igreja aos finais de semana, enquanto nos outros dias "estava metido no meio dos caras" — ao ponto de certos moradores se perguntarem "de que lado ele estava". É significativo que Irmã Elza tenha concordado com a necessidade de viver tal impasse ao escutar, junto comigo, o relato de Zé, em dezembro de 2017. Em suas histórias de violência e criminalidade, meu

---

[151] Clóvis, por exemplo, foi um ladrão que roubava empresas, mas era apreciado na vizinhança por não achar correto "roubar trocado de trabalhadores", no dizer de um morador da Cidade Nova. No relato de uma de suas atuações, Clóvis apareceu "montado em cima" de um "ladrãozinho de bujão de gás" que não se remediara com alertas anteriores. Clóvis deu-lhe coronhadas na cabeça, insultou-o em público e expulsou-o da favela, proibindo que retornasse. Ouvi dizer que Clóvis tinha intimidade para entrar na casa de muitas pessoas e cochilar em seus sofás. Binha, por sua vez, era um jovem "bandido" especializado em assalto a bancos e, mesmo não sendo visto como justiceiro, proibia roubos dentro da favela (como se pode ver pelo diálogo travado com Julio no tópico anterior). Se algum vizinho precisasse de dinheiro "ele dava, e não era de dar pouco". Sua turma teria sido exterminada pelo grupo de Rivinha. O próprio Binha foi morto pela Rota, na perseguição mais dramática e brutal que já ocorreu na região, envolvendo mais de cinquenta viaturas de polícia, de acordo com os relatos. Uma reportagem aponta participação do bandido num grave crime de latrocínio (ref. 1984-12-30).

interlocutor aparece convencendo seu amigo Rivinha a evitar mortes, punições e sofrimentos de outras pessoas.[152]

Os relatos indicam também que a ambivalência vinha frequentemente acompanhada de esforços em sentido contrário, voltados a restabelecer ou reforçar distinções e critérios quanto ao que deve ser visto como correto, moral ou justo. Por exemplo, o fato de carregar uma arma não significa que Zé não se sentisse profundamente incomodado. Ele refletiu que provavelmente estava vivo por tê-la descartado a tempo, revelando ainda um alívio por nunca ter necessitado atirar em ninguém. A imagem de moradores apresentando suas carteiras de trabalho a Rivinha sem serem previamente interpelados mostra atitudes deliberadas e mesmo exageradas de se posicionar num contraste que aparece em vários relatos, entre as identidades de "trabalhadores" ou "pais de família" de um lado, e "bandidos" ou "vagabundos" de outro. Tais esforços de

[152] Um dos episódios ocorreu em frente à casa de Zé, quando um homem com o rosto ensanguentado pediu que o ajudasse "pelo amor de Deus". Logo depois Rivinha apareceu com outros pistoleiros e mandou o homem correr. Quando o justiceiro sacou a arma para atirar à distância, Zé sentiu "uma coisa subir pelo corpo", ganhou uma coragem que "pareceu ter vindo do céu" e tirou a arma da mão de Rivinha, que resolveu dar uma chance ao homem. Ele foi amarrado num poste e pouco depois levado por policiais, que gritaram para os que estavam à volta, enquanto jogavam o prisioneiro no porta-malas da viatura: "Estão vendo esse homem aqui? Ele não vai voltar aqui nunca mais!" O relato dá a entender que a polícia cometeu o assassinato que Zé tentara impedir. Meu interlocutor salvou da morte outro desconhecido que havia estuprado a filha de um justiceiro. O agressor foi capturado, pendurado por uma viga pelo "negócio" e penetrado com um cabo de vassoura. Observando a cena, Zé disse a Rivinha que "não estava aguentando ver aquilo" e pediu que o justiceiro intercedesse. O homem foi mandado embora "com o negócio daquele tamanho" e foi apedrejado por um menino enquanto meu interlocutor tentava uma conversa. Por fim, Zé achou melhor não o ajudar mais, porque "poderiam achar que eu estava protegendo bandido" e limitou-se a acompanhá-lo até o limite da favela, deixando-o partir em segurança.

diferenciação, porém, parecem tentativas insuficientes de reagir à citada tendência predominante para a ambivalência e a confusão de papéis.[153]

As ações dos justiceiros também foram submetidas a esforços de aclaramento e explicação, implícitos nas falas que descrevem Rivinha como "um cara bom que virou justiceiro" ou um "matador" que era "apenas um trabalhador", nitidamente voltadas a diferenciá-lo de um bandido propriamente dito. Rivinha sublinhou a condição de "trabalhador" e "pai de família" sua e de seus aliados, a necessidade que teve de matar para não morrer e o fato de nunca ter atirado em mulheres ou menores de idade. Tais alegações, no entanto, funcionam até certo ponto e não impedem certas falas de reconhecer as contradições,[154] além de gerar clivagens marcadas entre moradores com

---

[153] Quando buscam qualificar ações específicas, alguns relatos do passado admitem nuances, como no já citado caso em que as pessoas que invadiram o casarão da rádio Marconi foram descritas como "uns vagabundos um pouco doidões". Outra fala se referiu diversas vezes a "bandidinhos", entendendo-os como pessoas que flertam com a identidade de bandidos, sem o serem realmente. Um texto de Gabriel Feltran (2011b, p. 363) serve como exemplo de análises que frisam a presença de uma forte distinção entre "trabalhadores" e "bandidos" nos anos 1970/1980, em comparação com o enfraquecimento deste contraste na atualidade. Me parece importante sugerir um refinamento ou mesmo uma revisão dessas constatações. Ao menos para as favelas da Vila Maria, a análise etnográfica aqui proposta, atenta à identificação de mudanças tanto quanto de permanências, indica que se existiam esforços de diferenciação, é porque havia um alto risco de embaralhamento de papéis. Por outro lado, de acordo com o que desenvolvo no capítulo quarto, as pessoas com quem conversei não viam o atual "mundo do crime" de modo mais favorável do que no passado, nem permitiam pensar numa "disputa de legitimidade" (termos de Feltran) com instâncias do Estado. Elas escolhiam, como proponho alhures, o poder menos inconfiável. Enfim, em consonância com a ideia de um presente espesso, diria que tendências para a ambivalência e para a diferenciação estão presentes em ambos os períodos, ainda que em distintas proporções e servindo a diferentes valores sociais, objetivos e expectativas — como por exemplo os esquematizados no artigo de Feltran.

[154] Uma liderança antiga da Cidade Nova me contou como salvou a vida de Rivinha antes dele se tornar justiceiro, escondendo-o em casa para que escapasse de uma perseguição. Em certo sentido ela compreendia a trajetória de vida do justiceiro, mas observou que por outro lado ele teria criado um "grupo dele" depois de ter matado os bandidos, indicando que não se direcionava apenas a atividades de "proteção": ele "queria criar o grupo dele, você não acha que não? Ele disse que não, até hoje se eu falar com ele, ele diz que não, que se defendia. … Montaram uma turma bonita. Devia ter uns vinte e cinco homens." Depois de se tornar justiceiro, Rivinha teria continuado com o negócio de roupa usada: "tinha até firma", observou meu interlocutor.

opiniões unilaterais, partidários de sua defesa ou acusação. A decisão do próprio Rivinha de se tornar pastor evangélico, quando já cumpria pena na Casa de Detenção do Carandiru, também pode ser vista como um esforço drástico de estabelecimento e reforço de fronteiras morais.[155]

---

[155] A propósito, a conversão religiosa apareceu também como ponto de virada nas trajetórias de vida de outros dois homens que conheci na região, com histórico de envolvimento em atividades criminosas ou violentas. Em uma dessas histórias, a adesão a um culto evangélico funcionou como salvo conduto para que meu interlocutor se desvencilhasse das redes de troca e reciprocidade constitutivas do mundo do crime na atualidade. Não posso deixar de lembrar aqui do papel da religião na trajetória de vida do protagonista de um famoso conto de Guimarães Rosa, *A hora e a vez de Augusto Matraga*. Reportagens e depoimentos de Rivinha revelam que ele atuou nas favelas da Vila Maria entre 1982 e 1984 e foi preso em junho de 1987, aos 29 anos de idade. Notícias da prisão afirmam que Rivinha era o maior justiceiro ainda em liberdade na cidade (ref. 1987-05-31, 1987-06-09, 1987-06-23 e 1987-06-27). Sua pena era de 162 anos, mas obteve indulto por bom comportamento e saiu 22 anos depois, em 2010. Dentro das prisões aprendeu a ler e escrever e a tocar violão, completou o Segundo Grau, tornou-se pastor e construiu uma igreja dentro do presídio com a colaboração de mais de trinta homens (ref. 1991-07-11, 1992-10-11, 2010-05-05, 2010-05-06, 2014-11-04). Didi, por sua vez, morreu esfaqueado na prisão, vítima dos criminosos que ajudara a capturar. Notícias de 1988 afirmam que Zé Magrelo voltara a atuar nas favelas da Vila Maria depois de cumprir pena de três anos, e que ele gostava de ouvir os filhos lendo histórias da bíblia (ref. 1988-02-07 e 1988-04-23). É interessante pensar no contraste entre duas colocações de Rivinha. Na época em que morava na Vila Maria, o justiceiro ouviu de Zé o conselho para que "se endireitasse" e "largasse daquela vida", e respondeu que não adiantaria, porque "já estava no inferno" e "Deus não teria misericórdia" dele. Em dois vídeos divulgados no *site youtube* depois de sair da cadeia, Rivinha afirma que Deus pode perdoar todo tipo de pecado: "A gente relembra o passado para que não volte mais nele. (…) 'Ah, mas a pessoa fez tanta coisa errada' … A bíblia diz que Deus é fiel para perdoar todo pecado, não existe pecadinho nem pecadão." (ref. 2014-11-04) Em ambos os momentos de vida considerados, Rivinha adere aos marcos de um pensamento religioso, tanto para se condenar quanto para se absolver. O contraste entre moradores que o defendem e o acusam pode ser observado nos comentários realizados nas páginas dos vídeos citados. A grande maioria das condenações é feita por um antigo morador que relata em detalhe como Rivinha teria matado um jovem de 14 anos recém-chegado da Bahia. A maior parte dos comentários elogia o justiceiro por ter matado bandidos e suprimido roubos, estupros e outras formas de violência nas favelas da região. Outros afirmam a ideia de que Deus perdoa quem se arrepende. Na expressão sintética de um dos comentários: "quem mata ladrão tem cem anos de perdão". Vale ressaltar que mesmo entre as declarações que o condenam não há críticas

Enfim, diversos fatos levam a pensar em dinâmicas opostas e interdependentes, envolvendo a produção de ambivalências, de um lado, e ações de aclaramento, de outro. Assim, é importante reconhecer que os riscos e incertezas associados à forma de vida ocupação em certa medida engendram esforços em sentido contrário, preocupados em reforçar distinções, demarcar fronteiras morais e produzir algumas certezas e sentimentos de segurança.[156] Não se pode afirmar que estes esforços de aclaração ocorrem necessariamente nem que representam vetores de intensidade equivalente aos riscos e ambivalências, e que sejam, portanto, capazes de produzir equilíbrio ou estabilidade. Trata-se, sim, de compreender que as incertezas da forma de vida ocupação geram dinâmicas de produção de certeza e segurança em distintas intensidades, por vezes produzindo um esgarçamento do tecido social, simbólico e político em direções opostas.

[156] Voltaremos em outros capítulos a pensar como a terra de ninguém suscita disposições para suportar incômodos, negociar com cautela e enfrentar com vigor ameaças, deixando pouca margem para atitudes intermediárias. Podemos mencionar aqui um paralelo com a importância dada à "palavra" e a preocupação para com a repercussão das atitudes dos moradores nas redes de socialidade locais, como descrevo alhures: trata-se, também, de um contraste entre incertezas e esforços para combatê-la.

Capítulo 2: Coletivizações

Fig. 2.a - Julio e menino no primeiro plano. Data e autoria desconhecidas. Diapositivo encontrado no acervo das Irmãs Vicentinas.

Fig. 2.b - Aulas de futebol com professor Valdemar no Osem. Construções ao fundo: palco usado em eventos culturais e religiosos (à esquerda), salas de aula do Osem (ao centro) e galpão da primeira creche (à direita). Data e autoria desconhecidas. Diapositivo encontrado no acervo das Irmãs Vicentinas.

Fig. 2.c - Primeira eleição para a diretoria da União de Moradores da Cidade Nova. A fotografia mostra a chapa vermelha, vitoriosa. Julio aparece ao fundo e no alto. As Irmãs Vicentinas encontram-se no primeiro plano, da esquerda para a direita: Elza Baeta Barbosa, Iraci Maria Santiago, Neusa Maria da Silva, Ana Maria de Moura Lima (Aninha). Data: aprox. abril de 1981 ((de acordo com indicações de ref. 1981-04-22). Autoria desconhecida. Fotografia encontrada no acervo das Irmãs Vicentinas.

"Sofrimento! Mas uma alegria, as pessoas tinham assim uma alegria… uma união, né? Era lindo de se ver, lindo. As assembleias eram de arrepiar a gente. … As falas, a luta, a busca de melhorias… porque eles conquistaram de um jeito que por aí não existia isso." Estas palavras da Irmã Iraci, como muitas outras, associam a época de surgimento da Cidade Nova a um misto de grandes carências, mas também de muitas mobilizações, conquistas e alegrias. Na expressão sintética de Julio, "nós sofremos, mas era divertido". Relatos como estes permitem pensar, inicialmente, que as mobilizações ocorreram para lidar com situações de perigo, pobreza e necessidade. Foi através da articulação coletiva que os moradores enfrentaram os desafios associados à terra de ninguém (entre outros) e implementaram inúmeras melhorias urbanas. No entanto, a união dos moradores não foi vista apenas como meio para alcançar determinados objetivos, mas também como um fim em si mesmo: é o que está implícito nas falas que enaltecem o passado e o associam a sentimentos de contentamento, de satisfação. A alegria, neste sentido, parecia não depender tanto de condições futuras, sendo vivenciada como um afeto do presente, como algo que as pessoas, unidas e assemelhadas no enfrentamento das dificuldades, já possuíam.[157]

Para dar prosseguimento à discussão, é importante apontar entendimentos possíveis da noção de "comunidade", sempre empregada por meus interlocutores quando refletem sobre dinâmicas políticas, mas também sobre muitos outros assuntos.[158] Na Cidade Nova e Vila Nova Tietê, o termo possui diversos significados, acionados em função do contexto. Entre os sentidos mais restritos ou específicos, pode designar o conjunto de

---

[157] Isabelle Stengers (2009, cap.16) afirma que a produção experimental de uma capacidade nova de pensar e agir está relacionada ao que Espinosa entende por alegria. Nos termos da autora: "A alegria, escreveu Espinosa, é o que traduz um aumento da potência de agir, ou seja, também de pensar e de imaginar, e ela tem algo a ver com um saber, mas um saber que não é de ordem teórica, pois não designa a princípio um objeto, mas o próprio modo de existência daquele que se torna capaz de sentir alegria. A alegria, poderíamos dizer, é a assinatura do acontecimento por excelência, a produção-descoberta de um novo grau de liberdade, conferindo à vida uma dimensão complementar, modificando assim as relações entre as dimensões já habitadas. Alegria do primeiro passo, mesmo inquieto. E a alegria, por outro lado, tem uma potência epidêmica. É o que mostram tantos anônimos que, como eu, sentiram essa alegria em maio de 1968, antes de os responsáveis, porta-vozes de imperativos abstratos, se apoderarem do acontecimento. A alegria é transmitida não de alguém que sabe a alguém que é ignorante, mas de um modo em si mesmo produtor de igualdade, alegria de pensar e de imaginar juntos, com os outros, graças aos outros."

[158] Historicamente, "comunidade" possui mais de uma origem e múltiplos sentidos; Lícia Valladares fornece um panorama da discussão (op. cit., p. 84, 86, 95-101).

fiéis católicos reunidos em torno de uma das cinco igrejas da paróquia Santa Rita de Cássia. O sentido que me parece mais frequente refere-se a uma área da cidade dotada de história, identidade e socialidades próprias, servindo para nomear distintos bairros (Cidade Nova, Vila Nova Tietê, Marconi etc.) ou o seu conjunto (a comunidade composta pelas favelas da Vila Maria ou do Parque Novo Mundo). Nesse caso, comunidade pode ter expressão territorial e coincidir, mais ou menos, com perímetros oficiais de favela, em oposição a bairros vizinhos como o Jardim Andaraí, certa vez citado como não sendo comunidade pelo fato de possuir "documentação" e asfalto.

No entanto, não são a estes significados que os moradores se referem quando abordam questões de política. O entendimento de comunidade que nos interessa mais de perto pode ser expresso como um conjunto de "pessoas que se juntam para resolver seus problemas e dificuldades", na expressão de Eliaquin em uma de nossas conversas. Trata-se de pessoas que se mobilizam para o enfrentamento de condições de vida que lhes são comuns. Os relatos que informam o presente capítulo permitem pensar em dois componentes da dimensão política da comunidade. Em primeiro lugar, podemos dizer que o compartilhamento de uma mesma condição de pobreza e dificuldades dissemina entre os moradores um sentimento de igualdade, uma disposição para a ajuda mútua mesmo entre aqueles que não se conhecem, bem como uma inclinação para apoiar as ações empreendidas em nome da coletividade. Esta seria a base ou o solo fértil a partir do qual brota o segundo componente, relativo a modalidades mais consolidadas ou efetivas de mobilização, envolvendo diretamente a atuação de lideranças e de associações de moradores.

A compreensão do que seja uma liderança, por sua vez, varia muito conforme a situação, e não me parece possível ou desejável definir o termo para além de uma alusão vaga a moradores que assumem papel de destaque na condução de interesses da comunidade relacionados sobretudo à melhoria das condições de vida, podendo incluir também organizações de festas e eventos, resolução de conflitos internos, entre outros fatores que extrapolam os objetivos estritamente políticos aos quais me refiro agora. Em seu conjunto, as experiências e relatos acumulados ao longo da pesquisa sugerem modos diversos de relacionamento entre associações e lideranças, mas estas últimas são sempre consideradas essenciais, mesmo quando as primeiras são fracas ou ausentes. Pretendo

mostrar que a construção de relações de confiança interpessoal entre lideranças e moradores são e sempre foram decisivas para as mobilizações na região.[159]

Os relatos enalteceram a união, a mobilização e as conquistas do passado, mas apontam também para as dificuldades de engajamento, deserções e conflitos que já marcavam presença nos anos 1980. Tais dificuldades sugerem relações de continuidade com o cenário de desunião do presente e permitem questionar a ideia de uma simples ascensão e queda das mobilizações e da participação no decorrer dos anos. Guardadas as diferenças significativas entre situações passadas e presentes, o risco de desmobilização pode ser visto como uma constante ligada às incertezas e imprevisibilidades da forma de vida ocupação.

2.1. Ajuda e reconhecimento mútuo

De modo geral, as favelas devem boa parte de seu crescimento à chegada de familiares, amigos e colegas de trabalho dos que já se encontram instalados num dado momento, e o que ocorreu na Vila Maria não é exceção. A percepção de uma coletividade formada por pessoas que se conhecem e se importam umas com as outras se amplia à medida que os moradores precisam enfrentar dificuldades comuns, estreitando e multiplicando laços de apoio e amizade. Nos anos 1970 e 1980, estas relações de socialidade locais eram muito importantes por conta da alta segregação urbana existente

[159] A compreensão do papel de lideranças se desdobra em diversas nuances e complexidades. Na atualidade, observei pessoas que se ocupavam de uma determinada questão sendo vistas como lideranças, ao passo que outras, há mais tempo dedicadas a uma gama maior de preocupações, não eram chamadas como tais. Certas pessoas que "têm conhecimento", no sentido de serem conhecidas por muitos, não são vistas como lideranças. Lideranças também podem receber aportes fundamentais de outros moradores que não chegam a ser considerados como lideranças. Alguns funcionários públicos que conheci atribuíram importância especial a alguns moradores, qualificando-os como lideranças sem ter a real dimensão da intensidade de seus compromissos e relações com a localidade. Além do mais, conforme argumento mais adiante, a relação entre liderança e comunidade não é simplesmente de representação de interesses. Quando moradores assumem responsabilidades em nome de uma coletividade, suas decisões e preferências pessoais têm grande peso, e entram em relação complexa — nem sempre amistosa — com o contexto social ao qual se vinculam.

na Vila Maria, um bairro que, para todos os efeitos, era uma das periferias da cidade: as oportunidades de trabalho concentravam-se nas imediações, havia poucas facilidades e serviços públicos, as linhas de ônibus eram escassas e distantes, e raros moradores possuíam veículos.

"Favela tem aquele negócio: a partir do momento que a pessoa conhece a tua vida, um começa a ajudar o outro. Até hoje é assim", disse Lúcia Gervásio. Para ilustrar o raciocínio, ela remeteu à época em que começou a morar na favela, em meados dos anos 1970, quando contava com cerca de 17 anos de idade. Sua mãe foi despejada da casa em que morava com os filhos por uma ação movida pela proprietária, que havia se revelado amante do marido. Sozinha, grávida e com oito filhos para cuidar, a mãe de Lúcia conseguiu que os filhos mais velhos morassem "de favor" em casas de amigos e conhecidos e mudou-se com os filhos mais novos para o "prédio da imigração" no Brás.[160] Depois de juntar dinheiro durante seis meses de trabalho como diarista, a mãe de Lúcia conseguiu comprar o barraco de uma senhora na hoje extinta favela da ponte do Tatuapé. Lúcia enfatizou a expectativa de que a mãe estivesse comprando uma casa bonita e o "susto" que tomou ao ver o agrupamento de barracos "naquele monte de lixo". A mãe disse-lhe que ficariam ali pouco tempo, só até comprarem um lote em área urbanizada. No primeiro dia de vida na favela, Lúcia precisou cuidar dos irmãos mais novos e tinha apenas um pão e um litro de leite que a mãe deixara antes de sair para o trabalho. Os irmãos choravam de fome e não havia panelas ou copos. Lúcia usou potes de danone e latas encontradas no lixo para esquentar o leite numa fogueira feita com pedaços de madeira.

Surgiu então a senhora que vendera o barraco para sua mãe e, vendo que Lúcia não tinha fogão, preparou comida para as crianças. Lúcia cozinhou em latas por muito tempo, mas sua família passou a contar com a ajuda dos vizinhos. Descobriram que um dos maiores traficantes da favela era filho justamente desta senhora que vendera o barraco, e foi ele quem protegeu Lúcia quando um homem "tentou se aproveitar dela" enquanto dormia sob efeito de um remédio para dor de dentes. Lúcia gritou de dentro do barraco, "juntou um monte de gente"; o traficante apareceu e bateu no homem, que deu a desculpa de estar se escondendo da polícia. O traficante começou a "dar mais atenção" para Lúcia e seus irmãos e a colocá-los na porta de seu barraco. "Ele falava [para outros moradores]: 'aquela família não conhece favela, mudou agora, só tem as crianças', então ninguém mexia." A mãe do traficante garantiu à mãe de Lúcia que durante o dia os filhos "podiam ficar sossegados" na favela, que ninguém os incomodaria.

Lúcia conclui que a capacidade de estabelecer vínculos com as pessoas ao redor é fundamental para sobreviver na favela: "A gente começou a ter uma lição de vida

---

[160] Como apontei no capítulo anterior, provavelmente se trata do Cetren (Central de Triagem e Encaminhamento, vinculada à Secretaria de Promoção Social do Estado).

diferente, começamos a crescer por nós mesmos. A nos defendermos. Porque favela é assim, você tem que aprender a se defender de todo jeito. Você, queira ou não queira, você tem que ter amizade com todo mundo. Às vezes, [dizem] assim: ah, [não simpatizo com] aquela pessoa, mas, talvez, aquela pessoa é quem vai te ajudar." Muitas relações entre moradores da favela da ponte do Tatuapé foram preservadas quando, no final de 1977, Luíza Erundina e outras assistentes sociais organizaram a remoção dos moradores para a recém-inaugurada Área Quatro.

Em nível mais abrangente, as relações de ajuda e reconhecimento mútuo podiam se desenvolver mesmo entre pessoas que não se conheciam, mas que se identificavam como iguais por enfrentarem as mesmas condições de pobreza. É o que podemos concluir de episódios de famílias que, como a de Lúcia, eram recém-chegadas e imediatamente acolhidas pelos que já moravam nas favelas da região. A mãe de Elisieux, por exemplo, "conseguiu um cantinho" na Cidade Nova em 1979 em troca de um guarda-roupa, ou seja, por meio de um escambo solidário, que não tinha intenção de equiparar bens de mesmo valor.[161] De acordo com Elisieux, trocas como esta eram comuns na época de surgimento das favelas. "Para não dar *dado*, trocava por aquilo que você tinha", ou seja, não se exigia dos que chegavam mais do que podiam pagar, até porque "no fundo todos sabiam que o terreno não era de ninguém". Outro relato significativo é de Gildésio, que em 1976 instalou-se numa área com poucas ocupações, nas margens do canal Tuiuti, entre as futuras Vila Nova Tietê e Cidade Nova. De início ele pensou em tirar proveito da situação e "cercou" cinco terrenos para serem comercializados, mas acabou doando-os a famílias que chegaram depois. Gildésio explicou a atitude lembrando uma fala bíblica que afirma a necessidade de ter uma "visão de rei": "o que eu quero para mim, quero para o outro". Vale frisar que o "outro", nesta formulação, não é obviamente uma pessoa específica, mas alguém indeterminado ou anônimo, que compartilha das mesmas necessidades e carências.

O relato de Carminha, por sua vez, sugere que o auxílio a desconhecidos podia ir além da doação de terrenos e envolver esforços ativos e prolongados de acolhimento. A presidente da União de Moradores da Vila Nova Tietê se lembrou de ter alojado em sua casa uma mulher que "ia ficar na rua" com vários filhos, recém-chegada de João Pessoa. O marido já residia em São Paulo, demorara a dar notícias e a enviar dinheiro; o restante da família viera à sua procura, mas não o encontrara na Vila Nova Tietê porque ele estava morando na obra em que trabalhava na ocasião. O casal se reencontrou dias depois, quando o marido passou pelo bar que costumava guardar sua correspondência. Era preciso alojar rapidamente toda a família e Carminha encontrou um trecho de terreno com mato alto e resistente, que levou dias para ser removido pelos filhos do casal e por um

---

[161] Uma reportagem da época cita um morador que pagou um barraco com "algum dinheiro" e um "rádio de pilhas" (ref. 1981-10-14).

grupo de voluntários. Quando a área estava limpa, Carminha passou uma "linha" para que ninguém se apropriasse do local durante a semana,[162] até que o marido da recém-chegada trouxe materiais de construção doados pela obra em que trabalhava. Em um único dia um grupo de voluntários levantou um barraco bem construído. Ainda hoje a família mora no mesmo endereço e ampliou seus espaços para três andares ou "casas".

Estes exemplos permitem pensar que a identificação entre as pessoas funda-se numa condição mais ampla e genérica de pobreza, que inclusive ganha inclusive contornos mais definidos pelo contraste com ricos, empresários e políticos.[163] O modo como Julio obteve ajuda de seu empregador para reconstruir o barraco depois do citado incêndio na favela Funerária mostra estas diferenças em operação. "Você já viu rico gostar de ninguém?" Perguntou a esposa de Julio, desaconselhando-o a pedir ajuda ao "patrão". "Gosta", respondeu meu interlocutor, "às vezes gosta do serviço, não gosta da gente, mas gosta do serviço". Julio recebeu de seu empregador um caminhão com materiais novos e a ajuda de funcionários para erigir um barraco atrás do terreno da transportadora Skill, no gesto que, como vimos, deflagrou o surgimento da Cidade Nova. "Quando fui agradecer a ele, falou assim: empregado meu só fica à toa ou morre de fome se ele não prestar… que a coisa que eu mais detesto é homem preguiçoso, um encostão. Vamos trabalhar, vamos trabalhar!" Parece aí confirmada a hipótese dada por Júlio à esposa: o "rico" pode não gostar "da gente", mas "pode gostar do serviço", o que bastou para que meu interlocutor

---

[162] "Porque os outros ia invadir, achar limpinho, né? … Aí eu marquei tudo direitinho e toda hora eu ia lá. Pra ver se tinha alguém lá." Essa fala de Carminha é outro exemplo de como a terra de ninguém tende a ser rapidamente apropriada e requer a presença constante de pessoas para se manter desocupada.

[163] No Jardim das Camélias, Caldeira (1984) observou que a diferenciação entre ricos e pobres era a principal referência para estabelecer a identidade dos pobres. As condições moral e econômica funcionavam como critérios para opor categorias de rico e pobre, visando compensação e equilíbrio de valores entre as duas classes ou valorizando uma em relação à outra: ricos têm dinheiro, mas são infelizes e moralmente impróprios, e os pobres não têm dinheiro, mas são bons, têm saúde e felicidade.

considerasse a atitude de seu empregador como generosa.[164] De qualquer forma, os pobres estão implicitamente colocados numa posição moralmente superior, inclinados à prestação

[164] Lembremos que, no capítulo anterior, Julio qualificou como "muito generosa" a disposição José Della Volpe em negociar uma faixa de terreno em troca da garantia contra novas invasões. No terceiro capítulo as construtoras Betel e Passarelli são elogiadas por doarem terra para a Cidade Nova, beneficiando-se da possibilidade de descartar terra no local. Para Julio, disposições semelhantes teriam se tornado raras na atualidade: "o pessoal era bom, o pessoal atendia, hoje não tem mais isso, o pessoal não tem mais amor, não tem mais carinho pelo trabalho dos outros. (…) Dentro do Estado, das empresas, a empresa não colabora mais com a gente para nada, né." O progressivo distanciamento social aqui esboçado se assemelha ao apontado nas relações com representantes de diversas instâncias da máquina pública, da imprensa, do crime organizado e outros — citados em diferentes lugares da tese. De modo geral, os relatos fazem pensar numa multiplicação de barreiras e mediações que dificultam (mas não impossibilitam) o contato entre os que residem em favelas e uma diversidade de agentes. Uma conclusão é que a forma de vida ocupação, na contramão deste processo, segue reforçando os vínculos interpessoais e resistindo em parte a estes distanciamentos. Este ponto ficará mais claro no nono capítulo.

de auxílio incondicional. [165]

Os relatos levam a pensar que as articulações políticas surgidas no âmbito da vizinhança envolvem tanto pessoas que se conhecem quanto as que se reconhecem, de maneira mais genérica e abstrata[166], como submetidas a carências e privações, em contraste com setores mais abastados da cidade.[167] Este processo de reconhecimento, no âmbito das relações entre pessoas específicas, produziria uma inclinação ao estabelecimento de trocas e ajuda mútua, enquanto na escala da comunidade torna-as propensas a participar e apoiar as iniciativas conduzidas pelas lideranças e associações de moradores. Um signo

---

[165] Vale lembrar que, em nossas sociedades, de modo geral, a pobreza pode estar associada a sentidos negativos de privação e carência, mas também, por outro lado, se relaciona a valores de virtude, pureza e dignidade moral, veiculadas em grande medida pela religião católica, a exemplo da própria história de Cristo. Arjun Appadurai (2013) aponta para estas conotações positivas da pobreza, associando-as à religião católica. Irmã Iraci diz ter escolhido a Ordem Vicentina em virtude do voto de pobreza, divertindo-se em afirmar que "quanto mais pobre, mais a gente cresce", e que "quando a gente vai para comunidade de pobre, é porque foi promovida." Entre as mensagens pelo aplicativo WhatsApp que recebi ao longo dos anos, destaco uma compartilhada por Elisieux em 26 dez. 2016, e que mostra como estas ideias continuam presentes:

> Gosto de pensar no Natal como um ato de subversão...
> - Um menino pobre;
> - Uma mãe "solteira";
> - Um pai "adotivo";
> - Quem assiste seu nascimento é a ralé da sociedade (pastores);
> - É presenteado por gente "de outras religiões" (magos, astrólogos);
> - A "família" tem que fugir e viram refugiados políticos;
> - Depois volta e vai viver na periferia;
> O resto, a gente celebra na Páscoa... mas com a mesma subversão...
> Sim! A revolução virá dos pobres! Só deles pode vir a salvação!
> Feliz Natal!
> Feliz subversão!

[166] Como vizinhanças compostas por redes de relações entre pessoas que se conhecem, os contextos aqui analisados poderiam ser vistos como *pedaços*, nos termos propostos por José Magnani; no entanto, o fato de serem locais de reconhecimento de um atributo ou condição social — a pobreza — aproxima-os talvez do entendimento de *mancha*, proposto pelo mesmo autor (MAGNANI, 2002).

[167] Para Maria da Glória Gohn, a "raiz do conflito não é a necessidade em si, mas o porquê aquelas camadas [sociais] não possuem tal equipamento. Será no todo, na estrutura desigual da sociedade de classe que se encontram os fundamentos da luta." (Gohn: 1985).

desta participação são as assembleias que ocorriam na Cidade Nova e que chegavam a reunir mais de duzentas pessoas, de acordo com as lembranças de Irmã Iraci.[168]

No entanto, os mesmos relatos apresentados dão indícios de que a solidariedade existe em meio a relações mais ambivalentes e mesmo perigosas: Lúcia foi protegida de uma tentativa de estupro; o terreno reservado por Carminha foi considerado exposto à apropriação de terceiros. A necessidade de "se defender" e construir vínculos, citada por Lúcia, se explica em parte pelas ameaças presentes na própria vizinhança (do capítulo anterior podemos retirar atitudes disruptivas e dissonantes em relação ao interesse coletivo: moradores cooptados em ações de grileiros e empresas que tentavam se apossar de terrenos, bandidos e justiceiros que cobravam pedágio e representavam uma série de ameaças à população).

A solidariedade genérica, baseada na condição comum de pobreza, tampouco se aplica a todos os desconhecidos. "Aqui chegava gente nova toda hora", disse um dos moradores antigos a respeito dos primeiros anos de crescimento das favelas, complementando que não se sabia da procedência de todos e que por ali circulavam pessoas mal-intencionadas, não necessariamente moradoras da região. É possível ainda apontar limites para o sentimento de igualdade, compartilhado entre os que já se conheciam e moravam na região, no mínimo por meio de clivagens associadas à filiação religiosa, pois os relatos mencionam atritos entre católicos e evangélicos.[169]

Assim, em contraste com a primeira impressão suscitada pelas entrevistas, uma série de indícios contraria a ideia de comunidades coesas e harmônicas. Talvez possamos falar de uma tensão entre ameaças e incertezas, muitas delas associadas à terra de ninguém, e relações e espaços que vão sendo construídos e percebidos como coletivos ou comunitários. Tais diferenças por vezes convivem e se sobrepõem: assim, os relatos frisam a existência de relações de respeito e tolerância entre "trabalhadores", "pais de família" e

---

[168] Vale citar o trecho de uma reportagem de abril de 1981: "A última assembleia realizada no local, convocada para discutir como acabar com as poças de água formadas pelo esgoto, causadoras de diarreia infantil e com as enchentes nos barracos em época de chuva, reuniu cerca de 300 pessoas." (ref. 1981-04-22)

[169] Falarei mais sobre esta divisão no decorrer do capítulo. Nos termos de Eunice Durham (1984, p. 289-290), a união de participantes de um movimento social se dava pela condição de igualdade perante uma mesma situação de carência, e nesse sentido era preciso apagar a heterogeneidade social interna (bens, capacidades, trabalho, recursos culturais) e externa (eliminar distinções partidárias e confessionais), processo que nunca chegava a se completar. Podemos pensar, assim, que a igualdade perante a pobreza e a necessidade era uma condição-limite. Na atualidade, apontarei uma multiplicação de clivagens internas que diferenciam e dividem os moradores em mais ricos ou mais pobres, antigos e recém-chegados, católicos e evangélicos e assim por diante.

"lideranças", de um lado, e, de outro, "bandidos", "justiceiros" e "vagabundos", como se houvesse uma coexistência de dois mundos que se tocavam apenas eventualmente. Em outro sentido, podemos pensar em territórios efetivamente marcados pelo predomínio de uma lógica sobre a outra: de um lado, por exemplo, os lixões foram lembrados como locais de busca e disputa por recursos e descartes de todo tipo e como áreas procuradas para assassinatos e desova de cadáveres; na outra ponta havia áreas, ruas ou comunidades relativamente articuladas e com diferentes capacidades de fazer frente a ameaças internas e externas dos mais variados tipos. Na escala das comunidades, por exemplo, uma fala comparou o "povo mais lutador" da Cidade Nova com "os mais acomodados" da favela São João. Marconi, Funerária e sobretudo a Curuçá [170] também foram apontadas como comunidades pouco mobilizadas e é sempre bom lembrar que as favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê se configuravam como exceções neste sentido. Tais distinções replicam-se em escalas menores, de acordo com um padrão fractal que sugere uma coexistência de tendências de mobilização e desmobilização em vários níveis. Me refiro, por exemplo, à já citada desunião que por certo tempo predominou entre moradores da rua Arenápolis, na favela Vila Nova Tietê. Também os moradores que passaram a ocupar o antigo terreno da rádio Marconi, situado entre as ruas Arenápolis e São Felipe, foram lembrados por Miguel como politicamente desinteressados e distantes da associação de moradores.

É fundamental observar, ainda, que mesmo nas favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê a maioria dos moradores não se envolvia diretamente com as ações das lideranças e associações. Os relatos não deixam dúvidas sobre isso: Gildésio, por exemplo, observou que mesmo nos anos 1980 muitos moradores da Cidade Nova não podiam comparecer em encontros e reuniões. "A diretoria era um grupo pequeno", lembrou Irmã Iraci, e muitas deliberações votadas em assembleias eram debatidas previamente nas conversas restritas da diretoria. Como liderança que atuou na Vila Nova Tietê dos anos 1980 e na ocupação Douglas Rodrigues da atualidade, Miguel apontou uma equivalência entre os baixos níveis de participação direta dos moradores em ambos os contextos: "era como hoje",

[170] O bairro Curuçá foi citado como exemplo singular de desmobilização já nos anos 1980 por um dos depoimentos. Construído pelo poder público depois de um dos vários incêndios que ocorreram na região, "ganhou tudo de mão beijada" e "não teve uma história própria". Conforme apontado no capítulo anterior, o bairro Curuçá representou uma fase do programa Pró-Morar durante a gestão de Olavo Setúbal.

avaliou meu interlocutor. Carminha, por sua vez, lembrou que "o morador só ia em assembleia quando alguma coisa interessava ele … nunca teve muita participação".[171]

A baixa participação, ainda de acordo com Carminha, se justifica porque "os moradores trabalhavam, as mães tinham criança, tinham que cuidar dos filhos." Como se vê por esta última fala, as lideranças não pareciam recriminar as pessoas por não se envolverem no dia a dia das ações da diretoria. A falta de tempo e energia da maioria pode inclusive ser vista como uma importante razão para o surgimento de lideranças, representadas pelos poucos que tinham condições de se dedicar à coletividade. Assim, seguindo o relato de Carminha, "os moradores davam muito valor para a gente [ou seja, para as lideranças] … ainda hoje tem gente que diz: 'Meu Deus do céu, no tempo da Dona Carminha era outra coisa, ela fazia as coisas pela gente.' … Eles sabiam que a gente trabalhava mesmo. Trabalhava mesmo e era em prol deles, entendeu?" Em determinados momentos, quando era realmente necessário, as lideranças não tinham dificuldade em fazer as pessoas "arregaçarem as mangas", de acordo com Lúcia Gervásio: assim, realizavam-se abaixo-assinados, assembleias, passeatas, confrontos com grileiros e representantes do poder público, entre outras atividades. Gildésio observou que nas ocasiões em que era necessário fazer reivindicações junto ao poder público, moradores da Cidade Nova "lotavam um ônibus" e iam até as repartições. As lideranças se reuniam com os funcionários e o resto dos manifestantes ficava do lado de fora, esperando. Assim,

---

[171] Entre os documentos históricos redigidos na época pelas Irmãs Vicentinas, encontram-se observações que lamentam e refletem acerca da baixa participação dos moradores em todas as comunidades, a exemplo desta passagem especificamente direcionada à dificuldades na Cidade Nova: "falta de participação do pessoal … pouca gente participa pra valer dos trabalhos da União dos Moradores … pessoal que não acredita na luta e fica desanimado. Muitas pessoas novas que vão chegando, não participaram das nossas lutas e conquistas, ficam acomodados e não entram na luta atual." O mesmo documento aponta para uma "falta de interesse do povo em se organizar" na Vila Nova Tietê. (ref. 1980-DÉCADA-L) Passagens eloquentes podem ser encontradas também em outro documento: "Gente sem vontade de viver, sem entusiasmo para melhorar as condições, não aceitam reuniões, não reivindicam seus direitos. O povo não acredita mais nessa sociedade. Uns vão embora para sua terra, outros chegam e alguns estão novamente de volta em condições piores. … Em todas as comunidades existem pessoas paradas, acomodadas, envergonhadas de serem faveladas, sem querer participar das reuniões; simplesmente deixam as coisas acontecerem … Frente ao medo e a saudade muitos voltam para suas terras enquanto outros chegam." Numa passagem mais conciliatória e compreensiva, as Irmãs observam que nos trabalhos comunitários "aprende-se a conviver com as diversas tendências, a vencer o medo e a compreender melhor os que são desequilibrados ou lentos na caminhada." (ref. 1980-DÉCADA-A)

podemos falar de um envolvimento episódico dos moradores em ocasiões que representavam ameaças e oportunidades dos mais variados tipos. Neste sentido, o nível de mobilização varia não apenas em distintas escalas de espaço, mas também no tempo.

Em suma, as afirmações de que os anos 1980 foram uma época de grandes mobilizações trazem implícitos diferentes graus de envolvimento entre lideranças e o restante dos moradores. Um relato do arquiteto Luis Fingermann reforça a ideia de que estas diferenças eram reconhecidas e respeitadas. Nos primeiros anos de 1980, quando ele orientava os trabalhos de urbanização da Cidade Nova, Luis foi chamado para uma reunião de planejamento da limpeza do canal situado entre a Cidade Nova e a Vila Nova Tietê. O córrego transbordava na época das chuvas, inundava muitas moradias e não havia espaço para entrada das máquinas de limpeza da prefeitura, de modo que os moradores precisavam se organizar e remover manualmente os detritos. Quando a reunião estava prestes a terminar e as atividades de limpeza já haviam sido discutidas e agendadas, um morador reconhecido e respeitado pela coletividade, chamado Zé, levantou-se e afirmou que não compareceria: "'eu não venho porque sempre é a mesma coisa, a gente vem, faz a reunião, todo mundo concorda que vai limpar, na hora de limpar, eu posso até dizer quem é, sou eu e mais uma dúzia de pessoas, que faz o trabalho de todos.'" Seguiu-se um diálogo entre Zé e outro morador:

> — Zé, uma pergunta para você, você veio da lavoura?
> — Vim.
> — Você, quando fazia sua lavoura, não vinham os passarinhos e comiam alguma coisa?
> — Vinham.
> — E não vinham uns bichinhos e comiam alguma coisa também?
> — Vinham.
> — E você deixava de fazer a lavoura por causa disso?
> — Tá bom, eu venho limpar!

A memória de Luis Fingermann ficou marcada por este episódio: "não é fantástico?", perguntou ele. "Eu só aprendia com esse pessoal". Enfim, a história indica a existência de processos de acomodação e aceitação do envolvimento diferencial das pessoas nas ações coletivas. A ausência de muitos não servia como desincentivo à atuação

de alguns e não parecia gerar grandes tensões e conflitos internos.[172] É neste sentido que podemos falar de uma forma de vida habituada a operar em meio a articulações parciais e instáveis dos moradores, dependentes de vínculos que vão se distribuindo desigualmente no espaço e no tempo. Em certa medida, os baixos níveis de participação aproximam presente e passado e ajudam a conceber uma temporalidade do presente espesso, marcada por mudanças, mas também permanências em relação às dinâmicas espaciais, culturais e políticas reunidas em torno da forma de vida ocupação.

2.2. Lideranças e associações

"Tinha pessoas que corriam atrás, que nem Seu Júlio. Seu Júlio é um homem que só tem o primário, não tem nem o primário, não é? Mas é um homem que fala muito bem, que não tem medo de nada, que vai na prefeitura. Onde falavam que ia, ele tava no meio. E juntava as pessoas. É um homem de muita liderança, não é? … é um homem muito, assim, sábio … Ele conseguia convencer as pessoas, ele ia nos lugares, fazia reunião, fazia campanha. Ia na casa [das pessoas], não tinha preguiça." Para Eliaquin, ele "era como um papa … tudo era com ele". Na verdade, Julio não trabalhava sozinho e esteve quase sempre relacionado aos distintos grupos que compuseram a diretoria da União de Moradores da Cidade Nova no decorrer das décadas, de modo que sua atuação foi a mais

---

[172] A história pode ser vista à luz de considerações de Isabelle Stengers acerca da igualdade como um *pharmakon*, ou seja, como algo que, a depender da dose, pode atuar como remédio ou veneno. A autora afirma que a igualdade não deve ser um imperativo, mas estar associada e a serviço de uma produção. Em consonância com a arte do cuidado necessária para viver num tempo de incertezas e catástrofes, relações de confiança precisam ser construídas tendo em conta a presença de traições e desapontamentos. Para ela, a confiança (ligada à capacidade de ação coletiva) não pode ser assumida como ponto de partida entre as pessoas, antes dependendo de uma fabricação que deve resistir à expectativa de que cada um poderá cumprir seus compromissos igualmente, dando mostras de uma autonomia responsável. Stengers afirma que é preciso tornar legítima e perceptível a heterogeneidade das formas de engajamento de cada um, o que requer uma pragmática da imaginação e da criação de meios para fazer passar a igualdade através das diferenças. O cuidado não recairia, assim, sobre as pessoas, mas sobre modos de funcionamento coletivo. Em suma, afirma ela, o "todos juntos!" só será robusto se o que compõe o "todo" não for submetido ao "mesmo". (STENGERS, 2009, cap. 14)

presente e constante. Gildésio, bastante ativo na organização de eventos culturais nos anos 1990, disse que "dava a vida" pela comunidade, usando a mesma expressão que associou a Julio em outra ocasião: "ele deu a vida aqui… tudo ele estava na frente". Na Vila Nova Tietê, por sua vez, Carminha assumiu a posição de destaque ao longo de toda a década de 1980. "Eu sempre falo que ela foi uma liderança muito boa aqui dentro", disse Lúcia Gervásio. Foi Carminha que "começou a juntar o povo, chamar o povo para ir brigar pelos direitos." Pode-se destacar também a atuação dos irmãos José (Zé) e Miguel na mesma favela, além de outras pessoas. Enfim, a presença de lideranças foi sistematicamente posta em relevo nas memórias associadas aos anos 1980, contrastando com os sinais de mobilização instável e parcial do restante dos moradores. Como disse, um pequeno grupo de pessoas altamente engajadas parece um fator importante para avaliações do nível de mobilização de toda a coletividade.[173]

Pode-se dizer que as lideranças que conheci foram formadas pelas circunstâncias, ou seja, adquiriram suas habilidades no enfrentamento de necessidades, ameaças e incertezas presentes no dia a dia das favelas em que moravam. As lideranças não possuíam experiência prévia, contrariando uma explicação geral e frequente que associa as mobilizações populares em favelas à chegada de setores politizados e sindicalizados do

---

[173] A centralidade das lideranças aparece em outras pesquisas da época. Maria Ruth Amaral Sampaio cita o relato de um antigo morador da favela Heliópolis: "pode-se afirmar, sem temor de erro, que tudo que foi construído em Heliópolis, com exceção dos apartamentos, deve ser creditado às lideranças locais, não mais que uma dezena de D. Quixote ... A participação comunitária, na verdade, só existiu, incentivada pela ação permanente dessas lideranças" (Sampaio, 1991, p. 207). Maria da Glória Gohn, por sua vez, estudou a luta por creches em Campo Limpo, na passagem dos anos 1970 para os 1980, e salientou a base frágil e desarticulada dos movimentos, com militância reduzida a poucos indivíduos que já tinham experiência em outras lutas ou provinham de camadas médias, com experiência em partidos políticos, movimentos feministas ou na tecnocracia estatal. Moradores sem histórico de engajamento político não participavam (Gohn, op. cit.). Estes exemplos sugerem recorrências, mas não pretendo dizer que se trata de um quadro geral ou frequente. Logo a seguir mostro que as lideranças da Cidade Nova e Vila Nova Tietê não possuíam experiência política pregressa, em contraste com a observação de Gohn.

operariado, atingidos pela crise econômica dos anos 1970.[174] Para Julio, o aprendizado como articulador na favela foi obtido "na raça mesmo … e nós entremos forte ali, fizemos barraco. Eu fiz barraco, eu ordenei barraco ali tudo que foi lado." Foi, por exemplo, "para fugir do proprietário" que Julio justificou aquela que talvez seja uma de suas primeiras iniciativas como liderança, no citado episódio em que moradores se instalaram na parte de trás do terreno da Skill para fugir do incêndio criminoso produzido pela empresa na favela Funerária. Vimos, também, Julio organizando moradores para reagir à construção de um muro por parte da Skill, que bloquearia um dos acessos à Cidade Nova. Um acontecimento eventual explica, ainda, porque Julio obteve condições de se consolidar como liderança: nos anos em que morou no Guarujá, entre 1967 e 1969, conhecera pessoalmente Mário Covas em campanha para deputado federal (1967-1969), e o reencontro dos dois, em São Paulo, quando Covas era prefeito, rendeu a Julio, entre outras

[174] Ver o argumento de Maria da Glória Gohn (op. cit.) na nota anterior. Luis Fingermann relacionou a ascensão das lideranças locais a um processo mais amplo de surgimento de mobilizações sociais na cidade e não à formação específica oferecida pelas Irmãs Vicentinas: antes da crise econômica dos anos 1970, disse ele, "a favela era lumpesinato, não tinha organização política nenhuma … Você não conseguia entrar na favela e fazer uma reunião … A mobilização começou a partir de um certo arrocho. Então começou a entrar nas favelas um pessoal que tinha experiência sindical. Daí surgiu essa organização, ela não foi criada pelas Irmãs [Vicentinas] … Elas não inventaram os caras. Os caras vieram prontos." A hipótese, também proposta por Henrique Ollitta, certamente ajuda a compreender o contexto histórico e social da época, mas os relatos que conheci não fizeram alusão a ela.

conquistas, uma contratação como "administrador de obra na favela", garantindo assim uma fonte de recursos estável para se sustentar.[175]

Carminha, por sua vez, também apontou razões conjunturais que a converteram em articuladora comunitária na Vila Nova Tietê. Ela não atuara como liderança nos dezenove anos vividos no Morro do Alemão. Lá ela "era neutra", inclusive porque já havia redes de água e luz e as trocas entre moradores envolviam principalmente a construção de casas individuais, mutirões para a realização de cortes e aterros e ajuda mútua no transporte de materiais de obra pelo morro. Nos primeiros anos em que morou na Vila Nova Tietê, Carminha tampouco participou da recém-criada União de Moradores. Certa noite, foi procurada às pressas pela primeira presidente eleita, Maria dos Santos Martins. "Maria Mineira", como era conhecida, disse-lhe que precisava deixar a comunidade naquele mesmo dia e pediu-lhe que assumisse a guarda dos documentos e registros da União de Moradores. Carminha sentiu medo e desconfiança, sobretudo porque Maria Mineira

---

[175] O relato de Julio mostra o caráter inesperado e surpreendente das relações com Covas: "… conheci Mario Covas em Guarujá, foi o meu primeiro voto na vida … Quando cheguei na Cidade Nova ele entrou como prefeito. Quando eu fui pedir para ele a [rede de] água para ele ajudar, ele disse: 'eu te conheço, não?' Eu digo 'como?' Ele falou: 'lá de Guarujá. Você é aquele rapaz que estava fazendo um barraco lá na beira do mangue, naquele morro da Glória?' Eu digo 'sim'. Ele falou: 'e você tá aí?' Eu digo 'vim pra cá'. Ele disse: 'eu também estou morando agora aqui, sou prefeito'. Digo 'tá bom. O que é que você faz para me ajudar?' Ele disse 'oxente, tudo, do jeito que você me deu seu voto sem eu pedir, o pessoal lá da Cidade Nova vai dar pra mim. … Vai dar o voto quando eu precisar.' Eu digo 'tá bom'. Aí ele me ajudou." Covas lhe disse, tempos depois: "'peça a conta lá [na empresa em que Julio trabalhava] ou faça acordo, faça o que você quiser que eu te dou emprego aqui, para você tomar conta de favela, só de favela só.'" Por muitos anos Julio trabalhou como "administrador de obra na favela" e depois como "fiscal de obras". Julio foi exonerado somente em 1996, no fim da gestão Paulo Maluf (1993-1996), por se recusar a "dar um visto" e aprovar uma obra que não seria construída. Chamado para uma conversa com o prefeito, disse: "'Eu digo não, doutor, eu vou dizer uma coisa pra você, eu vou ver você, vou dizer na tua cara, você com uma argola de ferro nas tuas mãos e você não ter o que falar, ficar calado.' Ele disse: 'quer dizer que eu vou preso?' Eu digo: 'vai.' [Maluf:] 'Você é um trouxa rapaz, você já viu político ser preso? O cara que vai preso é o trouxa igual você que tem tudo na mão e não pega. Vai morrer pobre.' Eu digo 'graças a Deus, sem dever para ninguém, nem vou na cadeia.' … Olha o Maluf preso. … Sente falta disso, sente falta daquilo, eu não, tenho minha casinha aqui que Dilma deu, pago R$ 42,50 por mês. Minha aposentadoria é pouca, mas dá. Digo tá bem, então tá bem." A história de Julio sugere que um programa de apoio financeiro a lideranças poderia gerar, com poucos recursos, uma ampliação significativa da capacidade de mobilização em favelas e ocupações da cidade.

confessou não poder revelar o motivo da mudança, embora garantisse que Carminha não corria perigo. A presidente "tinha muita força" na comunidade e talvez tivesse sido ameaçada pelo grileiro Rocha, pensou Carminha, tentando antecipar perigos que poderiam recair sobre si.[176] Maria Mineira não queria deixar os documentos com o vice-presidente e afirmou confiar apenas em Carminha; mas não havia amizade entre elas, nem motivos para tal confiança. Carminha acabou aceitando o pedido depois que sua vizinha consentiu em dividir a responsabilidade pela guarda dos documentos. Na prática, a decisão tornou Carminha a líder efetiva da comunidade: o vice-presidente assumiu formalmente a direção da União de Moradores, mas trabalhava muito, não tinha tempo para se dedicar à comunidade e "não tinha leitura tão boa" quanto a de Carminha. Poderia, no máximo, assinar documentos e pedidos e, em dias de folga, levá-los a órgãos públicos competentes. Assim, o trabalho assumido por Carminha foi grande. Depois das primeiras conquistas, os moradores passaram a acreditar na diretoria da associação e sobretudo nela, de modo que ela se estabeleceu como liderança, vencendo três eleições subsequentes e mantendo-se na presidência da União de Moradores durante toda a década de 1980.[177] O que permitiu tal dedicação não foi um emprego formal como o de Julio, mas o fato de que o marido era pedreiro e trabalhava muito na vizinhança, tendo construído "a maioria das casas da comunidade", de acordo com um dos relatos. Mais uma vez, vemos que a elevação de um morador à posição de liderança depende da disponibilidade de tempo, dinheiro e/ou apoios no âmbito pessoal ou particular.

Ainda que o aprendizado da política tenha ocorrido "na raça" ou na prática, é inegável a contribuição e orientação prestadas pelas Irmãs Vicentinas para a obtenção de conquistas, para o confronto com forças externas e a constituição das uniões de moradores,

---

[176] De acordo com outro relato, o filho de Maria Mineira "se envolveu com droga e ela precisou salvá-lo".

[177] Depois das primeiras conquistas os moradores "acreditavam muito mais, que eles sabiam que veio uma coisa, e [portanto] ia vim outra, entendeu? Então quando a gente chegava junto e conversava, ele [morador] já dava atenção, já ia para a reunião, entendeu? … Se a gente precisasse de colaboração, ele já ia colaborar, entendeu? Então, quer dizer, ficou bem mais fácil as coisas depois que começou." Quando as eleições bienais se aproximavam, as pessoas ficavam preocupadas com a saída de Carminha e diziam: "Ai meu Deus, agora vai parar tudo. Tava tão bem!" Carminha decidia, então, se candidatar novamente "para terminar o que faltava", ou seja, tendo em vista a superação das condições circunstanciais de pobreza e necessidade (e não prioritariamente um apreço pela política ou pelo poder propriamente dito). Com isso, "todo mundo vinha renovar carteirinha, vinha votar, sabe?" A contagem dos votos era acompanhada com apreensão. Por aí se vê que havia atrasos no pagamento das mensalidades e na emissão de carteirinhas, outro sinal de mobilização parcial e instável dos moradores.

além da promoção de inúmeras atividades de cunho religioso, educacional e artístico. À sua maneira, as Irmãs também exerceram o papel de lideranças, mesmo que, em questões de política, parecessem atuar mais como orientadoras e coadjuvantes. Elas se dedicavam a um "trabalho missionário", de enfrentamento das dificuldades cotidianas, de educação moral e religiosa e de formação de modo que as pessoas conseguissem se articular por conta própria. Neste sentido, Carminha e Miguel lembraram-se que Irmã Ana Sá enfatizava o aprendizado da autonomia: "aprende a andar com suas próprias pernas, a falar com sua boca, a agir com suas próprias mãos, porque amanhã podemos não estar mais aqui e vocês vão precisar se virar sozinhos", dizia a religiosa. A relevância do trabalho das Irmãs pode ser percebida pela conversa emocionada que travei certa vez com Gildésio e Lúcia Pontes. Gildésio afirmou que a Cidade Nova "não seria nada sem o trabalho das Irmãs" e Lúcia se sentiu "arrepiada" ao concordar com a avaliação e lembrar-se de seu aprendizado junto às religiosas. No plano pessoal, os dois reconheceram que deviam suas "formações" à Irmã Ana Maria de Moura Lima e ao grupo de jovens organizado por ela nos anos 1980: o exemplo da religiosa levou Lúcia a dedicar sua carreira ao CCA Cidade Nova, e Gildésio, que participou das atividades da igreja católica por muitos anos antes de se tornar líder de célula na igreja evangélica Cristo Salva, declarou que "aprendeu a falar" com Irmã "Aninha" — como era conhecida.[178]

As Irmãs pertenciam à Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, fundada na França, em 1619, pelo santo homônimo e Santa Luiza de Marillac. A proposta pioneira da Companhia era permitir que as freiras se dedicassem ao "trabalho missionário" numa época em que a única alternativa que possuíam era o regime de clausura. Entre as últimas religiosas que moraram na região até 2018 estava Elza Dias de Andrade, que ilustrou o trabalho das Irmãs a partir de uma célebre proposição de São Vicente de Paulo: "seus conventos serão as casas dos doentes; suas celas, um quarto de hotel; suas capelas, a igreja paroquial: seu claustro, as ruas das cidades ou as salas dos

[178] Irmã Aninha insistia para que Gildésio fizesse apresentações ou desse explicações sobre a comunidade em eventos ou cursos externos. Ele não se achava capaz, mas a Irmã o incentivava a falar mesmo assim, evocando histórias bíblicas como a de Moisés, que hesitou em aceitar o chamado de Deus para se tornar pregador. Deus teria perguntado a Moisés se não fora Ele que havia feito a boca do fiel, e ao responder afirmativamente, Moisés recebeu ordem para que confiasse n'Ele. "A gente sempre acha que não consegue, que não é tudo aquilo, mas precisamos assumir nossa tarefa no mundo", afirmou Gildésio.

hospitais; terão por clausura a obediência; por grade, a crença em Deus e, por véu, a modéstia".[179]

As Irmãs que atuaram no início dos anos 1980 estavam orientadas, também, pelo paradigma das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), modelo de organização comunitária descentralizado e não-hierárquico, que ganhou força na América Latina e particularmente no contexto da Ditadura Militar e do processo de redemocratização brasileiro, defendido por uma pequena parcela da igreja Católica da época, vinculada à chamada Teologia da Libertação. As primeiras Irmãs tinham como referência os trabalhos comunitários realizados na paróquia de Nossa Senhora da Salette[180], no Rio de Janeiro. Em São Paulo, mantinham relações com o Colégio Marillac, pertencente à ordem Vicentina e localizado no bairro de Santana. As Irmãs chegaram à Vila Maria em 1978 e uma série de religiosas sucederam-se no tempo.[181] De acordo com as falas de meus interlocutores, as CEBs deixaram de servir como referência para as Irmãs que atuaram na região a partir da década de 1990 e que provinham de uma formação "de colégio" ou "de seminário". Assim, muitas das eclesiásticas que chegaram depois não mais visavam a articulação do conjunto da comunidade e restringiam sua atuação à esfera religiosa e a atividades de cunho social

---

[179] De acordo com Irmã Elza, São Vicente de Paulo se tornou conhecido como o "pai dos pobres". Oficialmente, foi considerado patrono das obras de caridade da Igreja Católica. Irmã Elza disse ainda que, no passado, as Irmãs Vicentinas já chegaram a vinte e cinco mil, "espalhadas pelo mundo", dando a entender que houve uma redução de seu número atual.

[180] A Paróquia situa-se no bairro do Catumbi, e por muitos anos teve à frente o Vigário Mário Prigol, qualificado por Irmã Iraci como um "apaixonado com a organização do povo". A Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro foi fundada em 1977, por ocasião de uma ameaça de despejo na favela Vidigal. Irmã Ana Sá havia trabalho nesta pastoral e possivelmente outras Irmãs também.

[181] Num documento de 1978, destinado a avaliar os locais da cidade em que as religiosas poderiam atuar, Irmã Wilma Carvalho aponta condições favoráveis da Vila Jacuí na Zona Leste, comparadas às do Parque Novo Mundo, onde não poderiam contar com moradia nem apoio financeiro da paróquia e temiam não ser bem recebidas pela comissão que administrava a capela Nossa Senhora de Fátima (ref. 1978-01-06). De início as Irmãs moraram numa casa alugada na Rua Beibinha Barbosa de Moraes, próxima à Cidade Nova e à Vila Nova Tietê. Com a urbanização da Cidade Nova, em 1980, foram convidadas pela população a morar numa casa construída em alvenaria, ao lado da Igreja Nossa Senhora Aparecida, também construída na mesma época pelos moradores.

ou assistencial, por exemplo por meio de cursos de costura, entre outras modalidades.[182] Compreende-se assim a importância assumida pelas primeiras Irmãs e o fato de serem lembradas até hoje.

Os relatos sugerem que o grupo mais reputado no início dos anos 1980 era composto por quatro ou cinco religiosas com habilidades e personalidades muito distintas: Irmã Neusa Maria da Silva era especialmente jovial e bem humorada, tinha feições semelhantes às do humorista Zacarias dos Trapalhões e chegava a jogar bola com os moradores; Irmã Iraci Maria Santiago, lembrada pelo foco no "acompanhamento religioso", era mais compenetrada e a mais jovem das Irmãs, tivera apenas dois anos de formação prévia como eclesiástica e realizou a cerimônia de Primeiros Votos de Consagração em 1983 na própria comunidade: "com o pé no chão, no meio do povo", já que, segundo ela, "ela para esse povo que eu estava me consagrando"; Irmã Elza Baeta Barbosa, por sua vez, era assistente social, dedicava-se a crianças e jovens na creche da Cidade Nova e a outras atividades de formação. Para Gildésio, era também "a arquiteta da comunidade", ajudando na demarcação de terrenos e na execução das construções. Tinha uma personalidade dócil e procurava conscientizar as pessoas sobretudo por meio de sugestões e perguntas;[183] em contraste, Irmã Ana Sá, foi lembrada como mais rigorosa e corajosa, destacando-se pelo já citado episódio em que arriscou a vida confrontando o grileiro Rocha. Mesmo que não tenha residido por muitos anos na região, exerceu um papel fundamental na formação dos moradores e na organização política inicial da Vila

---

[182] No capítulo cinco apresento as circunstâncias de partida das últimas Irmãs em 2018. Uma das religiosas com quem conversei observou que o movimento minoritário das CEBs foi reprimido pela própria estrutura da Igreja Católica: "houve um problema com a igreja constituída aí, hierarquia, que estava vendo assim: 'as pessoas, qualquer coisinha, gritavam', né? 'Qualquer coisinha buscavam os seus direitos'. E isso não agradava muito, né? Na época não agradava muito [risos]. Não agrada muito hoje, ainda. … Continua do mesmo jeito." Novamente, junto à leitura de um processo que viceja e arrefece, aparece uma reflexão de que nada mudou, em consonância com a ideia de um presente espesso, que venho desenvolvendo.

[183] Num folheto de 1983 em homenagem a algumas Irmãs Vicentinas, um depoimento enfatiza os traços de personalidade de Irmã Elza: "Foi uma amiga incansável, não media esforços para ajudar as pessoas que precisavam dela. Nada lhe era impossível, tal o amor que dedicava aos mais fracos! … O OSEN [sic], onde trabalhava, era a 'pupila de seus olhos'. Sabia escutar, por mais atarefada que estivesse. Amou a todos com dedicação, mesmo sentindo as fortes dores da doença…" (ref. 1983-12-09).

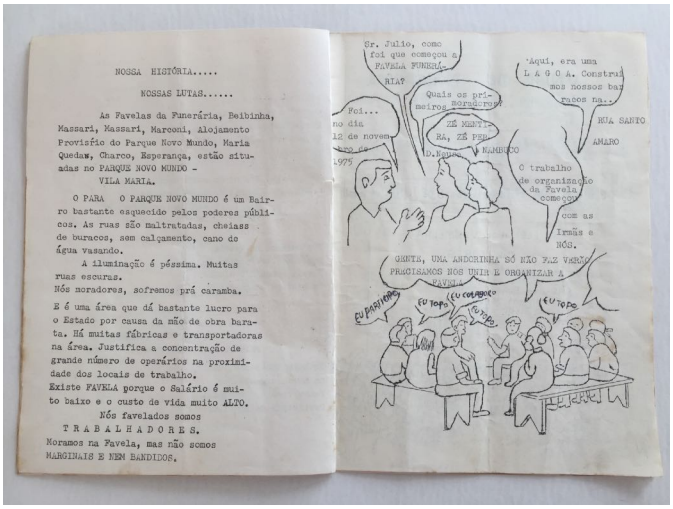
Nova Tietê;[184] finalmente, Irmã Aninha, ou Ana Maria de Moura Lima, exerceu grande influência na organização social e política comunitárias.[185] As Irmãs Aninha e Elza foram lembradas por suas habilidades artísticas: de acordo com Elisieux, a última praticava desenho e caligrafia, fazia "lindas faixas" para serem levadas em protestos e comemorações; a primeira cantava e tocava "lindamente" violão e piano, bem como sanfona e outros instrumentos. Entre os moradores que tiveram formação musical com Irmã Aninha estão alguns que ainda hoje animam as cerimônias da igreja Nossa Senhora Aparecida, na Cidade Nova. Irmã Aninha organizava também peças anuais de teatro e elaborava e mimeografava um "livrinho" registrando os principais acontecimentos do ano. As Irmãs Aninha e Elza também praticavam fotografia.

Como exemplo da produção artística e política viabilizada pela atuação das Irmãs, reproduzo um excerto de uma revista da União de Moradores da Cidade Nova, onde lemos, entre outras informações, que o "trabalho de organização da favela começou com as Irmãs e NÓS." Um efeito da colaboração íntima entre moradores e religiosas está na combinação entre as letras impressas na máquina de escrever das Irmãs e os desenhos (se não estes, certamente outros ao longo da revista foram feitos pelos moradores).

---

[184] Carminha frisou a ajuda prestada por Irmã Ana Sá na organização de eventos para arrecadação de recursos, controle das contas da União de Moradores e planejamento de trabalhos coletivos. O conflito com Rocha foi descrito no capítulo anterior. No folheto de 1983 (citado na nota anterior), José e Miguel assinam um texto sobre Irmã Ana Sá: "Amiga comprometida, não tinha medo de nada! Passava entre o tiroteio, para defender o Pobre que precisava dela... Estava sempre na linha de frente, reivindicando os direitos do Pobre, diante das autoridades. Enfrentou um 'marginal' que queria matá-la, para tomar conta do pedaço de terra. Foi defendida pelos seus amigos, os Pobres, que estavam sempre do seu lado. Obrigado, Irmã Ana, por tudo o que a senhora fez por nós." (ref. 1983-12-09).

[185] Depois da fundação da União de Moradores da Cidade Nova por Irmã Elza, Irmã Aninha foi quem definiu regras de estatuto, mandatos e eleições, direitos e deveres dos associados etc. — compondo um modelo que foi depois aplicado na Vila Nova Tietê por Irmã Ana Sá. A experiência política de Irmã Aninha derivava de muitos anos de atuação junto aos movimentos da ACO (Ação Católica Operária) e JOC (Juventude Operária Católica).



NOSSA HISTÓRIA.....

NOSSAS LUTAS.....

As Favelas da Funerária, Belbinha, Massari, Massari, Marconi, Alojamento Provisório do Parque Novo Mundo, Maria Quedas, Charco, Esperança, estão situadas no PARQUE NOVO MUNDO - VILA MARIA.

O PARA O PARQUE NOVO MUNDO é um Bairro bastante esquecido pelos poderes públicos. As ruas são maltratadas, cheias de buracos, sem calçamento, cano de água vasando.

A iluminação é péssima. Muitas ruas escuras.

Nós moradores, sofremos prá caramba.

E é uma área que dá bastante lucro para o Estado por causa da mão de obra barata. Há muitas fábricas e transportadoras na área. Justifica a concentração de grande número de operários na proximidade dos locais de trabalho.

Existe FAVELA porque o Salário é muito baixo e o custo de vida muito ALTO.

Nós favelados somos

T R A B A L H A D O R E S.

Moramos na Favela, mas não somos MARGINAIS E NEM BANDIDOS.

Sr. Julio, como foi que começou a FAVELA FUNERÁRIA?

Foi... no dia 12 de novembro de 1975

Quais os primeiros moradores?

ZÉ MENTA, RA, ZÉ PEL

D. FELIPA

CAMBUCO

Aqui, era uma L A G O A. Construímos nossos barracos na...

MÃE SANTO

AMARO

O trabalho de organização da Favela começou com as Irmãs e NÓS.

OLHA, UMA ANDORINHA SÓ NÃO FAZ VERÃO PRECISAMOS NOS UNIR E ORGANIZAR A FAVELA

EU PASSEIO

EU TOPO

EU COMPRO

EU TOPO

EU TOPO

Fig. 2.d - Revista da União de Moradores da Cidade Nova, p. 6-7 (ref. 1980-DÉCADA-K).

"Olha como ela toca e se aproxima das pessoas. As vicentinas são as únicas que fazem isso… freiras de outras ordens não chegam perto das pessoas desse jeito." A observação foi feita a mim por Eliaquin durante a caminhada que realizamos com Irmã Elza Dias de Andrade. Ela se aproximara com preocupação de um senhor idoso que caminhava com dificuldade pela rua. Tocou em seus ombros e braços e, visivelmente preocupada, perguntou como ele estava. O senhor respondeu que não tinha bebido, mas estava com tontura e que a medicação não estava fazendo efeito. Arregaçou então as mangas e mostrou, por alguma razão, o braço rígido e com cicatrizes de queimadura. A Irmã conversou afetuosamente com ele, insistiu para que não andasse sozinho, para que voltasse ao médico para confirmar a dosagem da medicação, dando mostras de que conhecia sua saúde. A proximidade física e afetiva que as Irmãs buscavam estabelecer com as pessoas é um dos aspectos mais lembrados de sua atuação e está por trás do compromisso de morar na favela e partilhar mesmas condições de vida que os pobres.[186] À sua maneira, as Irmãs compartilhavam das relações de igualdade na pobreza, que associei à construção da identidade coletiva dos moradores das favelas. Outra forma de ilustrar a busca pelo estreitamento de laços está na disposição das primeiras Irmãs de retirar seus hábitos para diminuir a inibição dos moradores em se aproximar delas. Como lembrou

[186] Vemos como a proximidade física é valorizada na forma de vida ocupação. Num documento de apresentação de seu trabalho, as Irmãs escreveram: "NOSSA VIDA: vivemos e convivemos com o povo da favela, crescendo em amizade, num relacionamento natural e espontâneo, no compromisso com as companheiras do grupo, assumindo nossa manutenção, serviços domésticos, procurando viver pobre e simplesmente." Para se sustentarem, as Irmãs precisaram se dedicar a atividades remuneradas, na medida do possível escolhidas no interior das comunidades. No documento elas citam, ainda, quatro votos religiosos: serviço dos pobres, pobreza, castidade e obediência.

Lúcia Pontes, "só de chegar e ver, assim, a gente não sabia o que falar". Nas palavras de Irmã Iraci, o hábito não foi abandonado por "vaidade, mas por uma necessidade da época, bem concreta, do Parque Novo Mundo".[187]

Um traço distintivo da proposta da Teologia da Libertação e das CEBs, como sabido, era associar preocupações religiosas e políticas. De acordo com Irmã Iraci, não se fazia distinção entre política e igreja, ou vida e evangelho. Um documento da época ilustra bem a premissa ao declarar que as Irmãs estavam "visitando as famílias, fazendo reuniões e novenas … organizando … grupos … para refletir sobre a Palavra de Deus" e ao mesmo tempo tentando "em cada lugar formar Comunidade com pessoas conscientes que também participem das Uniões de Moradores e movimentos de reivindicações de melhorias das condições de vida."[188]

No entanto, é preciso entender o sentido específico atribuído à noção de política: assim como grande parte dos movimentos sociais da época, o foco residia na busca de melhores condições de vida, na luta pelo que podemos chamar de direitos sociais e numa crítica ampla e genérica dos processos de exploração vigentes, mas não incluía (ou mesmo rejeitava) uma visão por assim dizer sistêmica destes processos ou orientada para alianças

---

[187] A trajetória pessoal de Irmã Iraci fornece uma razão adicional para a retirada do hábito: ele não era bem-visto nos encontros políticos que ocorriam, por exemplo, na igreja São Bento, no centro da cidade, organizados pelo movimento Liberdade e Luta (Libelu) e por opositores do Regime Militar. O ambiente das igrejas oferecia proteção e sigilo a estes eventos e os religiosos, identificados pelo hábito, tendiam a ser vistos como "olheiros do governo". Irmã Iraci frequentou alguns destes encontros e refletiu: "começou toda uma situação para mim, também, né? Olha, eu estou de hábito ou não estou? E eu queria tirar … e eu tirei. Por causa disso, aí tive que me afastar um pouquinho daqui [do Parque Novo Mundo]". Provavelmente por ser noviça, Iraci foi mal interpretada por sua Congregação, já que outras Irmãs já haviam tirado o hábito. Seu trabalho missionário foi interrompido para que pudesse, de acordo com o eufemismo, "se preparar melhor". Saiu em fins de 1980 e voltou no início de 1982. A história sugere que a retirada do hábito não foi uma decisão simples para as religiosas.

[188] Ana Maria Doimo lembra que a participação política era muitas vezes vivida como promessa de salvação "e a luta pela libertação é celebrada como um sacramento". A luta por justiça era associada à vida cristã e ao próprio Cristo. "Mais do que em resposta a necessidades concretas vitais, a participação adquire, aí, o sentido do dever. Um sagrado dever do 'Povo de Deus', porque, contra um sistema opressivo e excludente, só mesmo a força do movimento popular, construído com persistência, coragem, perseverança e vontade apaixonada" (Doimo, op. cit., p.144-6).

duradouras com partidos e governos.[189] Tais enfoques parecem explicar as dificuldades de penetração encontradas por um grupo de militantes de esquerda do qual fazia parte Henrique Ollitta: mais de uma vez, o grupo conseguiu reunir dez ou quinze moradores das favelas da região para debater a situação nacional e a organização da resistência à Ditadura no início dos anos 1980, mas, de acordo com o que Henrique apurou na época, as pessoas se dispersavam por influência das Irmãs.[190] A organização dos moradores para enfrentar as carências que se apresentavam na imanência das práticas e a falta de uma abordagem mais estruturada e transcendente da política parece ter pavimentado o terreno

---

[189] É ainda Ana Maria Doimo que associa os anos 1970 e 1980 à valorização do "cotidiano" como única via de organização, à preocupação em construir uma "força sociopolítica alternativa à lógica do Estado capitalista", à perseguição de "condutas paralelistas de ação-direta, centradas no 'modo comunitário' de organização", e à rejeição a partidos políticos de modo geral, inclusive os "comunistas". Na Zona Norte de São Paulo, a autora aponta que os movimentos sociais eram menos ativos e prevaleciam organizações informais diretamente ligadas à institucionalidade da Igreja (Doimo, op. cit., p. 42, 126, 186-7, 197-8). Tilman Evers chega a afirmar que os movimentos eram menos políticos e mais socioculturais, visando relações cotidianas mais igualitárias e solidárias que se opunham a partidos políticos e ao poder de modo geral. Buscavam, ainda, romper com a "alienação" por meio do reforço da identidade e da dignidade face à "experiência diária de miséria, opressão e devastação cultural". As mobilizações privilegiavam as práticas culturais e educacionais e eram dotadas de "um número relativamente baixo de participantes; estruturas não burocráticas e até informais; formas coletivas de tomada de decisões; distanciamento social relativamente pequeno entre liderança e demais participantes; modos pouco teóricos e imediatos de perceber e colocar os objetivos do movimento" (EVERS, op. cit.).

[190] Ao menos em parte, a busca de distanciamento da política parecia ser uma diretriz da própria igreja. Assim sugere uma lembrança de Julio, sobre uma Irmã Vicentina que foi removida do trabalho na região por ter feito campanha para o PT. O citado afastamento de Irmã Iraci pela remoção prematura do hábito também sugere uma posição institucional rígida neste sentido.

para as trocas ecléticas que passaram a ocorrer ao longo dos anos com uma diversidade de forças, inclusive as da direita, hegemônicas na região.[191]

A dificuldade de atuação encontrada por Ollitta parece tê-lo levado à conclusão de que as Irmãs exerciam um poder "autoritário" sobre os moradores, em contraste com a maioria dos relatos. Maria Lúcia foi mais longe e afirmou que as Irmãs Vicentinas tentavam "competir" com as assistentes sociais e técnicos envolvidos na urbanização da Marconi, além de "coibir lideranças da favela".[192] O arquiteto Luis Fingermann, outro elemento externo às comunidades, reforçou a imagem das Irmãs como autoritárias ou "doutrinárias". Ele citou especificamente uma discussão sobre a urbanização da Cidade Nova em que uma Irmã sugeriu o afastamento de evangélicos. Ironicamente, Luis concordou e disse que então deveriam ser excluídas todas as religiões de dentro da favela. Para ele, as religiosas "tinham os seus comandados" que participavam da diretoria, mas havia também "um contingente de gente que sabia fazer a crítica a elas". Pessoas ligadas à igreja tentaram inclusive "impedir" a atuação de Luis, mas não conseguiram por conta da "repercussão forte" gerada por seu trabalho (analisada no terceiro capítulo). Mesmo assim, ele não deixou de reconhecer que as Irmãs promoveram o "crescimento político" dos moradores, mas seu relato indica que isto ocorreu por uma interação complexa: os moradores tinham espaço para se colocar e disputar ideias, ao mesmo tempo em que "punham as religiosas para trabalhar": "elas ajudavam a organizar, tinham um senso de organização que eles não tinham". Seja como for, não parece que estamos diante de relações de hierarquia ou subordinação, mas de um misto de parcerias e divergências que

---

[191] Os relatos apontam, por exemplo, que o vereador Wadih Mutran atuou e foi apoiado em diversos momentos nas comunidades locais. Carminha fez campanha para a eleição de Paulo Maluf para prefeito em 1992. Zé aparece em fotos antigas caminhando ao lado de Paulo Maluf, em visita ao recém-construído conjunto habitacional Cingapura Vila Nova Tietê em meados dos anos 1990. Julio, por sua vez, refletiu que embora tenha apoiado a fundação do PT, raramente votou no partido. Muitas vezes, as relações com políticos de direita levaram a sentimentos de revolta e frustração.

[192] Maria Lúcia afirma que, junto com uma organização espírita, as Irmãs teriam assumido uma atitude "coercitiva, discriminadora e desmobilizante", em última instância responsáveis pela "cooptação" dos moradores e um consequente afastamento das assistentes sociais da região. Assim, "a área da favela Marconi se num primeiro momento pareceu prioritária para instituições governamentais, num segundo momento foi quase posta de lado". Para Maria Lúcia, a fonte de poder das Irmãs dependia em grande medida do fato de residirem na favela e estabelecerem uma identificação íntima com os moradores. Dito isso, a autora atribuiu um "mérito" limitado às Irmãs, pela capacidade que tiveram de organizar tarefas coletivas e tomarem "providências administrativas" (PAULA, op. cit., p. 165, 174-175, 185-188, 196).

não privou as lideranças de um sentimento de protagonismo e autodeterminação — em reforço, basta lembrar que a grande maioria das recordações de lutas e conquistas coloca as lideranças populares como personagens centrais, não sendo frequente a aparição das Irmãs.[193]

Dito isso, é fundamental observar em que consistia este "senso de organização" trazido pelas Irmãs Vicentinas. Em primeiro lugar, como já sinalizei, elas conduziram o processo de formalização das comunidades em pessoas jurídicas, o que permitiu a interlocução com órgãos públicos e o protocolamento de pedidos e requisições de todo

[193] A atuação das assistentes sociais da Cobes, por sua vez, sequer foi lembrada por meus interlocutores, embora os relatos das técnicas indiquem que exerceram sua parcela de contribuição para o aprendizado da articulação coletiva local.

tipo;[194] conseguiram indicações de advogados e contadores; ensinaram Julio e provavelmente outros moradores a assinarem o próprio nome; elaboraram, com ajuda de uma máquina de escrever, registros e controles administrativos como atas de reuniões e encontros, relatórios anuais de atividades, ofícios e abaixo-assinados endereçados às repartições públicas; incentivaram intercâmbios entre as comunidades da região e mesmo

[194] De acordo com Irmã Iraci, a criação da União de Moradores da Cidade Nova buscou viabilizar um convênio com a prefeitura e inaugurar um Osem (Organização Sócio-Educativa do Menor) — mais adiante, detalho o funcionamento desta instituição. As Irmãs convidaram várias entidades para assumir o convênio, mas "o trabalho era muito e não ganhariam nada", afirmou Irmã Iraci. O impasse foi resolvido com a constituição da União de Moradores. Os documentos passaram a ser assinados pelo presidente da associação e a prestação de contas e outras atividades burocráticas relacionadas à creche e ao Osem ficaram a cargo das Irmãs. De modo mais amplo, uma entidade jurídica se justificava também para negociar uma série de benefícios, ainda de acordo com Irmã Iraci: se os moradores "fossem em qualquer departamento, eles exigiam alguém que tivesse um nome, apresentasse alguma coisa, tipo ter um RG, um CNPJ, alguma coisa… então abriram esse Núcleo." A União de Moradores da Cidade Nova foi fundada em catorze de maio de 1980 e a eleição da primeira diretoria data de oito de junho do mesmo ano (de acordo com a ref. 1980-DÉCADA-K). Na Vila Nova Tietê a formalização ocorreu em cinco de janeiro de 1982 (ref. 1982-01-05). Na Vila Nova Curuçá o processo ocorreu tardiamente e o estatuto data de cinco de janeiro de 1994 (ref. 1994-01-05). Maria Lúcia afirma que a divisão da Marconi nas vilas Nova Curuçá e Nova Tietê (correspondentes às atuais Área Um e Área Quatro) ocorreu porque "as Irmãs manipularam uma eleição da União de Moradores … dando um golpe de misericórdia no enfraquecimento da luta dos moradores … as diretorias das referidas vilas, bem como das demais vilas na área foram reforçando seu papel de 'pequenos feudos' e de 'compartimentos estanques' em que suas principais lideranças apresentavam-se desarticuladas, coibidas ou cooptadas." (PAULA, op. cit., p. 174-175) Uma explicação de Miguel, já citada no primeiro capítulo, entra em nítido contraste com as declarações de Maria Lúcia: quando a recém-eleita presidente da União de Moradores da Marconi revelou a meu interlocutor que não cuidaria da Área Quatro "porque ali tinha muito grileiro", Miguel, que era seu vice, protagonizou a constituição de uma organização independente para o setor que viria a ser conhecido como Vila Nova Tietê, onde figura na primeira diretoria como conselheiro fiscal.

além, como se pode ver nas notas sobre encontros entre favelas da Zona Norte[195] e nas recomendações de Irmã Aninha para que as comunidades, além de terem um "projeto" próprio, se unissem para ganhar força na reivindicação de determinados objetivos, a exemplo da conquista do posto de saúde e de placas de rua, entre outras. Quando se tratava de trocas de experiências e informações, era a Cidade Nova que costumava figurar como referência para as demais.

Em segundo lugar, as comunidades se organizaram internamente por meio dos estatutos das Uniões de Moradores, que instituíram direitos e deveres dos sócios e a realização de assembleias gerais e eleições bienais de diretorias compostas por presidente e vice-presidente, um secretário e um tesoureiro (com seus suplentes), além de um conselho fiscal. As eleições muitas vezes envolviam campanhas das chapas concorrentes, com elaboração de cartazes e mesmo músicas.[196] Ao menos na Cidade Nova, organizaram-se "comissões" como as de "luz", "água", "loteamento", "saúde" e "cultura" que ajudavam a diretoria.[197] Os moradores recebiam carteirinhas e eram convocados a pagar uma mensalidade que, apesar de "mínima" ou "simbólica", era fundamental para cobrir os

---

[195] Três documentos apontam intercâmbios com comunidades situadas para além da Vila Maria (ref. 1980-DÉCADA-A, 1980-DÉCADA-B e 1980-DÉCADA-L). Elisieux observou que muitas favelas "vinham aprender" com as entidades e lideranças locais. Por exemplo, um grupo de moradores de favela da Vila Albertina visitou a Cidade Nova para "conhecer os pormenores da organização, para introduzir a experiência em sua região" (ref. 1981-04-22). O Jardim Filhos da Terra foi lembrado como comunidade que aprendeu a se mobilizar com a Cidade Nova e que conseguiu regularizar a posse dos terrenos, algo que nunca foi alcançado pelas favelas da Vila Maria. Carminha recordou que nos anos 1980 as lideranças locais ajudaram uma comunidade de Santana a evitar o fechamento de um Pronto Socorro.

[196] De acordo com o relato de Elisieux sobre a Cidade Nova: "quando fazia eleição, o povo ia, o povo participava muito … pessoal ia votar, tudo no papelzinho assim … tinha várias diretorias, aí as diretorias criavam música, faziam campanha, era chapa vermelha, chapa amarela. Tudo por cor né? Para facilitar na hora do voto … e as chapas tinham que mostrar uma proposta de trabalho … faziam assembleias. A diretoria tinha que falar: 'nós vamos fazer isso', 'vamos tentar aquilo', 'vamos fazer escola', 'vamos brigar por alguma coisa que era importante na comunidade', mas a gente sempre votava naquelas pessoas que a gente tinha certeza de que iam fazer alguma coisa, né? Pela própria vivência ali, pelas coisas que já fazia na comunidade. Seu Júlio sempre ganhava a eleição, ele sempre tava no meio de uma diretoria, assim entendeu?" Relatos de uma reportagem falam que a primeira eleição contou com cerca de 600 votos (numa comunidade de 500 famílias), 450 para a chapa "vermelha", que incluía Julio entre seus integrantes, e 150 para a chapa azul (ref. 1981-04-22).

[197] Estas comissões foram citadas nos relatos e nas ref. 1983-03-13 e 1981-04-22.

custos que as lideranças tinham com as reivindicações.[198] A carteirinha e o registro dos moradores permitia também a contabilização das pessoas, crianças e idosos, bem como o controle de quem entrava e saía da comunidade. Os recém-chegados eram avisados sobre a necessidade de "tirar a carteirinha", quando já não haviam recorrido à União de Moradores para assinar documentos simples (não oficiais) de compra e venda. Apresentavam nome, endereço e foto e adquiriam o direito de votar e usar os espaços comunitários. Este controle social era facilitado em favelas compostas por algumas centenas de famílias, de modo que os que não se registravam "não eram reconhecidos na comunidade", de acordo com Carminha. Se alguém comprasse uma casa e não declarasse, afirmou Elisieux, a comunidade acabava descobrindo: "na comunidade todo mundo sabia de tudo".

Outro aspecto da constituição e organização das comunidades aqui tratadas tem a ver com a escolha de nomes próprios, que as tornaram distintas dos antigos assentamentos dos quais faziam parte. Outras favelas da região não parecem ter passado por processos semelhantes de autonomeação e consequente fortalecimento identitário e político. Irmã Ana Sá exerceu influência direta na escolha do nome Vila Nova Tietê.[199] O nome Cidade Nova, por sua vez, surgiu e foi aprovado durante um assembleia de moradores, quando os trabalhos de urbanização da favela estavam concluídos, inclusive como forma de se

---

[198] Nas palavras de Elisieux: "era uma taxa mínima, mas ajudava, porque, que nem, o seu Júlio ... tinha reunião direto na prefeitura. É reunião para negócio, por exemplo, a rua tal estourou o cano, ia lá na Sabesp resolver… aí, não sei quem falou que a conta de luz chegou muita alta, quem resolvia? Era a União de Moradores, era muito forte isso."

[199] Um manuscrito encontrado com Zé relata a reunião organizada por Irmã Ana Sá para escolha do nome da comunidade. Um morador sugeriu "Vila Água Azul" e "Irmã Ana de [sic] Sá batizou como União de Vila Nova Tietê. Foi aí que todos nós concordamos com este nome: por causa do rio Tietê que passava aqui, dando muitas voltas." (ref. 2011-05-16). Lúcia Gervásio observou que o nome Marconi acabou se associando mais à Área Um porque ali ficava a sede do time de futebol homônimo. O time do Apache, rival do anterior, estava associado à Vila Nova Tietê e ao campo de futebol que existia ali. Maria Lúcia afirma que num primeiro momento ambas as favelas tentaram se desvencilhar do nome Marconi, já que estava associado a "violência", "marginalidade", "enchentes e incêndios". (PAULA, op. cit., p. 24). Reparar que as vilas Nova Curuçá e Nova Tietê, bem como a Cidade Nova, possuem o termo "nova", revelando assim um desejo e uma intenção de renovação e renomeação.

diferenciar da favela Funerária.[200] Cidade Nova parece aludir também a uma aspiração da favela para se elevar à condição de "cidade".[201]

Como se vê, a "organização" proporcionada pelas Irmãs Vicentinas se estruturava por mecanismos de representação convencionais dos sistemas políticos modernos: no âmbito interno, os moradores votavam nas assembleias e eleições de diretorias, enquanto que, nas relações externas, eram representados pelas associações e lideranças frente a

[200] "E agora, vai chamar Funerária?" A pergunta, lembrada por Irmã Iraci, foi feita na assembleia ocorrida depois de finalizada a urbanização. "Aí um rapaz aí da favela disse assim: 'Não! Aqui agora tem que chamar Cidade Nova!'… E ficou: Cidade Nova." O relato de Julio segue a inclinação de muitas lideranças para ressaltarem seus papéis como protagonistas, sem deixar de mostrar que estava envolvido num processo coletivo: "colocaram, um deu um palpite, outro deu outro, e eu tinha sonhado nessa Cidade Nova como nós tinha feito a reunião, aí na reunião eu chamei e pedi a reunião para dar o nome certo … Cidade Nova nasceu de um sonho, e um sonho que foi embora, mas virou realidade."

[201] Eduardo Pedrosian contrasta os tecidos urbanos planejados com o caráter fragmentado e idiossincrático dos não planejados. Os últimos muitas vezes não possuem identidades estabelecidas, já que não estão marcados por atos de fundação ou nomeação efetuados por entidades instituídas (como o Estado ou mesmo empresas privadas, como incorporadoras e construtoras). Quando se dá um processo de construção de uma identidade própria, os tecidos não planejados podem ser confrontados com os já existentes e despontam como lugar "digno de ser nomeado", por vezes em franca oposição com o entorno circundante. Assim, a construção de identidades próprias pode estar mais ou menos atravessada por relações de força (PEDROSIAN, op. cit., p. 81-7).

órgãos públicos e outros agentes.[202] No entanto, diversas histórias sugerem que as articulações políticas do dia a dia dependiam em grande medida do julgamento, do poder de ação e das preferências pessoais das lideranças, afastando-as da imagem de porta-vozes dos moradores e aproximando-as de papéis mais preponderantes e dominantes. Na verdade, a capacidade de exercer autoridade foi valorizada com frequência por meus interlocutores e é possível pensá-la como contraponto necessário aos perigos e incertezas associáveis à terra de ninguém e, de modo mais amplo, à forma de vida ocupação. Lúcia Gervásio, por exemplo, disse a respeito de Carminha: "eu sou [apoiadora de] Dona Carminha até hoje, porque ela era uma liderança positiva e autoritária… não gostava de lixo na rua, a rua era bem mais limpa. Não tinha negócio de desocupar um lugar ali e a pessoa fazer barraco, não tinha esse monte de barraco … 'é proibido fazer?' 'É proibido.' Ninguém punha a mão."[203]

Os relatos permitem pensar que, mais do que fixar proibições e regras gerais, as lideranças eram capazes de modular sua aplicação de acordo com as exigências de cada circunstância, movimentando-se habilmente por situações as mais heterogêneas. Assim, em contraste com a imagem de "autoritária" proposta no relato anterior, Carminha descreveu uma aproximação cautelosa e diplomática quando precisou dissuadir o justiceiro Zé Magrelo de construir dois barracos para vender literalmente no meio da rua São Felipe — história que desenvolvo no terceiro capítulo. Uma fala de Julio sintetiza este comportamento altamente discricionário ou arbitrário das lideranças: "Numa comunidade

---

[202] Mesmo que Julio figure como protagonista de muitas histórias, não deixou de frisar a função de representante dos moradores: "Quem mandava lá era o povo, não era Julio não. Júlio nunca fez nada sozinho. O que eu pensei que ia fazer sozinho era pôr água na favela, o cara mandou eu chamar a população [e elaborar um abaixo-assinado]. Se você disser assim: você arrumou isso sozinho? Eu digo não, que no mínimo eu levava dez pessoas mais eu, e o nome de 100, 200, 300, o tanto que quisesse." Falou também da importância de "baixar a cabeça" e "descer do muro". Julio estava se lembrando de uma ida à prefeitura para solicitar a instalação da rede de água e de um funcionário que o instruiu a elaborar um abaixo-assinado com todos os moradores. "Aí entrega, não precisa nem falar 'nós queremos', o abaixo-assinado, o ofício já está falando". O relato atribui um sentido de praticidade e facilidade ao procedimento e ao mesmo tempo aponta para uma simplicidade de diálogo entre poder público e moradores que contrasta com as interlocuções mais mediadas e complexas da atualidade.

[203] Implícita nesta fala está a crítica, em primeiro lugar, à ocupação do lado sul da rua Paraíso, área que permaneceu livre de construções até 1996 (como se depreende da comparação das fotos aéreas de 1996 e 1997), quando Carminha não participava mais da União de Moradores; em segundo lugar, Lúcia criticava o surgimento de moradias nos espaços livres do conjunto Cingapura Nova Tietê durante os anos 2000.

precisa ter uma paciência, ter um cálculo na vida, aceitar muitas coisas de errado e também ser duro em outras. Não pode se amolecer em todas, não". Assim, mesmo que houvesse proibições ou regras gerais, as lideranças precisavam aplicá-las de acordo com um cálculo complexo, ditado pelo contexto: é preciso até mesmo "aceitar algumas coisas de errado" quando não se pode fazer frente a elas.

O relato que melhor evidencia estas variações se refere a *tickets* que durante certo período dos anos 1980 foram distribuídos pela prefeitura aos moradores, para serem trocados por leite. Carminha soube que muitos desses *tickets* estavam sendo trocados por "cachaça e cigarro". Percorreu, então, os bares da Vila Nova Tietê alertando que denunciaria os comerciantes que continuassem com a prática. "E eles sabiam que eu fazia isso [denunciaria]. Sabiam que eu era atrevida e fazia isso. Não tinha medo de ninguém." A decisão de Carminha foi respeitada: "a única coisa que [os donos de bares] tinham era aquela rendinha. Se ficassem sem…". No entanto, Carminha permitiu que os tickets fossem trocados por alimentos, porque muitos moradores "não tinham o que comer". Sua fala aos comerciantes foi a seguinte: "se você trocar pelo pacote de bolacha, pelo pacote de macarrão, pacote de feijão, arroz, você pode trocar. Tem todo o meu apoio. Agora se você trocar por cachaça e por cigarro, você vai ficar sem, porque eu vou denunciar todos vocês."

Vemos assim o caráter altamente discricionário das ações de lideranças dotadas de poder para fixar regras e abrir exceções. Podemos falar numa arte e num estilo de atuação sofisticados, por meio dos quais as lideranças ora fixavam regras para fazer frente às incertezas da forma de vida ocupação, ora tiravam proveito desta mesma incerteza e fragilidade dos acordos coletivos para abrir exceções em nome do que julgavam ser do interesse comunitário.[204] De uma forma ou de outra, as lideranças davam contribuições decisivas para aproximar suas comunidades de determinados valores, práticas e objetivos

---

[204] No capítulo oito apresento constatações semelhantes ao analisar o modo de atuação de lideranças da ocupação Vila Maria e proponho um contraste com a forma típica de agir do Estado, majoritariamente pautada por certezas, garantias e regras gerais válidas para todos os casos e situações. Por hora, saliento que esta ausência de isonomia e uniformidade na condução das ações políticas foi vista por Ana Maria Doimo como uma limitação bastante frequente entre os movimentos sociais dos anos 1980 (DOIMO, op. cit., p. 183-184, 198). Os exemplos que forneci sugerem que a modulação da aplicação de regras e proibições não pode ser associada simplesmente ao signo da falta ou da ineficácia. Uma crítica ao caráter muitas vezes dicotômico desta análise de Doimo pode ser encontrada na resenha feita por Leonardo Avritzer (1997).

e afastá-las de outros menos desejáveis — neste sentido as comunidades podem ser vistas, em certa medida, como resultado das ações e decisões de suas lideranças.[205]

2.3. Espaços comunitários

Destacada a importância das lideranças, é preciso retornar à análise da estrutura organizacional que lhes servia de base e apontar aspectos que extrapolam o âmbito legal e normativo das associações, com seus diversos registros e regras de organização. Trata-se agora de reconhecer o papel desempenhado por espaços comunitários propriamente ditos e o modo como viabilizavam e sustentavam uma série de atividades e encontros.

Nos primeiros anos de vida das favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê, os espaços, vistos e vividos como disponíveis para apropriação, seguiram a tendência de rápido preenchimento, tendo sido ocupados por moradias e vias de circulação ou tomados por empresas e grileiros do entorno. Depois, quando as coletividades sentiram falta de lugares para encontros e reuniões, foi necessário conquistar espaço de outros usos e possuidores e isso dependeu não apenas de esforços dos moradores e lideranças, mas também de certa dose de acasos e circunstâncias favoráveis.

Na Vila Nova Tietê, o campo do Apache foi associado a partidas de futebol, mas não a uma diversidade de atividades e encontros dos moradores, de modo que não parecia funcionar como espaço comunitário no sentido amplo do termo. Os dois lugares de uso comum destacados nos relatos situam-se na rua São Felipe e possuem dimensões muito reduzidas em relação ao anterior, porque resultaram da compra e conversão de lotes unifamiliares previamente demarcados. O primeiro endereço foi obtido pela insistência de Irmã Ana Sá para que os moradores construíssem uma capela, mesmo sem terem os recursos necessários. A religiosa comprou o barraco da família de um morador (que havia sido atropelado na rodovia Dutra) e foi ressarcida aos poucos, por meio do dinheiro arrecadado em rifas, bazares e outras atividades, de acordo com o relato de Carminha. Nesta e em outras circunstâncias, Irmã Ana anotava os ganhos num "caderninho" até que o débito fosse quitado e a associação pudesse "partir para [a obtenção de] outra [conquista]". A construção da capela, por sua vez, foi executada pelo marido de Carminha

[205] Vale lembrar que, na teoria política e democrática, a análise seminal de Joseph Schumpeter (1942) mostrou que as ações de governantes não refletem simplesmente a vontade popular expressa no voto, mas em grande medida criam e dão forma a essa vontade *a posteriori*, por meio do exercício do poder.

e um grupo de voluntários, com restos de madeira da obra da creche da Cidade Nova (citada mais adiante).

As reuniões da diretoria ocorreram nesta capela até cerca de 1985 ou 1986, quando a União de Moradores adquiriu um segundo espaço que passara por um histórico complexo de ocupações. Lúcia Gervásio morava ao lado do local e lembrou que ele marcava o fim da primeira leva de assentamentos que deu origem à Vila Nova Tietê: por certo tempo permaneceu livre de construções, mesmo quando barracos começaram a ser instalados mais adiante, na continuação da rua São Felipe; então, um casal ocupou parte do terreno e tornou-se vizinho de Lúcia, mas a mulher morreu e "o marido vendeu [a construção] para o crime e [o local] virou [uma] bagunça"; em seguida, foi convertido num templo das Testemunhas de Jeová e somente então vendido para a União de Moradores; no entanto, antes da construção da sede da associação, as Irmãs Vicentinas solicitaram a troca com o terreno da capela, no intuito de construir um local de culto mais amplo (o novo espaço era duas ou três vezes maior que o anterior); um último obstáculo para a construção da capela envolveu famílias que ocuparam repentinamente o terreno e só consentiram em sair quando ameaçadas pelo justiceiro Rivinha, a quem Zé recorreu para ajudar na resolução do impasse.

Podemos ver, assim, que os espaços comunitários da Vila Nova Tietê não foram propriamente planejados ou premeditados, mas surgiram na medida do possível e em meio a processos marcados por incertezas e limitações. Na Cidade Nova, o mais importante espaço comunitário tampouco foi obtido intencionalmente pelos moradores, mas sim indiretamente, de acordo com o que apresentei no capítulo anterior ao analisar os conflitos com a transportadora Skill. Lembremos que o muro alto e instável construído pela empresa causou preocupações pelo risco de desabamento e suscitou uma ação em que representantes do poder público e moradores derrubaram a estrutura com as próprias mãos, descortinando uma área de estacionamento que foi imediatamente ocupada por sugestão da coordenadora do Bem-Estar Social de Vila Maria e Vila Guilherme, Aldaíza Sposati. Marcando simbolicamente a obtenção do novo território, crianças pintaram o muro remanescente da empresa. Um renque de "barraquinhos" para atendê-las foi logo construído junto às novas divisas, inclusive para evitar tentativas de retomada de posse da Skill. Beneficiada por um espólio imprevisto de guerra, a Cidade Nova passou a contar com um espaço coletivo sem precedentes na região e que certamente favoreceu o alto grau de mobilização e articulação de seus moradores. Finalmente, ainda a respeito da Cidade Nova, podemos considerar a igreja Nossa Senhora Aparecida como espaço coletivo que foi efetivamente planejado e construído pela coletividade em frente à praça homônima e juntamente com a casa que foi oferecida pelos moradores às Irmãs Vicentinas, quando da realização das obras de aterro e urbanização (descritas no terceiro capítulo).

Na Vila Nova Tietê, os relatos sugerem uma relação desproporcional entre a intensidade das mobilizações coletivas e a reduzida importância dos espaços comunitários

e das atividades que ocorriam em seu seio. Assim, mesmo que o caso da Cidade Nova aponte para uma relação de reforço entre política e espaço, esta não deve ser vista como uma tendência geral, ou seja, as articulações entre os moradores podem ocorrer a despeito da falta de espaço.[206] Dito isso, é importante apontar para a conjunção especialmente favorável destes fatores na Cidade Nova. Vejamos como se deram estas relações entre política e espaço e porque elas parecem ter contribuído para fazer desta favela a mais mobilizada da região.

Os "barraquinhos" de madeira construídos no canto da área obtida da Skill continuaram sendo usados para atender crianças e deram origem ao Osem (Organização Social para o Bem Estar do Menor), serviço público de atendimento a menores em situação de vulnerabilidade social, financiado pela prefeitura por meio de um convênio que, como disse, exigiu a formalização da União de Moradores como pessoa jurídica. A instalação do Osem consolidou e fortaleceu um trabalho de acolhimento que já vinha sendo realizado

[206] Este é também o caso da ocupação Douglas Rodrigues, analisada no oitavo capítulo. Por outro lado, vale citar o exemplo da Vila Nova Curuçá, construída pelo poder público ao redor de uma ampla praça que, no entanto, não conduziu a níveis significativos de união e articulação coletiva. Eis porque o espaço deve ser visto como recurso relevante mas não decisivo para as mobilizações.

pelas Irmãs Vicentinas em diferentes favelas da região.[207] Na expressão de Irmã Iraci, foi no espaço do Osem que Irmã Elza Baeta Barbosa "espalhou o pé", "tomou conta do povo, da área … foi uma guerreira". Como também era assistente social, estimulava os moradores a participar de atividades, mas "não impunha nada", apenas "cutucava as pessoas" e perguntava "o que vocês acham que podia fazer aqui?" A afirmação sugere que já neste primeiro momento o atendimento aos menores de idade gerou frutos indiretos, ampliando a presença e participação das pessoas.[208] Seja como for, o Osem passou a dar nome ao conjunto do espaço comunitário, ainda que seus "barraquinhos" estivessem situados nos fundos do terreno.

---

[207] De acordo com Irmã Iraci, Irmã Wilma Carvalho começou a atender crianças num dos primeiros barracões construídos na favela São João, numa sala outrora ocupada por assistentes sociais que prestavam auxílio e davam informações à população. A religiosa contou com a ajuda de uma vizinha que cozinhava, "fazia sopas" e levava para as crianças atendidas. Mais tarde a atividade foi transferida para um "barraco rosa", adquirido pelas Irmãs (situado atrás da área originalmente ocupada pela Skill e no começo da rua Principal). Possivelmente é a construção citada na ref. 1978-09-28, comprada com recursos provenientes da venda de roupas e calçados e por meio de doações, pelo valor de três mil cruzeiros. Este pode ser um entre outros barracos que teriam funcionado como "mini creches" em diferentes pontos da região, no intuito de atender as crianças em suas próprias comunidades (ref. 1983-12). A certa altura surgiram os convênios de Osem na cidade, estimulados por parcerias entre a prefeitura e Pastorais do Menor — ou seja, de acordo com Irmã Iraci, a origem de tais equipamentos remonta ao trabalho de Irmãs Vicentinas, apoiadas por instâncias superiores da igreja católica: "o Osem [na cidade como um todo] saiu da igreja", afirmou minha interlocutora. Tais equipamentos correspondem aos atuais CCAs (Centros da Criança e do Adolescente) e estão vinculados à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. O Osem em questão se chama hoje CCA Cidade Nova. Não encontrei informações sobre sua data de abertura, mas o último documento supracitado aponta dezembro de 1983 como momento de início do segundo Osem na favela São João, com capacidade de atender 80 crianças (atual CCA Solid Rock). Na época do documento, as Irmãs já haviam transferido o atendimento às crianças de todas as favelas para estes dois Osems: "nosso trabalho profissional vem sendo em dois Núcleos de Osem".

[208] Pode-se acrescentar que no longo prazo as atividades educacionais levaram à formação de diversas professoras, de acordo com Elisieux e Julio.

Fig. 2.e - "Barraquinhos" de madeira do Osem ao fundo, com palco de madeira no plano frontal. Data: maio de 1981. Autoria: Maria Luiza Martinelli.

Outro convênio com a prefeitura levou à implantação de uma creche na parte frontal, destinada, num primeiro momento, a atender apenas trinta crianças num "barracão" ou espaço único. A capacidade limitada de atendimento gerou uma reação na população, de acordo com um documento redigido pelas Irmãs na época: "o povo não aceitou, pois era grande o número de crianças que necessitavam de creche".[209] Assim, a construção foi "invadida pela União de Moradores" e transformada em "núcleo comunitário para atendimento da população". Inúmeros eventos e atividades passaram a ocorrer no "barracão" e nos espaços livres à volta.[210] O "barracão" passou a ser utilizado

[209] "Uma creche pequena só iria dar briga. Caberia os filhos de alguns, mas de outros não". Declaração de Julio reproduzida por uma reportagem da época. Ele observa que os moradores haviam solicitado uma creche para 160 crianças (ref. 1981-10-14). As citações no corpo principal do parágrafo encontram-se na ref. 1983-12. A história de como os convênios do Osem e da Creche foram obtidos encontra-se no terceiro capítulo, como parte das tentativas do governo para implementar o programa Pró-Morar.

[210] As condições desta primeira creche "eram tão precárias quanto a que tínhamos erguido", afirmou um morador para uma reportagem da época. O texto continua: "[u]ma vez decidido que o local não serviria para creche, os moradores passaram a ocupá-lo para a resolução de necessidades imediatas. Em janeiro último, foram instalados no local uma mini farmácia, com o apoio das Irmãs Vicentinas, e um miniposto de vacinação que funciona uma vez por semana com a vinda de técnicos do Centro de Saúde do Tucuruvi." (ref. 1981-04-22)

como refeitório para as crianças do Osem, de forma integrada com as salas de aula.[211] No período noturno e em finais de semana, ocorriam aulas de catequese nas salas do Osem, ministradas pelas Irmãs e eclesiásticos convocados a atuar na região.[212] Outros eventos religiosos, como diaconatos de padres que passavam temporadas na comunidade e celebrações de maior porte, ocorriam no espaço aberto do Osem, uma vez que a igreja não comportava uma grande quantidade de fiéis.

Um novo edifício para a creche foi obtido em pouco tempo e graças à insistência dos moradores junto ao poder municipal. "Juntos continuamos a luta e conseguimos creche direta da Prefeitura na Favela para atendimento de 130 crianças." Desta vez, o atendimento seguiu o padrão do restante da cidade. Ocupou e fechou cerca de metade do

---

211 "Para melhorar as condições do atendimento, fizemos a nucleação dos barracos dentro da área do Núcleo Comunitário, que já possuía cozinha e utensílios para fazer o lanche das crianças." (ref. 1983-12). O texto afirma que uma única Irmã (provavelmente Irmã Elza) atendia duzentos menores com idades entre sete e catorze anos. Outro registro, de agosto de 1984, também fala de duzentas crianças sendo atendidas no Osem, 138 na creche e sessenta numa "creche indireta" (ref. 1980-DÉCADA-L).

212 Em dezembro de 1983, as Irmãs mencionaram o trabalho conjunto de dois padres, três seminaristas e quatro Irmãs Vicentinas. "As crianças na catequese passam para o grupo de mini jovens ao atingirem 12 ou 13 anos, e depois seguirão no futuro para o grupo de jovens." Havia 18 grupos de crianças e mini jovens, somando 300 alunos atendidos (ref. 1983-12). Elisieux, que chegou a ser coordenadora da catequese, explicou que eram ensinados valores morais, como o respeito aos pais e mais velhos, e a participação nas atividades comunitárias. Tratava-se de aprender "bons princípios", sintetizou.

espaço conquistado da Skill, de modo que as atividades da comunidade e do Osem passaram a ocorrer no espaço restante.[213]

Quanto às experiências políticas, o Osem passou a sediar as assembleias de moradores, que como disse costumavam atrair algumas centenas de pessoas. Além disso, fotos antigas do espaço aberto do Osem mostram que já nos primeiros anos foi construída uma "casinha" em frente à creche, no alinhamento da calçada, onde eram armazenados documentos da União de Moradores. Ali as pessoas eram recebidas para falar sobre carteirinhas, pagamento de mensalidades, compra e venda de moradias, entre diversos outros assuntos.[214]

---

[213] A divisão do terreno aparece claramente na foto aérea de 1986. Irmã Iraci explicou que as religiosas também estavam envolvidas na administração da nova creche, propondo temas para serem desenvolvidos com as crianças e seguindo orientações da prefeitura. De acordo com Gildésio, houve um acordo entre a União de Moradores e a construtora da nova creche: os "barraquinhos" do Osem foram usados como canteiro de obras e depois reconstruídos em alvenaria, ao final do processo. O documento redigido pelas Irmãs explica a negociação de outra maneira: "Hoje esses barracos já se transformaram em casas de alvenaria. A Companhia Construtora nos indenizou os barracos com material, para darmos o local dos mesmos ao pátio de recreação da Creche Nova."É preciso entender que as creches estavam se tornando um equipamento essencial e intensamente reivindicado a partir de meados da década de 1970. Eder Sader (op. cit., p. 214) aponta a relação entre a crise econômica e a necessidade das mães trabalharem para complementarem a renda familiar. Maria da Glória Gohn (op. cit.) cita a diversificação e redistribuição da divisão social do trabalho que estava em curso, com a entrada das mulheres no mercado. As creches, até então consideradas equipamentos para atender crianças desamparadas e mães carentes, passaram a ser uma necessidade social. Neste contexto, a autora chama atenção para a função que as creches passaram a exercer como articuladoras dos moradores, podendo substituir outras instituições com este propósito no bairro: "o papel que as creches passam a ter nos bairros na orientação de moradores que buscam soluções para casos familiares, documentação trabalhista, telefone (quando há), e reuniões e assembleia de moradores, de grupos de ruas. A creche passou a representar um local público, do bairro e de certa forma substituto das SABs e até mesmo das CEBs. Este ponto é importante porque esclarece o porquê de tanta polêmica em torno de seu controle. Não se trata apenas de uma política de favorecimentos, mas de um meio de penetração e controle social no bairro." Na Cidade Nova, tais considerações parecem aplicáveis ao espaço do Osem. Gabriel Feltran (2011b) fala de como a chegada de equipamentos públicos foi capaz de mudar a paisagem e a vida social em áreas periféricas da cidade.

[214] De acordo com Elisieux, várias outras comunidades da região possuíam uma "casinha" com esta.

Outra atividade de grande importância para a coletividade foram as práticas de futebol que passaram a ocorrer no espaço aberto lateral ao galpão do Osem. Moradores construíram uma quadra de esportes e muitas partidas ocorriam sobretudo em finais e de semana entre times locais, inclusive oriundos de favelas na vizinhança. Nas memórias dos antigos moradores, a quadra foi bastante associada à atuação de Valdemar, morador da Cidade Nova e professor de futebol que começou a dar aulas como voluntário e foi contratado pela prefeitura, tendo atuado ao longo de toda a década de 1980 e talvez mesmo depois. De acordo com Eliaquin, Valdemar chegou a treinar simultaneamente quinze times de crianças, jovens e adultos, incluindo algumas turmas femininas, de uma das quais participou Elisieux. O treinador era rigoroso com os alunos, montava times selecionados para disputar diversos campeonatos pela cidade e "quando acabou o jogo" a comunidade havia acumulado 46 troféus. "Ninguém ganhava dos meninos favelados", disse o próprio Valdemar.[215] De acordo com os relatos dele e de Julio, as aulas de futebol eram também uma forma de afastar crianças e jovens da criminalidade e os quatro ou cinco jovens que treinaram na região e se tornaram jogadores profissionais foram mais

[215] Encontrei-o por sorte em outubro de 2017, quando visitou a Cidade Nova muitos anos depois de se mudar para o Nordeste. Com lágrimas nos olhos, o treinador falou da recepção calorosa recebida ao caminhar mais uma vez pelas ruas da favela. Para Eliaquin, Valdemar era "durão", aquecia os alunos com alongamentos e corridas ao redor da quadra. Ao término dos campeonatos, organizava churrascos e proibia a entrada de times perdedores. Ensinava a "pegar e tocar a bola" e criticava os jogadores "fominhas" — o que sugere um aprendizado de articulação coletiva dentro de campo. Eliaquin muitas vezes não gostava das aulas, aproveitava a comida oferecida e depois "escapava" para o Clube da Comunidade (CDC) Adhemar de Barros, onde havia um campo gramado que por vezes também era usado por Valdemar e para a realização de campeonatos. No dia a dia o campo do CDC "era o lugar dos maloqueiros, dos linha-torta", que fumavam cigarro e até maconha. Ali Eliaquin aprendia a tocar a bola de formas específicas e "depois apavorava nos campeonatos". Havia os que frequentavam o campo do CDC apenas para ver craques como o "Linha" jogarem: de acordo com Eliaquin, alguns eram melhores que jogadores profissionais. Quando ocorriam jogos no CDC, "esvaziava a favela", já que muitos moradores se deslocavam para acompanhar as partidas. Na atualidade, o CDC foi rebatizado de Elias da Silva Trindade e é administrado pelo projeto Elias, ONG ligada à família da qual Eliaquin faz parte. Em reconhecimento ao trabalho executado por Valdemar no passado, um professor do Projeto disse certa vez que a ONG "só estava continuando o trabalho que ele tinha feito". Por sua vez, o antigo treinador refletiu que, se tivesse contado com a estrutura do atual CDC, teria formado muito mais jogadores profissionais.

tarde citados como exemplo e modelo para os mais novos.[216] Valdemar aproveitava sua popularidade para fazer campanha pelas chapas de Julio nas eleições da União de Moradores e também fazia acordos com candidatos e políticos, pedindo votos em troca de uniformes e outros equipamentos esportivos.

---

[216] Julio chegou a receber um salário da viação Cometa para "cuidar" de "meninos" e evitar que eles praticassem roubos na vizinhança: "Eu usava os meninos [no sentido de que os meninos se mantinham usados, ocupados], e os meninos não mexia lá. 'Só entra no futebol se não for mexer nas coisas dos outros. E se você for roubar um canto aí', já dizia logo, 'não conte comigo, tá fora do futebol.' … não ficava com arrodeio, não chegava de mansinho" tentando explicar que roubar é pecado ou que o ladrão ia acabar sem aprender a ler. Dizia: "era futebol ou o mundo", e se fosse o mundo eles iam "morrer". Julio dizia que ladrão tinha "dois destinos: cadeia ou morte". De fato, entre os que frequentaram o Osem, apenas dois se tornaram "assaltantes mesmo bravos" e os dois foram mortos (provavelmente são os mesmos citados por Irmã Iraci: um menino de doze anos chamado Lúcio, morto no assalto a um casal num posto de gasolina nas imediações, e outro chamado Joilson, sufocado por um juiz no centro da cidade, depois de tentar roubar a correntinha de uma transeunte). Em contraste com os bandidos, Julio citou jogadores de sucesso que praticaram na comunidade, entre eles Elias, Dentinho e Dener. "Olha onde tá, daqui um dia ele tá comprando Cidade Nova, de um salário dele ele compra Cidade Nova e ainda sobra aqui né [risos]." Julio também livrou muitos jovens de serem mortos por justiceiros: pedia que não matassem "criança nova", porque era possível "trabalhar com ela", "pode ser um empregado mais tarde, um trabalhador". Foi o caso de Dentinho, que estava "para ser morto na outra semana, eu chamei: 'por que você não vem jogar futebol comigo?'" A mãe planejava se mudar para tirá-lo do bairro, mas Julio insistiu. "Então eu conversava mais Valdemar, sentava nós dois e conversava e tirava as ideias. 'Vamos salvar esse menino?' 'Vamos.' 'Então vamos chamar ele.' Chamar ele, a gente ia numa reunião, colocava dez, cinco, seis moleques daquele que era instruído, que era bonzinho, colocava para colocar com eles. Daqui a pouco eles estavam engrenados no meio da gente. Não é tão bonito? Se entrosou lá, começou a jogar bola, com dezesseis anos… nós levamos ele para a peneirinha do Corinthians, chegou lá ele passou, ele e o Elias." Dener, por sua vez, chegou a ser detido mas não preso, e depois teve uma carreira importante no clube Portuguesa. Quando jovem, jogava por cachê na Vila Maria.

Fig. 2.f - Valdemar, rodeado de crianças e troféus, numa passeata de apoio à chapa de Júlio em uma das eleições da diretoria da União de Moradores da Cidade Nova. A recordação e a fotografia pertencem a Eliaquin Trindade, que aparece no plano frontal à direita, segurando uma criança no colo. Data e autoria desconhecidas.

Por fim, é preciso destacar os eventos artísticos e culturais que passaram a ocorrer no Osem. Muitos deles utilizavam um palanque de madeira e mais tarde uma laje elevada, construída pelos moradores em frente à quadra de esportes, na ponta do bloco das salas de aula do Osem.[217] A Secretaria Municipal de Cultura apoiou estes eventos durante alguns anos, contratando artistas de dentro e fora da favela e fornecendo aparelhagem de som e iluminação, entre outras facilidades. O público se acomodava no espaço da quadra e assistia a apresentações mensais de música e anuais de teatro, estas últimas organizadas na

[217] O palanque é citado na ref. 1981-04-22. A versão em madeira da estrutura aparece na foto mais acima.

época do Natal por Irmã Aninha, envolvendo crianças e adultos da comunidade.[218] O Osem também era usado para a realização de cursos, festas juninas, exposições de pintura, bingos, rifas e bazares de roupa usada e os recursos arrecadados em muitos desses eventos

[218] Fotografias antigas mostram shows de Adoniran Barbosa (foto de novembro 1981), de Clementina de Jesus e da dupla Cascatinha e Inhana (em fotos de março de 1981), ocorridos no palco do Osem. Uma reportagem da época relata que as apresentações ocorriam "quase todos os sábados" e destaca a presença dos músicos Tonico e Tinoco. A dupla Dos Santos e Dos Anjos, formada por lideranças da Cidade Nova, foi especialmente lembrada nos relatos, mas havia outros moradores que eram músicos e também se apresentavam — a exemplo dos citados na ref. 1981-04-22. Peças teatrais foram contracenadas no Osem, aparecendo também em registros fotográficos. Entre outros espetáculos que aparecem nas fotos, consta a peça "Oxente, tô tão avexado", que, de acordo com a legenda, "retrata a vida dos nordestinos que vêm para São Paulo, em busca de melhores condições de vida". Havia também comemorações que percorriam as ruas, como os reisados — influencia que Elisieux associa à presença significativa de mineiros na comunidade. Embora meus interlocutores não se lembrem, muitas dessas atividades foram viabilizadas pelo chamado "Projeto Periferia", idealizado durante a gestão de Mário Chamie como secretário de cultura (1979-1983). Trata-se de uma política de governo iniciada em torno de maio de 1980, que fomentou diversas manifestações culturais em áreas periféricas da cidade. Uma reportagem de março de 1982 destaca a Cidade Nova como favela em que a Secretaria possuía uma equipe atuando junto a um "departamento cultural" da união dos moradores (ref. 1982-03-20). De acordo com a matéria, "[a]s atividades culturais obtiveram tanto sucesso que se expandiram para outras favelas vizinhas": na São João uma moradora passou a ministrar aulas de tapeçaria e na Marconi surgiu um "grupo jovem de teatro". O ensaio da fotógrafa Maria Luiza Martinelli também resultou do apoio da Secretaria, já que grande parte das imagens que compõem o primeiro álbum das Irmãs Vicentinas, assinadas pela artista, possuem o carimbo do Projeto Periferia no verso. Muitas das fotos de Maria Luiza Martinelli figuram nesta parte da tese.

financiavam viagens para as crianças.[219] Moradores antigos frisaram o caráter fundamental das atividades culturais para a formação de seus valores morais e religiosos e como meio de fortalecer o sentimento de pertencimento comunitário.[220]

O que gostaria de ressaltar destas constatações é que o Osem não apenas serviu a uma diversidade de práticas e públicos como incentivou o estabelecimento de intercâmbios e relações entre distintas atividades, de modo que tudo parecia contribuir para a formação de uma forte identidade coletiva. A sinergia destas diversas dinâmicas pode ser entrevista pelas ocupações e transformações espaciais que venho mencionando: as salas de aula eram usadas por alunos do Osem, da catequese e de outros cursos; o "barracão" se transformou em refeitório e local de encontros e assembleias; o espaço aberto acolhia festas e brincadeiras, partidas de futebol, cerimônias religiosas e apresentações culturais; o próprio espaço da rua aparece integrado ao Osem numa foto dos primeiros anos, indicando que o muro de separação foi um acréscimo posterior, provavelmente de fins da década de 1980.[221]

Chama a atenção a quantidade de transformações que foram sendo realizadas neste processo, sempre na forma de complementos ou adaptações parciais em relação ao existente: as salas de aula, reconstruídas em alvenaria, permaneceram com o mesmo tamanho e coladas às divisas, como um testemunho silencioso (e quase inteiramente esquecido) das condições de conquista do terreno do Osem; a área foi dividida e reduzida

---

[219] Outra atividade geradora de recursos era a venda de bolos na porta das igrejas. De acordo com Elisieux, muitas dessas atividades envolviam os alunos de catequese e visavam juntar recursos para abater despesas com excursões de fim de ano, mas havia também a intenção de pagar integralmente a viagem para crianças que não tinham recursos, "para que ninguém ficasse de fora". "A igreja nunca pagou nada, tudo que a gente fazia era organização nossa", disse minha interlocutora. Entre as viagens lembradas por ela estavam as que se destinavam a uma casa de praia no litoral paulista, emprestada pela Ordem Vicentina. Como muitos seminaristas que atuaram na região provinham de Minas Gerais, várias excursões foram realizadas a cidades como Formiga e Bom Despacho, para assistir às suas ordenações. Carminha chegou a realizar um curso pago pela Secretaria de Cultura, para aprender a conduzir as crianças em excursões e passeios.

[220] Mesmo nos anos 1990, quando as mobilizações políticas na Cidade Nova haviam arrefecido, eventos culturais continuaram ocorrendo, dando mostras de uma capacidade particular de resiliência. Num tempo em que já não se podia contar com o apoio da Secretaria de Cultura, Gildésio foi um dos principais responsáveis pelos eventos. "A gente era meia dúzia de loucos para fazer seiscentas famílias felizes", disse ele, afirmando o objetivo de "juntar as famílias" e "tirar as pessoas de casa".

[221] O muro aparece numa foto de 1988, com cerca de três metros de altura.

pela metade com a implantação da segunda creche; o espaço livre foi ocupado por uma quadra e um palco elevado de concreto; a sala de atendimento aos moradores surgiu na entrada do terreno; outra ampliação levou à construção de um segundo andar no galpão, para acomodar salas de aula adicionais.[222] Estamos, assim, diante de um espaço comunitário e vivo, que se transforma em função das atividades que abriga.[223]

É preciso dizer ainda que já na década de 1980 estavam em operação tendências de enfraquecimento de lideranças, associações e espaços comunitários, de modo que, mesmo em seus primeiros anos de vida as dinâmicas políticas estavam sujeitas a riscos e incertezas. São acontecimentos que pretendo tratar com delicadeza, por envolverem críticas a grupos que não serão nomeados, assim como não atribuirei autoria aos relatos. Meu interesse, como sempre, reside menos nos fatos em si mesmos e mais no modo como transpareceram e foram avaliados nas falas de antigos moradores e lideranças. Além disso, não poderia me alinhar com qualquer explicação sobre os acontecimentos, já que conheci apenas o ponto de vista que um ou alguns dos envolvidos propuseram sobre eles.

Me refiro a eventos ocorridos entre fins dos anos 1980 e início dos anos 1990, que levaram ao cancelamento do convênio do Osem na Cidade Nova. Ao longo da década de 1980, os repasses para a manutenção dos serviços eram sacados no banco, em dinheiro e de uma só vez, sem que houvesse controle ou prestação de contas ao poder público. Um relato sugeriu que, em fins da década, as disputas eleitorais pela União de Moradores estavam mescladas com interesses pelo controle da verba do convênio e mais de uma diretoria esteve sob suspeita de apropriação indevida de recursos. Uma crítica emblemática da época apontou a parca merenda oferecida aos alunos do Osem, compensadas por compras de carne e outros alimentos direcionados às famílias dos membros da diretoria. Irmã Elza tentou conscientizar os diretores e conseguiu aprovar uma mudança de nome da União de Moradores, que passou a se chamar Centro Social da Cidade Nova — suas expectativas de que a nomeação causaria mudanças correspondentes de atitude foram frustradas. Quando as denúncias chegaram aos ouvidos dos funcionários

---

[222] Parece que foi no início dos anos 2000 que a associação São Vicente de Paulo adquiriu uma faixa adicional de terreno da transportadora que ainda residia no terreno outrora ocupado pela Skill. A ampliação viabilizou a construção de uma quadra coberta, um pátio coberto e um auditório, no primeiro andar, além de espaços de apoio menores.

[223] No quarto capítulo, proporei um contraste entre este comportamento dinâmico dos espaços comunitários e o caráter fixo, permanente e desimpedido de espaços em geral vistos como "públicos" ou "institucionais".

públicos responsáveis, o convênio foi encerrado e o Osem interrompeu suas atividades.[224] "Infelizmente não é todo mundo que tem esse discernimento com dinheiro: é do outro e não é seu", afirmou uma de minhas interlocutoras. A conclusão de um dos relatos é que "dinheiro atrapalha muito. Ajuda e atrapalha, né? … Quem não tem, e tem dinheiro na mão, né? … A gente vê a realidade hoje, os nossos políticos, não tem um que a gente, se assumisse aqui, estava limpo, né?" — eis outra fala que opera um processo de equiparação entre a favela e o contexto social e político mais amplo, neste caso desautorizando associações exclusivas entre moradores locais e uso indevido de recursos públicos.

Passado algum tempo, Irmã Elza convocou um grupo de mulheres voluntárias para retomarem o atendimento às crianças. Desiludidas, elas perguntaram com quais recursos poderiam contar. Irmã Elza foi até sua casa e retornou com um pacote de bolachas, alimento que aparece como metáfora de convicção e fé, e que motivou as mulheres a trazerem mais comida de suas próprias casas. Pouco tempo depois a prefeitura aceitou reabrir o convênio, com a condição de se vincular à gestão das Irmãs, formalmente representadas pelo Centro Social São Vicente de Paulo.

Deste episódio é importante reter o caráter ambivalente do dinheiro, que aparece como importante fator de apoio e auxílio às atividades comunitárias, mas que ao mesmo tempo pode gerar desconfianças e acusações de mau uso e interesse. Vale observar também indícios de que na passagem dos anos 1980 para os 1990 o Estado ainda parecia funcionar de acordo com um baixo nível de burocratização e controle, de modo que recursos e atividades sob sua jurisdição não eram acompanhados ou registrados com o cuidado e a minúcia comuns aos dias de hoje.

Sem poder contar com recursos da prefeitura, e com suspeitas recaindo sob algumas das pessoas até então engajadas nas atividades comunitárias, a Cidade Nova continuou dispondo do espaço do OSEM para organizar atividades culturais, esportivas e políticas — mas tudo indica que houve uma relativa quebra de confiança entre moradores e uma parte das pessoas que assumiam o papel de lideranças na época. Acontecimentos subsequentes pulam alguns anos e sugerem claramente que, sob a gestão das Irmãs, o espaço do Osem adquiriu um caráter de maior fechamento e controle (de acordo com o que descrevo no quarto capítulo). Por hora vale ressaltar que estes episódios, como parte de um processo de longo prazo, mostram o dinamismo das relações entre mobilização e

---

[224] Uma das falas observou que na época os membros da diretoria pertenciam a outras igrejas que não a católica e não tinham afeição pelas Irmãs, embora tivessem sido em parte formados por elas — este é outro ponto em que aparece a clivagem entre uma minoria de evangélicos e a maior parte dos moradores que apoiou as denúncias.

desmobilização, onde espaços, associações e lideranças obedecem a ritmos semelhantes de fortalecimento e enfraquecimento.[225]

A diretoria da Vila Nova Tietê, por sua vez, não foi associada a denúncias equivalentes durante os anos 1980, o que não quer dizer que as lideranças não estivessem sujeitas a desconfianças. É o que se depreende dos cuidados e precauções considerados por Carminha como imprescindíveis para que lideranças afastem suspeitas que podem recair sobre si:

> "Você não pode envolver com nada, ser neutro, e fazer o seu trabalho. (…) [não pode] privilegiar um, proteger. Você tem que saber o que você vai fazer, o que você vai falar, sabe? Não é assim, vai falar tudo o que você quer, vai falar tudo o que você ver. Não. Você pode trabalhar com a pessoa e a pessoa pode te ajudar e você nunca citar o nome daquela pessoa, entendeu? Nunca citar o nome daquela pessoa, sabe? Você tem que fazer um trabalho, mas um trabalho sem envolvimento de ninguém. Só o seu. Você só pode se envolver com o seu trabalho. Você não pode se envolver com mais ninguém."

Em que pesem tais advertências, Carminha atribuiu parte das razões para seu afastamento como liderança da Vila Nova Tietê a desconfianças alimentadas indevidamente por moradores, e refletiu: "as pessoas sabem acusar, mas não sabem dar valor (…) Falar todo mundo fala, quero ver você resolver na prática (…) Trabalhar com ser humano é muito difícil. Ô, bicho que dá trabalho!" Enfim, estas colocações indicam que mesmo ao longo dos anos 1980, época lembrada como de grande mobilização pelos moradores, lideranças enfrentavam importantes desafios para construir credibilidade e afastar desconfianças, o que mostra como este aspecto é constitutivo da forma de vida ocupação.

Recuperando diferentes aspectos da análise realizada neste capítulo, podemos dizer que as lideranças, peças-chave das dinâmicas políticas comunitárias, se beneficiaram de dois importantes pontos de apoio ao longo dos anos 1980. Em primeiro lugar, havia uma identificação genérica entre os moradores pelo compartilhamento das mesmas condições de vida e pobreza, produzindo um entendimento de comunidade que inclinava as pessoas a apoiarem suas associações e líderes. Além disso, as lideranças puderam contar com o apoio e orientação das Irmãs Vicentinas e com um forte arcabouço organizacional na forma de associações de moradores e espaços de uso comum, o que parece ter levado as dinâmicas políticas a se manterem fortes e vicejantes por um período considerável de

---

[225] Os espaços, comumente vistos como componentes mais estáveis ou permanentes das dinâmicas políticas, foram passando por fechamentos e perdas, ainda que de modo paulatino — as práticas culturais que continuaram vicejando no Osem durante boa parte da década de 1990 dependeram também desta disponibilidade de lugares para a realização de festas e shows.

tempo. Podemos mesmo pensar que este arcabouço organizacional e espacial ajudou as associações e lideranças a enfrentarem uma tendência para a desconfiança e o caráter altamente instável e dinâmico das articulações políticas que se fazem nos contextos carentes de certezas e garantias da forma de vida ocupação.

Capítulo 3: Conquistas

Fig. 3.a - Improvisando a lavagem da roupa antes da reconstrução da moradia sobre o aterro na Cidade Nova. Data: maio/1981. Autoria: Maria Luiza Martinelli. Fotografia encontrada no acervo das Irmãs Vicentinas, onde consta a legenda: "Dificuldade que acarretava para os que desmanchavam os barracos para o aterro 1981."

Fig. 3.b - Família terminando de reconstruir a moradia sobre o aterro. Data: maio/1981. Autoria: Maria Luiza Martinelli. Fotografia encontrada no acervo das Irmãs Vicentinas, onde consta a legenda: "Aspecto da favela Funerária em 1981. Transformada em Cidade Nova."

Fig. 3.c - Esquina das ruas Santo Dias e Principal logo após o aterro. Data: maio/1981. Autoria: Maria Luiza Martinelli. Fotografia encontrada no acervo das Irmãs Vicentinas, onde consta a legenda: "A cruz símbolo do nosso esforço, luta, morte e ressurreição. Neste local será construída a nossa igreja."

Quando já havia conhecido boa parte das histórias que apresento neste capítulo, passei a transitar pelas ruas da Cidade Nova e da Vila Nova Tietê com um olhar renovado e surpreendido: fui me dando conta de que tudo ao meu redor, inclusive o solo mesmo em que pisava, era produto das lutas e mobilizações do passado. Espero que o leitor tenha a mesma percepção ao acompanhar as análises que seguem.

As histórias deste capítulo envolvem grandes doses de negociação e articulação coletivas, diferindo, portanto, das analisadas no primeiro capítulo. Naquele ponto da análise, as transformações do território estavam especialmente sujeitas às incertezas e riscos da terra de ninguém e as ações coletivas podiam ser compreendidas mais como uma reação a adversidades e ameaças diversas: incêndios, enchentes, tentativas de tomada de posse por parte de grileiros e empresas, presença perigosa de bandidos e justiceiros no interior das comunidades, entre outras. Já observamos que o enfrentamento destas dificuldades envolveu ensaios de articulação comunitária e que as assistentes sociais da Cobes, por exemplo, estimularam a participação e a deliberação coletiva no processo de urbanização da Marconi. No entanto, são as histórias deste capítulo que atestam os maiores poderes de ação e mobilização das lideranças e comunidades, em consonância com o analisado no capítulo anterior. Lembremos, porém, que os eventos já abordados e os que aparecem nas próximas páginas estão em boa medida sobrepostos no tempo, ou seja, mesmo que certos aspectos nos levem a pensar numa linha temporal de aprendizado e ascensão das mobilizações, não devemos perder de vista que os desafios associados à terra de ninguém continuavam se fazendo presentes. Isso ficará claro no decorrer da análise.

Em primeiro lugar falaremos da obtenção da moradia, mas também de uma série de ganhos de processo, como por exemplo o aprendizado da construção e as habilidades de diálogo e negociação desenvolvidas no dia a dia do trabalho e da vida comunitária. Trataremos também dos desafios que a coletividade enfrentou para tentar regular a conversão do valor de uso das moradias em valor de troca, ou seja, de consequências que surgem quando as moradias começaram a ser comercializadas. Em segundo lugar, uma série de necessidades está mais diretamente ligada ao conjunto dos moradores e exigiu, assim, maiores esforços de articulação coletiva: falaremos especialmente de como as favelas conquistaram fornecimento de água, luz, esgoto e drenagem, entre outros aspectos. As conquistas mais complexas serão abordadas no final e envolvem transformações radicais do território, como a construção de aterros e a redefinição de lotes, construções e arruamentos. As análises dedicam atenções desiguais a essas conquistas, acompanhando ênfases e lacunas dos relatos de meus interlocutores, o que não nos impedirá de identificar padrões ou tendências de conjunto.

3.1. Construção e venda de moradias

"Nossos barracos eram feitos de pedaço de madeira, por isso quando desmanchava precisava tirar uma parede inteira para aproveitar alguma coisa", lembrou Elisieux. Nos primeiros anos da Cidade Nova e de outras favelas da região, as moradias foram construídas com restos de materiais de todo tipo, inclusive oriundos de barracos já existentes. Nos lixões era possível garimpar plásticos, folhas de zinco, madeiras e tijolos quebrados, além de lâminas de papel e bobinas de plástico sistematicamente descartadas antes de serem recortadas e transformadas em embalagens de leite para empresas de laticínios como a Parmalat, a Leco e a Vigor — eis porque muitos moradores se referem aos primeiros anos das favelas da região como a "época dos barracos de leite". Para ilustrar o aspecto "remendado" e intrincado das moradias originais da Cidade Nova, uma senhora apertou os olhos e cruzou os dedos à sua frente. Um morador antigo se lembrou que, quando criança, divertia-se no lixão com amigos, coletando tijolos que somaram "um milheiro", posteriormente vendido na vizinhança. Retalhos de madeira também eram obtidos junto ao Serviço Funerário Municipal na forma de restos da fabricação dos caixões, fato que serviu para batizar a favela Funerária, surgida em frente ao equipamento municipal. O Serviço Funerário fornecia, ainda, flores e caixões para famílias da vizinhança que não podiam pagar, além de flores para cerimônias religiosas da igreja Nossa Senhora Aparecida, na Cidade Nova: nas palavras de Elisieux, as doações "serviam tanto para o morto quanto para o vivo".

Como se vê, parte das estratégias dos moradores pobres da Vila Maria para sobreviver às adversidades consistia (e consiste) numa capacidade singular para transformar restos e descartes oriundos de processos produtivos e de áreas mais ricas da cidade, convertendo-os em benefício próprio. Em certo sentido podemos pensar que os próprios moradores pobres representavam descartes da cidade, sobretudo quando lembramos que muitos deles foram despejados na região pelo poder público para dar lugar a obras de infraestrutura em outros bairros.

A Vila Nova Tietê, como vimos, é um exemplo de favela inicialmente construída com tábuas, vigas e telhas de fibrocimento fornecidas durante a urbanização da favela Marconi, mas havia construções como a capela São José Operário, feita com a madeira descartada durante a reconstrução das salinhas do Osem da Cidade Nova. Nem todas as moradias começaram por meio do reaproveitamento de materiais, mas mesmo as construídas com apoio do poder público se caracterizavam pela precariedade extrema (em relativo contraste com os dias atuais e com o acesso mais disseminado dos moradores da região ao mercado da construção — embora existam, ainda hoje, algumas construções semelhantes às dos primeiros anos).

Fig. 3.d - Interior de uma moradia. Foto encontrada no primeiro álbum das Irmãs Vicentinas. Data: mai. 1981. Autoria: Maria Luiza Martinelli.

O nível de precariedade transparece numa série de dificuldades e desconfortos lembrados pelos antigos moradores. Paulo, por exemplo, manifestou desgosto ao falar do barraco de madeira em que morou em 1988, nos primeiros seis meses vividos na Cidade Nova. Em poucas palavras, ele disse que "quando pingava lá fora, chovia dentro de casa". Gildésio, por sua vez, chegou em 1976, quando as moradias sequer possuíam banheiro ou água encanada. Acostumado aos banhos de rio no clima quente da Bahia, meu interlocutor sofreu com o frio de São Paulo, que penetrava especialmente à noite pelas frestas do barraco — lembremos que no inverno os beirais por vezes amanheciam com gotas d'água congeladas. Com outros moradores, Gildésio aprendeu a forrar a cama com jornal e depois passou a enrolar os pés no mesmo material isolante, colocando por cima um "meião".

Muitas dessas memórias de aflição e sacrifício se traduzem em sentimentos positivos na atualidade, relacionados ao orgulho de ter sobrevivido e superado as condições iniciais de pobreza e necessidade — processo que se inscreve na própria evolução das construções. Assim, Elisieux valorizou a lembrança do pai, que por muito tempo chegava do trabalho e dedicava-se a construir a casa da família à noite, à luz do candeeiro. Gildésio disse que no passado a necessidade fazia com que muitos "comprassem menos arroz para comprar mais cimento", evocando uma troca curiosa entre produtos igualmente embalados em sacos — sua fala revestiu-se de um sentido de pragmatismo, deixando transparecer a valorização da sabedoria em administrar recursos escassos. Esses relatos mostram que as conquistas não se limitam à moradia e às

infraestruturas coletivas a ela associadas, mas trazem também transformações das formas de pensamento e subjetivação. Sentimentos de orgulho e autoestima podem ser vistos como ganhos indiretos, ocorridos no processo de luta por melhores condições de vida.

O relato de Cosmo mostra que os próprios corpos dos antigos moradores estão impregnados destes sentimentos. Ele enfatizou o difícil trabalho de construção da rede de esgotos na Cidade Nova, bem como da instalação das guias das ruas locais. Neste último caso, evocou memórias dotadas de um sentido muito concreto, envolvendo a necessidade de trabalhar agachado e erguer os pesados elementos pré-fabricados. Vemos, também, que orgulho e satisfação não dizem respeito apenas à construção da casa própria, podendo se referir à participação em obras de infraestruturas em geral.

A autoconstrução de moradias e de instalações de uso comum leva a uma terceira modalidade de conquista: o aprendizado da construção. Como observa Elisieux, "todo mundo aqui sabe construir alguma coisa" e muitos que precisaram construir suas moradias tornaram-se pedreiros de profissão. Cosmo, por exemplo, participou da construção de cerca de 190 casas nas favelas da região, contratado por moradores e pelo poder público.[226] Quando jovem, chegou a assentar mil tijolos por dia e recentemente, mesmo debilitado, disse ter impressionado familiares que ainda moram no Nordeste quando viajou para lá e ensinou-os a confeccionar uma cerca de arame com habilidade, justificando sua aptidão por ter trabalhado a vida toda em São Paulo. Embora não soubesse ler e escrever muito bem, disse com orgulho que aprendeu a fazer contas e gravar números e medidas no dia a dia da profissão.

Finalmente, um quarto tipo de conquista se refere ao aprendizado do diálogo e da negociação. Os exemplos mais emblemáticos são as ações das próprias lideranças, mas a fala de Caetano mostra que, na forma de vida ocupação, tais capacidades também são cultivadas e valorizadas por coadjuvantes das mobilizações e mesmo através de relações pessoais e profissionais. Caetano associou a capacidade de conversar com "todo tipo de gente" à trajetória de vida desenvolvida em muitos ambientes e atividades: além de participar dos trabalhos comunitários e da construção de casas nas favelas da região, trabalhou vários anos na Sabesp, numa delegacia e numa construtora. Enfatizando o leque de habilidades e conexões, citou duas perseguições em que escondeu o traficante Djan embaixo da própria cama e despistou os policiais por ter aprendido a dialogar com eles no dia a dia do trabalho na delegacia. "Conheço muita gente… sou respeitado por policial e bandido", disse ele. De acordo com uma expressão corrente na região, Caetano afirmou ter "muito conhecimento", no sentido de conhecer e ser conhecido por muitas pessoas.

O arquiteto Luis Fingermann, coordenador dos trabalhos de urbanização da Cidade Nova no início dos anos 1980, forneceu mais um exemplo desse aprendizado de negociação e articulação coletiva, citando outro morador que não se destacara como

---

[226] Cosmo trabalhou no projeto Modelar, executado pela gestão Jânio Quadros (1986-1988).

liderança na época. Ele disse a Luis que a participação na urbanização havia lhe dado "muita sorte", já que na mesma época fora promovido a chefe de manutenção na empresa em que trabalhava. "É sorte?" refletiu Luis. "Os caras aprendem a discutir, a coordenar uma discussão, a objetivar a discussão … de repente ele conseguiu discutir dentro do trabalho, discutir com uma chefia, com uma manutenção. O pessoal começou a perceber que ele era diferenciado e promoveu ele." Fingermann refletiu também que na Cidade Nova e em outras favelas nas quais trabalhou houve moradores que se candidataram a vereadores. Mesmo não sendo eleitos, isso significou, para meu interlocutor, a aquisição de habilidades fundamentais de diálogo e negociação.[227]

Em sintonia com tais constatações está um estilo de fala, comum especialmente entre meus interlocutores homens (mas também entre algumas mulheres), onde o narrador é valorizado e muitas vezes aparece como articulador central ou decisivo dos acontecimentos rememorados. Falas como as supracitadas de Cosmo e Caetano, por exemplo, não me pareceram pretensiosas e sim resultantes desse processo de autovalorização de suas subjetividades e individualidades. Mais especificamente, muitas das antigas histórias apresentadas nesta primeira parte da tese, repetidas e decantadas no decorrer do tempo, assumiram formas bastante acabadas e particulares à perspectiva do narrador, e isso explica a precisão e repetição de certos termos e formulações nas ocasiões em que ouvi mais de uma vez a mesma versão dos acontecimentos. Os relatos tendem a enfatizar o protagonismo de quem narra e isso fica patente quando surgem incongruências entre pontos de vista diferentes acerca até mesmo de episódios recentes (efeito que se amplia num contexto de ausência de registros capazes de domesticar e reduzir as experiências a denominadores comuns). Entre os exemplos proeminentes que aparecem na fala de Julio, podemos lembrar de afirmações como a de ter "colocado" casas numa determinada rua ou ter "ordenado barraco em tudo que foi lado", sem enfatizar sua

---

[227] Eunice Durham associou o "âmbito público" dos movimentos sociais da época à possibilidade das pessoas serem reconhecidas como "sujeitos" para além de sua esfera privada ou familiar e em contraste com a despersonalização que opera na esfera pública mais ampla. "No movimento as pessoas se conhecem, ampliam sua sociabilidade, 'aprendem a falar', isto é, a formular questões novas sobre sua experiência de vida. Basicamente, elas tornam coletivas (e com isso integram) as experiências individuais e fragmentadas, encerradas nos limites da vida privada." (Durham, op. cit., p. 290).

atuação como parte de um processo coletivo — embora tenha frisado, em outro momento, que não "fez nada sozinho".[228]

Além desse panorama das conquistas associadas à obtenção da moradia, é preciso tratar de como os terrenos e construções passaram a ser objeto de trocas e negociações. Como se davam os repasses, disputas e comercializações dos espaços já constituídos? No capítulo anterior, vimos que a condição generalizada de pobreza gerava um sentimento de igualdade e predispunha os moradores à ajuda mútua, inclusive por meio de doações e escambos "simbólicos" de terrenos e barracos — sobretudo no momento de surgimento e expansão das favelas. A isto é preciso acrescentar as práticas de compra e venda de moradias. De acordo com Carminha, durante a maior parte dos anos 1980 estas transações não visavam o lucro ou a extração de vantagens de uns sobre outros. Não havia um processo significativo de valorização imobiliária e os preços correspondiam ao tamanho e condição construtiva dos barracos.

Mesmo que esta fosse uma tendência geral, há registros de pessoas que tentavam ganhar dinheiro com o comércio de moradias. Sem especificar a proporção com que essas práticas ocorriam, Luiza Erundina observou que "havia especulação imobiliária" entre os moradores da Marconi em fins dos anos 1970. "Tinha gente que comprava dois, três barracos … para revender a um outro preço", afirmou ela, com a ressalva de que "não podemos julgar esse pessoal", já que não possuíam estabilidade financeira. A prática do aluguel, por sua vez, parecia envolver principalmente cômodos adicionais, construídos para abrigar familiares e outros recém-chegados. Ainda em relação à Marconi, Maria Lúcia citou casos de famílias que vendiam seus barracos na Marconi "a preços irrisórios ao intermediário e este depois os vendia bem mais caros." Um dos intermediários citados, conhecido como "Zé do Forró", era pastor evangélico e um dos primeiros moradores da

---

[228] De acordo com o que já citei no segundo capítulo. A tendência para enfatizar a importância e centralidade de ações pessoais em processos coletivos foi apontada também pela recente pesquisa de Rosenauma com antigas moradoras da Vila Nova Tietê. A autora entende que tais discursos de autovalorização "caminham na lógica da meritocracia, do privilégio e da amizade" e por vezes fazem parte de rivalidades e disputas entre distintos eventos e grupos de pessoas na Vila Nova Tietê dos dias atuais. As entrevistadas de Rosenauma consideraram também sua capacidade pessoal de influenciar instituições públicas locais e obter atendimento, contrastando com a concepção deste atendimento como um direito (Araújo, op. cit., p. 88-97). Vale mencioná-las aqui, ainda que meu *corpus* e a interpretação que fiz dele não me levem na mesma direção.

Marconi. De acordo com o relato de uma moradora, "Zé do Forró era o capitalista aqui da favela." Foi visto também como "o maior negociador de barracos da área".[229]

Outros relatos sugerem que desde cedo as lideranças do passado precisaram lidar com artimanhas, golpes e más intenções da parte de alguns moradores que tentavam tirar vantagem com a comercialização de moradias. As duas primeiras histórias tratam de maridos que se separaram, mudaram de casa e tentaram vender a terceiros o barraco que as esposas ainda estavam ocupando, o que as deixaria sem lugar para morar. "Se você comprar, vai perder", alertou Carminha ao potencial comprador da primeira história. O marido vendedor "tinha se arrumado no centro e ia deixar a mulher na rua". No segundo caso, minha interlocutora explicitou um mecanismo de controle das transações, avisando o vendedor que não emitiria a carteirinha da União de Moradores para o comprador, desta forma impedindo que fosse aceito como membro da comunidade. De acordo com Carminha, outra maneira de controle das transações por parte da União de Moradores era a elaboração de "contratos" que envolviam inclusive a assinatura de duas testemunhas de cada lado.[230]

Tais histórias mostram que transações anônimas de mercado foram empregadas para tentar envolver compradores de fora das comunidades e assim dificultar o "desfazimento" ulterior dos negócios. Diria que as trocas envolvendo dinheiro, em grande medida livres de intercâmbios de cunho moral ou sentimental, possuem uma simplicidade operacional que facilita sua penetração na terra de ninguém, marcada pela ausência de regras e acordos estabelecidos, facilitando golpes e injustiças que, nos casos citados, foram interrompidos com o acionamento de relações interpessoais e normas associativas.

Há, também, casos em que o mútuo conhecimento foi empregado em tentativas de golpe, de acordo com o exemplo citado por uma liderança que chamarei Caroline, atuante em uma das favelas da região. Ela deu a entender que uma de suas comadres tinha uma deficiência cognitiva e era vizinha de um templo cujo pastor precisava de uma ampliação de espaço. "Ele era doido para pegar a casa dela, e ela era uma abestalhada… não conhece dinheiro", disse minha interlocutora. Alertada a tempo pela filha da comadre, Caroline dirigiu-se ao local de uma transação que já estava em curso. Quando se aproximou, o pastor "ficou todo desconfiado". "Opa, comadre, que que é isso? Está se mudando e eu não estou sabendo?", perguntou a liderança, e a comadre respondeu com ar inocente que

---

[229] Outro dos primeiros moradores da Marconi que parece ter comercializado barracos chamava-se Elias. As informações estão na pesquisa de Maria Lúcia (PAULA, op. cit., p. 67, 90-91). Uma notícia de jornal cita um homem que estava ameaçando destelhar o barraco que alugava para uma mulher com filhos, por falta de recebimento do aluguel (ref. 1980-03-30).

[230] Associações de moradores de diversas favelas da cidade também desempenhavam funções similares às de "cartórios", de acordo com uma pesquisa citada por Lúcio Kowarick (op. cit., p. 234).

estava trocando seu barraco de madeira por um rádio, um milheiro de blocos e um quarto na casa de um pastor amigo do que estava presente. “Ela vai fazer o quê com esses blocos?”, perguntou minha interlocutora ao pastor. “Ela não tem dinheiro e não sabe construir. Vão quebrar todos esses blocos e ela vai ficar sem bloco, sem barraco e na rua. Aqui ninguém vai trocar nada”, sentenciou Caroline, e, dirigindo-se ao pastor, completou: “pode pegar o seu rádio, o seu bloco e o senhor leva para onde o Senhor quiser. Agora, daqui ela não sai.” Em seguida, Caroline levou a comadre para conhecer o quarto que receberia na transação, na casa do pastor cuja mulher era “meio doida, não tinha juízo” e “não dava para confiar”. Perguntou então à comadre: “Sabe onde a Senhora vai parar? Debaixo do viaduto … a Senhora não vai aguentar a pressão da mulher … ela tem um monte de criança aqui … ajunta com os seus nesse corredor, vai dar o quê?” Caroline pediu que a comadre “nunca mais fizesse aquilo, nunca saísse do seu barraco”, e aos poucos foi sendo compreendida.

Duas outras histórias são interessantes por dizerem respeito a conflitos por espaço e complexas economias de afeto desenvolvendo-se no longo prazo. Ambas envolvem “filhos de criação” de Caroline e padrastos que tentaram vender barracos após o falecimento de suas companheiras, expondo crianças ao risco de perder suas moradias. No primeiro caso, Caroline conseguiu afastar o padrasto e manter um grupo de irmãos na moradia que pertencera à mãe. Como liderança da favela em que atuava, foi procurada pela advogada pública que defendia as crianças e aceitou adotá-las, fazendo uso da pensão da falecida mãe para reconstruir e mobiliar o barraco, até então feito de “tábuas velhas”, “cheio de teia de aranha” e com água empoçada nos fundos. Ela cuidou dos meninos e alimentou-os com recursos da pensão até se tornarem adultos. Entre as inúmeras dificuldades que enfrentou, vale citar a tentativa de um vizinho para se apossar de um “beco” pertencente à moradia das crianças e mantido desocupado para viabilizar uma expansão futura. O vizinho cimentara toda a área do beco no intuito de expandir sua própria residência (o que novamente sugere uma tentativa de posse por meio da realização de benfeitorias prévias, de acordo com uma dinâmica da terra de ninguém apontada no primeiro capítulo). Quando soube da iniciativa, Caroline foi até o local com o vice-presidente da associação de moradores, pegou martelo, mediu distâncias e abriu buracos no piso de cimento, fincando paus para marcar os limites corretos. Em seguida, outras pessoas a ajudaram a construir uma cerca. “Cada um fique com o seu e se sinta feliz”, disse ela, justificando a atitude. Pouco depois soube que o vizinho estava demolindo o cimentado. Caroline foi ao seu encontro e ele exigiu ressarcimento pelos materiais que usara no piso. “Você não quebrou? Não está feliz? Tudo bem”, disse ela, como quem espanta uma ofensa, uma vez que o vizinho quebrara o piso “de maldade”: “não precisava ter feito aquilo”. “Eu mandei o Senhor cimentar? Botar o cimento aí? Não. Então não foi o Senhor que cimentou? E agora o Senhor quer que eu dê o dinheiro para o Senhor? Mas nunca o Senhor vai receber o dinheiro desse cimento aí… pode pegar os pedaços e levar para onde o Senhor quiser,

agora essa parte aqui dos meninos o Senhor não se mete." O vizinho se resignou e não lhe dirigiu mais a palavra.

No segundo caso, a venda de um barraco realizado por outro padrasto não pôde ser revertida, e algumas irmãs órfãs "acabaram na rua". Contando com a colaboração de outros moradores, Caroline conseguiu "levantar um muquifinho" para elas numa rua periférica da favela. As meninas cresceram com ajuda de Caroline, mas não dispunham de pensão como no caso anterior. O contraste entre interesses comerciais e coletivos reaparece muito depois, nas relações familiares que foram sendo construídas pelas filhas. Diante da resistência de uma parte da família em alojar num andar superior uma parente não-biológica (Evenilda), Caroline registrou em cartório uma declaração separando os andares superior e inferior, garantindo assim a permanência de todos no mesmo endereço. Mas quando Evenilda manifestou interesse em se mudar por conta de conflitos que seguiam ocorrendo, minha interlocutora disse: "você vai ficar na sua casinha, porque vão dizer que se você alugou sua casa é porque você não precisa".

Vemos como o contraste entre necessidade e lucro tem potencial de funcionar como recurso argumentativo, o que no caso obrigou Evenilda a se fixar num espaço que não desejava permanecer. Esse fato coloca em xeque a força ou relevância da declaração de propriedade que Caroline havia registrado em cartório, e mostra como as disputas e negociações em meio à terra de ninguém podem envolver a fixação dos corpos como recursos últimos para a garantia de necessidades e concepções de direito.[231] Em conjunto, as histórias apresentadas mostram uma mobilização complexa de palavras, corpos e construções não apenas para conquistar espaços, mas também para firmar os critérios de justiça a partir dos quais se podem compreender os próprios embates.[232]

Um último conjunto de memórias aponta para o momento em que o comércio de moradias começou a se configurar de fato como negócio lucrativo, ao menos na favela Vila Nova Tietê. "Foi na época dos matadores que encheu aqui de barraco", disse Lúcia Gervásio, apontando especificamente para as casas que começaram a surgir no antigo terreno da rádio Marconi. Ela associa a "invasão" do local, até então mantido desocupado, à ação coordenada de justiceiros, que teriam inclusive acolhido parentes e amigos. Lembremos que, passado o período das acirradas disputas com o grileiro Rocha, cerca de um terço do citado terreno passou a abrigar o campo de futebol do Apache, em alguma

---

[231] Na terceira parte da tese mostrarei que também na ocupação Douglas Rodrigues afirma-se a necessidade da permanência de pessoas como condição para a posse de espaços e moradias.

[232] Observo que os relatos aqui apresentados poderiam figurar no primeiro capítulo, como exemplos de dinâmicas da terra de ninguém estabelecidas entre moradores. As duas histórias de adoção citadas não foram as únicas que encontrei na região. Maria Ruth Sampaio cita o caso de outra liderança que adotou uma criança e observou que a prática era comum no Piauí (Sampaio, op. cit., p.174).

medida controlado por Zé Cabeludo. Além do campo a oeste, a foto aérea de 1986 mostra um conjunto de moradias que estavam surgindo na extremidade leste do terreno da rádio e que podem ter tido relação com a atividade dos justiceiros.[233]

Carminha afirmou que a prática de vender barracos para ganhar dinheiro começou com os "matadores", mais especificamente com as ações de Zé Magrelo, que buscava obter renda sem sair da vizinhança, já que "não podia trabalhar fora".[234] Zé Magrelo "comprava material, fazia os barracos, comprava telha, cobria direitinho, tudo bonitinho e aí vendia." De acordo com Carminha, depósitos de construção também forneciam materiais ao justiceiro em troca de proteção e segurança. Assim, "do lado de lá [da rua São Felipe, no terreno da rádio] ele fez não sei quantos barracos … ia fazendo e vendendo, fazendo e vendendo". Ela sugere que na época o próprio grileiro Rocha ainda alimentava alguma pretensão em relação ao terreno da rádio, já que teria se mostrado contrariado com as ações de Zé Magrelo, embora não pudesse reagir: "era gatilho contra gatilho", afirmou minha interlocutora.

Podemos observar que as lideranças da Vila Nova Tietê não exerciam muito poder sobre o que ocorria no terreno da rádio Marconi. Carminha sugeriu que as ações de Zé Magrelo trouxeram uma série de incômodos para a vizinhança: "do minuto para o segundo ele aprontava, entendeu? E só vendendo e fazendo dinheiro, vendendo e fazendo dinheiro." Uma vez construído o barraco, Zé Magrelo "vendia, e pronto: aí você ia falar com outra pessoa e já não tinha mais jeito … a porcaria estava feita" — o que mostra, mais uma vez, que o envolvimento de terceiros em transações monetárias dificultava o desfazimento dos negócios, além da velocidade com que eram realizados. [235]

Dito isso, minha interlocutora destacou um episódio em que foi obrigada a se opor a Zé Magrelo, quando dois barracos para vender foram levantados de um dia para outro e literalmente sobre o leito da rua São Felipe. Carminha apressou-se a ir até o local e, sabendo que a conversa poderia ser perigosa, tentou convencer o justiceiro com cautela e diplomacia, sem deixar de apontar para as graves consequências das novas construções:

---

[233] Embora estas moradias também tenham sido associadas a um assentamento de famílias orquestrado por Julio, de acordo com o que mencionei no primeiro capítulo ao tratar das disputas pelo terreno da rádio Marconi.

[234] Certamente porque sua atuação demandava presença constante na região, mas talvez também por ser procurado ou não ter desenvolvido uma carreira profissional. Zé Magrelo também foi associado ao comércio de roupas usadas, de acordo com o exposto no capítulo 1.

[235] A impressão de um crescimento repentino do negócio de moradias na Vila Nova Tietê aparece também num relato colhido pela pesquisa de Rosenauma: "Quando pensa que não, já tinha barraco dos dois lados [da rua São Felipe]. E aí começaram, né? A explorar o lugar e encher de barraco." (Araújo, op. cit., p.43)

> "'Zé, deixa eu te falar um negócio, esse barraco é seu?' Ele falou: 'É'. Eu falei: 'você sabe que então tá errado né?' Aí ele ficou assim… Falei: 'você tá no meio da rua, meu filho. No meio da rua. Isso aqui é uma rua, ela vai direito, ela sai na Cidade Nova, isso aqui é uma rua, ela tem que ficar livre. Como que eu vou fazer um trabalho nessa rua, me diz, me explica como que eu vou fazer um trabalho de esgoto, de água, de tudo aqui… Como vou fazer isso, me diz? Ninguém pega, Zé. Ninguém entra para fazer.' Aí eu falei: 'primeiro as pessoas tem medo, segundo a rua não tá livre, como vai fazer um trabalho na rua se a rua não tá livre…' Aí ele falou assim: 'É, a senhora tem razão, pode deixar, eu vou desmanchar.' Aí eu digo: 'você vai desmanchar mesmo?' Ele disse: 'vou. Vou mandar o menino desmanchar.' Falei: 'vou te agradecer do fundo do meu coração. A rua, para mim trabalhar, ela tem que estar livre. Você pode fazer aonde tiver espaço, que não seja na rua, você pode fazer que jamais eu me intrometo, mas aqui não dá porque você sabe que eu estou trabalhando, eu trabalho na rua, então é muito difícil. … Deixa eu te falar, eu não me envolvo com o seu serviço e você não se envolve com o meu, tá? Eu faço o meu trabalho, você faz o seu. Eu não vejo você fazer nada e você também não se intromete no meu.'"

A fala ilustra a capacidade de negociação de Carminha e reforça a ideia de que as lideranças precisavam modular sua autoridade de acordo com o contexto, muitas vezes testando e negociando os limites entre o tolerável e o inaceitável, a regra e a exceção.[236]

Embora os relatos indiquem a década de 2000 como momento de expansão massiva do comércio de moradias, parece que as tensões e incertezas associadas a este fenômeno já se faziam presentes nos anos 1980.[237] Em meados dos anos 1990, quando da implantação do conjunto Cingapura Nova Tietê,[238] as moradias no terreno da rádio Marconi foram removidas; mas então veio a paralisação das obras da área de lazer do empreendimento e a reocupação de cerca de metade do terreno com casas novas, em grande parte construídas pelos moradores próximos para alugar a terceiros, de acordo com o relato de Lúcia Gervásio. "Eu acho errado, porque aqui foi um lugar que ninguém comprou, foi doado pela prefeitura", afirmou ela. De modo geral, meus interlocutores reprovavam aqueles que tentavam ganhar dinheiro com o comércio de moradias e suas falas permitem pensar num tensionamento ou clivagem que perdura no tempo, sendo constitutivos da forma de vida

---

[236] De acordo com uma discussão do capítulo anterior.

[237] Lúcia Gervásio observou que "sempre teve aluguel", embora na sequência tenha admitido que nos primeiros anos a prática não existia — sua percepção, contudo, é a de um fenômeno constante no tempo.

[238] Sobre a inauguração deste conjunto habitacional, ver ref. 1995-07-19.

ocupação.[239] A fala de Carminha evidencia o cultivo de um código moral de longa data, envolvendo atitudes e disposições mais amplas do que à primeira vista se pode imaginar:

> "Quando eu cheguei aqui… às vezes as pessoas falam: 'se a Senhora fosse esperta tinha feito um bocado de barraco […] e agora a Senhora estava bem.' Digo 'não quero isso. Não quero isso para a minha vida, não quero.' Tanto que eu nunca botei, nunca arrumei nem para um filho meu. Morava todo mundo aqui dentro, um monte, não sei quantos. Casava, não tinha para onde ir, ficava aqui. Um ficava num canto, outro ficava no outro. Mas eu nunca, meu Deus, tirei a moradia de uma pessoa que precisava para me beneficiar, e nem à minha família. Deus sabe disso … a gente vai conseguir com fé em Deus. Quem quiser crescer vai para cima, né? … A gente faz a parte debaixo e depois cresce a parte de cima."

As palavras sugerem que até mesmo a compra de propriedades por valores justos ou moderados seria uma maneira de prejudicar famílias que precisam de moradia. Assim, podemos dizer que a ampliação de andares da própria casa e a acomodação da família (no sentido vertical) entra em contraste com expansões no sentido horizontal, sobretudo nos primeiros anos, quando existe a possibilidade de adquirir terrenos e barracos na vizinhança.[240]

Uma fala de Lisete, porém, permite pensar que a dicotomia também é aplicável a condutas não estritamente ligadas ao comércio de moradias, mas associáveis a diversos deslocamentos ou movimentos no sentido por assim dizer horizontal e à obtenção de vantagens em ações que se desenrolam por períodos mais extensos de tempo: de acordo com minha interlocutora, muitos moradores locais, contemplados com apartamentos no conjunto Cingapura e em outro conjunto certa vez construído na Zona Leste, venderam o imóvel recebido da prefeitura e compraram novas moradias na Vila Nova Tietê, em alguns casos buscando uma ampliação do patrimônio. Houve aqueles já atendidos pela prefeitura que "usaram" o nome dos filhos ou parentes para se inscrever num segundo programa habitacional, bem como famílias que se mudaram para uma ocupação, construíram barracos, venderam e retornaram à Vila Nova Tietê. Estimulada por uma sugestão minha, Lisete reconheceu que por trás destas estratégias de mobilidade poderia haver uma complexidade de razões e justificativas, mas insistiu na crítica: "eu não entendo por que as

---

[239] No sexto capítulo, abordo esta questão pelas lentes da atualidade e aponto uma série de nuances e complexidades. Por hora, as declarações aqui apresentadas sugerem um quadro dicotômico marcado.

[240] A ideia de "crescer o barraco para cima" ao invés de comprar propriedades disponíveis na vizinhança reaparece na recente ocupação Douglas Rodrigues, na fala de Nilda — de acordo com a discussão do nono capítulo. Assim, proporei que a ideia de um dilema moral (e espacial) que perdura no tempo.

pessoas fazem isso … aí o pessoal que ia embora e voltava, aí chegava aqui [e dizia]: 'nossa, você ainda está aqui, no mesmo lugar?' E eu falei: 'graças a Deus, só saio daqui quando Deus permitir que eu saia.'" Neste caso, a reprovação a estratégias de mobilidade pela cidade se dá por meio do contraste com a atitude menos ambiciosa, mais prudente e comedida de permanecer no mesmo endereço. Tais constatações não permitem estimar a intensidade das clivagens ou as proporções daqueles que se inclinam em direção a um e outro lado, mas bastam para indicar que a forma de vida ocupação está permeada de tensionamentos morais (e espaciais) que surgiram há muito tempo e seguem em operação.

3.2. Cidade Nova: água e luz

As dificuldades para lidar com a carência de água foram as mais prementes e marcaram a memória dos primeiros anos de vida na região para muitos de meus interlocutores, aparecendo sistematicamente nos relatos. A urbanização da Marconi não incluía redes de hidráulica e os moradores da Área Quatro costumavam se abastecer numa "biqueira" ou "chafariz" na rua Serafim Poli (no mínimo a cerca de cento e cinquenta metros de um ponto mediano do bairro). Ali os moradores faziam longas filas, as mulheres lavavam roupas da família e havia disputas e mesmo brigas frequentes pelo acesso à água. Carminha lembrou-se de situações em que "as mulheres ficavam se pegando, quebrando as latas" e, para evitar os inconvenientes, ela e uma comadre que também era sua vizinha lavavam as roupas de madrugada. Ficavam na biqueira até cerca de uma ou duas horas da manhã e voltavam com a trouxa de roupa limpa para ser estendida no varal.

Para cozinharem e tomarem banho, as pessoas carregavam a água até suas casas, equilibrando latas de tinta no topo das cabeças ou pendurando-as em lados opostos de travessas de madeira apoiadas nas costas. Era preciso levar também lenha para aquecer a água. Alguns conseguiam comprar carrinhos ou carroças para transportar a água e a lenha, a exemplo de Carminha e sua comadre, que compraram juntas uma mesma carroça. Havia também os que cobravam para trazer estes recursos a outros moradores, de acordo com a lembrança de Miguel: "muita gente ganhou dinheiro buscando água para a gente, puxando com carrinho". Carminha e a comadre tinham também um reservatório de água e só precisavam ir à biqueira "dia sim, dia não". Em casa, minha interlocutora precisava aquecer repetidamente a água, não apenas para cozinhar, mas para dar banho em seus seis filhos. Gildésio se lembrou da dificuldade para aquecer a água no clima frio que ainda caracterizava a cidade na época: mesmo a água morna, em contato com o corpo, soltava um vapor visível no escuro da noite. Depois de um período inicial, a Sabesp instalou três

biqueiras coletivas ao longo da rua Paraíso, facilitando o cotidiano dos moradores da Vila Nova Tietê, mas ainda seria preciso lutar pela conquista do abastecimento individual.

Na área que viria a se transformar na Cidade Nova, as dificuldades eram equivalentes. Os moradores retiravam água de uma biqueira instalada por uma empresa nas imediações, além de dois poços particulares.[241] Provavelmente estas fontes não bastavam, já que Irmã Iraci observou que, a certa altura, a população cavou um buraco no terreno da rádio Marconi, encontrou um cano da Sabesp e fez uma "gambiarra": um furo foi conectado a uma lata de tinta que acumulava a água e permitia sua retirada por meio de recipientes menores. "E ali era o poço onde pegava água. Grandes filas! Intermináveis, para pegar água", lembrou minha interlocutora. Pelo que disse Gildésio, esta instalação envolveu uma das primeiras disputas travadas com concessionárias de serviços públicos: funcionários da Sabesp dirigiram-se ao local e eliminaram a ligação clandestina pouco depois de realizada, mas a população furou novamente o cano. Este processo passou a ocorrer seguidas vezes e a Sabesp chegou a fechar as ligações numa base diária, até que os moradores "venceram pelo cansaço", ou seja, fizeram com que a empresa desistisse de desfazer as ligações.

A falta de energia foi outra carência que marcou os primeiros anos das favelas, quando os barracos precisavam ser iluminados com velas ou lampiões de querosene. Com o tempo, moradores que tinham familiaridade com instalações elétricas realizaram ligações clandestinas na rede de energia e, como disse Irmã Iraci, "esparramavam a luz por todo lado". De acordo com Lúcia, um morador chamado Orlando "cobrava um bom dinheiro" para distribuir a energia de um "gato" que instalara na rua Serafim Poli. Na Cidade Nova, por sua vez, o comércio de luz esteve concentrado em torno de uma moradora chamada Marina.[242] As ligações clandestinas não estavam livres de problemas e dificuldades. Gildésio e sua vizinhança, por exemplo, retiravam energia do poste de uma transportadora[243] e conseguiam o bastante para iluminar os barracos a noite, mas não para

---

[241] Um dos poços pertencia à transportadora Dom Vital e outro a um morador das imediações. A biqueira ficava ao lado da ponte que cruzava o canal Tuiuti, na altura da atual rua Badajós. Uma reportagem da época afirma que na Cidade Nova a água "tinha que ser buscada numa transportadora da região, que instalara uma torneira exclusivamente para os favelados." (ref. 1981-10-14).

[242] Ainda hoje, na ocupação Douglas Rodrigues, encontramos pessoas com algum conhecimento de instalações elétricas, que realizam a maior parte das ligações em troca de contribuições financeiras.

[243] Gildésio designou a empresa como Transpolo, mas pode ser a mesma que aparece em outro relato com o nome de Trespal ou Transpal, cujo dono teria sido assassinado pelo grileiro Rocha.

aquecer a água do banho. Mais tarde conseguiram uma corrente mais forte, que chamou a atenção da Eletropaulo. Começou assim outra quebra de braço: a concessionária cortava os fios no entardecer e as ligações eram refeitas na manhã seguinte, até que os moradores prevaleceram.

Além da falta de água e energia, vale destacar dificuldades iniciais com o lixo e o esgoto. Este último era despejado em córregos ou valas a céu aberto e em alguns casos corria pelas ruas. O serviço de coleta de lixo, por sua vez, não alcançava o interior das favelas e nem sempre os moradores levavam descartes aos locais adequados. Carminha observou que, mesmo depois que caminhões de lixo passaram a entrar na Vila Nova Tietê em dias alternados, o acúmulo de lixo atraía cachorros e gatos, que abriam os sacos e espalhavam sujeira pelas ruas, demandando uma limpeza frequente.[244]

Esses relatos, bem como os que relacionei à construção de moradias, evidenciam um modo fundamental de obtenção de conquistas: a realização de transformações por conta própria e muitas vezes à revelia do poder público. As disputas com concessionárias e outras instâncias de governo ocorrem na imanência das práticas, ou seja, em meio às ações cotidianas locais e longe das arenas da política governamental e da justiça. Nestes casos, não se trata de realizar reivindicações ou requisições formais de atendimento, mas de mobilizar uma série de táticas e recursos que sugerem que o espaço urbano é uma arena distinta, dotada de regras próprias. Neste campo de disputas, um aspecto decisivo é a proximidade física entre oponentes, aliados e os recursos visados: assim, os primeiros acessos à água e à luz na Cidade Nova dependeram da capacidade de articulação entre vizinhos, da proximidade física que mantinham com as ligações clandestinas e da consequente prontidão e facilidade para religá-las sempre que as concessionárias apareciam para realizar os cortes.

Há, contudo, modalidades de luta que entrelaçaram as arenas da política e do espaço urbano e levaram os moradores ao aprendizado de como solicitar ou cobrar ações do poder público por meio de requisições, protestos e acordos com representantes do poder público. Assim, a obtenção de serviços básicos exigiu das lideranças uma diversidade de esforços. Meus interlocutores deram ênfases distintas a esta variedade: como veremos, salta à vista o contraste entre as negociações de Julio com instâncias centrais de governo, de um lado, e as articulações que Carminha precisou realizar no

---

[244] Uma reportagem de maio de 1981 observa que na Vila Nova Tietê a "'água servida' ainda era jogada na sarjeta e fica estagnada na principal rua da favela. O lixo é despejado nas esquinas, onde brincam a maioria das crianças, já que não existem creches." (ref. 1981-05-14) A preocupação em despejar esgoto num local adequado fez com que Gildésio escolhesse construir seu barraco na beira do canal Tuiuti. Meu interlocutor permaneceu ali mesmo quando amigos o chamaram para morar em áreas mais internas e "melhores" da Cidade Nova, porque onde estava "nunca faltaria lugar para despejar o esgoto".

âmbito regional ou local, de outro. Para além das distintas ênfases de cada entrevista, tais diferenças indicam que as conquistas não foram obtidas da mesma forma em ambas as favelas. Seja como for, o conjunto dos relatos fornece um quadro amplo desta diversidade de esforços a que me refiro.[245]

Tratamos aqui de um momento em que as mobilizações políticas comunitárias estavam se intensificando, com a constituição das uniões de moradores e o suporte fornecido principalmente pelas Irmãs Vicentinas. É preciso observar, também, que estamos na época das gestões de Reinaldo de Barros na prefeitura e Paulo Maluf no governo do Estado (1979-1982), ou seja, depois do mandato municipal de Olavo Setúbal (1975-1979), quando foram implementados grande parte dos alojamentos provisórios da Vila Maria, bem como a urbanização da favela Marconi, analisados no primeiro capítulo. Documentos da época não deixam dúvidas de que o crescimento das favelas e o que se costumava chamar de "a questão social" eram motivos de temor e preocupação para todos esses governos. Como observou Olavo Setúbal após o término de seu mandato, "minha derrota foi a favela".[246] Reinaldo de Barros, por sua vez, gostava de afirmar que governava "de costas para a praça da Sé" e ficou conhecido pelo lançamento dos projetos 'Pró' para tentar lidar com o crescimento vertiginoso da pobreza e das favelas: falaremos, mais adiante, do programa Pró-Morar, mas havia também o Pró-Favela, lançado em setembro de 1979, poucos meses depois do início do mandato de Barros, com o propósito de fixar os moradores de favela nos locais em que moravam, prevendo amplas melhorias urbanas. O programa, contudo, acabou se limitando praticamente ao fornecimento de água e luz e à

[245] No nono capítulo, dedicado às recentes ocupações, a análise mostra uma relação mais sistemática e complexa entre as arenas da política governamental, da justiça e do espaço urbano. Podemos dizer que para as favelas dos anos 1980 esta tríade ainda não aparecia de forma pronunciada, o que se relaciona com a baixa complexidade da máquina estatal.

[246] De acordo com uma citação de Maria Lúcia (op.cit., p. 112). O ex-prefeito provavelmente aludia à sua não indicação para o cargo de governador por parte da Arena.

construção de pequenas creches em um número bastante reduzido de favelas do município, incluindo a Vila Nova Tietê e a Cidade Nova.[247]

Assim, apesar das declarações de governo, a gestão Reinaldo de Barros dedicou poucos esforços ao tema das favelas; um sinal disto são as dificuldades relatadas por meus interlocutores para serem atendidos. Uma visão sintética da variedade de esforços empreendidos pela Cidade Nova para obtenção de atendimento pode ser encontrada numa reportagem da época. Ela afirma que os moradores formaram comissões para reivindicar cada serviço, "fizeram abaixo-assinados, visitaram a Sabesp e a Light [antigo nome da Eletropaulo] inúmeras vezes, promoveram manifestações diante da prefeitura. De tanto insistirem, conseguiram: a água encanada chegou em 1979, a luz elétrica no ano seguinte. E, ao contrário de outras favelas, os moradores da 'Funerária' [Cidade Nova] conseguiram hidrômetros e relógios individuais, não coletivos."

Julio explicou que, para realizar as requisições e protestos, um grupo de moradores se dirigia até a viação Cometa, nas proximidades, fretava um ônibus, pagando do próprio bolso ou, por vezes, contando com a ajuda de "candidatos". Mesmo no contexto de fins da ditadura, havia receios em relação à repressão das manifestações, o que fica claro no episódio citado por Luis Fingermann, em que o arquiteto sugeriu aos moradores uma forma singular de protesto, no intuito de impedir que fossem reprimidos: os manifestantes se dirigiram ao prédio da Eletropaulo, entraram nas repartições e começaram a bater palmas para os funcionários, explicando que estavam "agradecendo pelo desserviço, a falta de serviço da Eletropaulo em relação à população". Por medidas de segurança, as lideranças impediram que Luis participasse do ato, explicando que ele era insubstituível para os trabalhos de urbanização que estavam em curso. O arquiteto soube depois que os

---

[247] Maria Aparecida confirma que as favelas Beibinha e Funerária (incluindo certamente a Cidade Nova) foram atendidas pelo Pró-Favela (TEIXEIRA, op. cit., p. 343-350). Maria Lúcia, por sua vez, cita a implantação dos programas Pró-Luz e Pró-Água na Marconi, abrangendo a Vila Nova Tietê (PAULA, op. cit., p. 109-112). Para se ter uma ideia da desproporção entre demanda e atendimento do Pró-Favela, uma reportagem observa que das 738 favelas do município foram atendidas apenas 36, escolhidas pelo fato de possuírem "alguma organização" interna, vista como necessária para o estabelecimento de diálogo com o poder público. O escopo inicial da política incluía serviços de coleta de lixo, correios e telefones públicos, melhorias de vias de acesso, tratamento de esgotos, obras em córregos, bem como a concessão da propriedade ou direito de posse aos moradores. Como se vê pela citação acima, os programas Pró-Luz e Pró-Água foram tratados como parte do Pró-Favela, refletindo parcerias com Sabesp e Eletropaulo. As concessionárias pareciam atuar também por fora desta parceria, já que uma reportagem de maio de 1981 informa que elas atenderam mais de cem favelas da cidade (ref. 1980-03-30 e sobretudo 1981-05-14).

funcionários ficaram “desesperados”: “não tinha como reprimir”, já que os moradores “não estavam xingando ou agredindo ninguém”.

As memórias de Julio, por sua vez, privilegiaram as visitas que realizou à prefeitura da cidade para solicitar atendimento de modo mais pacífico ou amistoso. Ele recordou, por exemplo, de uma das primeiras passagens pelo edifício Martinelli para solicitar o fornecimento de água, quando um funcionário o procurou na saída e disse: “‘seu Júlio vem aqui, eu estou doido pra falar com o senhor, o senhor e José’. Eu digo ‘o que é?’ Ele disse: ‘quando você vir pedir essas coisas assim’, eu não tinha experiência, novo, ‘você chega e já traz um abaixo-assinado com o nome de todo mundo, aí entrega, não precisa nem falar ‘a gente quer’, o abaixo-assinado, o ofício está falando o que ele [povo] quer’.” Para além da obtenção de serviços básicos, o mecanismo dos abaixo-assinados foi empregado ao longo dos anos para obter uma série de outras conquistas, inclusive diversos equipamentos públicos para a região. Se lembrarmos da importância da proximidade física para as dinâmicas da forma de vida ocupação, podemos pensar que os abaixo-assinados são uma maneira especialmente efetiva de aproximar executores e recebedores de uma política, na medida em que uma assinatura, como espécie de testemunho corporal, tem a capacidade de aproximar, quase fisicamente, pessoas que de outra forma permaneceriam apartadas pela distância espacial.[248]

Outra modalidade de reivindicação apontada por Julio se refere a negociações pessoais travadas com políticos. Para a presente discussão, importaram as relações amistosas que ele possuía com Mario Covas. A intervenção de Covas teria sido decisiva para a conquista do fornecimento de água e energia elétrica, mas também “muitas outras coisas”, inclusive a canalização do córrego Tuiuti até o ponto de desague no Tietê. “Foi Mário Covas que me deu aquele encanamento todinho”, afirmou Julio. Neste último caso, estamos falando de esforços para solucionar os persistentes problemas com drenagem

[248] Sader observa que os abaixo-assinados eram um método de reivindicação comum na época e representavam “uma continuidade das mobilizações anteriores feitas à base dos grupos comunitários”. Juntamente com as pesquisas sociais feitas com e pelos moradores de vizinhanças em processo de mobilização, os abaixo-assinados eram parte da "ligação entre o mundo do cotidiano e o da política.” (SADER, op. cit., p. 215).

urbana e enchentes.[249] Julio chegou a afirmar que a Cidade Nova era conhecida como "favela Mário Covas", "porque o que eu pedia, ele corria lá". Talvez possamos falar também aqui da importância das relações pessoais para as dinâmicas políticas na forma de vida ocupação, neste caso envolvendo uma liderança e um político do alto escalão de governo.

Na Vila Nova Tietê, as redes de infraestrutura foram obtidas como parte de um processo mais amplo de urbanização, incluindo a redefinição de lotes e ruas — por isso, deixo para tratar destas conquistas no último tópico do capítulo. Para clareza da exposição, é melhor associar a análise da obtenção das primeiras redes de infraestrutura na Cidade Nova com o processo que culminou na urbanização desta mesma favela — o que envolve tratarmos de como os moradores recusaram a implementação do programa Pró-Morar.

3.3. Recusa do Pró-Morar

"A enchente que fechou ali, virou água, virou água, virou água, tudo água, tudo água. Pegou todos os barracos, ela veio lá do rio Tietê e emendou na Dutra. … Naquele tempo o prefeito atendia a gente. Aí fomos no prefeito, que era para ele ajudar, o que ele podia fazer. Não podia fazer nada, o que podia fazer era esse Pró-Morar". Assim se explica, nas palavras de Julio, a chegada do programa Pró-Morar na Vila Maria. Contudo,

---

[249] Foi provavelmente durante a gestão municipal de Mario Covas (1983-1985) que Julio obteve esta ajuda com a canalização, bem como a contratação como fiscal ou administrador de obras da Cidade Nova — conforme já mencionei no segundo capítulo. Durante a gestão de Reinaldo de Barros, Covas era presidente do MDB. De acordo com Julio, as manilhas providenciadas pelo político passaram diretamente por baixo da área apropriada como estacionamento pelo hipermercado Atacadão, mas a obra não bastou para suportar a vazão do canal Tuiuti, que recebia uma grande contribuição da Vila Maria Alta, de modo que durante os anos 1980 ainda ocorriam enchentes que alcançavam a rua Arenápolis, na Vila Nova Tietê, e o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa. Para Julio, o controle destas calamidades melhorou muito durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992), quando ele e outras lideranças conseguiram convencer o poder público a desviar as contribuições da Vila Maria Alta para o córrego Biquinha, passando pelo córrego Novo Mundo para então alcançar o Tietê. Estes trajetos podem ser verificados no mapa de ruas apresentado no início da pesquisa.

pela importância e tamanho das favelas da região, podemos pensar que elas não deixariam de ser atendidas por uma política orientada a dar visibilidade aos esforços da gestão Reinaldo de Barros em lidar com "a questão social" e o crescimento vertiginoso das favelas na cidade. Uma reportagem da época afirma que o Pró-Morar havia se tornado o "carro mestre" de Reinaldo de Barros depois do "reconhecido fracasso dos projetos de melhoria e reurbanização das favelas" (Pró-Favela). A proposta ia além de fornecer água, energia elétrica e outras melhorias: tratava-se de construir "casas-embrião" e toda a infraestrutura urbana necessária, prevendo ainda um programa de financiamento que procurava atender a capacidade de pagamento das pessoas.[250] Na verdade, assim como o Pró-Favela, esta política também estava marcada pela desproporção entre demanda e atendimento[251] e foi objeto de inúmeras outras críticas, inclusive referendadas por lideranças da Vila Maria em reportagens de jornal. É importante falar do Pró-Morar porque foi a partir de sua recusa que as favelas aqui analisadas encontraram as condições para empreender, por conta própria, uma ampla transformação de seus territórios.

Nesse processo, foi imprescindível a atuação de Luis Fingermann, arquiteto dotado de uma trajetória pessoal e profissional bastante singular. Luis nasceu numa família operária em Santana e desde jovem desenvolveu tendências "anárquicas", que mais tarde o levariam a "trabalhar a independência das comunidades". Participou de movimentos estudantis para reivindicar acesso à universidade, foi falsamente acusado de defender a luta armada, refugiou-se em Israel e viveu no contexto da Guerra dos Seis Dias, onde aprendeu técnicas de proteção e autodefesa. Chegou ao Brasil sabendo se movimentar em contextos de privação e violência, bem como identificar e despistar a polícia política, que o vigiaria por um bom tempo (como ficará claro mais adiante, as habilidades adquiridas nestas experiências pregressas foram úteis no trabalho que Luis desenvolveria em inúmeras favelas). Depois de formado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, ele iniciou a carreira profissional na prefeitura de Diadema, desenvolvendo o projeto de uma creche e um programa de assessoria à população pobre para o que chamou, de forma pioneira, de "autoconstrução" de moradias. Nestas experiências, estava constantemente

---

[250] Ref. 1980-07-13. O "Programa de Erradicação da Sub-Habitação", também conhecido como Pró-Morar, era de âmbito federal e contava com recursos do BNH, mas foi concebido e gerenciado no âmbito dos municípios de modo altamente particularizado. Em São Paulo, distintas instâncias estavam envolvidas. A Cobes era responsável pelas escolhas das favelas a serem atendidas e era dirigida por um jovem economista de 23 anos chamado Wilson Quintela, que ficou conhecido como "Wilson Favela" (ref. 1980-03-30). A Emurb desenvolveu os projetos e a Cohab era responsável pela "viabilidade sócio-econômica", pela execução das obras e sua comercialização. (ref. 1980-07-13).

[251] De acordo com um documento redigido pelas Irmãs Vicentinas, o Pró-Morar ofereceu atendimento a apenas quarenta favelas da cidade (ref. 1980-DÉCADA-L).

interessado em compreender o universo de valores e preocupações das pessoas atendidas e passou, assim, por mais de um "susto antropológico" (Luis se interessava por debates e autores das ciências sociais e tinha uma companheira que participara dos trabalhos e era cientista social).

Em suas palavras, "a gente começou a aprender um monte de coisas e acabou desenvolvendo um projeto totalmente fora daquelas visões que você tinha ao nível de faculdade de arquitetura." Tratava-se do projeto de uma "casa-modelo", desenvolvido em diálogo com a população, e que foi logo apropriado pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura (CREAs) para ser aplicado em todo o país "como referência de assessoria técnica à população". O sucesso engendrou a demissão de Luis menos de um ano após assumir o cargo: repórteres do Jornal da Tarde insistiram em entrevistá-lo e o prefeito, sentindo-se preterido, tornou-se "imediatamente um inimigo … falou para o secretário de planejamento para entrar na jogada, para providenciar a minha demissão, porque não toleraria ter alguém que a imprensa chegasse para entrevistar, porque o prefeito era ele" (no futuro, Luis voltaria a trabalhar em Diadema como coordenador da urbanização de mais de setenta favelas no município, aproveitando a experiência decisiva que desenvolveria na Vila Maria).

Pouco depois de sua primeira passagem por Diadema, Luis foi procurado por representantes da gestão Reinaldo de Barros para planejar a remoção de setenta mil moradores de favela em São Paulo. "A única pessoa que falaram que teria coragem de fazer isso é você", disseram a Luis os técnicos da prefeitura paulistana. Meu interlocutor aceitou o emprego e começou a estudar o assunto, solicitando levantamentos das áreas de atuação e visitando áreas como a Vila Maria, onde travou contato com lideranças locais. Logo de início, recomendou ao governo que os moradores de favelas permanecessem em seus bairros de origem, para não perderem vínculos de emprego, escola e outros. Disseram-lhe que Reinaldo de Barros precisava ser consultado, convidaram Luis a apresentar o raciocínio ao prefeito e depois veio a resposta: "O prefeito falou que aqui, nessa prefeitura, ninguém pergunta para o povo o que ele quer; a gente manda ele [povo] fazer. E se ele não fizer é para passar o trator em cima." Luis respondeu: "olha, está absolutamente claro para mim. Mas para fazer isso vocês não precisam de mim. Eu sou um arquiteto que trabalha com a comunidade a partir da compreensão que ela tem do seu universo … Se você vai passar o trator em cima delas, não precisa de mim. Eu me demito." Os funcionários retorquiram: "Não. Você pode ir para casa, pode fazer o que você quiser. Nunca mais apareça aqui, mas você é uma bomba atômica [alusão às repercussões da passagem de Luis por Diadema]. Nós não vamos dar demissão para você, o seu salário você vai receber mês a mês, até o término do governo." Luis precisou contratar um advogado e entrar com uma ação judicial para conseguir seu desligamento.

Neste ínterim, a primeira experiência do Pró-Morar estava prestes a ser inaugurada, justamente nas favelas da Vila Maria. Ironicamente, uma justificativa alegada para a

escolha da região era a possibilidade de manter as pessoas morando no mesmo bairro em que estavam, mas certamente pesou, como motivo essencial, a existência de alguns terrenos que não haviam sido grilados e ainda pertenciam à municipalidade: a construção em terras públicas permitiria que os lotes do programa, mais caros que as próprias moradias, fossem doados aos moradores, facilitando os cálculos do financiamento.[252]

De acordo com Luis, os técnicos "venderam as ideias para os moradores", mas estes continuaram "desconfiados", de modo que foi necessária a promessa de construir uma única casa para ser avaliada e suscitar críticas e modificações. A Cohab, no entanto, descumpriu o combinado e implementou de uma vez dois renques de moradias na Cidade Nova e cerca de 45 unidades num trecho do antigo leito do rio Tietê a leste da avenida

---

[252] De acordo com uma reportagem da época (ref. 1980-03-30). Nela, o prefeito se queixa do "grande gargalo" para a solução do problema das favelas na cidade: a indisponibilidade de terrenos ou o valor elevado dos que ainda havia disponíveis. Por isso, pretendia lançar "em questão de horas" uma lei de imposto progressivo, pela qual pretendia combater a "especulação imobiliária" e "colocar um zero a mais nos impostos dos terrenos desocupados". Com isso, acreditava que os terrenos ociosos e à espera de valorização seriam colocados no mercado e levariam a uma queda dos preços. Palavras de Reinaldo de Barros: "Atualmente, o cidadão compra um terreno e larga lá, esperando que a prefeitura leve luz, água, esgoto, ônibus, pagando uma ninharia de imposto. Depois a área fica tão valorizada que a própria Prefeitura não tem condições de desapropriá-la para executar seus programas." Na região da Vila Maria ou do Parque Novo Mundo, a reportagem conta que "há imensas áreas livres estocadas para especulação. Inúmeros proprietários de grandes glebas têm mais de três alqueires de terra … totalmente desocupados." O que não aparece na análise é o fato de que tais terras haviam pertencido, não muito tempo atrás, ao próprio poder público. Obviamente a lei aventada pelo prefeito nunca chegou a ser implementada e a discussão reapareceu muito tempo depois como pauta das esquerdas e tema do Estatuto da Cidade (Lei federal n. 10.257 de 10 de julho de 2001). Para ser aplicado, o imposto progressivo ainda depende de regulamentações no âmbito municipal, o que nunca chegou a ocorrer. Outra dificuldade citada por Reinaldo de Barros para dar andamento ao Pró-Morar era que os dois por cento do orçamento municipal dedicados ao programa não estavam sendo inteiramente alocados pelas assistentes sociais da Cobes, que reclamavam, por sua vez, da demora para a contratação de mais funcionários. Considerações adicionais de Wilson Quintela acrescentam motivos para a decisão de manter os moradores no mesmo bairro em que moravam: a grande oferta de trabalho viabilizada pelas transportadoras da região continuaria atraindo moradores, "e os primeiros, distantes do local de trabalho, teriam seus problemas de sobrevivência agravados". O diretor da Cobes cita a interessante informação de que 65% dos moradores economicamente ativos da região possuíam carteira assinada (ref. 1980.-03-30).

Tenente Amaro Felicíssimo da Silveira, até hoje conhecido como "Pró-Morar".[253] Entre os moradores, a medida gerou um sentimento de revolta e traição.[254]

Mais do que isso, as casas construídas causaram uma péssima impressão nos moradores e na opinião pública de modo geral. Antes de mais nada, estava o pequeno tamanho das moradias, compostas por um único cômodo acoplado a um banheiro, totalizando 23 metros quadrados. Numa reportagem, representantes do poder público justificaram a área reduzida com um levantamento da Cobes que apontava que apenas 24% da população morava em barracos com mais de 25 metros quadrados de área construída.[255] Acima disso, o diretor de planejamento da Cohab não escondeu o raciocínio de que "oferecer um espaço maior seria dar oportunidade para que ele fosse dividido por um número maior de pessoas." À reportagem, ele garantiu "que as experiências mostram que quando o morador de favela dispõe de mais espaço, traz outras pessoas da família para morar junto, ou aluga uma parte." Outro aspecto do projeto foi visto pelos moradores e pela opinião publica como dispositivo de contenção do aumento populacional ou

---

[253] Estou deduzindo que foram estas as primeiras casas construídas pelo programa. As da Cidade Nova não podem ter sido construídas depois, já que a população local ficou avessa às propostas do governo. As unidades a leste da avenida Tenente Amaro, por sua vez, foram designadas como "Pró-Morar - Fase 1" na cartografia de Maria Lúcia (PAULA, op. cit.) e a foto aérea de 1980-1981 sugere um número de unidades próximo a 45, compatível com o indicado numa reportagem que trata do descumprimento do acordo por parte da prefeitura (ref. 1981-10-14). Uma justificativa pouco convincente para a construção das moradias em série (e não da unidade individual) é fornecida por Wilson Quintela na reportagem que apresento na íntegra logo adiante.

[254] Pelo relato de Maria Aparecida, o descumprimento do acordo deixou a população "descontente" e "rompeu de certa forma o processo participativo, causando sérios problemas na área, pois parte da população não quis aceitar as casas", além de passarem a desconfiar das próprias assistentes sociais da Cobes. Elas foram criticadas por desempenharem um "duplo papel, ou seja, uma hora defendendo os interesses da clientela e outra a dos organismos que participavam do programa." (TEIXEIRA, op. cit., p. 354).

[255] Mesmo sem poder contar com o aumento da área interna das moradias, os técnicos consideravam o Pró-Morar uma boa opção para os moradores: "é justamente partindo da filosofia de que a casa-embrião é melhor que o barraco, já que pode contar com uma infraestrutura inexistente na favela, além de oferecer oportunidade para futuras ampliações, que os técnicos envolvidos na implantação do Promorar não aceitam as críticas que lhes têm sido feitas." Em dimensões mais precisas, as casas eram compostas de um cômodo com dimensões de 4,86 por 3,86 metros, além de um sanitário com 2,60 por 1,20 metros. Para todas as informações deste parágrafo, consultar a ref. 1980-07-13.

"controle de natalidade" (na expressão empregada por Irmã Iraci): a cobertura das moradias era em laje inclinada, de modo que ficaria impossível o acréscimo de andares superiores. Ainda que os lotes contassem com uma média de 75 metros quadrados e permitissem futuras expansões horizontais da área construída, seria muito difícil implementá-las no curto prazo, já que os contemplados pelo programa precisariam comprometer boa parte da renda num financiamento com duração de 25 a 30 anos.

Para além das dificuldades com o financiamento e o tamanho das moradias, havia preocupações com a qualidade construtiva, envolvendo aspectos técnicos que não estavam inteiramente claros para os moradores. A percepção de precariedade construtiva derivava do fato de que as casas não possuíam fundações convencionais, sendo sustentadas pelo sistema *radier*, descrito por Irmã Iraci como "uma peneira de arame" que "com o tempo ia rachar, ia pesar". Também, as vedações eram em parte compostas por paredes de gesso, motivo pelo qual as moradias ficaram conhecidas na região como "casas de gesso". Uma última lembrança de Irmã Iraci considerou as construções como "muito quentes", evidenciando preocupações com o conforto térmico, menos frequentes nos relatos.[256]

De qualquer forma, estas eram algumas das razões para que os moradores buscassem a ajuda de Luis Fingermann, o funcionário que haviam conhecido antes da implementação das moradias pelo governo. Quinze dias após se desligar da prefeitura, ele recebeu um telefonema de lideranças da Cidade Nova pedindo uma reunião à noite. Dirigiu até a entrada da favela, parou o carro, foi guiado até o miolo da comunidade com uma vela. Disseram-lhe: "a gente percebeu, quando o senhor veio aqui, que o senhor era diferente dos outros profissionais, e a gente queria alguém para ajudar a gente". Pediram a opinião dele sobre o projeto Promorar, estavam desconfiados que o poder público os estaria enganando sobre a qualidade construtiva das moradias e sobre a capacidade do projeto para abrigar todos os moradores, sem necessidade de remoções. Luis foi às repartições públicas, encontrou colegas e ex-colegas, teve acesso ao projeto, estudou-o e voltou a procurar a comunidade. Vamos acompanhar o relato de Luis Fingermann sobre os acontecimentos subsequentes:

> Marcaram uma reunião onde eu retornaria para apresentar minha visão técnica … Eu chego lá, uma reunião com cadeira pra cacete, tinha quinhentas, seiscentas pessoas ali. Aí começaram batendo palma, e silêncio. Aí [alguém]

---

[256] Na entrevista com Roberto Saruê, membro da diretoria do Instituto de Arquitetos do Brasil, encontramos críticas quanto à falta de ventilação das moradias, pelo fato de serem construídas em grupos de dez ou doze e geminadas lateralmente e nos fundos. O arquiteto reconhece também a "precariedade" construtiva das moradias e sua implementação em "terrenos pouco resistentes". (ref. 1980-04-28, 1980-07-13) O projeto também recebeu "inúmeras críticas por parte de representantes da Cobes" (ref. 1980-06-04).

> falou assim: ´vamos ouvir o engenheiro Luis´ – arquiteto em campo vira engenheiro, né? [risos]. Contei que estive lá, tive acesso ao projeto e tudo mais. ´Para ser objetivo, vocês fizeram uma série de questões para mim. A primeira questão, essa casa que eles vão fazer, vai cair? É instável? Olha, primeira questão, a casa não vai cair´. Na mesma hora o pessoal enlouqueceu: ´Traidor! Nós que estamos pagando consultoria!´, jogando garrafa, cadeira em mim. Eu bati palma forte, eu tinha presença de espírito, sabe? E falei assim: ´vocês me contrataram para eu vir aqui mentir ou vir aqui para falar a verdade?´ O pessoal [gritou], em coro, que nem no [programa] Silvio Santos: ´falar a verdade!´ Falei assim: ´estou falando a verdade, se vocês não gostam o problema é de vocês, mas a verdade é: essa casa não vai cair. Agora, segunda coisa, ela não possibilita vocês fazerem o segundo andar, ela é uma merda, porque é um sistema construtivo que você, construindo, qualquer reforma, qualquer ampliação, você tem que ter o mesmo sistema, e vocês não conhecem, não sei o quê. Aí sim, eles começaram a entender, começaram a bater palma para mim.[257]

Assim começou uma relação de confiança que levaria Luis a desempenhar uma função essencial nas transformações não apenas da Cidade Nova, mas de várias outras favelas da região.[258] Por ora, armados das impressões obtidas *in loco* e do parecer técnico de Luis, as lideranças resolveram recusar a fase dois do Pró-Morar na Vila Maria e perguntaram ao arquiteto se era possível urbanizar a favela por conta própria. Luis disse

---

[257] O diagnóstico de que as moradias eram estáveis foi desmentido pelo tempo: uma notícia de janeiro de 1981 cita "constantes desabamentos das casas do Pró-Morar no Parque Novo Mundo" (ref. 1981-01-25). Um relatório das Irmãs Vicentinas com data não inferior ao ano de 1984 observa que as construções "já [estavam] rachadas" (ref. 1980-DÉCADA-L). Carminha se lembrou que muitas pessoas que receberam as casas "foram desmanchando e construindo em alvenaria" e Cosmo, que na época foi contratado por moradores para reformar muitas dessas construções, afirmou que "teve que derrubar as casas, de tão ruins que eram".

[258] De fato, Luis acabou coordenando a urbanização de todas as favelas da região, com exceção da São João, porque ali os moradores manifestaram "medo de se contraporem à prefeitura". Luis será citado também na urbanização da Vila Nova Tietê.

que era muito complexo, mas possível, e aceitou trabalhar para a população, que fez questão de lhe pagar o mesmo salário que recebia da prefeitura.[259]

Antes de tratar dos pormenores deste processo, vale a pena reproduzir na íntegra uma notícia de jornal de abril de 1980, pela riqueza de detalhes com que descreve um encontro entre moradores e representantes do poder público que ainda tentavam argumentar a favor do programa habitacional. Podemos imaginar que a recusa dos moradores, no contexto de repressão da ditadura, provocou um sentimento de surpresa e desorientação que a reportagem soube captar muito bem.

> **Trocar as favelas pelas casas da foto abaixo? Os favelados preferem continuar como estão.**
> – Nós não queremos as casas. Ninguém vai ficar com elas.
> O BNH liberou uma linha de crédito para pôr em execução em São Paulo o projeto "Pró-Morar", voltado para pessoas de baixa renda. A Prefeitura de São Paulo repassou o dinheiro para a Cohab, que começou a construção das casas seguindo o projeto e infraestrutura criado pela Emurb, no começo do ano. Tudo correu bem e as primeiras 110 das 325 unidades da primeira fase devem

---

[259] Um relato de Luis aparece numa reportagem da época: "Trabalhei para a prefeitura em programas de remoção de favelas ... Contudo, o programa Pró-Morar não assumiu compromisso com a população, não a consultou e acabei me desligando do programa. Assim quando os moradores da Funerária foram comunicados, autoritariamente, sobre o Pró-Morar, se recusaram a aceitá-lo e me chamaram para uma reunião, onde queriam minha opinião sobre o assunto.' [p.] Logo, ele deixou clara a necessidade de um projeto que partisse da população e atendesse a suas necessidades.'" (ref. 1981-08-25) Luis foi remunerado como um profissional que estava prestando um serviço: as lideranças investigaram, descobriram quanto ele ganhara como funcionário público e ofereceram-lhe um salário equivalente, a despeito dele ter insistido que o valor era alto. "Não queremos um técnico para vir trabalhar pela gasolina, queremos um técnico que, se precisar chamar a atenção dele, a gente pode chamar". Vencendo o mês, Luis "ficava envolvido no trabalho e esquecia" de retirar o pagamento. "Tocava o telefone à noite, na minha casa: 'Alô?' [e um representante dos moradores dizia:] 'Por que você não veio buscar seu cheque?' [Luis:] 'Nossa, eu esqueci, mas amanhã cedo a primeira coisa que vou fazer é pegar meu cheque.' 'Estamos esperando!', pá! [sinal de telefone batendo]. Bravos! Era assim a relação." A história ajuda a especificar a forma de inserção de Luis entre os moradores: em certo sentido ele parecia ser visto estritamente como um prestador de serviço, embora houvesse nítidos laços de sentimento e estima. Diria que a inclinação anarquista de meu interlocutor, fundamentalmente preocupada com o cultivo da autonomia política dos moradores, acomodava-se bem a esta combinação de um papel objetivo ou instrumental com uma relação mais próxima de cuidado e afeto.

estar concluídas até o final do semestre. E são justamente os moradores das oito favelas do Parque Novo Mundo, as primeiras a serem beneficiadas pelo projeto São Paulo [sic], que agora estão recusando as casas.
A decisão foi tomada na última quinta-feira, à noite, quando cerca de 40 representantes das oito favelas reuniram-se numa pequena capela de madeira da favela Beibinha. Sentados em antigos bancos escolares com a inscrição "Brazil", todos escutaram atentamente os oradores revezando-se para condenar as casas já construídas e apresentar opções. Foi lembrada a promessa de Wilson Quintela, assessor do prefeito Reynaldo de Barros, de que seria construída uma casa modelo para que todos pudessem visitá-la e depois apresentar críticas e sugestões. A promessa não foi cumprida, e quando os moradores foram visitar as primeiras 45 unidades, tiveram uma surpresa:
– A casa não tem alicerce, somente uma placa de concreto de apenas cinco centímetros com uma malha de ferro muito fina. As paredes não têm viga e a laje está em declive, o que no futuro vai impedir que a gente construa um cômodo superior – explicava Júlio José dos Santos Filho, pedreiro, morador da favela Funerária, que ajudou a fundar há seis anos.
A opinião de que "um dia a gente vai voltar para casa e ver a família soterrada entre as paredes" está generalizada. Todos acreditam que, à passagem de um caminhão mais pesado (a região é cercada por empresas transportadoras) ou num dia de chuva mais forte as paredes cairão. Para aumentar esse temor, todos lembram que as casas foram construídas num terreno "mole", onde antes ficava o leito do Tietê.
O tamanho da casa também não agradou. Elas foram construídas em grupos de dez ou doze, geminadas lateralmente e ao fundo, com um cômodo único de 20 metros quadrados e um banheiro externo com cerca de três metros quadrados: "Como é que uma família com seis ou sete filhos vai poder viver num cubículo desses, não tem espaço nem para um casal?" reclamava um representante da favela Maria Quedas.
O preço da casa-embrião completa o quadro de dúvidas e anseios dos favelados, que não imaginam "quanto ela vai sair para nós depois de 25 anos", como pergunta uma carta aberta "À População das favelas". Na verdade, o temor nasce no fato de que grande parte dos homens da favela sequer gastam com condução, pois estão empregados numa das inúmeras empresas transportadoras que estão instaladas na região. "Nós não temos dívidas porque não podemos pagá-las. Como é que vamos poder pagar essas casas durante 25 anos, com quatro aumentos por ano?" pergunta Luís Pereira de Araújo, há três anos morador da favela Funerária.
A proposta mais aplaudida na reunião foi lotear a própria favela, com financiamento do terreno e do material pela Prefeitura:
– Nós mesmos, trabalhando em mutirão aos sábados e domingos, temos possibilidade de transformar a favela numa vila em um ano, no máximo em dois. A favela só é favela pelo salário mínimo que a gente ganha, que não nos dá condições de comprar um terreno ou alugar uma casa – afirmava Júlio, muito aplaudido.
No sábado todos estavam preparados para a nova reunião com Wilson, que desta vez veio acompanhado do próprio diretor-presidente da Cohab, Henry Cherkezian, e do diretor da Emurb, Otávio Speranzini, que tiveram de passar por um grupo de aproximadamente 100 manifestantes portando faixas para

> poder entrar no centro comunitário da favela Marconi, onde o encontro começou às 14 horas.
> Depois da leitura de duas cartas dos favelados endereçadas ao prefeito, Otávio passou a explicar o projeto básico da casa-embrião, "instalada num terreno de 5x15m, urbanizado, onde vai ser possível instalar água potável, esgoto, luz, em ruas onde vão poder passar o caminhão de gás, a ambulância, coisas que hoje vocês não têm".
> Otávio passou então a mostrar as plantas com as propostas de ampliação da casa-embrião, provando que ela pode vir a transformar-se em uma casa ou sobrado de até quatro cômodos. Não respondeu, entretanto, a pergunta de um favelado: "Como é que um pai de família com seis filhos vai poder fazer a ampliação na casa-embrião enquanto estiver pagando por ela? Só depois de 25 anos?"
> Henry tentou, inutilmente, convencer os representantes da resistência das casas: "Nós, na Cohab, fazemos há muitos anos apartamentos de até cinco andares sem colunas ou vigas, são novas técnicas de engenharia."
> A seguir, a comissão de representantes ficou sabendo que o preço atual da casa-embrião é de Cr$ 140.929,26, que deverão ser pagos em 25 anos; a prestação atual é de Cr$ 501,56, que deverá sofrer aumentos apenas em função da correção monetária e um juro de 1% ao ano. Wilson prometeu estudar a proposta de lotear a própria favela:
> – Mas o que eles não estão entendendo é que, comprando a casa-embrião, estão recebendo junto o lote tão desejado, o que já é uma forma de subsídio, pois o metro quadrado na região vale dois mil cruzeiros. Mas nem todas as favelas poderão ser loteadas, pois algumas estão instaladas sobre córregos.
> Wilson justificou a não construção de uma casa-modelo lembrando que o sistema "Radier", que está sendo empregado nas casas-embrião, não permite a construção de uma única casa". O assessor do prefeito, entretanto, reafirmou o prosseguimento do projeto, que visa principalmente não deslocar a favela, "pois sua mão-de-obra está concentrada nessa área, nas transportadoras":
> – Quando abrirem as inscrições para a compra das casas, vão-se formar filas; 70% dos favelados aqui estão vivendo em barracos menores do que os 23 metros quadrados oferecidos pelo Pró-Morar.
> Os representantes, por seu lado, saíram da reunião com uma impressão de vitória, por terem deixado claro sua recusa de ficar com as casas e a proposta alternativa de lotear a própria favela e urbanizá-la.[260]

Talvez possamos atribuir também aos moradores um sentimento de surpresa, na medida em que se deram conta de uma capacidade singular de reação, condensada, ao que tudo indica, ao redor da figura de Julio. É o que sugere Irmã Iraci ao observar que, com a recusa do Pró-Morar, ele "se tornou um mito da noite para o dia, um líder! Hábil,

---

[260] Encontrei esta reportagem no acervo das Irmãs Vicentinas e na dissertação de Maria Lúcia (ref. 1980-04-28). Parece nítido que os moradores já estavam munidos dos argumentos técnicos fornecidos por Luis Fingermann, embora ele não fosse citado e não participasse por questões de segurança — não é demais lembrar que os acontecimentos ainda ocorriam no contexto da ditadura. Mais adiante, cito o relato de um atentado contra a vida de Luis.

né?" De fato, Luis se lembrou de sua relação "estreita com Julio, mais com ele do que com qualquer outro… me dava bem com todos, com a diretoria toda, mas ele era quem estava comigo sempre em campo".

Irmã Iraci observou que depois da recusa do Pró-Morar, moradores de favelas como a Massari e a São João procuraram Julio para saber se o projeto era bom, se deviam aceitá-lo, se havia alternativas melhores. Por isso, "o pessoal [do programa Pró-Morar] tinha medo dele". Tentaram, assim, anular sua influência, propondo a implementação de uma creche e de um Osem (Organização Sócio-Educativa do Menor) na Cidade Nova, em troca

de seu silêncio e de sua retirada nas negociações com as favelas vizinhas.[261] Eis a origem dos dois convênios que passaram a beneficiar a Cidade Nova, incluindo a construção do galpão da creche, logo convertido em espaço comunitário (como vimos no segundo capítulo). Mesmo aceitando o acordo, Julio não hesitou em traí-lo: para driblar os

---

[261] A reportagem de maio de 1981 cita a creche já em funcionamento (ref. 1981-05-14). Os detalhes de como este espaço foi apropriado foram tratados no capítulo anterior. Para Irmã Iraci, a creche foi construída "para agradar" ou "para ver se o pessoal ficava alegrinho e aceitava o Projeto Pró-Morar". Nas palavras de Julio, a creche foi oferecida "para nós não atrapalhar … ele [governo ou representante público] fez um contato comigo, 'eu faço sua creche, eu te dou a creche (…) Eu vou te dar a creche e vou te dar o Osem, já está montado, está bonitinho. Faço o convênio para vocês e vocês deixam nós trabalhar no Pró-Morar'. Porque quando estava fazendo nós juntava a turma e ia lá para ver se o projeto era certo ou não, se não fosse certo, parava. 'Se deixar nós trabalhar com o Pró-Morar. Topa?' Digo 'topo. Mas eu quero ver a creche e quero ver o Osem. … Só que eu não intervenho na hora da negociação.'" Maria Ruth Sampaio comenta que Reynaldo de Barros se sentia pressionado pelos movimentos da época e que sua alegada disposição para conversar com eles "era sem dúvida decorrente da necessidade de estabelecer estratégia destinada a neutralizar essas formas de organização popular mais combativas". Acrescenta que o termo "participação" não significava possibilidade de discutir, escolher e alterar um projeto, mas em obter apoio das lideranças, ouvir suas reivindicações e atender as que fossem consideradas como mais viáveis: "A partir da identificação de lideranças, chegava-se ao conhecimento das principais reivindicações da população. O passo seguinte consistia em obter o apoio desses líderes, se necessário com troca de favores. Esses procedimentos eram utilizados principalmente nos programas de interesse social, pois considerava-se que grande parte do contingente dos recém-chegados à cidade encontrava-se 'em situação de disponibilidade política' [expressão atribuída a Francisco Weffort]. Após o conhecimento das reivindicações, aquelas que fossem consideradas viáveis eram atendidas. … As tentativas de cooptar os líderes variavam desde a oferta de emprego em algum órgão municipal ou empreiteira até a concessão de embriões (no caso do Pró-Morar) para o líder e seus protegidos, ou melhoria da habitação ou do acesso a ela (no caso do Pró-Periferia). Quando a liderança cedia, era prestigiada, tornando-se o canal que informava à população do benefício conseguido, valorizando-se frente à comunidade como aquele que tinha força para obter benefícios para o núcleo." A cooptação teria ocorrido mais no Pró-Morar que no Pró-Favela ou no Pró-Periferia, porque no primeiro caso a população morava em São Paulo há menos tempo, estava mais ameaçada de remoção e mais necessitada de emprego. Mesmo os Conselhos Comunitários "não tinham qualquer poder de decisão" e se limitavam a funcionar como canais de reivindicações que deveriam substituir aqueles organizados pela população local. Ou seja, eram mais uma "tentativa de neutralizar a ação dos movimentos populares mais combativos, camuflando uma

"olheiros" que entravam disfarçados nas reuniões de moradores, conversou secretamente com representantes de outras favelas e praticamente todas recusaram adesão ao programa.[262] Além do já citado Pró-Morar (fase 1) e dos renques de moradias na rua Getúlio Vargas na Cidade Nova, a prefeitura conseguiu construir outros dois conjuntos, hoje conhecidos como "Casinhas" e "Vila Nova Curuçá".[263] Ao todo, menos de 300 casas

[262] Em termos específicos, Maria Lúcia afirma que as favelas Marconi, Funerária, Cidade Nova e Vila São João recusaram o Pró-Morar. Em razão do acordo estabelecido, Julio afirmou que "não entrava no meio da negociação deles … mas por fora eu deixava o pessoal bem adoçado, aí ia com a coisa certa. Eu não podia estar no meio do pessoal de fora. Na minha favela eu podia ir, mas na favela de fora eu não podia. Então eu fazia reunião com eles escondido, na calada da noite, porque todo lugar que ele [representante do governo] ia fazer uma reunião tinha um olheiro, fiscalização da prefeitura para ver, disfarçado, que a gente não conhecia. Aí nós viemos fazer reunião na calada da noite e não marcava o dia, era para marcar a outra seguida por carta. Porque o cara [olheiro] estava lá. Aí ninguém aceitou. Aí ele apelou para o Cingapura." A frase final de Julio neste trecho relaciona a tentativa de implantar o programa Pró-Morar, durante a gestão estadual de Paulo Maluf (1979-1982), com o projeto Cingapura, proposto quando o mesmo político governava a cidade de São Paulo mais de dez anos depois (1993-1996). Ela ilustra o modo como meus interlocutores concebem uma temporalidade que se prolonga no tempo, interligando acontecimentos distintos como parte de um mesmo processo. Certamente pesou o fato de que a segunda fase do Pró-Morar, abortada com a recusa dos moradores, situaria-se no mesmo local em que foi construído o Cingapura Novo Mundo — de acordo com as indicações da cartografia de Maria Lúcia (PAULA, op. cit.).

[263] Como observei no primeiro capítulo, tudo indica que este último loteamento perpetuou o nome originalmente associado ao trecho da Marconi correspondente às áreas Um e Dois, da urbanização empreendida pelas assistentes sociais da Cobes.

foram construídas numa região com quase dois mil barracos. A maioria dos inscritos no programa proveio de favelas menores como a Beibinha, o Charco e a Massari.[264]

3.4. Cidade Nova: urbanização

Para Maria Aparecida, a primeira urbanização de favelas da cidade foi a protagonizada pelas assistentes sociais da Cobes na Marconi, durante a gestão Olavo Setúbal (conforme vimos no primeiro capítulo). No relato de Luis Fingermann, porém, a favela Cidade Nova foi a primeira a ser urbanizada em São Paulo. Estas colocações trazem implícitos critérios ligeiramente diferentes para definir o que é uma urbanização, mas o importante é compreender que, em ambos os casos, as transformações foram radicais, envolvendo a demolição do conjunto dos barracos, o aterramento de toda a área por eles ocupada, bem como a construção de novas ruas e moradias. No caso da Cidade Nova, não havia intenção de acomodar mais famílias do que as que já viviam no local e as

---

[264] Pela reportagem de março de 1980, a prefeitura pretendia construir 325 casas-embrião (ref. 1980-03-30) e a previsão de conclusão estava fixada para julho do mesmo ano (ref. 1980-06-04). Em meados de julho, porém, as primeiras 122 moradias ainda estavam para ser entregues e outras duzentas deviam estar concluídas em 45 dias, para um total de 322 casas (ref. 1980-07-13). Nesta última reportagem, Wilson Quintela alega que a prefeitura estava priorizando moradores das favelas do Charco, Beibinha e Massari porque possuíam barracos na beira do rio e avalia que, apesar da resistência inicial, o projeto já estava sendo bem recebido. Ele fala de 750 inscritos para as 322 casas. Outra reportagem, publicada no fim do ano, fornece números confusos e parece confirmar que apenas 290 casas haviam sido construídas, embora previsse a construção de outras 152 unidades (ref. 1981-11-22). A observação da cartografia de Maria Lúcia e das fotos aéreas de 1980-1981 e 1986 permite identificar os seguintes números: (A) 15 a 20 casas na rua Getúlio Vargas na Cidade Nova e cerca de 50 no "Pró-Morar - Fase 1" — já citadas anteriormente; (B) cerca de 100 moradias no bairro das "Casinhas", designado como "área para favela Beibinha" na cartografia de Maria Lúcia; (C) como disse, o "Pró-Morar - Fase II" não foi construído; (D) aproximadamente 150 casas no loteamento "Vila Nova Curuçá", que aparece apenas na foto de 1986 e é designado como "Pró-Morar - Fase III" por Maria Lúcia. Neste último conjunto, a autora observa que "a equipe social" teve um papel "meramente administrativo" e que os "moradores de Vila Nova Curuçá receberam a benfeitoria, registrando-se depois uma grande flutuação da população." (PAULA, op. cit., p. 188-189).

transformações dependeram quase inteiramente dos moradores, com ajuda mínima do poder público — estamos, assim, diante de acontecimentos notáveis, que merecem ser acompanhados de perto. Posteriormente, falarei das transformações empreendidas também sob a orientação de Luis na Vila Nova Tietê, menos drásticas, mas igualmente significativas.

Entre os objetivos primordiais da urbanização da Cidade Nova estava o aterramento da favela, como forma de elevar o nível das construções e torná-las menos suscetíveis a enchentes. As obras poderiam comprometer o funcionamento das redes de água e eletricidade anteriormente conquistadas. Mais do que isso, como se sabe, o transporte de terras é um dos itens mais caros da indústria da construção e não poderia ser pago pelos moradores. Foi preciso, portanto, recorrer ao poder público, mesmo depois que a população havia recusado o programa Pró-Morar — assim, no relato de Julio, uma situação embaraçosa marca o início de uma tensa reunião ocorrida no edifício Martinelli envolvendo, entre outras pessoas, Paulo Maluf (governador do Estado), Wilson Quintela (diretor da Cobes), Mário Covas (mediador e apoiador dos moradores) e uma delegação de seis representantes da Cidade Nova, incluindo Irmã Elza Baeta Barbosa. Para captar a riqueza e complexidade do evento, prefiro reproduzir trechos de minha entrevista com Julio.

> — [Maluf, dirigindo-se a Julio:] 'Você pediu água e luz, o Covas te deu água e luz. Agora você vem atrás de aterro? Fiz as casas para vocês e vocês não quiseram. E agora o que é que o Senhor quer? Aterrar tudo?' Eu digo 'é… Doutor, foi um erro, eu sou analfabeto. Qual é o homem que não erra? Aquele que não faz nada.' [Maluf:] 'Você é um corrupto, rapaz. Você é corrupto: vive aí para ver se pega algum trocado para não trabalhar.' Eu digo 'o senhor está enganado, eu trabalho na melhor indústria do mundo.' Aí peguei minha carteirinha e entreguei na mão dele.[265] Aí ele olhou e falou: 'é, e o que é que você quer, com o dinheiro que você ganha dá para comprar uma casa.' Eu digo: 'eu não estou pegando terreno do Senhor. E outra, que não é para mim, só. Eu trabalho para uma comunidade, que tem confiança em mim.' Aí ele levantou, quando ele levantou eu digo: 'doutor!'
> — Ele levantou para ir embora?
> — Não, ele levantou para sacudir a mesa em cima de mim.

[265] Tratava-se da carteira de trabalho de Júlio, onde constava seu registro como empregado da Dixie-Toga, uma fábrica de papel no Parque Novo Mundo que imprimia, entre outras coisas, matéria-prima para a fabricação de cédulas de dinheiro. Nos anos 1980, a categoria legitimadora do trabalhador era acionada com grande frequência, em conformidade com uma época de predominância do capital produtivo (FELTRAN, 2011b). Fraya Frehse (2013, p.115-116) observa que documentos como a carteira de trabalho representavam um símbolo de status nas ruas brasileiras, e "tinham o poder de livrar o detentor de eventuais suspeitas de 'vadiagem'".

— Como assim?
— Ele se irritou porque eu falei para ele que eu trabalhava com uma comunidade, ele era contra favelado. Ele não queria que levantasse favela. Aí ele levantou, eu digo: 'minha educação depende da sua. Se você jogar a mesa em cima de mim, eu jogo o tamborete na sua cabeça, não tem nem conversa.' Aí ele levantou, quando ele levantou ele agarrou na mesa, eu agarrei no outro lado, nós suspendemos a mesa.
— Vocês prenderam a mesa?
— Suspendemos a mesa. … O Mário Covas [disse:] 'gente, tenham educação, é uma reunião.' Aí lá ele [Maluf] pediu desculpa. Mas rapaz, aí ficou aquele trem e eu disse: 'vocês vão me ajudar a aterrar a favela?' Ele falou: 'se você aterrar a favela, eu dou o material' [para construção das futuras moradias].
— Ah, foi o Maluf que falou isso?
— Foi. … Ele falou, depois virou para o secretário e falou: 'você concorda?' Ele [secretário]: 'concordo.' … Mário Covas falou: 'dou uma parte. Dou uma parte do material.' Eu digo: 'e terra, eu vou arrumar onde?' Maluf disse: 'se vire.' Eu, com raiva dele, assinei [Maluf havia proposto uma espécie de contrato, como ficará claro mais adiante]. Com raiva dele, eu disse: 'eu me viro, que eu aterro a favela todinha.'
— Mas você assinou o quê?
— Uma promissória: se eu não aterrasse a favela, eu perdia o lugar para ele fazer casa Pró-Morar.
— Aí vocês iam ter que sair?
— Tinha que sair para ele fazer as casas e nós voltar, fazer do jeito que ele queria, de teto arriado [referência à cobertura inclinada das casas do projeto Pró-Morar].
— Tá, então era assim: ou vocês arrumavam o aterro e ele dava o material para vocês construírem as casas do jeito que vocês quisessem…
— Construir do jeito que nós queria, é, financiado.
— …ou vocês tinham que aceitar o Pró-Morar?
— Isso.
— Quem que fez esse contratinho para assinar lá na hora?
— Lá na hora eles mandaram bater, o cara que estava lá.
— Ele escreveu: 'ah, não sei o que, se arrumar terra…'
— 'O senhor Júlio, que ele aterra a Cidade Nova e nós dá o material de construção para ele construir e coloca água, levanta água e luz. Se ele não aterrar, ele tem 90 dias para começar, se não aterrar, nós vamos aterrar.'
— E aí fazia o Pró-Morar?
— Faz o Pró-Morar. Aí eu olhei para um canto, olhei para outro, não olhei para o meu secretário também, nem olhei para Irmã Elza que estava comigo. Eu digo: 'faça que eu assino, faça que eu assino, vou contar: eu sou um homem, eu sou analfabeto. Mas eu tenho coragem. E tenho palavra.'
— Se você olhasse para a Irmã você acha que ela não ia deixar?
— Não ia deixar. Eu decidi naquela hora, que ela não ia deixar. E Zé dos Anjos pior, Severino era outro incrédulo que não acreditava em nada. Aí eu: 'vamos tentar'. 'Assina aqui', eu assinei, 'uma testemunha da minha parte, vai uma, agora coloca uma da sua, que é para não ter conversa'. Aí o Zé assinou, falou: 'seu Júlio…', eu digo 'assina'. 'Seu Júlio…', eu digo 'assine!' E ele assinou. Aí vim de lá para cá, quando cheguei na estrada, a ficha caiu. 'Mas onde é que eu vou achar terra? Mas eu vou embora.' Cheguei cá, a Irmã Elza começou a

chorar: 'seu Júlio, eu vou falar com o senhor agora, onde o senhor vai achar terra?' Eu digo: 'eu fiz essa pergunta para mim mesmo.'
— Quem falou isso para você?
— A Irmã Elza. Do carro, que eu tinha uma perua Kombi de nós carregar o pessoal. Aí 'onde vai achar terra', eu digo: 'essa pergunta eu fiz para mim'. Ela olhou: 'é, maior é o poder de Deus'. Eu digo: 'falou também o que eu falei, que maior é os poderes de Deus. E se ele colocou eu para a luta é que ele vai me ajudar'. Aquela fé grande. Cheguei em casa, tomei um banho, me deitei. Custei a dormir pensando, né? Quando foi cinco horas da manhã eu acordei, quando eu acordei que abri a porta, Deus falou comigo. 'Tem um metrô lá em Tatuapé, a terra está encostando quase no céu, vamos buscar?'
— O Senhor ouviu isso aí?
— Ouvi, ouvi a Palavra, ouvi desse jeito.
— Teve essa ideia assim, apareceu na cabeça?
— É. Aí eu subi, ainda tinha uma pontezinha de tambor ali dentro [referência à ponte de tambores que cruzava o rio Tietê], eu cortei ali por dentro e saí lá, quando cheguei lá [obras do Metrô Tatuapé] a terra estava lá em cima. Lá que o trator subia assim para levar a terra lá, que não tinha lugar de jogar.
— Direito, como o senhor tinha imaginado?
— Direito, como eu tinha imaginado. Aí eu falei com o guarda.
— Mas o senhor sabia que tinha um metrô lá, né?
— Sabia que estava tendo metrô lá, que estava naquela estação Tatuapé, aquela linha não é, que vai para Itaquera, ia. Aí eu falei com ele, o guarda falou: 'daqui a pouco o Zelão está aí'.
— Quem?
— O Zelão, que era o encarregado. Aí ele veio num fusquinha meio bege, aí eu falei com ele, ele falou: 'mas é um carrinho? Um caminhão de terra?' Eu digo 'não, Doutor, eu quero essa terra todinha e mais'. Ele falou: 'aonde?' Aí eu digo 'ali, encostado na via Dutra, lá atrás da Cometa'. Ele falou: 'sei onde é que é, naquela baixada, tinha uma favela', eu digo: 'a favela que eu vou desmanchar'. Ele falou 'entra aqui, e aí entrou lá dentro, guardou as coisas dele, falou com o chefe'.
— Ele era encarregado [responsável pela coordenação das obras do Metrô]?
— Era encarregado, né? Deu a terra para nós. Aí ele chegou cá, eu mostrei para ele, entremos na favela, que não dava para entrar carro, a rua era desse tamanhozinho assim. Nós deixemos o carro, ele: 'pode entrar com você?' Eu disse 'pode, tem vagabundo, mas não mata você não, se matar você, mata eu primeiro. Pode entrar'. Aí nós entremos, mostrei para ele, aí saiu, ele falou: 'vou meter os canos, o trator agora de tarde aqui ó, fazer um caminho. Só tinha o Atacadão do lado e o resto é tudo vazio, as casinhas onde fez aquele Pró-Morar. Achei uma estrada, fui pedir [para] o homem lá [dono do Atacadão], o homem deixou, eu achei uma estrada lá por aquele meio.
— Ah, então vocês entraram pela marginal?
— É, pela marginal, é. Na Aricanduva. Entrava lá na Aricanduva e já descia na mão.
— Então, e para o metrô foi bom, né? Porque eles se livraram da terra, e aí era ali pertinho, né?
— Ele [encarregado ou engenheiro da obra do Metrô] falou naquela época: 'se você tirar essa terra, eu te dou setenta cruzeiros', naquela época. … 'setenta

cruzeiros'. Aí o chefão falou: 'dou mais trinta', formou cem cruzeiros. Dinheiro hein?
— Era muita coisa?
— Era muito dinheiro. Era muito dinheiro. … Eu disse, eu olhei para ele assim, eu disse: 'se eu tivesse mil eu te dava só para aterrar aquela favela'. Ele falou: 'o cara [Júlio] estava falando é sério'.
— Mas eles não perguntaram se o senhor tinha autorização, se o terreno era de alguém?
— Eu já tinha a cópia do aterro na mão, eu trouxe uma cópia.
— Do contrato?
— É, do contrato.
— Que o senhor assinou com o Paulo Maluf?
— Isso, eu mostrei para eles. Ele falou: 'pois eles vão te dar esse material, com noventa dias eu vou pôr essa terra toda lá'. Que é o prazo que eu tenho, que deram, que é noventa dias.
— Era o mesmo prazo?

— Era.[266]

Assim que Julio garantiu a conexão da Cidade Nova com a Marginal Tietê, tratores e caminhões começaram a trazer e assentar pelo caminho pedras "tamanho quatro", grandes, para consolidar a passagem. Em três dias "a estrada estava pronta para passar o que quisesse, aí os caminhões começaram a entrar na favela", afirmou Julio. Registros da época confirmam que as obras do aterro duraram pouco menos de três meses e elevaram a cota média da área em um metro e vinte, o que implica na chegada de cerca de dez caminhões de terra por hora, ininterruptamente. Não é preciso dizer que as construtoras

---

[266] Partes desta história foram contadas de modo mais sucinto em outras entrevistas e documentos, diferindo em alguns pormenores. Gildésio, por exemplo, disse que o desafio de aterrar a favela foi proposto pelos moradores ao município (e não ao governador do Estado), como forma de conseguirem recursos para a construção das casas. O próprio contrato teria sido redigido pelos moradores e entregue ao prefeito — por mais improvável, esta versão reforça a imagem de uma coletividade forte e mobilizada. Assim como Gildésio, um documento das Irmãs Vicentinas afirma que o acordo teria sido feito com a prefeitura e mais particularmente com Wilson Quintela (ref. 1980-DÉCADA-L), embora um tão jovem assessor do prefeito não pareça o melhor candidato para virar a mesa sobre Julio. Até onde faz sentido o esforço de compatibilizar estas versões, diria que nada impede que ambas as figuras políticas estivessem presentes e que Wilson Quintela fosse mais lembrado por ter efetivamente redigido um acordo proposto na mesma ocasião por Paulo Maluf. Por sua vez, a ideia de aterrar a favela foi atribuída, nas falas de Gildésio, Iraci e Luis, a um morador que participava de uma assembleia. "Alguém deu a ideia numa discussão, achando que estava falando bobagem", lembrou Luis. O fato de Luis não ter se lembrado espontaneamente da figura de Julio reforça a hipótese de que este "alguém" é justamente o presidente da União de Moradores. Depois, Luis reconheceu a importância de Julio e considerou possível a história do sonho, ressalvando, contudo, que referendou a ideia numa discussão coletiva antes que o metrô fosse procurado. Divergência mais significativa surge quando comparamos os fatos apresentados com uma lembrança em que Luís aparece, ele próprio, obtendo verba para construir cento e cinquenta casas — provavelmente se trata de outra negociação, já que ocorreu, de acordo com meu interlocutor, perto do fim do mandato de Reinaldo de Barros. Vale citá-la, de qualquer forma: Luis foi procurado pelo sobrinho do prefeito, que falou das intenções do tio de continuar na política e da capacidade que Luis tinha de "destruí-lo". Perguntou, então: "o que você quer para não ferrar meu tio?". "Não quero nada", disse Luis. "Eu não trabalho por política, mas porque eu gosto mesmo [risos]". Acrescentou, no entanto, que "a população precisa de apoio", e com isso conquistou verba para construir as casas. Sabemos que Luis coordenou as transformações de várias favelas da região, de modo que provavelmente esta negociação não está relacionada à Cidade Nova.

Beter e Passarelli, envolvidas nas obras do metrô, obtiveram uma grande economia por disporem de um local próximo para despejar o excesso de terra. No entanto, as relações com os moradores foram além do estrito interesse mútuo, já que as empreiteiras forneceram gratuitamente tratores para compactar o terreno. Conforme a lembrança de Irmã Iraci, "tinha trator dia e noite trabalhando aqui".[267] Assim, lembranças da época foram explícitas em reconhecer e agradecer pela ajuda prestada pelas empresas, a exemplo da história desenhada em uma das páginas da revista da União de Moradores de 1980:

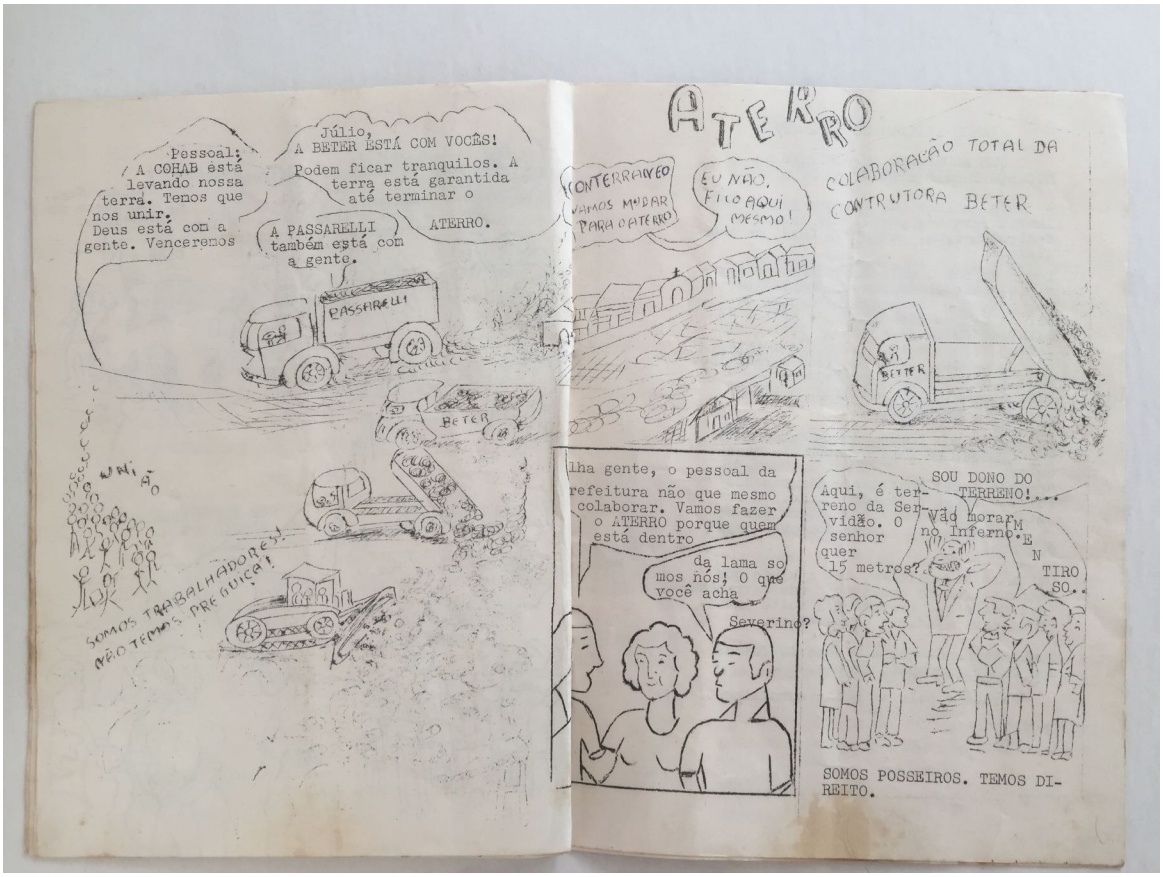


Fig. 3.e - Ref. 1980 (década) (K), p. 10-11. O desenho no canto inferior direito parece se referir ao conflito com Paulo Rúbio, um dos diretores do Atacadão, de acordo com um

[267] Uma reportagem informa que as obras ocorreram entre quatro de abril e um de julho de 1981. Fala em cerca de 25 mil caminhões, 100 mil metros cúbicos de terra e uma variação do acréscimo de altura entre 70 e 180 centímetros (certamente planejada por Luis Fingermann para conferir caimento ao terreno). Outra notícia confirma que o aterro acrescentou em média 120 centímetros à cota original da favela (ref. 1981-08-25 e 1981-10-14). Obtive valores de cubagem um pouco inferiores ao multiplicar esta altura pelos 53 mil metros quadrados da Cidade Nova, considerando uma taxa de contração da terra de cerca de 30%. Por outro lado, parecem claramente subestimados os 45 mil metros cúbicos citados em dois documentos redigidos na época pelas Irmãs Vicentinas (ref. 1983-03-13 e 1980-DÉCADA-L).

relato do primeiro capítulo. Observar a combinação entre os desenhos feitos à mão e os textos grafados com a máquina de escrever das Irmãs Vicentinas.

Declarações e fatos veiculados por reportagens da época atestam o choque e embaraço manifestados por Wilson Quintela ao tomar conhecimento do aterro. Ele "não acreditava", afirmou Julio: "queria ver o aterro para crer".[268] Pelo que escreveram as Irmãs Vicentinas, estava claro para a população que Wilson Quintela "tinha prometido" as casas "acreditando que não teríamos condições de conseguir a terra". Em outra notícia, Júlio reforçou a ideia de que a "Prefeitura não punha fé que conseguiríamos realizar essa obra. Mas quando a procuramos novamente, teve que liberar a verba." Assim, oficialmente, sob a justificativa de atender uma população submetida a "constantes inundações", Wilson Quintela concedeu um "auxílio-emergência" de Cr$ 111 mil por família. Contando com esta verba, Luis desenvolveu, com a participação dos moradores, um projeto de casas novas, em alvenaria de blocos, e calculou que as famílias precisariam acrescentar apenas mais Cr$36 mil para cobrir os custos de mão de obra. No entanto, a prefeitura suspendeu subitamente o repasse dos recursos depois de construídas as primeiras 72 casas, de um total de 359.

Mesmo que o descumprimento do acordo estivesse programado, é possível que as repercussões dos acontecimentos tenham antecipado o rompimento do auxílio. Além das declarações anteriormente citadas, a imprensa veiculou notáveis discrepâncias de custo, tamanho e qualidade construtiva ao comparar os projetos da Funerária e do Pró-Morar. Com os altíssimos índices de inflação da época, as casas do programa estavam custando Cr$ 313 mil em agosto de 1981, valor mais de duas vezes superior tanto em relação ao anunciado um ano antes quanto ao estimado para as casas da Funerária.[269] "Quero deixar bem claro", diz Julio a uma reportagem, "que conseguimos levantar essas casas com preço bem inferior às do Pró-Morar". Por sua vez, uma declaração atribuída a Luis contrasta as áreas de ambos os projetos e observa que as casas oferecidas pelo governo "não teriam tamanho suficiente para abrigar nem mesmo os pertences do favelado". Outra matéria afirma que a prefeitura "admitiu" que as casas construídas na Funerária "deram certo" e o próprio Quintela avalia a iniciativa dos moradores como "pioneira", com "resultados" que "podem ser chamados de 'excepcionais'". Mais do que isso, o diretor da Cobes "admite incorporar algumas soluções encontradas por estes favelados, no Programa Promorar", como por exemplo a adoção da laje plana para permitir a construção de andares superiores.

---

[268] Informações deste e do próximo parágrafo foram obtidas nas ref. 1981-10-14, ref. 1980-DÉCADA-L), ref. 1981-ANO e sobretudo ref. 1981-08-25.

[269] Conforme já citado, as casas custavam Cr$ 140.929,26 em abril de 1980 (ref. 1980-04-28).

Dito isso, voltemos às dificuldades enfrentadas nos primeiros momentos da urbanização, quando a pressa obrigou que as obras do aterro, a saída temporária dos moradores e a demarcação dos novos lotes ocorressem simultaneamente em setores diferentes da favela. Num relato sintético das Irmãs Vicentinas: "removemos nossos barracos, ficamos acampados enquanto acontecia o aterro, o loteamento … e a reconstrução dos barracos. Período de muito sofrimento, muita luta, falta de dinheiro; mas uns ajudavam os outros e nossos barracos ficavam melhores."[270] Em levas sucessivas e constantes, as famílias foram sendo acolhidas por vizinhos ou montavam cabanas para esperarem pela demarcação dos lotes. Nas palavras de Luis, foi um processo "terrível, porque a gente ia demolindo barracos, os caras faziam cabanas. Nasciam crianças nessas cabanas, com chuva, no tempo, então eu trabalhava sábado, domingo, feriado, todo dia." Irmã Iraci confirmou as graves dificuldades de um processo que envolvia "ir aterrando e dividindo, aterrando e dividindo": "aquele grupo de pessoas, digamos, uns dez barracos, saía e armava [uma cabana provisória] fora. Um sofrimento! Sofrimento muito grande, porque muitas vezes chovia, e eles ficavam [uma] semana ali. Aí depois, quando dividia os lotes deles, eles tiravam aquilo [madeiras, pertences] de novo, levava lá para o lote."[271] Entre a variedade de circunstâncias individuais, estavam as famílias instaladas em trechos que acabaram não sendo aterrados, ficando especialmente expostas a inundações,[272] e, na outra ponta, aquelas que puderam esperar a conclusão do aterro para retornar ao terreno — muitas destas faziam parte das que abriram mão da construção em alvenaria para empregar a verba já disponibilizada pela prefeitura para obter placas de madeirite e construir, rapidamente, barracos novos e em série.[273]

Também foram grandes as dificuldades para realizar os levantamentos e planejar a reocupação. A prefeitura fechara "todas as portas", de modo que Luis não dispunha de "nenhum documento, nenhuma informação, nenhum mapa, nenhuma planimetria da região". Ele precisou treinar uma equipe para ajudá-lo com os levantamentos e demarcações, bem como improvisar recursos necessários: "a gente pegava os bambus, a bandeirinha vermelha, os caras iam, a gente ficava a oitenta metros tentando fazer

---

[270] Ref. 1980-DÉCADA-L.

[271] A precariedade dos barracos originais dificultava este aproveitamento de materiais. Conforme a já citada lembrança de Elisieux, aqui repetida: "nossos barracos eram feitos de pedaço de madeira, por isso quando desmanchava precisava tirar uma parede inteira para aproveitar alguma coisa".

[272] Um documento das Irmãs Vicentinas observa que faltou terra para "acertar o início da Rua Principal, meio da Santo Amaro, e a lagoa atrás da Rua Paraná, deixando muitos moradores em estado de calamidade pelas águas paradas (de chuvas e esgotos)." (ref. 1983-03-13).

[273] Ref. 1981-10-14.

pontaria, riscar ruas, demolir barracos. Precisava de um monte de gente ao mesmo tempo segurando bambu. Empinar papagaio, para saber a direção que estava alguém. Sério." Como se pode imaginar, os trechos de favela ainda não demolidos ampliavam as dificuldades: "a gente não tinha como [passar]… era adensado, completamente impossível de circular." Por vezes, as demarcações obrigavam a entrar no leito do córrego ou em trechos alagados, onde ocorria o contato com "aquela água fétida, cagada, mijada… tomava banho de cândida quando saía de lá."

Na verdade, para que os lotes pudessem ser quantificados e demarcados, foi preciso definir o número de famílias contempladas, o que não era algo simples ou evidente. Mais do que coordenar a aplicação de um questionário para conhecer dados como idade, gênero e parentesco, foi preciso, em seguida, estabelecer quais arranjos familiares seriam contemplados na urbanização: por exemplo, um idoso sozinho ou uma mãe menor de idade teriam direito a um lote? Em relação a esse ponto, começamos a reconhecer uma sensibilidade especial de Luis não apenas para as dinâmicas construtivas, mas também para a políticas e culturais relacionadas. Ele reconhecia uma "organicidade muito grande" na favela, com a existência de "núcleos de interação" em que parentes e agregados moravam lado a lado, envolvendo, entre inúmeros outros aspectos, o compartilhamento de paredes e o cuidado de crianças que, para o observador externo, pareciam abandonadas nas ruas. Atento à complexidade da situação, Luis afirmou que os únicos que poderiam definir quem teria direito a um lote eram os próprios moradores. Organizou assim um processo de deliberação coletiva, começando por grupos intermediários: "cada rua era uma unidade, então havia aquele grupo todo, que tinha que discutir esses critérios e estabelecer. Depois que todos discutiam a gente ia para uma plenária votar, para ver quem aprovava." Vemos a preocupação central de meu interlocutor com a articulação e formação política dos moradores: tratava-se, para ele, "do processo mais democrático e anárquico possível: é aí que a coisa pega. O trabalho começa a ser diferente a partir daí", refletiu.

Outra dificuldade era definir o lote ou o endereço de cada família. A proposta de Luis, aceita pela coletividade, foi sortear uma só pessoa por quadra e pedir-lhe que escolhesse um lote e indicasse os vizinhos de fundo e dos lados. "Esses que entravam também indicavam os do lado, indicavam os do fundo. Então você estabelecia o não conflito. Todo o agrupamento que interagia antes, continuava interagindo". O processo foi rememorado por Gildésio em termos mais sintéticos e triviais: "quando as pessoas iam escolher o lote, procuravam vizinhos que tinham afinidade: foi com a cara de um? Pronto,

resolveu".[274] Preocupações com a construção e a economia estavam embutidas no procedimento: as relações amistosas entre vizinhos facilitariam o compartilhamento dos muros de divisa. Podemos ver que a constituição da rede socioespacial local de certa forma emulou o processo de crescimento convencional da favela por meio da agregação de parentes e amigos, valendo-se da tendência de multiplicação de vínculos pela proximidade espacial — característica, como venho observando, fundamental para a ideia

[274] Luis considerou o conjunto dos procedimentos citados como uma "metodologia" própria, mais tarde aplicada de forma sistemática na urbanização de cerca de setenta favelas em Diadema. Lá, ele organizava reuniões aos sábados com representantes de várias favelas, inclusive para definição da sequência de atendimento; em seguida, os cadastros costumavam ser feitos em um final de semana e não apresentavam erros, uma vez que os moradores participavam e mobilizavam seu conhecimento das redes sociais locais; em cada favela, discutiam-se os arranjos familiares que teriam direito a lotes; finalmente, com os lotes quantificados, o terreno era dividido conforme necessário e desenvolvia-se o projeto urbanístico.

de ocupar como forma de vida. Na realidade, tudo indica que a escolha dos vizinhos e locais de moradia produziu uma configuração muito semelhante à original.[275]

A forma com que as casas foram projetadas e construídas também levou ao estreitamento das relações entre moradores, e entre estes e o arquiteto. Três versões de projeto foram sucessivamente desenvolvidas e discutidas em assembleia, até chegar a lotes com testadas de cinco metros e área de setenta metros quadrados, abrigando casas com dois cômodos e um banheiro, passíveis de ampliação futura pelo restante do lote e/ou por

---

[275] Talvez por isso Julio não tenha se lembrado do procedimento citado por Luis. Para o então presidente da União de Moradores, não houve escolha de vizinhos por afinidade: "era muito pouco isso, era muito raro, a gente não deu muita atenção para isso não, porque senão todo mundo queria morar em cima do outro, aí vamos ter que fazer um sobrado antes de começar a medição. Tipo 'compadre com a minha comadre', né… 'Ai, como eu queria morar perto da minha comadre'… 'Ah, queria morar tanto perto da minha sogra'… [Julio:] 'Mas o seu lugar era lá, você arrumou foi lá quando tu chegou, então tu vai ficar é lá.' Não mexemos para não dar aquele atrito, aquele negócio. E eu não tinha tempo de estar vendo confusão, meu tempo era de noite, fazer os lotes, trabalhar. De manhã cedo levantava e ia para as firmas entregar carta, pedindo para dispensar fulano para fazer barraco, dispensar outro fulano para fazer barraco." Ao falar do trabalho de demarcação propriamente dito, Julio sequer citou a presença de Luis (embora saibamos que eles trabalharam muito próximos um do outro): "eu vinha aqui tirar o barraco, a assistência social vinha, marcava … junto com as Irmãs lá. E no lugar tinha a estaquinha com o número, numerada. Aí quando eu voltava, que terminava a medição todinha, que tinha que fazer mais ou menos o esquadro, eu não sabia fazer bem o esquadro bem, mas tinha que fazer. Aí marcava tudinho para não perder, para não dizer 'eu não tirei você daqui, coloquei lá', para não dar aquela conversada, sabe como que é, né? Aí a gente meteu o pau, meteu o pau fazendo." O papel das estacas como recurso para assegurar o pertencimento dos lotes às suas respectivas famílias aparece também numa fala de Elisieux, onde a preocupação das pessoas com a garantia da permanência assume um relevo tal que minha interlocutora sequer considerou que as famílias saíram temporariamente de seus lotes: "aqui nunca ninguém saiu do seu terreno para aterrar, porque a pessoa podia perder. Aterrou com a gente lá dentro. Ia aterrando os pedaços e ficava na outra parte, depois pulava para o lado de cá. Tiravam um grupo e depois já botavam outro grupo em cima." Ou seja, mesmo numa comunidade mobilizada e amparada pelos saberes especializados de um arquiteto, de assistentes sociais e das Irmãs Vicentinas, as pessoas continuavam pressentindo perigos e incertezas característicos da forma de vida ocupação. Outro indício de permanência nas proximidades do local da moradia original é a fala de autoria indefinida, citada numa reportagem da época: "Estabelecemos que os primeiros beneficiados seriam aqueles que já habitavam a área por onde começamos a construção." (ref. 1981-08-25)

meio da construção de andares superiores.[276] O "auxílio-emergência" da prefeitura cobria os custos com alicerces, blocos de cimento, laje, duas portas, dois "vitrôs", uma janela e um vaso sanitário.[277] As famílias precisaram instalar por conta própria os acabamentos e as instalações elétricas e hidráulicas.

É difícil saber quantas moradias foram fiéis ao projeto, inclusive porque, desde o início, era possível pagar a mais e negociar acréscimos e modificações, como a adição de janelas e portas ou a manutenção da "frente aberta" para configurar "vendinhas" e pontos de comércio. Tais adaptações foram possíveis porque as obras estavam a cargo da União

---

[276] Para as informações deste parágrafo, consultar a reportagem de outubro de 1981 (ref. 1981-10-14). De acordo com esta fonte, na primeira versão de projeto os lotes eram estreitos e as casas, geminadas em ambas as laterais. A segunda versão levou à ampliação da largura dos lotes e a terceira descolou a casa de uma de suas divisas, ou seja, configurou um recuo lateral, favorecendo o acesso, a ventilação e a iluminação. Em números: os lotes da primeira versão tinham 20,00 metros de profundidade por 3,60 de testada. "Os favelados não gostaram: a casa seria estreita, comprida, não haveria ventilação lateral. As casas seriam todas geminadas e, além disso, a porta teria que ficar na frente", o que levaria à entrada de "toda a poeira das ruas de terra." Na segunda versão, a profundidade dos lotes foi reduzida para 14 metros e a testada ampliada para 5, mas a casa continuava geminada em ambos os lados. Finalmente, a versão final manteve as medidas de lote da anterior e implantou construções com largura de 3,5 metros por 9, para um total de 31,5 metros quadrados. As outras informações do parágrafo também provêm da mesma reportagem (ref. 1981-10-14). Dito isso, é importante ressaltar que os relatos de Luís sobre o projeto e de Gildésio sobre a construção propriamente dita citaram moradias geminadas em ambos os lados.

[277] A reportagem de outubro de 1981 observa que os recursos não eram entregues diretamente aos beneficiados: era preciso comprar os materiais num depósito e "mandar receber na prefeitura". De acordo com a lembrança de Gildésio, um dos secretários de governo afirmou que as casas não poderiam ser feitas em alvenaria, já que isso equivaleria a admitir a fixação dos moradores na área, ou seja, a ocupação poderia deixar de ser vista como provisória. Complementou, contudo, com a deixa de que não estaria lá para saber qual material o depósito efetivamente entregaria.

de Moradores e tinham Luis como responsável técnico.[278] Para além do auxílio-emergência, as famílias contribuíam com um suplemento mínimo de Cr$ 36 mil para o pagamento dos cerca de 16 trabalhadores "recrutados entre moradores da própria favela". Além de Júlio, apenas dois profissionais tinham experiência com obras, mas eles ensinavam e supervisionavam outros membros da equipe. De acordo com uma fala de Julio na época, "eles entram sem saber nada, recebem ordenado direitinho, depois saem para dar lugar para outros. Mas saem com uma profissão." Por meio de um rodízio, havia intenção de formar cinquenta pedreiros no processo.

Como indiquei antes, esses planos foram em grande medida frustrados pela interrupção do "auxílio-emergência".[279] Um documento de março de 1983 confirma terem sido concluídas cerca de 70 casas financiadas com a verba do município, além de outras 28

---

[278] Luis sabia que sua posição era delicada e que ele seria facilmente incriminado por acidentes de obra. Tinha um amigo engenheiro que era um excelente calculista e pediu-lhe que desenvolvesse o projeto estrutural: "se você fizer um erro aqui nós estamos ferrados", disse a ele Luis, "porque os caras [representantes da prefeitura] vão investigar a gente até a alma, tem que ser perfeito". As escolhas técnicas que fizeram não estavam regulamentadas por normas técnicas brasileiras, de modo que foi necessário considerar normas americanas. De fato, a Falcão Bauer, empresa de controle de qualidade, ficou trinta dias fazendo testes nas casas em construção, "querendo encontrar um erro, que nem para prender o Lula [risos] e não conseguiram achar nada". Mais tarde, Luis "relaxou", percebeu que os moradores já tinham aprendido a técnica e deixou-os fazer por conta própria. Entre os próprios moradores, resquícios de insegurança foram dissipados quando Julio construiu o primeiro sobrado do bairro, mostrando que as construções suportariam o acréscimo de andares. Outro acontecimento notável indica que a própria vida de Luis estava em jogo: certa vez ele voltava de um dia de trabalho na Cidade Nova e foi vítima de um atentado. Seu carro foi bruscamente fechado, Luis precisou brecar e entrou literalmente embaixo de uma carreta, escapando milagrosamente sem ferimentos. "Foi uma coisa mágica." A história pode parecer inusitada para os dias atuais, mas meu interlocutor lembrou que "naquela época se matava as pessoas por acidente. Provocavam acidentes."

[279] Entre os poucos detalhes fornecidos pelas reportagens sobre o andamento das obras: a primeira leva de materiais chegou em 27 de julho de 1981 e as construções "tiveram início imediato", com previsão de conclusão das 359 casas em três anos; um mês depois, as primeiras seis casas estavam próximas de terminadas e Luis projetava um aumento de velocidade por conta da aquisição de equipamentos, com destaque para uma betoneira. Um morador era motorista, comprou um caminhão e "ganhava a vida" trazendo os materiais retirados nos depósitos. Dois meses e meio depois do início das obras, em meados de outubro, 17 casas estavam concluídas (refs. 1981-08-25, 1981-10-14).

construídas por conta própria,[280] ou seja, o restante dos moradores permaneceu em barracos de madeira. Os que permaneceram nestes barracos foram orientados por Julio a construírem na frente ou no fundo dos lotes, para deixar espaço para a construção futura em alvenaria. Ainda durante a urbanização, ele por vezes voltava às obras do metrô "para ver se tinha alguma ponta de madeira para trazer, para pedir para eles, 'me dá uma madeirinha para eu fazer o barraco de fulano'." Dito isso, é importante observar que a urbanização da Cidade Nova não foi lembrada por meus interlocutores como um processo incompleto ou interrompido, e sim como uma grande conquista coletiva, apesar dos percalços e da falta de apoio do poder público.

Desdobramentos da urbanização mostram que os moradores seguiram trabalhando por conta própria para obter uma série de benfeitorias complementares. Por iniciativa da comunidade, as Irmãs foram transferidas de uma casa alugada nas imediações para uma nova construção, feita em regime de mutirão. A igreja Nossa Senhora Aparecida, ao lado,

[280] Ref. 1983-03-13.

também foi obra dos moradores.[281] O aterramento da favela praticamente inutilizou as redes existentes de água e luz, e foi necessário retornar às ligações clandestinas e recorrer

[281] Antes da urbanização as Irmãs moravam numa casa alugada na rua Beibinha Barbosa de Moraes e desde 1979 uma igreja funcionava na rua Santo Dias, adaptada no espaço de uma moradia comprada por Irmã Wilma Carvalho (demolida com o aterro). De acordo com o relato de Irmã Iraci, "quando o loteamento estava praticamente completo" e "foram dividir a última parte, que foi lá de cima [próxima ao fim da rua Nossa Senhora Aparecida], aí disseram: 'nós vamos tirar uma parte para a Igreja e a Casa das Irmãs, e deixaram a nossa casa junto, porque disseram que a gente rezava, né? Aí deixaram ao lado da Igreja, a nossa casa. Determinaram e a gente aceitou. Gostamos da ideia. Abraçamos a ideia." É significativo que nesta reconstituição a vontade coletiva dos moradores apareça como decisiva para estas mudanças, reforçando o protagonismo da população. A primeira igreja construída no local era de madeira e não se destacava das outras construções, por isso organizou-se uma procissão para levar e instalar uma cruz, também de madeira, "que ficou lá por muito tempo". Uma missa em homenagem ao Dia do Trabalhador foi comemorada em frente à igreja de madeirite em primeiro de maio de 1982 e nas fotos do evento podemos ver um grande número de pessoas. Em dezembro de 1984, a igreja foi reinaugurada em alvenaria, graças ao trabalho em mutirão dos moradores aos finais de semana — de acordo com explicações nas legendas de fotografias antigas, obtidas junto às Irmãs. Recibos de compra de materiais foram encontrados no acervo das Irmãs, bem com os projetos da casa e da igreja (ref. 1980-DÉCADA-H e 1982-ANO). Outros recibos, emitidos mais de uma década depois, sugerem a realização de reformas ou ampliações significativas (ref. 1993-ANO-B). De acordo com uma reportagem, as duas construções foram financiadas por uma entidade cristã alemã chamada Adveniat, o que certamente ajuda a explicar por que os recibos foram guardados (ref. 1981-08-25). Uma das fotografias da época mostra a construção de uma parede da casa das Irmãs que "deu o que falar", de acordo com a lembrança de Irmã Iraci: os encarregados estavam construindo com blocos alinhados e precisaram refazer a parede ao menos duas vezes até entenderem o que era uma "amarração". Falou-se, na época, do perigo de "matar as Irmãs" com a construção mal-feita.

novamente às concessionárias.[282] Por sua vez, a construção da rede de escoamento de esgotos dependeu unicamente da iniciativa dos moradores. Como já observei, por muitos anos o esgoto permaneceu a céu aberto em todas as favelas da região e a Cidade Nova foi provavelmente a única que conseguiu se mobilizar internamente para construir uma canalização adequada, ainda na primeira metade da década de 1980. Antonio, antigo habitante da Cidade Nova, lembrou que Cosmo e outros moradores com experiência em obras "se juntaram e falaram que iam resolver o problema da comunidade. Ninguém acreditou", mas o grupo cavou valas profundas, instalou tubos de diâmetro ampliado e construiu reservatórios de contenção da água das chuvas ao longo de quase toda a extensão da rua Nossa Senhora Aparecida, num trecho com quase trezentos metros de comprimento (começando em frente à EMEF Paulo Carneiro e terminando na praça Irmã Aninha). Outras casas e ruas parecem ter realizado obras semelhantes, bem como as interligações necessárias.[283] Como se vê, estamos diante de outro exemplo em que

---

[282] Numa reportagem de agosto de 1981 Julio reclama do fato de que as contas de água e luz continuavam chegando, mesmo depois das solicitações de desligamento. Os cabos de eletricidade ainda estavam sobre os barracos e "ameaçam a vida dos moradores", e os canos, partidos, geravam poças de água e a contaminação da água potável com os esgotos (ref. 1981-08-25). Alguns postes estavam dentro dos novos lotes, a exemplo daquele que precisou ser removido para permitir a construção da igreja Nossa Senhora Aparecida. Em outubro de 1981 a União de Moradores ainda estava solicitando "algumas obras" da Sabesp e Eletropaulo porque, "com o aterro recente, os encanamentos de água e os hidrômetros ficaram em nível abaixo das casas. Os postes de madeira, por sua vez, ficaram com menor altura, fazendo com que a fiação passe rente às coberturas dos barracos." Assim, naquele momento, "a maior parte dos barracos" da Cidade Nova "era iluminada por lampiões de querosene. Apenas uns 20 contavam com luz elétrica, 'emprestada' por Júlio José. Ele mandara puxar um fio … do poste mais próximo da favela até o seu barraco, permitindo que os vizinhos também usufruíssem da ligação, rateando todos a conta no final do mês." (ref. 1981-10-14) O documento de março de 1983 afirma que a Sabesp já havia instalado água em todas as casas e a Eletropaulo em todas as ruas, exceto na rua Paraná — lembremos que esta rua estava sendo disputada com o Cotonifício Paulista na justiça (ref. 1983-03-13). Uma requisição de instalação de energia na rua Paraná foi feita ainda em outubro de 1989 (ref. 1989-10-19).

[283] Ver o projeto de canalização elaborado pela União de Moradores em abril de 1983 (ref. 1983-04-06). Um documento de março do mesmo ano, elaborado pelas Irmãs Vicentinas, cita a falta de esgotos em "todas as áreas" (ref. 1983-03-13). Um relatório, redigido em 1984 ou em ano subsequente, escreve, sobre a Cidade Nova: "Esgoto feito por nós" (ref. 1980 -DÉCADA-L).

moradores resolveram dificuldades com as próprias mãos, ou seja, sem poder contar com a assistência do poder público.

Para concluir a análise da urbanização da Cidade Nova, precisamos refletir sobre o modo de definição dos aspectos gerais do novo assentamento, ou seja, como se chegou ao traçado dos quarteirões, ruas e espaços livres, entre outros aspectos. Na verdade, mesmo sendo arquiteto, Luis não teve intenção de propor formas ou configurações deliberadas e específicas de reconstrução do bairro. De fato, comparando as fotos aéreas históricas de 1980/1981 e 1986, podemos encontrar certa semelhança entre os traçados das ruas antes e depois da urbanização. Também em outras favelas nas quais atuou, ele deixou claro que não trabalhou com um desenho urbano no sentido estrito do termo: "esses projetos nunca foram meus, eu nunca desenharia aquelas coisas. [risos] Isso era resultado deles [moradores]." Esta reflexão se desenvolveu parcialmente em retrospecto, agregando vivências posteriores às da urbanização da Cidade Nova, às quais será preciso recorrer rapidamente — embora os nexos que apresentarei já se faziam pressentir nos acontecimentos que estamos tratando.

Depois das experiências na Vila Maria, Luis atuou na primeira gestão do Partido dos Trabalhadores em Diadema, como coordenador da urbanização de mais de setenta favelas do município.[284] Naquele contexto, montou um grupo de discussão sobre os desafios que estavam sendo enfrentados e incluiu encontros com Paulo Freire. Eis o relato de uma interação com o educador que mudou a compreensão do arquiteto sobre as urbanizações de favelas:

> Eu cheguei para o Paulo Freire, primeira questão que eu levantei para ele, na primeira reunião, falei: "Paulo, quero falar de uma angústia que me atrapalha o trabalho, me sinto profundamente angustiado porque quando eu entro em uma favela eu sinto uma riqueza ambiental terrível, e sempre as comunidades chegam para mim e querem um sistema cartesiano [ortogonal, regular] de divisão das ruas". Ela [a favela] quer uma reprodução da cidade [formal ou convencional] e ela tem uma coisa muito melhor que a cidade, mas ela renega. O Paulo Freire ficou ouvindo e falou assim: "a população não tem um problema, você tem um problema. É a sua ansiedade. Se você tivesse um pouco mais de paciência histórica, você ia perceber que você já evoluiu para uma qualidade de saber e você percebe isso antes. Eles não, eles têm que passar por isso para perceber a cagada que eles fizeram. Aí vem o avanço, aí eles vão crescer". [Pausa prolongada] Sabe! Eu afundei na cadeira! [risos]. Falei 'cacete!' Ele mudou a minha forma de pensar, com essa frase. Desmanchou tudo, e eu comecei a reorganizar o conhecimento.

O que gostaria de reter desta passagem não tem a ver com os juízos normativos, um tanto categóricos, que enxergam na favela uma "riqueza ambiental" ou a inserem numa

---

[284] Trata-se do mandato de Gilson Luiz Correia de Menezes (1983-1988).

certa linha evolutiva — não há espaço para problematizar os pressupostos e valores implícitos nestas considerações.[285] Quero apenas indicar que a questão aí presente — provavelmente a que mais inquietou Luis em sua trajetória profissional — levou-o a considerar uma resposta radical, raramente cogitada no campo da arquitetura: a da possibilidade de existência de uma relação inversamente proporcional entre fomento à autonomia política dos usuários e proposição de um desenho arquitetônico elaborado antes e fora da realidade social atendida. Por si só, tal relação parece de fato obrigar um acolhimento incondicional das preferências dos moradores. Nas palavras de Luis: "eu trabalhava a independência das comunidades: essa é a questão. Aquilo que as

[285] Vale assinalar dois fatos curiosos que mostram claramente a intenção da Cidade Nova de emular padrões hegemônicos na cidade: em primeiro lugar está o próprio nome de batismo, escolhido justamente na época da urbanização; em segundo lugar está a construção de uma placa de obra com informações pintadas à mão, que de acordo com Luis tinha o claro objetivo de imitar as placas que se construíam em obras da época (uma foto desta placa pode ser encontrada no acervo da biblioteca virtual *online*). Entre outras informações, a placa exibia o nome de Luis e seu registro profissional. Para meu interlocutor, a placa era reflexo do orgulho que os moradores sentiam de estarem realizando a urbanização por conta própria. A inclinação para emular padrões hegemônicos parece comum em diversas outras urbanizações e foi citada, por exemplo, na análise da favela Brás de Pina por Gilda Blank (1980, p. 101).

comunidades estabeleciam na realidade não era aquilo que eu, como técnico ou como cidadão estabeleceria, mas era deles a prioridade, e eu respeitava."[286]

Um exemplo importante de materialização destas premissas começa com a decisão de permitir bares e igrejas apenas nas ruas principais. O critério foi firmado entre Luis e os

---

[286] Para os propósitos desta discussão, podemos pensar com Albena Yaneva para entender o campo da arquitetura como submetido a uma cisão entre "sociedade" e "arquitetura" (Yaneva, 2009; 2012), que reverbera aquela mais geral apontada por Bruno Latour (1991) entre humanos e não humanos. Por meio desta divisão, o arquiteto tende a agir de modo "purificado", entendendo suas definições de espaço como influências decisivas e indiretas sobre a realidade social. Se esta forma moderna de pensar entende a produção do espaço como meio e a realidade social como fim, na postura de Luis os termos da equação se confundem, ou seja, sociedade e espaço são reconhecidos em seu caráter híbrido e o arquiteto passa a atuar sobre ambos sem precisar recorrer a mediações. Nesse contexto, lançar uma fagulha no potencial de autonomia da população implicava fomentar o debate coletivo sobre a transformação do espaço, seguir as preferências dos moradores e renunciar à promessa de transformação indireta operada por meio de um desenho purificado. Na direção oposta, meu interlocutor situou não apenas o papel do arquiteto como agente externo ao contexto social em que atua, mas também modelo de trabalho comumente adotado por um setor especializado do campo da arquitetura, composto pelos escritórios que prestam assessoria técnica de moradia a movimentos populares. Reproduzo a formulação: "assessoria técnica não é política, pelo amor de Deus! Você não promove os caras! Os caras têm que participar." Para ele, as chamadas "assessorias técnicas" se distanciaram de seu papel de formação política na medida em que passaram a privilegiar projetos e construções propriamente ditos, inclusive servindo a programas de governo que não priorizaram o fomento da autonomia política dos usuários — em poucas palavras, nos termos aqui propostos, podemos pensar que estas formas de trabalho ocupam o lugar de um meio para um fim. Parece claro que as posições políticas radicais e anarquistas de meu interlocutor o mantiveram um pouco à sombra do campo profissional que ele mesmo ajudou a constituir, dedicado à urbanização de favelas no Brasil. Como se vê, porém, o debate aqui colocado não deixa de interpelar alguns dos pressupostos mais fundamentais da relação entre política e produção do espaço urbano. Diria, por fim, que o modo de atuação descrito por Luis pode ser visto como um modo de fomentar o que Ana Tsing chama de um "design não intencional". A proposição da autora envolve o reconhecimento de padrões de coordenação dos quais participam materialidades e organismos não humanos; seu escopo, assim, extrapola o considerado na presente análise, mas ainda assim podemos cogitar numa aproximação entre a crítica de Tsing ao excepcionalismo dos humanos como únicos seres dotados de intenção com a disposição atribuída por Luis a arquitetos que centralizam decisões de projeto em desconexão com a realidade social. Assim como Tsing identificou a

moradores durante o planejamento da urbanização e visava preservar a tranquilidade e o silêncio nas outras ruas da favela. "Quem quiser casa com comércio, o cara vai morar em cima e ter o comércio em baixo, é problema do cara. Ele quer fazer igreja, ele mora em cima e a igreja vai ser embaixo", inclusive como forma de garantir que nenhuma moradia fosse usada exclusivamente como ponto comercial, diante da carência habitacional existente. "Um dia eu chego lá, começo a ver boteco em tudo quanto é canto. Perguntei: 'escuta, os bares agora podem abrir onde quiser?'" Um morador lhe respondeu: "'Oh! Agora é que está bom. Agora você sai de casa e tem um boteco do lado, onde você compra as coisas, antes tinha que ficar andando [risos]. Era lá longe para buscar pão, pegar cerveja, cachaça, agora não, está tudo aqui'. Eu falei 'Ah, tá bom, então está certo.' [risos]" Vemos a prontidão de Luis para compreender e aceitar uma "forma de organização da favela" que priorizava as trocas e "relações de afetividade" entre os moradores, relegando a um segundo plano os incômodos e conflitos que poderiam decorrer da disseminação das atividades comerciais e religiosas.[287]

O conjunto desses relatos mostra diversas facetas de um processo que associou intimamente dinâmicas espaciais e políticas, promovendo transformações no território e nas formas de articulação coletiva dos moradores. Nesse sentido, vale reproduzir uma fala atribuída a Julio pela reportagem de agosto de 1981: "A Cidade Nova não será apenas a transformação física da favela. Ela representa também a transformação física de cada pessoa, agora acreditando na união. Antes, um morador não se importava se o vizinho jogava lixo na sua porta ou se a água de esgoto ficava empoçada. Hoje, esta preocupação é geral. Todos lutam pelos mesmos objetivos."[288] Podemos dizer que a necessidade de urbanizar a favela forneceu grande parte das razões para a articulação coletiva dos moradores, mas os avanços não parecem ter servido como desincentivo às mobilizações posteriores — ao menos durante a década de 1980. Neste sentido, evoco os versos de uma canção composta por José Manuel dos Anjos, um dos músicos mais conhecidos da Cidade Nova na época:

> "Eu não me iludo, agora terei casa para morar,
> mas continuo recebendo salário-mínimo
> e tenho muito ainda por que lutar".

---

[287] Podemos falar de uma dificuldade para estabelecer diferenciações das atividades e construções pelo território e de uma tendência para a disseminação homogênea das lógicas de ocupação na terra de ninguém. Esta questão reaparecerá em capítulos subsequentes.

[288] Ref. 1981-08-25.

3.5. Vila Nova Tietê: urbanização

Na Vila Nova Tietê, a urbanização empreendida pelos moradores partiu das transformações que haviam ocorrido por iniciativa das assistentes sociais da Cobes em 1978, incluindo o aterramento de grande parte da área.[289] Assim, não foi preciso deslocar a população da favela, nem mesmo demolir ou reconstruir moradias inteiras. O que se chamou de urbanização, neste caso, corresponde às transformações necessárias para a implementação dos serviços básicos de água, eletricidade e esgotos. Dessa forma, não foi necessário recorrer a representantes do alto escalão de governo, como ocorreu na Cidade Nova.

Quase todos os acontecimentos que se seguem foram relatados por Carminha e versam sobre o âmbito local, compreendendo as dificuldades para conseguir adesão e participação dos moradores, bem como negociações com instâncias regionais da prefeitura e das concessionárias de serviços públicos. Mesmo que mais modestas, as conquistas de infraestruturas na Vila Nova Tietê levaram mais tempo para ser obtidas do que na Cidade Nova, e exigiram um grande esforço de organização e reivindicação coletivas.

Em primeiro lugar estão as negociações com representantes da Sabesp, no âmbito do programa Pró-Água. De acordo com Carminha, num primeiro contato, o técnico da empresa considerou impossível a instalação da rede de água em função da estreiteza das três vias de circulação que passavam entre as quatro longas fileiras de barracos da Área Quatro. De fato, além das duas ruas mais largas que corriam pelas bordas do assentamento (futuras ruas São Felipe e Paraíso), as três vias internas permitiam apenas a passagem de pedestres e costumavam ser chamadas de "becos" ou "vielas" (vielas Boa Esperança, José dos Reis e Bela Vista); Carminha precisou insistir para firmar um compromisso: se as vias fossem alargadas para um mínimo de quatro metros, o técnico instalaria a infraestrutura solicitada. Embora Carminha não tenha citado a influência de Luis neste processo, sabemos que o arquiteto orientou as transformações que estavam sendo empreendidas. Com a ajuda de alguns desenhos ou croquis numa discussão em assembleia, ficou confirmada a possibilidade de suprimir duas das três vielas internas e alargar a que sobrara, constituindo, assim, um assentamento com um total de três vias de circulação com a largura exigida pela Sabesp (futuras ruas São Felipe, Boa Esperança e Paraíso).

---

[289] Mais uma vez lembro que as transformações que analiso agora constituem, para Maria Lúcia, a "segunda urbanização" da Marconi, quando os moradores se engajaram mais efetivamente do que nas mudanças empreendidas sob a coordenação das assistentes sociais da Cobes.

As transformações mencionadas não foram de simples realização, porque exigiram uma inversão da planta de várias sequências de barracos, de modo a localizar as portas de entrada no lado oposto das construções. Mais do que isso, era preciso eliminar banheiros que os moradores haviam construído rente aos barracos originais e reconstruí-los depois, na outra extremidade, ou seja, no espaço que se transformaria nos fundos das casas. Mesmo que fossem de madeira, muitos desses banheiros haviam sido construídos com esmero; além disso, diversas famílias não tinham recursos para adquirir os novos materiais e precisaram da ajuda financeira da União de Moradores. Muitos se mostraram reticentes e desconfiados das mudanças, de modo que foi necessário o apoio e aval de Irmã Aninha nas assembleias de moradores. Com a transformação, os fundos das casas de uma rua ficaram colados aos fundos de outras da rua vizinha, e a supressão das duas vielas levou a uma pequena ampliação na profundidade dos lotes. Como explicou Lúcia, "quando mudaram as ruas, cada família ganhou espaço para construir mais um cômodo".[290]

Quando Carminha voltou a procurar a Sabesp, o técnico da empresa "não acreditou" que as mudanças haviam sido realizadas. Na avaliação de minha interlocutora, ele "se complicou, porque agora ia ter que instalar a água" — podemos identificar aqui um

---

[290] Carminha falou das dificuldades para convencimento dos moradores: "se fosse só a diretoria falando o pessoal achava que não era verdade, né? Aí a Irmã Aninha falava: 'Ó, eu to acompanhando todo o trabalho do pessoal da comunidade, e se vocês não ajudar eles, vocês não vão ter nada. Porque eles estão trabalhando, e vocês têm que apoiar e ajudar. E é desse jeito que vocês ajudam, modificando o que tiver de modificar.'" Ou seja, mesmo que Carminha e outras lideranças fossem reconhecidas como tais, permanecia algum grau de desconfiança. De acordo com Maria Lúcia, o Pró-Água "apresentou muito mais dificuldade para ser implantado, uma vez que a Sabesp tinha normas bastante rígidas para a instalação de rede de água. A instalação de hidrômetros, o nível das ruas, discussões sobre caixas d ´água e sobre relógios marcadores, tudo, enfim, parecia não viabilizar a instalação da rede de água para os moradores da Marconi." Sobre o esforço dos moradores para atender às exigências dos técnicos: "Por dias e noites os moradores trabalharam muito, alargando ruas, abrindo passagens, enfim, modificando todo aquele espaço para que fosse possível viabilizar água encanada ... Para tornar realidade esse intento, os moradores tiveram orientação por meio de croquis, elaborados voluntária e extraoficialmente por um engenheiro [certamente se trata de Luis Fingermann], segundo o qual as ruas ficariam reduzidas à 'metade': uma rua permaneceria e a outra 'morreria'. Os barracos tiveram seus banheiros passados para frente, para facilitar a colocação dos canos. Foi uma verdadeira maratona. Era contagiante a dinâmica que se processava na área." (PAULA, op. cit., p. 109-110) Associando as passagens aqui citadas, podemos imaginar uma dinâmica política que transitava entre os pólos da desconfiança e do reforço e entusiasmo para com as ações protagonizadas pelas lideranças.

paralelo entre e este embaraço e aquele associado a Wilson Quintela, quando soube da construção do aterro da Cidade Nova. Em ambos os casos, estamos diante de representantes do poder público que empenham a palavra em condições que não acreditam possíveis de serem alcançadas pelos moradores, para então se surpreenderem com a capacidade de mobilização e transformação do território.[291]

Também neste caso podemos falar de uma resistência ao cumprimento do acordo, já que o técnico seguiu acrescentando entraves ao atendimento. Primeiro, observou que seria necessário atribuir nomes às ruas e números às moradias, para que as contas de água pudessem ser abertas e chegar aos consumidores locais. A exigência deflagrou uma requisição de placas oficiais de ruas que extrapolou a Vila Nova Tietê e envolveu diversas comunidades, articuladas por iniciativa de Irmã Aninha. Carminha se lembrou do dia em que cerca de cinquenta moradores se dirigiram a uma repartição da prefeitura para retirarem, eles próprios, as placas oficiais. Ficaram marcadas na memória de minha interlocutora as dificuldades enfrentadas por eles para carregarem e acomodarem estes pesados objetos dentro dos ônibus públicos.

Na terceira e última etapa das negociações com a Sabesp foi preciso se opor à intenção da empresa de economizar com os hidrômetros e abrir uma conta para cada cinco ou dez moradias. Alguns membros da diretoria fizeram menção de aceitar a proposta, argumentando que, de qualquer forma, a situação geral do bairro melhoraria. Carminha foi veementemente contrária e antecipou os problemas da opção coletiva: "um paga, outro não paga, fica todo mundo sem! … Pensa comigo, aí uma casa tem duas pessoas, uma casa tem cinco pessoas, uma casa tem sete pessoas. Aí vem a conta de água estourada. Aí vai dividir aquela conta, vai ser igual para todo mundo. Fulano diz: 'não, eu tenho duas pessoas em casa, saio de manhã e chego a noite, vou pagar igual? Não vou.' Aí a confusão está feita." Carminha de lembrou do apoio recebido de Irmã Aninha: "você está certa, não tem que aceitar, não". Depois de muitas discussões, a presidente da União de Moradores afirmou ao técnico da Sabesp: "ou é tudo ou é nada." A firmeza de Carminha bastou para convencer a empresa a instalar contas individuais, algo que, como vimos, não era comum para as favelas que estavam sendo atendidas pelas concessionárias na época.

---

[291] Podemos pensar, também, que a prática de firmar acordos por meio da palavra é uma modalidade de ação política que depende da proximidade espacial entre os envolvidos e emerge talvez como contraponto ao sentimento generalizado de incerteza e desconfiança que marcam a forma de vida ocupação. Assim, em outras partes da tese, reaparecem compromissos que meus interlocutores firmam por meio de promessas ou acordos face a face.

Negociações semelhantes foram imprescindíveis para a conquista de contas individuais de luz junto à Eletropaulo.[292] Mais uma vez, minha interlocutora enfatizou a importância das relações e articulações locais para viabilizar a chegada do serviço. Seguindo orientações da empresa, Carminha organizou uma equipe para distribuir solicitações de presença em todas as casas, para viabilizar o cadastramento dos moradores nos finais de semana. Algumas casas já eram atendidas precariamente pela Eletropaulo, que exigiu a quitação das dívidas anteriores. A técnica da empresa disse não ter fios, postes e relógios na quantidade necessária, mas afirmou que os materiais chegariam em breve. "Não quero saber", disse Carminha: "vocês arrumam". Na verdade, a representante apoiava minha interlocutora e a aconselhou a ser firme em suas exigências: "Olha, Maria do Carmo, você pode exigir o que você quiser, você tem a maior força. A gente, não. A gente não pode fazer nada porque a gente vai se queimar, mas você pode exigir o que você quiser." Ela se referia à necessidade de se manter alerta para que o serviço "terminasse" e "ficasse bem-feito", ou seja, não havia garantias de que isso ocorreria.[293]

A insegurança também se fazia sentir do outro lado, já que o técnico responsável pelas instalações elétricas pediu a Carminha que os funcionários e caminhões fossem constantemente "acompanhados" ou vigiados por moradores de confiança, para evitar desentendimentos e mesmo roubos que ocorriam com frequência em favelas já atendidas. Carminha se comprometeu com a segurança da empresa; sabia que na época havia "uns

---

[292] Uma reportagem de maio de 1981 indica que a rede de energia estava para ser concluída em 1981: "as casas já haviam instalado seus postes e relógios, mas ainda esperam pela ligação da luz, prometida para os próximos três meses." (ref. 1981-05-14) Carminha observou que a rede de energia foi instalada depois da água. No entanto, Maria Lucia situou a chegada da água no ano de 1982 (PAULA, op. cit., p.24). Diria que Maria Lúcia está enganada, considerando outras imprecisões contidas em seu texto. Dito isso, a autora confirmou as intenções da Eletropaulo de "colocar luz por setores, por conjuntos de barracos, em agrupamentos de cinco ou de três barracos". Na Vila Nova Tietê o fornecimento "acabou sendo viabilizado para cada barraco, individualmente, até pela pressão que se estabeleceu no embate entre a população e os técnicos responsáveis pelo plano … Os favelados ... conseguem ... pressionar os meios competentes, através do projeto Pró-Luz e pagando uma taxa mínima..." (ibid., p.108-109)

[293] A necessidade de "acompanhar as obras" e "atuar como fiscais da prefeitura" parece comum à época e foi citada por lideranças da favela do Sapé, a primeira a ser atendida pelo Programa Pró-Morar — de acordo com uma reportagem (ref. 1981-05-14). Os moradores precisaram se manter alertas, "relatando aos responsáveis tudo o que está errado e exigindo que o serviço seja refeito". Nas palavras de um dos entrevistados: "nós os advertimos com as palavras malfeito, mas é preciso falar para que as coisas melhorem, mesmo". Entre as cobranças, estavam as ligações de energia individuais para cada casa.

moleques trombadinhas" que podiam trazer problemas. Ela se manteve de prontidão e avisou a vizinhança para que comunicasse imediatamente qualquer ocorrência indesejável (na verdade, ela não parecia muito preocupada porque sabia que os justiceiros tinham o poder de recuperar objetos de valor roubados). Os funcionários foram recebidos com hospitalidade, aproveitaram os almoços e sucos preparados diariamente por seu marido e se surpreenderam com o cuidado dos moradores ao perguntarem se podiam aproveitar pedaços de fio descartados no chão. "Nossa, você está de parabéns, Maria do Carmo", disse depois um diretor da empresa. "Não sumiu nenhum parafuso do caminhão. Tua área é a melhor que tem para se trabalhar. Pessoal falou muito bem de você", lembrou minha interlocutora.

Nas reconstituições pormenorizadas de Carminha, vemos o quão indissociáveis são as preocupações com as melhorias urbanas e com a construção, ou mesmo a costura de laços sociais e compromissos, internos e externos, à comunidade; isto fica ainda mais evidente nos relatos sobre o esgotamento sanitário. Na rua São Felipe, onde se localizam a capela São José Operário, a União de Moradores e a própria casa de Carminha, o esgoto das construções foi por muito tempo conduzido em canos que cruzavam o leito carroçável e alcançavam uma vala cavada pelos moradores no lado oposto da rua, rente ao terreno desocupado da antiga rádio Marconi. Manutenções subsequentes ampliaram a profundidade da vala até um ponto em que foi necessário ajuda de uma retroescavadeira da administração regional. O serviço começou a ser realizado por um operador que "ficava indo para lá e para cá, estourando a rua toda, estragando o lado da rua que não tinha nada a ver com a vala". Carminha chamou a atenção do funcionário: "Para, pelo amor de Deus, para. Aqui você não vai cavar mais não. Você não está cavando, só está desgraçando a rua, que já não tem." O funcionário ficou contrariado, ameaçou ligar para a "Regional" e Carminha pediu que ele o fizesse. O administrador veio, comprovou o serviço mal-feito e enviou outro funcionário, que concluiu o serviço a contento. "Eu gosto de gente que trabalha com amor, com carinho o que está fazendo, pode ser o que for. Pode estar limpando até um banheiro. Não quero saber, quero saber se você faz com amor. Com vontade de fazer." O administrador ouviu estas palavras e deu razão a minha interlocutora.

Tempos depois, a vala passou a necessitar de uma escavadeira hidráulica de maior porte, com esteira. Depois de trabalhar por uma manhã, a máquina foi levada pelo caminhão e não retornou mais. Na Administração Regional, Carminha descobriu que tinham "dado baixa" em seu serviço e deduziu que os funcionários haviam usado a máquina "para fazer serviço de particular, para ganhar dinheiro". Um funcionário ouviu sua reclamação, disse que enviaria outra máquina e pediu a Carminha que não deixasse o veículo sair antes de terminar o trabalho. Quando chegaram à comunidade, os operadores ainda insistiram para que ela permitisse a saída temporária da máquina (para terminarem outro trabalho), e ela avisou que "a hora que a máquina sair, eu vou bater na Regional …

você, da outra vez veio aqui, eu não sabia e deixei você levar, feito uma trouxa. Mas só que agora você não leva mais não, só vai sair daqui quando terminar o meu serviço. Porque você vai para os particulares, aí vocês ganham dinheiro." O funcionário "ficou calado, não me respondeu nada", ou seja, implicitamente confirmou a acusação de Carminha.

A história fornece outro exemplo de como as conquistas de melhorias urbanas na forma de vida ocupação dependem de uma sabedoria capaz de tirar partido de recursos e vantagens que aparecem na imediaticidade das práticas. Podemos dizer, para o caso em questão, que Carminha impediu a saída da escavadeira, forçando representantes do poder público a atendê-la.[294]

Obras de esgoto diferentes foram realizadas com a ajuda de Carminha em outras ruas da Vila Nova Tietê, a começar pela rua Arenápolis, conhecida por ser "a pior rua que tinha": os moradores não foram atendidos pela urbanização promovida pelas assistentes sociais e na época se falava de um projeto urbano que passaria por aquela rua e interligaria a Dutra e a Marginal. Sobrevivendo nesta situação de insegurança, os moradores ficavam "improvisando, improvisando, improvisando": por muito tempo as casas continuaram cobertas por sacos de leite e "pegavam fogo muito de repente, sempre pegavam fogo". O espaço de circulação sequer foi visto por Carminha como uma rua: "não tinha uma rua, não tinha como entrar, era lameira, era cocô no meio da rua". A situação encontrava paralelo no plano político: os moradores "não eram muito unidos, cada um só queria ver o seu lado … não combinavam nada, não participavam de nada" que dissesse respeito à União de Moradores.

Carminha provocou os habitantes da rua Arenápolis: "Vocês têm que se unir, porque é uma rua que vocês têm muita dificuldade… As pessoas [funcionários] não gostam de trabalhar aqui com vocês, vocês são muito difíceis, sabe? … vocês querem viver a vida toda assim, gente? Na merda mesmo… não dá, não dá para viver na merda, não", observou ela. Assim, a presidente da União de Moradores arrecadou dinheiro dos moradores da rua e comprou materiais para construir o esgoto. Ela mesma tomou a iniciativa, sem contar com a ajuda de ninguém, e refletiu: "eu era doida, não é?" Mesmo com o material adquirido, os moradores não queriam participar, "queriam só dar o dinheiro", e Carminha precisou chamar novamente sua atenção. "Falei: 'Não, não, não é assim que funciona, não. Trabalho de mutirão, gente, é trabalho de mutirão. É todo mundo junto.' Falei: 'Eu vou vir para aqui no sábado, no domingo, a hora que vocês estão em casa. Aquele que não colaborar com a mão de obra, fazer o seu trabalho, aquele vai ficar sem [encanamento]. E não vai botar no meio da rua e nem botar na caixa de ninguém.' … Aí eles ficaram se olhando, eu digo: 'não, eu quero dinheiro de todo mundo, eu quero tanto

---

[294] A propósito, estratégia semelhante foi empregada para forçar a prefeitura a resolver eliminar um acúmulo de lixo na mesma favela, nos anos 2000 — de acordo com o que apresento no capítulo quatro.

para cada pessoa e quero ajuda, porque se vocês não me ajudarem, também vou para casa. Não quero saber. Material de vocês está comprado mesmo…" Assim, Carminha conseguiu a colaboração das pessoas e foram construídas três ou quatro fossas negras de alvenaria, para onde passaram a escoar o esgoto das moradias. "Ficou aquela rua maravilhosa, entrava até carro … depois fizemos tampo, tampamos as caixas, nossa, ficou maravilhoso. Pessoal cuidou da rua com o maior carinho", lembrou Carminha. Aos que participaram da ação, ela observou: "estão vendo como a gente pode fazer as coisas se todo mundo colaborar?" Em seguida, Carminha foi procurada por moradores de outras ruas para repetir o processo. Reconhecendo o sucesso das obras da Arenápolis, o poder público passou a confiar na União de Moradores e a providenciar os materiais de construção para as ruas subsequentes. Assim ocorreram as primeiras canalizações de esgoto na Vila Nova Tietê, mas ainda seriam precisas muitas benfeitorias para alcançar um padrão próximo de áreas centrais da cidade.[295]

---

[295] A assistente social Maria Lúcia acompanhou este processo e falou de uma "representação dos moradores por ruas ... algumas benfeitorias superaram as expectativas: foi feito por iniciativa dos moradores o aterro, uma valeta para colocação de canos para esgoto [na rua São Felipe]. A mão de obra, [assim] como a viabilização de material, foi conseguida apenas utilizando-se reuniões mobilizadoras coordenadas por técnicos (muitos deles estagiários) e o próprio conhecimento dos moradores serviu aos objetivos. ... Nesse período havia lideranças bastante significativas na área. A mobilização dos moradores na solução dos problemas mais imediatos também se acentuava. Era grande o afluxo de pessoas às reuniões e também a participação em todo e qualquer evento. As lideranças mostravam-se bastante participativas, ia se utilizando de autonomia na condução dos trabalhos e das reuniões, no que eram incentivadas para que se preparassem gradativamente e irem assumindo todos os trabalhos da área até chegarem a um tipo de autogestão. Passou-se a fazer um trabalho mais amplo, tratando dos problemas comuns da área de maneira global." Para a autora, a precariedade construtiva das casas da rua Arenápolis se explica pelo fato de estarem prensadas por dois muros: de um lado havia um comércio de ferro-velho com frente para a rua Serafim Poli, de outro havia o muro construído pelo grileiro Rocha no terreno da rádio Marconi, motivos de uma redução substancial na profundidade dos barracos. O relato de Lúcia Gervásio aponta diferentes momentos da construção da rede de drenagem e esgotos na Vila Nova Tietê. Primeiro estão as obras de autoconstrução citadas por Carminha, envolvendo a instalação de canos "fraquinhos" e com diâmetro inferior a cem milímetros, bem como a construção de fossas coletivas que não tinham ligação com a rede pública de esgotos — assim, quando havia enchentes "ficava todo mundo nas fezes". Tampouco foram construídas instalações para a drenagem urbana. No sexto capítulo exponho a longa série de esforços subsequentes para a melhora das instalações de esgoto e drenagem urbana na Vila Nova Tietê.

Os exemplos tratados ao longo do capítulo tratam de uma série de lutas e conquistas. Vimos como, além de obterem moradias e infraestruturas, as pessoas aprenderam o ofício da construção, desenvolveram habilidades de diálogo e negociação e cultivaram sentimentos de orgulho e autoestima pela superação das dificuldades, alterando ainda, e radicalmente, suas formas de subjetivação. Sob a forma de vida ocupação, as lideranças se colocaram à frente de transformações que não se restringiram ao âmbito físico ou construtivo: precisavam também atuar sobre as relações humanas, tanto as necessárias para mobilizar internamente os moradores, quanto as direcionadas a representantes do poder público.

A reconstrução da memória das lutas permite identificar reivindicações diversas e muitas vezes complementares, sejam as ocorridas na arena da política governamental — envolvendo protestos, abaixo-assinados e mesmo negociações com representantes do alto escalão de governo — sejam aquelas travadas no âmbito do espaço urbano, demandando um conjunto próprio de táticas e astúcias, como a proibição de retirada de uma escavadeira para garantir a conclusão de uma escavação ou a insistência na religação de ligações clandestinas para "vencer pelo cansaço" as concessionárias, entre outras. Embora as negociações na escala local ou regional de governo tenham assumido o primeiro plano exclusivamente nos relatos de Carminha, podemos afirmar que, na Cidade Nova, essas interações também foram fundamentais, a despeito das ênfases de Julio recaírem sobre o diálogo com representantes do alto escalão de governo. Acredito que essas análises se mostram úteis para que possamos compreender também as reivindicações de vários outros serviços urbanos obtidos ao longo dos anos, no mais das vezes através de articulações do conjunto das lideranças e comunidades.[296]

---

[296] Penso, especificamente, na conquista de linhas de ônibus, serviços de correios, telefones públicos, iluminação pública e emplacamento das ruas, além dos seguintes equipamentos: OSEM Cidade Nova (atual CCA Cidade Nova), CEI Cidade Nova, EMEI Profa. Edalzir Sampaio Liporoni e EMEF General Paulo Carneiro Thomaz Alves (todos situados o longo da rua Nossa Senhora Aparecida), Pronto Socorro municipal Vila Maria Baixa e UBS Parque Novo Mundo I (vizinhos ao CDC Adhemar de Barros), Hospital Municipal Vereador José Storopolli. São conquistas que merecem uma investigação à parte e não serão aqui tratadas.

Segunda Parte: Declínios

Capítulo 4: Terra de ninguém

Fig. 4.a - Moradias na rua Nossa Senhora Aparecida. Data: dez. 2014. Fonte: Google Street View.

Fig. 4.b - Avenida Ernesto Augusto Lopes, vista de cima do edifício em obras do CEU Novo Mundo. Data: 13 de dez. 2016. Foto do autor.

Fig. 4.c - Jardim e lixo na esquina na Praça Irmã Aninha. Fevereiro de 2018. Foto do autor.

Na atualidade, as favelas que estamos estudando possuem características urbanas e sociais bastante distintas das que identificamos para os anos 1980. À primeira vista, a diferença mais saliente em relação ao passado é a alta densidade populacional e a grande quantidade de moradias. Alguns relatos apontaram para um aumento da atividade construtiva sobretudo nas últimas duas décadas, de modo que os espaços ainda disponíveis no interior das favelas foram sendo preenchidos e as casas crescendo significativamente em número de andares; a maior parte das construções possui dois ou três pavimentos, uma parte alcança quatro ou cinco e são raras as casas térreas que nos anos 1980 eram o cenário predominante.[297]

A vida social nos espaços de uso coletivo é intensa e diversificada, embora possamos apontar algumas regularidades. As ruas combinam em distintas proporções um clima de anonimato e de conhecimento mútuo entre os transeuntes. De um lado, existem ruas e vielas mais periféricas e tranquilas, onde é comum receber cumprimentos e olhares indagativos dos moradores locais. De outro, estão as vias com grande circulação de pessoas e veículos, que concentram uma maior quantidade de comércios e onde em geral se pode transitar sem trocas de expressões de reconhecimento e conversas. A variedade destas configurações se explica pelo aumento significativo do número de habitantes e pela mistura entre aqueles que vivem há muitos anos na mesma localidade e os que chegaram recentemente.

Os padrões de interação interpessoal são ricos e difíceis de discernir, envolvendo vizinhos, amigos, conhecidos, parentes, colegas de trabalho, comerciantes e clientes, frequentadores de igrejas, templos, clubes locais de futebol e outros. Clivagens de gênero e

---

[297] As estatísticas disponíveis são imprecisas e não captam este aumento populacional. Somando os setores censitários do Censo de 2010 que correspondem aproximadamente aos perímetros indicados na foto aérea (disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>), chegamos a um total de 23.178 habitantes, mas o número está certamente muito subdimensionado, não só por se referir a um cenário de mais de uma década atrás, mas também pelas conhecidas dificuldades de realização de levantamentos demográficos em favelas. Outra pesquisa, realizada pela Secretaria Municipal de Habitação (disponível em <http://mapa.habitasampa.inf.br/>), aponta números ainda mais conservadores. Por exemplo, para a favela Cidade Nova, considerando os perímetros aproximadamente iguais definidos por ambos os levantamentos, teríamos 949 (pelo Censo 2010) ou 500 domicílios (pela Sehab). Vale comparar essas cifras modestas, atribuídas a uma das favelas mais antigas e verticalizadas da região, com as apontadas para a ocupação Douglas Rodrigues, surgida em 2013 e de tamanho equivalente à Cidade Nova: em menos de cinco anos, construíram-se nela 1.272 domicílios, de acordo com o levantamento do Observatório de Remoções (ROLNIK; LEITÃO; COMARU; LINS, 2017).

idade ajudam a identificar outras recorrências: com frequência podemos encontrar crianças de diferentes idades brincando e interagindo nas ruas; grupos de rapazes concentram-se em alguns pontos, muitas vezes em esquinas; bares são, de modo geral, locais de afluência do público masculino, enquanto as conversas entre mulheres ocorrem de modo mais fragmentado e distribuído, dentro ou nas proximidades das moradias, em comércios e outros lugares de interesse.

Como tratamos de bairros com quarenta ou cinquenta anos de vida, existe uma quantidade expressiva de idosos, ocupando as ruas também de formas muito variadas. Ao lado das crianças e jovens, são os idosos os mais prejudicados pela segregação urbana, persistente até os dias atuais. Mesmo que a região seja bem servida de transporte público e tenha sido há muito tempo englobada pela expansão metropolitana, muitos têm dificuldades de circular fora da vizinhança, desenvolvendo uma série de atividades e relações em âmbito local. Mesmo assim, boa parte dos moradores se desloca para pontos distantes na cidade, sobretudo em função de oportunidades de trabalho e estudo, processo que se amplificou nas últimas décadas com o incremento das linhas de ônibus e a retração dos empregos e da atividade industrial nas imediações.

A temporalidade semanal é um forte marcador das atividades sociais: nos dias de semana, a parcela da população mais economicamente ativa transita pelos espaços coletivos no início da manhã e finais de tarde. Nas outras horas do dia observa-se uma maior concentração de idosos, crianças e de todos aqueles que frequentam os pontos de trabalho e comércio da vizinhança. A circulação nas ruas aumenta bastante nos finais de semana, momentos de visitas a amigos e parentes, de cerimônias religiosas e atividades de lazer.

A situação econômica dos moradores também é muito variada: há os que se encontram em situação de miséria e fome; outros se adaptam à vida com entradas intermitentes de recursos em função da instabilidade do trabalho e fontes de renda ocasionais; existem ainda aqueles com carreiras mais estáveis e inseridos na economia formal; finalmente, há uma parcela minoritária de pessoas que passou por algum tipo de ascensão econômica mais substantiva, e que se dedica a diferentes tipos de negócios, instalados, inclusive, no interior das favelas (a exemplo dos comércios de roupas usadas e das atividades de aluguel de moradias).

A essa heterogeneidade socioeconômica corresponde uma outra, de caráter construtivo e de utilização dos espaços. Em primeiro lugar, pode-se dizer que as ruas são estreitas em relação aos padrões oficiais da cidade, com larguras que variam de quatro a seis metros, e diversas vias sofreram redução pela ampliação das construções, tornando-se vielas de pedestres. As calçadas, quando existem, estão tomadas por uma série de obstáculos e elementos construtivos, de modo que os transeuntes compartilham o asfalto com carros, motos e bicicletas.

De modo geral, as moradias são estreitas, com cerca de três ou quatro metros de largura, e raramente possuem recuos frontais, laterais ou de fundo. Assim, os espaços internos não possuem as condições de iluminação e ventilação comuns em outras áreas da cidade. A disposição interna dos cômodos e circulações varia bastante, inclusive porque as construções possuem profundidades diferentes, difíceis de adivinhar por quem transita pelas ruas.

Em muitas moradias, o nível térreo foi convertido em estacionamento ou numa gama variada de serviços e comércios: mercados, bares, cabeleireiros, lojas de roupas, templos evangélicos, lojas de consertos de equipamentos e eletrodomésticos, oficinas de bicicletas, serralherias, locais de depósito e triagem de roupas usadas, entre outros. Certas casas que não possuem uma frente de comércio anunciam por meio de cartazes a venda de serviços ou alimentos, como bolos e "gelinhos".

Os espaços destinados a moradia podem se localizar no térreo, embora tendam aos andares superiores, atendendo a uma diversidade de arranjos entre familiares, proprietários e inquilinos: há casas inteiramente ocupadas por parentes de duas, três e mesmo quatro gerações, e outras em que andares ou cômodos originalmente feitos para familiares passaram a ser alugados a terceiros, ou que já foram edificados visando o aluguel. Nesse contexto, a entrada de várias casas costuma exibir muitos relógios de luz, o que indica a presença de núcleos familiares diferentes. A instalação de escadas metálicas no espaço das calçadas se explica em parte pela necessidade da criação de entradas independentes para moradias que se sobrepõem numa mesma construção, embora também possamos encontrar escadas internas, também acessíveis da rua de forma independente em relação ao primeiro pavimento.

O último andar é frequentemente ocupado por um terraço, coberto ou descoberto, onde as pessoas costumam lavar roupas, cultivar plantas e animais, e organizar encontros eventuais de familiares e amigos. Muitas vezes trata-se de um andar inacabado, que pode levar meses ou mesmo anos para ser concluído. Mesmo nas favelas mais antigas é comum observar sinais de atividades construtivas no topo das edificações. Conforme ouvi certa vez, "a pessoa que mora em favela nunca para de esticar o barraco". Quando percorremos as ruas da região, podemos observar grandes diferenças de consolidação e acabamento entre edificações e andares de uma mesma edificação: é comum que paredes de bloco aparente se sucedam a superfícies meticulosamente revestidas de porcelanato ou, na outra ponta, àquelas construídas com madeirite e restos de materiais. O grau de solidez das construções não é indicativo de sua idade, ou seja, as construções precárias podem ser tanto novas quanto antigas, o mesmo valendo para as mais bem acabadas.

Em relação a esse panorama geral do conjunto das favelas da região, pode-se dizer que a Cidade Nova e a Vila Nova Tietê contam com vias um pouco mais largas, regulares e amenas. Pela posição que ocupam no tecido urbano, as duas favelas que foram foco central de minhas visitas estão mais preservadas da passagem de veículos. Elas possuem

ruas principais movimentadas[298], mas os pedestres, carros, motos e bicicletas que por aí circulam provém da vizinhança ou de bairros adjacentes. Os bailes-funk, geradores de incômodo para muitas pessoas, pareciam ocorrer aí com menor frequência do que nas favelas Funerária, Marconi e no conjunto habitacional Novo Mundo. A Cidade Nova foi apontada por algumas pessoas como a melhor favela para se morar, mesmo em comparação com a Vila Nova Tietê, onde existe uma maior precariedade construtiva, uma área central composta por vielas tortuosas e maior movimento e atividades nas ruas. Vale lembrar que a Cidade Nova abriga também quatro equipamentos de ensino na rua Nossa Senhora Aparecida, sendo, portanto, frequentada por um fluxo regular de mães, crianças e jovens provenientes dos bairros do entorno.

Os que conheciam um pouco da história local sabiam que as condições urbanas mais favoráveis da Cidade Nova e da Vila Nova Tietê se deviam em parte ao passado de intensas mobilizações de lideranças e associações de moradores. Na atualidade, porém, os antigos moradores que conheci falam de uma desmobilização e desunião generalizadas. Por vezes a comparação com o passado sugere a imagem de um declínio da capacidade de articulação coletiva local. Eles consideram que suas associações de moradores estão praticamente extintas, já que não são mais organizadas reuniões, eleições ou eventos de interesse coletivo. Os espaços originalmente ocupados pelas associações parecem ter sido perdidos ou não mais abrigam atividades comunitárias. Segundo eles, poucas manifestações culturais reforçam identidades coletivas, como ocorrera durante os anos 1980. Fala-se também num número crescente de templos evangélicos pouco inclinados ao "trabalho comunitário", bem como numa retirada e isolamento progressivo da Igreja Católica em direção a uma esfera estritamente religiosa, em contraste com o papel central de organização política exercido durante muitos anos pelas Irmãs Vicentinas na região (as últimas deixaram a região no início de 2018 e há muitos anos não se envolviam em assuntos comunitários).

Historicamente, é reconhecida ainda uma presença mínima e errática de políticas públicas voltadas à transformação do território e ao atendimento das necessidades primordiais da população. No entanto, tais constatações raramente vêm acompanhadas de tristeza ou ressentimento, costumando ser feitas em tom ao mesmo tempo desiludido e realista, tornando claro que meus interlocutores não se deixavam afetar demais por elas. Afinal, parte deles continuava envolvida em atividades relevantes para a vizinhança, mesmo que não sejam chamados de lideranças e raramente se considerem como tais.

De modo mais amplo, pode-se dizer que os problemas e desafios que surgem em meio aos espaços de uso comum recolocam continuamente a necessidade de negociações, disputas, enfrentamentos e eventuais acordos entre os moradores. As pessoas deixam

---

[298] Me refiro principalmente às ruas Nossa Senhora Aparecida, na Cidade Nova, e às ruas Arenápolis, São Felipe e Santa Efigênia, na Vila Nova Tietê.

transparecer uma familiaridade com situações de tensão e incerteza ocorridas em meio aos espaços coletivos internos dos bairros em que moram, e é para pensar estas questões que voltarei a empregar a noção de terra de ninguém. Referido a este contexto específico, proponho pensar num leque de atitudes que pode variar do retraimento à cautela e à confrontação, e que se manifesta diante de uma diversidade de temas cotidianos: expectativas relacionadas a projetos ou melhorias urbanas propostas pelo poder público; incômodos e conflitos com bailes-funk; perigos relacionados à violência e à criminalidade; tensões com a circulação e estacionamento de veículos; problemas trazidos pelo acúmulo e descarte de lixo. O objetivo não é tratar no detalhe de cada uma destas questões, mas compreendê-las como facetas ou desdobramentos do que denomino terra de ninguém nas favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê dos dias atuais.

Mesmo coletividades que se veem como desmobilizadas e enfrentam dificuldades para firmarem acordos e equilíbrios internos (como é o caso das aqui analisadas) realizam articulações políticas importantes nas interações cotidianas entre moradores, ainda que seu desfecho possa ser incerto e vacilante. Assim, falarei de práticas que, mesmo incapazes de cristalizar composições políticas de maior amplitude, podem ser vistas de modos variados e positivos, envolvendo uma série de capacidades ou astúcias. Se a terra de ninguém está marcada por incertezas, estas podem por vezes ser manobradas em favor de grande parte dos moradores.

Para tornar salientes os atributos da terra de ninguém, vou contrastá-los ocasionalmente com entendimentos convencionais de espaços públicos ou livres, onde estão pressupostas certas garantias e regras de utilização, lastreadas por uma autoridade pública. Espaços livres públicos são também frequentemente entendidos como mais permanentes, inalteráveis, acessíveis e desimpedidos, o que se relaciona à premissa de estarem disponíveis a distintos grupos e atividades de forma mais equânime. Em certos casos são associados, ainda, a expectativas de convívio e consenso. Ao longo da análise, mencionarei o projeto da praça do Centro Educacional Unificado (CEU) Novo Mundo para exemplificar as formas pelas quais um espaço de uso público, livre ou aberto foi visto e concebido na, e para, a região. As duas definições que compõem o contraste evocam

imagens propositalmente semelhantes (de ninguém e livre, por exemplo), mas em essência muito diversas.[299]

4.1. Políticas de transformação urbana

O CEU Novo Mundo era um dos vinte centros educacionais que a gestão Fernando Haddad (2013-2016) pretendia implementar em São Paulo. Um objetivo central do projeto desses equipamentos era o caráter aberto e acessível das praças e espaços institucionais, de acordo com publicações oficiais e conversas que mantive com técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU).[300] Havia uma clara intenção de resgatar a essência da proposta dos primeiros centros educacionais concebidos na gestão Marta Suplicy na prefeitura de São Paulo (2001-2004), fazendo com que eles funcionassem como centralidades urbanas, em oposição ao caráter fechado e controlado assumido pela grande maioria dos CEUs até então implementados na cidade. No CEU Novo Mundo, cerca de metade do terreno estaria aberta ao livre trânsito de pedestres, e metade seria de acesso restrito, destinada a atividades programadas. Como indica uma publicação da SMDU, havia o desejo "de ultrapassar as fronteiras do equipamento e alcançar os espaços públicos e pontos de referência urbanos do entorno", afirmando que "o principal instrumento para materializar essa intenção é a abertura de praças junto aos CEUs", proporcionando

[299] Vale lembrar que não se trata de um contraste entre dois tipos de espaço e sim de duas espacialidades, ou seja, duas formas de conceber os espaços e a vida social que ocorre neles (conforme indiquei na introdução). Assim, mesmo espaços públicos dependem de um componente cultural para se constituírem como tais, ou seja, no sentido aqui adotado, sua natureza não pode ser simplesmente decretada por leis ou normas de funcionamento. A noção de terra de ninguém me parece oferecer justamente uma maneira alternativa de compreender uma série de lugares e contestar a forma muitas vezes indiscriminada e automática de considerá-los como públicos.

[300] Especialmente Rafael Murolo, Eduardo Martini e Tereza Herling. Conforme disseram, "as praças abertas são a *nossa* abordagem para os CEUs". Detalhei os encontros com estes representantes na introdução.

"conexão física mais direta com a população" e potencializando a "aproximação afetiva mais intensa com a comunidade".[301]

"O CEU vai virar o inferno". Assim falou Maria, a dona de um comércio situado em frente ao terreno do futuro Centro Educacional Unificado (CEU) Novo Mundo, numa conversa que tivemos no final de 2016. Há dezessete anos ela mantinha o seu negócio na favela Funerária, conhecia bem o bairro e tinha certeza de que haveria sérios conflitos envolvendo uso de drogas na praça projetada para o local. O CEU "era o equipamento certo no lugar errado", acrescentou. Como outros de meus interlocutores, a comerciante sabia que a praça do CEU seria "aberta" porque a SMDU havia promovido oficinas de divulgação e discussão do projeto na região. As críticas se voltavam também ao poder público e à paralisação das obras pela gestão municipal de Fernando Haddad, a mesma que havia anunciado a chegada do CEU. Olhávamos para a carcaça inacabada de concreto à nossa frente, enquanto Maria acusava o governo de superfaturar a construção para enriquecer políticos.

---

[301] Extraído da publicação SÃO PAULO (cidade), 2016b, p. 52. Para entender o que está em jogo nessas intenções, vale resgatar os dois padrões de implantação dos CEUs anteriores. No projeto dos primeiros 21 centros educacionais, desenvolvidos durante a gestão de Marta Suplicy (2001-2004), as primeiras representações de projeto inserem os edifícios em terrenos livres de qualquer fechamento, renunciando a controles de acesso no intuito de promover encontros entre públicos os mais diversos. Estas premissas, no entanto, suscitaram preocupações com segurança e controle da parte de muitos gestores, professores e funcionários que passaram a administrar estes equipamentos. Em quase todos os casos, portões, grades e outras regulagens de acesso foram instalados rente às calçadas e divisas de lotes. Por sua vez, as gestões de José Serra e Gilberto Kassab (2005-2012) construíram outros 24 CEUs assumindo fechamentos e controles de acesso como ponto de partida dos projetos. Diante deste histórico (detalhado em SPIRA, 2017), os técnicos da gestão Fernando Haddad (2013-2016) buscaram uma solução intermediária: previram fechamentos e controles, que, no entanto, foram recuados para dentro dos lotes, franqueando grandes áreas ao uso público. Na prática, considerando que os primeiros CEUs também foram fechados, esta não seria uma solução intermediária, mas a que ofereceria a maior quantidade de espaços abertos. Para evitar que as praças fossem futuramente cercadas e controladas por gestores e administradores, os técnicos da SMDU planejavam transferir para a subprefeitura a responsabilidade pela gestão destes espaços, que passariam a funcionar como prolongamentos das calçadas. Cederiam também o controle da infraestrutura de iluminação ao Ilume (Departamento de Iluminação Pública do Município). Com isso, acreditavam que as praças permaneceriam disponíveis à população, permitindo, no exemplo dado em meio às conversas com os técnicos, que alguém se sentasse a noite na praça para "tocar violão".

A fala desta comerciante mostra que tanto o poder público quanto a vida social local podem estar submetidos a uma visão crítica ou desiludida, e, no caso em questão, bastante negativa e radical. Vejamos como outros moradores realizaram previsões mais ponderadas, embora igualmente céticas em relação às possibilidades de convívio social na futura praça do CEU. O conjunto das falas que passo a apresentar estabelece um contraste com as intenções oficiais apresentadas anteriormente, mas meu propósito não é avaliar ou criticar um dos lados e sim apontar disparidades e desconexões que serão desdobradas no decorrer da análise.[302]

Em 7 de setembro de 2017 conversei com Neusa e Aparício, dois moradores das proximidades do terreno do CEU que assistiam animados à cerimônia de reinauguração do Clube da Comunidade (CDC), que deixava de ser conhecido pelo nome de Adhemar de Barros e passava a se chamar Elias da Silva Trindade. O CDC estava há muitos anos em más condições de conservação e havia sido objeto de um convênio entre a prefeitura e uma ONG denominada Projeto Elias, ligada ao jogador Elias Trindade. Nascido e crescido na Cidade Nova, Elias treinou muitos anos no campo do CDC e na data indicada estava finalmente reabrindo o equipamento ao lado de familiares e apoiadores, depois de uma reforma substancial paga com recursos próprios. O acesso ao interior do CDC foi regulado e estava restrito a convidados, mas Neusa, Aparício e eu, com muitos outros espectadores, assistíamos às falas do evento do lado de fora, na calçada, atrás do alambrado que cercava o campo de futebol e as arquibancadas. Enquanto olhávamos o desenrolar da cerimônia, Neusa disse que "o CDC vai ser bem melhor que o CEU" e que "o CEU vai estragar", inclusive por ação de grupos "barra pesada" que moravam na favela Funerária. Aparício, por sua vez, criticou o fato de que o CEU seria "aberto", ou seja, que os portões não seriam fechados e que isso permitiria a entrada "de quem quisesse". Desenvolveu o seu raciocínio comentando que no CEU entraria gente para usar o espaço, mas também para roubar e usar drogas, o que não ocorreria no CDC: ali haveria "controle".

---

[302] As imagens propostas pelos moradores não devem ser isoladas em relação aos sentimentos que manifestavam em relação ao Estado e à comunidade da qual faziam parte; de saída, portanto, as imaginações de arquitetos e moradores não podem ser simplesmente postas lado a lado, como se tratássemos de coisas equivalentes. Em outras palavras, a comparação não pode ser usada simplesmente para tomar partido e desconsiderar os excessos (impossíveis de serem submetidos à comparação) de um e outro lado – mas é justamente nesse meio que tem lugar a reflexão antropológica. É preciso adotar aqui uma disposição para a "equivocação controlada" (Viveiros de Castro, 2003) e entender que a tradução (implícita na comparação) é um recurso heurístico da análise e não tem por propósito silenciar o outro, quem quer que seja ele. Pode, no entanto, apontar para certas incongruências.

Outro encontro significativo ocorreu em outubro de 2016 com um grupo de cerca de oito professoras do CEI Cidade Nova. Em uma de minhas primeiras visitas à região, propus uma conversa com as educadoras para conhecer suas expectativas sobre a chegada do CEU. "O projeto é legal, mas não sabemos como vai funcionar, porque vai ser um CEU aberto", disse uma delas. O grupo observou que outros CEUs da cidade não funcionavam daquela forma, "sem muros". Falaram que nos finais de semana costumavam ocorrer bailes funk nas ruas das proximidades, e que muitas vezes as educadoras ouviam as primeiras músicas de tardezinha, quando estavam saindo da escola, e as últimas, quando chegavam para trabalhar em certas manhãs de sábado. Elas associaram tais eventos à sujeira que se acumulava nas ruas e citaram relatos de violência e promiscuidade, deixando implícito que estes problemas poderiam ocorrer nos espaços do centro educacional. Também imaginaram transtornos futuros para o CEU lembrando que, com alguma frequência, "meninos invadem a caixa d'água do CEI para se refrescar no final de semana", quando a escola permanecia fechada.

Para um casal de moradores mais antigos da Cidade Nova, com que conversei em outubro de 2017, o CEU era um "desperdício de espaço", porque as favelas da região estavam lotadas e havia uma grande carência de moradia. Achavam, então, que o terreno do CEU logo seria "invadido", visto que já haviam ocorrido tentativas em 2014, quando o Serviço Funerário do Município de São Paulo (SFMSP) suspendera suas atividades no local para demolição de seus antigos edifícios e início da construção do novo equipamento. Na verdade, a ocupação que ocorrera naquele ano era parte do protesto contra uma reintegração de posse organizada por manifestantes da ocupação Douglas Rodrigues. Além deste episódio, uma reportagem cita "distúrbios" ocorridos posteriormente entre moradores das proximidades e funcionários do Serviço Funerário.[303] É possível que o casal estivesse se referindo às retiradas de entulho que passaram a ocorrer com a demolição do prédio do Serviço Funerário. De acordo com os técnicos da SMDU, uma piada que circulou na época afirmava que haveria economia com a remoção de entulho porque o terreno seria limpo por moradores locais em busca de materiais a serem reaproveitados em suas próprias construções. Como ouvi algumas vezes, as retiradas foram interrompidas quando a prefeitura, visando proteger o terreno, recorreu a líderes locais do Primeiro Comando da Capital (PCC). Seja como for, a diversidade de relatos sugere que terrenos vagos e mesmo restos de materiais são altamente visados num contexto marcado pela falta de moradias e pela congestão populacional, e que as tentativas de apropriação desses recursos não estão pautadas por acordos, regras ou condições

[303] No capítulo nove apresento a entrada dos manifestantes da ocupação Douglas Rodrigues no terreno do CEU. As informações sobre os "distúrbios" que ocorreram dias depois são vagas, mas constam numa notícia do sindicato que representava os trabalhadores do Serviço Funerário local (ref. 2014-08-06).

jurídicas de posse. Nesse sentido, podemos dizer que a área continha propriedades da terra de ninguém antes mesmo das iniciativas para convertê-la num espaço público ou institucional. “Se a prefeitura bobear, o povo vai invadir. De uma hora para outra”, disse em outubro de 2016 Nilza, antiga moradora da Cidade Nova. “Eu não sei como ainda não invadiram o terreno do CEU”, disse outra habitante da região.

Após cinco anos de paralisação, as obras do CEU Novo Mundo foram retomadas e concluídas às pressas antes das eleições de 2020, com alterações substanciais de projeto que eliminaram a praça aberta, diminuíram a área do CEU e destinaram boa parte do terreno à Secretaria de Habitação (Sehab) para construção futura de um conjunto

habitacional.[304] A área direcionada à Sehab sofreu uma tentativa de ocupação por um grupo de famílias na madrugada de três de abril de 2021. Não pude acompanhar de perto o episódio, mas soube que os manifestantes subiram o tom com a polícia durante as negociações, reagiram às tentativas de remoção e foram finalmente dispersados com o

[304] De acordo com uma fonte diretamente envolvida na construção, as obras estavam 60% finalizadas desde 2016 e o restante precisou ser feito em cerca de três meses. Não havia tempo hábil para descontaminar a porção sudoeste do terreno (onde funcionara uma bomba de gasolina que atendia os veículos funerários), embora o serviço estivesse previsto na licitação vencida pela construtora Cronacon. Tal foi o motivo das principais alterações de projeto, decididas a portas fechadas entre engenheiros da Cronacon e da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (Siurb), à revelia do autor do projeto, o escritório B Arquitetos: a área contaminada foi doada à Sehab, já que não podia mais abrigar as piscinas e o bloco esportivo; estes foram construídos a nordeste do lote, num trecho significativamente menor e com insolação desfavorável; a praça sofreu uma redução de área, uma vez que se localizava parcialmente sobre o trecho contaminado; distante do bloco esportivo e das piscinas, a praça perdeu parte de sua conformação lateral e deixou de se configurar como acesso central às diversas instalações do CEU; deixou, ainda, de se relacionar com a rua, na medida em que as grades de fechamento foram instaladas junto à divisa do lote com as calçadas. Desconsiderando, ainda, o projeto paisagístico, Siurb e Cronacon transformaram a praça numa área gramada lateral aos blocos educacional e cultural, passível de ser utilizada somente pelo público interno do equipamento, embora continuasse visível para os transeuntes que circulavam pela avenida Ernesto Augusto Lopes. Não se pode afirmar ao certo como funcionará este espaço, já que o CEU permaneceu fechado mesmo depois de concluídas as obras, em parte por conta da pandemia de Covid-19, mas também pela demora da prefeitura em definir o novo marco regulatório que pretendia entregar a gestão deste e dos outros onze CEUs inaugurados a uma organização da sociedade civil. Mesmo depois que o instituto Bacarelli assumiu o convênio com o poder público, o CEU permaneceu fechado por vários meses, devido a problemas com o fornecimento de água, entre outros. O equipamento abriu as portas somente no início de 2022, ainda com uma programação restrita. Conforme relato de um educador ligado à Diretoria Regional de Educação da região (Jaçanã/Tremembé), o CEU Novo Mundo, assim como vários dos outros concluídos às pressas no final da gestão Bruno Covas (2018-2020), apresentaram problemas posteriores de infraestruturas, internet e telefonia. Não houve qualquer anúncio sobre a descontaminação ou ocupação do terreno destinado à Sehab. O terreno permaneceu com aspecto de abandonado, facilmente acessível e com solo revirado. Uma reportagem do jornal Bom Dia Brasil da qual participei captou imagens do local e reproduziu parte das críticas aqui expostas. A matéria oferece um bom registro visual do local em meados de 2021 (ref. 2021-06-14).

emprego de violência. Policiais deram tiros para o alto, dispararam balas de borracha e gás pimenta ou lacrimogêneo. Alguns moradores do entorno passaram mal com as bombas e outros vieram em apoio aos ocupantes, jogando pedras e trocando tiros com os policiais. "É difícil ter um espaço livre na comunidade e o povo precisando de moradia", escreveu a integrante de um grupo da rede *WhatsApp* do qual eu fazia parte. "Terreno vazio é complicado", escreveu outro morador chamado Januário, alertando para a necessidade de construir "algo" no local, como uma "praça" ou "espaço de lazer" (retomarei mais adiante esta ideia de ocupar a terra de ninguém como estratégia para evitar a ocorrência de outras ocupações). Ainda de acordo com Januário, o terreno, "estando aberto", ia "gerar problema" ou, mais do que isso, "guerra": "terreno ali nas proximidades está valendo sangue", disse ele. Vemos, com a ajuda destes relatos, a facilidade com que uma área desocupada é vista como disponível e suscetível à apropriação, e como está aí implícito o surgimento de grandes disputas nas quais o Estado é um dentre outros contendedores. Após o episódio citado, soube que lideranças de movimentos de moradia da região sinalizaram secretamente a intenção de ocupar mais uma vez o terreno, de forma mais organizada e pronta a dialogar menos agressivamente com a polícia.

A conversa com Nilza em outubro de 2016 mostrou que as frustrações com as obras do CEU podem ser vistas como um episódio no interior de uma série de desilusões dos moradores da região com o poder público, no correr dos anos. Para minha interlocutora, toda gestão municipal chegava prometendo melhorias, mas "nunca acontecia nada". "O pessoal simplesmente cansou de esperar e não acredita mais", disse ela.

Há poucas semanas da paralisação das obras, Nilza afirmou ainda que as pessoas que conhecia não acreditavam que o CEU seria concluído, mesmo que vissem as obras em pleno andamento. Observou ainda que, diante do prazo de conclusão originalmente divulgado, o CEU devia estar pronto, mas quando conversávamos a gestão do município estava em vias de ser transferida para João Doria, e nada garantia a finalização da obra. "A gente sabe que o PSDB gosta de cortar gasto, não de aumentar". Sugeriu também que o *timing* de divulgação e início do CEU coincidira com as épocas de eleições, e que, portanto, os políticos estavam primordialmente direcionados à obtenção de votos. Em resumo, "do Estado só vem coisa ruim, coisa boa não vem", afirmou.

Outras opiniões e recordações permitem identificar vários projetos urbanos anunciados e nunca executados, mas que permanecem pairando na memória das pessoas como focos de incerteza e descrença permanentes.[305] Cito, por exemplo, uma resolução da

---

[305] Outros casos eloquentes que poderiam ser aqui arrolados são os relatos de Celso e Januário acerca da construção do Cingapura Novo Mundo, apresentados no capítulo sétimo. Eles se lembraram dos riscos, incertezas e condições de vida precárias a que foram submetidos quando removidos de seus barracos e transferidos para o conjunto habitacional em meados dos anos 1990.

Secretaria Municipal de Habitação (Sehab) para remoção de grande parte da favela Funerária (situada em frente ao terreno do CEU) com o objetivo de adequar as vias de circulação das imediações e realocar moradores. Minha presença em campo coincidiu com um dos momentos em que técnicas da Sehab estavam presentes na região e esperavam que moradores da favela Funerária frequentassem o Conselho Gestor do Perímetro de Ação Integrada 1 - Jardim Japão (PAI 1), onde ações complementares às remoções poderiam ser propostas como compensação para os afetados. Uma das técnicas disse que o "desinteresse" dos moradores traria más consequências futuras, como se fossem corresponsáveis pelos problemas — mas ela não chegou a especular que uma das razões do desinteresse em participar dos encontros poderia ser justamente o caráter errático e incerto dos anúncios e discussões ocorridos ao longo de mais de uma década, fazendo com que muitos não acreditassem na interlocução ou mesmo na implementação das mudanças. A desconfiança em relação ao poder público era tão grande que ouvi inclusive uma moradora afirmar que a prefeitura desejava remover a favela Funerária para vender o terreno ao mercado imobiliário e lucrar com isso.

Os diálogos intermitentes e truncados certamente contribuíram para que o poder público se constituísse como entidade genérica na visão de muitos moradores, de modo que as distintas instâncias que o compõem, bem como os projetos e intervenções que anunciam são vistos como relacionados ou interligados. Nenhuma das pessoas com as quais conversei diferenciou os projetos do CEU do Território CEU, este último consistindo, como dito antes, num conjunto de melhorias urbanas a serem implementadas na região do entorno do CEU. Para Nilza, a construção do CEU Novo Mundo era também parte dos objetivos de remoção da favela Funerária, embora se trate de ações movidas por secretarias diferentes, dessincronizadas e pouco articuladas. "Para fazer um CEU e tirar a moradia das pessoas é melhor que não faça o CEU", disse ela. Sua fala reforça também a imagem de um embate duradouro e contínuo com o poder público, que ameaça uma das favelas mais antigas e consolidadas da região. "Sempre quiseram tirar a [favela] Funerária dali. Porque queria passar avenida, porque queriam fazer o CEU, porque é feio… isso já há mais de trinta anos".

A favela Vila Nova Tietê, por sua vez, também foi vista como vulnerável por um morador que se lembrou que, em torno de 2010, o clube Corinthians sondou a região para construir seu estádio. Para ele, ainda hoje valeria a pena lutar pelo título de propriedade das moradias, porque sem este documento o poder público estava autorizado a "derrubar" o bairro todo, não importando que tivesse mais de quarenta anos de existência. Carminha, de sua parte, forneceu mais um depoimento eloquente a respeito de um projeto anunciado anos antes, de construção de uma via de interligação entre a Marginal Tietê e a

Rodovia Dutra, passando por dentro da Vila Nova Tietê.[306] Ainda que ela tenha admitido que há muitos anos não ouvia notícias sobre o assunto, refletiu que "projeto não caduca", e que "uma hora aparece um doido e faz".

A respeito deste mesmo projeto, um morador da Cidade Nova disse achar um absurdo que a prefeitura quisesse mexer num bairro "que está dando certo", removendo casas para melhorar a circulação de veículos. Ele foi um dos que considerou as melhorias urbanas do Território CEU como parte do projeto do CEU e afirmou que a chegada do equipamento traria também alargamentos de calçadas que obrigariam à remoção de várias moradias, inclusive a dele. "É fácil dizer que vai remover as casas das pessoas, mas você acha que a Enel vai remover aquele poste ali?". A seu ver, concessionárias de serviços e empresas grandes não eram molestadas pelo poder público, mesmo que atendessem mal os moradores e causassem desperdícios como os que me indicava enquanto conversávamos, por exemplo: o poste para o qual ele apontava estava com luz ligada em pleno dia, e ficava ao lado de uma sarjeta com água empoçada. Perguntei se não era possível reclamar ou mobilizar a população para fazer frente a esses problemas, mas ele disse que não adiantaria nada, o poder público não o escutaria e apenas o deixaria "estressado". Em sua opinião, o governo fazia "o que queria" e não havia como se contrapor a ele.

É bom lembrar que muitas dessas falas criticam o Estado como negligente ou truculento com base em expectativas de relações que deveriam existir entre ele e os cidadãos. O Estado é visto como agente responsável por fornecer serviços e equipamentos públicos, ainda que não o faça. Depoimentos como o último citado indicam a descrença na possibilidade de fazer frente às decisões governamentais. Em suma, as falas aqui apresentadas sugerem uma compreensão do Estado como agente solitário e ineficaz. Suas aparições são erráticas, descontínuas e arbitrárias e carregam ameaças de escala semelhante às atribuídas a moradores ou grupos locais considerados nocivos ou perigosos. Não parece exagerado afirmar que o poder público pode ser visto como um entre outros agentes de incertezas em operação na terra de ninguém.[307]

---

[306] Provavelmente se trata do projeto Diagonal Norte, de acordo com indicações dos técnicos da SMDU.

[307] Entre as pessoas com quem conversei, a identificação do Estado como ameaça não se alternava com a de uma força que oferecia certas garantias à vida social, e, portanto, não possuía a ambivalência que Veena Das e Deborah Poole (2004) atribuem aos contextos que dizem estar "às margens" do Estado. Assim, posso dizer que, para muitos moradores locais, os bairros pobres da Vila Maria estavam para além dessas margens, e o Estado era uma entidade que vagava ameaçadoramente em meio a perigos equivalentes e de outra natureza.

4.2. Bailes-funk

Vejamos como outros agentes ou forças agem em meio à terra de ninguém. Inicio pelos bailes-funk porque eles surgiam rapidamente nas conversas, sem que eu perguntasse por eles. Eles assumem, assim, uma posição central nas reflexões de muitos sobre a realidade urbana local. Mais conhecidos como "fluxos" ou "bailes", esses eventos são sistematicamente criticados por gozarem da proteção do PCC e por incentivarem o consumo de drogas, a promiscuidade, a sujeira (gerada pelos frequentadores), e principalmente os incômodos ocasionados pelo volume alto das músicas. Os maiores eventos do gênero atraem não apenas moradores locais, mas jovens de lugares distantes, alguns deles de cidades do litoral e do interior do Estado — o que mostra que a região representou, ou representa, um polo cultural importante ligado ao funk em São Paulo.[308] Nas favelas Cidade Nova, Vila Nova Tietê e Funerária e também no conjunto Cingapura Novo Mundo ouvi reclamações de bailes que por vezes ocorriam às sextas, sábados e domingos, tomando frequentemente toda a madrugada. De acordo com vários relatos, os "fluxos" se formavam ao redor de carros com caixas de som ou em torno de "paredões" — conjuntos de amplificadores empilhados, capazes de emitir música em volume muito alto.

Alguns comentaram o aumento crescente de bailes-funk nos últimos anos, indicando uma diminuição repentina causada por violentas ações de repressão policial nos

[308] A música "Baile de Favela", composta por MC João e bastante conhecida na cena do funk nacional (em 21 de março de 2020 acusa mais de dois milhões de curtidas no *site Youtube* em junho de 2022), cita explicitamente bailes como o da favela Marconi, e veicula imagens de alguns destes eventos (ref. 2015-09-16). Não tenho como propósito criticar ou condenar os bailes, e vale aqui citar considerações a seu favor para indicar algo das razões de sua frequência e da diversidade de seus públicos. O funk não estava associado apenas aos eventos mais longos e de grande porte, mas também a encontros de menor porte e a distintas formas de usufruí-los. Relatos citam, por exemplo, moradores de distintas faixas etárias que se limitavam a "tomar uma cerveja" e a permanecer nos arredores das festas. Para João Mário, a centralidade do funk se explica em parte pela ausência de espaços para a realização de outras atividades culturais e de lazer na região. Reforçando o argumento, meu interlocutor observou que as festas aumentam nos períodos de férias escolares. De modo geral, João Mário e Ferreirinha admitiram que o funk podia incomodar muitos moradores, mas já era visto por muitos como "uma coisa dali", e "já estava encaminhado na cultura", no sentido de ser em parte reconhecido como manifestação culturalmente relevante.

primeiros meses de 2017.[309] Em 13 de março desse mesmo ano testemunhei as repercussões de uma dessas ações sobre um baile que ocorrera na noite anterior em frente ao terreno do CEU Novo Mundo. Na altura da rua Badajoz, encontrei três ou quatro pedreiros fechando um buraco com cerca de dois metros de diâmetro, aberto recentemente no muro do centro educacional. Uma comerciante do lado oposto da rua disse que provavelmente o buraco havia sido feito por "bandidos da comunidade" para entrarem no terreno e roubarem coisas, mas os pedreiros e moradores que passavam na rua esclareceram com mais segurança que o buraco fora causado pelo choque de uma viatura policial enquanto perseguia um motoqueiro, ou — de acordo com outra versão — enquanto perseguia "meninos" que participavam do baile.[310] Tais versões do ocorrido, vale sublinhar, colocam agentes do Estado (policiais) e "bandidos" como iguais candidatos a protagonistas de ações violentas e criminosas.

Em meio às conversas sobre o buraco no muro, falaram-me de um morador que havia sido morto pela polícia em frente à esquina do CEU. Segui pela avenida Ernesto Augusto Lopes e avistei, perto do cruzamento com a rua da Bicicleta, uma grande mancha de sangue que havia escorrido pela janela do primeiro andar de um sobrado. Percebi o nervosismo e a inquietação dos que permaneciam nos arredores, ou daqueles que estavam de passagem e paravam para se informar sobre o ocorrido. Severina, uma senhora que morava nas imediações, explicou a mim e a outros transeuntes que os policiais haviam chegado por volta das onze horas da noite anterior para parar o "fluxo" usando bombas de efeito moral e gás pimenta. Estavam "bem nervosos", e um deles percorreu a avenida furando indiscriminadamente os pneus dos carros estacionados. "Eles não furam só não, eles fazem um rasgo que é para não dar conserto", comentou Zacarias, outro morador que julgava essa atitude "absurda" porque os pneus eram caros e "o pobre não tem condição de pagar". De acordo com Severina, o policial atirou no morador do sobrado quando ele acendeu a luz do quarto e se aproximou da janela, talvez para evitar danos ao pneu de seu carro. Mais tarde, o policial alegou ter sido ameaçado com uma arma pelo morador, mas Severina conhecia a família da vítima e sabia que isso não podia ser verdade. Um dos participantes da nossa conversa disse que talvez o policial tivesse tomado um susto com o homem na janela.

---

[309] Moradores que propuseram essas periodizações não citaram medidas de governo que certamente estiveram entre as razões para as mudanças. Em 2014 Haddad tomou uma decisão que causou polêmica ao vetar um projeto de lei que buscava proibir a realização de bailes-funk na cidade, reforçando a defesa da dimensão cultural destes eventos. Na direção oposta, o governador Geraldo Alckmin sancionou uma lei no início de 2017 autorizando ações de repressão dos bailes-funk (ref. 2017-02-16 e 2019-12-03).

[310] O termo "menino" é invariavelmente empregado por moradores da região para designar pessoas do sexo masculino, não importando a idade.

Depois do assassinato, os policiais tomaram duas atitudes apontadas como ilegais por Zacarias: entraram no sobrado sem mandato e alteraram a cena do crime removendo o corpo, que até aquele momento permanecera pendurado no parapeito. “Se eles tivessem atirado para se defender, não tinham nada para esconder. Se mexeram no corpo é porque são culpados”, concluiu Zacarias, acrescentando a hipótese de os policiais terem “plantado” uma arma nas mãos da vítima. Além de mostrar uma imagem extremamente negativa da polícia, a conversa ilustra como moradores da região colecionam indícios e praticam exercícios coletivos de dedução sobre ocorrências que os afligem. Nesses casos, a insegurança e incerteza características da forma de vida ocupação decorrem não apenas de fatalidades concretas, mas também do caráter insondável e incompreensível de alguns de seus aspectos.[311]

Trato agora dos incômodos mais recorrentes representados pelos bailes-funk, me concentrando em problemas causados pelo alto volume das músicas. Os relatos observam que uma grande quantidade de gente ficava impossibilitada de dormir ou descansar nos finais de semana em virtude dos fluxos. Nas ruas estreitas dos bairros, aqueles que moravam no epicentro das festas ficavam a poucos metros das caixas de som, sentiam o chão e as portas tremerem e o barulho tampouco as permitia assistir televisão ou falar ao celular. Um dos depoimentos mais enfáticos é o de Irmã Iraci, que, assim como outras religiosas que atuaram na região, morava numa casa vizinha à Igreja Nossa Senhora Aparecida e em frente a uma das praças da Cidade Nova onde ocorriam festas frequentes. Ela me contou que ficava procurando, sem sucesso, cantinhos mais protegidos do barulho no interior da casa, e o acúmulo desse tipo de experiência lhe trouxe perdas auditivas.

Moradores das proximidades da praça criticaram a instalação de uma churrasqueira pré-fabricada no canteiro central, acusando grupos de passarem a noite ouvindo funk e comendo carne justo em frente à igreja católica do bairro, o que soava como uma espécie de afronta. Reproduzo trecho do depoimento de Elisângela, uma antiga

---

311 Cito outras inferências feitas por moradores na mesma ocasião. Severina disse que a violência policial ocorria quinzenalmente, segundo ela porque havia um revezamento semanal entre um grupo de policiais que deixavam os fluxos ocorrerem e outro que não tinha a “mão molhada” pelo tráfico e forçava o encerramento dos eventos às dez horas da noite. Evidentemente trata-se de uma hipótese que estava circulando e sendo elaborada coletivamente pelos moradores a partir de indícios e opiniões diversas. Outras considerações foram feitas para tentar identificar a arma usada pelo policial. Em outro exemplo de esforço dedutivo, um senhor que mora na Funerária disse que avaliava a gravidade da repressão aos bailes-funk abrindo a janela no meio da noite para sentir o odor do ar: se o nariz arde, disse ele, é porque a polícia não havia soltado apenas bombas de efeito moral, mas também gás pimenta.

moradora desta favela, para mostrar como a churrasqueira podia encarnar um sentimento de revolta:

> "Quando eles fazem baile, ninguém dorme. O baile está lá na praça, mas atinge a comunidade inteira. … O cara que tá dando o baile, ele não pensa que tem um idoso, tem uma criança, tem alguém doente. Eles não querem nem saber, entendeu? Parece que eles estão fora da sociedade, como se eles fossem os príncipes ali pra fazer aquela palhaçada toda né, um desrespeito daquele. Não respeitam ninguém, é como se eles fossem o dono da rua. Eles já chegaram a ponto, não sei se você viu, de colocar uma churrasqueira na praça. … Fez a churrasqueira, como se aquela praça fosse a extensão da casa deles. Aí faz o baile funk e fica comendo lá. É como se fosse terra de ninguém, entendeu?"

Eis uma das menções explícitas à imagem de uma terra de ninguém, associada a um sentido particularmente negativo ou indesejável, onde alguns se apropriam de espaços coletivos e passam a se ver como "donos da rua".[312]

Grande parte dos que se diziam afetados pelos problemas gerados pelos fluxos não viam outra saída a não ser suportá-los, adotando atitudes de resignação e retraimento. Considero esta postura uma das mais importantes para entender as dinâmicas da terra de ninguém, já que ela não oferece oposição à ampliação dos incômodos. Alguns moradores me explicaram que não podiam reclamar do barulho, pelo medo de sofrerem represálias por parte dos organizadores das festas, vistos como relacionados ao PCC. Assim, uma das razões para evitar confrontos não deriva das consequências imediatas que poderiam gerar, mas da imaginação de represálias maiores, advindas das garantias oferecidas por poderes mais perigosos. Certa vez, um senhor me contou que só tinha a "casinha" dele na Cidade Nova, e que se reclamasse poderia ser morto ou no mínimo banido do bairro, mas não tinha outro lugar para ir e por isso era obrigado a suportar a tudo calado.

Vale registrar que nem sempre a disposição para suportar barulhos envolvia os bailes-funk: Elisângela falou da existência de uma "cultura" de tolerância com festas nas

---

[312] É a apropriação por parte de alguns que levou o espaço da praça a ser visto como terra de ninguém. Neste sentido, o par de ninguém / de alguém é indissociável. Em outras palavras, a terra de ninguém possui uma anterioridade lógica, mas não temporal, em relação às apropriações particulares de que é objeto. São as próprias ocupações que, retroativamente, convertem o local ocupado em terra de ninguém.

ruas organizadas por moradores locais.[313] Assim, era a escala e a recorrência dos fluxos que realmente incomodavam, e não simplesmente o fato de gerarem barulho (além disso, como já disse, os fluxos estavam associados a outros tipos de problemas, como a sujeira, a promiscuidade e o tráfico de drogas).

O retraimento dos moradores e a capacidade de suportar incômodos entra em afinidade com um contraste comumente realizado entre "rua", entendida como lugar perigoso, e "casa", vista como local protegido e seguro e associada às noções de lar e família. Um importante pastor evangélico da região afirmou nessa direção a importância de "restaurar as famílias", muitas delas desestruturadas por separações dos pais, envolvimentos com drogas e outros problemas que produziam traumas na vida de crianças e jovens. Ele disse que "a rua é consequência", ou seja, um menino ia para a "rua" (entenda-se, para a criminalidade e as drogas) quando a família não conseguia educá-lo ou conscientizá-lo em casa. Diversos outros relatos afirmam a importância de "tirar meninos da rua", "diminuir o tempo ocioso da molecada", "evitar a cabeça vazia" inscrevendo-os em atividades educacionais e esportivas. "Se ficarem na rua", disse a mim uma mãe, "o traficante chama". A polícia também pode estar entre os perigos desta "rua", como mostra a fala de uma moradora que teve o sobrinho jogado no chão e agredido com socos e pontapés de policiais, quando reagiu a insultos ou ameaças dirigidos a sua esposa durante um baile-funk. Ela disse ao sobrinho que "se tivesse ficado em casa não teria acontecido nada".

Quando a quadra da EMEF Paulo Carneiro, aberta para uso da comunidade em finais de semana, começou a ser ocupada por bailes no período noturno, um morador e dono de comércio do lado oposto da Rua Nossa Senhora Aparecida reclamou do barulho e da venda de bebidas nos espaços internos da escola, e afirmou que "não deviam deixar esse povo da rua invadir a escola" (pouco tempo depois os eventos foram reprimidos pela polícia). A expressão "povo da rua" indica que a noção de "rua" remete menos a espaços

---

[313] "Aqui nós não temos briga de vizinho. É uma cultura que não tem esse tipo de coisa. Que nem, se você quiser fazer uma festa na frente da sua casa, você faz o barulho que você quiser, eu nunca vou lá brigar para baixar o som da sua festa. ... Teve festa no final de semana na praça, festa de arromba, era uma festa de aniversário que eles ocuparam a praça toda. Ninguém foi lá, ninguém ligou para a polícia. Só que eles sabem que na hora que a outra ponta fizer uma festa, eles também não podem reclamar. É tipo assim, respeito o seu barulho e você respeita o meu barulho. É uma parceria, não precisa falar." Nestes casos podemos pensar que a tolerância é mais voluntária ou menos forçada ou imposta, quando comparada à suscitada pelos bailes-funk.

específicos e mais a certos grupos e práticas que costumam ocupar a rua, mas podem transbordar para outros espaços, como os da escola citada no relato.[314]

As atitudes de retraimento podem ser comuns, mas os depoimentos destacaram também ações de confronto. Moradores podiam reagir vigorosamente quando não temiam represálias ou quando não acreditavam que os responsáveis pelos problemas estavam protegidos por poderes maiores, representados pelo PCC. Numa mesma conversa, um morador da Cidade Nova me disse não poder reclamar dos fluxos que ocorriam às vezes em frente à sua moradia alegando risco de represálias, mas pouco depois falou da necessidade de ter "pulso firme" contra "jovens folgados". "Aqui, se deixar, vão encostando." Contou-me ainda que em outra ocasião um homem tentou urinar na porta da sua loja, e que "nessas horas tem que mostrar a peixeira". Num outro dia em que eu conversava com Cosmo, um jovem de moto passou acelerando perigosamente bem próximo de onde estávamos, com a nítida intenção de provocá-lo. Num gesto de enfrentamento, Cosmo grunhiu, deu um passo à frente e bateu o pé no chão no momento em que a moto passava. Disse que ele e outros moradores "peitam" alguns desses jovens e "não deixam barato". Quando necessário ele "chega junto" de jovens fumando maconha para adverti-los, explicando que o bairro é de moradias e que precisava ser respeitado. "Se tiver que morrer, não tem problema", disse ele a mim.

Como é possível perceber, procurei chamar atenção para exemplos de dois tipos de atitudes extremas, relacionadas à capacidade de suportar incômodos ou de enfrentá-los com vigor. Uma terceira alternativa que também ganha destaque nos relatos tem a ver com aproximações diplomáticas, onde as pessoas assumem ares deliberados de cuidado e respeito — mas isso quando há possibilidades de aliança, tolerância ou mútuo entendimento. Nestes casos interações entre PCC e moradores não envolvidos em atividades criminosas são elucidativos. Alguns depoimentos afirmam a importância de "manter uma boa relação" com pessoas ligadas ao PCC e nunca delatar ninguém, por vezes justificadas pelo medo de "ser cobrado" depois. Soube também de atitudes de apoio não condicionadas por retaliações: uma senhora católica-praticante da Vila Nova Tietê afirmou que ali era "cada um na sua", mas que se fosse o caso avisaria o tráfico da chegada da polícia; Caetano revelou com certo orgulho ter acobertado um famoso traficante local chamado Djan em duas perseguições policiais ocorridas nos anos 1990.

Mesmo nas relações cotidianas entre moradores afirma-se a necessidade de "saber chegar", "ser amigo de todo mundo" e ter "cuidado com a palavra" para não "arrumar confusão". Tais atitudes são compreensíveis em contextos de favelas, onde, nas palavras

---

[314] Nunca é demais lembrar que as ruas são palco de inúmeras práticas e significados, e não podem ser associadas unicamente a sentidos de perigo e violência. Não estou propondo generalizações e essencializações como as propostas pelo conhecido trabalho de Roberto DaMatta (1991) em torno das noções de casa e rua.

de Lisete, "a vida é mais liberal" — ou seja, onde os moradores precisam conviver com pessoas e práticas de todo tipo, inclusive as que reprovam ou condenam. Aqui temos a "educação da favela", disse Lisete, explicando que os moradores não precisam "sair para o mundo" para aprender a se comportarem adequadamente: "a escola do mundo é aqui mesmo". A família de Lisete não era "de favela", de modo que este aprendizado foi sendo adquirido aos poucos, na medida em que ela crescia e via pessoas morrendo por não saberem se comportar. Como uma "sobrevivente", Lisete frisou a importância de não espalhar determinadas notícias e de "cumprimentar todos", inclusive porque, muitas vezes, "aquele que você não gosta é quem vai te ajudar".

A tríade de atitudes composta pela capacidade de suportar, reagir vigorosamente ou interagir com diplomacia e cuidado apareceu com frequência em minhas experiências de campo, e podem ser colocadas em contraste com disposições intermediárias, mais despreocupadas ou casuais, ou próprias de contextos urbanos marcados por interações efêmeras e passageiras. Ela mostra que as dinâmicas políticas e os jogos de linguagem tendem a seguir determinadas direções, condicionadas pela percepção e necessidade de lidar com riscos e perigos inerentes à terra de ninguém e à forma de vida ocupação.

4.3. Crime organizado

Nas favelas da Vila Maria, o PCC não parece marcar presença de modo uniforme ou constante, aparecendo como uma rede descontínua de pessoas e grupos com atitudes e objetivos heterogêneos, frouxamente articulados a uma sede localizada num conjunto habitacional das proximidades. De acordo com vários depoimentos, era neste "Comando" que se tomavam decisões importantes, se debatiam "ideias" para resolver desentendimentos de todo tipo e se aplicavam punições. Para atuar como moderador ou inibidor da violência nos espaços internos das favelas, o PCC dependia muitas vezes da iniciativa de moradores dispostos a acioná-lo.[315] Assim, alguns conflitos e roubos podiam ocorrer e não serem reprimidos, ou serem reprimidos com atraso.

---

[315] Quando moradores recorrem ao PCC para solucionar conflitos, diz-se comumente que eles "vão para as ideias", na sede da organização criminosa. Essas constatações confirmam a proposta de que o PCC não se constitui como um grupo delimitado ou definido de pessoas, de acordo com o argumento de Karina Biondi (op. cit., 2018). A autora propõe pensar no que chama de uma "presença-PCC", mobilizável de distintas formas e não necessariamente por meio da atuação direta dos "irmãos", tidos como membros oficiais da facção.

Encontrei uma diversidade de opiniões acerca da segurança nos espaços internos das favelas e conjuntos habitacionais da região. Muitos reproduziam a opinião corrente de que as comunidades eram seguras ou tranquilas[316], enquanto outros salientaram o contrário, se mantendo atentos a riscos e perigos.[317] Em meados de 2017, dialoguei com moradores que acionaram o PCC para tentarem reprimir roubos de fios elétricos que estavam ocorrendo durante certas noites numa rua da Cidade Nova. Disseram que os ladrões eram "nóias" ou moradores de favelas distantes que usavam escadas ou subiam nos carros estacionados para alcançar os fios dos postes, cortá-los e levá-los com o objetivo de vender o cobre em ferros-velhos nas imediações. Um dos depoimentos afirmou que ao instalar novos fios, funcionários da Enel já os deixavam "no jeito" para que fossem roubados novamente, mostrando que tinham um "combinado" com os ladrões — outro exemplo de suposições a respeito de relações entre práticas criminosas e fornecimento de serviços públicos, neste caso oferecidos por uma concessionária privada. Um dos moradores me explicou ainda que obtivera autorização para atirar de um "disciplina" do PCC que atuava numa "quebrada" vizinha. Na noite anterior à nossa conversa, ele flagrara uma ação dos ladrões, mas demorou para pegar a arma e não quis atirar à

316 "Não tem roubo aqui dentro da comunidade", disse um conhecido pastor evangélico da região. Ele apontou para os equipamentos de som de alta qualidade em seu templo e para a porta permanentemente aberta, observando que, mesmo assim, "nunca ninguém levou nada". Pedro, da Cidade Nova, disse a mim que a comunidade é muito segura, e que "é impossível ser assaltado aqui dentro". Outro morador ressaltou o fato de que frequentemente as pessoas deixam a porta de suas moradias e carros destrancadas.

317 Em nível amplo, dá-se um contraste entre o sentimento de segurança presente nos espaços internos da favela da qual se fazia parte e perigos relacionados ao ambiente urbano dos arredores. A circulação entre as comunidades da região parecia ser relativamente tranquila — embora não fosse frequente, a não ser por propósitos específicos ou para fins de passagem (a proximidade entre as favelas não deve dar impressão de que são um tecido social contínuo). As pessoas enxergavam perigo principalmente no conjunto habitacional identificado com a sede do PCC, mas também no entorno urbano das favelas, em ruas do Jardim Andaraí com presença escassa de pessoas nas ruas. Outros lugares tidos como perigosos eram as circulações de pedestres (calçadas, pontes e passarelas) ao redor dos macro eixos de acessibilidade viária da Rodovia Dutra e da Marginal Tietê, por onde muitas pessoas tinham que transitar. Alguns moradores me contaram que preferiam estacionar nos espaços exíguos dentro de suas comunidades a parar nas ruas próximas e mais espaçosas, externas às favelas, onde dizia-se que os roubos de carros eram mais frequentes. É possível pensar que a segurança percebida no espaço interno das favelas fosse construída com base num contraste com espaços do entorno, o que não significa que, visto de forma não relacional, esses espaços internos não contivessem seus próprios perigos.

distância "para não acertar um carro" — da próxima vez estava certo de que "mataria" os responsáveis. Não pude apurar o desfecho deste conflito específico, mas soube que roubos de fios continuaram ocorrendo em ruas próximas pouco tempo depois. O episódio mostra como o poder de influência da facção criminosa é capilarizado e ainda assim imperfeito, envolvendo moradores capazes de acionar contatos em sua rede ou mesmo agir em seu nome.

Outro exemplo refere-se à memória de um período anterior, em que caminhões de entrega eram sistematicamente assaltados no interior das favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê. Um relato observou que as pessoas não podiam mais comprar móveis e eletrodomésticos, uma vez que veículos de entrega eram abordados por assaltantes. Roubos ocorreram inclusive a veículos que traziam alimentos para as escolas da avenida Nossa Senhora Aparecida. De acordo com a educadora de um desses equipamentos, houve fornecedores que nunca mais aceitaram realizar entregas, por já terem sido abordados e roubados no caminho. As ocorrências pararam quando uma educadora entrou em contato com um morador da rua das escolas que tinha conexões com o PCC. "São seus filhos que estão sendo prejudicados", disse ela. Uma possível continuação da história me foi fornecida por outro residente do bairro: quando membros do PCC ficaram sabendo desses roubos, convocaram pessoas e disseram que "se acontecesse de novo iam pendurar uma cabeça no poste". Perguntaram se os responsáveis "eram loucos de roubarem a própria comunidade". Embora um dos moradores que entrevistei tenha admitido que os roubos pararam e a comunidade estivesse "mais tranquila", não deixou de indicar uma certa recorrência do processo citado, afirmando que "de vez em quando os irmãos aparecem, reúnem todo mundo e dão uma dura". A observação indica que a atuação do PCC está sujeita a flutuações, o que contribui para o entendimento dos bairros aqui tratados como terra de ninguém, onde é preciso se manter alerta e eventualmente tomar atitudes contra ladrões e criminosos que agem por conta própria.

Os roubos de fios elétricos foram atribuídos a pessoas vindas de fora, enquanto no último exemplo os ladrões provinham das próprias comunidades que estavam assaltando. Um terceiro exemplo indica a atuação de ladrões poderosos e a relutância dos afetados em denunciá-los ao PCC. Refiro-me ao assalto a um bar na rua Arenápolis, ocorrido no dia anterior a uma visita que realizei em setembro de 2018. De acordo com o relato de uma moradora que chamarei de Neusa, quatro carros com vidros fumês pararam em frente ao bar, e deles desembarcou um grupo de homens armados. Os moradores do entorno não reconheceram os homens e estranharam a ação, chegando a supor que se tratava de policiais civis. Sem muito alarde, os ladrões levaram uma televisão, uma quantia de vinte mil reais (de algum modo eles sabiam da presença do dinheiro) e o dono do bar, que foi liberado quando já estava longe da região. Perguntei a Neusa se o crime foi comunicado aos "irmãos" e ela ironizou: "Que irmãos? As únicas Irmãs que eu conheço são da Igreja… não tem PCC aqui". No entanto, os moradores em geral, e Neusa em particular,

reconheciam a influência da facção criminosa em diferentes negócios do bairro, inclusive num ponto de venda de drogas das proximidades. Nesta "biqueira", a própria Neusa presenciou a prática sistemática de suborno a policiais civis e militares, outro fato que reforça a imagem de imbricamento ou embaralhamento entre forças do Estado e do crime organizado. Quando insisti na possibilidade de denúncia ao PCC, Neusa perguntou: "Você acha que a gente vai denunciar quem a gente não conhece? E se ocorresse um problema ainda maior?"

Neusa ressaltou que episódios como aquele não eram comuns, mas o exemplo é útil por sugerir que nem sempre se deve recorrer às redes do crime organizado, nas quais um emaranhado inescrutável e complexo de relações pode gerar consequências incertas. Isso mostra que, mesmo atuando como poder moderador e garantidor de determinados consensos e regras, o PCC contribuía com parcelas próprias de perigo e arbitrariedade. Muitas críticas acusavam a facção criminosa de agir visando unicamente a preservação de seus negócios e o afastamento da polícia.[318] Numa visita de dezembro de 2017, por exemplo, Jurandir observou que há poucos dias o PCC havia matado dois "meninos" da Cidade Nova quando assaltavam carros nas proximidades das favelas e em plena Marginal Tietê — o que de acordo com meu interlocutor poderia expor os negócios do crime organizado pela chegada de unidades da polícia que não tinham acordos na região (como a Rocam ou a Rota). Um dos assaltantes morreu na própria Marginal e outro a caminho do hospital, quando já estava nas mãos da polícia. "Nessas horas", disse Jurandir, "a polícia nem registra nada, só passa e leva os corpos".

Em suma, aos olhos das pessoas com quem conversei, não se pode dizer que a facção criminosa possua legitimidade ou prestígio. Parte das razões para que recorram ao PCC provem certamente da descrença ainda maior associada à polícia ou a outras instâncias do Estado. Havia, no entanto, os que confiavam menos no crime organizado e mais na polícia e no poder judiciário. Independentemente da preferência, a escolha entre Estado ou PCC não significa a opção pelo poder mais confiável ou legítimo, mas por

---

[318] "O que o PCC quer é vender drogas", disse a mim uma moradora. No entanto, outros relatos citam irmãos envolvendo-se em desentendimentos que não os afetariam diretamente, como conflitos de família, entre vizinhos e entre proprietários e inquilinos.

aquele que poderíamos chamar de "menos inconfiável" — o que faz toda diferença para a constituição da imagem dos espaços coletivos das comunidades como terra de ninguém.[319]

Tampouco se pode afirmar que existe consenso a respeito da diminuição da violência e da criminalidade com o passar dos anos. A maior parte dos antigos moradores que refletiu sobre essa questão admitiu que as ocorrências de roubo e violência eram menores do que no anos 1980 ou 1990, mas isso muitas vezes estava associado à avaliação de que as práticas criminosas eram mais frequentes e mais bem organizadas, ou ao menos mais encobertas e difíceis de identificar. Membros de uma das mais antigas famílias da Cidade Nova chegaram a afirmar que o bairro é mais violento atualmente do que nos anos 1980. Lembrei-os dos inúmeros relatos de tiroteios e mortes no passado (em boa medida decorrentes de disputas violentas entre ladrões, justamente as que cessaram com a ascensão do PCC). Ainda que no passado houvesse muita violência, disseram eles, ela não ocorria "o tempo todo", e "a vida era mais tranquila"[320]. Hoje em dia não seria possível andar sossegado à noite, e às onze horas eles costumavam se recolher às suas casas. A presença do tráfico e de ladrões levou-os a dizer que "hoje em dia a gente não pode mais fazer o que quer". Fica claro, nestas últimas colocações, que a percepção dos espaços coletivos passou por uma transformação, ao menos aos olhos desta família.

---

[319] Minhas experiências de campo e a ideia de escolher o poder "menos inconfiável" parecem pouco compatíveis com a afirmação de que haveria hoje uma "disputa de legitimidade social" entre "mundo do crime" e Estado em contextos periféricos da atualidade, sugerida por Gabriel Feltran (2011b, p. 363-4). Segundo ele, o "'mundo do crime' aparece como uma entre outras instâncias de geração de renda, de acesso a justiça ou proteção, de ordenamento social, de apoio em caso de necessidade, de pertencimento e identificação." As atribuições ou competências arroladas na afirmação são bastante diversas e podem estar presentes em graus e combinações variados, a depender da situação e das pessoas consideradas. Pelas falas de meus interlocutores, por exemplo, não encontro indícios de que Estado e PCC possuíam legitimidade ou funcionassem como instâncias de "pertencimento e identificação", o que não impede o acionamento de tais forças para lidar com conflitos e perigos. A ideia de uma realidade social cindida por fronteiras entre "violência" e "política", ou entre crime organizado e Estado (Feltran, 2011a), aponta para duas grandes forças, entre tantas outras, que considero em operação na terra de ninguém. Além delas posso citar dinâmicas associadas aos próprios moradores — discutidas a partir do próximo tópico.

[320] A imagem de uma violência constante parece menos baseada na frequência das ocorrências violentas e mais no sentimento de um risco permanente, representado talvez pelo caráter estável e consolidado da organização PCC. Para que essa hipótese possa fazer sentido, é preciso considerar o PCC como uma presença mais ou menos oculta, ou seja, atuante apesar da ausência de sinais de crime e violência. Desenvolvo a hipótese do PCC como presença velada logo a seguir.

Ao menos para as pessoas com quem conversei, os níveis de legitimidade ou moralidade associados ao PCC eram baixos, rivalizando com o que apontei para os justiceiros nos anos 1980. Para Beto, os grupos criminosos que praticavam o tráfico de drogas nos anos 1990 — e que precederam à formação do PCC — eram mais confiáveis e menos arbitrários no que se refere às relações com a vizinhança e às garantias de segurança. Como ex-membro de um desses grupos, Beto afirmou que a região ficou "bagunçada" com a chegada do PCC em meados da década de 2000. Ele se referiu a um enfraquecimento das lideranças locais do crime nas favelas e a uma concentração do poder no centro de comando que citei acima, trazendo o predomínio de irmãos que "não prestam". São, também, "filhos de coisa", ou seja, representam uma segunda leva ou geração de bandidos perversos, que fazem uso indiscriminado da violência e são até mesmo capazes de matar mulheres e crianças.

Um traço importante destas transformações é que a violência e a criminalidade foram se tornando fenômenos de difícil identificação. Inês, antiga liderança da região, avaliou que no passado era fácil saber quais eram as pessoas perigosas ou envolvidas em atividades criminosas. Seus nomes corriam pelo bairro junto com os relatos das ações em que estavam envolvidas. De fato, conheci várias histórias de bandidos como Binha, de justiceiros como Rivinha, Zé Magrelo e Zé Cabeludo, bem como de traficantes dos anos 1990, como os rivais Djan e Uriel, cujos grupos trocavam tiros no interior das comunidades durante toda uma época. Na medida em que os grupos de traficantes foram se exterminando e o PCC surgiu, Inês já não conseguia distinguir com clareza quem eram os bandidos: "eles viraram uma massa". Mesmo pessoas que não se valiam dessa forma de comparação com criminosos do passado, e que tinham conhecidos ou parentes envolvidos com o mundo do crime, podiam enxergar o PCC como um grupo difuso, numeroso e relativamente anônimo.[321]

A demarcação de fronteiras com o mundo do crime deixou de ser uma tarefa simples, mas segue sendo importante, agregando parcelas adicionais de incerteza à vida cotidiana local. A forma como a "rua" é associada ao perigo pode derivar de um excesso compreensível de zelo e cuidado diante de dinâmicas difíceis de perscrutar.

---

[321] Note-se que o caráter de anonimato do PCC também ajuda a iluminar o entendimento de espaços coletivos como "de ninguém".

4.4. Trânsito e estacionamento

O relato a seguir ajudará a deslocar um pouco o foco das análises e mostrará que a terra de ninguém pode iluminar diversos tipos de questões, não apenas as relacionadas à atuação do Estado ou de forças criminosas. Me refiro a um encontro organizado pela ONG Projeto Elias numa tarde de dezembro de 2017 envolvendo professores, pais e alunos dos cursos de futebol do CDC Elias da Silva Trindade. Mencionei antes que este equipamento está situado nas proximidades das favelas em análise, de modo que ele tinha como público-alvo as famílias moradoras da região. Meu propósito não é descrever a reunião em si mesma, mas chamar atenção para os comentários sobre a morte de um aluno na noite anterior ao encontro mencionado. Antes de dar início à reunião, os organizadores projetaram uma foto do menino na parede e lamentaram sua morte. Explicaram que Francisco estava sendo levado pelo tio para passar as férias escolares na casa do pai, quando o veículo em que estava envolveu-se num acidente com uma carreta na Bahia. Um dos professores precisou conter o choro enquanto prestava uma homenagem a Francisco. Eu assistia à cena na companhia de Arlete e de seu filho, já que estávamos sentados na mesma mesa.

Pouco antes do anúncio do episódio trágico, Arlete me contara uma versão diferente do acidente, ouvida na parte da manhã de pessoas aglomeradas em frente à casa de Francisco. Ela ouvira que o menino tinha sido atropelado por um carro em alta velocidade na rua Santa Ifigênia (favela Vila Nova Tietê), nas proximidades de um fluxo que ocorria naquele exato momento. Citou a rua Santa Ifigênia como local em que os veículos passam rapidamente e reclamou da frequência de bailes-funk. Por fim, estranhou que ninguém houvesse citado o acidente até aquele momento da reunião em que assistíamos, suspeitando de uma imposição de silêncio orquestrada por quem atropelara o garoto. Seu relato insinuou de relance uma composição de poderes e interesses obscuros articulando organizadores do baile funk, crime organizado e tentativa de abafamento de um homicídio derivado de tensões entre circulações de veículos e pedestres. No entanto, os detalhes da explicação dos organizadores da reunião não deixaram dúvidas quanto à veracidade do que estavam dizendo. Arlete ficou surpresa, reforçou a credibilidade de suas fontes, oscilou entre acreditar ou não nas informações que trouxera e, por fim, insistiu em manter uma ponta de dúvida no olhar quanto ao que acabava de ouvir dos demais.

O episódio ilustra de modo exemplar o clima de incerteza que venho associando à forma de vida ocupação; alguns moradores criaram uma versão alternativa da morte do menino para tentar um encaixe de interesses difusos e anônimos que julgavam estar em operação; não por acaso, minha interlocutora relutava em reconhecer este processo. A história mostra ainda conexões entre as preocupações com os bailes funk, a violência e o

crime organizado, envolvendo aspectos mais triviais, relacionados ao convívio tenso entre carros e pessoas nas ruas. No dia a dia das comunidades, a circulação e estacionamento de veículos muitas vezes associam negociações e disputas que também podem ser compreendidas a partir da noção de terra de ninguém. Nesses casos é preciso concentrar a análise nas práticas de moradores comuns e no papel desempenhado pela materialidade de veículos, lugares e coisas de modo geral.

Nos últimos dez ou vinte anos os carros e motos tornaram-se uma presença significativa nas favelas e conjuntos habitacionais da região, acompanhando a ampliação do poder aquisitivo de uma parcela de seus moradores. Para muitos, os veículos passaram a dificultar a circulação e permanência de pessoas em vias que, como vimos, são em muitos casos estreitas, com calçadas inexistentes ou obstruídas por obstáculos. As ruas mais largas, por sua vez, tendem também à congestão na medida em que passam a abrigar carros estacionados. Podemos falar de uma tendência de espalhamento dos veículos por todos os lugares disponíveis, submetendo o conjunto do território a uma mesma lógica de ocupação. Os trechos das ruas efetivamente usados como circulação são compartilhados entre pedestres, carros, motos e bicicletas. Para se deslocarem, os veículos precisam aguardar o afastamento das pessoas. Esta fricção de fluxos gera oportunidades ocasionais de interação entre motoristas e transeuntes, ampliando o risco de acidentes. As motos permitem deslocamentos mais versáteis por passagens estreitas e/ou junto aos pedestres, por vezes de formas vistas como repentinas e agressivas (o trecho da rua Nossa Senhora Aparecida em frente às escolas é exemplo de local em que moradores construíram uma lombada depois que alguns pedestres foram atropelados). Batidas de veículos podiam também deixar marcas em postes, construções e na memória das pessoas, o que contribuía para um entendimento das ruas como locais mais ou menos perigosos.

Este é o cenário das principais ruas da Cidade Nova, da Vila Nova Tietê e de outras favelas da região, ainda que não possamos esquecer as vias mais tranquilas situadas nas bordas desses assentamentos, ou aquelas estreitas e impossíveis de serem acessadas por veículos. É preciso mencionar também um circuito particularmente perigoso de interligação entre a Rodovia Dutra e a Marginal Tietê, por onde transita um intenso fluxo de passagem composto por ônibus, motos, caminhões e veículos de carga diversos[322]. O trecho da avenida Ernesto Augusto Lopes situado entre o terreno do CEU Novo Mundo e a favela Funerária é um dos mais críticos deste circuito, pela proximidade dos veículos com o ir e vir dos moradores. Aí ocorre uma grande quantidade de acidentes, de acordo com técnicos da SMDU. Em março de 2017, por exemplo, soube de um atropelamento

[322] Me refiro às ruas Benedita Dornellas Claro, Serafim Poli, Badajoz, à avenida Ernesto Augusto Lopes e à rua Soldado Francisco Tamborim. O projeto do Território CEU previra a construção de um pontilhão para viabilizar um circuito alternativo, no intuito de afastar o tráfego pesado das favelas da região.

ocorrido recentemente. Disseram-me que um caminhão parara na lateral em frente à favela Funerária para pedir indicações. Do alto da cabine, o motorista não reparou na presença de uma senhora idosa que atravessava a rua quando colocou o veículo em movimento. Ao frear, a senhora ficou presa embaixo das rodas, e o motorista, com medo de ser linchado, fugiu para uma delegacia. De acordo com os relatos, foi preciso aguardar a chegada do corpo de bombeiros para a elevação do caminhão e o resgate da senhora, que acabou morrendo.

Nas ruas internas das favelas, a intensa procura por vagas de estacionamento gera outra ordem de problemas. Como disse antes, diversas construções tiveram o andar térreo convertido em garagem, o que acarretou em espaços reduzidos de manobra e a necessidade de conjugar os carros com outros setores da casa, como salas de estar e também com os espaços de comércios[323]. No entanto, isso nem sempre bastava para atender à demanda por vagas. Muitos usavam a área de calçada fronteiriça às suas moradias para estacionarem, chegando até a alugar suas calçadas a terceiros. Cones e outros objetos eram por vezes empregados para reservar estes espaços. De acordo com alguns relatos da Cidade Nova e da Vila Nova Tietê, o esforço para manter os carros próximos às moradias se justificava não apenas pela comodidade, mas também porque as ruas mais vazias do vizinho Jardim Andaraí eram alvo preferido de ladrões.

A busca por vagas gera uma série de atritos e tensões. Há os que paravam o carro em lugares inadequados e atrapalhavam (ou mesmo impedem) a passagem de pedestres e veículos. Alguns descontentes chegaram a relatar que caminhões de lixo eram por vezes impedidos de passar e não podiam realizar adequadamente o serviço de coleta. Uma das falas criticou ainda os que alugavam garagens e calçadas, indicando moradores que "chegavam a parar o próprio carro na rua, atrapalhando a circulação para ganhar dinheiro" com a prática. Conversei com pessoas irritadas com carros que permaneciam num mesmo local por longos períodos: isso podia acontecer, por exemplo, com veículos quebrados cujos donos não podiam, ou não queriam, consertá-los; havia também carros apontados como roubados em outras partes da cidade, ou pertencentes a desconhecidos ou a moradores indiferentes aos transtornos que causavam. Numa ocasião, um morador

---

[323] Na moradia de Jucelino, por exemplo, o carro não era usado com frequência e foi posicionado num setor mais interno do ambiente no térreo. Rente ao carro, Jucelino posicionara uma televisão e uma poltrona, e logo em seguida os expositores de sua loja, junto à calçada. Quando conheci a casa de Caroline, o ambiente no térreo era ocupado por um carro ao lado de um conjunto de sofás que configurava a sala. Pouco depois, um dos filhos de Caroline conseguiu trabalho num local distante e adquiriu um segundo carro, que foi alojado atrás do anterior, eliminando assim o espaço da sala, visto como não prioritário no cotidiano.

da Vila Nova Tietê apontou um carro que estava parado na rua há meses, e explicou que o dono havia morrido. "Não tem quem tire", disse ele.

Defendendo a necessidade de multar os que estacionam em locais indevidos, uma antiga liderança da Cidade Nova afirmou que era preciso "coçar o bolsinho, se não, não aprendem". No entanto, as expectativas de que a CET atuasse eram vagas e eventuais, mesmo que as ruas da Cidade Nova e Vila Nova Tietê fossem reconhecidas como oficiais. Na rua Nossa Senhora Aparecida, um morador foi multado por pintar com tinta amarela o trecho de asfalto em frente à sua casa, numa tentativa radical de reservar a área de estacionamento para si. Na Vila Nova Tietê, porém, uma pessoa reclamou que a CET registrara e não atendera ao seu pedido para guinchar um carro que permanecia estacionado no mesmo local por várias semanas.

Além de darem pouco crédito às intervenções do poder público, as pessoas raramente aventam a possibilidade de procurar os responsáveis pelos problemas ou as chances de firmar acordos e compromissos. Num contexto de baixa mobilização coletiva, de carência de lideranças e associações de moradores, meus interlocutores pareciam sentir que não havia muito o que fazer para que as dificuldades fossem eliminadas.[324] Quando Alceu, da Cidade Nova, reclamou a alguém por ter estacionado num local indevido, perguntaram-lhe: "a rua é sua?". A resposta sugere que a rua não é de quem reclama, mas tampouco de quem estaciona, o que a aproxima da imagem de "terra de ninguém" e de uma lógica de ocupação muito distinta da que geralmente se associa a espaços públicos ou coletivos — o diálogo reproduzido, por sinal, não soa como particularmente específico a áreas de favela, o que reforça a ideia de que as discussões propostas podem ser úteis para compreendermos outros contextos da cidade.

Além de atrapalhar a circulação, os carros estacionados dificultam a realização de uma série de encontros e atividades nas ruas, por exemplo em datas comemorativas e nos finais de semana. Como conta Leni, moradora da Vila Nova Tietê, as ruas são importantes para as relações de socialidade locais porque "as casas da gente não têm espaço para você fazer um almoço, uma festa". No entanto, hoje em dia "não tem espaço para nada, nem para andar na calçada". Trata-se de um problema que não existia antes da chegada dos carros e da verticalização das construções: "na época dos barracos era melhor, porque você tinha espaço", afirmou ela. Além disso, no passado, os poucos moradores que tinham carro tinham também "consciência", e pensavam: "se eu tenho um carro, então tenho que

---

[324] Em contraste, no capítulo sete mostrarei problemas semelhantes sendo enfrentados de forma mais efetiva na ocupação Vila Maria, onde lideranças estão mais articuladas e reunidas em torno de uma associação de moradores.

ter um lugar para guardar".[325] Muitos moradores hoje não têm essa "consciência", disse Leni, enquanto apontava para um caminhão estacionado em frente à igreja São José Operário. "O dono está desempregado agora, pagava estacionamento, disse que não pode pagar mais e deixa aí direto na porta da Igreja." Além de prejudicar a circulação de veículos e pedestres, o caminhão estava atrapalhando as interações e conversas nas imediações; para ilustrar a situação, Leni citou a dificuldade de comunicação entre uma vendedora de bolos que armava sua barraca na rua e a Irmã, que vendia batata frita e outras comidas num ponto comercial além da área de parada do caminhão. Elas não conseguiam mais trocar palavras nem olhares à distância, e ficavam "danadas" com isso.[326]

Em julho de 2018, conversei com Claudemir, um dos organizadores de uma festa junina que ocorre anualmente na rua São Felipe, na favela Vila Nova Tietê. Ele me disse que até há alguns anos as barracas da festa se espalhavam por uma grande extensão da rua, mas nos últimos eventos só conseguiram ocupar uma parte, em função dos carros estacionados. Quando contei esta história a Leni, porém, minha interlocutora achou-a improvável e lembrou que as pessoas costumavam atender aos pedidos de retirada dos automóveis quando se tratava de eventos organizados na mesma rua pela igreja São José Operário. O próprio dono do caminhão citado anteriormente aceitava mudar o veículo de

[325] O contraste entre passado e presente é ainda maior nas falas de Nô e Clarice, considerados os primeiros moradores da Cidade Nova. Com uma expressão satisfeita e altiva, eles se lembraram da ajuda prestada a muitos que chegaram na área durante os anos 1970 e 1980. Nô trabalhava (ainda trabalha) com reciclagem nos lixões das imediações, e para isso tinha uma Combi que durante muitos anos foi o único veículo da comunidade. "Já levei muita mulher buchuda para o hospital. Era o pessoal bater aqui de madrugada, eu acordava, lavava a cara com água fria e saía para dar carona." O veículo era utilizado também para levar comida a crianças da comunidade em atividades organizadas pelas Irmãs Vicentinas em locais distantes da cidade. Em contraste, "hoje em dia as pessoas não se ajudam mais". "Tem gente que tem carro e não ajuda quem precisa", disseram Nô e Clarice. Citando um exemplo concreto, observaram que recentemente Pedro recusou levar a avó ao hospital, embora haja alguns anos o avô tivesse levado de carro por quatro ou cinco vezes a esposa grávida de Pedro, por suspeitas de estar dando à luz. A história contrasta um tempo passado, quando um veículo era instrumento de união, com a atualidade, na qual os carros estão envolvidos em dinâmicas de separação.

[326] Outro exemplo de minha interlocutora sugere ainda que a falta de espaço gera uma corrida que premia os que chegam primeiro: "minha mãe tem uma barraquinha de produtos da Avon, aí quando o tempo está bom ela vem logo, vai logo colocar a banquinha dela ali, porque se ela não colocar, fica sem lugar". O favorecimento dos que chegam primeiro reaparece como dinâmica central para pensar a terra de ninguém na análise do crescimento das novas ocupações, no capítulo sete.

lugar quando ocorriam eventos da igreja, como macarronadas, feijoadas e festas juninas. Leni concluiu, assim, que Claudemir se referia às festas juninas organizadas de forma independente pelos moradores da rua São Felipe. Isto aponta para pessoas ou grupos com níveis distintos de legitimidade e poder de influência numa mesma área. Nas palavras de Ferreirinha, que tinha experiência na organização de eventos culturais nas ruas da região, "o cara não vai querer tirar o carro por causa de uma brincadeirinha, mas se você chegar e fizer uma coisa boa, sim. Você pode até chegar e dizer que se ele não tirar o Comando vai vir e tirar [a pedido do reclamante]", mas a melhor forma de fazer as pessoas colaborarem, segundo ele, é promover eventos "bons e bem-feitos", "porque aí todo mundo passa a te respeitar" e isso facilita a realização de edições futuras.[327]

Estes relatos ajudam a mostrar que, em maior ou menor grau, os bairros aqui considerados possuem capacidades de articular acordos e consensos, a despeito de terem sido sistematicamente vistos como desmobilizados por muitos de meus interlocutores. Neste ponto é preciso reconhecer limites da imagem da "terra de ninguém" e apontar formas de ação e interação que contornam as dificuldades e viabilizam relações de socialidade nas ruas. Já alertei para o perigo de compreender a terra de ninguém (e os bairros que são objeto da pesquisa) unicamente pelo signo da desordem ou do caos. Contra isso, é preciso deixar um pouco de lado certas frustrações manifestadas pelas pessoas, os contrastes que realizaram entre presente e passado e mesmo certos entendimentos convencionais de mobilização e desmobilização, para tentar identificar modos efetivos de operação da inteligência coletiva local. Num certo sentido, a própria tríade de comportamentos citada anteriormente (resignação, confrontação, negociação cautelosa) pode ser entrevista em diversas falas que vim apresentando e representa capacidades ativas de construir e manter laços sociais. Os relatos permitem perceber que a capacidade de suportar incômodos e negociar acordos com cuidado são importantes para a manutenção de níveis aceitáveis de convivência e tolerância mútua, o que inclui habilidades diferenciais de obter a colaboração de outros moradores para a realização de festas e demais atividades coletivas.

Gostaria de chamar atenção para uma quarta modalidade de ação na terra de ninguém, que poderia se somar à tríade de atitudes mencionada. Protelei sua apresentação para este momento porque ela está intimamente associada a materialidades, ou seja, envolve a manipulação de espaços, construções e coisas, capazes de afetar, indiretamente, as ações. Refiro-me à prática de ocupar a espaços de uso coletivo com vistas a dificultar ou impedir outras ocupações.

---

[327] A reputação na vizinhança foi citada como fundamental por outras pessoas envolvidas na organização de atividades culturais e mobilizações políticas, no presente e no passado da região. Desenvolvo o raciocínio no capítulo seguinte.

Um primeiro exemplo se relaciona à organização de mais uma festa junina, desta vez na rua Montevideo, na Cidade Nova. Elisieux, moradora da rua, explicou que o espaço da edição de 2018 da festa foi cercado e protegido por carros, que foram posicionados de modo a impedir a passagem de outros veículos. "Aqui não tem aquele negócio de DSV e nada disso", disse ela. "Você fecha a rua e ponto final". Estamos diante de um caso em que os carros foram usados para favorecer relações de socialidade. Podemos dizer que, num contexto de carência de poderes, regras e acordos coletivos consolidados, a terra de ninguém possui uma suscetibilidade a ocupações dos mais diversos tipos, não apenas as que produzem atritos e animosidades, mas também as que potencializam a construção de laços e vínculos entre os moradores.[328] As palavras da diretora de um dos equipamentos públicos da rua Nossa Senhora Aparecida sublinham as dificuldades que enfrentou para manter desimpedido o portão de automóveis e viabilizar entregas de fornecedores, bem como a realização de eventos aos fins de semana. Ela disse que precisava "lutar" para manter o acesso livre, e queixou-se da necessidade de fixar comunicados com antecedência pedindo que as pessoas não estacionassem em frente ao portão. Nos termos de outra funcionária da instituição, é necessário "falar com muito cuidado e educação" com os moradores das proximidades, para não "arrumar confusão" (o que se relaciona claramente com uma das três atitudes que associei à terra de ninguém).

Certas medidas complementares assumem a forma de ocupações preventivas e têm parentesco com a quarta modalidade que propus: a diretora mencionada acima explicou que recorria aos cones nas ruas, ou então usava os próprios carros das funcionárias para impedir que outros estacionassem, retirando-os quando necessário. De acordo com uma funcionária do mesmo equipamento, "tem sempre que ter alguma coisa ali [no portão] segurando".[329] Um outro exemplo nos leva de volta ao projeto do CEU Novo Mundo e às tentativas de antecipar problemas que poderiam ocorrer em seus espaços abertos: alguns moradores acreditavam que a praça seria ocupada por carros estacionados. Entre estas predições está a de Eliane, que afirmou ser necessário instalar "vários bancos e plantas" ao longo da calçada em frente ao centro educacional para impedir a entrada dos veículos.

---

[328] No capítulo oito forneço outro exemplo de uso de carros para cercar e viabilizar um encontro coletivo, mais precisamente uma assembleia de moradores da ocupação Douglas Rodrigues.

[329] "É uma briga … porque aqui, se a [nome da funcionária] não deixa o carro dela ali na frente os fornecedores não conseguem nem entrar para descarregar os produtos. Então tem que ter alguma coisa ali segurando. Aí coloca o cone. Porque não tem espaço. … Aqui você arruma um espaço, você já enfia o carro. … Essa outra saída nossa, ela nunca está livre. Sempre tem um carro. Então quando tem evento no final de semana, ali é uma luta. Porque a gente tem que falar com as pessoas aqui da frente. Então precisa do espaço, né? Então a gente tem que deixar comunicado, tem que pedir para as pessoas não colocarem o carro, porque senão ninguém entra."

Reflexões semelhantes foram realizadas a respeito de possíveis transformações daquele que é o único espaço com calçadas amplas da Cidade Nova, fronteiriço aos equipamentos de ensino da rua Nossa Senhora Aparecida.[330] O alargamento da calçada passou a ser quase todo ele usado como estacionamento de veículos (cheguei a acompanhar tentativas de moradores do lado oposto da rua de controlar ou tomar posse dessas vagas). O projeto do Território CEU pretendia ampliar e requalificar o local, configurando uma área de convívio vizinha à entrada da EMEF Paulo Carneiro, dotada de árvores, bicicletário e um extenso banco de concreto (os mesmos elementos foram previstos no projeto da praça da Rua Badajoz, e que podem ser visualizados nas imagens abaixo). Uma das funções deste mobiliário urbano, apontada nas conversas que tive com técnicos da SMDU, era "servir de barreira" para as pessoas que tentassem estacionar seus carros no local. O raciocínio é semelhante ao de Eliane para a praça do CEU Novo Mundo e mostra que também os representantes do poder público pensam nos termos aqui associados à noção de terra de ninguém — certamente não apenas quando intervêm em favelas e ocupações.

[330] A largura ampliada da calçada resultou de um retraimento do muro frontal do terreno das escolas em meados dos anos 2000, quando da reconstrução da EMEF Gal. Paulo Carneiro Thomaz Alves em alvenaria (o equipamento era uma das conhecidas "escolas de lata", construídas em estrutura metálica pela gestão Celso Pitta (1997-2000). Até hoje há pessoas que se referem à escola como a "Latinha".

Fig. 4.d - Perspectiva comparativa do antes/depois da ampliação e requalificação de calçadas na rua Badajoz pelo projeto do Território CEU. Pode-se observar como os bancos, árvores e bicicletário servem de barreira para a entrada de carros na calçada. Data: maio de 2014. Imagem elaborada como estudo preliminar pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) antes do projeto desenvolvido pelo Zehbra arquitetos.

No entanto, quando contei a Eliane os planos dos técnicos para tal área de convívio, ela demonstrou contrariedade ao saber da remoção das vagas que haviam se consolidado no alargamento da calçada. Disse que eram "da população", que as pessoas estavam habituadas a parar os carros ali e não iam gostar se alguém chegasse querendo eliminá-las; segundo ela, quem fizesse isso ia "acabar morrendo", vítima das reações dos moradores. Quando falei do projeto à diretora de um dos equipamentos de ensino do local, ela comentou que o banco de concreto seria necessário para evitar a conversão da praça em estacionamento, mas revelou temores de que moradores pudessem até "quebrar o banco" para voltar a colocar carros na área.

As observações ajudam a aferir o tom de preocupação associada às disputas por vagas naquele local. Os últimos relatos mostram, mais uma vez, que a terra de ninguém

tende a ser ocupada pelos que chegam primeiro, e que tais ocupações, uma vez consolidadas, inclinam-se a ser vistas como legítimas ou difíceis de serem contestadas, mesmo quando se trata da presença de veículos numa área originalmente configurada como calçada.

4.5. Manejo e descarte de lixo

Entre os serviços urbanos essenciais, a coleta de lixo é talvez a que envolve as maiores dificuldades, certamente por não haver infraestruturas instaladas, como ocorre com o fornecimento de água, luz, drenagem e esgoto. Os veículos especializados de coleta não passam numa frequência diária e não podem ter acesso a ruas estreitas, irregulares ou obstruídas por veículos estacionados. Entulhos de obra e objetos de maior porte, por sua vez, precisavam ser levados a um ecoponto situado do outro lado da Rodovia Dutra[331], ou dependem da requisição de caçambas e da contratação de empresas particulares de coleta. Uma alternativa é pagar carroceiros que nem sempre levam os descartes aos locais adequados (um morador, por exemplo, criticou "nóias" que prestavam esse serviço mas "largam os descartes no primeiro lugar que encontram"). Além dessas dificuldades, muitos moradores não levam, ou não têm como levar, seus resíduos a pontos de coleta em locais e horários apropriados. Como consequência, as atitudes e disposições cotidianas de moradores e profissionais especializados tornam-se decisivas para a eliminação dos descartes, o que tende a intensificar tensões e incertezas associadas à terra de ninguém.

No interior das comunidades, focos de lixo vão surgindo e se consolidando em locais que não congestionam circulações ou acessos imediatamente próximos, mas não deixam de incomodar os moradores e mesmo funcionários públicos envolvidos em esforços para solucionar problemas de mau cheiro, sujeira e doenças trazidas por insetos e animais, como ratos, cachorros e baratas. Nesse contexto, são diversos os lugares passíveis de se converterem em focos de acúmulo de lixo, disseminando-se pelo território de forma que lembra a tendência de espalhamento homogêneo apontada para os carros

[331] Na rua Curuçá, 1700.

estacionados. Podemos considerar esta tendência um traço das ocupações na terra de ninguém.[332]

Em meio à complexidade de fatores indicados, certas críticas destacavam atitudes inconsequentes ou irresponsáveis daqueles que jogavam lixo em horários não programados para a passagem dos caminhões, ou em pontos inapropriados, posicionados de forma a encurtar os deslocamentos dos responsáveis. Uma segunda ordem de colocações, porém, tratava os focos de lixo, móveis e entulhos como dotados de dinâmica própria, como se as pessoas fossem levadas a jogar lixo em locais nos quais já havia acúmulo prévio de resíduos. Em certos casos, a presença de caçambas foi apontada como atraente e deflagradora dos descartes. É possível afirmar que os focos de lixo estão associados a dois distintos tipos de dinâmicas: uma composta pela ação isolada e outra derivada de um padrão de comportamento coletivo, anônimo e impessoal, no qual o caráter material dos descartes é um componente decisivo, parecendo adquirir uma vida própria, capaz de alistar humanos em seu processo de expansão e consolidação.[333]

No contexto de baixa articulação política que estou analisando, conheci moradores que protagonizaram ações de combate aos descartes e observei que eles pareciam adotar estratégias diferentes e em certa medida complementares para fazer frente a cada uma das duas dinâmicas mencionadas. Vejamos a sequencia de atitudes de Leni e de algumas de suas vizinhas para combater o acúmulo de lixo numa das ruas da favela Vila Nova Tietê.

De acordo com Leni, durante anos o lixo se acumulava dentro, e ao redor, de um contêiner deixado na rua pela empresa de coleta. Os caminhões da empresa passavam "apenas" três vezes por semana para retirar o lixo do contêiner, diversos moradores

---

[332] Na análise da urbanização da Cidade Nova nos anos 1980, comentei a forma como os comércios e templos se disseminaram, de modo indiferenciado, pelas ruas da favela, a despeito das intenções iniciais de restringir suas presenças às vias principais. Em sua etnografia sobre o bairro de Casavalle em Montevidéu, Eduardo Pedrosián sugere que o lixo se comporta "mais como um líquido que como um sólido", preenchendo progressivamente os espaços intersticiais disponíveis. Para ele, este comportamento está "correlacionado à labiríntica própria dos assentamentos irregulares", ou seja, haveria uma semelhança entre os processos de acúmulo de lixo e a expansão das moradias (Pedrosian, op. cit. p. 80). Voltarei a essas relações no capítulo sete, ao tratar do crescimento das ocupações na atualidade.

[333] Nas palavras sintéticas de uma moradora entrevistada na pesquisa de Rosenauma Araújo: "aqui é um lugar que se você deixa uma sacola de lixo, amanhã tem dez" (ARAÚJO, op. cit., p. 53). Nos termos da teoria do ator-rede (LATOUR, 1991), descartes amontoados, caçambas e contêineres podem ser vistos como actantes, e a dinâmica coletiva a que me refiro é composta por humanos e não-humanos. Vale lembrar, ainda, da relação entre direito e política proposta no primeiro capítulo, para concluir que um saco de lixo ou um carro estacionado tendem a autolegitimar suas presenças, bem como novas ocorrências.

desrespeitavam os horários de descarte e havia uma presença constante de lixo que produzia mau cheiro e atraía animais e insetos. Minha interlocutora se divertiu em lembrar que ela e outras moradoras das proximidades sentiam vergonha em trazer visitas às suas casas, várias vezes "invadidas" por bichos como carrapatos e baratas. A certa altura, um grupo de mulheres solicitou a um técnico da prefeitura a remoção do contêiner. Ele comparecera ao local provavelmente depois que os moradores recorreram à "televisão" e denunciaram publicamente os problemas. O pedido se justificava pela ideia de que o lixo era atraído ao local e se multiplicava justamente pela presença do contêiner, como se este tivesse um poder de agência que extrapolava as ações humanas, incentivando a multiplicação dos descartes. Nesse sentido, a remoção do contêiner pode ser vista como uma variação da quarta modalidade de ação que associei à terra de ninguém, na medida em que consiste numa alteração das materialidades visando afetar, de forma indireta, os comportamentos.

O técnico resistiu em concordar com as moradoras, mas não conseguiu pensar numa solução alternativa e a discussão ficou tensa. Leni disse-lhe que não aceitaria promessas e que ele "só sairia dali" quando a questão fosse resolvida (a ameaça mostra outro exemplo de como a proximidade física e os próprios corpos das pessoas podem ser usados nas dinâmicas políticas da terra de ninguém).[334] Contrariado, ele acabou consentindo com a remoção do contêiner, advertindo que o lixo continuaria se acumulando no local. Mas o prognóstico não se confirmou, seja porque o contêiner não mais existia, seja porque a vizinhança passou a "deixar sempre alguém de butuca vigiando o lugar do lixo". Estamos diante de um segundo tipo de ação, distinta da anterior por envolver uma atitude de confronto (também associada à terra de ninguém) e uma dimensão moral de repreensão a moradores individuais: sacos depositados em horários e dias impróprios passaram a ser imediatamente devolvidos às casas dos responsáveis. Uma faceta dessa atitude vigilante perdura até hoje e envolve proibir o depósito de móveis e descartes maiores nas ruas. "Se aparece um colchão", exemplificou Leni, "a gente já quer saber de quem é". Com humor, ela afirmou que até mesmo os traficantes, que possuem razões próprias para vigiar a rua, às vezes ajudam a controlar os depósitos indevidos, alertando os responsáveis que "as tias vão ficar bravas".

Outro caso de combate à dimensão coletiva dos descartes na Vila Nova Tietê foi protagonizado por moradores do conjunto Cingapura Vila Nova Tietê quando um foco de lixo começou a proliferar ao lado de um dos portões de acesso, num espaço vago

---

[334] A mesma moradora deu declarações semelhantes a Rosenauma (ibid., p. 99). Uma reportagem da década de 2000 parece aludir ao mesmo episódio (ref. 2000-DÉCADA-A). Lembremos que no capítulo três apresentei um episódio correlato, no qual um prestador de serviço público foi proibido de remover a escavadeira antes do término do alargamento de uma vala de esgotos.

originalmente destinado a estacionamento de veículos. Leni me contou que os moradores construíram um jardim diretamente sobre o local dos descartes para reverter a situação. Outra história foi relatada por Norberto e se refere ao alargamento de uma calçada sobre o córrego Beibinha, em frente à favela Funerária. Ele relacionou a diminuição da presença do lixo no local com a instalação de uma mesinha e bancos de concreto. Nas palavras de Norberto, a mesa de concreto passou a configurar uma pracinha que foi "adotada" pela população — o termo "adotar" sugere talvez um contraponto interessante à ideia de um espaço órfão, próximo à imagem da "terra de ninguém".[335] Como se vê, estamos diante de exemplos que atestam a diversidade de táticas de ocupar espaços para evitar que outras ocupações ocorram. Assim como nos casos em que carros, cones, bancos e árvores foram pensados como barreiras para impedir a conversão de calçadas em vagas de estacionamento, trata-se aqui de tirar proveito da ausência de acordos e regras estabelecidas na terra de ninguém para implantar coisas (materialidades) que coíbem atitudes vistas como nocivas à coletividade.

[335] O comentário de Norberto foi feito em agosto de 2017 numa das reuniões do Programa Córrego Limpo. O alargamento da calçada havia sido obtido com as obras de canalização do Córrego Beibinha por volta de 2010 e situava-se próximo ao encontro das ruas Berimbau e Ernesto Augusto Lopes. Na sequência temporal de fotos disponíveis no *site Google Maps*, a mesinha e os bancos de concreto aparecem entre 2013 e 2014.

Fig. 4.e - Plantas instaladas em pneus de automóveis na Rua Badajós, em ação da subprefeitura da Vila Maria. Foto do autor, outubro de 2017.

A propósito, a instalação de plantas para inibir outras ocupações de espaço também foi praticada por representantes do poder público. Faço referência a diversos trechos de calçada que durante um período de 2017 receberam renques de plantas fincadas em "vasos" improvisados com pneus de automóvel, numa ação da Subprefeitura da Vila Maria para afastar moradores de rua que chegavam à região depois dos ataques violentos que sofreram na Cracolândia, no centro da cidade, durante a gestão João Doria.[336] Outra

[336] Em minhas visitas, encontrei esses renques de pneus instalados no encontro das ruas Badajoz e Benedita Dornellas Claro (registrados em fotografias de outubro de 2017) e na rua Amadeo Cornado Marti, entre outras. O objetivo da medida foi confirmado por uma funcionária da Sabesp com longo histórico de atuação na Vila Maria.

repressão a moradores de rua consistiu no despejo sistemático de entulhos num trecho de calçada da rua Nilton Coelho de Andrade, onde barracos tentavam se estabelecer.[337]

As dinâmicas aqui consideradas mostram que a terra de ninguém está muito distante das concepções e pressupostos associados aos espaços públicos, tomados como áreas de livre movimentação, permanentemente desocupadas e regidas por regras ou consensos coletivos estabelecidos.

4.6. Praça Irmã Aninha

Uma série de relatos sobre a Praça Irmã Aninha[338] permite retomar, e reforçar, as ideias apresentadas até o momento. Situada na fronteira entre as favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê, na confluência de cinco ruas, a praça é um local de passagem importante para veículos e usuários, contendo boa quantidade de comércios. É também local de encontro e de realização de atividades coletivas, o que sugere a presença de um constante equacionamento das relações em meio à precariedade e instabilidade da terra de ninguém. Nas palavras de Gildésio, a praça surgiu como "espaço que foi sobrando", conforme se consolidavam as ruas e moradias das imediações.

As opiniões sobre a praça nos fazem pensar em um processo marcado por incertezas e imprevisibilidades. Vemos como, com o passar dos anos, o local foi adquirindo formato aproximadamente circular, com diâmetro de cerca de 20 a 25 metros. Quase toda a área, por onde transitam pessoas e veículos de diversos tipos, foi recoberta

---

[337] Nesse caso os entulhos apareceram como fator repelente (e não repelido), dentro da mesma lógica de sobreposição de usos. De acordo com Julio, terrenos da região que no passado eram reclamados por particulares costumavam ser recobertos por lixo e entulho para inibir ocupações. É o caso de uma área situada na esquina das ruas Manguari e Galileu Gaia, que foi reconquistada pelo poder público durante a gestão de Luiza Erundina por uma ação da qual participaram Julio e Ollitta, que na época era administrador regional da Vila Maria. A área a que me referi estava, nas palavras de Julio, cheia de "pneu velho, resto de pneu cortado, só o arame, as borrachas, um bocado de coisa, um negócio de gente grileiro sem vergonha que colocava. E um murinho bem baixo." De acordo com Julio, o grileiro típico da região colocava "pneu, tábua, madeira velha, esses negócios que têm assim e pronto, aí coloca uma placa: 'é proibido'", na tentativa de se apossar da área.

[338] A lei que denomina esta praça com o apelido de Irmã Ana Maria de Moura Lima pode ser encontrada na ref. 1992-10-20.

de asfalto. As bordas da praça, por sua vez, passaram a ser usadas como estacionamento, e as calçadas estreitas e irregulares quase não são utilizadas pelos transeuntes. Até o início dos anos 2000, ela possuía um canteiro central, onde crescera uma só árvore. Quando esta adoeceu, a Subprefeitura plantou um arbusto em seu lugar e construiu ao seu redor uma rotatória que, para Gildésio, teria sido rapidamente "invadida" por automóveis estacionados caso os moradores não tivessem cobrado medidas de prevenção. A rotatória, com seis ou sete metros de diâmetro, foi então cercada por uma mureta e teve seu espaço interno dividido em dois outros: um terço foi ocupado por um canteiro elevado abrigando uma árvore de maior porte que a anterior, e o restante do espaço se configurou como uma pequena área de estar protegida, com duas mesinhas e bancos de concreto à volta. Vê-se, assim, que o espaço de estar e lazer não foi simplesmente o fruto de um projeto ou política pública, mas foi se configurando como consequência indireta das tentativas de evitar a conversão da praça num local de estacionamento, seguindo a lógica de sobrepor um uso indesejado por outro de maior interesse para a coletividade.

Em minhas visitas notei que o espaço central da praça costumava estar ocupado, especialmente por um grupo de idosos que se reunia para jogar cartas e dominó, e que se preocupava em manter o local limpo. Gildésio, de seu lado, costumava podar a árvore da praça antes que ela adquirisse grande porte, e por certo tempo, foi responsável pelas músicas que nos fins de tarde tomavam o lugar com a ajuda de alto-falantes pendurados nos galhos da árvore. Era comum ver pessoas, especialmente jovens, sentadas na mureta ao redor do núcleo central interagindo entre si ou simplesmente observando o movimento. Conversas eram entabuladas entre conhecidos, mas pairava também um clima de anonimato típico de áreas mais centrais da cidade.

A cena descrita não deve nos levar a pensar em ausência de conflitos e tensões entre atividades ou grupos. Em determinados dias e horários, jovens, que em certos relatos foram associados ao consumo ou ao tráfico de drogas, se aglomeravam numa lateral do canteiro central da praça, arriscando inibir a presença de outros grupos, como o dos idosos que utilizavam as mesas de concreto. Um relato lembrou que certa vez um traficante se misturou ao grupo dos mais velhos para fugir de uma perseguição policial, o que fez com que um dos idosos tenha levado um tiro no pé, do qual nunca se recuperou. Outro morador deu sua versão sobre a época em que a praça era intensamente ocupada por bailes-funk, dizendo que viu "de tudo ali": venda de bebidas e drogas, meninas de doze ou treze anos envolvidas em práticas sexuais, trocas de tiros e repressões policiais violentas. Numa noite especialmente dramática, ele lembrou da dificuldade que sua esposa e uma parente idosa tiveram ao fugir para o terraço no segundo andar de sua casa, na tentativa de evitar os efeitos do gás lacrimogêneo lançado pela polícia no local.

Merecem destaque os esforços de uma antiga moradora, Jucélia, para construir e manter um jardim no canteiro central da praça, ao redor da árvore plantada pela Subprefeitura. De acordo com um parente de Jucélia, "as plantas do jardim eram

praticamente dela, ninguém podia mexer". Certa vez, ele continuou, um "nóia", tendo entrado no canteiro e quebrado o galho de uma planta, "tomou uma bronca" e foi obrigado a comprar adubo ou fungicida como ato de reparação. Em outra ocasião, um rapaz foi repreendido por presentear a namorada com uma rosa retirada do canteiro da praça. Estes relatos indicam, mais uma vez, o peso e o poder de influência de certas pessoas que transformam e ocupam determinados locais, de forma mais ou menos permanente. Diria que o sentido de posse aqui presente se assemelha ao da crítica aos organizadores de bailes-funk que construíram uma churrasqueira na praça em frente à igreja Nossa Senhora Aparecida e foram acusados de "donos da rua" (pouco importando se as ocupações promovidas em um ou outro caso atendiam aos interesses de uma maioria ou minoria). Ganha reforço, novamente, a facilidade de conversão de espaços "de ninguém" em espaços "de alguém" ou "de alguns".[339]

Outra ação de Jucélia envolveu um trecho de calçada lateral a uma esquina da praça,[340] onde a partir de 2013 passaram a se acumular lixo, móveis e entulhos de obra. Durante certo tempo foi impossível inibir o depósito de resíduos no local. O problema só foi resolvido quando Jucélia começou a colocar plantas nessa esquina, formando um pequeno jardim. As pessoas que insistiam em descartar lixo no local foram constrangidas individualmente por Jucélia, como ocorreu no caso em que ela levou o lixo de volta à casa

---

[339] A propósito, vale citar outro caso notável do peso desproporcional da vontade de um morador (que chamarei Nildo) sobre a gestão dos espaços internos de um dos equipamentos de ensino situados na rua Nossa Senhora Aparecida, na Cidade Nova. De acordo com um relato, toda nova diretora que chega para administrar o equipamento escuta da vizinhança que uma série de questões "têm que ser com ele [negociadas]". Nildo explicou, mesclando um senso de autoridade e responsabilidade: "se eu disser que pode, pode; se disser que não pode, não pode." A importância de Nildo precisa ser contextualizada: sua família foi uma das primeiras a morar na área; muitas das árvores do equipamento foram plantadas por ele e seus filhos; Nildo se encarrega de cuidar dos descartes de lixo do equipamento desde a época em que a violência era mais presente nas ruas e amedrontava as funcionárias locais. Até hoje Nildo detém as chaves do prédio e durante os finais de semana organiza a ocupação das vagas de garagem por parte de outros moradores. Ainda que pessoas como Nildo, Leni e Jucélia não sejam chamadas de lideranças, eles protagonizaram ações decisivas que beneficiaram uma grande quantidade de pessoas.

[340] Me refiro à esquina formada pelas ruas General João Carlos Lobo Botelho e Arenápolis e mais especificamente o trecho de calçada que se prolonga na direção desta última rua, propenso a receber descartes por não ser muito utilizado por pedestres (dado o desnível elevado em relação ao leito carroçável) e pelo fato da construção lindeira não apresentar janelas ou acessos no trecho considerado. Ver uma imagem desta esquina na abertura do capítulo.

de uma moradora que acabara de depositá-lo. À semelhança do relato de Leni na Vila Nova Tietê, o processo envolveu tanto um confronto com pessoas determinadas quanto a substituição de materialidades (o jardim sobrepondo-se ao lixo acumulado) como meio de inibir uma dinâmica espacial e material que havia se consolidado no local.

As medidas surtiram efeito, até que a mudança de Jucélia para o litoral paulista reverteu o processo — o que aponta para o caráter efêmero e transitório das dinâmicas na terra de ninguém. Numa visita de janeiro de 2018 verifiquei como o jardim da esquina havia perdido espaço em alguns pontos e ganhado em outros, crescendo de modo espontâneo ao lado de um veículo estacionado em regime duradouro no local. Entulhos de obra, um colchão de casal e outros objetos acumulavam-se na área de calçada atrás e ao redor das plantas. Mesmo o jardim no canteiro central da praça acabou visualmente prejudicado com a instalação de duas barracas de lanches ao lado, e com a chegada de carros que passaram a estacionar junto ao canteiro, atrapalhando a própria circulação de veículos ao redor da praça.[341]

Creio que exemplos de pessoas como Leni e Jucélia sejam suficientes para evidenciar a socialidade rica e complexa das favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê, marcada por articulações coletivas e protagonismos individuais. Poderia citar uma série de vizinhos, amigos, fiéis religiosos ou parentes próximos que muitas vezes se ajudam e estabelecem relações variadas, bem como eventos e comemorações anuais que ocorrem nas ruas, com destaque para festas juninas e aquelas do Dia das Crianças. Não foram estas ocorrências, contudo, que saltaram ao primeiro plano nas interações que tive com os moradores, e sim as dificuldades e tensões que enfrentavam no cotidiano. Em contextos marcados pela ausência de regras e acordos coletivos, as ocupações de espaços de uso comum vão se dando até chegarem a um estado de congestão que afeta também o plano dos discursos que as pessoas elaboram sobre a vida social local.[342] Assim, assuntos como bailes-funk, carros estacionados e acúmulos de lixo adquirem um peso desproporcional nas conversas, e podem levar à ideia de que estamos diante de bairros desarticulados ou desordenados, onde disputas e conflitos são exclusivamente tudo o que existe ali.

---

[341] Fotos visualizáveis por meio da função *Street View* no *site Google Maps* permitem datações aproximadas deste processo: entulhos aparecem depositados perto da mencionada esquina num registro de agosto de 2013; o jardim implementado por Jucélia aparece numa foto de janeiro de 2016; como disse, em janeiro de 2018 já encontrei plantas convivendo com entulhos, o que é corroborado pelos registros de junho de 2018 e março de 2019. No canteiro central, a primeira barraca de lanches aparece numa imagem de junho de 2017 e a ela se junta uma segunda construção em junho de 2018.

[342] Desenvolvo este raciocínio sobre congestão no capítulo sete.

As articulações coletivas limitadas que se dão nesses contextos estão distantes da imagem de uma comunidade mobilizada ou organizada, mas podem ser entendidas como "efeitos comunitários", nos termos de Ana Tsing: colaborações vulneráveis e instáveis, constituídas a partir de influências diversas e abertas a múltiplos desdobramentos, capazes de levar a destruições tanto quanto renovações da vida social. Tsing sugere também um contraste entre a noção de "comum", relativa a um conjunto de pessoas unidas, e o que chama de "comum latente", entendido como relações ou articulações difíceis de serem reconhecidas ou identificadas como tais, por meio das quais futuros políticos podem (ou não) estar em gestação, mesmo que sejam difíceis de prever ou antecipar.

Tais considerações nos levam a pensar que as dinâmicas da terra de ninguém requerem um horizonte particular de possibilidades e expectativas, distinto daquele comumente associado a espaços públicos ou diretamente ligados coletividades formalmente constituídas. Para explicitar o ponto, parece rentável projetar um contraste analítico entre terra de ninguém e espaço público, trazendo novamente a praça do CEU Novo Mundo como referência.

O CEU foi concebido com a "ambição de reconstruir algumas situações urbanas", com praças e áreas de estar coletivas para a "conexão" e "aproximação afetiva" com a "população" ou a "comunidade", claramente designadas como um conjunto unificado ou coeso de pessoas (palavras de uma publicação oficial da prefeitura). A formulação permite dizer que a praça do CEU foi apresentada oficialmente como espaço de *todos* os moradores da região, em contraste com o modo como espaços coletivos foram (e são) vistos como terra de ninguém, podendo no máximo serem convertidos em espaços *de alguém* ou *de alguns*. Os relatos que se sucedem ao longo do capítulo mostram os espaços das favelas sendo ocupados não pelos moradores em geral, mas por determinados grupos e interesses que estabelecem relações parciais, tensas e instáveis entre si.

Podemos afirmar ainda que, a exemplo do que é usualmente atribuído a espaços públicos, a praça do CEU foi projetada como uma construção de caráter estável e permanente. Nas perspectivas do projeto, os edifícios, bancos, grades e plantas mostram-se um contexto fixo onde deveriam se dar ocupações temporárias e transitórias, não sendo permitido aos usuários do local alterar, obstruir ou transformar os elementos à volta. Nos espaços locais de uso comum, por sua vez, pessoas e grupos realizam transformações sistemáticas, inclusive para viabilizar a presença de uns e inibir a de outros. A construção ou instalação de bancos, jardins e lombadas, a consolidação de locais de estacionamento e

acúmulo de lixo são exemplos de transformações que figuram nos relatos como parte de acordos, disputas e negociações diversas.[343]

É preciso lembrar que as praças do CEU e os espaços públicos em geral trazem implícitas uma série de regras, leis e poderes imprescindíveis para a garantia de seu caráter permanente e desimpedido. No cotidiano de espaços de espaços como estes, subordinados ao poder público, é preciso contar com funcionários, fiscais, guardas, regulamentos, proibições e outros recursos, necessários para limitar, disciplinar e coagir os usuários a adotar determinadas atitudes e evitar outras. Não parece difícil perceber que a capacidade de regular a ocupação dos espaços foi desacreditada nas projeções feitas por muitos moradores sobre as relações que teriam lugar na praça do CEU. As falas citadas ao longo do capítulo receavam que a praça fosse convertida em vagas de estacionamento ou passasse a abrigar usuários de drogas. De modo geral, os moradores com os quais conversei adotavam um tom precavido e cauteloso quando se tratava de pensar nas possibilidades de ocupação e compartilhamento de espaços. Tomando mais uma vez emprestados os termos de Tsing, é possível dizer que meus interlocutores não mobilizavam tanto expectativas de produzir condições "boas para todos", e se orientavam mais para a fabricação de "mundos bons o bastante", incapazes de "nos redimir", imperfeitos e em constante revisão, onde inclusive era preciso levar em conta o risco de desaparecimento de certos grupos ou práticas.[344]

Como é praxe ocorrer com a promoção de equipamentos e políticas públicas, o CEU Novo Mundo foi anunciado como promotor de grandes transformações, visando condições ideais ou ótimas de funcionamento. Não é preciso frisar que, muito

---

[343] Vale ilustrar essas distinções por meio de uma análise feita pelo arquiteto e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos a respeito das transformações ocorridas numa praça livre e num "edifício aberto" que projetou para a associação de moradores da favela Brás de Pina (Rio de Janeiro), onde desenvolvia um projeto de urbanização nos anos 1970: "Fica na dúvida se o que queríamos fazer resultaria em algo melhor do que o que acabou saindo. Queríamos que fosse construído um edifício aberto, com espaços indefinidos entre o público e o privado, o que, junto com a localização central, indicaria ao conjunto da população que ali estaria a sua casa, o centro de seus interesses, representação da sua unidade e de seu espírito coletivo. Em suma: também havíamos caído no engodo de uma Associação metonímica que seria eternamente a bandeira da comunidade. Hoje a praça está em parte cercada e serve para partidas de futebol, para ensaios de um bloco, para reuniões de 'bíblias'." (SANTOS, op. cit., p. 79). Podemos dizer que Carlos reflete sobre a conversão de um espaço público, aberto e comunitário em terra de ninguém, ocupado por práticas e grupos específicos, e o autor se pergunta se a emenda não teria saído melhor que o soneto.

[344] Tsing, op. cit., p. 255.

frequentemente, o poder público age de acordo com a premissa de estabelecer um máximo de garantias e certezas, no intuito de resguardar tanto os destinatários da política projetada quanto os responsáveis por sua promoção. Tal preocupação muitas vezes afasta as políticas dos públicos a que se destinam, com a proliferação de regulamentos e proibições, e com a necessidade de comprovações e autorizações.

Ainda buscando inspiração no "comum latente" de Tsing, diria que as dinâmicas da terra de ninguém se constituem a partir das complexidades e ambivalências, entrelaçando uma série de práticas e relações cotidianas que ocorrem em meio à confusão do "aqui e agora".[345] Estamos, assim, diante de mundos muito distintos um do outro, embora coexistentes numa mesma realidade social e espacial.[346]

---

[345] Ibid., p. 255.

[346] Tsing observa que as dinâmicas do comum latente são difíceis de serem "institucionalizadas". Em contraste, mostrei que na Vila Maria o poder público mobilizou a lógica de sobreposição de usos da terra de ninguém para cogitar o impedimento do acesso de carros no projeto de uma praça e instalou vasos improvisados para inibir a presença de moradores de rua. Especulo acerca de como o poder público poderia ir além e adotar modos de funcionamento da terra de ninguém na gestão do CEU Novo Mundo ao final de um artigo que sintetiza as análises do presente capítulo (SPIRA, 2021).

Capítulo 5: Coletivizações

Fig. 5.a - Pátio e quadra esportiva do Centro da Criança e do Adolescente (CCA) Cidade Nova, antigo Osem e sede da União de Moradores. Ao fundo, vê-se o muro isolando o espaço da rua Nossa Senhora Aparecida. Data: 29 mai. 2017. Foto do autor.

Fig. 5.b - Reunião do Conselho Gestor do Perímetro de Ação Integrada 1 - Jardim Japão (PAI 1), com poucos participantes, no Centro da Criança e do Adolescente (CCA) Cidade Nova. Data: 12 set. 2018. Foto do autor.

Fig. 5.c - Sarau de poesia do grupo Vopo - Vozes Populares no salão em construção da igreja São José Operário - Vila Nova Tietê. Data: 27 ago. 2018. Foto do autor.

"Hoje a coisa está mais calma", disse a mim Eliaquin Trindade, comparando a ausência de mobilizações coletivas na Cidade Nova com a vida política e comunitária que existia ali nos anos 1980, quando ele era criança. Gildésio, cerca de vinte anos mais velho que Eliaquin, avalia que hoje o bairro "está largado". "Antigamente" ele "dava a vida pela comunidade", mas se lhe perguntassem se faria isso de novo, responderia que não. Hoje, disse-me ele, "ninguém reconhece o que foi feito" e pensam que tudo foi "dado" pelo poder público.[347]

Neste capítulo, proponho tratar da desarticulação comunitária e de suas narrativas a partir de três dimensões que organizam os tópicos subsequentes. Em primeiro lugar, podemos pensar que a pobreza e necessidade deixaram de ser condições amplamente compartilhadas e de suscitar uma ampla identificação entre os moradores. Em segundo lugar, nota-se a proliferação de clivagens sociais que dificultam as articulações coletivas. Finalmente, a organização política também é afetada pela falta de lideranças, pelo enfraquecimento das associações de moradores e pela perda dos espaços comunitários de reunião e encontro.

Estas dimensões descrevem trajetórias próprias e interagem de modo complexo, o que permite pensar a desmobilização não como uma condição estática ou consumada, e sim como um processo em movimento, marcado por variações e gradações no decorrer dos anos.

5.1. Falta de "necessidade"

"Hoje é mais difícil gerar consciência porque as pessoas não passam tanta necessidade", disse-me João Mário. Na Cidade Nova e Vila Nova Tietê, a desmobilização por "falta de necessidade" foi reconhecida por vários de meus interlocutores. Para Elisieux, "depois que [se] conseguiu as coisas que eram mais importantes para a comunidade, daí deu uma amortecida", mas "não deveria ter morrido esse espírito, assim, nas pessoas, né?" Estas afirmações indicam que a obtenção de conquistas coletivas

[347] Sentimentos semelhantes são comuns em vários contextos atuais da cidade, reforçando a narrativa de ascensão e queda dos movimentos sociais ao longo dos últimos quarenta ou cinquenta anos. Ver, por exemplo, passagens de Gabriel Feltran (2005, p. 264) e Carlos Filadelfo Aquino (op. cit., p. 149).

comprometeria a mobilização dos moradores, eliminando a condição de carência responsável por uni-los num primeiro momento.[348]

Implícito aí está o raciocínio inverso: no passado a "necessidade" aproximava mesmo os que não se conheciam e incentivava a construção de comunidades, no sentido amplo e abrangente do termo. A articulação coletiva também era estimulada por ameaças de remoção e perda de vantagens adquiridas, como se depreende da afirmação de Miguel: "antigamente", disse ele, "o pessoal se mobilizava para evitar despejo". De qualquer forma, o fundamental é compreender que pobreza, "necessidade", perigos e ameaças são considerados fatores que forçam ou provocam o pensamento e a ação coletiva, ao passo

[348] Da mesma forma que a desmobilização nas favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê se associa a uma série de conquistas, explicações de longo prazo relacionam o declínio dos movimentos sociais urbanos no Brasil à obtenção de direitos e à democracia. Uma fala de Luiza Erundina, por exemplo, aponta o papel decisivo dos movimentos sociais na elaboração da Constituição de 1988 e observa que, depois, "[q]uando se institucionalizaram essas conquistas, esses direitos, os direitos individuais, os direitos sociais, os direitos trabalhistas, previdenciários etc. etc. houve uma certa desmobilização […] da sociedade, que é natural." (*apud* FELTRAN, 2005, p.41).

que sua ausência produz desmobilização. Neste sentido, pobreza e "necessidade" são vistas, ao mesmo tempo, como impulso e limite para as mobilizações.[349]

O que meus interlocutores querem dizer com "necessidade"? Antes de mais nada, se referem à moradia. Nessa direção, Julio explicou o desinteresse das pessoas em se reunirem: "O pessoal acha que já tá na casa dele, não precisa mais … já está bom". Mas a "necessidade" também está ligada a uma série de recursos que viabilizam a vida cotidiana na vizinhança, como serviços públicos (escolas, creche, posto de saúde, transporte), infraestruturas (água, luz, ruas aterradas) e mesmo comércios. "Agora vocês não precisam mais de nada, né?", disse Carminha, imaginando uma conversa sua com outros moradores. "'Porque tem padaria, tem açougue, tem farmácia … Tá tudo bom, graças a Deus. A gente tem água, tem carro de lixo, tem ônibus aqui, ônibus ali … Tá tudo bom né?'

---

[349] A relação apontada está presente em muitos outros contextos da cidade. Para indicar esta recorrência cito a fala de um membro da Sociedade Amigos de Bairro (SAB) do Lar Nacional, reproduzida por James Holston (2013, p. 319): "como também reconhecem os antigos moradores, 'antes não existia nada, então nós tínhamos que correr o tempo todo; agora não temos tanta necessidade', porque quase todos os objetivos das mobilizações da SAB foram alcançados — 'conseguimos muito'." No plano da produção acadêmica, movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 contra a pobreza e as más condições de vida urbana foram considerados formas incipientes de ação política por pesquisas sociológicas que atribuíam maior "consciência de classe" e capacidade de transformação ampliada a modalidades "mais evoluídas" de organização, como partidos ou sindicatos. Eunice Durham (1984) realizou uma crítica a esta perspectiva, mostrando que os movimentos sociais urbanos da época não eram uma forma inferior de mobilização, chamando atenção para a importância de relacionar ou associar (em termos práticos e analíticos) forças políticas heterogêneas, tanto as dotadas de objetivos estritos quanto as que visavam pautas mais "universalizantes". Cito esses debates para situar análises que já se dedicaram ao tema, iluminando algumas de suas questões. À luz do cenário de catástrofes sociais e ambientais que vêm ocorrendo no mundo hoje, Isabelle Stengers (2009, cap. 13) propôs um contraste entre as imagens do "eu penso" e "algo me faz pensar" para valorizar a capacidade de situações concretas de suscitarem o pensamento e se transformarem numa "causa comum". A "necessidade" de meus interlocutores se insere nesse gênero de ação política e sugere dificuldades para sua perpetuação no tempo. Se as conquistas geram desmobilização, outras falas sugerem que a pobreza, abaixo de certos limiares, também prejudica a ação política. Éo que sugere uma liderança da favela de Heliópolis (entrevistada por Maria Ruth Sampaio) ao afirmar que "o pessoal que vive na favela é o mais miserável, é gente cansada, que não tem mais força para lutar, são os 'lumpen'. … É difícil atingi-los, despertá-los. Um projeto de participação vai ser difícil, pois estão arrasados." (SAMPAIO, 1990, p. 186). Este último argumento foi problematizado por Tilman Evers (op. cit.).

… eu acho que é isso que eles pensam." Para além da percepção concreta das melhorias urbanas, certas afirmações indicam que o sentimento de superação de carências resulta da comparação com áreas mais ricas da cidade. Assim, um morador da Cidade Nova afirmou que "aqui [na Cidade Nova] é tão bom quanto qualquer outro bairro". Ele se referia à presença de serviços de água, luz, esgoto, equipamentos de saúde e educação.[350]

Dito isso, é importante apontar uma série de variações ou complicações que relativizam a hipótese de que tal processo seria inevitável e generalizado. A própria "ausência de necessidade" pode ser questionada quando observamos uma série de problemas com infraestruturas urbanas e serviços públicos, a exemplo dos que foram citados nos conselhos participativos do Programa Córrego Limpo e do Perímetro de Ação Integrada (PAI) Vila Maria: entupimentos da rede de esgotos, trechos sujeitos a alagamento, pontos de acúmulo de lixo, sobrecarga de infraestruturas pelo aumento do número de moradias ocorrido nos últimos anos, entre outros. A baixa participação de moradores nesses conselhos parece se explicar menos pela superação de dificuldades, do que por fatores como a descrença no poder público ou mesmo pela divulgação tímida dos encontros. De qualquer forma, parece claro que certos tipos de problemas, mesmo afetando muitas pessoas, não são vistos como incentivo às mobilizações.

Para que a "necessidade" incite a que as pessoas se mobilizem, não basta que existam carências materiais ou objetivas, mas é preciso um entendimento compartilhado sobre a relevância de agir coletivamente. [351] Por isso devemos inverter a relação de causalidade entre "necessidade" e mobilização: a primeira pode ser vista tanto como causa quanto como consequência da última; ou seja, a "necessidade" é também um produto da

---

[350] Em outras palavras, certas percepções da desigualdade social e econômica podem estar por trás da construção da "necessidade". É o que parece confirmar a observação de Teresa Caldeira: "As pessoas habitam espaços claramente precários e inacabados por longos períodos de tempo, mas com a expectativa, frequentemente realizada, de que tais espaços serão melhorados e um dia se assemelharão a partes mais ricas da cidade." (CALDEIRA, 2017, p. 5).

[351] Eunice Durham (op. cit., p. 285) afirma que "não é necessariamente a miséria crescente, mas a consciência da pobreza que contribui para a mobilização popular." Ana Maria Doimo (op. cit., p. 109) considera que "[a] carência, efetivamente, explica muito pouco sobre a emergência de movimentos sociais". Lúcio Kowarick nega que haja "'ligação linear entre precariedade das condições de existência e os embates levados adiante pelos contingentes por ela afetados'" (*apud* DOIMO, op. cit., p.93-4). Referido a outro plano de indagações, para Roy Wagner (op. cit., p. 105), "explicações em termos de perturbações e injustiças rebaixam as realizações humanas ao nível de corretivos e reduzem a vida a um modelo de equilíbrio." Em nosso caso, tal equilíbrio poderia corresponder à superação das graves condições de pobreza e à posterior desmobilização das comunidades.

mobilização e depende de esforços sistemáticos para ser reconhecida e mantida como tal. Muitos de meus interlocutores parecem reconhecer tais constatações, já que continuam insistindo na importância do agir coletivo. Mesmo reconhecendo a relação entre desmobilização e falta de "necessidade", exprimem-na em tom irônico ou crítico, como se pode ver nas falas supracitadas de Carminha e Elisieux. Embora se concebam como uma minoria, a visão deles permite pensar em clivagens internas ao processo de desmobilização.

Uma explicação fornecida para que a maior parte das pessoas não se mobilize diante de dificuldades e problemas atuais é considerar que a "necessidade" não é uma condição coletiva, e sim individual. Sigo as palavras de João Mário: "quando a necessidade era mais coletiva, as coisas eram mais organizadas". Com o tempo, disse ele, a necessidade se restringiu ao âmbito particular, "mais fácil de identificar".[352] Ou seja, as pessoas podem estar passando necessidades, mas isso não é obrigatoriamente entendido como algo comum, capaz de engendrar uma comunidade. Podemos dizer que as duas linhas de raciocínio se sobrepõem: a ausência de "necessidade" ou a "necessidade individual" são associadas à desmobilização.[353]

Parece importante indicar ainda que explicações de longa duração — contrastando o presente com o cenário de quatro ou cinco décadas atrás — não excluem variações locais e de curto prazo. Assim, em fins de 2017, João Mário me explicou que até pouco tempo a comunidade Vila Nova Tietê andara "muito dividida", mas estava voltando a se unir em função do aumento da pobreza. "A necessidade faz as pessoas se unirem", disse ele. Já nos anos 1980 o enfrentamento de carências era usado como critério para distinções de pequena escala, como transparece no depoimento de uma das irmãs vicentinas sobre a Vila Curuçá (Pró-Morar - fase III). Construído pelo poder público, o bairro "não teve uma história própria": os moradores "ganharam tudo de mão beijada", ou seja, não passaram

---

[352] Isto não significa que interesses particulares não fossem proeminentes nos anos 1970 e 1980 e não entrassem em choque com os coletivos. Pesquisas de Lícia Valladares (1978) e Carlos Nelson Ferreira dos Santos (op. cit.) refletiram sobre ações de pessoas ou famílias que consideraram imediatistas ou "individualistas", agindo predominantemente por interesse próprio em contextos de urbanizações de favelas e construções de conjuntos habitacionais. Podemos dizer que a temática dos interesses individuais foi pouco abordada pela literatura de favelas, movimentos sociais e ocupações de um modo geral.

[353] Vale lembrar que a discussão do segundo capítulo procurou deixar claro que a condição coletiva da necessidade, mesmo que promova uma identificação genérica entre os moradores de um bairro, não suscita o envolvimento concertado de todos nas ações empreendidas.

"necessidade" e não tiveram que lutar como outras comunidades.[354] Nos dias atuais, certos moradores das favelas Vila Nova Tietê e Cidade Nova atribuem ou negam legitimidade à vizinha, e mais recente, ocupação Douglas Rodrigues apontando a presença de famílias que têm de fato "necessidade" ou que estão motivadas pela obtenção de vantagens particulares.

Olhando de perto, vemos que a noção de necessidade está sujeita a variações de forma e intensidade. Ela pode ser usada em explicações de longo prazo, mas também aparece de maneira fractal e recorrente, em distintos lugares, épocas e escalas. O mecanismo conceitual que relaciona de forma direta necessidade e mobilização é esquemático o suficiente para permitir uma ampla capacidade explicativa e sua adaptabilidade a distintos contextos, mas ele não esconde nuances e complexidades que vieram à tona à medida em que insisti no assunto e me mantive atento ao que meus interlocutores diziam.

5.2. "Ninguém mais se conhece"

Como afirmei no segundo capítulo, a mobilização coletiva depende em parte das relações entre as pessoas. Na expressão de Gildésio, "ninguém se relaciona com quem não conhece", ao passo que "conhecer é caminhar juntos". Isto vale mesmo para ajudas cotidianas, como se depreende da afirmação de Lúcio Gervásio: "a partir do momento em que a pessoa conhece a tua vida, uma começa a ajudar a outra". Como uma das responsáveis pelo programa de distribuição de cestas básicas da igreja São José Operário na Vila Nova Tietê, Lúcia concedeu o benefício a uma "menina" depois de conhecer suas condições de vida e descobrir que ela tinha irmãs e uma mãe desempregada.

Essas considerações permitem pensar que a diminuição e o enfraquecimento dos laços concretos entre moradores atuais das favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê mostram outra faceta do processo de desmobilização. Uma fala recorrente enfatiza que "hoje ninguém mais se conhece", a maioria das pessoas estaria voltada aos seus interesses

---

[354] Outro depoimento é o do diretor de uma associação de Amigos de Bairro que aparece no documentário *Fim de Semana*, dirigido por Hermínia Maricato (de 1975). Ele explica que na medida em que o poder público estava atendendo a quase todas as reivindicações da localidade, as pessoas tendiam a não frequentar mais a associação. Este documentário sugere que o espectro da desmobilização por ausência de necessidade ronda desde sempre as associações e organizações de favelas e bairros pobres de São Paulo.

e demandas próprias. “Hoje é cada um se vira”, disse Gildésio. Curiosamente, tais afirmações tiveram lugar em conversas, frequentemente interrompidas por acenos ou cumprimentos aos que passavam. Assim, a imagem do bairro como um local onde “ninguém mais se conhece” deve ser mais bem compreendida.

Podemos falar de uma diversidade de interesses e valores que dividem cada vez mais a vida e os laços nas comunidades. Boa parte das clivagens parece ter surgido, e se acentuado, recentemente, ainda que algumas sejam antigas, por exemplo a diferença entre católicos e evangélicos, que exemplifica uma divisão já existente no início das favelas, embora tenha permanecido relativamente apagada pelo sentimento de igualdade produzido pela condição partilhada de “necessidade”. Na medida em que as carências deixaram de gerar uma identificação mais geral entre os moradores, as diferenças antes encobertas saltaram ao primeiro plano.[355]

Observei antes que as favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê passaram por um crescimento significativo nos últimos vinte anos, traduzido no aumento do número de andares das moradias. Cômodos foram erigidos para serem alugados e boa parte dos espaços construídos para acomodar familiares foi posteriormente destinada a inquilinos. A divisão entre locadores e locatários sugere a existência de interesses divergentes entre as pessoas e, mais uma vez, o apagamento da carência como condição compartilhada.

A divisão entre moradores mais ricos e mais pobres nem sempre coincide com a anterior (locadores e locatórios). Um antigo morador da Cidade Nova chamado Antonio revelou um descontentamento com a vida no bairro e um desejo de se mudar, aludindo ao fato de que hoje “todo mundo é desconfiado”, e que isso tem a ver com o enriquecimento de alguns: “pessoal começa a ganhar dinheiro e a desdizer o vizinho”, afirmou ele. Em contraste, refletiu como antigamente “todo mundo era simples e a gente podia entrar no barraco dos outros”. Outro exemplo eloquente de como as diferenças de poder aquisitivo geram divisões e afastamentos entre os moradores é o de um jogador de futebol que estava construindo uma carreira de sucesso e precisou se mudar com a família, porque “as pessoas ficam sabendo e começam a pedir favor”.

Há também uma clivagem entre moradores antigos e novos que incide, talvez de forma mais direta, sobre a desmobilização por envolver um apagamento da memória das lutas ocorridas no passado. Entre os descendentes dos moradores originais, João Mário é um dos poucos que seguem preocupados com as atividades políticas e comunitárias locais.

---

[355] Como observa Eunice Durham, “os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida em que sofrem a mesma carência”, mas para isso, diz ela, é preciso apagar a heterogeneidade social interna dos movimentos, relativa a bens, capacidades, trabalho, recursos culturais. O tipo comunitário de organização se funda, assim, no valor da “igualdade”, união e consenso, ocultando (mas não eliminando) diferenças e divergências (DURHAM, op. cit., p. 289-90).

Em certa medida a memória das lutas do passado não pode ser transmitida porque está inscrita na experiência individual e nos próprios corpos dos antigos moradores, de acordo com o que se pode deduzir de um já citado relato de Cosmo; ele enfatizara o difícil trabalho que teve para instalar as guias das ruas da Cidade Nova e também para construir uma tubulação de esgotos que percorre quase toda a avenida Nossa Senhora Aparecida (enquanto apontava estas construções, Cosmo me disse que hoje quase ninguém sabia que elas haviam sido feitas por ele e outros moradores antigos).

Além da descontinuidade entre as gerações, diversas famílias chegaram à região recentemente e não conheceram as lutas passadas. Carminha observou que na Vila Nova Tietê muitas pessoas "que conheceram as conquistas, foram embora"; moradores mais novos ou que chegaram depois "pegaram tudo fácil", de modo que tendem a pensar que "toda a vida foi assim". Parte desse contingente a que ela se refere corresponde aos já citados inquilinos, mas houve também uma substituição de parte das primeiras famílias, que venderam suas casas diante da valorização imobiliária. "Quem construiu foi embora", disse Gildésio, porque "as pessoas construíram por um preço, alguns anos depois valia o dobro". Muitos que adquiriram as construções "chegaram achando que a prefeitura tinha feito tudo", e "cruzaram os braços", ou seja, se desinteressaram pelas mobilizações.[356] Miguel disse achar muito bom que eu estivesse registrando a história das comunidades, para que as pessoas não seguissem achando que "tudo foi dado de mão beijada". Ele criticou o orgulho que, certa vez, um vizinho seu manifestou ao afirmar que havia pago por sua moradia, ao contrário dos primeiros moradores que se instalaram na Vila Nova Tietê. Miguel disse tê-lo deixado "sem graça" ao responder que ali todos eram "invasores", com a diferença de que os que chegaram depois "encontraram tudo mastigadinho".

Outra clivagem que parece importante atualmente tem a ver com a expansão do crime organizado, configurando uma "massa" ou rede relativamente anônima de pessoas difíceis de serem identificadas como tais, que vão se articulando segundo regimes morais próprios e ampliando fronteiras, o que leva a um retraimento de outros tipos de troca e interação. A fala de Lisete mostra que a expansão, discreta e sorrateira, do "Comando" trouxe consequências amplas para as relações de socialidade na favela em que atua: "antes você podia chegar nas pessoas e conversar; hoje, para tudo você tem que saber com quem vai falar, com quem vai combinar… entendeu? Está muito difícil para trabalhar hoje na comunidade", refletiu ela. Lisete reconhecia a presença de pessoas "envolvidas com o

---

[356] Vale ilustrar esse processo com a estimativa real de valorização do Cingapura Novo Mundo. No relato de Celso, morador daquele conjunto habitacional, um apartamento valia dois mil reais quando lançado em meados dos anos 1990, mas chegou a ser vendido por quinhentos reais depois que a prefeitura abandonou a gestão do local; em fins de 2017, ele estimou que um apartamento estava valendo cerca de setenta mil reais.

Comando" em algumas atividades comerciais, na construção de certas moradias para alugar[357] numa organização comunitária do bairro, nas sedes de alguns times amadores de futebol e mesmo num conselho participativo de serviços públicos oferecidos na região. Os bailes-funk, por vezes associados à influência do PCC, foram vistos por Lúcia Gervásio como mais um fator desagregador das relações comunitárias na Vila Nova Tietê: muitos moradores estariam se mudando, e mesmo os que permaneceram vêm se recolhendo em suas casas, deixando de se relacionar e de comparecer a encontros promovidos, por exemplo, pela igreja São José Operário.[358]

A desmobilização foi também relacionada à diversificação das práticas religiosas locais, com o crescimento do número de evangélicos e a multiplicação de pequenos templos, em parte alimentados por uma migração de antigos filiados ao catolicismo. Nos anos 1970 e 1980 os católicos eram maioria e estavam diretamente envolvidos na organização política das comunidades, contando com o suporte e orientação das Irmãs Vicentinas. Hoje, segundo dizem, existe uma minoria de católicos praticantes ou efetivamente envolvidos nas atividades religiosas das igrejas Nossa Senhora Aparecida, na Cidade Nova, e São José Operário, na Vila Nova Tietê.

Diferenças, tensões e mesmo estigmatizações entre os dois segmentos religiosos foram citadas com alguma frequência nas conversas. Alguns relatos avaliam que as denominações evangélicas raramente se dedicam à organização política ou a atividades destinadas ao conjunto dos moradores. Sandro, filiado ao partido dos Trabalhadores e pai de um pastor, afirmou que os evangélicos não fazem trabalho de militância e "só se preocupam com o próprio umbigo". A ausência de trabalhos comunitários foi assumida por um evangélico com quem conversei, embora ele tenha argumentado sobre a

---

[357] Ver declarações semelhantes da mesma moradora na pesquisa de Rosenauma (op. cit., p. 69). Uma reportagem aponta indícios do envolvimento do PCC na comercialização de imóveis em diversos contextos da metrópole (ref. 2020-01-12).

[358] Lúcia observou que há poucos anos algumas festas promovidas pela igreja costumavam atrair até duas mil pessoas, mas que atualmente o público gira em torno de cem, o que se liga à ideia de que houve uma mudança recente e significativa nas relações. "Hoje, quando a gente conversa com o povo, todo mundo tem vontade de ir embora daqui, por causa da situação que a gente vive. Você não tem um final de semana para descansar, você não tem um momento em família, você não tem mais aquele espírito de Natal, de Ano Novo; que tudo que você vai fazer hoje, você está de boa aqui, daqui a pouco tem um paredão aqui, outro ali, você entendeu? Aí eu vejo que se continuar nessa caminhada, o pessoal mais antigo não fica - só o mais jovem que gosta dessas coisas e tudo, mas aí não fica. Porque aqui é terra sem lei. … Antigamente, era muito mais legal a comunidade do que agora, as pessoas eram mais amigas." Tais mudanças teriam ocorrido apenas nos últimos cinco anos, embora Lúcia reconheça que o funk está presente na região há mais tempo.

importância de focalizar a atuação da igreja no fortalecimento de indivíduos e famílias. Uma senhora católica criticou as denominações evangélicas pela rapidez de proliferação de novos templos e pela falta de preparo dos pastores: "o crente vai no cartório, registra uma igreja e vira pastor, mas não sabe de nada", em contraste com um padre "que estuda por dez ou quinze anos". Outro evangélico preferiu lembrar o caráter repetitivo e pouco espontâneo das rezas dos católicos, embora valorizasse "os estudos religiosos" e a inteligência de um padre que conheceu quando criança. Para um fiel da Assembleia de Deus, os evangélicos acreditam num "Deus vivo, que tudo pode e responde ao que você pede", enquanto o católico "se apega no santo", limita-se a rezar e pode até "pedir pelo mal".

Os eclesiásticos católicos também foram lembrados pelo comportamento mais distante e mesmo autoritário que passaram a assumir perante os moradores, sobretudo a partir dos anos 1990. Para alguns de meus interlocutores, uma nova geração de Irmãs Vicentinas, surgida nessa mesma década, parecia menos disposta a dialogar e a se envolver com a população. De acordo com algumas falas, as novas irmãs não tinham "perfil de comunidade" e eram "de seminário" ou "de colégio". Para Geovani, católico que se tornou evangélico, as irmãs dos anos 1990 "chegaram dizendo como as coisas tinham que ser", em contraste com as primeiras que atuaram nas comunidades e que se aproximaram da população "de mansinho".[359] Parte dos desconfortos com as religiosas parece derivar de uma mudança mais ampla na estrutura da Igreja, na medida em que a Teologia da Libertação perdeu força a partir de meados dos anos 1980, e mesmo os eclesiásticos ligados a essa corrente foram se inclinando mais exclusivamente às práticas religiosas, evitando o envolvimento com pautas políticas. Em suma, podemos falar de uma tendência generalizada para a introversão e para o foco das igrejas em seus próprios fiéis,

---

[359] Travei contato com as últimas Irmãs Vicentinas que estiveram presentes na região, antes que deixassem sua moradia na Cidade Nova, no início de 2018. Entre as razões para partirem estava a idade avançada e o fato de terem sido convocadas pela Ordem Vicentina para a realização de outros trabalhos; mas elas também comentaram o desinteresse da Ordem em atuar em favelas, por razões que pareciam em alguma medida compartilhar: a decepção com a falta de comprometimento dos antigos devotos que migraram para a fé evangélica; a relutância em atuar em áreas marcadas pela presença da criminalidade e pelos incômodos trazidos pelos bailes-funk, e a autocrítica desiludida quanto à incapacidade da Igreja em atuar sobre parcelas da população que enveredaram para práticas criminosas. A única eclesiástica que permanece morando na região é Irmã Alvina de Oliveira, claretiana que estudou com as Irmãs Vicentinas e radicou-se na Vila Nova Tietê em 1995. Ela fundou a associação Amigo entre Amigos e viabilizou a realização de vários cursos e atividades. Nos últimos anos, enfrenta dificuldades para manter o espaço coletivo aberto ao público.

o que termina por contribuir para o estabelecimento de outras clivagens entre os moradores.

Podemos observar dois tipos de laços sociais que vicejam a despeito da geografia de diferenças apontada. Em primeiro lugar estão os vínculos amplos e esparsos entre familiares, amigos e moradores próximos (estes talvez os principais responsáveis pelo grande número de saudações que observei nas ruas). Diria que as relações de apoio e ajuda mútua continuam ocorrendo no âmbito particular, entre aqueles que se conhecem e cultivam vínculos afetivos. Gildésio, em especial, contou três casos de ajuda a moradores que ele conhecia e que passavam por dificuldades: ele vendeu o próprio carro para ajudar um amigo a comprar um caminhão para trabalhar, e quando recebeu o dinheiro de volta comprou um carro melhor para si mesmo. Além disso, construiu um barraco na ocupação Pinheirinho para uma idosa que por muito tempo se lamentou de não ter um lugar para morar (ela dormia "de favor" na sala da casa de parentes, sendo constantemente acordada pelos netos); comprou também um terreno em outra ocupação para um homem que não tinha casa, mas que havia ajudado a construir a moradia de muitas pessoas no bairro. O jogador Elias, por sua vez, mesmo tendo enriquecido e deixado a comunidade, continuava a ajudar conhecidos de infância, a exemplo de um amigo cardíaco que adoeceu e precisou de tratamento especial. Estes exemplos bastam para mostrar que a pobreza e a necessidade, associada à proximidade espacial e afetiva, são fatores que continuam nutrindo relações entre pessoas e famílias específicas, no interior, talvez, da compreensão de "necessidade" como condição individual, proposta por João Mário. Embora não estejamos diante de uma rede de articulação ampla entre os moradores, não se pode dizer que as divisões e clivagens internas apontadas tenham desfeito inteiramente os laços comunitários locais.

Em segundo lugar, é preciso mencionar uma série de eventos e comemorações, abertos a toda a coletividade e que seguem ocorrendo periodicamente nas favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê. O Projeto Elias foi, por muitos anos, organizador de uma festa de Dia das Crianças na Cidade Nova que incluía doação de brinquedos. Há cerca de vinte anos, Neide Nunes é a principal promotora de outra festa de Dia das Crianças na rua Arenápolis, quando brinquedos como cama elástica e piscina de bolinhas costumam ser alugados. A festa oferece também doces e bebidas, com destaque para um tradicional bolo com mais de 30 metros de comprimento, confeccionado com a colaboração de diversas moradoras da rua. O CCA Cidade Nova organiza anualmente uma Festa Junina no espaço onde funcionava a associação de moradores local. Na rua São Felipe, moradores promovem anualmente outra Festa Junina, que não se confunde com a que ocorre na mesma rua e é organizada pela Igreja São José Operário. Um núcleo de fiéis relacionados a esta última igreja, entre os quais estão Neide Nunes, Lúcia Gervásio e João Mário, segue organizando uma série de eventos abertos à comunidade, no estilo dos que eram promovidos desde os anos 1980 pelos católicos da região: macarronadas, bingos e venda

de roupas usadas, com o objetivo de arrecadar recursos para terminar a reconstrução da igreja, que já dura vários anos. Por meio do coletivo Miarcas (Movimento Interativo de Arte, Cultura e Ação Social), este grupo promoveu também uma série de atividades culturais, a exemplo dos saraus de poesia protagonizados pelo grupo Vopo - Vozes Populares ao longo de 2018. Nesses eventos, salta à vista o poder de agregação representado por doações de presentes e sobretudo pela venda ou oferecimento de alimentos.

Não se pode afirmar, assim, que estamos diante de comunidades inteiramente desarticuladas ou cindidas. Trata-se antes de uma grande riqueza e heterogeneidade social, política e cultural, que engendra relações complexas de aproximação e repulsão entre práticas e grupos muito ou pouco compatíveis entre si. Como sugerem as falas mencionadas, tais dinâmicas são de difícil acomodação num contexto marcado pela congestão e escassez de espaços. O perfil crítico de meus interlocutores conduz sistematicamente a avaliações dessa realidade com base nas diferenças com o passado.

5.3. Enfraquecimento das associações e lideranças

"Não tem Associação, acabou. Até aquele quartinho lá eu entreguei. Demoliu, eu entreguei, estava empatando ali, não tinha nada. A laje já estava caindo, tinha que fazer, eu ia gastar dinheiro, que a comunidade não se interessa." Esta fala de Júlio data de março de 2018. Ela mostra que mesmo depois de ter se ausentado do bairro em virtude de uma tuberculose, continuou sendo requisitado para decisões importantes, como a da demolição do "quartinho" ou "salinha". Por muito tempo a "salinha" concentrou o atendimento aos moradores e o processamento de documentos da associação de moradores da Cidade Nova, mas há alguns anos estava fechada. Como indicado no segundo capítulo, ela consistia em uma pequena edificação com área interna de três ou quatro metros

quadrados, construída de forma isolada e ao lado do muro frontal do terreno hoje ocupado pelo Centro da Criança e do Adolescente (CCA) Cidade Nova.[360]

Vimos antes como nos anos 1980 esse terreno era inteiramente controlado pelos moradores, abrigando uma série de atividades culturais, políticas, esportivas e educacionais. A fala de Julio deixa claro que a "salinha" ou "escritoriozinho" era o que restava da presença dos moradores no terreno. O CCA continua acolhendo atividades e públicos externos, mas de modo geral permanece fechado e direcionado ao atendimento das crianças inscritas.

A última faceta da desmobilização que gostaria de destacar tem a ver com a dissolução das associações de moradores, com a ausência de lideranças e com a perda de espaços associativos outrora acessíveis ao conjunto da comunidade. Uma análise dos relatos e acontecimentos sobre esses processos na Cidade Nova mostra que eles não ocorreram no mesmo ritmo, nem foram suscitados pelas mesmas causas, embora estejam relacionados. [361]

Cito alguns acontecimentos ligados à associação de moradores para dar uma ideia das causas de sua dissolução, sem a pretensão de apreender ou explicar o conjunto do processo. Mesmo na década de 1990 a associação não gozava da importância que detivera na década anterior, embora seguisse existindo como entidade jurídica, contando com membros regularmente eleitos. Os relatos indicam que a última diretoria deixou de

---

[360] Equipamento vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, dedicado a atender crianças em situação de vulnerabilidade social durante o contraturno escolar. Lembremos que a origem deste tipo de equipamento remonta aos Osems - Organização Sócio-Educativa do Menor, dos anos 1980 (até hoje é comum que os moradores se refiram ao CCA Cidade Nova como Osem). O mesmo equipamento foi designado EGJ (Espaço Gente Jovem) durante gestões municipais anteriores. Mais de uma vez ouvi críticas às constantes mudanças de nomes, por parte do poder público. De acordo com um morador, "cada prefeito que entra, para se aparecer, bota um nome diferente né?" Esta é outra faceta da desconfiança e descrença em relação ao Estado.

[361] Não obtive elementos suficientes para analisar o que ocorreu com a associação de moradores da Vila Nova Tietê. Meus interlocutores se limitaram a observar que o último grupo eleito para a associação daquela favela deixou de realizar eleições há muitos anos e o pequeno espaço associativo na rua São Felipe passou a funcionar como local de festas, alugado com frequência a particulares. De qualquer forma, o papel das lideranças e da associação de moradores não foram citados como relevantes para a coletividade. De todo o modo, o caso da Cidade Nova parece suficiente para iluminar uma série de questões importantes para pensar a desmobilização e suscitar comparações e analogias com as discussões travadas em outros capítulos. Uma ata de assembleia de 2003 indica desentendimentos significativos entre os membros de umas das últimas diretorias (ref. 2003-01-05).

realizar reuniões e praticamente renunciou a suas atribuições em torno de 2013, devido a uma tensão entre os interesses de proprietários, inquilinos e prefeitura de São Paulo. No início da gestão de Fernando Haddad na prefeitura de São Paulo, técnicos da Secretaria Municipal de Habitação propuseram a regularização da posse das moradias, algo nunca alcançado entre os assentamentos da região. Logo surgiu a questão de quem se tornaria proprietário das casas ou dos cômodos alugados. Aqueles que construíram esses espaços se recusaram a perdê-los para os inquilinos, enquanto a prefeitura atinha-se a critérios normativos para dizer que, a rigor, numa área de favela ninguém era mais proprietário que outro, não havendo meios legais para tratar as pessoas desigualmente.[362] Assim, numa favela em que a prática de aluguel de cômodos se tornou muito comum, uma iniciativa do poder público produziu o tensionamento da clivagem entre proprietários e inquilinos, levando à dissolução da associação.

Para além deste episódio isolado, meus interlocutores mencionaram um desinteresse de longa data em relação à associação. A entidade sofreria tanto com a "falta de gente para se reunir" quanto pela "falta de verba para trabalhar", isso porque existe uma relutância em realizar contribuições financeiras. "Você sabe muito bem", disse Julio, "não adianta dizer: se não tem um dinheiro para você trabalhar, não trabalha, não funciona, como é que você vai trabalhar, como é que você vai perder um dia, ou pagar passagem ou uma coisa e outra assim, a população não te ajuda?" Para Elisieux,

> "é difícil você fazer parte de uma diretoria, de uma união de moradores, que você responde lá na prefeitura por esse povo todo e você é voluntário, você não ganha nada por isso. Só tem gasto. Antigamente a gente tinha aquela carteirinha que a gente colaborava, dava um dinheirinho de colaboração. Só que o povo vai caindo fora, o povo não quer participar de mais nada, assim. E daí a própria diretoria vai enfraquecendo."

É Elisieux ainda quem aponta não serem apenas os novos moradores os que não contribuem: o mesmo se verifica com os mais velhos que "vão tendo outra mentalidade". O tom de descrença pode ser notado em uma conversa de maio de 2017 com Álvaro e

---

[362] Cosmo, que fazia parte da diretoria, explicou que se a regularização envolveu oitocentos moradores, eles se tornaram cinco mil; a despeito da ênfase numérica, ela aponta para o crescimento do mercado informal de aluguel de moradias na Cidade Nova nos últimos dez ou vinte anos. Segundo diversos relatos, a resistência dos proprietários, membros da diretoria da associação, fez com que funcionários da Secretaria de Habitação "sumissem" da área. João Mário se lembrou de acontecimentos semelhantes durante a gestão de Marta Suplicy na prefeitura, entre 2001 e 2004: "o cara, naquela época, já tinha alugado a casa dele, já tinha feito casa embaixo, casa em cima, não sei quantos banheiros, então deu a maior briga isso e a galera espantou os técnicos".

Cosmo, dois amigos idosos que passaram quase toda a vida na Cidade Nova. Como membro da última diretoria, Cosmo participava de um esforço para reativar a associação de moradores; ele se afastou de nós quando Álvaro afirmou, em tom irônico e acusatório, que a proposta de restabelecer a mensalidade era "história" dos diretores, ou seja, um artifício para ganharem dinheiro.

É preciso dizer que em todos os contextos desta pesquisa conheci iniciativas de cunho social e político em que a mera presença do dinheiro suscitou fortes desconfianças de que haveria "segundas intenções" daqueles que recebiam os recursos.[363] Nesse nível de generalidade, diria que as incertezas e riscos inerentes à forma de vida ocupação produzem desconfianças frequentes em relação, não apenas ao exercício de distintas formas de poder (exercidas pelo Estado ou por associações de moradores), mas também em relação ao dinheiro.

Para a melhor compreensão desses processos, é importante fazer referência a acontecimentos do passado da associação de moradores da Cidade Nova que podem ter contribuído para a ampliação destas desconfianças. Além do caso de apropriação indevida de recursos por parte de uma diretoria na passagem das décadas de 1980 e 1990 (citada no segundo capítulo), vários diretores que assumiram a associação em anos subsequentes não suscitaram o mesmo nível de confiança e prestígio conseguido por Julio e lideranças anteriores; destaco a eleição por dois mandatos consecutivos de Manoel da Cruz, político

[363] Relatos de desconfianças associadas ao dinheiro estão presentes nos três capítulos sobre coletivizações, e levam a pensar que estamos diante de um padrão recorrente. Entre os exemplos que coletei nas favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê está a crítica a uma festa de Dia das Crianças que demandava pagamento para utilização dos brinquedos. "Se envolve dinheiro, não é social", disse uma moradora local. Uma liderança da região propôs o mesmo argumento ao criticar a ONG Projeto Elias pela cobrar aluguel para a utilização do campo de futebol do CDC Elias da Silva Trindade. Dificuldades para arrecadar mensalidades também fazem parte do cotidiano da diretoria da ocupação Vila Maria, de acordo com o que apresento no capítulo oitavo. Penso que a relutância dos moradores da Cidade Nova em contribuir para a associação deve ser inserida nesse contexto mais amplo.

conhecido e desacreditado em muitos dos depoimentos que colhi na região.[364] Para uma de minhas entrevistadas, "ele inventa muito, então o pessoal não pegou a direção, a gestão dele. O povo começou a desacreditar, sabe?" A falta de lideranças dotadas de consideração e legitimidade ajuda a entender por que Julio seguiu desempenhando papéis importantes, mesmo quando não mais fazia parte da diretoria da associação. Ele próprio reproduziu uma reclamação frequente trocada entre moradores em meio a tentativas de se

[364] Com discursos ostensivos e digressivos quanto a seu papel de protagonista na construção das comunidades, Manoel da Cruz marcou presença em alguns eventos e reuniões dos quais participei, citando fatos e conquistas que não correspondiam ao que outros moradores antigos relatavam. Tempos depois de dirigir a associação de moradores da Cidade Nova, ele foi eleito como suplente na chapa da vereadora Havanir Nimtz (Prona), em 2000. Atuou como vereador entre 18/03/2003 e 31/12/2004, de acordo com informações obtidas junto à Câmara Municipal de São Paulo. Vários depoimentos sublinham que, uma vez político, Manoel da Cruz deixou de atender os bairros locais e mudou-se para a Vila Maria Alta, o que foi interpretado como desdém. Retornou anos depois, e desde então continua tentando atuar como político e articulador na região. De acordo com um morador, "quando ele virou político ele saiu da comunidade, ele foi morar lá no morro, ficou dando uma de grã-fino. Pessoal pegou um nojo dele assim. Ninguém aguenta, ninguém suporta, fala com ele e sai correndo." Uma lista de projetos de lei propostos por Manuel da Cruz parece envolver uma diversidade de questões sem relação evidente com benfeitorias para a região (ref. 2003-ANO).

articularem: "'Quem sabe das coisas aqui é seu Júlio, vocês são peixinhos, não sabem de nada, não fizeram nada, agora querem se crescer.'"[365]

Como se vê, mais do que sustentáculos das associações, as lideranças são componentes fundamentais da articulação coletiva, o que se mostra nas lamentações sobre sua ausência. No início de 2017, um morador da Cidade Nova elogiava as mudanças políticas promovidas pelo recém-empossado governador João Doria, em 2018, mas observou que o bairro só poderia obter benefícios se contasse com "um cabeça" que soubesse "reivindicar as coisas" junto ao governo. Outras expressões falam da necessidade de um "braço firme", de um "pulso firme" ou "mão forte" para cuidar da organização de espaços coletivos na Vila Nova Tietê. "Para reerguer a comunidade hoje em dia precisava ter alguém de confiança, muita confiança, mas hoje você não pode confiar em ninguém", disse uma moradora desta última favela. Haveria também uma falta de união entre os que se propõem a frequentar conselhos participativos e reivindicar melhorias urbanas, a julgar pelo que notou Lígia Reis numa conversa, em fevereiro de 2018. A funcionária da Sabesp, com longa atuação e envolvimento na região, lamentou o comportamento de um morador da Cidade Nova que acabara de se despedir de nós no momento mesmo da conversa, alegando não poder comparecer à reunião do programa Córrego Limpo, para a qual estávamos indo depois de uma visita ao bairro. "Cada um só quer cuidar do seu pedaço", disse uma colega de Lígia que nos acompanhava. Moradores que dialogavam com elas seriam como "cachorrinhos", "cada um fica na sua área e não quer saber das outras". Lígia disse ainda que eles não sabiam a força que possuíam, e que se conseguissem se juntar poderiam obter muitas conquistas. Segundo ela, para os políticos que chegam ali isso seria

---

[365] "'Às vezes eu penso de ir ali [na Cidade Nova] e demoro de ir, porque eu vivo cercado… 'tem que voltar', 'você tem que vim pra cá', 'você tem que ajudar'", reproduz Julio, que então responde: "'eu não tenho que fazer mais nada gente, tá na mão de vocês a ferramenta, passa um zap na prefeitura, a prefeitura atende, chama o jornal, através do zap, mostre a poça d'água, o esgoto entupido. … passou o zap, vai para o mundo todo." Julio quis dizer que a facilidade de comunicação dos dias atuais diminuiu a importância da mobilização política do conjunto dos moradores. Vale a pena contrastar essa reflexão com o papel decisivo desempenhado pelos telefones públicos (orelhões) nos anos 1980, de acordo com relatos de Carminha. Ela era chamada com frequência para atender telefonemas de órgãos públicos e outros agentes envolvidos na realização de benfeitorias no bairro. Era comum que duas crianças se mobilizassem na efetivação o contato: uma corria para chamar Carminha, outra se mantinha junto ao orelhão, para evitar a interrupção da ligação por desavisados. O relato faz imaginar uma série de interações e circulações que ancoravam as atividades políticas no contexto da vizinhança, à diferença do que ocorre hoje. No entanto, como já observei, a concentração da pobreza é uma marca da forma de vida ocupação e não deixa de fornecer incentivos a articulações entre as pessoas, no passado e presente.

uma maravilha, porque "pegam o voto e somem". O certo, continua, seria eleger gente das comunidades, mas ninguém se habilitaria.[366]

Diante dessas formulações, é possível afirmar que nas reflexões feitas sobre a desarticulação política de suas comunidades, as pessoas atribuem um papel tão central a lideranças, que fazem pensar que o nível de engajamento coletivo não dependeria tanto da participação do conjunto dos moradores ou da força das associações e sim de poucas pessoas dotadas de legitimidade e dispostas a se engajarem na obtenção de conquistas.

Para além dos fatores de desmobilização elencados até o momento, podemos pensar em causas específicas que inibem o surgimento de novas lideranças. Em primeiro lugar, ainda que um morador deseje atuar em prol de uma coletividade, precisa dispor de tempo e recursos para tanto. O emprego se tornou impeditivo para Ataíde, morador da Cidade Nova há mais de 35 anos, com quem conversei em 2018. Por quatro anos consecutivos ele vinha organizando festas de Dia das Crianças no bairro, inclusive obtendo doações de brinquedos por parte de empresários que começaram seus negócios na região e se sentiam "agradecidos". Por ter organizado essas festas, Ataíde adquiriu notoriedade e foi procurado algumas vezes por moradores interessados em montar uma nova associação. Contou-me, porém, que era "encarregado" de uma metalúrgica local, precisava coordenar atividades de vários funcionários e ao chegar em casa só tinha tempo de tomar banho e dormir.

Elisieux sintetiza: uma das razões para o enfraquecimento das comunidades é a falta de gente que se predisponha a "ir nos lugares sem ganhar nada, como voluntário. É difícil conseguir gente assim". O próprio Julio assinalou que "perdeu um bocado de tempo" como líder comunitário, e que "depois não teve resultado" (referindo-se à esfera pessoal e familiar). Mesmo assim, lembremos que Julio atuou por muitos anos como liderança comunitária, isso também porque nos anos 1980 contava com um emprego formal como "administrador de obra na favela"; posteriormente conseguiu se aposentar

---

[366] João Coin de Carvalho e Conrado Ramos evocam a imagem de um "percurso labiríntico" para compreender o processo de formação e atuação de lideranças do presente e do passado nas favelas Cidade Nova, Vila Nova Tietê e São João. Há "líderes que somem, outros expulsos, os que se apossam, os que se acomodam e os que desistem", entre outros. "As lideranças se repõem cotidianamente. Sua legitimidade é difusa, sua representatividade é incerta. Este também é um lugar movediço, em transformação, assim como a paisagem, a arquitetura, a população. As lideranças … atendem mais às necessidades imediatas de sobrevivência … do que a projetos racionalmente construídos. Por isso são diversas lideranças e de diversos tipos. Todas são possíveis na malha dispersa das relações cotidianas. Não há centralização, há dispersão — e às vezes fragmentação — assim como a própria estrutura da favela … Labirinto espacial, humano e de relações." (CARVALHO, RAMOS, 2008, p. 178)

com um salário-mínimo pagando a previdência com recursos próprios. Em suas palavras: "o pouco que eu trabalhava por fora, arrumava um servicinho de pedreiro, trabalhava duas, três horas, eu pagava meu INPS". Isso nos leva a reafirmar que o processo que conduz certos moradores a adquirirem posição de destaque como lideranças se explica, em parte, pela falta de tempo e de recursos da maioria. Quer dizer: razões de emprego e subsistência individual se sobrepõem a interesses coletivos.

Outro fator a inibir o surgimento de lideranças tem a ver com a diminuição da segregação urbana — com a melhoria do serviço de transportes públicos e o englobamento da Vila Maria pela expansão metropolitana — e com a ampliação de oportunidades de trabalho e estudos fora da região. Assim, ao lado da falta de recursos disponíveis para o trabalho de lideranças e associações, existem incentivos para que as pessoas se dediquem a outros tipos de ocupações. Como observou Elisieux, "eu acho que as pessoas foram estudando, foram arrumando outros empregos, foram saindo mais da comunidade, né? E daí as pessoas foram crescendo e foi morrendo aquele espírito de lutar, sabe?".

Nesse contexto, alguns antigos moradores trilharam carreiras que garantem a sua subsistência e trazem benefícios para as comunidades, mesmo que eles tenham se afastado do papel tradicionalmente atribuído a lideranças. Para Elisieux, "cada um da comunidade tem uma linha, né? Que nem, eu fui parar na educação", cuidando de jovens e crianças da EMEF Paulo Carneiro e do CEI Cidade Nova. Também Antelmo e o próprio Julio "tinham relações com políticos". José de Arimatéia, que nos anos 1990 foi presidente da associação, por sua vez, tornou-se funcionário público da Administração Regional. João Mário e Ferreirinha, de seu lado, buscam atuar como formadores e articuladores por meio de atividades de cunho artístico e cultural, enquanto Neide Nunes e Lúcia Gervásio dedicam-se a atividades de cunho social na vizinhança e a família Trindade atua nas atividades esportivas por meio da ONG Projeto Elias.

O processo de canalização de energias para a realização de atividades específicas não tem a ver apenas com a busca do próprio sustento, mas segue a tendência de especialização que afetou também os católicos e os evangélicos, como já observei. Professores da rede pública "só querem ensinar", como disse Eliaquin, lembrando que, no seu tempo, educadores da Cidade Nova se envolviam afetivamente com os alunos, chegando mesmo a ir à casa dos que faltavam às aulas para saber se estavam bem.

5.4. Perda de espaços comunitários

Responsáveis pela gestão do CCA Cidade Nova desde o início dos anos 1990, as Irmãs não se dedicavam exclusivamente a questões administrativas e burocráticas porque, conforme ouvi, tinham como foco as práticas religiosas e as relações diretas com os fiéis. De acordo com os relatos, a presença das Irmãs no CCA começou a se enfraquecer em 2004, face à crise financeira deflagrada principalmente por aumentos de salário dos funcionários. Uma irmã que dirigia o equipamento na época foi obrigada e realizar uma demissão em massa e a contratar novos profissionais pela metade dos salários anteriores. Mesmo assim, afirma uma moradora, não foi possível reverter a crise, e anos depois a Igreja teve que entregar o CCA à prefeitura, financiadora das atividades.

A gestão do CCA passa à Casa Dom Macário, entidade de assistência social sem fins lucrativos, com sede na Vila Maria Baixa, em 2013.[367] A atuação em favelas era uma novidade para esta organização e ninguém na área a conhecia; ela possuía costumes e pedagogia diferentes das até então vigentes e tornou-se necessário que os aspectos administrativos e pedagógicos do CCA passassem pelo crivo da Dom Macário. Disso seguiu-se um processo de ampliação de controles e registros de gestão, financeiros e de utilização dos espaços que terminou de converter aquele que era o principal local de reunião dos moradores em um local institucional propriamente dito, submetido a determinadas regras e dedicado a atividades específicas.

Tal processo de especialização institucional pode ser colocado ao lado de outro, relativo à trajetória pessoal e profissional de Lúcia Pontes, gerente do CCA Cidade Nova. Lúcia veio ainda criança do Paraná para São Paul, morando muitos anos na comunidade das Casinhas, ao lado da Avenida Tenente Amaro Felicíssimo da Silveira. Participou de atividades religiosas promovidas pelas Irmãs Vicentinas e, quando jovem, chegou a pensar em ser freira. Começou a trabalhar no CCA em 1992, dois anos depois que as Irmãs assumiram a gestão do equipamento. Atendeu diretamente as crianças como orientadora

---

[367] A Casa Dom Macário foi fundada por um eclesiástico alemão em 1959 e tem como mantenedora a Fundação Lar de São Bento. Trata-se de uma organização não governamental (ONG) sem fins lucrativos, que realiza parcerias com instituições públicas e privadas. A instituição conta com instalações maiores e mais antigas na Vila Maria Baixa. Hoje administra três CCAs (CCA Dom Macário, CCA Cidade Nova, CCA Curuçá, atendendo crianças entre 6 e 15 anos), um CJ (Centro da Juventude, único da região, que atende jovens a partir de 15 anos oferecendo cursos de informática, inglês, artes visuais etc.) e CEDESP (cursos profissionalizantes para maiores de 15 anos: cozinha industrial, cabeleireiro etc.). Mais detalhes em <http://www.casadommacario.org.br/>. Acesso em: abr. 2019.

socioeducativa, atuando também como secretária e assistente técnica da mesma instituição. Em 2013, quando a Dom Macário assumiu o órgão, foi admitida como gerente. Lúcia sobreviveu ao episódio de demissões em 2004 por estar grávida e por ter aceitado a redução de salários, uma vez que "gostava muito do trabalho". Em 2011 quando foi estabelecida uma parceria com a Uninove, ela e outras funcionárias aproveitaram os descontos de 30% oferecidos pela universidade para buscarem formação como pedagogas. Foi a condição de universitária que lhe permitiu preencher pré-requisitos para assumir o cargo de gerente. Lúcia trilhou, assim, um caminho de especialização paralelo ao da instituição na qual atua.

Vejamos agora, mais pormenorizadamente, como se deu o processo de fechamento espacial do CCA. Nos anos 1980 o acesso ao local era praticamente livre. Junto à calçada havia apenas uma mureta com cerca de um metro de altura, facilmente transponível. Um morador, criança nos anos 1980, lembrou-se de pular frequentemente a mureta com um amigo sempre que ouviam carros de polícia se aproximando, movidos por um misto de medo e diversão. Os anos 1990, por sua vez, foram marcados pelo recrudescimento do tráfico de drogas nas favelas da região e por episódios de violência envolvendo acertos de contas, rivalidade entre facções, conflitos com a polícia (até que o PCC se constituísse como força moderadora e reguladora das atividades criminosas, em meados dos anos 2000). Nesse contexto, a altura do muro foi ampliada, mas mesmo assim jovens entravam no espaço do CCA para usar a quadra de esporte, trazendo consigo drogas e armas. De acordo com uma das falas de moradores, as Irmãs que atuavam na época "foram domando os meninos": conseguiram evitar que usassem drogas no local, e uma eclesiástica com "pulso muito firme" conseguiu fazer com que não pulassem o muro para usar a quadra em finais de semana. Outro relato observa que foi graças à habilidade das irmãs que o Osem pôde ser fechado: "fechou porque teve condições de fechar", já que "tudo é relacionamento".

Interessante observar que o fechamento de espaço, aqui, não aparece como medida impositiva, mas como resultado de uma negociação que envolveu a presença de pessoas com poder de persuasão, e isso contrasta com falas atuais, que apontam, como mencionei

anteriormente, para a falta de pessoas com "braço forte" ou "mão forte" nas comunidades atuais.[368]

Quando o CCA já se encontrava sob a administração da Dom Macário, ocorreram dois assassinatos nas imediações e a altura do muro foi ampliada. No primeiro caso, um segurança do CCA foi morto a tiros por um motoqueiro de passagem pela rua Nossa Senhora Aparecida. As razões do crime nunca foram descobertas. Um segundo episódio de violência faz parte de uma cadeia de retaliações também pouco elucidadas. Os relatos aludem a um homem que lavava o próprio carro na rua quando foi morto por um grupo de "rapazes" irritados por terem sido molhados pelo jato de água. Tempos depois, durante uma das tradicionais festas juninas do CCA, os rapazes tentaram escapar de uma tentativa de vingança, refugiando-se, armados, na sala de computação do CCA. As pessoas ficaram desesperadas, o conflito migrou para a rua, onde ocorreu uma troca de tiros que levou à morte do parente de uma das funcionárias do CCA. Um dos rapazes, ferido, foi colocado no carro por um amigo que pretendia levá-lo ao hospital, mas os "retaliadores" voltaram e o alvejaram novamente. O rapaz finalmente morreu e o amigo foi atingido no quadril por uma "bala achada" (na expressão irônica de um relato) e passou a ter problemas de locomoção. Um dos assassinos foi preso e, anos depois, regressou ao bairro, onde também foi morto numa esquina das proximidades.

Uma funcionária do CCA observou que, após a perseguição ocorrida no interior do espaço institucional, a frequência às festas juninas diminuiu. O muro foi elevado para seis metros de altura numa rua com largura equivalente e, durante as primeiras visitas que fiz ao local, isso me causava estranhamento, embora não parecesse incomodar os moradores. As críticas que faziam estavam direcionadas não ao fechamento espacial, mas ao fechamento institucional do equipamento, ou seja, diziam respeito à dificuldade deles de usarem um local ainda hoje visto como pertencente à comunidade. Mas é preciso observar que o CCA continua acolhendo uma série de atividades e públicos externos; antes de assumir a gestão do CDC, o Projeto Elias ministrava aulas de futebol na quadra do equipamento; a EMEF Paulo Carneiro e o CEI Cidade Nova costumam usar o auditório para festas de encerramento de ano e outros eventos pontuais. Além disso, por muitos anos o CCA disponibilizou salas de aula no período noturno para o programa de Ensino

---

[368] Outra mudança significativa de espaço ocorrida no período em que as Irmãs Vicentinas estiveram à frente do Osem foi a construção de um anexo do CCA entre 1997 e 2000 (deduzo a data pela observação das fotos aéreas) por meio da aquisição de uma faixa de terreno vizinha, onde até então funcionava uma transportadora no que restou do terreno que havia sido reivindicado pela empresa Skill nos anos 1980. O Osem ganhou uma quadra e um pátio coberto sob um auditório. A construção, em estrutura metálica, foi paga pela Ordem São Vicente de Paulo, que não obteve ressarcimento pelos investimentos realizados quando as irmãs vicentinas entregaram o equipamento ao município.

de Jovens e Adultos (EJA), e diversas reuniões entre técnicos do governo e população ocorrem em suas dependências. Mas é verdade que, na maior parte do tempo, o local permanece fechado e direcionado exclusivamente ao atendimento das crianças inscritas.

Destaco a crítica mais eloquente feita a este respeito:

> "Todo mundo sabe que o espaço é nosso, que a gente tem direito a entrar e sair a hora que a gente quiser, mas não funciona bem assim. Na verdade, aqui na comunidade a gente não tem nenhum espaço. Quando era uma coisa assumida pelas irmãs, a gente tinha o direito de usar para tudo. … Nossas crianças são criadas trancadas ou no meio da rua - literalmente na rua, junto com todo o movimento da rua, com carro, bicicleta, moto, com tudo - porque nós não temos uma área para brincar, uma área de lazer, não tem uma praça. … Eu não entendo, um espaço que é público e fica trancado, se não tem nenhum espaço para as pessoas usarem para brincar. Nossas crianças não têm lugar - elas não sabem brincar."[369]

A demolição da "casinha" citada no início deste tópico representou outra forma de fazer prevalecer a lógica institucional sobre a comunitária, mas ela nos ajuda a reconhecer também que, do lado dos moradores, não havia iniciativas que justificassem decisão diferente. Como disse uma das funcionárias do CCA, "a casinha não estava servindo para nada, só estava pegando espaço ali, estava caindo", e depois de demolida "deixou uma área maior para as crianças explorarem" (os documentos da antiga associação foram armazenados num armário, no depósito da instituição). De qualquer forma, podemos ver o privilégio de uma prestação de serviço específica sobre um envolvimento múltiplo e amplo dos moradores locais. Sinal claro dessa transformação está na relutância que percebi entre os gestores do equipamento em divulgar algumas das citadas reuniões que

---

[369] Outros relatos sugerem que, para além das crianças, os idosos e as atividades culturais e artísticas também são especialmente afetados pela falta de espaços comunitários de encontro. Sem dúvida, locais que abrigam uma multiplicidade de usos e públicos (como os que existiram no passado da Cidade Nova) beneficiam particularmente o campo da cultura e da arte, uma vez que estamos diante de atividades sistematicamente relegadas a um segundo plano pelas políticas públicas, e que raramente conquistam espaços próprios de funcionamento. Nesse sentido, vale citar as dificuldades enfrentadas pelo coletivo Miarcas para desenvolver eventos no espaço emprestado do salão da igreja São José Operário, bem como as migrações sucessivas dos locais de encontro do coletivo Vopo, passando por salas da EMEF Paulo Carneiro, da sede do Projeto Elias e da igreja São José Operário. As instabilidades causadas pela necessidade de emprestar ou alugar espaços foram citadas por Ferreirinha como justificativa para os esforços que dedicou para construir a Casa de Capoeira Angola Novo Mundo, numa ocupação interna ao conjunto habitacional Cingapura Novo Mundo.

ocorreriam no auditório do CCA com técnicos do poder público, atitude justificada pelo receio de que as funcionárias do equipamento fossem confundidas pela população como responsáveis por decisões que seriam tomadas nestes encontros.

Concluo retornando à ideia de que a desmobilização envolve dimensões que oscilam e evoluem em ritmos diferentes, o que ajuda a questionar a imagem de um processo único, coeso e sempre declinante. Tanto assim que nas comunidades mais intensamente mobilizadas, tratadas em outros capítulos da tese, encontrei algumas das dificuldades aqui elencadas, especialmente as relacionadas à manutenção das lideranças e ao envolvimento do conjunto dos moradores nas iniciativas de suas associações.

Capítulo 6: Conquistas

Fig. 6.a - Verticalização das construções numa travessa da Avenida Ernesto Augusto Lopes. Data: 24 fev. 2018. Foto do autor.

Fig. 6.b - Moradias ampliadas sobre o espaço de circulação e com o térreo elevado para evitar enchentes na Rua Paraíso, na Vila Nova Tietê. Data: 24 fev. 2018. Foto do autor.

Fig. 6.c - Obras paralisadas do CEU Novo Mundo. Data: 13 dez. 2016. Foto do autor.

Como pudemos observar nos capítulos anteriores, as favelas Cidade Nova e Área Quatro estão submetidas a fortes dinâmicas da terra de ninguém e a um processo avançado de desarticulação comunitária. A discussão a seguir mostra que, mesmo nesse cenário de declínios, as pessoas continuam empreendendo uma série de ações para ampliar e consolidar moradias e obter acesso a infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos. As iniciativas não são realizadas por lideranças, coletividades ou associações e sim por pessoas, famílias e grupos constituídos circunstancialmente em torno de objetivos momentâneos e específicos. Ainda que tais formas de ação conduzam a benefícios limitados e nem sempre compartilháveis, isto contraria o pressuposto de que a obtenção de conquistas depende necessariamente de comunidades intensamente engajadas ou de mobilizações coletivas de grande escala. As dinâmicas políticas e espaciais que apresento a seguir estão particularmente adaptadas às adversidades que vim apontando e sugerem paralelos com conquistas obtidas nas situações politicamente mais favoráveis das outras partes da tese.

6.1. Moradia e renda de aluguel

> "Minha mãe fala que a nossa casa nunca vai terminar porque, é assim, você faz um cômodo quando você pode, compra material e faz um pedaço. Aí para porque o dinheiro não dá. Aí, quando pode de novo, compra mais um pouquinho e faz outro pedaço. Aí, quando pode, põe o piso, aí demora mil e ano tu pinta a parede, mais mil e ano põe o telhado, entendeu? Parece que não tem fim, assim, entendeu? Aí o filho casa, não pode pagar aluguel, volta para dentro de casa, faz mais um pedaço, entendeu? Aí a pessoa fica velha, a escada já não tá adequada, ajeita a escada. É assim… é tudo muito devagar."

Este relato de Elisieux representa uma forma recorrente de explicar o processo de ampliação paulatina das moradias em função da escassez de recursos das famílias. Podemos ver que a casa é uma conquista obtida aos poucos e que "nunca termina",

inserindo-se numa temporalidade do presente espesso que vai se desenrolando à medida que precisa se adaptar a mudanças nas condições de vida e na composição familiar.[370]

As mesmas transformações vistas como lentas e paulatinas no âmbito da família e da moradia individual foram, por vezes, avaliadas como rápidas diante da paisagem urbana do bairro nas últimas décadas. O aspecto distintivo dessa mudança é o aumento do número de andares das construções e alguns depoimentos sugerem que o processo ganhou força na virada do milênio.[371] Tal crescimento pode ser compreendido por meio da lógica da terra de ninguém, já que estamos tratando de dinâmicas não reguladas ou contidas por forças ou poderes externos, e que tendem a se expandir a ponto de provocar uma congestão dos lugares, infraestruturas e recursos disponíveis. A razão para tal expansão reside em dois fatores principais: o crescimento das famílias e o aumento do aluguel de moradias.

Uma fala de Julio está entre diversas outras que associam a ampliação da casa à necessidade de abrigar familiares, especialmente filhos que se casam:

> "Minha filha casou, eu precisei fazer uma casinha em cima para ela. A outra veio e casou, aí eu emendei na outra e fiz duas em cima da minha laje. O outro casou, eu fiz uma casa. A outra casou, fiz a outra casa. Aí fui obrigado, a mesma coisa que a gente fez, outros que não tem a casa, quem casou foi embora, aluga a casa."

O relato mostra que à medida que os familiares se mudam, os espaços deixados vagos podem ser alugados a terceiros. Para muitos, o aluguel de cômodos passou a ser uma fonte importante de acumulação de recursos e complementação da renda. Nesse sentido, representa outro tipo de conquista que ajuda a enfrentar o desemprego, a impossibilidade de trabalhar na terceira idade, entre outras dificuldades. A renda de aluguel é uma das únicas formas de proteção num contexto em que direitos sociais não estão assegurados por políticas públicas. Isso fica claro numa interação que tive, certa vez,

---

[370] Caldeira chama de urbanização periférica contextos que "estão sempre em construção" e envolvem uma "temporalidade distintiva", onde "casas e vizinhanças crescem aos poucos, em processos de longo prazo marcados pela incompletude e melhorias contínuas realizadas pelos próprios moradores. A urbanização periférica não envolve espaços já prontos, que podem ser consumidos como produtos acabados antes mesmo de serem ocupados. Pelo contrário, envolvem espaços que nunca estão propriamente terminados e estão sempre sendo alterados, expandidos e trabalhados."(Caldeira:2017, p.5)

[371] De acordo com Julio, "aquele crescimento de andar foi de 2000 para cá", mas não pude apurar ao certo como se deu o ritmo desse processo. Pela impressão que os registros fotográficos das ruas no *Google Street View* transmitem, diria que por volta de 2010 (no início da série histórica) as construções tinham em média dois andares, e, depois uma década, três.

com Cosmo e Severino, dois idosos da Cidade Nova. Severino estava de passagem e falou ao amigo das dificuldades enfrentadas para "acertar a papelada" da aposentadoria exigida pelo INSS. A advogada que o assessorava estaria "enrolando" e funcionários públicos exigiam comprovações que não faziam sentido, já que ele havia trabalhado mais do que o necessário para obter o benefício. "Perdi a paciência" e "tive que dar um chilique para a coisa sair", disse ele. Quando se afastou, Cosmo observou que, no seu caso, a renda viria do aluguel, inclusive por não ter mais do que dez anos de trabalho "com registro", embora tivesse se dedicado por muito tempo a diversas atividades. Ele pretendia somar o aluguel que estava recebendo de uma igreja evangélica instalada no térreo de sua casa com o de seus próprios aposentos para então passar a velhice no Nordeste, onde possuía parentes e arcaria com um custo de vida baixo. Na ocasião de nossa conversa, as famílias de três de seus filhos ocupavam os andares superiores de uma mesma construção.

Não posso afirmar quando o aluguel de espaços se tornou uma prática disseminada na região. Sem especificar datas, Elisieux lembrou que antigamente achava "estranha" a prática de vender ou alugar a própria casa, mas depois "acabou se acostumando". A estimativa de que o aumento de andares ganhou força há vinte anos sugere que o aluguel se acelerou na medida em que os espaços foram ficando vagos. Isso não ajuda a determinar a época em que construções passaram a ser feitas diretamente para serem alugadas. De qualquer forma podemos pensar que tal tendência existia já nos anos 1990, mesmo que de modo embrionário (ao menos um relato aponta que o aluguel era prática

comum naquela década, na favela Marconi[372]). Outras falas levam a crer que, mesmo em proporções reduzidas, o aluguel de moradias sempre existiu na região.[373]

A ampliação das construções não permitiu que as pessoas morassem em espaços mais amplos e melhores. Ao contrário, podemos falar de uma multiplicação de casas de pequeno porte convivendo numa mesma construção; evidência disso é a grande quantidade de relógios de luz instalados nas entradas de diversas edificações. Antes de mais nada, nota-se um efeito congestivo que incide sobre espaços coletivos: uma quantidade crescente de pessoas passa a ocupar as mesmas ruas e praças, onde a área disponível para o convívio humano foi reduzida pela presença de escadas de acesso, avanços das moradias e sobretudo veículos (como mostrei no quarto capítulo).

Dentro das casas, os espaços privados ou familiares também estão marcados pelo signo da escassez e foram frequentemente vistos como "apertados" e "pequenos". Nas casas de maior porte que conheci, boa parte da área interna servia para acomodar e

---

[372] No oitavo capítulo, menciono uma ocupação ocorrida em fins dos anos 1990, envolvendo cerca de 150 famílias que não tiveram como retornar à favela Marconi "porque já tinham entregado os cômodos" que alugavam — de acordo com Nilda, liderança responsável pela ocupação. Ela lembrou ainda que, para promover uma desocupação pacífica, a prefeitura pagou cerca de cinco mil reais a cada família. A quantia permitiu que muitas delas comprassem moradias próprias na favela de onde haviam saído. "Naquela época era baratinho", observou. No âmbito brasileiro, Nelson Baltrusis (2005b, p. 8) e Pedro Abramo (2009, p. 36) sugerem que o aluguel cresceu sobretudo a partir dos anos 1990 em favelas de grandes cidades brasileiras. É possível pensar que o aumento de demanda por moradia na região deriva de fatores como: (1) as políticas de combate à pobreza do período Lula na presidência; (2) a ampliação da acessibilidade local, com a chegada de linhas de ônibus e de infraestruturas de transporte, e mais recentemente com a construção do Rodoanel (relatório do Observatório de Remoções sugere que esta última obra elevou o preço da terra em toda a Zona Norte da cidade: ROLNIK; LEITÃO; COMARU; DULCE, 2017, p. 25-32); (3) a ampliação do auxílio-aluguel, programa da Secretaria Municipal de Habitação que fornece recursos para famílias em situação de vulnerabilidade social ou que foram objeto de remoções (ocasionadas por obras como a do Rodoanel). Nas favelas da região, algumas falas indicaram muitas famílias recebendo o auxílio-aluguel. A hipótese de que este auxílio está por trás do adensamento e verticalização de favelas paulistanas foi indicada por Victor Iacovini numa palestra ministrada no curso *Dimensões do Intervir em Favelas: desafios e perspectivas*, promovido em março de 2018 pelo Coletivo Lablaje, no Instituto Pólis. A discussão sugeriu que o benefício pode estar incentivando a construção de cômodos para alugar, além de "inflacionar" os preços dos já existentes.

[373] Conforme a discussão do terceiro capítulo.

articular arranjos familiares ampliados, o que significa que os quartos são prioridade sobre espaços de convívio como salas e cozinhas (a escassez de espaços de uso comum parece replicar-se no interior das moradias). Penso aqui especificamente em Caroline, que acomodava filhos, netos e bisnetos numa casa com térreo e dois andares na Área Quatro. Os andares abrigavam três quartos cada um; de resto, a casa contava com uma pequena cozinha ("meu escritório particular", afirmou ela) e o espaço reduzido de sala que ainda existia no térreo estava prestes a dar lugar a uma segunda vaga para automóvel. Como resultado, familiares que moravam na mesma casa muitas vezes não se encontravam: "tem dia que você fica aqui na sala e não vê ninguém; de repente de tudo quanto é lugar sai gente". Caroline não estava se lamentando, mas justificando preferências: "quero saber se tem espaço para todo mundo, se todo mundo tem seu espacinho para chegar cansado do serviço e poder ficar tranquilo no seu cantinho. Não depende de esperar com ninguém, não é? Porque tem canto que um, para poder dormir, o outro tem que deitar para poder caber todo mundo, não é?" Mesmo o cachorro da família foi alocado em lugar específico na laje de cobertura, já que, como explicou Caroline, "cachorro é cachorro e gente é gente". Como algo necessário e escasso, espaços privados parecem estabelecer frequentes relações de tensão com espaços de uso coletivo, dentro e fora das casas.[374]

Nas moradias de menor porte, a configuração frequentemente indicada era a de "dois cômodos" (além do banheiro): primeiro, um espaço com funções de sala e cozinha, com bancada e mesa de jantar, por vezes sofá e estantes; outro espaço usado predominantemente como dormitório, mas que pode conter também uma televisão. Tal configuração parece ser especialmente comum em casas alugadas, trazendo dificuldades para quem as ocupa. De acordo com uma das falas, "não são moradias adequadas para viver: não têm lavanderia nem quintal".

Não se pode afirmar que espaços assim reduzidos sejam novidade na região, mas cabe perguntar por que eles se replicaram como tais quando as moradias foram construídas ou adaptadas para serem alugadas. Sem dúvida, o espaço é um recurso escasso e difícil de ser construído, mas o relato de Januário leva a pensar que as moradias se mantiveram pequenas porque os valores de aluguel não poderiam se elevar proporcionalmente. De acordo com ele o preço do aluguel não costuma ser superior a seiscentos ou setecentos reais e os proprietários que excedem este valor correm o risco de tornarem-se "mal-vistos" por inquilinos e vizinhos. Temos assim a construção social do

---

[374] No bairro Casavalle em Montevidéu, Eduardo Pedrosián associa o aumento de compartimentações internas entre moradias e ambientes internos à falta de espaço para a ampliação e expansão horizontal dos bairros. Tais compartimentações levavam as pessoas a reavaliarem as distâncias aceitáveis que estabeleciam entre si no cotidiano (PEDROSIAN, 2013, p.92-95).

preço num mercado não regulado exclusivamente por leis de oferta e demanda.[375] Ainda de acordo com Januário, uma vez que o preço não pode variar muito, quem pretende construir para alugar ou adaptar espaços existentes para o mesmo fim procura "ganhar na quantidade", configurando várias moradias pequenas ao invés de poucas e grandes. A reprodução deste modelo na escala do bairro aumenta o efeito de congestão dos espaços e o adensamento populacional. Outro desdobramento desse processo é que construções profundas ou de maior porte tendem a ser subdivididas em cômodos com más condições de salubridade, distantes de janelas e outras aberturas. Assim, a necessidade de acomodar familiares numa mesma estrutura, bem como a baixa elasticidade do valor de aluguel ajudam a explicar o tamanho reduzido das moradias e as más condições de habitabilidade.

Outra razão para a baixa variação nos preços de aluguel certamente tem a ver com a incapacidade dos inquilinos arcarem com despesas superiores. Se os espaços alugados foram apontados como inadequados por alguns de meus interlocutores, a reclamação da grande maioria se referia ao preço dos aluguéis. As dificuldades com aluguel são sentidas por muitos e quase todas as pessoas com quem conversei sobre o assunto reafirmaram a impressão de que hoje a maior parte dos moradores da Cidade Nova e Área Quatro é de inquilinos.[376] De acordo com Julio, "hoje [março de 2018] o aluguel mais baratinho que você vai achar é quinhentos reais por dois cômodos. … Aí vem água e luz num preço danado. No mínimo esses dois vai jogar para setecentos, setecentos e cinquenta. Você ganha um salário e meio. … Como é que vai pagar?" As observações de Lúcia Gervásio seguem no mesmo sentido, considerando que o aluguel hoje é "super caro", começando na faixa dos quinhentos reais. "Como pagar esse aluguel se o salário-mínimo é oitocentos?", perguntou ela. Seu filho havia morado em "dois cômodos" na favela Marconi pagando um aluguel de seiscentos e cinquenta reais e mesmo assim não dispunha de lavanderia ou

---

[375] Sintetizando resultados de uma pesquisa sobre compra e venda de imóveis em favelas de oito cidades brasileiras, Pedro Abramo sugere que os mercados não devem ser vistos simplesmente como concorrenciais, onde "a oferta se moveria segundo as flutuações da demanda e/ou que as flutuações da demanda alterariam os preços relativos … a oferta no mercado de comercialização é relativamente inelástica e, sobretudo, racionada. Também sugerimos que os preços desse submercado apresentam certa rigidez em relação a uma eventual queda de valores monetários (em termos reais)." (ABRAMO, 2009, p. 44-5) Parece possível dizer o mesmo para o mercado de aluguel de moradias nas favelas da Vila Maria.

[376] No início de 2017, questionários aplicados aos pais de alunos do CEI Cidade Nova apontaram que 46% dos respondentes moravam em casa própria, 39% pagava aluguel, 11% morava de favor em espaços emprestados e 4% vivia em ocupações — de acordo com o que consta no "Projeto Político Pedagógico" anual elaborado pela instituição. O texto aventa que a quantidade de famílias em ocupações era muito maior e estava embutida entre as que afirmavam morar em casa própria.

quintal. Afirmações do descompasso entre renda e aluguel foram frequentes também entre os moradores da região que haviam se mudado para a ocupação Douglas Rodrigues e diziam estar aliviados com a redução das despesas. Um caso dramático foi relatado por Lúcia Gervásio, e refere-se a uma família de bolivianos cujo marido "trocou a esposa por uma moça novinha". A esposa precisou alimentar três filhos sozinha e pagar o aluguel de quinhentos e cinquenta reais por um cômodo na rua Boa Esperança. "Costurava dia e noite" e mesmo assim "não dava conta das despesas". A família se beneficiou de um programa de distribuição de cestas básicas promovido pela igreja São José Operário (do qual Lúcia era uma das organizadoras), mesmo assim precisou se mudar para um barraco na ocupação Douglas Rodrigues para se livrar das despesas com aluguel.

A conversão da moradia em mercadoria foi objeto de uma série de ponderações por parte de meus interlocutores. "Eu acho errado", disse Lúcia Gervásio, "porque aqui foi um lugar que ninguém comprou, foi doado pela prefeitura". Para Elisieux, "a ideia não era essa… era para cada um ter uma casa só." Boa parte destes desconfortos, porém, compreende que a maioria dos proprietários também está "precisando do dinheiro", a exemplo da situação de Cosmo, citada anteriormente. Mesmo afirmando que o aluguel é "proibido" porque "o terreno é da prefeitura", Julio explicou que boa parte dos que alugam querem "completar o salário-mínimo, que é uma miséria… justamente é o aposentado, é a pensionista quem aluga a casinha para dividir."[377] Nas palavras sintéticas de Ferreirinha, "aluguel é estratégia de sobrevivência" dos pobres, que aprendem a tirar proveito de tudo que aparece. "A sociedade dá uma migalha e o pobre faz o que pode com ela", refletiu meu interlocutor.

Outro tipo de crítica se endereça a quem aluga diversas moradias e obtêm lucros desproporcionais, muito além do necessário para complementar a renda familiar ou garantir a aposentadoria. "Tem muita gente que entra lá [na favela] querendo se beneficiar às custas do coitado que precisa", reconheceu Julio. Para Lúcia Gervásio, "tem gente que tem várias casas aqui e arruma a vida através de aluguel". São movidas pela "ganância" e

---

[377] Reconhecendo o impasse, Julio propôs uma equiparação com outras parcelas da sociedade, valendo-se de um dispositivo argumentativo recorrente em minhas visitas de campo, por meio do qual a favela é colocada no mesmo plano de contextos sociais mais ricos e privilegiados: "Mas o que é que não pode hoje? Que a única coisa que não podia era um juiz mentir, que ele jurou para não mentir, um presidente da república não trabalhar direito porque ele jurou que vai trabalhar para a nação, não é para ele. E está vendo aí tudo enrolado, tudo enrolado. A única coisa que ainda estão mantendo na lei é o juiz de futebol… deu o gol, para anular é um trabalhão danado, não é verdade? [risos] … Se alguém vai dizer que não pode alugar, está aí os políticos alugando até a casa, em Brasília aluga a casa que é deles morarem em Brasília e mora na mansão e pega o dinheiro de lá para pagar a água e a luz da mansão dele."

não compartilham da ideia de que "se você quer uma coisa, precisa batalhar para ter." Muitas delas investem o dinheiro do aluguel na construção de mais cômodos para alugar e vão ampliando o patrimônio. Lúcia explica: "o cara vai alugar uma casa aqui, ele pega dois meses de aluguel adiantado, já são mil e duzentos, sem papel, sem nada. Com aquele dinheiro, ele pega e já investe em outra coisa."[378] Resume Eliaquin: "favela é lugar de gente sem dinheiro, mas tem gente que ganha muito dinheiro na favela".[379]

"Tem gente de fora que chega, olha para alguém aqui e pensa que está passando necessidade, mas às vezes esse alguém está melhor de vida do que quem está olhando". Esta explicação de Nalva parecia movida pela intenção de mostrar a complexidade social da favela, contestando, com certo orgulho, a ideia de que na Vila Nova Tietê só moravam pobres. As colocações de Nalva podem ser postas em contraste com as anteriores, mas elas não operam para recriminar explicitamente os que enriqueceram com o aluguel, e sim mostrar existirem pessoas nascidas na favela que estavam "muito bem de vida", embora não o demonstrassem. Ela citou o exemplo de uma moradora com dez casas alugadas, que se mudara da favela para o "morro" (Vila Maria Alta). Outra foi construindo e alugando "uma casa atrás da outra", tem hoje cerca de vinte inquilinos e conseguiu comprar para si uma "mansãozinha", formar todas as filhas na faculdade e dar a elas apartamentos em bairros bons da cidade.[380] De forma mais disseminada, existem os que conseguiram uma elevação substancial do patamar de vida alugando uma quantidade menor de espaços.

---

[378] Parece implícito nesta fala que o patrimônio se multiplica com aquisições em diferentes endereços e não simplesmente pela multiplicação (limitada) do número de andares da própria moradia. Estaria relativamente preservada, assim, a dicotomia que sugeri no terceiro capítulo, entre expansões verticais e horizontais do patrimônio, onde a primeira é vista como moralmente aceitável por meus interlocutores, e a última é reprovada. Como já deixei claro, tal distinção não foi articulada de modo explícito nos relatos.

[379] Os valores de comercialização que conheci certa vez para um imóvel sugerem altas taxas de retorno destes investimentos. A construção estava a venda por R$ 200.000,00 e gerava R$2.200,00 de aluguéis ao mês: o térreo estava alugado para um bar por R$ 1.000,00 e cada um dos dois andares superiores estava alugado para uma família de bolivianos por R$ 600,00. O retorno de 1,1% é quase o triplo do que se costuma obter com imóveis em áreas mais centrais da cidade. No âmbito da América Latina, Martin Smolka (2003, p. 120-124) afirma que o metro quadrado em áreas "informais" urbanas é frequentemente muito superior ao de "áreas formais" e que a "informalidade" não é apenas consequência da pobreza, mas também a sua causa: "a informalidade é cara e exacerba as condições de pobreza".

[380] Declarações semelhantes da mesma moradora foram citadas na pesquisa de Rosenauma (2018, p. 58).

Nalva não parece ignorar os processos de exploração embutidos nessas relações. Suas afirmações podem ser melhor compreendidas como parte de uma tendência mais ampla para enaltecer a prosperidade econômica dos moradores locais, e não apenas a que se vincula ao aluguel de cômodos. A simples melhora da qualidade construtiva e do número de andares das moradias foi, às vezes, vista como sinal de progresso e felicidade, a exemplo da observação de um conhecido pastor evangélico que atua na região há vinte anos. "Quando cheguei", disse ele, "os principais problemas eram os assassinatos e a falta de amor próprio das pessoas". Elas se sentiam "incapazes, não tinham autoconfiança, se achavam muito inferiores", e o seu trabalho foi levantar a fé e a moral delas. Em 2017, diante das condições do bairro, reconhecia com satisfação que "tem muita gente que subiu na vida e que tem casas muito bem construídas".[381] Essas falas indicam, assim, um sentimento de orgulho e amor-próprio ligados à ascensão econômica, o que pode ser visto como uma dimensão adicional das conquistas, para além da obtenção de renda e moradia (a ideia foi indicada no terceiro capítulo, quando a construção de casas e a superação das condições de pobreza diziam respeito à grande maioria dos moradores das favelas aqui consideradas; para a presente discussão, orgulhar-se da ascensão econômica dos que construíram moradias ou do grupo menor que as alugava requer, por vezes ,que a produção de desigualdades aí implícitas seja colocada em segundo plano).

Outra contextualização importante para a compreensão do aluguel de moradias envolve ver a prática como uma entre outras modalidades de negócio não regulamentadas ou reconhecidas pelos órgãos públicos, efetuadas por muitos, e que permitem (a alguns) o acúmulo de grandes riquezas. Diagnósticos semelhantes foram lançados para atividades tão distintas quanto o tráfico de drogas, a proliferação de templos evangélicos[382] e o expressivo comércio de roupas usadas, que funciona por meio de centenas de pontos de recebimento, triagem e distribuição localizados principalmente no andar térreo de construções nas favelas Vila Nova Tietê, e sobretudo Marconi. Proponho a seguir uma análise centrada neste último tipo de negócio para indicar certos padrões e recorrências

---

[381] Não se trata aqui de imaginar que tais nexos estejam presentes apenas entre evangélicos que consideram a prosperidade econômica um valor central, já que Nalva, por exemplo, é católica praticante, ligada à igreja São José Operário.

[382] Resgato aqui críticas apresentadas no segundo capítulo, feitas por alguns católicos a cultos evangélicos estabelecidos na região. Tais falas apontaram uma rápida proliferação de templos abertos por pastores pouco preparados, que visavam explorar seus fiéis. Não estou assumindo essas colocações como fatos, mas como discursos que circulam e que possuem algum grau de semelhança com as atividades arroladas no corpo principal do texto, embora as diferenças entre elas sejam também fortes ou evidentes, além de haver uma grande diversidade de denominações religiosas reunidas sob o rótulo de "evangélicas".

nas relações interpessoais e nas formas de distribuição de recursos destas várias atividades.

Os relatos que coligi apontam que os chamados "brechós" da região adquirem roupas usadas ou solicitam doações percorrendo, de porta em porta, bairros de maior poder aquisitivo na cidade. As peças recebidas são selecionadas e as mais baratas são doadas ou vendidas a preços acessíveis nas imediações. Como ouvi certa vez, "aqui, brechó não é desapego, é roupa usada mesmo." Alguns relatos, no entanto, identificaram comerciantes que separam as peças mais valiosas e as revendem por altos preços em bairros mais ricos, em cidades do interior paulista e do Nordeste e mesmo no o Paraguai e na Argentina. A distribuição das peças se beneficia da proximidade com grandes vias de saída da metrópole. Ao analisar os anos 1980 citei registros que já indicavam uma consolidação desse tipo de atividade na região. "É um grande negócio, tem gente que ficou milionária com esse tipo de comércio", disse um de meus interlocutores, nomeando o caso de um empresário que possui cinco ou seis casas alugadas e não mora mais na favela. Outro fator de atração de interessados para o ramo é a expectativa de prosperar rapidamente; como ouvi certa vez, depois de três a seis meses de trabalho em brechós, alguns começam a pensar em abrir seu próprio negócio. A possibilidade de rápido crescimento dos iniciantes e o enriquecimento expressivo de alguns sugerem parentescos entre o comércio de roupas usadas, o de construção de moradias, o tráfico de drogas e os templos evangélicos.[383]

Mesmo reconhecendo a prosperidade exponencial de alguns desses empreendedores, os relatos que ouvi não deixaram de frisar que os brechós beneficiam uma grande massa em situação de necessidade e pobreza. "Querendo ou não, é um capital que gira e ajuda a comunidade". Mais especificamente, Januário afirmou que "o brechó é uma boa alternativa para quem está desempregado" porque é muito fácil obter trabalho no ramo. Num momento de juventude, ele próprio havia trabalhado como "tiqueiro", nome dado aos que "batem tíquete" recolhendo roupas doadas em bairros de maior poder aquisitivo. "Foi um sustento para mim numa época em que eu chegava a passar fome". Além disso, Januário aventou um processo mais estrutural e de longo prazo, afirmando que "quem chegou aqui de pau-de-arara [migrantes pobres de outros estados], pode ter certeza de que já foi tiqueiro".

---

[383] Ao menos em uma das favelas da região, conheci declarações de que em fins de 2019 pessoas envolvidas com o tráfico de drogas e com o PCC estariam investindo na construção de quatro ou cinco moradias para alugar. Teresa Caldeira é uma das autoras que vem apontando para a atuação do PCC no mercado imobiliário de áreas periféricas da cidade. Ela afirma ter identificado a presença do PCC como loteador e locador em três bairros distintos de São Paulo (CALDEIRA, 2018). Uma reportagem recente dá indícios da atuação do PCC como loteador e locador de imóveis em diversos lugares da cidade (ref. 2020-01-12).

Dito isso, resgato a discussão sobre o aluguel de moradias propondo paralelos com outros argumentos de Januário, no intuito de salientar nuances e complexidades. Quando perguntei se as moradias alugadas na região poderiam ser vistas como uma forma de "exploração" dos mais pobres, ele respondeu que, para um olhar "de fora" como o meu, tais conclusões eram compreensíveis, mas não se aplicavam no contexto da favela (embora eu estivesse lembrando, talvez não nos mesmos termos, de posições críticas ouvidas de outros moradores). Januário citou então o caso de Evaristo, senhor idoso que conseguira construir cerca de quinze casas num dos espaços internos do conjunto Cingapura Novo Mundo e mesmo que recebesse muitos aluguéis não era visto como "explorador". "Anda de bicicleta por aí, mal-vestido. Outro dia encontrei ele bêbado, sentado num canto."

Mais importante, Januário considerou que "um cara desses dá apoio para quem precisa e está numa situação de urgência" e, portanto, "precisa ter essas pessoas na comunidade". Deu o exemplo hipotético de alguém que "está na rua precisando de um lugar para morar", não tem dinheiro no momento, recorre a Evaristo e aceita a proposta de ocupar um espaço e pagar o aluguel trinta dias depois, acrescido de uma compensação pelo caráter retroativo da cobrança. A história mostra que mesmo a concentração de parte da oferta de aluguéis nas mãos de poucos pode vir em auxílio de quem se encontra em situação de grande necessidade, da mesma forma que os brechós foram apontados como fontes acessíveis de renda.[384]

O exemplo proposto mostra, porém, que o auxílio de Evaristo implicou num custo adicional ao valor do aluguel. Januário não deixou de reconhecer que as pessoas assim ajudadas podem acabar numa situação pior do que estavam, ou seja, devendo dinheiro. Evaristo seria como "aquele negociante do Nordeste" que oferece um preço baixo para comprar o terreno de um agricultor enfrentando a seca, sabendo que em outro momento esse mesmo agricultor não venderia a terra. Sem esconder admiração com a astúcia alheia, Januário divertiu-se sintetizando o risco do negócio: "tá ferrado? Vou te dar um saco de feijão e você segura para se ferrar de uma vez!" Na verdade, essa explicação combina com

---

[384] Mesmo as atividades criminosas podem ser vistas como uma oportunidade para os que estão passando fome. "A gente acha que quem está no crime é sem caráter", disse Januário, "mas na verdade tem muita gente que está no crime porque precisa mesmo, e assim que tem oportunidade vai embora." Foi o caso de Rodrigo, um amigo dele que ganhava novecentos reais por mês e não tinha como sustentar a família. "Você já imaginou o que é viver em São Paulo com esse salário, tendo que pagar transporte, aluguel, comida para os filhos?" Antes de arrumar um emprego e melhorar de vida, Rodrigo passou uma temporada "vendendo droga na biqueira e tirando uns três mil reais por mês". Sintetizando a escolha do amigo, Januário afirmou que "no limite tudo depende de você ter necessidade de fazer". O crime, desse modo, também pode ser visto como rede de proteção social contra a condição de fome e miséria, até para aqueles contrários aos seus valores e práticas.

a trajetória de Evaristo, que, ainda segundo Januário, é migrante pernambucano que "cresceu fazendo negócio", assim como vários outros moradores conhecidos por ele no Cingapura Novo Mundo. "Veio do Nordeste já sabendo fazer negócio, tem muita gente assim lá, o pessoal chama de mogangueiro".[385] Evaristo "negocia no papo reto": não cede no preço e exige pagamento em dia. "É gênio", disse Januário, citando também o exemplo do apresentador Silvio Santos para afirmar que "tem gente assim em todo lugar, não só na favela" — mais um exemplo de equiparação que, neste caso, considera inevitável a existência do mogangueiro em distintos contextos sociais.

Para salientar as habilidades de Evaristo, Januário lembrou que "outro dia o velho chegou para mim e disse que estava quebrado… dois meses depois já tinha se reerguido". Ao longo da vida fez negócios de todo tipo, emprestando dinheiro, alugando casas e até vendendo armas de São Paulo para o Nordeste. No entanto, "não é ladrão: não se mete em coisa errada, não esconde carga roubada". Tampouco se confunde com pessoas que Januário chama de "carniça" ou "lixo", que pegam coisas sem dar nada em troca ou que vivem pedindo favores e não fazem nada de bom para os outros. O contraste com figuras moralmente inferiores, presentes também no contexto local, ajudou-o a atribuir a Evaristo uma relevância social. Como se vê, Januário não trabalhava com uma comparação entre a realidade local e um contexto hipotético, mais igualitário ou cooperativo (até porque, como dito, figuras como a de Evaristo existiriam "em todo lugar").

Em suma, a comercialização de moradias foi explicada de três formas, nem sempre relacionadas. Antes de mais nada é um modo de atender, mas também de explorar, a massa dos mais pobres e necessitados que precisam pagar aluguel (ou buscar emprego em brechós e mesmo em biqueiras etc.). Representa também uma fonte de renda para muitos que precisam dos recursos, como aposentados e pensionistas que alugam a moradia (o paralelo aqui poderia talvez ser feito com comerciantes de roupas e traficantes estabelecidos). Finalmente, oferece oportunidades de enriquecimento para alguns, que acumulam patrimônio na forma de casas e outros ativos.

---

[385] Januário é, na verdade, um conhecedor da cultura e da arte tradicionais praticadas em vários estados do Nordeste e valorizou as habilidades comerciais de Evaristo como uma manifestação cultural.

Vale alertar, contudo, que não tenho condições de estimar o grau de exploração produzido por essas relações.[386] O certo é que existe uma série de interações envolvendo transações monetárias que representam formas importantes de administrar, disputar e repartir oportunidades, recursos e riquezas entre os moradores locais. Podemos dizer que, num contexto de desarticulação política coletiva, benefícios como moradia, trabalho e renda são conquistas que podem ser obtidas por meio de relações de troca associando mecanismos de mercado a vínculos de confiança entre pessoas específicas.

A posição ambivalente atribuída a Evaristo depende em grande medida do fato de ele ser conhecido, residir na localidade, poder ser procurado pelas pessoas, poder negociar face-a-face com elas. Isso indica outra característica fundamental destas transações: laços interpessoais concretos entre locadores e locatários mostram que não estamos simplesmente diante de um avanço da lógica de mercado sobre a dos vínculos comunitários, e sim de um modo de conexão ou combinação das modalidades. Vale lembrar que a forma de vida ocupação envolve relações de proximidade espacial entre pessoas e isso significa que muitos acordos e negociações são travados pessoalmente ou presencialmente, exigindo algum nível de compromisso e conhecimento interpessoal, o que dificulta a constituição das relações econômicas anônimas, nas quais as pessoas envolvidas podem se alienar inteiramente umas das outras. Mesmo proprietários que enriqueceram e se mudaram da região precisam manter vínculos com o contexto local

[386] Acredito que os que enriqueceram com o aluguel não sejam muitos. A frequência com que foram lembrados pode se explicar pela tendência dos relatos para ressaltar acontecimentos pontuais e problemáticos (conforme proponho no sétimo capítulo). No âmbito da opinião pública e de pesquisas acadêmicas, Pedro Abramo adverte contra a tendência de proliferação de um "senso comum" não lastreado empiricamente, que supõe como recorrente a "especulação dos pobres pelos pobres" (a expressão é atribuída a Mike Davies, 2007) por meio do aluguel de moradias em favelas. O autor observa que nas favelas do Rio de Janeiro a grande pulverização da oferta de moradias para alugar é uma evidência contrária às críticas de concentração de imóveis nas mãos de poucos moradores (ABRAMO 2009, p. 17-19).

(como se pode depreender do fato de serem conhecidos), ainda que não o façam na mesma intensidade apontada para o caso de Evaristo.[387]

A importância de acordos verbais para a expansão e consolidação de tais negócios fica evidente pela falta de instâncias reguladoras (Estado, associações de moradores) e intermediadoras (corretores, contratos, cartórios etc) que operam em outros lugares da cidade. De acordo com o que observamos no terceiro capítulo, mesmo as associações de moradores do passado tinham a função de conter a expansão do comércio de casas, o que fica evidente no relato desta moradora da Cidade Nova:

> Era uma exigência da união dos moradores que só podia ter uma casa. Com o passar dos anos, a gente fica sabendo que o fulano comprou outra casa, tem duas casas, tem três casas. Mas antigamente isso aí não existia. É um direito da pessoa ter a quantidade de casas que ela quiser, a pessoa é livre. Mas eu não acho justo quando tem um monte de gente sem casa. Se continuasse naquele mesmo sistema da união de moradores como era lá atrás, isso não aconteceria, porque a própria união de moradores ia ter um controle, tipo assim, de quem mora naquela rua, quem mora na outra. Eles sabiam; o seu Júlio sabia todas as pessoas que moravam em cada rua. ... a falta dessa organização dessa diretoria facilitou, assim, a pessoa a fazer o que ela quer da vida dela. Antes não era assim. Era, tipo, uma comunidade que todo mundo cuidava de todo mundo."

Assim, o comércio de moradias, desenvolvendo-se num contexto marcado pela desarticulação coletiva e pela ausência do poder público, livre dos mecanismos regulatórios e fiscalizatórios exteriores àqueles diretamente envolvidos, encontra terreno fértil para se expandir de forma substancial e mesmo rápida — de modo afinado com outras dinâmicas da terra de ninguém. O requisito, para isso, é que as pessoas estejam efetivamente comprometidas com os acordos que, como disse, são estabelecidos quase sempre verbalmente. No máximo, quando se trata de compra e venda de casas, os envolvidos registram um contrato em cartório, mas, de acordo com uma das falas,

---

[387] Tais constatações podem ser comparadas à análise de Anna Tsing sobre as relações entre "chefes" e camponeses engajados na produção e venda do cogumelo Matsutake na cidade chinesa de Yunnan. Tsing mostra como relações e espaços que constituem uma condição comum entre as pessoas envolvidas na atividade são convertidos em ativos privados (cogumelos) que enriquecem os "chefes" sem que isto resulte em antagonismo direto. Nos termos de Tsing, as relações entre camponeses e "chefes" compõem um "emaranhado" de obrigações recíprocas, que ainda não se tornou uma "commodity alienada". Assim, tanto quanto os cogumelos, os "chefes" seriam a personificação de um comum elusivo e efêmero, muitas vezes não reconhecido como tal (TSING, 2015, p. 267-274). No mesmo sentido podemos dizer que a moradia alugada não é uma mercadoria "alienada" e que requer algum contato e conhecimento entre locador e locatário.

"existem muitos que compram na confiança mesmo". Nas negociações envolvendo o aluguel, ouvi com certa frequência a afirmação de que "não existe inadimplência". Uma moradora explicou que quando alguém não conseguia pagar, "combinava com o proprietário de acertar depois de alguns dias, mas sempre pagava". Outra fala afirmou que pagar dívidas é algo que "está no íntimo da gente" (referindo-se aos moradores da região de um modo geral) e que isso leva as pessoas a nunca alugarem um espaço sabendo que não possuem condições de pagar por ele.

É preciso reconhecer que tais compromissos nem sempre estão livres de tensões e conflitos, fazendo com que as pessoas por vezes recorram a forças externas. Em diferentes conversas, o PCC foi apontado como árbitro e intermediador de divergências, o que mostra que a influência da facção criminosa sobre o comércio de moradias vai muito além do papel de empreendedora direta em suas próprias construções. De acordo com Leni, "se a pessoa não consegue pagar o aluguel, tem que sair, se não o proprietário chama o PCC, que chega e resolve. Dá um prazo para a pessoa procurar outra casa e pagar a dívida. É assim que funciona." Quando perguntei a Fernanda, moradora da favela Funerária, o que acontecia quando alguém não pagava aluguel, minha interlocutora ficou pensativa, dando a entender que este não era um problema comum. "Lá [na Funerária] costumam pagar", disse ela, porque todos sabem que "quem aluga também está precisando do dinheiro". Mesmo assim, às vezes um proprietário acaba recorrendo ao PCC: "qualquer coisa o pessoal gosta de chamar os irmãos, tudo é os irmãos … tem irmão que é legal, percebe que a pessoa é muito pobre e não tem condições de pagar, resolve dar uns quinze ou vinte dias para a família se arrumar e sair, mas avisa que se tiver que voltar a conversa já vai ser outra. Mas também tem irmão que é gente ruim, já chega ameaçando, não pode brincar, não." Como se vê, a possibilidade de recorrer à facção criminosa parece servir como incentivo para que muitos inquilinos sejam cautelosos e procurem honrar o pagamento dos aluguéis. As garantias oferecidas pelo PCC podem inclusive favorecer a percepção de segurança no ambiente de negócios e atenuar, com isso, a necessidade de mútuo conhecimento dos envolvidos. O que pode, em consequência, ter representado um fator de incentivo à expansão desse tipo de mercado e à construção de mais cômodos para alugar.

O poder de influência do Estado não parece inteiramente ausente nessas relações, a julgar pelo relato de uma moradora da Cidade Nova. Ela começou observando que "aluguel nunca deu problema" entre os moradores da região, mas, quando perguntei por desacordos pontuais, admitiu ter conhecido "vários casos" de pessoas morando sem pagar. Um dos conflitos em discussão na justiça era o de um homem que se separara e entregara à ex-esposa uma casa em Minas Gerais para poder permanecer na Cidade Nova, na moradia original do casal. Mesmo assim a ex-cunhada estava tentando despejá-lo por meio de uma ação judicial (ela morava no andar de cima e pretendia retomar o espaço que lhe pertencera originalmente). Outro caso era o de uma família que estava sendo processada na justiça porque devia aluguel desde quando o chefe da casa perdera o

emprego, há mais de um ano. O resultado contrariaria os interesses do proprietário porque a família tinha uma criança pequena e, de acordo com minha interlocutora, a justiça tende a "proteger a criança". Isto explicava, para ela, o fato de que muitos anúncios de cômodos para alugar na região se fazem por meio de placas com os dizeres "alugo casa para casal sem filhos". Como se vê, além do já citado poder de influência do PCC, também o poder de Estado produz efeitos indiretos sobre certos casos, produzindo inflexões nas condições gerais da oferta de moradia (aqui ilustradas pela preferência de locação para casais sem filhos).

Procurei deixar claro que existem limites para essas influências e o melhor exemplo disso são as atitudes de resistência nas já citadas ocasiões em que funcionários da Secretaria Municipal de Habitação propuseram regularizar a posse das moradias na região. Conforme ouvi, a proposta dos técnicos era conferir o título de propriedade indistintamente, a locadores e locatários, com base no princípio de que a lei não pode diferenciar os que moram ilegalmente numa mesma área. Nos dois episódios, ocorridos nas gestões de Marta Suplicy e Fernando Haddad na prefeitura de São Paulo, os proprietários se posicionaram veementemente contra a medida.

No capítulo anterior apontei que as divergências ocorridas na época da gestão Haddad levaram à dissolução da associação de moradores na Cidade Nova. Um dos ex-dirigentes tinha algumas casas alugadas na favela e reproduziu para mim a pergunta que fez na época aos técnicos do poder público: "porque em bairro de rico as pessoas podem construir para alugar e aqui não pode?" — outro argumento de equiparação que busca paralelos entre as condições específicas de favelas e o resto da cidade. Ele complementou que ali muitas casas haviam sido construídas com o propósito de serem alugadas e não era certo que se introduzisse uma regra nova àquela altura. Uma moradora da Vila Nova Tietê , por sua vez, disse que a proposta dos técnicos da gestão Haddad causou "uma revolução, uma revolta, só que daí acabou o mandato e o projeto morreu". De acordo com outro relato, "muita gente é contra a regularização porque tem várias casas e lucra muito do jeito que está". Pesa também o fato de que a regularização traria a cobrança do IPTU, encarecendo o custo de vida e de manutenção das moradias.

Mesmo pessoas que recriminavam a cobrança do aluguel consideravam injusto que proprietários perdessem o que haviam construído. "Você vai aceitar? Vai fazer sua casa e vai dar para os outros?", indagou o próprio Julio. Para ele, sequer seria possível resolver o problema simplesmente pela construção de novas moradias para os inquilinos, com a posterior proibição de alugar os espaços vagos. "Quem for proibir isso, numa favela daquela, morre", refletiu. A um técnico do poder público, ele explicou certa vez que a solução do problema não envolvia o combate direto ao aluguel, mas uma melhora geral nas condições de vida dos pobres. "Você pensou no problema do aluguel?", perguntou o técnico. "Vocês pensaram no problema do salário-mínimo?" retorquiu Julio, reiterando que os aluguéis são uma forma importante de complementar a renda de muitas famílias.

Outra solução foi aventada em uma conversa de julho de 2017 por Leonilda, comerciante da favela Funerária. Há muito tempo ela "pensava consigo mesma" sobre as tensões entre proprietários e inquilinos, e pediu que eu lançasse uma proposta de forma anônima numa das reuniões do Perímetro de Ação Integrada (PAI Jardim Japão). Leonilda não queria ser identificada por temer represálias e justificava que a questão causava confusões e poderia provocar, até mesmo, mortes. Defendeu a ideia de que, além de construir novas moradias, a prefeitura deveria articular acordos entre inquilinos e proprietários para fazer com que os primeiros pagassem aos últimos uma quantia mensal além do aluguel, para com o tempo se tornarem donos do espaço ocupado. Assim, o proprietário seria indenizado pela construção e isso evitaria também que o inquilino recebesse "de mão beijada" uma casa nova da prefeitura. Ao contrário da proposta dos técnicos da Sehab, Leonilda teve o cuidado de lembrar que muitos dos espaços hoje alugados foram construídos com esforço e sacrifício ao longo dos anos, de modo que os proprietários precisavam ser ressarcidos de alguma forma.

Chama atenção que Leonilda tenha previsto para o poder público um papel de intermediador de acordos que seriam estabelecidos por meio de conversas presenciais entre proprietários e inquilinos. Assim, aos seus olhos, até mesmo uma política pública deveria estar amparada em diálogos face-a-face, o que mostra a importância dessa modalidade de negociação para a forma de vida ocupação.

6.2. Serviços urbanos e atendimento estatal

Os moradores da Cidade Nova e da Vila Nova Tietê enfrentam uma série de desafios para consertar ou ampliar redes de infraestruturas de drenagem, coleta de esgotos e fornecimento de energia elétrica. Falarei também de iniciativas ocorridas ao longo da década de 2010 para implantar equipamentos públicos importantes como a Casa de Cultura da Vila Guilherme e o CEU Novo Mundo.[388] Num contexto de declínio das

[388] Dificuldades com a coleta e o manejo de lixo poderiam fazer parte da presente discussão, mas foram tratadas no quarto capítulo por não envolverem a realização de obras e infraestruturas e dependerem muito mais de atitudes cotidianas e efêmeras dos moradores e do serviço de coleta; nesse sentido, têm menos a ver com a obtenção de conquistas e mais com os desafios associados à terra de ninguém. Há, no entanto, paralelos evidentes, particularmente relacionados à disposição das pessoas para resolverem problemas por conta própria, sem a ajuda do Estado.

mobilizações políticas, observei quatro modalidades de ação empregadas para conquistar serviços e equipamentos: as pessoas podem agir por conta própria quando não acreditam na capacidade do Estado de atendê-las a tempo ou satisfatoriamente; podem estabelecer relações de troca e parceria com políticos e funcionários para movimentar a máquina pública de modos muitas vezes não oficiais ou protocolares; podem também organizar protestos e ocupações para forçar ou acelerar o atendimento a demandas; por último, podem se envolver efetivamente com o funcionamento complexo da máquina pública, persistindo até a obtenção das transformações almejadas. Como se vê, à diferença do que ocorreu com a discussão sobre moradia e renda, todas essas ações se relacionam à necessidade de acionar os poderes e recursos do Estado, necessários em intervenções de grande porte que afetam o conjunto dos moradores de um bairro ou de toda a região.

Consertos e ampliações das redes de infraestrutura se fazem necessários mesmo nas favelas mais antigas e urbanizadas, tendo em vista o aumento do número de habitantes nos bairros, como descrito no tópico anterior. O aumento é saliente para os antigos moradores, na medida em que foram observando a sobrecarga progressiva de fiações e tubulações. Cosmo apontou a existência de cerca de quinze relógios de luz instalados junto à escada de acesso aos andares superiores de uma construção próxima a sua casa, além de uma grande quantidade de ligações elétricas num transformador nas proximidades. Observou que a infraestrutura da região não tinha capacidade para atender a demanda crescente e que por isso ocorriam falhas frequentes no fornecimento de energia.

Problemas semelhantes foram associados à rede de esgotos por moradores antigos e funcionários públicos que participaram de reuniões do programa Córrego Limpo e Perímetro de Ação Integrada na região. Num dos encontros, o sentimento de impotência de um técnico da Subprefeitura foi expresso por meio de um contraste entre a capacidade de atendimento de uma rede de esgotos récem-reformada no conjunto habitacional Cingapura Novo Mundo diante do crescimento muito maior de seus usuários: “o esgoto foi projetado para 500, hoje atende 5.000… não há o que fazer”. No Cingapura Nova Tietê, por sua vez, as dificuldades não envolviam apenas o aumento de andares das construções vizinhas, mas o surgimento de barracos novos, por vezes atendidos por fossas negras, cavadas diretamente no solo e sem ligação com a rede oficial.

Os entupimentos foram associados também a tentativas malsucedidas de reparos e ampliações das tubulações por parte de moradores. Cosmo aludiu a pessoas que tentavam aumentar a capacidade de escoamento realizando ligações em ramais de diâmetro reduzido e não diretamente na rede principal das ruas. Ao lado disso, ouvi reclamações direcionadas aos que deixavam cair areia e restos de obra em bocas de lobo, contribuindo, neste caso, para o entupimento do sistema de drenagem de águas pluviais. Moradores e técnicas da Sabesp citaram, ainda, aqueles que tentavam aliviar focos de alagamento abrindo buracos em tubulações de esgoto (gerando assim riscos de refluxo, mau cheiro e contaminação) e os que, em sentido oposto, conduziam seus efluentes para a rede de

águas pluviais (contribuindo para a poluição dos córregos locais). Esses últimos casos não se relacionam simplesmente com o adensamento populacional e a com a congestão de infraestruturas, mas sobretudo com moradores criticados por não atentarem para os efeitos colaterais das mudanças empreendidas, ou mesmo por não possuírem o conhecimento técnico necessário.

É importante lembrar que desde o início das favelas aqui consideradas as pessoas se mostraram dispostas a resolver dificuldades com redes de infraestruturas por conta própria. Como indicam os relatos apresentados no terceiro capítulo, quase todas as benfeitorias no território hoje ocupado pelas favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê foram implementadas por pressão e atuação direta dos moradores, incluindo-se os aterros, a delimitação das ruas e a instalação de guias.

Embora continuem existindo, as iniciativas de transformação do território por parte de moradores dessas favelas parecem mais sujeitas ao descrédito e à desconfiança — sentimentos distintos do que conheci em ocupações como a Douglas Rodrigues. Nos novos assentamentos, os conflitos e as negociações envolvem pessoas ou grupos específicos que, sem poder contar com a ajuda de concessionárias de serviços públicos e outros agentes externos, não têm opções a não ser tentar articulações coletivas, mesmo que parciais e instáveis. Nas favelas consolidadas, por sua vez, as queixas são mais desesperançosas ou desalentadas e se endereçam frequentemente a membros anônimos da vizinhança. Isso pode ser explicado, em primeiro lugar, pelo padrão de desarticulação coletiva dessas favelas hoje e pelo aumento recente do número de moradores, que acarretaria a diminuição de interações e relações próximas nas vizinhanças. O quadro instalado parece desincentivar a prestação de contas e explicações para as intervenções realizadas nas instalações de uso comum. Em um contexto como o das novas ocupações, moradores como Cosmo, conhecedores do território e dotados de experiência com construção civil, estariam dispostos a orientar os demais e participar de acordos e negociações para a organização de obras de infraestrutura coletivas.

O apagamento da memória das lutas e conquistas do passado, exposto no capítulo anterior, sugere que as instalações de uso comum deixaram de ser vistas como frutos do trabalho coletivo dos antigos moradores, passando a ser associadas às concessionárias de serviços públicos (hoje oficialmente responsáveis pela drenagem urbana, coleta de esgotos e outros serviços). É o que permite afirmar as queixas que atribuíam a novos moradores uma tendência a pensar que as melhorias urbanas do passado haviam sido "dadas de mão beijada" pelo "governo". Assim, junto à descrença na capacidade autônoma de transformação do território, emerge uma concepção de política amparada na relação entre

Estado e cidadãos (o que não ocorre com a mesma intensidade nas ocupações recentes, muitas vezes ignoradas por concessionárias e instâncias de governo).[389]

Esse modelo de política, que coloca o Estado como protagonista no fornecimento de serviços urbanos, foi reforçado numa reunião do Perímetro de Ação Integrada de julho de 2017, envolvendo alguns moradores da região e funcionários da Subprefeitura, Sabesp e outras repartições públicas. Um participante manifestou sua descrença em relação à velocidade de resposta da Sabesp para solucionar entupimentos em uma rua da região e perguntou para as funcionárias da empresa se não era possível que os moradores se juntassem e fizessem eles mesmos os reparos necessários. "Olha, os problemas são técnicos e a população não sabe resolver", argumentou uma das representantes. Reforçando o argumento, uma moradora da região acrescentou que nas proximidades de sua casa um grupo tentara desviar uma tubulação entupida e isso "complicou" a situação já difícil: "agora a tubulação estoura mais ainda", disse ela. Uma técnica da Sabesp defendeu a importância dos moradores registrarem os pedidos de reparos no site da empresa e afirmou que hoje o atendimento era mais eficiente em razão do "sistema SAC": o reclamante recebia um protocolo e a certeza de um retorno. As discussões travadas nessa reunião sugerem que a presença do Estado como agente promotor das transformações concorre com a disposição mais antiga de resolução de problemas por conta própria, gerando dilemas e clivagens que terminam por enfraquecer a legitimidade da única modalidade de ação que não passa pelo acionamento da máquina pública.

Dificuldades e insatisfações também são associadas à atuação do Estado sobre o território. No mesmo encontro, as técnicas da Sabesp defenderam a importância de protocolar pedidos de reparos e admitiram a falta de recursos da empresa e da prefeitura em geral para a realização de melhorias nas redes de infraestrutura locais. "A gente está numa época complicada", disseram, e é preciso "muita paciência" para que as demandas sejam atendidas. No entanto, defenderam a importância do engajamento dos moradores

---

[389] Em sua análise sobre a urbanização da favela Brás de Pina no Rio de Janeiro dos anos 1970, Gilda Blank sugere que a penetração do modelo pautado na relação Estado/cidadãos foi tão grande que gerou um apagamento da memória das lutas coletivas. "Após as obras de infraestrutura e remanejamento, a responsabilidade passou a ser claramente sentida pela população como do Governo, restando um forte sentimento de que quem executou a urbanização foi o Governo através da CODESCO, BNH ou ex-governador Negrão de Lima. Além disso, ficou patente que os moradores consideram a urbanização como a colocação dos serviços urbanos, ficando a construção das casas como um empreendimento particular que teve auxílio, algumas vezes, do Governo. Entretanto, na realidade, a participação dos moradores de Brás de Pina no processo foi muito maior do que a que os próprios demonstraram sentir." (BLANK, op. cit., p.115)

no processo: "é lento, mas tem que ficar em cima", ou seja, cobrar de forma sistemática pela realização dos serviços.

O entendimento da máquina pública como excessivamente intrincada, morosa e burocratizada se associa mesmo aos aspectos mais prosaicos do atendimento, como leva a crer a interação entre um morador chamado Zacarias e funcionários da Sabesp que asfaltavam um trecho da rua Nossa Senhora Aparecida, logo após um reparo feito na rede de esgotos. Zacarias pediu que o asfalto fosse lançado numa área um pouco maior do que a prevista, para cobrir e proteger rachaduras que haviam se formado no pavimento. Os funcionários explicaram não poder atendê-lo porque seguiam "protocolos" e corriam o risco de serem flagrados por ações de fiscalização. Zacarias recuou diante da necessidade de fazer uma nova requisição e esperar um período indeterminado para obter os novos reparos. "Hoje está tudo travado", concluiu ele. "Está tudo cheio de regra que não deixa as coisas serem feitas"; referiu-se também à dificuldade de regularizar a posse das moradias na região. Nesta avaliação está implícita a comparação com o passado e com os vínculos mais diretos e simples que os moradores estabeleciam com representantes da máquina pública.

O Estado é visto ainda como negligente e omisso. Na reunião supracitada, outro morador da Cidade Nova não disfarçou sua insatisfação e afirmou que muitos dos problemas com infraestruturas eram antigos e nunca haviam recebido a devida atenção da Sabesp. Admitiu que parte dos entupimentos provinha de más atitudes dos moradores, mas, ao lado disso, sublinhou deficiências da rede que eram responsabilidade da Sabesp e permaneciam há anos sem solução. "A gente paga o esgoto, como a Sabesp não conserta? Para onde vai o dinheiro?", perguntou. Neste caso, a condição de cidadão dotado de direitos frente ao Estado se liga à situação de contribuinte, que paga por um atendimento precário.[390]

Os problemas de drenagem são os que melhor ajudam a compor a imagem do Estado como entidade que se nega a atender as favelas da região. As planícies aluviais onde surgiram as favelas estudadas estiveram desde sempre sujeitas a alagamentos, o que não impede a imagem do poder público como negligente. É mais uma vez Cosmo quem me ajudou a observar que na rua Nossa Senhora Aparecida havia bueiros instalados a cada 200 metros, o que, segundo ele, se associava a uma série de outros problemas que ocorriam há muito tempo na mesma via. Um funcionário do CEI Cidade Nova, por sua

---

[390] James Holston sugere que o entendimento de cidadania urbana em contextos periféricos de São Paulo foi construído não apenas por meio de reivindicações de moradia e direito à cidade, mas também através de contribuições dos moradores para a própria formação da cidade, o que inclui o pagamento de impostos e a inserção na economia e no consumo. A condição de cidadão estaria assim associada à de consumidor e contribuinte fiscal (HOLSTON, op. cit., p. 49).

vez,m apontou a existência de uma “água eterna”, parada em frente à calçada da escola, se referindo-se ainda a alagamentos periódicos nas salas dos fundos da instituição. No CCA Cidade Nova, disse a gerente Lúcia Pontes, há inundações frequentes que elevam o nível da água até cinquenta centímetros de altura e levam a escola a perder móveis e documentos. Lúcia disse que as enchentes diminuíram bastante no início da década de 2010, provavelmente em razão da canalização que a Sabesp realizou nos córregos Beibinha e Novo Mundo, mas ainda hoje professoras e funcionárias mantêm o costume de colocar objetos e móveis sobre as mesas de trabalho, quando do recesso escolar. Para Lúcia Gervásio, moradora da Área Quatro, “aqui sempre teve enchente”. Nos dias atuais elas são provocadas por temporais ou chuvas prolongadas, e este é o motivo para que a reconstrução da Igreja São José Operário, na rua São Felipe, tenha adotado um térreo elevado cerca de um metro de altura. De modo mais disseminado, diversas ruas e vielas da região possuem problemas de drenagem e focos de alagamento que obrigam os transeuntes a caminhar por tábuas de madeira, placas de concreto e passagens elevadas, concretadas junto a paredes e muros de modo a configurar valas de escoamento na porção central das passagens.

Fig. 6.d - Viela próxima à rua Felipe Camarão na Vila Nova Tietê, onde podemos ver as adaptações na rede de eletricidade e os desníveis construídos para lidar com os alagamentos. Data: 24 fev. 2018. Foto do autor.

6.3. Encontrando a “pessoa certa”

Muitos dos moradores que descartam ou criticam a realização de transformações por conta própria parecem ver o Estado não como entidade responsiva ou garantidora de direitos, mas sobretudo como organismo complexo e multifacetado, do qual é possível extrair benefícios de forma pontual e estratégica. Me refiro a formas não protocolares ou oficiais de recorrer a funcionários, técnicos e políticos, que permitem contornar dificuldades de atendimento e, muitas vezes, não visam mudanças de grande porte ou definitivas. Em outros termos, uma maneira frequente de lidar com a burocracia, com o imobilismo e a fragmentação da máquina pública é acioná-la de forma ocasional e engenhosa, negociando com alguns de seus representantes, o que mais uma vez nos lembra como as dinâmicas políticas sob a forma de vida ocupação se fazem por intermédio da proximidade espacial e das interações face a face.

Tal concepção de política não diz respeito apenas às articulações entre moradores (como no exemplo de Leonilda, citado no tópico anterior), mas incide sobre as relações entre eles e a máquina pública. Em um encadeamento de ideias, Gildésio transita das articulações internas aos bairros para outras que precisam ser estabelecidas com funcionários públicos. Quando perguntei-lhe sobre as chances de retomada da mobilização política comunitária, ele afirmou que “tudo depende de relacionamento” e que as pessoas precisariam “ir se conhecendo” e se informando, também, acerca da atuação dos diferentes órgãos de governo. Explicou, então, como conseguira instalar postes de luz em frente à sua moradia. Mesmo residindo na praça Irmã Aninha, ele e seus vizinhos nunca haviam se beneficiado de iluminação pública. “Nunca conheci ninguém que pudesse ajudar a gente”, disse-me. Até que “descobriu” um funcionário do Ilume que foi sensível aos seus pedidos. Assim que o poste foi instalado, a lâmpada começou a apresentar defeitos, ficou acendendo e apagando durante vários dias, até que queimou. Gildésio foi explícito em descrever sua resposta como um fator fundamental para garantir a continuidade do atendimento; ele ligou para o funcionário e “agradeceu” a instalação do poste, dizendo apenas que “precisava melhorar”, ou seja, trocar a lâmpada queimada. Com isso, ele estabelecia um contraponto a reações de insatisfação e mesmo de irritação que poderiam comprometer o laço interpessoal e mesmo a conclusão do serviço. A fala de Gildésio sugere que o conhecimento mútuo e o cuidado com o cultivo de laços interpessoais são pré-requisitos para as articulações políticas entre moradores, e também para as relações com representantes do poder público.

Formas menos eficazes de diálogo foram citadas por Celso, morador do conjunto Cingapura Novo Mundo, especialmente engajado na resolução dos graves problemas de esgoto locais. Para ele, boa parte dos moradores do conjunto “não sabe lidar com o pessoal

da Sabesp". Por terem ouvido "reclamações", "xingamentos" e exigências de atendimento, os funcionários da Sabesp teriam deixado de atender diversos moradores, mas quando é Celso quem chama, "a coisa funciona" porque ele os "trata direito". Passou, assim, a ser requisitado para a resolução de dificuldades e, quando caminhamos juntos pelo conjunto, foi apontando os consertos pendentes ou solucionados, que foram ou estavam sendo realizados por seu intermédio.[391]

Um dos principais contatos de Celso é Lígia Reis, funcionária da Sabesp que atuou na região por muitos anos. Numa conversa com os dois, Celso ironizou, dizendo que os técnicos que faziam consertos na rede de esgotos estavam "cansados" de atender à grande quantidade de chamados. "Limpa hoje, amanhã está entupido", lamentou. Lígia complementou, afirmando que sempre repassava os pedidos para o departamento responsável e pareceu reconhecer a relutância dos colegas de trabalho em comparecer seguidas vezes ao conjunto habitacional. Divertiu-se observando que, na Sabesp, sua insistência pelo atendimento à região a fez ficar conhecida como a "rainha dos favelados". Lígia representa, assim, um elo possível no interior da máquina pública e um canal de atendimento, que não tem simplesmente a ver com o protocolamento oficial de requisições. Afinal, mesmo diante de problemas não resolvidos pela Sabesp, ela reconheceu a importância de cultivar vínculos interpessoais com moradores afetados: "tem que ouvir … mesmo que não tenha como resolver, você percebe que só de falar a pessoa já sente um alívio", afirmou. Por isso, sempre que visita o Cingapura Novo Mundo sabe que "a visita vai demorar", de modo que procura se assegurar de "vir com tempo". Pessoas como Celso "gostam de passear com a gente" e ir mostrando os problemas em cada um dos locais. Nestes casos, podemos dizer que os laços que se estabelecem entre Lígia e os moradores não são apenas meios de obter atendimento, mas constituem um fim em si mesmo, na medida em que visam confortar e "aliviar" a aflição dos que não conseguiram, ou não conseguirão, a assistência necessária.

Uma faceta mais controversa dessas relações emerge quando o atendimento não depende somente de um tratamento amigável ou amistoso, mas do oferecimento de

---

[391] Uma conquista importante foi a instalação de coletores de diâmetro ampliado em pelo menos duas ruas internas do conjunto, o que exigiu a reconstrução do pavimento e a elevação das caixas de esgoto para diminuir as chances de transbordamentos dos efluentes em caso de novos entupimentos. Complicações ocasionais deviam-se aos meninos que inseriam objetos nos dois buracos das tampas de concreto das caixas, contribuindo para o entupimento da saída da tubulação. Para lidar com isso, Celso falou de um morador que não esperava pelo atendimento da Sabesp e se habituara a entrar na caixa, expondo-se ao contato com o esgoto para remover ele mesmo os obstáculos à vazão — exemplo que combina a expectativa de atendimento por parte da Sabesp com iniciativas autônomas dos moradores para a resolução dos problemas.

vantagens ou benefícios extraoficiais aos responsáveis pela prestação dos serviços. "Para tudo tem caixinha", disse certa vez Cosmo, apaziguado com o fato de que muitos funcionários de concessionárias esperam retribuições financeiras pela realização de reparos e consertos. Antonio, que conversava conosco na mesma ocasião, parecia mais incomodado com o assunto e criticou a demora da Sabesp em solucionar um entupimento na Cidade Nova, acusando os funcionários de estarem "enrolando" para tentar receber dinheiro indevidamente. Moradores de uma ocupação nas imediações falaram também de técnicos da Enel que ajudavam na instalação de gatos de eletricidade em postes oficiais da empresa e cobravam cerca de 300 reais pelo serviço. "Se você chegar com dez reais, o cara fala para você comprar comida para os seus filhos", ironizou um de meus interlocutores.

Podemos imaginar assim que alguns auxílios mesclam, em proporções diferentes, a solicitude e o interesse e são vistos como muito ou pouco lícitos, gerando um misto de aprovação e condenação. Para ilustrar melhor a ideia e expandir o foco das análises, podemos mencionar alianças que os moradores da região estabeleceram com políticos dos poderes legislativo e executivo no decorrer dos anos, visando a obtenção de benfeitorias urbanas e outras. É preciso ir além da classificação dessas relações como clientelísticas (como simples trocas de melhorias por apoio político e votos), e considerá-las como desdobramentos da tendência mais ampla de busca de atendimento por meio do contato pessoal e estratégico com representantes da máquina pública.

Os políticos que prometeram melhorias para a região foram em geral mal-vistos e associados a uma lógica enganosa de troca de favores, voltada unicamente a seus próprios interesses. Na expressão sintética de Elisieux, "os políticos que vieram aqui nunca fizeram nada por nós, aparecem pedindo votos e quando são eleitos se esquecem da gente". Para além do descumprimento de acordos e promessas, relatos de negociações específicas mostram uma sensibilidade dos moradores para a qualidade dos vínculos pessoais estabelecidos com políticos e intermediários, e para o modo como se constituem (ou não) relações de respeito e reciprocidade.

Olhemos para a Vila Nova Tietê e vejamos uma sequência de acontecimentos associados à obtenção da rede de drenagem e à melhoria da precária rede de esgotos, originalmente implementada pelos moradores durante a década de 1980.[392] Eles nos mostram, de saída, sentimentos de frustração relacionados a promessas não cumpridas na

---

[392] Tratei da construção da primeira rede de esgotos da Vila Nova Tietê no terceiro capítulo, como parte da urbanização realizada nas gestões de Carminha. Os eventos que relato a seguir podem ser vistos como continuação dos apresentados anteriormente. Lembremos que a tubulação instalada na época era de diâmetro reduzido e não estava conectada à rede pública, de modo que as águas servidas eram conduzidas a fossas negras na própria vizinhança, ou então, pelo menos no caso da rua São Felipe, levadas até o córrego Tuiuti, que desaguava, por sua vez, no rio Tietê.

gestão de Paulo Maluf (1993-1996), feitas durante a campanha para prefeito em 1992 e reiteradas na cerimônia de entrega do conjunto Cingapura Nova Tietê em 1995. Nas duas ocasiões o político se comprometeu a instalar uma rede de esgotos adequada na favela, mas a rede foi entregue com problemas de escoamento que geravam acúmulo de águas servidas nas sarjetas locais.[393] Além disso, o maior desapontamento ocorreu com a interrupção das obras antes da construção da área de lazer vizinha aos edifícios habitacionais — o que tornou supérfluas as demolições numa área que logo foi reocupada por moradias, deixando ainda a população sem quaisquer espaços livres de lazer que pudessem compensar a perda do campo de futebol que existira na área de implantação dos prédios.

Fig. 6.e - Zé (José Miguel Clementino, ao centro) em passeata na Vila Nova Tietê com o candidato Paulo Maluf, durante as eleições municipais de 1992. À esquerda, o vereador Wadih Mutran. Autoria desconhecida. Fotografia encontrada nos arquivos pessoais de José Miguel Clementino.

Melhorias efetivas na rede de esgotos da Vila Nova Tietê deram-se somente nos primeiros anos da década de 2000, quando Zé articulou o apoio do vereador Wadih Mutran para a instalação de tubulações novas. Uma reportagem explica que a Sabesp forneceu os canos "e nada mais", cabendo aos moradores a arrecadação de recursos necessários para transportar os materiais da sede da concessionária até o bairro, bem como a organização de uma "vaquinha" para arcar com o aluguel de uma escavadeira.[394] A rede

[393] A promessa de implantação da rede de esgotos foi registrada numa reportagem sobre a inauguração do conjunto (ref. 1995-07-19), mas já havia sido feita durante a campanha eleitoral de 1992, quando Carminha e Zé receberam Maluf na vizinhança. Três documentos mostram que os moradores estavam articulados na cobrança das promessas de campanha (ref. 1993-11-12, 1995-07-19, 1996-03-18).

[394] Ref. 2000-DÉCADA-A.

foi instalada em menos de um mês, mas continuou sendo considerada clandestina pela Sabesp. A mesma notícia de jornal trata do que podemos considerar como a terceira etapa das obras de canalização, ocorrida depois que os moradores entregaram uma carta ao governador em campanha Geraldo Alckmin, em 2002. Assim, por volta de 2005, a rede de esgotos chegou oficialmente à Vila Nova Tietê e a reportagem reproduz agradecimentos dos moradores e afirmações que haviam esperado duas décadas para serem atendidos pela Sabesp — (embora a concessionária não tivesse se comprometido com a construção da rede de drenagem). Finalmente, no final de 2011, os moradores recorreram ao vereador Roberto Trípoli, então presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, e conseguiram a aprovação de uma emenda para a construção de guias, sarjetas e camada asfáltica na favela, o que levou à extinção de um foco persistente de alagamento na rua Paraíso. No entanto, relatos atuais ainda reclamam do fato dos alagamentos não terem sido eliminados e sim deslocados para a rua São Felipe.[395]

Não é de estranhar que parte dos moradores e entidades locais tenham se tornado avessos a alianças com políticos. Mesmo tendo recebido doações de Paulo Maluf para a construção do piso e a compra de cadeiras, a igreja São José Operário seguiu orientações da paróquia e passou a negar apoios explícitos a quaisquer candidatos e partidos. A partir dessa recusa, doações só puderam ser aceitas quando não havia exigência de divulgação do nome de parlamentares ou candidatos. O critério parece ter sido adotado também para além dos círculos da igreja, a julgar pelo modo com que Elisieux recusou certa vez o auxílio do vereador Wadih Mutran para a efetivação do programa de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) na região. Mutran, por muitos anos um dos políticos mais poderosos e influentes da Vila Maria, "apareceu querendo ajudar o EJA" e Elisieux e outros responsáveis pelo programa hesitaram, mas terminaram por aceitar uma faixa de divulgação das aulas, além de cadernos e outros materiais de apoio. "Mas aí tudo tinha

---

[395] Em um informativo distribuído pelo vereador Roberto Trípoli e guardado por Zé (ref. 2011-ANO), leem-se depoimentos como o de Alex Sandro Nascimento, então presidente da União de Moradores: "… conhecemos o vereador Roberto Tripoli em uma audiência pública e resolvemos contar para ele o drama que a comunidade vivia. Na verdade, fizemos isso meio sem esperança, porque estávamos sempre procurando as autoridades, pedindo, implorando por melhorias, sem sermos ouvidos nem atendidos. Mas o vereador Roberto Tripoli nos escutou, resolveu conhecer nossa comunidade. Não fez promessas, mas se propôs a nos ajudar, a lutar junto com a gente pelo asfalto nas ruas, por limpeza no sistema de escoamento de água." Em que pesem as adequações e adaptações realizadas sobre falas com estas para a citada publicação, salta à vista a caracterização elogiosa da relação pessoal entre moradores e vereador. O informativo explica que Tripoli articulou a aprovação de uma emenda no orçamento municipal para construção de sarjetas, guias e camada asfáltica na Vila Nova Tietê.

que vir com o nome do Mutran embaixo", lembrou ela, e a exigência fez com que desistissem do auxílio.

Apesar das críticas e reclamações, os relatos que obtive sugerem que até recentemente alguns moradores mantiveram alianças e apoiaram candidatos em épocas de eleições. O desapontamento de Lúcia Gervásio, nestes casos, não se refere apenas ao "sumiço" dos candidatos depois de eleitos, mas também ao fato de que ainda durante a campanha seus intermediários não retornaram para acompanhar ou agradecer pelos trabalhos de divulgação (o caso, por exemplo, de Major Olímpio nas eleições para o Senado em 2018). Lúcia atribuiu importância, assim, à quebra de compromisso e ao descuido com o vínculo estabelecido entre moradores e políticos. Moradores também foram associados a atitudes displicentes, como no exemplo extremo de um antigo residente da Vila Nova Tietê que divulgou simultaneamente o nome de políticos rivais, o que fez com que ele "quase apanhasse" ao ser descoberto.

Em um contraste com alianças movidas exclusivamente por interesses próprios, Lúcia citou o que podemos considerar como os melhores exemplos de relações entre moradores e políticos. Mesmo que tais ligações não tenham rendido frutos concretos para a vizinhança, ela não deixou de valorizar atitudes de consideração e estima manifestadas por políticos e seus representantes. Falamos aqui dos laços que se estabeleceram em certas ocasiões com militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), como na campanha para a reeleição de Marta Suplicy em 2004. Na época, representantes do partido organizaram os moradores para um trabalho de panfletagem; para isso entregaram antes cestas básicas; encomendaram os óculos de um dos participantes, levaram o pai de outro ao médico e mantiveram um consultório dentário numa casa alugada na Vila Nova Tietê, por quatro meses, fazendo com que "muita gente ficasse com o sorriso bonito". Além disso, "pagaram um custo de vida" mensal aos envolvidos na campanha política. Lúcia valorizou a iniciativa dos militantes de retornarem à favela e "agradecerem a gente pelo apoio", mesmo depois de terem perdido o pleito, de modo que tais relações não foram vistas unicamente como "meios de satisfazer a objetivos eleitorais".

Uma lembrança de mais longa data segue no mesmo sentido e se refere à promessa de construção de moradias feita por Luiza Erundina durante as eleições municipais de 1988. Lúcia valorizou o fato de que a prefeita, depois de eleita, retornou à comunidade para reconhecer que a situação financeira do município não permitiria que ela cumprisse as promessas. "Quem puder construir, vai construindo por conta própria, que ninguém vai mexer", teria dito Luiza Erundina aos moradores. Assim, na visão de minha interlocutora, "o pessoal não pode falar que ela largou: pelo menos ela deu uma satisfação". Estes últimos exemplos contrastam com o silêncio de Paulo Maluf diante das cobranças pelo cumprimento de promessas de campanha, bem como com as atitudes displicentes de políticos que contratam o apoio dos moradores por intermédio de agentes, "dão o dinheiro e somem", não se importando em retornar uma última vez para agradecer.

Essas avaliações indicam a preocupação com o reconhecimento, a estima e a consideração manifestados por políticos nas interações pessoais com moradores. Encontramos tanto inclinações para o descrédito generalizado dos políticos quanto alianças específicas, sistematicamente colocadas sob escrutínio moral, que visa identificar os reais interesses e objetivos das pessoas investidas de poder. As incertezas da forma de vida ocupação se traduzem, aqui, na manutenção de níveis de desconfiança pessoal e no reconhecimento do caráter ambivalente e duvidoso das alianças e acordos.[396]

Os relatos permitem pensar que a forma de vida ocupação está marcada não somente por altos níveis de desconfiança pessoal direcionada a funcionários ou políticos das mais diversas instâncias e partidos, mas também, e por isso mesmo, por esforços para

---

[396] Tais considerações afastam os moradores de concepções estritas ou convencionais de clientelismo político, nas quais os pobres costumam figurar como vítimas de interesses descompromissados e poderosos. O esforço de Javier Auyero (1999) para desnaturalizar entendimentos consagrados de clientelismo serviu de inspiração para estas reflexões. Concepções da política e de governos predominantemente alicerçadas na dimensão moral das atitudes de governantes (especialmente chefes do poder executivo) foram discutidas no trabalho já clássico de Teresa Caldeira (1984). A discussão que lançamos permite pensar que tais concepções derivam em parte da tendência de valorizar interações interpessoais que ocorrem na imanência das práticas, sob a forma de vida ocupação. Quero dizer com isso que mesmo as avaliações de políticos que não se fizeram presentes na realidade local podem em alguma medida se basear na ponderação do caráter pessoal e dos benefícios obtidos por quem avalia, como se as relações distantes no espaço pudessem ser moldadas e concebidas como variantes das que se estabelecem por proximidade espacial no âmbito da vizinhança. As alianças de cunho clientelístico podem ser vistas, então, como uma modalidade das relações interpessoais que ocorrem com representantes da máquina pública de um modo geral (como as mencionadas no início do presente tópico). Em reforço ao argumento, vale citar outros dois relatos associados a políticos muito diferentes. No primeiro caso, um morador da Cidade Nova disse que Lula continuava alto nas pesquisas de intenção de votos para a presidência da República em 2017 porque "o pessoal do Nordeste é honesto" e retribui a quem lhes deu ao menos "uma telha", em contraste com outros governantes, que nunca haviam dado nada. "É uma questão de honestidade e nada mais", disse ele. O segundo exemplo é o de uma moradora da ocupação Douglas Rodrigues que afirmou que ainda hoje votaria em Paulo Maluf porque ele teria construído "coisas boas para os pobres", como os conjuntos habitacionais Cingapura e "muitos viadutos", em contraste com as gestões municipais mais recentes de Gilberto Kassab e João Doria. Minha interlocutora afirmou que votaria também em Fernando Collor de Mello para presidente porque o político aprovou nos anos 1990 uma lei que permitira a seu último cônjuge tornar-se legalmente o pai de seus filhos.

identificar aqueles que são de fato dignos de confiança e estima. Certamente, a percepção de uma ausência e inconstância de leis, regras e diretrizes de governo conduz à exacerbação da importância dos políticos e funcionários, vistos talvez como os únicos capazes de trazer benefícios e melhores condições de vida para a região. Acordos e alianças estão marcados pelo signo da incerteza, da dúvida e da ambivalência e, em certo sentido, é isto que justifica os acionamentos estratégicos e pontuais da máquina pública, corporificados por intermédio de funcionários e políticos. Nesse sentido, podemos perceber que o poder público tende a ser associado a representantes que precisam ser convencidos, conquistados ou mesmo comprados para a realização de serviços (o que não poderia estar mais distante de uma concepção do Estado como garantidor de direitos).

6.4. Forçando o atendimento

Algumas conquistas foram obtidas de formas distintas das anteriores, por meio de ações de contestação radical que forçaram a máquina pública a responder e conceder benefícios. Curiosamente, as três histórias que apresento a seguir envolvem obtenção de espaços e equipamentos de lazer e cultura, setores que foram sistematicamente negligenciados pelo poder público no decorrer dos anos, de acordo com a avaliação de João Mário e de outros moradores ligados à arte e à produção cultural na região. Dentre os traços distintivos das iniciativas que apresento a seguir está o fato de ocorrerem de modo ocasional ou pontual, o que contrasta com as modalidades de obtenção de conquistas anteriores, muito mais disseminadas e frequentes. Outro aspecto é que tratamos aqui de ocupações de espaços públicos que não dependem de grandes mobilizações, mas de grupos articulados situacionalmente, que emergem ou afloram mesmo em contexto de desmobilização das favelas.

O primeiro exemplo parece singelo mas ajuda a imaginar que ações desse tipo podem ser de naturezas e escalas muito diversas. Trata-se das insistentes iniciativas de jovens para utilizar a quadra de esportes da EMEF Paulo Carneiro no período noturno e em finais de semana, ou seja, em horários em que a escola permanecia fechada. De acordo com um relato que ouvi, a quadra "acabou sendo aberta para a comunidade depois que não conseguiram parar as invasões dos jovens". Eles pulavam o muro diversas vezes para "jogar bola" e chegaram mesmo a abrir um buraco no muro dos fundos da instituição (acessível pela rua Santo Amaro) para entrar na quadra. Cosmo, que mora em frente ao equipamento, responsabilizou-se por tomar conta do espaço e a escola então consentiu em deixar a quadra aberta. Em minhas visitas, observei que os portões da quadra

permaneciam destrancados e as partidas de futebol ocorriam com frequência, em diversos dias e horários.[397]

O segundo exemplo refere-se ao ano de 2001 e envolveu moradores ligados a práticas artísticas e culturais na região. João Mário e um amigo chamado Erandir, conhecido como Chumbinho, tinham cerca de 16 ou 17 anos, haviam acabado de se formar no ensino médio e protagonizaram a ação de ocupação de um terreno na esquina das ruas Galileu Gaia e Manguari. O local havia sido apropriado pela empresa situada ao lado[398] e, ao consultar informações na Subprefeitura, Chumbinho descobriu que se tratava de uma propriedade pública. Com um grupo de pessoas, João Mário e Chumbinho ocuparam o terreno, limparam o "matagal" que havia ali e promoveram uma série de atividades, entre as quais shows de artistas e duas feiras de artes e artesanato, em parte com trabalhos de um grupo de mulheres das comunidades locais atendidas pelo programa Começar de Novo (promovido pela gestão municipal de Marta Suplicy). Constituíram o estatuto e CNPJ e batizaram o espaço de "Grêmio Cultural" — pela lembrança de João Mário, o nome derivava da experiência que os dois amigos haviam acumulado no grêmio escolar (na Escola Estadual Senador Paulo Egydio de Oliveira Carvalho), onde João Mário atuara como diretor cultural.

A intenção da ocupação era que o local funcionasse como espaço para reuniões para uma série de manifestações que estavam ocorrendo no "corredor cultural" compreendido entre a Marginal Tietê e a Rodovia Dutra. Nas palavras de João Mário, "o grêmio tinha um pouco essa ideia nossa de fomentar iniciativas, de chamar e agregar parcerias no território." Havia uma dimensão política da ocupação, responsável por atrair artistas e produtores culturais que pudessem promover debates sobre os potenciais do espaço. O Grêmio Cultural recebeu apoio de um grupo de "pastoral da moradia" e da Central de

---

[397] A quadra chegou a abrigar mesmo alguns bailes-funk, mas eles foram reprimidos pela polícia devido a reclamações de moradores e da própria escola, em função do barulho excessivo, da venda de bebidas alcoólicas e da sujeira gerada nos eventos.

[398] A foto aérea de 1997 mostra o terreno integrado ao galpão vizinho.

Movimentos Populares, envolveu religiosos interessados na produção cultural, foi objeto de artigos e pesquisas.[399]

A ocupação do Grêmio Cultural deu-se num contexto de intensificação de discussões sobre políticas públicas por conta da implantação do Orçamento Participativo (OP) durante a gestão Marta Suplicy na prefeitura. João Mário participou do OP Criança (voltado a discutir e deliberar sobre a destinação de verbas públicas para crianças e adolescentes), tornando-se depois delegado do OP na Subprefeitura da Vila Maria, com Chumbinho e antigas lideranças locais. Discussões sobre a destinação dos recursos eram intensas e João Mário lembrou de muitos moradores que se mobilizaram para agregar votantes e conseguir atrair investimentos para as favelas locais. Foi nesse âmbito que ganharam uma votação e obtiveram dotação orçamentária para promover ações no Grêmio Cultural em 2005, mas Marta Suplicy não foi reeleita e o novo prefeito, José Serra, desfez os conselhos de OP e, no entender de João Mário, deixou de considerar contextos periféricos como prioridades de governo.

No âmbito da Subprefeitura, novos funcionários determinaram, sem consulta à população, que a região carecia de creches e manifestaram a intenção de usar o terreno do Grêmio Cultural para sanar esta falta. "De fato, creche é sempre uma demanda…" refletiu João Mário. "Mas se comparar com equipamentos públicos de lazer e cultura, o que você tem aqui? Nada." Os responsáveis pela ocupação continuaram no terreno por alguns meses, tentaram realizar reuniões, mas não conseguiram "negociar" com o poder público. Mais uma vez, refletiu ele, atividades artísticas e culturais foram relegadas ao segundo plano e, diante do risco de que o terreno fosse destinado a uma função menos relevante (como uma "praça", por exemplo), a coletividade envolvida no Grêmio consentiu na

---

[399] De acordo com João Mário, as ações foram noticiadas no jornal *SP Zona Norte* e numa publicação do Instituto Polis (não encontrei essas matérias). Pode parecer estranho que jovens recém-egressos do ensino médio tenham desempenhado papéis decisivos nesta iniciativa e é importante reconhecer, pelo menos para o caso de João Mário, uma trajetória que desde cedo agregou oportunidades de formação e articulação coletiva no âmbito da vizinhança: a educação política e religiosa obtida na igreja São José Operário e com as Irmãs Vicentinas (especialmente por meio do contato com Irmã Elza Baeta Barbosa); a participação em práticas culturais e artísticas locais e também em programas de governo voltados à infância e adolescência, como o *Cingaball*, campeonato organizado pela gestão Celso Pitta e que, de acordo com ele, o levou a conhecer outros conjuntos habitacionais Cingapura na cidade. Nas palavras de João Mário, "eu sou um pouco cria desses ensaios de projetos comunitários", ou seja, de uma série de iniciativas que encontram dificuldades para se consolidar, mas que não deixam de despontar, mesmo nos contextos em que estamos estudando, carentes de políticas culturais e de coletivos ligados à política comunitária e à produção cultural e artística.

construção da creche (atual CEI Parque Novo Mundo II).[400] Estes episódios sugerem que a conquista do grêmio cultural dependia de vitórias em duas arenas de disputa: aquela relativa ao espaço urbano, materializada na ocupação efetiva do terreno, e a que se desenrolou na esfera da política governamental, e foi capaz de reverter as vantagens obtidas no primeiro âmbito.

A terceira iniciativa de impelir o poder público a atender demandas de cunho artístico e cultural ocorreu em 2013 e foi mais bem sucedida, já que deu origem à atual Casa de Cultura da Vila Guilherme. Neste caso podemos falar de um entrelaçamento mais efetivo entre ações realizadas nas arenas do espaço urbano e da política,[401] contando inclusive com a participação de Ollitta, Nilda e outras lideranças que, pouco tempo depois, viriam a organizar a ocupação Douglas Rodrigues. A história começa em 2012 com a visita do então candidato à prefeitura Fernando Haddad à Vila Maria e regiões adjacentes.

O passeio foi guiado e orientado por Ollitta, na condição de membro do Diretório Zonal do PT na Vila Maria. Ollitta é também um dos fundadores do partido e pertence à Corrente O Trabalho (vertente minoritária de esquerda radical no interior da máquina partidária). Como parte da visita, ele apresentou o chamado "casarão da Vila Guilherme"

---

[400] Anos depois, em 2010, João Mário, Lúcia Gervásio, Neide Nunes, Edinei Nunes Gervásio e outros fiéis da igreja São José Operário, ligados a atividades sociais, artísticas e culturais fundaram o Miarcas (Movimento Interativo de Arte, Cultura e Ação Social), renovando a intenção de reunir grupos que se desenvolviam de modo independente e "isolado" na região: bandas de música, um grupo de teatro chamado TPC, organizado por Edinei e que funcionava desde 2003, assim como o projeto Mulheres em Ação, continuador das atividades de empreendedorismo e geração de renda que se iniciaram sob o programa Começar de Novo. Edinei, também educado na tradição católica, fora por muitos anos orientando de Irmã Iraci, graduara-se em artes cênicas e coordenou a encenação de diversas peças, bem como de saraus e práticas de escrita de poesia (Edinei aparecerá adiante, com iniciativas decisivas para a implementação do CEU Novo Mundo). O que gostaria de ressaltar aqui é a tenacidade com que as pessoas ligadas ao Miarcas perseveraram no decorrer dos anos, sem contar com uma sede, ocupando temporariamente o espaço da igreja São José Operário. No decorrer dos anos, uma série de atividades foram organizadas: as de cunho artístico e cultural, já referidas, e também as voltadas à assistência social, na forma de almoços beneficentes, bingos e festas de dias das crianças (estas últimas protagonizadas por Neide Nunes na rua Arenápolis). Pode-se imaginar como tais iniciativas teriam se fortalecido caso o espaço do Grêmio Cultural tivesse sido reconhecido como tal.

[401] No nono capítulo, dedicado principalmente à Douglas Rodrigues, a análise adota de forma mais explícita e sistemática a ideia de ações combinadas e entrelaçadas nas arenas do espaço urbano, da política governamental e do judiciário.

a Haddad (mansão que pertencia à prefeitura e estava abandonada desde 2004[402]). Haddad simpatizou com a sugestão de transformar o imóvel num centro cultural, mas depois de eleito deixou de responder aos insistentes apelos de militantes e artistas da região. Quando ficou claro que o centro cultural não fazia parte dos planos da nova gestão, ainda no primeiro semestre de governo, Ollitta, Nilda e outros militantes do partido se uniram a um grupo de cerca de 40 ou 50 artistas e produtores culturais da região, além de jovens do grupo Juventude e Revolução do PT para ocupar o edifício abandonado. A polícia não conseguiu retirá-los, jovens artistas passaram a residir no local e nos meses seguintes uma série de atividades culturais e de resistência tiveram lugar.

Passos cruciais para a conversão do casarão em espaço cultural ocorreram no âmbito da Subprefeitura e do Conselho Participativo Municipal (CPM) de Vila Maria/ Vila Guilherme — instância consultiva criada pela própria gestão Fernando Haddad e composta por cidadãos eleitos para mandatos de dois anos.[403] Na época, uma das conselheiras era Kamila Gomes, educadora que na década de 2010 passou a trabalhar na região que estamos estudando e a engajar-se em articulações com o poder público (em outubro de 2020 Kamila era diretora da EMEI Cidade Nova). Nas reuniões do CPM, Kamila foi uma das vozes que insistiu na vocação cultural do casarão. Um dos engenheiros responsáveis pela elaboração do orçamento na Subprefeitura elaborou uma estimativa apontando um custo de um milhão e meio de reais para reformar e restaurar o imóvel, mas não havia previsão para a realização da obra, até que ocorreu uma visita de Fernando Haddad a uma das reuniões do CPM. A pauta do encontro era extensa e não houve tempo para que a população levantasse questões adicionais (como a reforma do casarão), mas Kamila exigiu a palavra e, segundo um dos presentes, Haddad não pôde se recusar a atendê-la porque se tratava de "uma mulher negra numa audiência popular". Kamila insistiu que o casarão permanecia ocupado e precisava de uma reforma para ser convertido em casa de cultura. Haddad consultou o engenheiro responsável pelo orçamento, confirmou que se tratava de uma despesa admissível e disse a Kamila: "você vai ter o seu um milhão e meio e eu vou voltar aqui para inaugurar a obra com você". De acordo com um dos relatos, ela ficou conhecida na subprefeitura como "a mulher do milhão e meio", o que nem sempre inspirou uma boa acolhida entre os funcionários da

---

[402] O imóvel situa-se da Praça Oscar da Silva, 110. Foi construído em 1924 e abrigou uma escola até 1977, quando deu lugar à sede da Administração Regional. A trajetória política de Ollitta inclui o período em que trabalhou no prédio durante a gestão de Luiza Erundina, exercendo o cargo de administrador regional da Vila Maria.

[403] A regulamentação inicial destes conselhos foi estabelecida por meio do decreto n. 54.156, de 1 de agosto de 2013. A gestão Bruno Covas enfraqueceu significativamente o poder dos CPMs, reduzindo em cerca de um terço o número de conselheiros através do decreto n. 59.023, de 21 de outubro de 2019.

repartição. A Casa de Cultura da Vila Guilherme foi inaugurada em 11 de junho de 2016 e é hoje um dos únicos equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura no distrito de Vila Maria.[404]

Vemos que, à diferença do que ocorreu com o Grêmio Cultural, a ocupação de um espaço físico foi suplementada com ações na esfera da política governamental por parte de pessoas conhecedoras do funcionamento da máquina pública. Mais do que isso, a intervenção de Kamila na reunião do CPM em que Haddad estava presente pode ser vista como uma forma de tirar partido da proximidade espacial com uma autoridade pública, constrangendo-a a atender uma reivindicação que estava sendo sistematicamente ignorada ou ao menos enfraquecida ao passar por instâncias intermediárias de governo. Como venho observando, a habilidade em interagir face a face é constitutiva da forma de vida ocupação.

6.5. Complexidade estatal e persistência

"Muita gente diz que trouxe o CEU [Novo Mundo], mas na verdade foi um processo coletivo. Nenhum equipamento surge do nada." A afirmação é de Kamila Gomes e sugere que por trás da conquista do CEU existiu uma sequência de esforços pouco coordenados e reconhecidos entre os moradores da região, de modo que pessoas diferentes podem afirmar terem sido responsáveis pela chegada do equipamento. Eu mesmo conheci tardiamente os fatos que apresento a seguir e eles sugerem a existência de outros, que não pude averiguar. A incompletude dos relatos deve ser objeto de reflexão, apontando para a complexidade dos processos administrativos e governamentais que estão sob a obtenção de conquistas por vias oficiais ou regulamentares, e que transcorrem em grande medida no interior da arena política e do aparato estatal. Esboça-se, assim, uma quarta e última modalidade de ação que o exemplo do CEU sinaliza: um conjunto heterogêneo de saberes e capacidades necessários para sensibilizar ou impactar a máquina pública em distintos locais e instâncias. Se isso foi possível mesmo em comunidades vistas como desarticuladas, é porque essas ações dependeram da persistência de algumas pessoas e não tanto da mobilização da massa dos moradores.

A área correspondente ao terreno do CEU havia sido ocupada desde o início da década de 1970 por uma fábrica de caixões do Serviço Funerário do Município de São

---

[404] Mais informações: https://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/espaco/828/ e https://www.youtube.com/watch?v=T597TnfJqt0

Paulo.[405] Em 2010, muitos sabiam que, por vários anos, a fábrica estivera quase desativada, contando apenas com alguns serviços e funcionários — o que suscitava uma expectativa sobre a ocupação futura do local. Pelo que pude averiguar, a primeira reivindicação de um CEU para o terreno ocorreu em 2012, envolvendo "Edinho" Ribeiro, funcionário do Núcleo Cristão Cidadania e Vida (NCCV)[406] e Edinei Nunes Gervásio, artista e produtor cultural crescido na favela Área Quatro, fiel da igreja São José Operário e fundador do coletivo Miarcas, como mostrei antes. De acordo com uma reportagem de 2013, Edinho propôs a Edinei que "batalhassem" por um CEU na região e isso parece estar na origem da criação do chamado Movimento de Articulação Social e Política (Moasp), com o propósito de trazer equipamentos culturais, sociais e educacionais para a região. Na notícia citada, Edinho afirma que o terreno da Funerária estava sendo disputado por onze secretarias de governo, de modo que "[t]irar a funerária dali não vai ser uma briga tão simples."[407]

Em 2013, o Moasp entregou à recém-eleita gestão Fernando Haddad, em 2013, um abaixo-assinado com mais de quatro mil assinaturas, além de estudos que mostravam a viabilidade e relevância da implantação do CEU no terreno da Funerária. O pedido contou com a intermediação de Orlando Silva, também recém-empossado vereador. Silva pertencia ao PCdoB, partido da base aliada do governo Haddad e isso, de acordo com João

---

[405] O edifício está presente na foto aérea de 1973 e aparece também no mapa do Gegran, de 1972.

[406] Organização de assistência social localizada em frente ao Cingapura Novo Mundo, na Avenida Tenente Amaro Felicíssimo da Silveira.

[407] Ref. 2013-07-10. Palavras de Edinho na mesma reportagem: "[n]este ano [2012] o Edinho, do Núcleo Cristão Cidadania e Vida, me procurou com a proposta de batalharmos por um CEU na região. Ele queria a comunidade lutando junto e foi aí que surgiu a ideia de fortalecermos as lideranças para buscarmos juntos o pedido deste equipamento. O Moasp veio como fortalecedor da ideia, assumindo a responsabilidade de juntar a comunidade para lutar pelo espaço". Além do que consta nesta notícia, nunca havia ouvido falar do Moasp; é provável que tenha se configurado unicamente para dar nome ao esforço pontual de reivindicação do CEU Novo Mundo.

Mário, explica o poder de penetração adquirido pela requisição em favor da construção de um centro educacional na região.[408]

O CEU Novo Mundo foi também objeto de insistentes reivindicações no âmbito do Conselho Participativo Municipal (CPM) de Vila Maria/Vila Guilherme. Kamila Gomes e Edinei Gervásio foram conselheiros do CPM, com outros moradores. Kamila observou que a ideia de construção do CEU surgiu no início da atuação do conselho, quando resgataram propostas registradas em atas de audiências públicas de anos anteriores. Afirmou que havia o risco de que o terreno e os recursos disponíveis no âmbito da subprefeitura fossem destinados a outros fins e, por isso, "colocava o CEU como prioridade" em todas as reuniões das quais participava. De acordo com seus relatos, um dos primeiros impasses envolveu propostas conflitantes de construção de um conjunto habitacional ou de um centro educacional. Em agosto de 2013, diante do início a ocupação Douglas Rodrigues num terreno das proximidades, algumas falas no CPM indicaram que a demanda por habitação não parecia mais tão premente. Havia também uma disputa com quem priorizava a reforma do Hospital Vereador José Storópoli.[409] Pelo que se depreende do relato de Kamila e das atas publicadas dos encontros do CPM,[410] a construção do CEU Novo Mundo e a reforma do Hospital foram se configurando como duas obras prioritárias para a Subprefeitura durante a gestão Haddad.

Kamila alertou que, para que a demanda fosse de fato atendida, não bastava referendá-la no âmbito do CPM, mas era preciso garantir dotação orçamentária específica, defendendo o CEU como meta de governo no Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo (CPOP), outro órgão de gestão participativa implementado pela

---

[408] Orlando Silva foi Ministro dos esportes do governo Lula e do início do governo Dilma, entre março de 2006 e outubro de 2011. Atuou como vereador de São Paulo entre janeiro de 2013 e fevereiro de 2015, quando assumiu o mandato de deputado federal. Segue ocupando o mesmo cargo em 2022, tendo sido reeleito em 2018. O recurso a este parlamentar sugere uma combinação da modalidade de ação aqui analisada com a já referida tendência de recorrer a representantes do poder público para contornar dificuldades de atendimento, embora neste caso as negociações tenham sido públicas e oficiais.

[409] Conhecido na região como "Vermelhinho". No capítulo terceiro, cito este hospital como uma das conquistas das antigas lideranças da região.

[410] Ver especialmente a ata de 24 de agosto de 2015, disponível no endereço online <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/vila_maria_vila_guilherme/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/conselho_participativo/index.php?p=52123>.
Acesso em 27 nov. 2021.

gestão Haddad.[411] Estes órgãos consultivos estavam relacionados e havia previsão de que dois membros do CPM de cada Subprefeitura fossem eleitos para compor o CPOP. Kamila foi uma destas representantes eleitas pela Vila Maria, defendeu a construção do CEU no CPOP e discutiu detalhes da implementação do equipamento com diferentes secretarias de governo. Conforme explicou, "a política pública só existe quando está no orçamento, quando entrou na lei orçamentária: é ali que a coisa acontece. A Subprefeitura pode ter milhões de reais, mas se só tiver 'dotação' de limpeza, não vai poder gastar para construir o CEU ou qualquer outra coisa. Ninguém aqui entende muito bem isso", refletiu ela, deixando claro que esses trâmites eram obscuros para grande parte da população.

Como se vê, o esforço realizado em distintos âmbitos e por diferentes pessoas é do conhecimento de poucos, fazendo o CEU Novo Mundo parecer o resultado de uma decisão de governo. O descrédito diante da paralisação das obras recai também sobre a prefeitura, mas, ao menos para a fala de uma participante do CPM, os conselheiros eleitos a partir de 2018 e mesmo a população em geral "acabaram não brigando pelo CEU". A afirmação traz implícita a necessidade de persistir nos esforços de reivindicação até a entrega efetiva do equipamento. Se as obras do centro educacional permaneceram suspensas e inacabadas durante quase quatro anos, foram retomadas e concluídas às pressas, nos cerca de três meses anteriores às eleições de 2020[412]. Mesmo depois da inauguração oficial nas vésperas deste pleito, o CEU permaneceu fechado até o início de 2022, seja por conta do atraso na escolha da entidade que se responsabilizaria pela administração e gestão deste e de outros CEUs construídos a partir da gestão Haddad, seja por conta de problemas construtivos que surgiram depois.

Foram dez anos de espera pela abertura do equipamento, desde o início das reivindicações que envolveram a coleta de milhares de assinaturas, articulações políticas com um vereador, insistentes defesas da obra em conselhos participativos e negociações no âmbito da montagem do orçamento municipal. A conquista se deu exclusivamente no âmbito da política governamental e teve de lidar com o caráter complexo e intrincado da máquina estatal dos dias atuais. Entretanto, vimos que as reivindicações pelo Grêmio Cultural se concentraram na arena do espaço urbano, abrindo o flanco para investidas oriundas da arena política que, em última instância, mostraram-se decisivas para a desmontagem do projeto inicial. A luta pela Casa de Cultura da Vila Guilherme, por sua vez, soube combinar ações de pressão e negociação em ambas as arenas, relacionando-as

---

411 Através do decreto n. 54.837, de 13 de fevereiro de 2014. Sem qualquer consulta à opinião pública e à população, o CPOP foi extinto no início da gestão João Doria (2019-2022) pelo decreto n. 57.802, de julho de 2017.

412 O prazo exíguo obrigou a que alterações significativas do projeto fossem feitas, o que comprometeu parte da qualidade final dos espaços e instalações, como exposto no primeiro capítulo.

entre si. O ato de ocupar espaços, protestar e pressionar pessoalmente políticos e autoridades públicas (modalidades de obtenção de conquistas comuns na forma de vida ocupação) representaram contribuições importantes para enfrentar a complexidade estatal na arena da política governamental.

Terceira parte: Persistências

Capítulo 7: Terra de ninguém

Fig. 7.a - Rua Vitória Soares, uma das principais da ocupação Douglas Rodrigues, vista da cobertura do antigo galpão da empresa Dom Vital. Foto do autor, 23/março/2018.

Fig. 7.b - Rua 28 de Agosto, uma das principais da Ocupação Douglas Rodrigues, com moradias desalinhadas e acúmulo de águas servidas. Foto do autor, 23/março/2018.

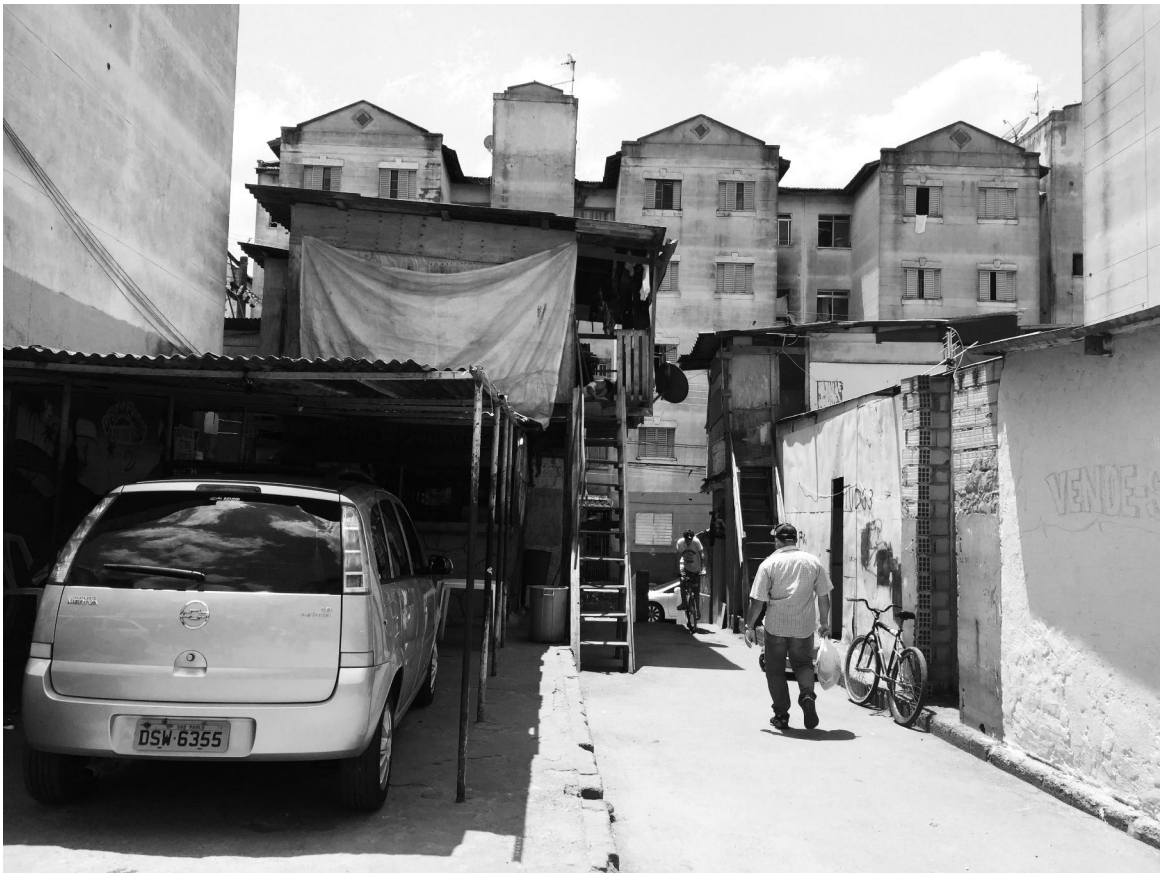


Fig. 7.c - Ocupações no interior do Conjunto Cingapura da Avenida Tenente Amaro. Foto do autor, 24/fevereiro/2018.

"Não mudou nada, estou vendo que nada mudou. E assim vai, né, minha filha. Isso dói. Dói dentro de mim." Estas são palavras de Maria Irene Santana, entrevistada por uma repórter do Jornal Gazeta em 2 de setembro de 2013.[413] Havia quatro dias que a ocupação Douglas Rodrigues começara e Maria Irene se lembrava que há quarenta anos tinha migrado do Maranhão para uma ocupação semelhante em São Paulo. No momento da reportagem, ela tomava conta de uma área recém-demarcada para que a filha pudesse trabalhar e alimentava uma menina, provavelmente sua neta. Nas palavras da repórter, Maria Irene "via a própria história se repetir".

Na verdade, Maria Irene era uma entre centenas de pessoas que aparecem na matéria, todas elas reservando áreas com poucos metros de largura num terreno com cinquenta mil metros quadrados, de tamanho equivalente a cinco quarteirões. A reportagem mostra o espaço da ocupação salpicado de estacas, fitas plásticas de demarcação, tapumes, cabanas armadas com paus, lonas e lençóis. Em pouco tempo este grande acampamento se transformou num bairro de barracos feitos de madeirite, vigas de madeira e outros materiais. Nos anos subsequentes, as moradias começaram a ser reconstruídas em concreto e alvenaria de blocos cerâmicos e hoje um número considerável de casas com dois e três andares vai aproximando a ocupação Douglas Rodrigues do aspecto atualmente assumido pelas favelas antigas da região.

A Douglas Rodrigues é uma das recentes ocupações planejadas de terrenos privados na Vila Maria, mas há muitas outras que ocorreram em áreas públicas e condominiais, e que não foram propriamente premeditadas pelos envolvidos. Grande parte dessas novas ocupações surgiu ao longo da década de 2010, seguindo uma tendência observada em toda a cidade de São Paulo. Como sugerem o "nada mudou" de Maria Irene e a imagem de "viver uma história que se repete", é possível indicar muitos paralelos entre as ocupações recentes e o período de formação das primeiras favelas da região, há quarenta ou cinquenta anos atrás. A essa continuidade temporal podemos acrescentar outra de natureza espacial, já que as novas ocupações surgiram ao lado, ou nas proximidades das favelas consolidadas e grande parte de seus integrantes provem delas.

Estamos, assim, diante de prolongamentos, expansões ou deslocamentos da forma de vida ocupação e isso ficará claro pelo reaparecimento de certos temas e problemas discutidos em capítulos anteriores. Para os propósitos deste capítulo, volto a considerar a construção de moradias e a consolidação de vizinhanças inteiras como apropriações da terra de ninguém, ao mesmo tempo em que ressurgem, no interior dos novos assentamentos, dificuldades com descartes de lixo, estacionamento de veículos, definições de limites entre moradias, entre outras. Não se trata, porém, de uma repetição das análises feitas, mas de acrescentar diferenças significativas em relação ao que já foi abordado.

---

[413] Ref. 2013-09-02.

7.1. Ocupações de áreas públicas

Ao longo de décadas houve um crescimento lento e paulatino de áreas ocupadas por moradias em espaços intersticiais no interior ou na vizinhança das favelas estabelecidas há mais tempo na região. Desde os anos 1980, a construção e ampliação de casas foi provocando reduções crescentes em áreas de calçadas, ruas, praças e córregos[414]. Ainda assim, uma série de espaços privados, públicos ou condominiais se manteve livre de ocupações até pouco tempo atrás, como indico a seguir. O crescimento de moradias nesses lugares aponta para sua recente conversão em terra de ninguém, ou seja, espaços vistos como disponíveis para serem ocupados.

As principais áreas públicas às quais me refiro encontram-se nas margens dos córregos Novo Mundo e Biquinha, e no interior dos conjuntos habitacionais Cingapura Novo Mundo e Cingapura Nova Tietê. São espaços estreitos, dispersos e fragmentados, que parecem dificultar o planejamento prévio das ocupações. Nas que se realizam em terrenos privados, por sua vez, o espaço é um recurso abundante e concentrado, e as ameaças e desafios que se colocam no ato de ocupar parecem levar os moradores e lideranças a se organizarem de modo mais efetivo; estamos falando das ocupações Baracela, Douglas Rodrigues e Nova Conquista.

As questões que passo a tratar se mostraram com mais força nas ocupações recentes de áreas públicas, especificamente naquelas das margens de córregos. Pretendo contrapor três conjuntos de explicações para o surgimento e a expansão dessas ocupações. Em primeiro lugar estão as críticas direcionadas aos seus integrantes; em segundo as observações sobre a responsabilidade do poder público e, em terceiro, as tendências que denomino *crescimento incremental*, ou seja, a propensão para a multiplicação das próprias ocupações, coisas e construções, como se fossem independentes da vontade dos agentes. Trata-se de explicações muito diferentes, que ajudam a entender as dinâmicas de ocupação da terra de ninguém, e que não envolvem a constituição de grupos de moradores ou a atuação de lideranças. Boa parte dessa discussão pode ser útil também para

---

[414] Entre os exemplos, vale citar o soterramento do canal Tuiuti (registrado a partir da foto aérea de 1994) e a ocupação do lado sul da rua Paraíso na

Vila Nova Tietê entre os anos de 1996 e 1997 (também de acordo com os registros fotográficos). Exemplos de menor escala envolvem reduções de área das praças Irmã Aninha e Nossa Senhora Aparecida e um pequeno comércio surgido entre 2017 e 2018 na esquina das ruas Principal e Santo Amaro — identificável na comparação entre os registros fotográficos do *google street view* de 2014 e 2019 em https://www.google.com.br/maps/@-23.5188316,-46.575331,3a,75y,108.33h,91.34t/data=!3m7!1e1!3m5!1sky_rjxq-182ljVh_MUdPlQ!2e0!5s20190301T000000!7i16384!8i8192?hl=en).

compreendermos as ocupações de áreas reclamadas por particulares; nestes casos, as ações planejadas e as articulações de moradores pareceram mais presentes, de modo que as dinâmicas que começo a apresentar agora se refratam em novas direções (por isso trato das ocupações de terrenos privados num momento subsequente).

Algumas descrições iniciais se fazem necessárias e podem ser acompanhadas pelas fotos aéreas históricas apresentadas na introdução da tese. O córrego Novo Mundo e seu afluente, o Biquinha, foram abertos pelo poder público (respectivamente nas décadas de 1950 e 1970), para escoar as águas de parte do distrito da Vila Maria em direção ao rio Tietê. Em seus trechos finais, esses córregos atravessam favelas e conjuntos habitacionais da região. Depois de cruzar a rodovia Dutra, o Biquinha faz face com a favela Funerária por cerca de trezentos metros. Logo em seguida, por mais trezentos metros, a paisagem de ambos os lados do córrego está composta de moradias da favela São João. Na sequência, o Biquinha encontra o córrego Novo Mundo, onde outros bairros de moradias precárias foram se desenvolvendo ao longo do tempo: a favela Maria Quedas, mais ao norte, e, já na direção do rio Tietê, o conjunto Cingapura Novo Mundo, e os dois assentamentos Promorar construídos no início dos anos 1980. Os dois conjuntos habitacionais Cingapura foram construídos entre 1995 e 1996 na gestão municipal de Paulo Maluf (1993-1996): o Cingapura Nova Tietê possui oito blocos e ocupa um setor interno da favela homônima, e o Novo Mundo, com 31 blocos, foi implantado num terreno lateral ao córrego Novo Mundo. Nota-se, entre os blocos destes conjuntos, espaços livres , com caminhos de pedestres, pequenas praças, locais de circulação e estacionamento de veículos, além de espaços não destinados a funções específicas, configurados como recuos das edificações em relação aos limites dos terrenos.

Vejamos uma sequência numerosa de fotografias de satélite dos últimos vinte anos, disponíveis para consulta no aplicativo *Google Earth*, para que possamos entender a evolução das ocupações nessas áreas.[415] No ano de 2000, os espaços internos dos conjuntos habitacionais aparecem inteiramente desocupados. Em junho de 2002, surgem coberturas em vagas de estacionamento de ambos. Não se pode saber ao certo quantas, e quais, dessas construções se converteram em moradias, mas o certo é que as ocupações foram se expandindo também por setores que não se destinavam originalmente aos automóveis. Em dezembro de 2008, a ocupação dos espaços internos dos conjuntos já é semelhante à que existe atualmente. Recuos laterais, de fundo e de frente, foram densamente ocupados. Grande parte das construções voltadas às ruas do entorno foram convertidas em bares, mercadinhos e pequenos comércios. Nos últimos anos parece ter havido uma aceleração da verticalização das construções. O Cingapura Novo Mundo, dotado de sete longas vias

---

[415] Não farei referência a registros específicos desta ampla série histórica de fotografias. Atribuo as imagens simplesmente ao mês em que foram registradas, o que basta para aqueles que desejarem procurá-las no aplicativo.

de circulação interna entre os blocos, passou a abrigar renques de barracos erigidos muito próximos às janelas dos apartamentos originais, de modo que, na expressão de uma moradora, muitas pessoas estavam ficando "sem janela".

As imagens de satélite mostram ainda que nos dois conjuntos as áreas descobertas ficaram reduzidas praticamente às circulações internas de pedestres, além de alguns outros espaços, como quadras de futebol e pequenas praças. Dois incêndios importantes, ocorridos nos últimos anos no Cingapura Novo Mundo, são exemplos do único tipo de evento que parece ter causado retrocessos nesse processo de ocupação. As moradias foram reerguidas na sequência, pelo emprego de técnicas construtivas mais resistentes e duráveis, como estruturas em concreto e alvenarias de blocos cerâmicos. De modo geral, os barracos foram se multiplicando e se consolidando progressivamente, inclusive por meio do crescimento vertical. As ocupações nas margens dos córregos, por sua vez, não se consolidaram da mesma forma, passando por uma história complexa de remoções e reocupações. Seu caráter particularmente instável e dinâmico permite desenvolver com mais clareza os nexos relacionados à terra de ninguém.

As fotografias de satélite do *Google Earth* mostram que as laterais do córrego Novo Mundo estavam densamente ocupadas antes de 2000, no trecho entre o Cingapura e a favela Maria Quedas. As ocupações no Biquinha se intensificam a partir de 2002 no trecho da favela São João (na altura da favela Funerária, as ocupações deste córrego não parecem ter sofrido alterações significativas nos últimos anos e não serão aqui consideradas). As margens dos dois córregos atingem ocupação máxima em foto de 2005, mas em 2007 aparecem inteiramente livres de construções, indicando a ocorrência de uma grande remoção. Em 2010, obras de canalização dos dois córregos mostram-se concluídas nas fotos de satélite e as margens e taludes laterais aos cursos de água continuam livres. Canais de concreto instalados abaixo do nível das ruas passam a conduzir os fluxos de água. Assim, as margens dos córregos foram configuradas como taludes com cerca de dois ou três metros de largura, garantindo a transição do terreno entre as cotas dos canais e das ruas laterais.

A partir de fevereiro de 2015, a ocupação do Biquinha recomeça no trecho correspondente à favela São João, com o surgimento de uma cobertura na margem sul, lateral à rua da Bicicleta. Outra construção nasce meses depois na mesma altura, no lado oposto do córrego, e outras vão sendo acrescentadas, até que, nas fotos de julho de 2016 e janeiro de 2017 este córrego já se encontra salpicado de diversas ocupações. Em janeiro de 2017 ressurgem barracos em frente à favela Maria Quedas, nas margens do córrego Novo Mundo, e o início dos barracos frontais ao Cingapura Novo Mundo dá-se em junho de 2017. A foto de abril de 2018 indica que talvez tenha sido o auge desta nova onda de ocupações, permitindo estimar cerca de 30% ou 40% das margens do Biquinha ocupadas (sempre considerando o trecho que passa pela favela São João). Na mesma data, o córrego Novo Mundo apresenta quantidade menor e mais esparsa de barracos, estendendo-se ao

longo de toda a porção entre a favela Maria Quedas e o Cingapura. Este novo auge de barracos não se compara com a densidade alcançada em 2005, mas é bastante expressivo. Na foto de abril de 2019, novamente, as ocupações desaparecem dos taludes dos dois córregos, em função de uma nova remoção.

Fig. 7.d - Ocupações no talude lateral do córrego Biquinha. Data: 30 out. 2017. Foto do autor.

Nas visitas realizadas entre 2017 e 2019, registrei a situação dos córregos durante essa última onda de ocupações. No Biquinha, os taludes alternavam trechos cobertos por mato e árvores com construções em estágios diversos de execução. Havia entulhos acumulados em pequenos montes, barracos de madeirite e outros tipos de materiais, paredes de alvenaria inacabadas, além de áreas niveladas com o asfalto da rua ao lado (rua da Bicicleta), reservadas com correntes e usadas como vagas de estacionamento. Algumas casas em bloco já estavam concluídas e em fevereiro de 2018 observei um morador construindo uma laje de uma margem a outra, encobrindo o córrego por completo. Nos taludes do córrego Novo Mundo, o trecho frontal ao Cingapura estava também ocupado com lixo, entulho, coberturas para automóveis e barracos, mais esparsos e mais precários.

7.2. Culpando moradores

Boa parte dos comentários que ouvi sobre as novas ocupações foi proferida nas reuniões do programa Córrego Limpo, organizadas pela Sabesp. De acordo com o que apresentei na introdução, os encontros ocorreram entre fins de 2017 e o início de 2018, e envolveram a participação de técnicas da Sabesp, funcionários de diferentes instâncias do poder público (como a Secretaria do Verde e a Subprefeitura da Vila Maria), além de alguns moradores. A Sabesp pretendia conscientizar a população para combater o aumento de ligações clandestinas de esgoto e descartes de lixo e entulho nos córregos. Como explicaram as técnicas da empresa, a qualidade da água que chegava ao rio Tietê estava bastante comprometida. Além disso, o descarte de lixo e entulho no leito dos córregos trazia o risco de obstruções e alagamentos. A ocupações nos taludes dos córregos, reiniciadas em 2016, agravavam estas dificuldades.

Para muitos participantes das reuniões, as novas ocupações representavam um retrocesso em relação à situação anterior das obras de canalização dos córregos. Nas palavras de uma das técnicas da Sabesp, "a gente faz e daqui a pouco a gente vê desfeito". A Sabesp havia gastado "muito dinheiro" para canalizar e limpar os córregos, "mas os problemas voltaram". Outra fala associou o aumento das ocupações à não valorização das obras realizadas. Um funcionário da subprefeitura observou que a rede de esgotos do Cingapura Novo Mundo, ampliada há poucos anos, já operava muito além de sua capacidade: "se a rede foi feita para 10, como atender 50?". "De um dia para outro cresce um barraco, não há o que fazer." Além disso, apontou o volume de lixo, objetos e entulhos descartados com frequência pela população e que precisavam ser removidos pela subprefeitura. "Como pode essa população ter tanto descarte de sofá, de armário, de mobiliário? Você remove hoje, amanhã tem mais e depois de amanhã também". Havia ainda problemas com descarte de lixo nas ruas e espaços abertos, além do despejo de entulhos de obra nos taludes e leitos dos córregos, trazendo riscos de obstrução da vazão das águas e enchentes. O trabalho de coleta foi descrito como "enxugar gelo", mas o subprefeito da Vila Maria, presente na ocasião, disse que mesmo assim era preciso realizá-lo: "se não fizer, em uma semana ninguém consegue entrar mais na área".[416]

O aumento de barracos, associado a problemas com esgoto e descartes de lixo e entulhos, parecia indicar que "as pessoas não souberam valorizar o que foi feito", nos termos de uma técnica da Sabesp. De acordo com dois funcionários da subprefeitura, a região estava marcada pela presença de uma "cultura assistencialista", que explicaria

[416] Assim como no capítulo quatro, reaparecem aqui paralelos entre as dinâmicas de proliferação do lixo e das moradias propriamente ditas.

também a baixa frequência às reuniões: as pessoas estariam "acostumadas a receber água de graça, luz de graça, IPTU de graça, moradia de graça, então esperam também que o problema do córrego seja resolvido por nós aqui, sem que precisem participar." Desse modo, o esvaziamento das reuniões do Córrego Limpo foram tomadas como sinais de "descaso" e "inconsequência" dos moradores das favelas. Por vezes as críticas se endereçavam a pessoas específicas, outras vezes a bairros inteiros.

7.3. Crescimento incremental

Lígia Reis, funcionária da Sabesp que atuou muitos anos na região e não fazia parte do programa Córrego Limpo, descreveu o aumento das ocupações no Biquinha como um movimento progressivo que ganhou impulso rápido e que se acelerou num intervalo de meses, entre meados de 2016 e o início de 2017 (confirmando as conclusões extraídas da análise das fotos de satélite). Primeiro, disse ela, um morador da rua da Bicicleta, na lateral sul do Biquinha, aterrou um trecho de talude em frente à sua casa para estacionar o próprio carro. Assim como ele, outros passaram a construir aterros, mais ou menos da mesma forma, subindo muretas de alvenaria diretamente sobre o topo das paredes laterais do canal de concreto até alcançar o nível da rua, e preenchendo o talude com entulhos e materiais divesos para obter uma área plana. Na sequência, outro morador aterrou o talude para construir um barraco estreito e abrir um bar. Então vieram novos barracos, que passaram a ser usados como moradia. Parece claro que muitas das intervenções estavam a cargo de gente que morava no lado oposto da rua da Bicicleta.

As fotos de satélite indicam que a continuidade temporal verificada na expansão dos barracos corresponde a uma outra, de caráter espacial: entre 2015 e janeiro de 2017, eles vão surgindo, muito próximos uns dos outros, na porção mediana em que o Biquinha atravessa a São João.[417] Apenas na foto de agosto de 2017 as ocupações dão indícios de um espalhamento mais amplo pelo comprimento do trecho considerado, o que indica que a certa altura o processo ganhou corpo e mudou de figura, com construções mais distantes umas das outras. No córrego Novo Mundo os barracos possuem também dinâmica e temporalidade próprias. Eles surgem de janeiro de 2017 em diante, e vão proliferando a partir de dois agrupamentos, primeiro na altura da favela Maria Quedas, depois na do

[417] Em janeiro de 2017 aparece também uma outra aglomeração, próxima ao encontro dos dois córregos, mas ela desaparece e/ou se desloca para o lado na foto de maio de 2017.

Cingapura Novo Mundo. Nesse córrego, também se pode falar de uma etapa de disseminação mais ampla e esparsa, como indica a foto de abril de 2018.

As ocupações nos dois córregos passam, assim, por períodos em que barracos vão sendo acrescentados, uns junto aos outros, para depois se generalizarem e se espalharem, de modo relativamente homogêneo, pelos espaços disponíveis. O poder de influência das construções existentes sobre as futuras permanece, por algum tempo, localizado e restrito, conhecendo em seguida uma rápida ampliação, para abranger todo um trecho de córrego. Neste processo, fica claro que o acréscimo de construções não ocorreu em uma velocidade constante, e sim de forma acelerada.

Designo essa forma de expansão como *crescimento incremental*, ou seja, um crescimento exponencial que se dá por adições sucessivas de barracos. Podemos pensar numa tendência de multiplicação crescente das ocupações a partir das já existentes num dado momento e local. Uma imagem sintética do processo foi elaborada por uma moradora da região numa das reuniões do Córrego Limpo: "quando volta um [barraco], os outros também vão voltando… é um atrás do outro". Este é um exemplo de descrição das ocupações como processos em que a vontade e o poder de decisão de sujeitos (individuais ou coletivos) não figuram em primeiro plano. São barracos que fazem surgir outros barracos, como se as pessoas estivessem submetidas a uma dinâmica que não pode ser explicada exclusivamente por suas vontades.

"Vou por um barraco aqui, está todo mundo invadindo…": assim justificou há quinze anos um dos homens que ocupou um trecho do espaço interno do Cingapura Nova Tietê, de acordo com a memória de sua irmã, moradora da rua São Felipe na Área Quatro. Outro relato exemplar é o de um morador do Cingapura Novo Mundo que denominarei Januário. Ele foi um dos que deu início à ocupação de uma das áreas internas do conjunto, há cerca de 17 anos. Segundo ele, quando começou a construir, outros começaram também. "Automaticamente vai surgindo né? Você vai fazendo um e vai surgindo outro… É tão natural, cara... sim, foi rápido." Nesse processo, a área ocupada por moradias se expande até os limites do que é considerado possível em cada contexto, quando espaços livres correspondem praticamente às vias de circulação e acesso. Chega-se assim a estados

de adensamento e congestão, que se traduzem em dificuldades e problemas frequentemente apontados pelos moradores.[418]

Tais relatos não negam que as ocupações derivam de decisões dos sujeitos, é certo. Não se pode negar, porém, a presença de uma dinâmica das coisas e construções, como se tivessem vida própria e pudessem brotar, proliferar e ocupar autonomamente os espaços disponíveis. As colocações deixam claro que não estamos diante dos mesmos parâmetros e intenções que nortearam as atribuições de culpa e responsabilidade a moradores locais ou ao poder público; o que não impede a tentativa de comparação dessas distintas formas de explicar o surgimento e a expansão das novas ocupações.

Se partimos da ideia de que as pessoas agem motivadas por iniciativas prévias, podemos pensar que o crescimento incremental obedece a uma dinâmica coletiva, que vai se consolidando com o tempo. O maior número de barracos reduz a percepção dos riscos de remoção, fazendo com que, cada vez mais, pessoas decidam ocupar (é preciso lembrar que os moradores apostam tempo e recursos nestas construções e que a decisão em as realizar passa por uma estimativa de perdas e prejuízos). Isso não parece acarretar sentimentos de segurança na posse dos espaços ocupados e sim disposições para assumir riscos, que os relatos nunca deixam de reconhecer. Embora não se trate de processos de argumentação e deliberação dos envolvidos, é possível pensar no surgimento de consensos no decorrer do tempo, por meio de concordâncias tácitas em participar de uma iniciativa conjunta de ocupar. Nesse sentido, a decisão individual de construir um barraco representa uma contribuição para a diminuição dos riscos de remoção do conjunto das ocupações.

A ideia de consenso coletivo aplica-se também a uma disposição generalizada para aceitar as novas ocupações, mesmo por parte daqueles que não participam de sua

---

[418] Para Eduardo Pedrosián, os assentamentos precários no bairro de Casavalle em Montevidéu "se comportam como manchas que se expandem liquidamente até preencher os espaços vazios… chega um momento, portanto, em que a fluidez original vai perdendo dinamismo pela presença de construções que vão se assentando até se converterem em estruturas mais duráveis". Um "limite tácito" do adensamento, para Pedrosian, é justamente a preservação das passagens que levam a moradias (Pedrosián, op. cit., p. 99 e 105). Certas áreas internas do Cingapura Novo Mundo sofrem com dificuldades para a realização de reparos na rede de esgotos, já que algumas moradias foram construídas sobre poços de visitação. Lembremos que mencionei acima um relato que lamentou o fato dos moradores do conjunto ficarem sem janelas. Um caso particularmente dramático foi o de uma moradora que tinha um filho paraplégico, e que para sair de casa precisava ser levado com dificuldade à entrada do Cingapura Novo Mundo, uma vez que a expansão das moradias impossibilitava o acesso do veículo da Atende, serviço de transporte a portadores de necessidades especiais oferecido pela prefeitura.

expansão, ou que são por elas prejudicados. Celso, um dos moradores mais antigos do Cingapura Novo Mundo, negou reiteradamente a existência de conflitos entre os que levantam barracos e os que moram nos apartamentos obstruídos por eles. Disse não ser contra estas ocupações, porque "não dá para negar moradia para ninguém", e apontou o crescimento das famílias com o tempo em função da necessidade de acomodar filhos que se casam, por exemplo. Januário, por sua vez, admitiu a existência de problemas envolvendo as ocupações, mas negou que eles levem a conflitos. "É claro que os afetados não gostam, mas não dá para fazer nada … é como as coisas funcionam por aqui." Afirmou ser possível tentar conversar e negociar, mas não se pode impedir a construção de barracos e o exercício do direito à moradia.

Tais dinâmicas coletivas parecem escapar às acusações de descaso e desorganização atribuídas aos moradores locais por algumas das falas nas reuniões do Córrego Limpo. Elas mostram pessoas agindo a favor (ou eximindo-se de agir contra) da garantia de moradia para a coletividade. Mas a dimensão coletiva não deve ser considerada exclusivamente, como mostram falas que associam o crescimento incremental a interesses individuais de certos moradores e à presença de competição e conflitos.

Os relatos ainda ressaltam que ocupações decorrem umas das outras, mas isso não é suficiente para explicar o e surgimento da primeira construção. Esta é uma iniciativa pioneira, qualitativamente diversa das subsequentes, que deflagra o que estou chamando de crescimento incremental; assim, na fala de Lígia citada antes, as ocupações do Biquinha começam com um morador que aterrou um trecho de talude para estacionar o carro. Tais iniciativas foram tratadas com destaque por pessoas que criticaram as ocupações na beira dos córregos. Por exemplo, um morador da Cidade Nova considerou que a presença de fiscalização da prefeitura era importante para não deixar que "o primeiro" ocupasse. Numa reunião do Córrego Limpo, um político e residente antigo da região, tão irritado com as novas ocupações quanto os técnicos e funcionários públicos presentes, falou da necessidade de ter fiscais da prefeitura para que "mandem parar ali mesmo o sujeito que está fincando a primeira estaca". O fiscal ouviria então "um milhão" de razões para que o barraco fosse construído ali, mas não poderia deixar que o morador seguisse adiante. E "se disser que veio do Piauí, tem que dizer pra ele voltar pro Piauí."

O decisivo seria, assim, aquele que crava a primeira estaca, trazendo em seu rastro todos os demais, que são de certo modo autorizados pelo primeiro ato. Não é por acaso que a irritação deste último morador, também oriundo da região nordeste, seja endereçada à pessoa que toma a dianteira e deflagra um processo muito maior, que a ultrapassa. O raciocínio indica, também, que o primeiro a ocupar é, por assim dizer, mais responsável ou mais culpado que os outros. O que contém implicitamente a ideia de que os que vêm

depois se sentem mais autorizados ou menos responsáveis, em função das ações precedentes.[419]

A imagem de alguém que crava a "primeira estaca", gesto inaugural que deflagra o nascimento e crescimento dos barracos, apareceu numa reunião na qual eram apontados também os problemas derivados do adensamento e congestão de espaços e infraestruturas — estas aproximações entre o que poderíamos chamar de pontos de chegada e partida do crescimento incremental intensificam a sensação de aceleração e automatismo desses processos. Outros relatos apontam a importância de iniciativas individuais e as dinâmicas de competição e conflito que têm lugar ao longo da expansão das ocupações. O mesmo consentimento tácito que de antemão autoriza as ocupações no Cingapura Novo Mundo parece gerar uma tensão entre potenciais pretendentes a espaços vistos como disponíveis. Conforme a reflexão de Januário, "se alguém não construir na frente de um apartamento, o próprio morador [do apartamento] constrói".

A necessidade de moradia não é o único fator que induz as pessoas a ocuparem um espaço de forma acelerada, como mostra o depoimento de uma mulher que chamarei de Ângela, moradora da rua São Felipe em frente ao Cingapura Nova Tietê. Ela decidiu ocupar um trecho em frente à sua casa e construir um barraco porque soube de pessoas que queriam instalar um bar no local. "O pessoal ia fazer um boteco ali, eu disse: ah, não, na minha porta ninguém vai fazer boteco, não." Ângela considerou o risco que bares apresentam de se transformarem em "pontos de venda de droga", em focos de "bagunça" e mesmo de bailes-funk. Assim, usou uma sobra de blocos que possuía para levantar paredes, e depois foi procurada por "uns nóias que estavam dormindo lá", interessados em alugar o espaço. Embora reprovasse a prática de aluguel no interior das favelas e a considerasse uma forma de exploração, decidiu alugar o barraco por uma quantia mínima de cem reais ao mês, com a nítida intenção de manter o controle sobre o local e evitar o surgimento de usos indesejados na porta de sua casa.

Da mesma forma que apontei as dinâmicas coletivas, que envolvem a produção de consensos, as relações de competição e conflito que acabo de citar parecem incentivar o crescimento incremental e a tendência de aceleração das ocupações. Ou seja, as ocupações ganham impulso tanto pela presença de composições coletivas quanto por ações

---

[419] No entanto, o depoimento supracitado de Januário poderia indicar que a expectativa de ocupações subsequentes também autoriza a atitude pioneira de quem constrói o primeiro barraco.

fragmentadas de moradores que procuram fazer prevalecer seus interesses uns sobre os outros.[420]

A história de Ângela é interessante como exemplo de alguém que se sentiu forçada a participar de ocupações para evitar consequências indesejadas de um processo em curso. A decisão de "ocupar para evitar que outros ocupem" pode ser vista como uma das únicas formas de exercer controle sobre espaços que, até então, mantiveram-se livres e desimpedidos. Podemos dizer que, com o início das ocupações, os espaços internos do Cingapura Nova Tietê em frente à moradia de Ângela deixaram de ser vistos como presididos por garantias e proibições de ocupação, passando a ser considerados como vazios ou disponíveis para serem apropriados, trazendo com isso uma série de consequências para a vida social local. Além de terem se tornado um recurso apropriável, transformaram-se também em focos de perigos e incertezas até então inexistentes. É nesse sentido que podemos pensar que as ocupações vão convertendo espaços livres (condominiais ou públicos) em terras de ninguém, e essa conversão incentiva a intensificação das ocupações.

Mas o início e o desenvolvimento de uma ocupação não é o único fator responsável por esta conversão. Voltemos agora ao conjunto de falas proferidas nas reuniões do programa Córrego Limpo, para evidenciar o papel que o poder público desempenha neste processo e sua contribuição decisiva para o crescimento das ocupações.

---

[420] As distinções entre interesses coletivos e individuais, ou entre consenso e competição, podem não se mostrar pertinentes em todos os casos. Certa vez, Januário afirmou que alguns trechos de ruas nas favelas da região possuíam casas em melhor estado e com acabamentos mais caros, porque "um vai melhorando a casa e fazendo com que os outros também melhorem". Não fica claro, nesse relato, se se trata de um movimento coletivo ou de uma pressão exercida sobre moradores isolados. Carlos Nelson Ferreira dos Santos descreve uma dinâmica semelhante para a favela Brás de Pina, deixando mais saliente a presença de uma pressão exercida sobre as pessoas para que melhorem o estado de suas moradias. "Quando os vizinhos começavam a construir, os que permaneciam em barracos tinham de fazer alguma coisa. Começavam a ser pressionados, porque 'por causa deles, aquilo ali continuava com cara de favela' e 'aqueles que não podem construir deviam passar seus direitos para outros'. … Talvez pudessem ser aqui rastreadas verdadeiras redes de mexericos e de maledicência ou 'panelinhas'… funcionando como mecanismos fiscalizadores e atualizadores da atribuição de status . … Na pressão informal para construir casas novas é a soma dos interesses individualizados que tenta, por um efeito de acumulação, anular uma fronteira que estigmatiza todos. … Se, para deixar de ser favelado, é preciso acabar com o aspecto físico da favela através de 'operações cosméticas' individualizadas, é lógica a recorrência aos mecanismos de pressão disponíveis, que, aliás, se revelaram muito eficientes." (SANTOS, op. cit., p. 71).

7.4. Culpando o poder público

Nas reuniões do Córrego Limpo os moradores não foram os únicos responsabilizados pela situação dos córregos. As técnicas da Sabesp admitiram que a empresa havia se afastado depois de concluídas as obras de canalização em 2010, deixando de produzir um "enraizamento" das transformações, inclusive por meio da implantação de áreas verdes nos taludes laterais. Justificaram o afastamento da Sabesp por problemas com o "poder paralelo", por dificuldades de relacionamento com a prefeitura durante a gestão de Fernando Haddad e pela crise hídrica que ocorreu em São Paulo, cujo pico deu-se em 2014.

Duas críticas mais concretas à Sabesp e à prefeitura foram mencionadas por moradores (dentro e fora das reuniões) para explicar o aumento das ocupações. Alguns avaliaram o crescimento das ocupações em razão da prefeitura não ter instalado *guard-rails* nas laterais dos córregos, após a conclusão das obras de canalização. As técnicas disseram que o problema derivava da falta de coordenação das políticas de governo, uma vez que a instalação dos *guard-rails* seria responsabilidade da CET (que havia desenvolvido o projeto, mas não o implantara). A segunda crítica apontava a falta de fiscalização da área dos córregos pelo serviço de zeladoria da prefeitura. Lígia Reis contou que as atividades de zeladoria haviam "descambado" em 2016, no fim do mandato de Haddad.[421] Tais observações deixam claro que o caráter público e desimpedido das margens de córregos não pode ser tomado como evidente, dependendo, em grande medida, da atuação permanente de órgãos públicos; se eles não conseguem sustentar proibições e garantias, os espaços públicos correm o risco de serem convertidos em terra de ninguém.

Como mostrei antes, a ausência de moradores nas reuniões do Córrego Limpo foi vista como desinteresse e inconsequência dos moradores. No entanto, problemas de divulgação e organização atribuídos à Sabesp foram também apontados como fatores de esvaziamento dos encontros. Na sétima reunião do programa, ocorrida em 23 de outubro de 2017, quando se discutia a ineficácia de convites por *e-mail*, os participantes aventaram possibilidades de anunciar o programa na televisão e, na outra ponta, convocar as pessoas de porta em porta. A ocorrência das reuniões em horário comercial também foi aventada como explicação para a pequena afluência, mas as técnicas da Sabesp não tinham disponibilidade para horários alternativos. Uma moradora afirmou que "tem muita gente que não está ligando [para os problemas tratados nas reuniões], mas muita gente que está ligando", e que "quem tem interesse em participar é quem trabalha e não pode vir". A

[421] É bom lembrar que as ocupações nos córregos ganharam impulso a partir de julho de 2016, de acordo com a análise das fotografias de satélite realizada antes

realização de reuniões em endereços próximos, mas não internos às favelas e conjuntos habitacionais, também foi indicada como um desincentivo à participação.

A crítica mais contundente à ausência de interessados foi expressa por uma funcionária do CCA Cidade Nova que participou em caráter pontual do sétimo encontro. "Vocês têm noção de quantas promessas a gente já ouviu?", deixando explícita a descrença em relação a projetos de governo.[422] No CCA Cidade Nova ocorrera a primeira reunião organizada pelo Córrego Limpo e uma colega desta funcionária estava presente. Numa entrevista comigo, ela disse que, na primeira reunião, havia moradores e lideranças importantes (cerca de dez pessoas, conforme meus registros), mas na segunda "não apareceu mais ninguém", porque as pessoas perceberam que os encontros não tinham como propósito combater as enchentes, que sempre ocorreram na região, nem realizar reparos na rede de esgotos.

> "Na primeira reunião você viu que tinha algumas pessoas. Você viu o que as pessoas querem? Elas querem um esgoto! Digno. Mas a reunião não é para esse propósito. Eles não estão pensando no povo, isso aqui é uma bagunça! Aqui, quando chove, isso aqui enche de água, não tem para onde escoar essa água. Aqui a gente tem que passar com as crianças dentro d'água! … As pessoas querem prática, elas não querem reunião, elas querem prática. Elas querem fazer! Acontecer!"[423]

A ideia de "promessa" apareceu uma vez mais no sétimo encontro, quando uma das técnicas da Sabesp tentou responder a duas perguntas que, surpreendentemente, não haviam sido feitas nas reuniões anteriores das quais participei. "Mas afinal, o que vocês querem? O que a população precisa fazer?" Em tom de autocrítica, uma delas disse que "geralmente as pessoas ouvem promessas, mas o que a gente pode oferecer não é nem isso, e sim uma possibilidade de se articular para conseguir promessas." Em seguida, indicou a importância da governança e de um trabalho conjunto entre prefeitura,

---

[422] Estava subentendida uma indiferenciação entre as ações e atribuições de instâncias de governo, ou seja, o Estado foi considerado um ente monolítico. Tanto é verdade que, na sequência, o diretor de outro CCA observou que a primeira coisa a ser feita era terminar as obras do CEU Novo Mundo (em construção pela Secretaria Municipal de Educação).

[423] Irmã Iraci, que também estava presente na entrevista, complementou descrevendo um padrão de comportamento duvidoso que seria típico de funcionários da prefeitura (e certamente de outras instâncias de governo, já que estávamos falando da Sabesp): "É, olha, a gente que já conhece questão de prefeitura, a gente já acompanhou muito, eles parecem que, sabe, surge uma ideia e aquelas pessoas vão trabalhando sem ter certeza se vai dar certo ou não. Ai, olha!" Representantes do poder público aparecem, nessa fala, como ingênuos e desavisados.

responsável pela canalização e limpeza dos córregos, a população, que precisaria desfazer instalações irregulares de esgoto e não mais de jogar lixo e entulho nos córregos, e a Sabesp, que deveria realizar reparos e ampliações na rede de esgotos.

Um olhar sobre as principais transformações ocorridas no entorno do córrego Biquinha ajuda a compreender o descrédito de longa data em relação ao poder público. Na mesma época em que o córrego foi aberto, no início dos anos 1970, a prefeitura construía, num terreno lateral, os barracões que deram origem à favela São João. Parte da favela Funerária também cresceu em outros trezentos metros laterais ao córrego Biquinha, a montante. Em suma: existe uma relação íntima e direta entre as obras de abertura do córrego e o surgimento das primeiras favelas no distrito da Vila Maria.

Outras iniciativas no decorrer das décadas foram citadas por meus interlocutores como indícios de comportamentos arbitrários e enganosos dos órgãos públicos. A trajetória de vida de Celso é representativa: ele chegou à região em 1986 e morou na rua Boa Vontade, na favela São João, num terreno relativamente espaçoso, hoje ocupado por duas ou três moradias. Em meados dos anos 1990, quando os moradores do local pediram para a regularizar a área, a prefeitura disse que eles não poderiam permanecer no local, porque o Biquinha receberia novas ruas com cerca de 30 metros de largura de cada lado (de acordo com um dos projetos de interligação entre marginal Tietê e Rodovia Dutra, que nunca ocorreram). Uma justificativa para a construção do Cingapura Novo Mundo era a necessidade de realocar parte dos moradores da favela São João. Celso perdeu sua moradia original e mudou-se para um apartamento do conjunto, mas como o alargamento viário não ocorreu, novos moradores ocuparam o local em que havia morado antes. Januário, mais jovem que Celso, associa a remoção de sua família para o Cingapura Novo Mundo a um incêndio que teria ocorrido na favela São João. Muitos foram deslocados para contêineres, num arranjo provisório que na época ficou conhecido como "bairro da latinha".[424] A memória de Januário relativa a esse período está marcada pelas péssimas condições de habitabilidade e pela apreensão diante dos riscos de não receberem um apartamento. Sua família, de oito pessoas, foi a última a ser transferida para o Cingapura, por isso ela ocupou o último andar do último bloco, num apartamento de dois quartos: "quase não sai", lembrou ele.

Diante do exposto, é possível indicar três iniciativas da prefeitura que geraram remoções e realocações nas proximidades do córrego Biquinha: 1. a construção de alojamentos, que deu origem à favela São João; 2. a remoção parcial de moradores para a construção de uma avenida não executada em meados dos anos 1990; e 3. a remoção de diversos barracos nas margens dos dois córregos entre 2005 e 2007. No início de 2019, uma nova ação da subprefeitura retirou mais uma vez as construções que estavam surgindo e

---

[424] Os contêineres podem ser visualizados na foto aérea de 1996, na porção norte do terreno hoje ocupado pelo Cingapura Novo Mundo.

se consolidando na beira do Biquinha e do Novo Mundo. Januário me contou que representantes da subprefeitura haviam passado e perguntado aos moradores se queriam que as remoções ocorressem "com ou sem polícia". Não houve resistências.[425]

A remoção sumária dos moradores chamou a minha atenção porque num dos encontros do Córrego Limpo foi perguntado ao subprefeito da Vila Maria sobre essa possibilidade e ele afirmou que ela não ocorreria. "Me dá uma semana que a gente limpa o córrego" e remove todos os barracos; complementou, porém, que a remoção não poderia ser feita, porque não havia verba para o realocamento das pessoas. Elas acabariam voltando e o problema, segundo ele, se tornaria maior.

Esse conjunto de relatos e observações associam o poder público a dois papéis contraditórios: por um lado, ele é visto como um dos responsáveis pela conversão de espaços públicos em terras de ninguém, na medida em que se exime de regulá-los e fiscalizá-los; por outro, ele figura como uma das forças a operar no interior da terra de ninguém, por meio de ações repentinas e ilegais, acrescentando parcelas substanciais de insegurança e perigo às vidas dos moradores da região. Em poucas palavras, tanto a prefeitura quanto o governo do Estado (por meio de suas instituições como a Sabesp) estão sistematicamente presentes como uma ameaça em meio à terra de ninguém, ao mesmo tempo em que contribuem para criá-la.

À diferença do que ocorreu com as ocupações nas margens dos córregos, as que tiveram lugar em espaços internos dos dois Cingapuras não passaram por ações de remoção. Os conjuntos habitacionais, como sabemos, não são espaços públicos urbanos e estão diretamente submetidos à gestão da Secretaria Municipal de Habitação (Sehab), que deixou de zelar por eles pouco depois de tê-los entregado aos moradores. Muitos habitantes da Vila Nova Tietê lembraram que o projeto do Cingapura local previa um amplo espaço de lazer ao lado dos edifícios. Carminha recordou que o então prefeito Paulo Maluf prometera aos moradores que eles não ficariam sem espaços de lazer, já que os edifícios haviam sido construídos sobre um campo de futebol. A Secretaria de Habitação

---

[425] Januário perdeu um barraco que havia construído para ampliar seu negócio, mas que estava alugado para uma mulher que mantinha ali um pequeno comércio. Meses antes da remoção, ela o procurara com a intenção de comprar o espaço, mas ele não o vendeu para que ela não fosse prejudicada caso uma remoção viesse a ocorrer. Entendia, também, que as ocupações em margens de córrego eram um "problema" que trazia consequências ambientais, e não se lamentou do ocorrido. Este é outro exemplo de como os moradores nunca deixam de levar em conta os riscos de remoção. Seu relato da evolução das ocupações no córrego Novo Mundo é compatível com o que chamei de crescimento incremental, mas ele citou a remoção como um provável desfecho, meses antes de sua ocorrência: "um dia aparece uma garagem, no outro um barraco, no outro um [barraco destinado ao] aluguel e daqui a pouco derrubam".

deixou o local depois que os prédios foram construídos e as áreas livres restantes foram rapidamente reocupadas por moradias. “Se tivesse continuado no Cingapura, o bairro aqui era outro, mas eles não dão continuidade”, refletiu Ângela. Ela não deixou de considerar a hipótese da prefeitura derrubar todos os barracos instalados nos espaços internos do Cingapura Nova Tietê, mas a realidade é que “a prefeitura abandonou, está tudo abandonado”, reafirma. Quanto ao Cingapura Novo Mundo, Celso frisou o fato de que morava ali há 20 anos, que a prefeitura esteve presente nos três primeiros, depois “desapareceu”. Os moradores ficaram sem administração condominial, sem meios de estabelecer normas de utilização dos espaços ou arrecadar contribuições, tampouco receberam a escritura dos apartamentos. “Aqui sempre foi largado”, disse Januário.

Na fala deste morador, o abandono por parte do poder público está diretamente associado à iniciativa de construir um barraco que deflagrou a ocupação de uma das áreas internas do conjunto. "Se eles fossem fazer uma creche ia ser massa … um CEI, um centro cultural ou algo assim. Então se eles tivessem pensado nisso, eu acharia importante isso. Mas como eles nunca propuseram de fazer algo… eu já tenho uma visão de empreender, de ocupar… não que isso seja bom, mas a questão é que o espaço está aqui ou seja, disponível.” Como podemos ver, no caso dos conjuntos habitacionais, a inexistência de ações de remoção fez com que as ocupações se desenvolvessem de modo mais consistente e estável.

Em fevereiro de 2018, participei de uma visita de reconhecimento dos problemas da região, organizada pelo Conselho Gestor do Perímetro de Ação Integrada 1 - Jardim Japão (PAI 1). Caminhava junto com alguns moradores e técnicos de diferentes instâncias do poder público. Havíamos percorrido as favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê e estávamos diante das ocupações no Cingapura Novo Mundo. Não pude deixar de comparar os problemas com os quais lidávamos no momento com aqueles ainda mais graves, que eu estava assistindo na ocupação Douglas Rodrigues; diante disso, perguntei a uma das técnicas da Sehab se não era possível atuar também naquela área. Ela respondeu em tom pragmático e realista, observando que a Douglas Rodrigues não fazia parte do perímetro estabelecido pelo PAI 1 e que ocupava um terreno privado, onde “a prefeitura não é parte”. Para ela, as pessoas que invadem terrenos privados precisam saber que existem riscos de remoção; considerou que a morosidade da Justiça complicava o processo e que a remoção deveria ter sido realizada rapidamente, quando havia dez por cento dos moradores atuais. Refletiu ainda sobre como as lideranças da Douglas Rodrigues são “fortes” e estão “segurando a onda” da remoção, mas que são também muito “fechadas” e não permitiram que o órgão realizasse um cadastramento das famílias na ocasião de um grande incêndio ocorrido em agosto de 2016. Continuou dizendo ser preciso “avaliar se vale a pena brigar” por uma ocupação que está em situação tão precária, porque “no fim a Sehab pode ser acusada de conivente”. “Já teve incêndio lá e essas coisas acabam depois voltando para nós”. Concluiu dizendo que sequer há verbas para atuar nos espaços

condominiais dos Cingapuras. “Aqui é nossa responsabilidade, aqui a prefeitura deveria ter tomado conta porque é área dela”, mas “nem isso” ela teria conseguido fazer. O que o Conselho Gestor do PAI vinha obtendo era conscientizar a população para certos problemas, visando articulá-la para fortalecer demandas e aumentar as chances de atendimento. Arrematou: técnicas como ela “fazem os relatórios e mandam para cima”, mas dificilmente obtêm recursos necessários.

As perspectivas delineadas por esta técnica não são muito diferentes das colocadas pelas representantes da Sabesp nas reuniões do Córrego Limpo. É interessante observar que, enquanto a técnica da Sehab afirma que os riscos de remoção devem ser considerados por pessoas que ocupam terrenos privados (sujeitos a decisões de reintegração de posse na Justiça), foram os barracos implantados em áreas públicas, nas margens dos córregos Biquinha e Novo Mundo, que conheceram ações ilegais de remoção. De qualquer forma, moradores de todos esses foram explícitos em admitir a existência desses riscos.

Vimos, até o momento, o recurso a três frentes de explicação para o surgimento e a expansão das ocupações nos córregos e espaços internos de conjuntos habitacionais. Primeiro, a população foi associada a atitudes inconsequentes e desinteressadas, principalmente nas falas de técnicos da Sabesp e do poder público municipal, mas também de alguns moradores que apresentaram tais opiniões nas reuniões do Córrego Limpo. Segundo, as ocupações também foram associadas à atuação enganosa, errática e desorganizada do poder público, de acordo com um estilo de atuação que certas falas consideraram bastante antigo. Finalmente, características relacionadas ao que chamei de crescimento incremental representam uma terceira ordem de fatores que ajuda a explicar o surgimento e expansão das novas ocupações. O papel deflagrador da construção do primeiro barraco, o modo como eles se sucedem uns aos outros no espaço e no tempo, bem como o incentivo à sua multiplicação pela presença de relações de cooperação e conflito podem ser vistos como um conjunto de padrões e recorrências que afastam as ocupações da imagem de processos desregrados, caóticos ou “informais”,[426] sujeitos exclusivamente às atitudes e caprichos de moradores, da Sabesp e da prefeitura.

Tais dinâmicas coletivas carecem de atributos claros para serem devidamente identificadas e nomeadas. Mas pode-se afirmar que não se trata de uma coletividade (como, por exemplo, uma associação de moradores formada previamente, mas de modalidades de ação, ao mesmo tempo individual e conjunta, que vão se dando e se movimentando ao ritmo da própria expansão das ocupações, de acordo com múltiplos

---

[426] Afirmações de que favelas e ocupações são construídas de modo “espontâneo” ou “informal” sugerem a inexistência de formas, padrões ou regularidades no processo de formação destes bairros, e vão em sentido oposto das reflexões aqui propostas. Um exemplo conhecido desse tipo de explicação pode ser encontrado no trabalho de Paola Berenstein Jacques (2003).

objetivos, seja os perseguidos por meio de consensos (quanto à disponibilidade dos espaços, quanto aos riscos de ocupação), seja aqueles que implicam em competições e tensões entre os envolvidos. Estamos assim diante de um coletivo social e político que não se enquadra nos limites das definições disponíveis de indivíduos ou grupos, mas que possuem regularidades e modos específicos de proliferação.

7.5. Ocupações de terrenos privados

Certas dinâmicas relacionadas ao surgimento e expansão de moradias parecem mais frequentes em terrenos privados, onde as áreas disponíveis são mais extensas e contínuas do que nos espaços públicos ou condominiais vistos antes. Também é possível pensar que as ocupações de terrenos particulares, por exigirem algum planejamento e articulação prévios, tendem a contar, em alguma medida, com a presença de lideranças ou grupos organizados de moradores. Acordos e consensos entre aqueles que ocupam podem ser objeto de discussões e negociações intensas, uma vez que não devem ser vistas simplesmente como continuidades em relação ao que já existe no entorno.

As mesmas fotos de satélite do aplicativo *Google Earth* nos permitem acompanhar o processo de surgimento e expansão dessas ocupações recentes em terrenos privados. A ocupação Douglas Rodrigues é talvez a mais antiga, tendo começado em agosto de 2013, num terreno desocupado há mais de vinte anos, vizinho à favela Vila Nova Tietê. O local possui cinquenta mil metros quadrados e está todo ocupado na fotografia de satélite de 29 de janeiro de 2014: a maior parte das ruas e vielas está aí configurada e as áreas delimitadas para uso das famílias se estendem por quase todo o terreno. Em junho de 2014, os espaços de moradias estão em boa parte construídos, expandindo-se pelo local como uma grande colcha de retalhos (de modo que há poucas áreas descobertas além das

vias de circulação).[427] A ocupação Nova Conquista, por sua vez, surgiu ao lado da favela Maria Quedas, num terreno com cerca de quatro mil metros quadrados, situado entre as ruas Maria Quedas e Abel Marciano de Oliveira. Os primeiros barracos aparecem em junho de 2014, e em outubro do mesmo ano já recobriam praticamente todo o espaço interno disponível. A ocupação Baracela, de seu lado, resultou de uma ampliação da favela homônima a partir de fevereiro de 2015. Os primeiros barracos surgem nas margens do rio Cabuçu de cima, ampliam-se substancialmente a montante em abril de 2015, totalizando uma área de cerca de nove mil metros quadrados. Em janeiro de 2017 um terreno no lado oposto da rua Baracela é ocupado, com cerca de cinquenta e dois mil metros quadrados. O conjunto das áreas que compõem a Baracela já aparece densamente ocupado em fevereiro de 2018.[428] O quadro mostra que nas ocupações de terrenos privados as moradias cresceram e se consolidaram mais rapidamente do que as implantadas em áreas públicas.

---

[427] Os resultados de dois levantamentos cadastrais parciais realizados na Douglas Rodrigues dão uma ideia do crescimento e consolidação progressiva das moradias. O primeiro foi organizado em março de 2016 pelo Observatório de Remoções e obteve resultados para cerca de 940 moradias (de um total estimado de 1.272). O segundo, organizado por mim em conjunto com a diretoria da ocupação, foi realizado em condições menos favoráveis, com ajuda de voluntários externos em incursões de março a junho de 2019, recolhendo um total de 754 respostas (não houve estimativa do total de moradias, mas elas não parecem ter aumentado significativamente de um levantamento para o outro). As duas pesquisas não são exaustivas, mas configuram uma boa amostra do que ocorreu entre as datas indicadas. Em números inteiros e arredondados, as moradias de madeira caíram de 62% para 17% e construções em blocos cerâmicos cresceram de 30% para 73% (as que combinavam as duas técnicas e materiais variaram de 7% para 10%). Moradias com um cômodo caíram de 41% para 29%, moradias de dois cômodos se mantiveram com cerca de 39%, e as moradias com três ou mais cômodos aumentaram de 19% para 30%. O número de andares das construções não foi escolhido como dado relevante pelo primeiro levantamento, provavelmente porque as construções eram todas térreas, mas no segundo 17% das construções tinham dois pavimentos, e 3% tinham três (outros 80% continuavam com um pavimento). Os resultados da pesquisa que ajudei a realizar em 2019 são inéditos, mas o levantamento do Observatório de Remoções foi apresentado num relatório desta organização (ROLNIK; LEITÃO; COMARU; LINS, ibidem). Mais detalhes sobre a realização dos trabalhos de campo podem ser consultados no doutorado de Stella Paterniani (2019, p. 238-243), antropóloga que participou da pesquisa.

[428] A Baracela localiza-se além do recorte estabelecido para as fotografias aéreas históricas, entre o loteamento original do Parque Novo Mundo e o rio Cabuçu de Cima.

7.6. Surgimento da ocupação Douglas Rodrigues

"Você já imaginou, nós morando na comunidade e um campo do Corinthians aqui? Ia ser uma maravilha. Não, vamos aguentar…". No comentário de Sandra, moradora da Vila Nova Tietê, "aguentar" significava não ocupar o terreno que pertencera à transportadora Dom Vital, vizinha à favela em que morava, para permitir que o Clube Corinthians construísse um estádio, trazendo benefícios e oportunidades para a região. Conforme ouvi dizer, o clube desistiu da compra porque a Ideal Empreendimentos, proprietária da área, estava envolvida em dívidas e irregularidades. Tempos depois, a Igreja Universal também se interessou pelo local e suscitou a circulação de outro argumento entre os moradores da Vila Nova Tietê, ainda de acordo com Sandra: "Bom para a comunidade também, né? A 'Casa das moedas' vai vir para cá, então vamos deixar!" Quando a igreja desistiu da compra, minha interlocutora defendeu a realização da ocupação: "agora não vai ter mais interessado nenhum! [risos]" Para Nilda, principal organizadora da ocupação que viria a se chamar Douglas Rodrigues, os moradores se sentiram motivados a entrar na área quando perceberam que "todos que tentavam comprar [o terreno] desistiam". Em última instância, o que está por trás desse raciocínio é a situação irregular da posse por parte de uma empresa chamada Ideal Empreendimentos.[429]

Outra versão da história diz que Nilda teve ideia de organizar a ocupação quando sua sobrinha olhava da janela de sua casa na Vila Nova Tietê para o terreno desocupado ao lado. "Tanta gente dependendo do aluguel e esse terreno aí parado", disse ela à tia. Segundo Nilda, "a ocupação começou quando eu peguei um caderninho e fui colocando o nome das famílias que precisavam de casa." O processo de cadastro fez com que ela percorresse várias comunidades da região. No decorrer do tempo, foi identificando também as "falcatruas" que envolviam a Ideal Empreendimentos com ajuda de Baixinho, outra liderança atuante nos primeiros anos da ocupação. Algumas visitas de reconhecimento foram realizadas no terreno. A dupla ficou meses "estudando o problema" da organização do espaço. Pretendiam "medir tudo bonitinho" e fazer caber cerca de 600 famílias em lotes de cinco metros de testada por doze e meio de profundidade, para facilitar o enquadramento na legislação urbana e obter futuramente a escritura dos lotes.

---

[429] Em que pesem as diferenças em relação ao surgimento das favelas nos anos 1970, reaparece a tendência de ocupação de terrenos com controvérsias de posse.

Esses aspectos mostram um cuidado com o planejamento prévio da ocupação, o que não exclui a presença de imprevistos e incertezas.

A necessidade de moradia e as "falcatruas" associadas à empresa proprietária do terreno podem ser vistas como justificativas para a organização da ocupação. Um terceiro conjunto de alegações, menos conhecido, aponta para a necessidade de combater perigos e problemas que o terreno baldio trazia para os bairros do entorno. Moradores antigos da região disseram que no passado, "no tempo dos matadores", pessoas eram levadas à área da antiga Dom Vital para serem assassinadas. O terreno era um dos locais de "desova" de cadáveres (assim como foi apontado diversas vezes para os lixões da região) e oferecia uma rota de fuga para perseguidos pela polícia.[430] Vestígios de atividades criminosas foram encontrados durante a construção dos barracos da ocupação (a exemplo de um morador que precisou cavar o solo e descobriu três carcaças humanas). Além disso, anos antes do início da ocupação, um setor central do terreno afundara, dando lugar a uma lagoa, onde crianças que entravam no terreno para brincar morreram afogadas.[431]

"Isso aqui era um açougue humano", disse Nilda certa vez a um juiz que estava para bater o martelo em favor de uma das reintegrações de posse enfrentadas pela ocupação (o argumento não mudou o parecer do magistrado, mas a reintegração foi interrompida por outros motivos, que não cabem aqui apresentar). Nilda disse que "'agora' a área 'tinha' proprietário, mas ficou abandonada por mais de vinte anos", trazendo problemas para os bairros à volta.[432] Além dos perigos acima citados, ela tratou o terreno como foco de bichos e doenças e observou que as crianças do vizinho CEI Vila Maria "viviam doentes e não saravam nunca". Numa de suas habituais combinações de humor e drama, Nilda olhou para mim e disse: "aqui era festival de rato, aqui, se você

---

[430] Vale citar uma reportagem de outubro de 1982, registrando graves ameaças e atos de vandalismo praticados por um grupo de "desocupados" numa recém-inaugurada creche da Vila Maria (atual CEI Vila Maria), vizinha ao terreno que estamos tratando. "Ao lado da creche, há a favela Marconi e, nos fundos, um grande descampado, 'onde a polícia não entra nem que mate'. Quando a polícia aparece — quando aparece —os marginais correm para esse descampado. Daí ninguém os encontra." Os funcionários da creche pedem a presença ostensiva da polícia, bem como a construção de um muro (ref. 1982-10-08).

[431] Lembranças mais positivas de moradores que frequentaram o terreno quando crianças podem ser encontradas na tese de Stella Paterniani (2019, p. 219).

[432] Para alguns, a experiência de abandono se associa ao fato de terem conhecidos ou familiares que trabalharam na transportadora Dom Vital. Nilda observou que cerca de 25 moradores da ocupação pertenciam à "massa falida" da empresa. O primo de Nilda, por exemplo, havia trabalhado como gerente. Miguel, outra liderança da Douglas Rodrigues, havia, ele mesmo, trabalhado para a transportadora.

bobeasse, os ratos te pegavam pelo pé e saíam te levando".[433] O local estava "infestado" não apenas de ratos, mas de bichos de todo tipo. No início da ocupação, moradores foram matar um rato e descobriram que era um gambá. Havia também cobras grandes e perigosas, como uma cascavel que matou o cachorrinho de uma moradora nos primeiros dias da ocupação. Havia ainda sapos e aranhas enorme e na lagoa, no centro do terreno, foi encontrado um filhote de jacaré.

Tudo isso mostra que o terreno não era desabitado ou deserto. Na verdade, pode-se dizer que ele funcionava de acordo com atributos do que venho chamando à terra de ninguém: um local desprovido de controles e regulações, apropriável de formas incertas e perigosas e, mais especificamente, associado à prática de crimes e à expansão e transbordamento de bichos e doenças para áreas vizinhas. Neste contexto, a ocupação também foi vista como uma forma de combater esses perigos por meio da prática de sobreposição de usos, o que, no caso, significa construir moradias para combater crimes e outras ameaças que proliferavam no local.

A ideia de terra de ninguém também é útil para entendermos certas dificuldades que ocorreram na etapa de entrada no terreno. Dias antes da data marcada, pessoas cadastradas para participar da ocupação pediram que Nilda incluísse famílias que ela não conhecia e que não moravam nos bairros da região. Ela argumentou que, primeiro, seria necessário acomodar os moradores já cadastrados dos bairros do entorno, mas manifestou disposição de acolher, no momento seguinte, todos os que precisassem de casa, independentemente da proveniência.[434] Temendo ficar de fora, algumas dessas pessoas se juntaram a outras que não estavam dispostas a respeitar os acordos coletivos articulados por Nilda e entraram no terreno dois dias antes do planejado. Assim, cerca de 25 famílias começaram a ocupação numa madrugada de quarta-feira, em 28 de agosto de 2013, ao invés de sexta-feira, quando a reação do judiciário e da polícia encontraria maiores dificuldades. De acordo com o relato de Nilda, policiais chegaram meia hora depois e na manhã de quinta-feira já estava "chovendo de polícia". As entradas das ruas Condoreiros e Manguari foram cercadas de viaturas, e os policiais chegaram a atirar bombas e a ameaçar as pessoas com cachorros treinados.

---

[433] Eliaquin me contou que, nos anos 1980, ele e outros meninos se embrenhavam no mato do terreno para caçar preás. Eliaquin formulou outro relato divertido, dizendo que "hoje em dia o pessoal chama preá de ratazana".

[434] "Eu falei: 'Primeiro vamos agasalhar os daqui. Ah, se sobrar, é claro: você não mora aqui, você não tem moradia, você tá me provando que não tem e eu tenho um espaço. Eu não vou doar para você? Claro que a gente vai doar para você, seja você de onde for. Tá?' Então assim, sempre trabalhamos assim, só que primeiro nós íamos agasalhar aqueles que nós já tínhamos feito o cadastrinho, bonitinho."

"O pessoal que entrou antes era tão inexperiente que quando a polícia apareceu alguns já saíram correndo", disse Baixinho. Ele lembrou também que os precipitados, sem terem feito um reconhecimento prévio do terreno, estavam desorientados em meio ao mato alto e não sabiam por onde passar para evitar buracos e outros obstáculos. Uma mulher caiu numa depressão, quebrou gravemente a perna e teve que ser levada ao hospital. Os atravessadores tampouco souberam dialogar com os policiais e não conseguiram permissão para sair e entrar da área: ficariam sem água e comida, e foi Nilda quem ajudou-os nas negociações. "Eles vão entrar, são seres humanos e eles precisam comer e eles precisam dormir, vão entrar sim", disse ela aos policiais. Entre os argumentos que usou para dissuadi-los estava a ameaça de chamar "a televisão". Em seguida, Nilda organizou sua própria entrada na propriedade, junto com as cerca de 760 famílias que haviam feito o cadastro.[435]

As circunstâncias geradas ao longo desse processo não permitiram que os lotes fossem demarcados na posição e tamanho planejados: as pessoas precisaram entrar às pressas e antes do combinado, e os atravessadores haviam cercado algumas áreas que não correspondiam às suas necessidades pessoais. Eles resistiram quando as lideranças afirmaram que uma ocupação não podia ter diferenças tão grandes entre os espaços de cada família. Foi preciso, assim, enfrentar os que não cumpriam as orientações para que cedessem parte das áreas, o que não se deu de imediato. A principal estratégia ocorreu quando os espaços disponíveis haviam se esgotado e novas famílias apareceram precisando de moradia. Nilda as convidou a construir em áreas que haviam sido cercadas pelos atravessadores, e embora a atitude tenha sido vista como arriscada, nunca houve reações. "Não teve jeito de segurar", disse Lucas, um dos moradores da ocupação que entrou antes de Nilda no terreno. Em uma conversa, ele confessou que havia reservado uma área maior do que precisava "para fazer um dinheiro depois", mas explicou que "muitos vieram precisando", de modo que foi levado a renunciar ao espaço excedente. A recondução destes espaços a pessoas necessitadas de moradia seguiu, assim, a mesma lógica empregada pelos se apossaram deles primeiramente: não houve negociações e acordos, mas o emprego dos próprios corpos e construções como forma de obter e reforçar a posse — mais uma vez, podemos dizer que as disputas envolveram a substituição de um uso por outro.

A história de um senhor chamado Alceu representa uma variante do processo de tomada dos trechos reservados pelos que chegaram antes. Meu interlocutor chegou com a mulher durante uma das primeiras madrugadas da ocupação e enfrentou dificuldades para encontrar uma área disponível: estava escuro, o terreno já estava quase todo

---

[435] Em algum momento desse processo, pessoas usaram um acesso alternativo, abrindo buraco num muro que comunicava diretamente a Vila Nova Tietê com o espaço interno do terreno, contornando assim a repressão da polícia.

demarcado e um amigo que já estava ali não cumprira o combinado de reservar um espaço para Alceu. O casal encontrou uma grande área desocupada e armou um varal para demarcar um pequeno trecho. Depois de permanecerem no local por algumas horas, pagaram um menino para que ficasse de vigia enquanto saíam para buscar mantimentos e pertences. No dia seguinte, quando já de volta, chegaram também os "donos" da área: homens "bravos", chefiados por uma mulher mais velha que alegou a necessidade de acolher muitos familiares. Tiraram o varal de Alceu, mas ele permaneceu com a mulher embaixo de uma árvore, justificando que estava ali apenas pela sombra. Passado algum tempo, a líder do grupo abordou-os e Alceu fez uma proposta: "Vamos fazer assim? A gente sai, mas vocês ajudam a gente a encontrar um outro espaço? Porque quando eu cheguei vocês não estavam tomando conta." Nesta alegação está subentendido o fato de que Alceu perdera a chance de encontrar outro local por ter reservado aquele em que estavam. A mulher acabou permitindo que eles permanecessem e mais tarde descobriram que os postulantes não tinham uma família tão numerosa quanto haviam alegado.

Pode-se dizer que a ação de atravessadores amplificou a lógica da terra de ninguém, ainda que ela já fizesse parte da realidade local e das ferramentas de ação disponíveis às lideranças: valia para todos, por exemplo, a necessidade de garantir espaços por meio da presença física. Outro aspecto desta mesma lógica favorece os que chegam primeiro e foi isso que inspirou alguns a se adiantarem ao conjunto dos moradores. Pode-se dizer que as articulações prévias à ocupação converteram o terreno em recurso disponível e alguns resolveram agir sem reconhecer os acordos coletivos e a autoridade de lideranças que estavam se constituindo. Isso aponta para a instabilidade e precariedade de poderes estabelecidos fora do âmbito imediato de ação dos sujeitos, de acordo com o que venho apontando: a autoridade política necessita de esforços constantes de construção e manutenção.

Fig. 7.e - Demarcações no terreno, um ou dois dias depois do início da ocupação Douglas Rodrigues. Data: 29 ou 30 de agosto de 2013. Autoria desconhecida. Imagem divulgada na fanpage do movimento Miarcas (ref. 2013-08-30).

Mesmo assim, vale observar que a ação dos atravessadores foi uma ocorrência minoritária num processo em grande medida pautado pelo planejamento prévio, materializado no cadastro das famílias da região e na definição das principais ruas internas da ocupação. Além da definição desses eixos principais de circulação, ficaram prejudicados os tamanhos e proporções de lotes e ruas, mas o que me pareceu central nos depoimentos foi o combate bem-sucedido ao regime de privilégios que os atravessadores tentaram implementar. As lideranças se articularam com famílias que ainda não haviam sido contempladas para combater "presença com presença", ou seja, para sobrepor ocupações a outras ocupações, fazendo prevalecer o direito à moradia sobre a busca por vantagens e privilégios por alguns.

7.7. Moradias ocupam espaços coletivos

Uma série de experiências que conheci no dia a dia das ocupações sugere novos ângulos de reflexão sobre a terra de ninguém. Os acontecimentos que passo a relatar no restante do capítulo ocorreram em momentos e lugares diversos, mas vou associá-los simplesmente à "ocupação Vila Maria", uma construção virtual ou fictícia que tem o propósito de proteger meus interlocutores do eventual mau uso do material aqui exposto, de acordo com o que observei na introdução. Também usarei nomes fictícios para designar ruas, pessoas e associações de moradores.

Em primeiro lugar, podemos falar de uma tendência de avanço das moradias sobre espaços de circulação e uso coletivo em diversas ruas da ocupação Vila Maria, sobretudo quando retrocedemos no tempo para períodos marcados por maior instabilidade e indefinição de limites e fronteiras internas. Com isso, certas ruas foram se estreitando, outras passaram por um encurtamento e há aquelas que perderam uma ou mais conexões, tornando-se sem saída. Portões passaram restringir o acesso a trechos finais de muitas vielas, favorecendo a conversão parcial destes espaços de circulação em lugares para armazenar objetos, estender roupas etc.

O avanço de moradias numa mesma rua não ocorre uniformemente e tende a gerar desconfortos e atritos entre os afetados pelas mudanças. Certa vez, um casal criticava o desalinho das testadas de um renque de casas, observando que elas estavam nesta situação porque "cada um que chega vai pegando um tanto a mais que o vizinho". Em outro contexto, um morador lembrou que sua rua permitia a passagem de carros e associou o estreitamento à atitude de "gente que não consegue ver um palmo de terreno livre" na frente de suas casas. Num terceiro exemplo, um residente de outra rua ampliou a casa sobre a via de circulação e foi seguido por vizinhos, configurando um novo alinhamento que contrariava a vontade dos que moravam mais adiante. Nesses dois últimos casos, reaparece o papel decisivo do morador que toma a primeira iniciativa e deflagra uma dinâmica coletiva, como observei para as ocupações de áreas públicas (embora aqui o processo ocorra em escala menor, envolvendo pessoas que moram numa rua ou trecho de rua). A ampliação pioneira, nesses contextos, fortalece seu poder de repercussão quando impede a passagem de veículos, tornando supérflua a manutenção do alinhamento original para todas as casas da mesma rua.

Conversei sobre esses eventos com Olavo, uma das lideranças da ocupação, e ele observou, com naturalidade, que "uma coisa puxa a outra", assim como ocorre no metrô de São Paulo, com a manutenção dos assentos. Ele disse ter ouvido falar que os assentos dos vagões precisam ser trocados ou consertados de um dia para o outro, porque a presença de uma avaria servia como incentivo para danos em outras instalações. O comentário sugere a presença de uma lógica comum que preside atitudes muito diversas no contexto urbano, permitindo o estabelecimento de paralelos entre ocupações e o restante da cidade. Quer dizer, muitos dos atributos que venho associando à forma de vida ocupação não são exclusivos dos contextos analisados.[436]

---

[436] No âmbito acadêmico, a fala de Olavo apresenta afinidades com a conhecida teoria das janelas quebradas, originalmente proposta pelo artigo de James Wilson e George Kelling (1982). Para os autores, sinais de "desordem" numa vizinhança (janelas quebradas, mendigos, adolescentes rebeldes) deveriam ser combatidos pelo potencial de fomentarem consequências indesejadas, como vandalismo, roubos e crimes propriamente ditos.

Uma história semelhante às anteriores ajuda a entender certas condições necessárias para que moradores se oponham à ampliação das construções nas ruas em que residem. Conversava com um grupo de vizinhos que afirmavam que sua viela era a melhor da ocupação Vila Maria, em termos de relações de vizinhança e capacidade de união para a solução de dificuldades. Contaram que certa vez um morador no fim da viela ia construir uma escada em caracol como acesso externo à sua casa, situada no primeiro andar. "Eu não deixei", disse Mário, que conversava comigo: explicou ao vizinho que a escada reduziria muito a largura da viela e que não daria para passar nem uma geladeira. O morador já estava com o buraco na laje esperando pela chegada da escada, mas se conformou e construiu um lance reto, rente à parede. Nossa conversa voltou-se então para casos mais antigos, e os vizinhos observaram que no começo da ocupação a viela tinha três metros de largura. Mário conseguia estacionar o carro em frente à sua casa, até que um residente da outra extremidade da via ampliou sua moradia, impedindo o acesso de automóveis. Dois ou três de seus vizinhos começaram a ampliar também as suas casas e pudemos observar que eles estavam, todos, situados no mesmo lado da via. O lado oposto permaneceu fiel ao alinhamento original e as testadas mantiveram o traçado retilíneo.[437] Joana, que fazia parte da conversa, observou que uma moradora vizinha das ampliações anunciara que ia ampliar sua casa para alcançar o novo alinhamento. Os moradores já haviam reclamado para Rosa, uma das lideranças da ocupação Vila Maria, mas ela dissera que eram os moradores da rua que precisavam se articular para resolver os problemas. Mário retrucou, sugerindo que eles precisavam organizar um grupo de vizinhos para conversar com a moradora e dissuadi-la de ampliar o barraco: ele não poderia ir lá reclamar sozinho, porque pareceria "encrenqueiro". Lembrou-se de outro episódio em que reclamou sem estar apoiado por outros moradores e ameaçaram-no de levar o caso para "os irmãos", ou seja, para os membros do PCC.

Este episódio mostra interesses conflitantes que demandam esforços desiguais dos moradores para se fazerem ouvir: de um lado, aqueles que ampliam suas moradias (e deflagram um processo de estreitamento da rua) e não dependem de outros para agir; de outro lado, os que desejam preservar a largura da via devem se unir para adquirirem poder de negociação. Eles precisam se articular em composições relativamente instáveis e efêmeras, que não se enquadram em entendimentos convencionais de mobilização política, mas parecem suscitadas pelas dificuldades inerentes à terra de ninguém; podem

---

[437] Isso sugere que, em muitos casos, pode haver um tensionamento entre moradias situadas em lados opostos de uma rua: quando uma avança sobre o espaço da via, a que se encontra à frente não pode mais fazê-lo, gerando uma distribuição desigual de ganhos de espaço que tende a se replicar para o restante da rua, beneficiando um lado em detrimento do outro. Se os avanços e recuos ocorrem em ambos os lados, as ruas perdem seu caráter retilíneo e podem adquirir inflexões repentinas — de acordo com o que observei em algumas situações.

ser vistas como formas de lidar com a incerteza e a precariedade resultantes do enfrentamento de adversidades cotidianas particulares, e que podem com elas desaparecer. Estamos diante, creio, de uma "célula mínima" da articulação política na ocupação Vila Maria, vinculando um pequeno número de moradores por um curto período.

A recomendação de Rosa para que os moradores da história anterior se articulassem para resolver seus próprios problemas pode ser compreendida por meio de outro episódio. Certa vez, eu andava com ela por uma rua da ocupação, quando fomos abordados por um casal que queria reclamar de seus vizinhos; eles estavam reconstruindo sua moradia em alvenaria, mas a caminhonete do depósito de construção não conseguia levar os materiais até o local. Indicaram um grupo de jovens aglomerados ao redor de um carro, parado ali de forma permanente, impedindo a circulação de outros veículos. Outro obstáculo era um pequeno monte de entulhos, há muito tempo acumulado na empena lateral da casa de uma senhora, que não os removia e tampouco deixava que outros o fizessem. Rosa disse então que eles precisavam se unir com os vizinhos e enfrentar os que estavam atrapalhando. Não podiam "deixar cada um fazer o que quer". Disse ainda que ela própria já teve que brigar quando viveu problemas semelhantes: "discuti, briguei, bati, cai e levantei, e hoje eu sei como tem que fazer. Vocês não podem se acomodar e deixar os outros prejudicarem vocês." Acrescentou, ainda, uma segunda justificativa para não interceder, explicando que "dava para contar nos dedos" a quantidade de lideranças disponíveis para ajudar uma enorme quantidade de famílias — um problema de escala que não deve ser menosprezado.

Rosa estava procurando formar os moradores, conscientizá-los da necessidade de aprenderem a se articular por conta própria. Como me disse em outra ocasião, "os moradores, aqui, eles estão muito habituados a isso, eles não sabem encarar o problema deles de frente, aí fica colocando para os outros." Esta interpretação da atitude dos moradores não deve ser tomada de forma isolada. Muitas vezes, as pessoas podem recorrer a terceiros para buscar saídas mais amistosas ou evitar consequências drásticas (como no caso em que Mário temia ser levado a um debate do PCC). Rosa também justificou ao casal sua decisão de não intervir por falta de tempo (e posso citar outras ocasiões em que ela se envolveu em impasses semelhantes, quando julgou que isso é era viável e conveniente).

Durante outra caminhada que fiz ao lado de Rosa, ela atendeu ao pedido de moradores para conversar com uma senhora que havia construído um pequeno jardim ou espaço de estar em frente ao seu barraco, reduzindo a rua a uma largura que dificultava a passagem. A mulher havia configurado um espaço de estar estendendo um tapete no chão

e intercalando cadeiras e outros objetos com vasos de plantas improvisados com pneus.[438] Neste caso, a mulher estava em frente à moradia com o filho, e não foi difícil para Rosa recuar alguns passos e pedir que ela retirasse os objetos da rua, explicando que estavam prejudicando a passagem. Mais adiante, Rosa tomou iniciativa própria para pedir a um homem que retirasse um sofá e outros utensílios do meio da rua. Ele perambulava em meio a interações difusas entre vizinhos que se divertiam conversando, dançando e ouvindo forró. Os moradores interpelados responderam de modo afirmativo e superficial. Mais tarde, bem longe dali, Rosa encontrou o filho da senhora que construíra o tal jardim, e então foi a sua vez de recorrer a um terceiro: pediu a ele que intercedesse junto à mãe, para que não invadisse o espaço da rua.

Assim, diante de tensões ou conflitos entre os moradores, lideranças podiam agir e/ou atribuir às pessoas a responsabilidade de negociarem e de se entenderem. Os critérios para identificar quando atuar de uma forma ou de outra não pareceram simples ou fáceis de identificar. Quero dizer que o trabalho de articulação das lideranças obedece muitas vezes ao que proponho chamar de uma *conduta contingencial*, ou seja, a modos de agir determinados por uma complexidade de fatores específicos a cada ocasião. É preciso considerar que as lideranças da ocupação Vila Maria estão sobrecarregadas de demandas advindas de um contexto de baixa mobilização, sendo requisitadas para resolver uma quantidade de questões desproporcional à sua capacidade, e os próprios critérios de seleção das demandas podem ser incertos e variáveis. Eu diria que a conduta contingencial se distancia de uma forma mais previsível de agir, baseada na fixação de padrões ou critérios gerais de atendimento, válidos para todos os casos e situações. Isso não quer dizer que as lideranças da ocupação não tenham como objetivos a garantia de

[438] Trata-se dos mesmos pneus que foram pintados de verde e usados como vasos numa ação da Subprefeitura em certos trechos de calçada, para inibir a presença de moradores de rua que haviam chegado à região depois das ações de repressão à Cracolândia no centro da cidade, organizadas no início da gestão de João Doria (2017 – 2018). Me referi a estes pneus na primeira parte do capítulo quatro.

regras comuns e de um tratamento igualitário, mas sim que esses objetivos não podem ser completamente cumpridos.[439]

As lideranças não agiam somente quando acionadas por outros moradores, dispondo e usando o seu poder em muitas ocasiões. Para ilustrar o ponto e assim avançar com alguns dos temas considerados, vejamos um debate particularmente intenso, ocorrido entre uma liderança que chamarei Júlia e um grupo de pessoas que morava nas laterais de um dos únicos espaços livres que sobraram no interior da ocupação.

Caminhava com Júlia, quando ela parou para reclamar de um veio de esgoto que estava se espalhando pelo local a céu aberto. Algumas pessoas se aproximaram e explicaram que o vazamento vinha do barraco à nossa frente, mas os responsáveis não estavam ali naquele momento. Uma senhora observou que, por conta do vazamento, o piso de sua moradia "brejou todo", estava fofo e as lajotas estavam se soltando. Umas das pessoas presentes falou da dificuldade de canalizar o esgoto porque Vicente, que havia instalado um ramal, não deixava outros emendarem seus canos. Outra pessoa respondeu dizendo que Vicente tinha deixado, mas que os responsáveis pelo vazamento ficavam "enrolando". Júlia interveio na sequência, demonstrando, para minha surpresa, que possuía mais informações do que os demais. Disse que Vicente estava cobrando 150 reais das três famílias que precisavam usar o seu ramal, para ser ressarcido dos gastos que tivera, mas as famílias não queriam pagar. "Sabe qual é o problema gente? Aqui é falta de união", disse Júlia. Falou então para as pessoas pagarem os 150 reais, inclusive porque Vicente "colocou a mão na massa, cavou, e vocês não fizeram nada, só estão entrando com o dinheiro." Além disso, disse que todos deveriam se juntar e avisar aos responsáveis pelo vazamento de esgoto e que, se não fizessem o conserto, providências seriam tomadas. Citou o caso de uma rua das proximidades, onde também havia uma família que não consertava seu encanamento de esgoto; ela foi lá, "deu o cimento" e os vizinhos construíram uma barreira de concreto ao redor da moradia, fazendo com que o esgoto voltasse para dentro da casa dos responsáveis. Os afetados quebraram a barreira, mas Júlia

---

[439] Ana Maria Doimo (op. cit., p.183-4) avalia que os movimentos sociais precisam se orientar por "um conjunto de regras consensualmente aceitas para se equalizarem politicamente as diferenças", indo contra a inclinação que apresentavam para condutas mais arbitrárias e fundadas numa distribuição seletiva de oportunidades e recursos. Sua crítica era mais complexa e específica: contrapunha as lógicas "racional-competitiva" e "consensual-solidarística", criticando a última por agir com base em "relações sociais informais, lealdades pessoais, solidariedade e consenso". Meu objetivo é mostrar que há muitos outros fatores em jogo, e que a atuação das lideranças não tem como deixar de ser afetada por problemas relacionados ao excesso de demanda e às precariedades e incertezas associadas à forma de vida ocupação. No próximo capítulo mostrarei que certas críticas entendiam o que chamo de conduta contingencial como tratamento não igualitário aos moradores da ocupação.

e os moradores do entorno a reconstruíram. A família acabou realizando os reparos e hoje a rua estava uma "maravilha", limpa e cimentada. Júlia lembrou então de um rapaz que trabalha com entulho, que poderia despejar umas quatro caçambas em frente à moradia com esgoto vazando, como meio de obrigar os responsáveis a agir. De qualquer forma, reforçou, a vizinhança precisava se unir para realizar estas ações em conjunto. Recordou que, certa vez, foi reclamar sozinha de um vazamento de esgotos, e acabou "apanhando", de modo que todos precisavam se dispor a "apanhar juntos".

Júlia emendou esse relato com outro, relativo ao espaço livre ali existente. Disse que os moradores pediram que ela não colocasse mais moradias no local porque queriam fazer uma pracinha, mas não haviam feito "nada". Disseram que colocariam plantas, mesas e bancos. "Se não fizer eu vou por barraco aí", disse ela, lembrando que tinha um monte de gente precisando de moradia. Continuou afirmando que, como "a rua já morreu", podia "colocar barraco" (ela se referia a interrupção de acesso de automóveis por conta de uma ampliação de moradia ocorrida um pouco mais adiante). Criticou especificamente uma moradora, lembrando que ela pedira para "não colocar moradia" no espaço livre porque ia instalar uma janela lateral na sua casa e cuidar do espaço, mas nada disso tinha acontecido. Os moradores deram alguns motivos para justificar a demora de transformação do espaço em praça. Um deles explicou que estava implementando um "caimento" no piso para evitar o espalhamento do esgoto pelo local. Outro comentou que já havia acomodado 42 sacos de entulho para ajudar a nivelar a área, mas ninguém o ajudara. Júlia reforçou que o espaço precisava estar em ordem, não só porque afetava quem morava ao lado, mas também porque ali circulava muita gente. "É chato para todo mundo que vai passar aqui", disse ela.

Podemos extrair uma série de considerações do episódio relatado. Antes de mais nada, o caso representa mais um exemplo de uma liderança que procura fazer com que aqueles que moram nas proximidades se articulem, mesmo que temporariamente, em torno de dificuldades específicas. Ao lado disso, Júlia ofereceu exemplos de conflitos e sugestões de como prosseguir. Apontou que mesmo ela, reclamando isoladamente e sem contar com apoio de outros, envolveu-se num conflito e chegou a "apanhar" por isso. Indicou, também, que uma forma indireta de resolver os impasses é realizar modificações de espaço de modo a forçar que outros ajam (no caso, a sugestão foi construir uma barreira que fizesse o esgoto voltar para dentro da casa dos responsáveis pelo vazamento). Transformações de espaço apareceram mais uma vez como recurso decisivo para lidar com problemas de articulação política: Júlia ameaçou instalar moradias num local que não estava sendo cuidado como prometido.

Estamos diante de mais um exemplo que mostra como a ocupação da terra de ninguém pode se dar como forma de inibir padrões ou atividades em vias de cristalização num dado local (lembremos da estratégia semelhante adotada por Ângela, quando ocupou um espaço em frente à sua casa na Vila Nova Tietê para evitar a instalação de um bar, de

acordo o exposto no tópico 7.3.). Mais uma vez, vimos que a redução da largura da via, impedindo a passagem de veículos, serviu de argumento a favor da ampliação das construções.

As histórias permitem pensar em dois limites ou pontos críticos no processo de redução da largura das vias: os estreitamentos podem ser contidos ou suspensos quando estão próximos do limite necessário para a passagem de veículos, ou então quando ainda permitem o transporte de móveis e eletrodomésticos (como no caso em que Mário argumentou contra a instalação de uma escada para permitir a passagem de uma geladeira).[440] Estes dois limites parecem explicar porque as vias da ocupação são discriminadas como ruas (de automóveis) ou vielas (de pedestres). Podemos falar de um processo de estreitamento que tende a desacelerar ou mesmo paralisar na medida em que as vias alcançam um e outro dos limites citados. A estabilização da largura das vias não se mostra um processo harmônico ou pacífico, mas resultante de tensões e negociações entre as pessoas, envolvendo particularidades das próprias coisas sendo transportadas: em muitos trechos de vias, o crescimento das moradias desafia sistematicamente a passagem de veículos e objetos, ao mesmo tempo em que é desafiado por estes.

7.8. Estacionamento e circulação de veículos

Na ocupação Vila Maria, tensões e negociações envolvendo a passagem e estacionamento de veículos, o acúmulo de lixo e os incômodos com o alto volume das músicas são relativamente distintas do que vimos ocorrer nas favelas consolidadas. Estamos aqui diante de padrões de conduta e relações de socialidade mais instáveis e plásticos, mais sujeitos, portanto, à ação de lideranças ou de composições efêmeras de certos grupos de moradores. Assim, tendências que apareceram como difíceis de serem alteradas no contexto da Cidade Nova e da Vila Nova Tietê são muitas vezes consideradas reversíveis na ocupação Vila Maria. Neste tópico e nos subsequentes, veremos que muitas dinâmicas presentes nas favelas do entorno exerciam pressão para entrar e se estabelecer no interior da ocupação, demandando esforços mais ou menos frequentes de resistência.

---

[440] A ideia de dois limites ou pontos críticos também pode ser deduzida da análise de Vitor Nisida sobre diferentes favelas da metrópole (2017, p.105-114). À semelhança do que ele observou, a ocupação Vila Maria também possui algumas ruas em que moradores buscam manter uma largura mais ampla para permitir a passagem não apenas de carros, mas de ambulâncias e veículos de carga.

Para aprofundar a análise das disputas envolvendo veículos, me refiro a um momento de apreensão que envolveu não apenas dificuldades de passagem, mas também de estacionamento de motos e carros numa das ruas principais da ocupação Vila Maria. Com cerca de seis metros de largura, esta rua concentrava o maior número de trechos laterais ao fluxo de passagem, que podiam ser usados para parar os veículos. O excesso de espaço levou, assim, à acomodação de uma função a mais para a rua, de modo que também aí a rua frequentemente se encontra congestionada. Os atritos, neste caso, envolvem moradias, veículos estacionados e fluxos de passagem. Trata-se de uma complexidade de interações que adquire contornos expressivos num momento em que as moradias começam a ser ampliadas para controlar o estacionamento de carros, gerando interações entre lideranças num grupo da rede social *Whatsapp*, do qual eu participava. Vamos acompanhar as negociações por meio de alguns áudios trocados entre os membros do grupo.

Vamos acompanhar as negociações por meio de alguns áudios trocados entre os membros do grupo. As falas dão detalhes de como pessoas constroem calçadas largas e/ou instalam plantas, pneus, madeiras, "ferros" e correntes para reservar vagas ou para impedir a parada de veículos em frente às suas casas (em mais um exemplo de como o espaço é ocupado para impedir outras ocupações). Um dos relatos expõe que as mudanças começaram a ocorrer por iniciativa de um morador que suscitou a ação de outros, seguindo uma característica já associada ao crescimento incremental: a calçada deste primeiro morador estava "cheia de ferro, aí a outra vizinha já fez também, a outra já encheu de planta e botou uma placa 'proibido estacionar': estão tomando conta das ruas. A gente tem que tomar conta da casa da gente, não da rua, a rua é pública." Comentários lembraram que a Associação de moradores, também chamada de "Movimento", procurou estabelecer avanços de no máximo 30 centímetros das fachadas. Outros relatos apontam para as consequências destas ampliações, convocando os participantes do grupo a se reunirem e convencerem os responsáveis a voltar atrás. Reproduzo duas colocações nesse sentido.

> "A gente tem que se ajuntar hoje a noite, conversar, porque está demais, o pessoal está puxando quase dois metros para o meio da rua. O caminhão do lixo não veio hoje, porque as ruas estão muito estreitas, não tem condições. A gente tem que ir para cima desse pessoal, a gente tem que botar moral aqui, se não vai virar aquela favela, bem favela mesmo, que a gente não vai mais ter rua, vai ter só viela. Precisa entrar uma ambulância não dá, precisa fazer manutenção no esgoto, o carro também não entra, então fica difícil. … Vamos se unir e vamos para cima desse pessoal, conversar com eles, fazer eles entenderem. A gente vai acabar perdendo o caminhão de lixo e a ocupação vai acabar mais feia ainda."
> "Isso aí é uma luta coletiva, gente, coletiva. A gente tem que ir para cima, todo mundo ir para cima, porque é para o bem de todo mundo. Não é só cobrar do

> Movimento não, os moradores têm que ir para cima e não deixar isso acontecer. Quer mansão? Então vai morar lá no Morumbi, porque isso aí é uma ocupação para quem precisa, quem precisa de dois metros para morar, para botar sua cabeça debaixo de um teto."

Nestas falas, reaparece a necessidade de reunir um grupo de pessoas para obter legitimidade e dissuadir os responsáveis pelas construções. A ideia de "juntar o povo e ir para cima" entra em afinidade com os argumentos já citados de Rosa, Júlia e Mário, sendo comparada à atitude menos efetiva e mais perigosa de pessoas que reclamam isoladamente. No caso em questão, um comentário desdobra essa difícil escolha: "ou vai todos, ou não vai ninguém. Não está todo mundo incomodado? Então vai todo mundo reclamar, porque aí não fica 'os chatos', entendeu? Para ficar indo um, dois, não dá roque não, gente."

O problema não tinha a ver apenas com a ampliação das moradias, porque, como observaram alguns, os carros estacionados também impediam a passagem de veículos de maior porte pela rua: "Vocês lembram aquela vez que a ambulância não conseguia passar para salvar a mulher? Se tiver muitos carros estacionados não passa nada, nem bombeiro passa." Assim, mesmo com a largura preservada, a rua continuaria com risco de obstrução pela presença de carros estacionados. Alguns desses veículos eram das pessoas que moravam em frente e algumas delas haviam construído calçadas "largas" e estacionado o carro fora dessas calçadas.

A maior preocupação, no entanto, eram os veículos cujos donos não podiam ser encontrados. Boa parte das ampliações de calçadas e das instalações de obstáculos ocorria para impedir o estacionamento de veículos de terceiros: "Pessoal está fazendo estacionamento na frente da casa de todas as pessoas, por isso o pessoal está colocando esses ferros aí." Outro depoimento, particularmente dramático, de um participante do grupo de *WhatsApp* que morava na rua em questão:

> "Tem gente que encosta o carro aqui na frente da minha casa, fica uma semana para tirar o carro. Uma semana, quinze dias. Teve um carro que ficou quase um mês na porta da minha casa aqui. Parece um estacionamento avulso, sai um, entra outro. Às vezes o cara mete o carro aqui na frente e deixa. Caminhão de lixo não passa, e eu tenho que tirar a moto toda hora. Dois caras mandaram eu tirar a moto hoje, porque se não o caminhão de lixo não passava. Acho que eu não estou errado colocando a moto na minha porta, tá certo? A moto está bem na minha calçada, encostada bem na parede, mesmo assim os caras fazem questão de encostar o carro na esquina e o caminhão não entra. ... Pessoal larga os carros aqui e some, não querem nem saber, deixam na porta de qualquer um."

As falas ressaltam dificuldades de circulação de veículos, mas um morador destacou também o impacto da presença de carros para as atividades de lazer das crianças:

"As crianças hoje não podem brincar no meio da rua porque elas estão com medo de sair e o carro está em cima delas, a moto está em cima delas. Então a gente tem que pensar também no futuro das nossas crianças." Os pedestres também encontravam dificuldades para circular e isso pode ser ilustrado por meio de um acontecimento que presenciei, envolvendo um grupo de jovens que se espremia rente ao muro de uma casa para permitir a passagem de um senhor com o seu carro. O motorista mantinha uma conversa animada com o grupo e procurava se afastar do carro estacionado no outro lado da rua, até que uma roda passou por cima do pé de um dos jovens.

Os transtornos causados pelos automóveis fornecem talvez o melhor exemplo das consequências negativas associadas ao que chamei anteriormente de congestão, quando tratava das propriedades do crescimento incremental. Podemos observar a tendência de ocupação da terra de ninguém até o limite do aceitável, não apenas com construções, mas também com uma diversidade de coisas, como lixo, entulhos, móveis e materiais de construção. Os espaços de circulação ou coletivos tornam-se escassos pelo aumento de moradias, e também pela concentração de atividades, objetos e veículos. Um aspecto importante deste processo é que a presença de até mesmo um único carro pode ser suficiente para atrapalhar a circulação em toda uma via. Assim, num ambiente congestionado, os prejuízos causados por uma obstrução tendem a ser bastante desproporcionais em relação ao que causou a obstrução. Na própria discussão sobre estreitamento das vias pudemos observar que a ampliação de uma moradia bastava para interromper a circulação de veículos de toda a rua; agora, são os veículos que têm o poder de atrapalhar significativamente a vida social local. Retornarei a esta propriedade da congestão mais adiante.

O desfecho das discussões entre as lideranças envolveu tentativas desencontradas de reunião e abordagens a certos moradores que aceitaram retirar os obstáculos instalados na rua. Na discussão do grupo de *WhatsApp*, medidas para regular a presença de automóveis foram aventadas, mas não chegaram a ser implantadas. Diferentes falas defenderam que os veículos fossem estacionados fora da ocupação. Uma pessoa afirmou que, se o proprietário pudesse ser encontrado nas proximidades, deveria ser chamado para retirar seu carro em caso de necessidade, e que a dificuldade maior era com os veículos cujos donos eram desconhecidos. A troca de ideias levou a uma proposta interessante, que não chegou a ser colocada em prática: os moradores podiam começar a usar cones para reservar espaços de vaga e impedir que outros estacionassem. Quando um veículo de maior porte aparecesse, bastava retirar o cone. "Até as pessoas irem acostumando, depois elimina o cone. Só as pessoas irem se acostumando para não colocar na porta dos outros." Os cones também foram empregados por alguns moradores nas favelas consolidadas e podemos considerá-los como uma forma de usar a provisoriedade e a dificuldade de fixar garantias a favor da diminuição de incertezas e problemas relacionados à terra de ninguém.

7.9. Incômodos com o som

Considerando o conjunto das histórias apresentadas até este ponto do capítulo, gostaria de destacar a presença de formas distintas de se comportar ou interagir perante uma diversidade de atritos e impasses. De um lado, temos pessoas que se abstinham de reclamar frente aos responsáveis pelos incômodos, como no caso de Mário, que disse não confrontar sozinho um vizinho que ampliava sua casa, pelo risco de ser chamado para um debate no PCC. A capacidade de suportar incômodos também pode ser vista de modo mais positivo e justificado quando envolvia problemas que não podiam ser solucionados; moradores dos apartamentos do Cingapura Novo Mundo, por exemplo, não se opuseram a construções em frente às suas janelas porque "não dá para negar moradia para ninguém". Muitas vezes, porém, a relutância em reclamar e a se posicionar foi vista como fuga ou fraqueza, sobretudo por parte de lideranças da ocupação Vila Maria.

Essas atitudes aparecem em nítido contraste com disposições para reunir o conjunto dos afetados em torno de um problema. A expressão "juntar o povo e ir para cima" se refere a composições efêmeras e situacionais de grupos de moradores, podendo ou não contar com a ajuda de lideranças. Uma inclinação para o diálogo está implícita nesses casos. Assim, uma segunda forma de encarar os problemas associados à terra de ninguém é a tentativa de negociar, conversar com cuidado, "não bater de frente", buscar saídas diplomáticas. A tendência de recorrer a terceiros como forma indireta de solucionar problemas, por sua vez, pode ser vista como um caso híbrido, já que foi apontada como um subterfúgio das pessoas para evitarem se posicionar, ou poderia ser interpretada como um meio indireto de negociar acordos amistosos.[441]

Incômodos com o som permitem evidenciar uma terceira possibilidade. Em alguns dos episódios que se seguem, a diplomacia e o diálogo não foram suficientes, e as pessoas afetadas precisaram recorrer a ameaças ou mesmo a agressões. Vemos então a terceira variante da tríade de atitudes que introduzi no quarto capítulo. Mesmo com nuances distintas em relação àquela discussão, trata-se aqui de reafirmar a ideia de que riscos e incertezas características da terra de ninguém tendem a produzir atitudes extremas (suportar incômodos, negociar com cuidado e confrontar), em contraste com disposições mais amenas ou intermediárias.

É preciso dizer que diversos moradores provenientes das favelas consolidadas do entorno apontaram a ocupação Vila Maria como um lugar onde predominava o silêncio e a

---

[441] Nas favelas mais antigas, a mediação de conflitos pareceu menos presente, dada a escassez de lideranças ou de pessoas de um modo ou de outro reconhecidas como articuladoras. Naqueles casos, o PCC era talvez a única força à qual as pessoas pensavam em recorrer.

tranquilidade. Frequentemente, as pessoas contrastavam a quietude do contexto da ocupação com a ocorrência sistemática de bailes-funk ou "fluxos" nas comunidades vizinhas. Para certas pessoas, a possibilidade de descansar e dormir à noite foi vista como um dos aspectos mais positivos da ocupação. Os primeiros relatos que coletei sobre o assunto reforçavam esse sentido, mas, em seguida, algumas histórias me fizeram perceber que a tranquilidade dependia em certa medida de uma oposição mais ou menos sistemática contra a entrada dos fluxos e da prática de reproduzir músicas em alto volume.

Vejamos a atitude isolada de Cássio, morador de uma área em que incômodos com o som eram amplificados porque as construções ficavam embaixo de uma grande cobertura existente antes mesmo do início da ocupação. Num primeiro momento Cássio se desentendeu com uma igreja evangélica que passou a realizar cultos noturnos no espaço em frente à sua moradia. Os conflitos o obrigaram a prestar esclarecimentos num centro de comando do PCC das proximidades; ele foi sem temer porque tinha boas razões para isso (como a necessidade do filho dormir cedo para poder ir à escola). A igreja acabou tendo que se mudar, mas depois de um tempo chegaram jovens moradores que se sentavam para ouvir funk em alto volume no corredor de circulação interna da construção. Cássio chegou a ameaçar cortar a fiação elétrica caso eles ligassem o som. Ele contou que, quando ainda morava na favela Marconi, chegara em casa certa noite e fora surpreendido por um casal fumando maconha na frente de sua porta, situada no quarto andar de uma construção e no último lance de uma escada externa em caracol. Ao se aproximar desferiu um tapa no homem e ameaçou jogá-lo dali para baixo se o casal não descesse imediatamente. "Na favela é assim, tem que chegar com tudo, se não, não te respeitam", disse ele, reproduzindo a cena para mim com olhar ameaçador. "Ou você se impõe, ou o pessoal caga na sua boca". O casal ficou indignado com a reação e ameaçou recorrer aos "irmãos" (do PCC). Meu interlocutor não temia esse tipo de ameaça e observou que ela ocorria com frequência diante de desentendimentos e conflitos em geral. Fica claro que, para Cássio, os confrontos eram uma forma importante de lidar com incômodos nos locais em que morou e que ainda mora.

"Se vocês não impedirem isso aí, daqui a pouco o fluxo tá aqui dentro, daqui a pouco eles vão estar fazendo balada aqui dentro". Assim disse Rosa a um grupo de moradores que lhe procurara numa tarde de domingo para impedir a ocorrência de um "paredão" — outro nome para os fluxos, inspirado no conjunto de caixas de som empilhadas, transportadas por caminhonetes ou carros, ao redor do qual ocorrem os eventos. "Se o fluxo vier aqui para dentro estamos ferrados, porque os barracões da gente não vão aguentar" (Rosa estava considerando os fluxos como uma prática frequente em favelas mais antigas nas proximidades). Os fluxos ou paredões foram vistos como uma formas de pressão para conquistar o território da ocupação, o que poderia ocorrer se os moradores não tomassem providências. Esta fala indica que determinadas práticas sociais já estabelecidas em outros bairros podem ser reguladas ou barradas por meio da

articulação de moradores e lideranças, o que contribui para gerar diferenças significativas entre os assentamentos da região.

Implícita na fala de Rosa está a ideia de que os moradores não precisam recorrer à diretoria para se opor ao paredão, e que o episódio poderia ter uma dimensão formadora ou educadora para os afetados: “Eles vieram me reclamar, eu falei assim: ‘Gente, isso aí não precisa Movimento para fazer isso, vocês são moradores, é vocês que estão incomodados’.” Mesmo assim, na continuação do relato, Rosa admitiu que foi com os afetados até o bar onde estava sendo organizado o paredão e disse: “Ou vocês tiram, ou então eu vou juntar os moradores e nós vamos quebrar [o paredão]”. Novamente aparece a articulação situacional de um conjunto de pessoas para fazer frente a conflitos. A ameaça foi suficiente para interromper a festa, mas impasses semelhantes ocorriam desde o início da ocupação. “Sempre que eles tentam colocar [paredão] eu vou para cima, eu vou para cima”, afirmou Rosa. Minha interlocutora se lembrou, por exemplo, de uma moradora que trocou socos com a dona de um bar e de outro em que um revólver foi apontado para uma liderança.

A resistência se amparava na defesa de silêncio e tranquilidade, mas também na defesa da moralidade e da honestidade, uma vez que os bailes-funk foram por vezes associados ao consumo e tráfico de drogas. De acordo com Rosa: “fluxo aqui dentro, biqueira aqui dentro não vai ter, porque estamos lutando aqui por moradia digna, para as famílias um dia poderem ter seus filhos, cidadãos de bem…” Tanto é assim que os eventos promovidos em espaços internos de bares pareciam ser repreendidos com menos frequência, sem deixar de incomodar as pessoas. Músicas tocadas pelos bares eram em parte legitimadas por alegações de que os comerciantes precisavam ganhar dinheiro, o que é muito diferente dos propósitos associados aos bailes-funk.

7.10. Manejo e descarte de lixo

Uma história específica me ajuda a transitar da questão dos incômodos com o som para os problemas relacionados ao descarte e acúmulo de lixo. Trata-se de um convívio tenso entre alguns bares e um espaço usado como templo evangélico numa das ruas principais da ocupação Vila Maria, que levou certo tempo para se resolver. Conforme o relato de Júlia, liderança da ocupação: “Não estava tendo mais condição: era bar de um lado, bar do outro, bar de frente. Na hora do culto era funk de um lado, forró de um lado, pagode do outro. E nós ali no meio. E todo mundo precisa ganhar dinheiro." Os pedidos reiterados para baixar o som estavam gerando uma “situação chata”; então o Pastor

aceitou uma sugestão de Júlia: vender seu espaço e usar o dinheiro para construir um novo local de culto na entrada da ocupação. A intenção de Júlia era "unir o útil ao agradável", porque o local que receberia a nova construção havia se configurado como foco de acúmulo de lixo; construção da igreja era também uma forma de "acabar com o lixo". A mudança não se efetivou porque moradores próximos da entrada se opuseram e chamaram a polícia, que proibiu construções junto ao muro de entrada da ocupação, mesmo que no interior do terreno.

Outro impasse causado pelo acúmulo e espalhamento de lixo num dos acessos da ocupação foi associado à atuação de "nóias" e nesse caso Julia conseguiu "desviciar" o local instalando um renque de bancos improvisados.[442] O termo empregado por minha interlocutora indica, mais uma vez, ações reiteradas que vão reforçando um padrão de comportamento, implícito na noção de vício. Como se vê, as duas histórias envolvem a prática de inibir um uso por meio da sobreposição de outro no mesmo local, como forma de combater indiretamente uma atividade através de transformações de espaço.

No interior da ocupação, o serviço de coleta de lixo só pode passar pelas vias mais largas, de modo que muitos moradores não conseguem colocar os descartes na porta de suas casas. Pontos de acúmulo de lixo tendem a surgir e gerar conflitos, principalmente quando as pessoas realizam descartes em horários distantes dos programados pelo serviço de coleta. Sandra relatou o conflito que teve com um vizinho que deixou "um carrinho cheio de lixo" em frente ao seu restaurante logo depois que o caminhão de lixo havia passado. Minha interlocutora disse a ele que o lixo não poderia permanecer ali por dois dias, até o retorno do caminhão, gerando mal cheiro nas proximidades do restaurante e incomodando a vizinhança. O homem "quis discutir", alegando que nem a moradora que ficava em frente ao ponto de descarte estava reclamando. Sandra subiu o tom, ameaçou entrar em casa para pegar um taco de beisebol, e agredir o homem. Alguém interveio nesse momento, conversou com o responsável e conseguiu fazer com que ele retirasse o lixo. Casos menos dramáticos envolveram pessoas levando o lixo de volta à porta de quem os descartou em locais ou horários indevidos.

Algumas falas nas assembleias da ocupação trataram os pontos de acúmulo de lixo e sujeira não apenas como incômodos, mas também como um teste da capacidade de organização coletiva dos moradores. "O povo, quando quer, ele sabe fazer", concluiu Juliana numa assembleia, depois de falar sobre uma área interna da ocupação que andara

---

[442] A categoria "nóia", aqui, indica a condição de dependência química de um grupo minoritário de pessoas, flertando em alguma medida com a condição de moradores de rua e talvez mesmo de catadores de lixo. Ao prestarem serviço nas favelas e ocupações da região, alguns catadores descartavam entulhos e restos de materiais em locais vistos como impróprios, sendo repreendidos por isso. Para uma reflexão sobre a relação entre as categorias de "nóia" e pessoas em situação de rua, ver o livro de Taniele Rui (2014).

"feia", mas que havia sido limpa, pintada, perfumada e recebido vasos de plantas. Ela perguntou então porque o resto da ocupação não fazia o mesmo, inclusive porque aqui "vem gente de todo canto visitar". Neste sentido, redobravam-se as preocupações com o lixo acumulado nas áreas de acesso, que tendiam a ser vistas como a fachada ou o cartão de visitas da ocupação.[443]

Podemos propor comparações envolvendo o conjunto dos desafios cotidianos que observamos nos espaços internos da ocupação. Nos casos em que as materialidades se tornam centrais nas disputas, estas tendem a ser indiretas e menos conflituosas; entre os vários exemplos apresentados, vimos que postes, cones e outros objetos foram empregados para impedir o estacionamento de carros. Julia, por exemplo, dispersou focos de lixo com a instalação de bancos; Cássio, por sua vez, reprimiu o som no corredor de acesso à sua moradia graças à possibilidade de cortar os fios de eletricidade que alimentavam o aparelho sonoro. A despeito desse último exemplo, a maioria dos conflitos com músicas pertencem a um segundo tipo, mais acirrado, já que ondas sonoras não podem ser diretamente suprimidas ou contrapostas, induzindo a confrontos face-a-face. Importa também o fato de que as músicas não perduram no tempo, precisando ser combatidas no momento em que estão sendo tocadas, sob pena de se tornarem comuns e mesmo se legitimarem:[444] mesmo no exemplo de combate ao "paredão", quando os incomodados ameaçaram quebrar as caixas de som, os conflitos ocorreram durante a realização do baile-funk, e não depois.[445] A prontidão de meus interlocutores para repreender o volume alto das músicas sugere que eles não estavam preocupados com uma ocorrência pontual mas com o que ela pode representar depois de encerrada: a realização de um único evento equivale, nesse sentido, ao gesto inaugural capaz de desencadear e legitimar os subsequentes, instaurando um padrão coletivo inédito na vizinhança (assim como o ato de cravar uma primeira estaca foi visto como deflagrador de toda uma ocupação de barracos, entre outros exemplos que apresentei no decorrer do capítulo).

---

[443] O trabalho clássico de Norbert Elias e John Scotson (1994, p. 26-9) mostra que a estigmatização de bairros pobres muitas vezes está associada a maus costumes, sujeira e falta de higiene.

[444] Lembremos que as discussões do primeiro capítulo frisaram a ideia de que ocupações na terra de ninguém combinavam questões de política e direito, ou seja, disputas de poder e afirmações (explícitas ou não) de legitimidade da posse. Agora podemos ver que músicas tocadas em alto volume trazem implícitas afirmações do direito de serem reproduzidas.

[445] Tampouco podemos imaginar que a ameaça de quebrar o "paredão" poderia se efetivar, uma vez que se tratava de um objeto que não estaria no local após o evento. Ou seja, ainda que os reclamantes tenham alistado as caixas de som no conflito, o decisivo era interromper a realização da festa.

Finalmente, podemos lembrar da história da comerciante que ameaçou o morador que não respeitou o horário de descarte do lixo com um taco de beisebol para concluir que o aspecto decisivo para a configuração dos confrontos mais graves não é tanto a presença de coisas (no caso, o lixo propriamente dito), mas a necessidade de controlar padrões de comportamento ao longo do tempo.

Resta indagar por que assuntos como lixo, músicas, veículos e ampliações de moradias adquiriram importância em minhas visitas, tanto à ocupação Vila Maria quanto às favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê. É claro que as conversas que travei envolveram uma miríade de temas, mas é inegável a desproporção assumida pelas histórias aqui apresentadas. Para entender as razões para tanto, resgato um aspecto da discussão sobre congestão na terra de ninguém. Observamos que ocorrências pontuais (a ampliação de uma moradia, a presença de um único carro estacionado, lixo, entulho, materiais de construção) têm poder de afetar a circulação de uma rua inteira. Trata-se agora de observar que tais consequências não se referem apenas à ordem espacial ou material, mas produzem efeitos desproporcionais também no plano dos discursos e das construções simbólicas: um único conflito poderia ecoar através a rede social local, alcançando pontos distantes no espaço e no tempo. Portanto, a congestão pode se dar nos planos físico e simbólico, impregnando o cotidiano dos moradores com certos tipos de preocupações, mesmo que os acontecimentos relacionados a elas não sejam frequentes ou numerosos. Mais do que isso, o efeito congestivo traz ao primeiro plano os esforços das pessoas para lidarem com os problemas. As reflexões e conversas encontram-se frequentemente esgarçadas por incômodos e pelas tentativas de solucioná-los. Nas favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê tais esforços dependiam da iniciativa isolada de certos moradores, ao passo que na ocupação Vila Maria observei um maior número e diversidade de

articulações coletivas incidindo sobre tendências ou padrões que não estavam cristalizados ou instituídos.[446]

[446] Norbert Elias e John Scotson (op. cit., pp. 117-119) indicaram que o comportamento problemático dos jovens pertencentes a oito ou nove "famílias desestruturadas" era usado para estigmatizar toda a vizinhança da comunidade inglesa por eles estudada: "uma minoria de famílias 'mal afamadas' tinha um impacto inteiramente desproporcional a seu número na vida e na imagem" de um bairro que era objeto de intensa estigmatização. Os autores não chegam, como eu, a relacionar este processo à exiguidade e congestão de espaços coletivos, mas em outros lugares do texto há menções claras a isso: diante de um "espaço insuficiente" no interior das casas dessas famílias, os jovens seriam empurrados para fora e levados a perambular por ruas também exíguas, causando confusões. A análise desenvolve, ainda, a hipótese de que, se houvesse fortes relações de vizinhança no bairro em questão, os moradores locais poderiam se unir e coibir as práticas dos arruaceiros. Levando em conta que também o estreitamento das relações depende da exiguidade de espaços, temos uma fórmula na qual tal exiguidade tende a levar a situações de conflito ou controle pronunciados. Diria, ainda, que as dinâmicas políticas associadas ao efeito congestivo possuem afinidades com a noção de intensividade, ou com os efeitos ambivalente da aceleração das interações interpessoais, de acordo com minha pesquisa sobre os CEUs de São Paulo (SPIRA, 2017).

Capítulo 8: Coletivizações

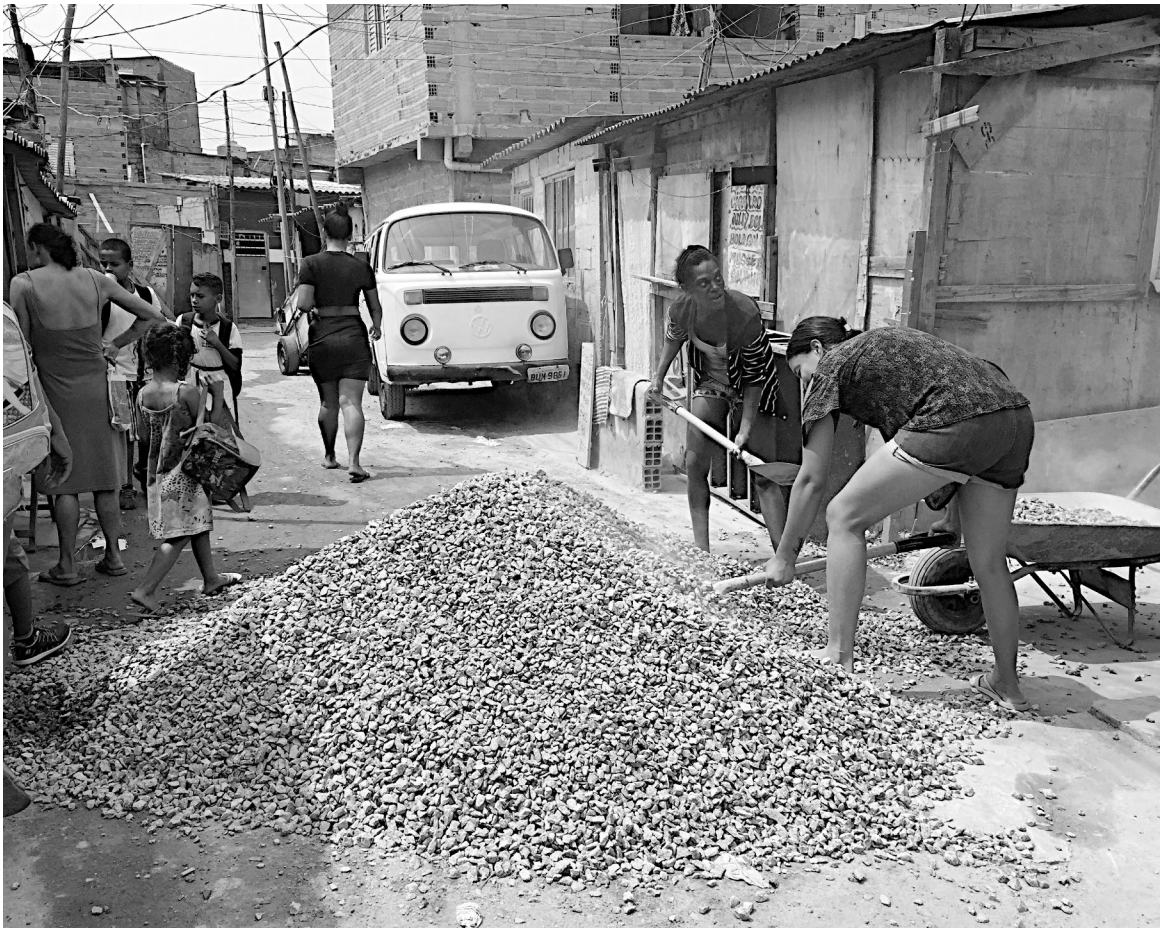


Fig. 8.a - Ajuda mútua na construção de moradia nas novas ocupações. Data: 19 set. 2019. Foto do autor.

Fig. 8.b - Ollitta, Nilda e, no centro do palanque, a mãe de Douglas Rodrigues, no evento de comemoração de seis anos da ocupação Douglas Rodrigues. Data: 31 ago. 2019. Foto do autor.

Fig. 8.c - Passeata em apoio às candidaturas de Luiz Marinho para governador e Fernando Haddad para prefeito, com presença da candidata a vice-prefeita Ana Bock (ao centro, abraçando uma companheira). À frente, Ollitta, e na extrema direita, Miguel. Data: 13 set. 2018. Foto do autor.

"Mexer com terreno privado não dá certo", disse Joel, morador da favela Cidade Nova. Ele se referia aos riscos de remoção envolvidos em ocupações de terrenos privados. Ele tinha amigos que saíram do bairro para morar na ocupação Pinheirinho, em São José dos Campos, onde teve lugar um violento processo de remoção em 2012. "A polícia chegou lá de noite, matou algumas pessoas e retirou todo mundo", observou Joel. "Passaram por cima de todas as casas, hoje não tem mais ninguém lá". Julio, que deixou a Cidade Nova, mudando-se para o Pinheirinho em busca de um bairro mais arejado para lidar com a tuberculose, foi uma das pessoas removidas. "Se não tem dinheiro ou cartucho para ajudar, não tem como parar [a reintegração de posse]", disse ele.

À semelhança do que foi apontado para o Pinheirinho, vários moradores das favelas locais afirmaram que as ocupações nas imediações iam "sofrer despejo" e "dar problema". Seguindo uma linha de raciocínio semelhante a dos primeiros moradores dessas favelas nos anos 1980, muitas declarações feitas na atualidade desacreditam as ocupações por confrontarem interesses privados que, mais cedo ou mais tarde, reclamariam os terrenos tomados. "Não vai para a frente", resumiu uma antiga liderança da Vila Nova Tietê. Para ela, até mesmo funcionários públicos evitam atuar nas novas ocupações porque "podem perder o cargo".[447]

"Se a gente lutasse por moradia dentro dos marcos do bairro, estaríamos ferrados", disse Henrique Ollitta numa assembleia de moradores da ocupação Douglas Rodrigues, no início de 2019. Ele se referia à disposição da diretoria de buscar articulações políticas externas à localidade, graças às quais havia sido possível derrubar seis reintegrações de posse emitidas até aquela data. Isso mostra que as ocupações de terrenos privados da região, como a Douglas Rodrigues, a Nova Conquista e a Baracela precisam lançar mão de formas de mobilização diferentes das praticadas antes. Estamos diante de atitudes mais críticas e radicais, manifestadas pelos que estão dispostos a contestar a condição privada de terrenos desocupados e/ou aqueles envolvidos em dívidas de impostos, entre outras irregularidades. É possível notar um esforço sistemático de conversão dos terrenos privados em terras de ninguém, disponíveis para serem apropriadas.

O contraste entre as posições mencionadas é exemplo de uma série de críticas e controvérsias que dividem as pessoas dentro e fora das ocupações. Avaliações da legitimidade e das chances de sucesso dos novos assentamentos se desdobram em controvérsias acerca da real necessidade de seus participantes, da capacidade de atendimento isonômico e do nível de credibilidade das lideranças e associações de

---

[447] A afirmação ecoa declarações apresentadas no capítulo anterior (tópico 7.4.), de uma funcionária da Sehab que confessou receios do órgão ser acusado de "conivente", ao intervir numa "situação tão precária" como a da ocupação Douglas Rodrigues, onde ocorrera um grande incêndio.

moradores — tais desdobramentos aparecerão nos próximos tópicos, seguindo, respectivamente, três entendimentos da dimensão política de comunidade (propostos no quinto capítulo): 1. as ocupações são vistas como um conjunto de pessoas que moram num território e padecem (ou não) das mesmas necessidades; 2. como grupos de pessoas que se conhecem e se ajudam (ou não) e 3. em terceiro lugar, como articuladas por lideranças e associações de moradores sujeitas a graus distintos de confiança e credibilidade. A complexidade de tendências resulta do método etnográfico de investigação, bem como da riqueza e complexidade das dinâmicas políticas apresentadas.

As ocupações Baracela, Douglas Rodrigues e Nova Conquista são exemplos de ocupações de terrenos privados, mas os primeiros tópicos deste capítulo não se associam a nenhuma delas especificamente, e sim ao que venho chamando de "ocupação Vila Maria", que, como indicado antes, é uma construção fictícia que permite tratar de temas sensíveis e observados em diferentes contextos. Nas últimas duas partes, quando a discussão exige referência a situações particulares e incontroversas, tomo a ocupação Douglas Rodrigues como o caso privilegiado.

8.1. Pobreza e necessidade

"Você acha que eu vou cobrar alguma coisa dessas famílias aí?", disse Donizete, um dos principais responsáveis por realizar instalações elétricas na ocupação Vila Maria, enquanto manipulava um grosso cabo de energia com um alicate especial. "Ocupação é para isso mesmo, é ajuda e união." Donizete fazia reparos na alimentação de um conjunto de sete moradias que, horas antes, haviam sido consumidas pelo fogo (maio de 2018). Na área incendiada havia vigas de madeira chamuscadas, um fogão queimado, pedaços de móveis e eletrodomésticos cobertos pelas cinzas. Sentado ao lado dos escombros, um casal de idosos tinha ar inconsolável; haviam perdido "tudo, menos a roupa do corpo". Enquanto trabalhava, Donizete me contava que costumava cobrar para instalar a energia numa casa, mas naquele caso estava prestando um auxílio voluntário, "comum" na ocupação. Muitos não conseguiam pagá-lo para realizar serviços de manutenção e ele não insistia; algumas, entretanto, faziam ligações precárias, sem isolar devidamente os fios, e provocando incêndios como o ocorrido. A despeito dessas razões, Donizete e outra moradora que participava da conversa culparam a Enel por não ter implementado a infraestrutura elétrica oficial na ocupação, mesmo que os moradores estivessem dispostos a pagar pelo fornecimento. Quando nossa conversa se aproximava do fim, um jovem abordou Donizete para perguntar sobre preços e condições de instalação de cabos de

internet. Satisfeito com a resposta, presenteou o prestador com uma sacolinha de sabonetes especiais da Natura, que carregava consigo. Não ficou claro se o homem estava retribuindo Donizete pela ajuda prestada às vítimas do incêndio, mas nada indicava que o ato de presentear havia sido premeditado. "Está vendo, ocupação é isso", disse Donizete, frisando que naquela noite ganharia um "abraço forte" da esposa.

Essa história mostra em operação algo que capítulos anteriores apresentaram através de relatos: a predisposição generalizada para ajudar aqueles que estão em situação de grande necessidade, mesmo que os envolvidos não se conheçam previamente. No capítulo anterior mencionei uma inclinação em favorecer o outro na forma de um consentimento tácito para a instalação de moradias nos espaços livres disponíveis de uma ocupação, mesmo que as novas construções prejudicassem a habitabilidade das existentes; cabe acrescentar que um critério assim genérico pode ser compreendido como um direito coletivo, que se aplica a todos os que pertencem a uma ocupação. [448] Estamos diante de uma modalidade ativa de articulação coletiva por meio da necessidade, ou de uma forma de fazer política que não depende da coordenação ou organização mais sistemática dos moradores em seu conjunto.

A abertura e disposição para o estabelecimento de trocas e diálogos estão mais presentes entre moradores da ocupação Vila Maria do que nas favelas consolidadas da região. Isto se fez sentir já em minhas primeiras visitas à ocupação, em fins de 2016, quando as construções eram precárias e inacabadas: as pessoas sustentaram um ar de interrogação e insegurança quando perceberam minha presença, mesmo estando eu acompanhado de lideranças; mesmo assim, retribuíam meus cumprimentos com um aceno amistoso ou um sorriso. A insegurança não parecia relacionada à minha entrada num lugar que lhes pertencia, mas num espaço que não era de ninguém ou que estava sujeito a disputas e contestações. Tais reações talvez tenham sido exacerbadas pelo fato de eu ser branco e carregar, por vezes, uma prancheta (que me aproximava da condição de um

---

[448] Nisida (2017) afirma que uma favela se constrói em concomitância com o direito que a preside. Propõe, assim, o "princípio do direito à moradia", ou "terra para moradia", capaz de criar "uma lógica operacional em praticamente todo o processo de autorregulação da produção do espaço… fazendo com que todas as ações individuais e coletivas se justifiquem através dele… qualquer área aparentemente disponível poderia ser usada por uma família na construção de seu barraco, mesmo que isso custasse o estreitamento das vielas e becos. ... Não há questionamento sobre o esgotamento de novas áreas dentro da favela. Os moradores vizinhos, muito provavelmente, já passaram ou ainda passarão por situação semelhante, cabendo-lhes entender esta necessidade, comum a todos, e não contestar os expedientes adotados por aqueles que precisam expandir suas respectivas casas, seja para os lados ou para cima." (p. 71-76) A noção de direito à moradia é vista como "carência material objetiva" e "urgente", que se sobrepõe a todas as outras preocupações.

funcionário ou prestador de serviços), mas isso não impediu que relações se estabelecessem, pois, havia um sentimento de abertura e disposição para o estabelecimento de relações com desconhecidos.

Podemos falar também de dinâmicas de identificação entre os moradores e de sentimentos de solidariedade na pobreza, por vezes transparecendo em brincadeiras e interações jocosas, envolvendo os corpos. As marcas que a pobreza e a necessidade inscrevem na aparência física das pessoas suscitam piadas e gracejos, em alguma medida aproximando as pessoas. Um homem disse, certa vez, a uma senhora que tinha poucos dentes e vivia contraindo o maxilar: "e aí dona Lúcia, ainda está mascando aquele chiclete?" A idosa não deixou de se divertir com a brincadeira. Em outra ocasião, uma mulher aconselhou alguém a dividir seu pedaço de jaca apenas com um jovem e não com o idoso que também nos ouvia, pelo fato deste último não ter dentes. Vestígios de idade, doenças, acidentes, fome, magreza ou obesidade deixavam marcas que figuravam nas brincadeiras, produzindo, como disse, um sentimento de comunhão.

As roupas também podem ser vistas como signo de pobreza e mesmo desleixo, mas as pessoas não pareciam se importar em assumir ou admitir estas condições, a exemplo de uma mulher que se perguntou em voz alta, no umbral de sua moradia, se deveria se "arrumar" ou não para um compromisso externo à ocupação, para então sair do jeito mesmo em que estava, de chinelos, bermuda e camiseta (à semelhança do modo de se vestir de muitos moradores nos espaços internos da ocupação). A imagem de pobre ou "maloqueira" foi certa vez empregada por uma senhora para se aproximar e elogiar uma menina tida como "linda": "ô, minha querida, você é maloqueira? É maloqueira, né?" A criança achou graça, sorriu e acenou afirmativamente com a cabeça.

Em contraposição, a condição de pobreza dos moradores da ocupação Vila Maria foi muitas vezes desacreditada. Na Vila Nova Tietê e na Cidade Nova, encontrei opiniões que tentavam desmascarar e denunciar a ideia de que a ocupação abrigava pessoas em situação de carência e miséria. Quando os que ocupam não são associados à pobreza, passam a ser vistos como oportunistas, interessados em tirar vantagens para si (por exemplo por meio da obtenção gratuita de moradias). Mesmo as falas que reconheciam a presença de uma maioria de necessitados costumavam acusar a presença de pessoas mal-intencionadas como forma de desqualificar a ocupação de modo mais geral.

Lisete, moradora da Vila Nova Tietê, afirmou que "cem por cento das pessoas que moram lá [na ocupação Vila Maria] não têm necessidade". Quando indiquei que muitos haviam se mudado para a ocupação por enfrentarem reais dificuldades, minha interlocutora corrigiu-se e afirmou que quem não tinha necessidade era então "uns cinquenta por cento". Como se vê, as críticas à ocupação Vila Maria alternam um estilo taxativo e arbitrário de jogar com números e proporções, com a menção a casos pontuais de pessoas que buscam vantagens para si próprias. Ana, outra residente da mesma favela, disse ter visto um integrante da ocupação Vila Maria afirmar numa reportagem que "não

tinha para onde ir", mas ela o conhecia e sabia que era mentira; a declaração falsa levou-a à conclusão de que muitos moradores da ocupação "são como gatos de hotel: estão sempre com fome". Luciana, que nos escutava, disse conhecer uma família, na qual vários membros que recebiam bolsa-aluguel, de modo que não precisavam trabalhar e se contentavam em "receber tudo do governo". Elisandra, da Cidade Nova, se referiu à ocupação Vila Maria como uma "invasão": "tipo assim, invadiu, pegou conta daquele pedaço ali. E depois começaram a se aproveitar da situação e ir vendendo. A gente fica sabendo de gente que não precisa que tem lote lá. Nem todo mundo que está ali é gente que realmente precisa. A gente ouve o pessoal contando: 'ó, o fulano tem o mercado Tal, e tem uma casa lá.'" A presença de comércios e as moradias construídas com blocos cerâmicos na ocupação, por sua vez, foram vistos por Elisandra como sinais de que ali vive "gente que tem condição, você vê que é gente que tem posses". Estava implícito o contraste entre as casas de alvenaria e os barracos de madeira dos primeiros anos das favelas consolidadas.[449]

Rodrigo, comerciante da Cidade Nova, disse que pessoas que ocupam terrenos hoje em dia não seriam como as que, como ele, participaram do surgimento das favelas antigas. Elas ocupam agora, "não pagam água, luz nem nada, dizem que 'não têm alternativa', mas tem muito cara que toma a área para si e depois vai só administrando de longe". Vão construindo sem parar, "vão se enfiando em tudo quanto é beco, vai ficando tudo apertado e eles se aproveitam que a polícia não consegue entrar, mas a polícia precisa poder passar em qualquer rua." Vê-se aí implícita uma relação entre criminalidade e ocupações recentes. Outra crítica endereçada às ocupações de um modo geral (e não a uma em particular) é a de Vilma, também da Cidade Nova: "é tudo um pessoal que mora de aluguel na favela, aí nos andares de cima. Quando surge a oportunidade, eles invadem e já começam a construir, achando que não vai ter remoção", disse ela. Mesmo tendo associado os ocupantes a pessoas que moram "de aluguel", minha interlocutora entrou em aparente contradição afirmando que "muita gente que ocupa é esperta: já tem casa própria".

Vemos, assim, que muitas dessas críticas tendem a ser generalizantes, mesmo quando citam casos conhecidos (de oportunismo) como meio de reforçar as conclusões. Uma forma de problematizar e relativizar tais declarações é seguir no sentido oposto, reconhecendo a diversidade das situações de vida dos que ocupam e a consequente dificuldade de submeter o conjunto dos moradores ao crivo uniforme e rígido de necessidade. Uma conversa com duas moradoras da ocupação Vila Maria ilustra a passagem do argumento geral para a consideração de casos particulares. Tânia começou o diálogo afirmando que 60% dos moradores da ocupação Vila Maria "não precisava estar ali". Ao que Sandra, liderança da ocupação, respondeu com tranquilidade que aquilo não

---

[449] No entanto, de acordo com o relato de uma liderança da ocupação Vila Maria, as casas de bloco e de madeira não apresentam custos muito distintos atualmente.

era verdade e que "era só um ou outro". Sugeri que a ideia de necessidade podia ser relativa. "Mas também, o que é precisar, né?", perguntei. Minhas interlocutoras simpatizaram com o comentário e pareciam familiarizadas com ele. Sandra citou o caso de um morador frequentemente acusado de ter várias casas, "mas quando você ia ver não era nada disso: ele tinha uma casa para cada filha, a dele mesmo era só uma". Então ela se lembrou que a própria Tânia havia sido criticada por ter casa fora da ocupação, embora se tratasse da casa de sua mãe. Tânia confirmou o ocorrido, dizendo que na casa da mãe ela não tinha mais "condições" de morar; viu-se assim injustamente enredada em acusações de falta de necessidade. Sandra concluiu: "se tem casa de familiares, já dizem que não precisa de moradia".

Em seguida, Sandra fez referência ao que considerou como um dos poucos casos de "aproveitadores" no interior da ocupação. Tratava-se de um comerciante de materiais de construção que fazia negócios com os moradores, construíra uma casa para si e estava progressivamente comprando e anexando moradias vizinhas, ampliando o patrimônio pessoal. Em outra ocasião, pude observar Sandra e outras lideranças aventando formas de coibir a presença do comerciante.[450] Tanto as limitações quanto os esforços empregados pelas lideranças para fazer frente a situações desse tipo escapavam às críticas que faziam uso de casos pontuais para avaliar negativamente o conjunto da ocupação.

"Tem gente que não precisa, mas são poucos", afirmou um casal morador da ocupação Vila Maria, de modo alinhado às declarações de Sandra. A maioria dos que moravam ali "precisava" e "não tinha onde morar". Ainda segundo o mesmo casal, "o problema é que esses poucos que não precisam acabam manchando a imagem da maioria."[451] A presença pontual de atitudes moralmente duvidosas foi vista como exceção nas declarações de Sandra e deste casal, em contraste com as falas anteriores, que consideraram os maus exemplos frequentes nos dias atuais.

A ideia de poucos que mancham a imagem da maioria pode ser vista como outro efeito congestivo que se desdobra no plano das narrativas e discursos, de acordo com uma discussão que propus no fim do capítulo anterior. Indiquei ali que alguns problemas associados à terra de ninguém tendem a reverberar e a adquirir um peso desproporcional

---

[450] Uma das estratégias aventadas era "botar uma família necessitada para morar num espaço" recém adquirido pelo acusado, de acordo com a mesma prática empregada no início da ocupação Douglas Rodrigues para reduzir o espaço inicialmente reservado por atravessadores — de acordo com o que expus no capítulo anterior.

[451] Na formulação clássica de Norbert Elias e John Scotson, podemos pensar numa "ilusão de ótica" ou numa distorção parte-todo, por meio da qual "uma minoria dos piores" é citada como representativa de toda uma coletividade (op. cit., p. 55-56). Em outras discussões, também pertencentes a esta parte da pesquisa, voltarei a citar mecanismos de estigmatização semelhantes.

tanto na realidade física quanto no plano simbólico e discursivo; vemos agora que determinadas ocorrências adquirem um grande poder de reverberação, fortalecendo argumentos críticos dirigidos ao conjunto da ocupação. Não se trata simplesmente de considerar tais alegações como distorções ou falsidades, mas de reconhecê-las como construções discursivas que produzem efeitos nas dinâmicas políticas locais. No que se refere à produção de articulações coletivas, as críticas de ausência de necessidade acarretam desmobilização e aumento de clivagens entre as comunidades e seus moradores.

Vejamos agora a diversidade de situações de vida dos que ocupam, para mostrar que concepções uniformes de "necessidade" não podem ser empregadas em juízos sobre o conjunto da ocupação Vila Maria. Em primeiro lugar, as pessoas com quem conversei na ocupação apontaram os aluguéis praticados no interior das favelas da região como o fator responsável pela mudança de bairro. Selma, por exemplo, disse que há muitos anos passava por dificuldades para conseguir pagar aluguel na favela Marconi. "Como é que vai conseguir pagar 600 ou 700 reais de aluguel ganhando os salários que têm hoje?", disse ela, aludindo a uma condição enfrentada por outras pessoas. Ela conhecia muitos que precisavam ficar "sem comer direito" para pagar o aluguel e evitar despejos; hesitara muito em entrar para a ocupação por temer que uma remoção a deixasse "na rua", até o dia em que ela própria se viu sem condições de pagar o aluguel. "Quando não teve jeito, eu vim". Já estava morando na ocupação há algum tempo e refletiu que se tivesse acumulado o dinheiro gasto com aluguel ao longo dos anos, estaria em condições muito melhores.[452]

Situações comuns são também aquelas de moradores que procuram a ocupação por morarem com parentes ou "de favor" na casa de amigos ou conhecidos. Um exemplo claro é o de Jonas, jovem casado que morava com a família dos pais na Cidade Nova e que se

---

[452] A escolha entre comer e pagar aluguel aparece em um relato do arquiteto Luis Fingermann dos anos 1980. Na época ele foi convidado a tomar um café na casa de um morador da região e encontrou uma mesa farta, com três tipos de queijo e "pães diferenciados". "Está percebendo?", perguntou o morador a Fingermann. "Estou", respondeu o arquiteto. O morador complementou: "É uma questão de escolha, eu morava numa casa, eu pagava aluguel, eu não podia ter essa mesa, eu resolvi, eu e a mulher, a gente conversou e concluiu: 'vamos para a favela que lá a gente pode comer'". Como se vê, mesmo uma família que não se encontrava em condições extremas de miséria, colocou moradia e alimentação em lados opostos da balança. Podemos dizer que, nesse caso, a escolha não envolve simplesmente comer ou morar, mas comer bem (e morar mal) ou morar bem (e comer mal). Na ocupação Douglas Rodrigues, posso citar o exemplo de um homem que se mudara de um apartamento nos condomínios da rua Manguari não tanto por falta de alternativas, mas também para economizar o dinheiro do aluguel.

mudou para a ocupação Vila Maria visando obter uma casa própria e garantir que seus três filhos contassem com um "lugar para crescer"; ele certamente pensava em construir andares no decorrer dos anos para acomodar o crescimento da família, ou seja, seu cálculo visava sanar necessidades do presente e futuras. Jonas conversava comigo e dizia orgulhar-se do fato de que a filha, adormecida em seu colo, ter nascido já dentro da ocupação.

Há também histórias de pais que se mudaram para permitir que os filhos residissem sozinhos na moradia original. É o caso de Suzete, idosa que veio para a ocupação Vila Maria com o padrasto dos filhos, para que estes pudessem continuar na casa em que viviam, em outra ocupação, no bairro de Ermelino Matarazzo. "A vida tem que andar, deixa eles crescerem", afirmou. Seu filho mais velho tinha 18 anos, mas ela avaliou que "todos já sabiam se cuidar". Conheci também o caso de Moacir, um idoso que participava ativamente das atividades políticas da ocupação, mas que morava na favela Marconi e admitiu não precisar de moradia. Estava ali para ajudar seus filhos a conquistarem uma casa própria, mas sobretudo porque envolvia-se desde jovem em mobilizações políticas nas favelas locais, ou seja, tinha uma vida comprometida com lutas sociais. Ele foi um dos acusados de participar da ocupação sem ter "necessidade" — embora estivesse, como disse, zelando pelos filhos e pelo conjunto das famílias ali presentes.

A história de Aparecido é exemplar de alguém que se incomodava por morar "de favor" na casa de um amigo. Sua vida está marcada por uma trajetória de mobilidade marcada por uma série de fatores. Havia morado num barraco construído no espaço interno do Cingapura Novo Mundo antes de voltar, por alguns anos, à sua terra de origem no Nordeste. Buscando residir próximo aos filhos da esposa, passou a morar em São Paulo, no "quartinho" da casa de um amigo. A experiência foi "horrível": tinham que dividir o banheiro com a família do proprietário, não podiam tomar banho à vontade sem sentir que estavam incomodando. A esposa e ele não queriam fazer as refeições com os demais, mas não podiam "fazer desfeita" e sentiam-se na obrigação de retribuir o alojamento comprando comida, que era então repartida entre todos. Foi para se livrar desta situação que Aparecido procurou um barraco na ocupação.

As particularidades dessas e de muitas outras histórias poderiam levar à conclusão de que seus protagonistas não possuem "necessidade" — se fizermos uso de um entendimento unívoco ou estrito do termo. Mas, a diversidade das situações consideradas evidencia, ao contrário, o caráter esquemático das acusações e indica que a fronteira entre necessidade e atitudes oportunistas não pode ser estabelecida de modo simples ou direto.

A diversidade das situações de carência e necessidade vai muito além do que indicam as histórias citadas, por isso vale a pena considerar uma amostra dos casos mais graves e incomuns. Entre eles está um número expressivo de famílias de bolivianos, com diversos empregados no ramo das confecções e submetidos a relações de intensa

exploração, sendo obrigados a trabalhar muitas horas em casa e com equipamentos próprios. É o caso de Luna que, "abandonada pelo marido", trabalhava "dia e noite com costura", enfrentando dificuldades para sustentar os filhos e alugar um cômodo na favela Vila Nova Tietê por 550 reais, até se mudar para a ocupação Vila Maria. Casos emblemáticos são também os de moradores de rua que viviam nas imediações da ocupação e foram acolhidos por insistência de Sandra. "Olha vocês dormindo aí em cima do lixo, isso não é vida!" disse ela, convidando-os a participarem do início da ocupação, quando ainda havia espaços disponíveis. Eles teriam dito a Sandra que não conseguiriam se acostumar a morar num espaço próprio e seriam discriminados pelos outros moradores, mas ela insistiu e, na conversa que travou comigo, orgulhou-se em apontar que muitos deles haviam se "reerguido". Alguns chegaram a montar comércios ou "barraquinhas" de venda de alimentos em ruas próximas.

Na outra ponta estão os relatos de pessoas que "não eram de favela". Suzana, por exemplo, morava na Vila Maria Alta e revelou que tinha medo da região. Há poucos anos "tinha cara de senhora, não de favelada". Passou por revezes e precisou morar cerca de três anos na favela São João, onde "vendeu muito Danone e Yakult" antes de mudar para a ocupação Vila Maria. Na época em que falava comigo, refletia que "ficar sem pagar aluguel é bom demais. Como pagar um aluguel de 500 ou 600 reais com um salário-mínimo girando em torno de 900?" Num tom animado e sagaz, Suzana admitiu que demorou para perceber as vantagens de não precisar pagar aluguel, mas não deixou de dizer que "ninguém está aqui porque quer. Você acha que as pessoas não gostariam de morar numa casa, certinha?". Podemos citar ainda casos de famílias que apresentam uma intensa trajetória de mobilidade: moraram em diferentes favelas da região, transitaram nos últimos anos entre diferentes ocupações ou passaram períodos em suas terras natais, no Nordeste do país. Mudanças nos arranjos familiares estão sempre presentes nesses casos (casais que se separam, filhos que crescem etc.), e muitas vezes a compra e venda de moradias é uma forma de adquirir recursos para enfrentar adversidades que, mais uma vez, podem ou não ser interpretadas na chave da "necessidade" ou do "oportunismo".

Podemos concluir que a ocupação Vila Maria abriga uma heterogeneidade notável de trajetórias de vida. As construções assim como as vestimentas, os comportamentos, e os próprios corpos expõem uma variedade tão grande quanto são as oportunidades e revezes nos quais foram forjados. Alegações da dimensão compartilhada de necessidade (bem como sua ausência) encontram dificuldades para proliferar, distribuindo-se de modo parcial e instável no correr do tempo. O diagnóstico de uma condição comum de pobreza e necessidade depende não apenas do protagonismo das lideranças, mas também de todos os moradores, na medida em que eles criam e fazem circular argumentos favoráveis e contrários à ocupação. Com isso, as oportunidades efetivas de auxílios e ações em conjunto vão aos poucos sendo desenhadas.

8.2. Relações entre conhecidos

"Não tem como conhecer quem é quem aqui. O cara aparece dizendo que é morador, você tem que acreditar." Assim se expressou um casal que enfrentou dificuldades para instalar um ponto de fornecimento de água para um conjunto de vizinhos que não conheciam muito bem. "Nosso vizinho se mudou faz pouco tempo e a gente nem sabe quem está aí agora." Para o casal, poucos eram os moradores originais que residiam na ocupação desde o início e isso dificultava as relações e acordos entre as pessoas.

Com quatro ou cinco anos de vida, a ocupação Vila Maria se vê às voltas com problemas de rotatividade semelhantes aos apontados para a Cidade Nova e Vila Nova Tietê num período muito mais extenso, de cerca de quarenta anos.[453] O número de pessoas que não se conhece é expressivo, também porque as ocupações atuais envolvem milhares de moradores, em contraste com as centenas que compunham as favelas da região nos anos 1980. Além disso, no passado as interações na vizinhança eram mais importantes devido à segregação urbana e às dificuldades de deslocamento das pessoas, ao passo que nos hoje são muito mais numerosos os vínculos estabelecidos em outros bairros da cidade.

Mesmo que uma proporção dos moradores não alimente vínculos recíprocos, o conhecimento mútuo continua existindo e desempenhando um papel importante nas articulações políticas cotidianas. Em primeiro lugar, como sugere o relato do casal, pessoas

---

[453] O contraste pode derivar em parte do fato de que a observação participante acessa complexidades e nuances que não estão presentes nas memórias de longa duração sobre as favelas consolidadas. Mesmo assim, alguns relatos da Cidade Nova e Área Quatro não deixaram de apontar que nos anos 1980 havia pessoas desconhecidas que moravam ou frequentavam as favelas da região. Independente da comparação, podemos considerar significativo o processo de renovação e mudança dos moradores na ocupação Vila Maria. Para a Douglas Rodrigues, especificamente, o levantamento cadastral de 2019 obteve 738 respostas para o ano de chegada das famílias à ocupação. Os dados se distribuem nas seguintes proporções (números arredondados): 2013 (26%), 2014 (23%), 2015 (13%), 2016 (12%), 2017 (13%), 2018 (7%), 2019 (4%). Assim, de acordo com a amostra considerada, um quarto dos moradores residia na ocupação desde o início e metade chegou nos dois primeiros anos; a partir de 2015, temos um influxo constante de cerca de 12% ao ano. Mesmo que o dado de 2018 indique uma tendência para a diminuição do processo de substituição dos moradores (o ano de 2019 estava em curso na época da pesquisa e não pode ser usado para efeitos de comparação), podemos supor que famílias continuaram chegando nos anos subsequentes, em função do visível processo de verticalização das construções.

que se conhecem, conseguem se articular mais facilmente para enfrentar problemas no âmbito local, associados à fiação elétrica, a vazamentos de água e assim por diante. Boa parte dos moradores estabelecem relações de identificação, assistência e amizade com seus vizinhos e, é bom lembrar, muitos amigos ou parentes chegaram juntos no início da ocupação, residindo uns ao lado dos outros. Por vezes atribuem-se identidades coletivas aos que habitam uma via ou trecho de via: afirmações como a de que "aquela viela é só família" indicam áreas com predomínio de crianças, mais organizadas e pacíficas; em contraste, uma rua "muito bagunçada" está permeada de tensões e conflitos, por exemplo entre vizinhos mais antigos e outros recém-chegados.

A vizinhança foi usada como unidade de mobilização para o enfrentamento de questões relativas à ocupação de modo geral: a partir de certa data, foram escolhidos conselheiros para representar determinadas áreas junto à associação de moradores. A mudança sinaliza uma segunda ordem de relações de conhecimento mútuo que dinamiza as articulações políticas; neste caso entre pessoas que não moram necessariamente próximas. Refiro-me às conexões entre lideranças e moradores de modo mais amplo.

Vínculos de amizade e respeito são fundamentais para o fortalecimento das lideranças e da própria associação de moradores, além de facilitarem a comunicação e a solução de dificuldades internas. Existem, contudo, aqueles que não participam destes vínculos, em geral os críticos à atuação das lideranças ou os que simplesmente não tiveram oportunidade de conhecê-las (é bom lembrar a desproporção entre o número reduzido de lideranças e a grande quantidade de residentes da ocupação). Surgem, portanto, clivagens entre aqueles próximos das lideranças ou favoráveis a elas, e aqueles que se sentem distantes ou não se identificam com a associação de moradores ou com a ocupação de forma mais ampla.

Em contraste com o caráter abstrato e genérico das mobilizações por pobreza e necessidade, os vínculos concretos estabelecidos com as lideranças, e entre moradores de um modo geral, fixam limites internos para o alcance das articulações e produzem clivagens no interior da ocupação.[454] De acordo com uma expressão, "a ocupação é como um tabuleiro", ou seja, compõe-se de setores aliados, adversários e indiferentes à associação de moradores e às lideranças.

Tendo em vista o volume desproporcional de demandas e sua variedade, as lideranças se inclinam a priorizar o que têm imediatamente à frente de si, ou seja, o que é trazido a elas pela rede de conhecidos e apoiadores, ou então as demandas e

---

[454] Por outro lado, muitas das clivagens internas, que dividiam os moradores nas favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê, me parecem bem menos intensas e mesmo inexistentes na ocupação Vila Maria. Não observei tensões significativas entre católicos e evangélicos, entre moradores mais ricos e mais pobres, tampouco havia uma divisão nítida entre proprietários e inquilinos.

acontecimentos ocorridos nos momentos e locais nos quais se encontram. Tal padrão de atuação se explica pela dificuldade de anotar, registrar, hierarquizar e controlar o andamento de solicitações e acordos estabelecidos no decorrer do tempo, seja pela falta de recursos adequados (como computadores e mesmo registros em papel), seja pelo baixo nível de instrução dos envolvidos. Vemos, mais uma vez, que as relações estabelecidas por proximidade física e espacial são centrais para as dinâmicas políticas na forma de vida ocupação.

Para a resolução de dificuldades no âmbito da vizinhança, até mesmo as lideranças estão limitadas ao estabelecimento de acordos verbais circunstanciais entre os envolvidos. Certa vez passei com Olavo em frente à moradia de um casal que o conhecia e que aproveitou o ensejo para pedir ajuda a ele. Fomos convidados a entrar e, com isso, reconhecemos duas rachaduras na parede de divisa por ação de um vizinho que estava embutindo encanamentos do outro lado e não tinha construído uma parede própria. Olavo se dispôs a ajudar, bateu na casa vizinha e pediu educadamente "um favor" à moradora que atendeu à porta: que ela combinasse com o marido de construir uma meia parede só deles, para que pudessem embutir os canos, para evitar as rachaduras como as que haviam surgido na casa ao lado. A mulher assentiu com a cabeça, com expressão inocente e um tanto evasiva. Mesmo com a intervenção de Olavo, as chances de solução do impasse pareciam incertas, mas não foi cogitada a possibilidade de meu interlocutor registrar o combinado ou de retornar ao local em data próxima. A única forma aventada de continuar a negociação foi o pedido de Olavo para que o casal voltasse a procurar a diretoria, caso o vizinho não agisse como esperado. Embora Olavo tenha frisado que os vizinhos "estavam avisados", a única forma de cobrar mudanças de atitude era manter-se na imanência das práticas e interações, ou seja, voltar a aproximar as pessoas fisicamente para obter novos esclarecimentos e acordos pela palavra.

Diante das incertezas que compõem histórias como esta, parece inevitável que certas lideranças sejam criticadas por atenderem demandas seletivamente, por privilegiarem conhecidos, por não prestarem contas ou estabelecerem cadastros e critérios claros de atendimento. No entanto, elas se esforçavam para estar presentes e fazer o que era possível nas diferentes situações que encontravam. As lideranças sabiam das limitações que enfrentavam e olhavam para as dificuldades menos como problemas a serem superados e mais como desafios permanentes. Não se iludiam com modelos de organização que sabiam irrealizáveis no contexto em que atuavam. É como se as dificuldades de registro e controle, bem como de estabelecimento de regras e garantias, fizessem parte das precariedades e carências constitutivas da ocupação, tanto quanto a falta de moradia dita. Assim, as dinâmicas políticas sob a forma de vida ocupação precisam considerar sempre a aplicação incompleta e imperfeita de suas próprias regras e padrões, o que implica numa coexistência complexa entre critérios particulares e

universais, imanentes e transcendentes, parciais e imparciais, possíveis e desejáveis — ainda que estas combinações possam se deslocar em direção a um ou outro polo.[455]

Algumas das críticas e desconfianças que ouvi sobre a associação de moradores pareciam não levar em conta estas dificuldades: acreditavam, por exemplo, que a flexibilização de regras e critérios de atendimento ocorria apenas para os que eram conhecidos ou próximos das lideranças, ou então pensavam que as regras de atendimento valiam apenas para desconhecidos, que se viam prejudicados. Como critérios de comparação, tais críticos citaram os níveis de organização alcançados durante os anos 1980

---

[455] Tais considerações não devem ser vistas como específicas da ocupação Vila Maria, mas como mais ou menos relacionadas aos movimentos sociais de um modo geral, mesmo que a literatura a eles dedicada não costume tratar desses aspectos. Como exceção, vale lembrar novamente a crítica rigorosa de Ana Maria Doimo ao que considerou ser o "caráter espasmódico e pouco inclusivo" dos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980. "Não são evidentemente, redes fechadas, mas também não são redes abertas o suficiente para incorporar todos os que se engajam." A reflexão da autora opera por meio de um contraste marcado entre duas lógicas que se relacionam apenas parcialmente com o problema que estou tratando, mas que ajudam a iluminá-lo. Por um lado ela chama de "lógica consensual-solidarística" a que se rege por "relações sociais informais, lealdades pessoais, solidariedade e consenso", e que podem levar à formação de um grupo de iguais pouco inclinado a lidar com as diferenças (ela se referia principalmente a movimentos sociais que nos anos 1970 e 1980 se orientavam por valores e modos de organização associados à atuação da igreja católica, fundados na identificação com valores religiosos e com modos específicos de engajamento político). Por outro lado, a "lógica racional-competitiva" seria "própria dos mecanismos convencionais de representação política", e envolveria regras procedimentais voltadas "à equalização das diferenças no espaço público." Doimo afirma, assim, a importância de "perceber a autonomia da política como esfera governada por leis próprias, distinta da moral e da religião. A separação entre o público e o privado é, enfim, precisamente o princípio do Estado Moderno, criado através de regras universais e racionais que não especificam política como simples prolongamento da sociedade ou como mera extensão dos grupos de interesse." (DOIMO, op. cit., p. 183-184). A autora se inclina, nitidamente, para a defesa de um desses polos do argumento, o que é muito diferente do que estou propondo. A conduta mais arbitrária e seletiva das lideranças da ocupação Vila Maria tem a ver com a impossibilidade de atender a todos e também com contingências.

nas favelas antigas da região ou nas recentes ocupações de edifícios na área central da cidade; exemplos envolvendo centenas, e não, como disse, milhares de moradores.[456]

Resgatemos a ideia de que o trabalho de articulação das lideranças ocorre por meio da *conduta contingencial*, onde os parâmetros de seleção e atendimento das demandas são em certa medida determinados caso a caso. Um olhar atento às particularidades de cada situação pode suspender ou relevar critérios gerais que, mesmo baseados no princípio do tratamento igualitário, não têm como ser apropriados a muitas das circunstâncias cotidianas. Diversas situações faziam as lideranças relativizarem regras e acordos, escritos ou firmados verbalmente, para elaborar reflexões e decisões na imanência das práticas e em conjunto com os envolvidos. Por exemplo: embora houvesse uma lista de espera para obtenção de um espaço na ocupação, certas famílias apareciam em estado tal de calamidade que era necessário dar-lhes prioridade; num destes casos, uma família que "ia acabar dormindo na rua" foi acolhida provisoriamente embaixo de uma escada, num espaço até então proibido de ser ocupado. Ou: nos primeiros anos da ocupação, quando a associação zelava atentamente pela proibição de barracos fechados e desocupados como meio de garantir que eles fossem usados pelos que tinham necessidade, admitiam-se ausências temporárias quando um morador alegava doença, precisava viajar a trabalho, entre outras justificativas avaliadas caso a caso. Vemos, portanto, que um aspecto positivo da conduta contingencial é evitar entraves derivados da aplicação inflexível de regras

[456] Dados dos dois levantamentos cadastrais realizados na ocupação Douglas Rodrigues indicaram uma quantidade mínima de 1.300 famílias. Em contraste, na área central da cidade, estimam-se que 3.500 famílias vivam em 51 ocupações oficialmente reconhecidas como tais (GUERREIRO; SANTOS, 2020, p. 307). Tampouco se pode comparar o tamanho da Douglas Rodrigues com as favelas da região nos anos 1980: um documento da época estima quinze mil moradores habitando as dez favelas da região (ref. 1980-DÉCADA-B) e outro enumera 353 famílias na Vila Nova Tietê (ref. 1984-ANO). Assim, comparações entre os níveis de organização e controle nestes distintos contextos precisam ser feitas com cautela.

gerais. Em contrapartida, é preciso dedicar esforços para ajuizar as formas de distribuição de recursos, atenção e energia entre necessidades e urgências heterogêneas.[457]

Em suma, as lideranças não trabalhavam com uma flecha do tempo que apontava objetivos definitivos; elas viviam o presente como uma realidade espessa, que demandava atenção sistemática e não tinha horizontes de término ou conclusão. Os desafios vividos pelas lideranças podem ser uma forma de nos lembrar que a aplicação de critérios gerais, igualitários e abstratos, nunca é completa, e que sempre será preciso reconhecer e administrar uma margem de contingência e arbitrariedade que, no caso, é bastante expressiva. Tal reconhecimento não implica em referendar favoritismos, seletividades ou descuidos, mas diz respeito à sabedoria para agir em meio à precariedade, que não menospreza dificuldades do presente com base em expectativas de futuro. Admitindo, como parecem fazer alguns de meus interlocutores, que a política nunca será realizada

---

[457] Isabelle Stengers e Philippe Pignarre propõem uma forma de pensar a política que não opera unicamente por meio da fixação de regras externas aos problemas, válidas em todos os casos, quer dizer: afirmam a importância de lidar com a política sem a intenção de generalizar. Com base em Gilles Deleuze, afirmam que o verdadeiro pensamento de esquerda surge a partir de experiências concretas de deliberação. "As obrigações que dão a uma situação o poder de fazer pensar não são decretadas, mas cultivadas". (STENGERS; PIGNARRE, op. cit., p. 109). Em obra anterior, Isabelle Stengers critica o Estado por produzir, em geral, "normas cegas para as localidades e os saberes tradicionais, que terminam por eliminar o que não está em conformidade e resiste a uma avaliação objetiva". "As instituições estatais frustram o exercício do pensamento, a exemplo do que faz a escola, aprisionada por verificações de conteúdo e a um signo de igualdade que só produz desigualdades." Assim, Stengers defende que é preciso não se colocar na situação de anonimato, nem resolver os problemas por meio de generalidades. "As conexões devem ser criadas, sempre precárias, jamais adquiridas de uma vez por todas", sendo imprudente justamente a preocupação excessiva com a busca de garantias. "O tempo das garantias acabou", observa ela em outro ponto da argumentação, de modo que aquilo que vale deve ser definido em primeiro lugar como vulnerável, dependente de alianças e repercussões para proliferar. Para tanto, é preciso não se colocar na situação de anonimato, nem resolver os problemas por meio de generalidades. "As conexões devem ser criadas, sempre precárias, jamais adquiridas de uma vez por todas." (STENGERS, 2009, caps. 7, 10, 13). Vale a pena resgatar, ainda, uma das proposições contidas na noção de "comum latente" de Ana Tsing, que já mencionei antes, para nos mantermos atentos aos potenciais e limitações das dinâmicas políticas que efetivamente se dão. Sua ideia de "comum latente" alude a composições políticas que "não são boas para todos", embora estejam envolvidas na produção de "mundos bons o bastante", imperfeitos e em constante revisão (TSING, op. cit., p. 255).

exclusivamente com base em padrões e critérios gerais, nosso olhar sobre o presente pode talvez se tornar ao mesmo tempo mais lúcido e desiludido. Trata-se de agir reconhecendo que as dificuldades atuais não serão eliminadas e que o presente é uma temporalidade perene, com a qual é preciso se habituar.

Sentimentos de suspeita relacionados às lideranças e à diretoria extrapolam problemas de atendimento diferencial dos moradores, assumindo uma diversidade de facetas. É importante abordá-las para mostrar até onde podem ir as críticas e desconfianças associadas à ocupação Vila Maria, e como geram divisões num contexto político e social alargado, incluindo bairros vizinhos.

As acusações mais comuns são as de uso indevido do dinheiro arrecadado. O fato de abrigar muitas famílias leva à crença num grande volume de contribuições, que é então contraposto à falta de realização de melhorias, conduzindo à conclusão de que as lideranças se apropriam indevidamente do dinheiro. "Já era para ter vindo luz há muito tempo, mas o pessoal da Associação não se mexe", disse a mim Denis, um jovem morador da ocupação. "O que fazem com o dinheiro da mensalidade?" Ele afirmou que deveriam pagar, por exemplo, um rolo de cabo de energia para que as pessoas pudessem fazer ou consertar uma ligação de eletricidade. Com a assertividade de quem constatava algo evidente ou óbvio, Denis afirmou que a Diretoria "embolsa" os recursos.

Outras declarações, que valem a pena ser citadas, ocorreram num dos períodos de ameaça de cumprimento de uma das reintegrações de posse. Pouco antes de uma assembleia para discutir o assunto, Geílza, comerciante que mora e trabalha na ocupação, disse que a ameaça de reintegração não existia e que ela própria não havia encontrado informações em consultas a *sites* do poder judiciário. Afirmou que tais ameaças eram uma forma da diretoria obrigar as pessoas a participarem. Na assembleia que ocorreu logo depois, uma liderança fez referência ao raciocínio, criticando os que acreditavam que a reintegração havia sido inventada para que as pessoas fizessem carteirinhas e pagassem a mensalidade. Em outra conversa, moradores afirmaram que a diretoria da ocupação inventava as reintegrações para apavorar e expulsar moradores, cujos barracos ficariam vagos e poderiam ser então vendidos. Uma foto que circulou na rede *Whatsapp*, mostrando lideranças da ocupação reunidas na mesa de um bar, era usada como evidência de que o dinheiro dos moradores era gasto com bebidas.

"Você acha que eles não devem ganhar alguma coisa pelo que fazem?", perguntou Adriana em uma de nossas conversas. "O pessoal [as lideranças] têm emprego lá fora, trabalha, depois chega aqui, tem que trabalhar mais ainda, às vezes até precisam prejudicar o seu serviço lá fora para atender as demandas aqui dentro e não podem receber alguma coisa por isso?" O certo era que a sobrevivência da ocupação dependia das lideranças, e que elas faziam um "ótimo trabalho", na visão de Adriana. Embora este depoimento seja de uma apoiadora, ele ainda pressupõe que as lideranças ganhem dinheiro com a militância, contrariando o que constatei quando passei a acompanhar um

pouco de seu cotidiano. Na verdade, a quantidade de recursos arrecadados era insuficiente, mesmo para arcar com as despesas ordinárias do dia a dia, uma vez que eram poucos os que efetivamente pagavam as mensalidades. Lideranças que ficavam no atendimento, por exemplo, não podiam contar com recursos para almoçar ou pagar por um estacionamento ao fazer visitas à prefeitura e a outros órgãos públicos. Mesmo os comunicados e informativos dependiam da ajuda de simpatizantes e parceiros para serem impressos em grande quantidade. Moisés, que frequentemente ficava de plantão no atendimento, observou que as lideranças não ganhavam nada, trabalhavam para beneficiar a todos e muitos não reconheciam o que era feito. "Você ainda é acusado de querer levar vantagem ou ganhar dinheiro às custas do movimento", afirmou ele.

Uma atitude drástica para dissipar suspeitas foi tomada certa vez por Rosa. Ela pediu a Lucimeire, mulher "que vivia tacando a boca na gente", para ajudar a atender a população ao longo de um dia em que as lideranças estavam muito ocupadas. Lucimeire testemunhou o momento em que uma das lideranças precisou gastar dinheiro próprio bolso para emitir carteirinhas para alguns moradores. "Meu Deus do céu, eu achava que era brincadeira", reconheceu ela. Pagou suas mensalidades atrasadas e mudou de opinião em relação à associação. Rosa disse então a um colega: "Está vendo, quando o senhor pegar um assim criticando, não brigue, não debate, chama ele para ficar lá com o senhor o dia inteiro, porque aí eles vão ver como é que funciona o negócio. Aí eles vão entender", e vão também "ajudar com outro morador, que se tiver batendo no movimento ele vai lá [e fala] opa, eu fiquei lá, eu vi como é que funciona". Este é outro exemplo que mostra a importância que adquire o plano de imanência das práticas, onde a forma de convencer e argumentar passa frequentemente pela necessidade de "ver com os próprios olhos", pelo diálogo face a face e pela proximidade física entre as pessoas.[458]

Boa parte das desconfianças pressupõe segundas intenções na contribuição mensal solicitada (mas não exigida) aos moradores da ocupação. A suspeita que nasce da associação entre dinheiro e atividades de cunho político e social foi apontada em capítulos precedentes e parece recorrente na região. Até as pessoas que se colocavam em situações de destaque ou assumiam papéis de proeminência nas comunidades locais, a exemplo de Celso no Cingapura Novo Mundo, eram por vezes associadas a interesses escusos. Também ONGs como o Projeto Elias e o Núcleo Cristão Cidadania e Vida foram criticados por um de meus interlocutores como organizações que existiam para "lavar dinheiro".

---

[458] A propósito, o fato de algumas lideranças da ocupação Vila Maria não residirem efetivamente em seu interior foi muitas vezes apontado como indício de que elas não tinham "necessidade" e não estavam, portanto, efetivamente engajadas nas lutas. Em contraste, lembremos que, no segundo capítulo, as irmãs vicentinas tiveram sua legitimidade reforçada por manterem relações de proximidade com as pessoas e residirem numa casa na Cidade Nova.

Uma liderança da ocupação Vila Maria, por sua vez, acusou uma ONG da região de se preocupar demasiadamente com recursos financeiros, sintetizando o raciocínio de que "quando entra dinheiro, não é mais social". Quem faria trabalho social seriam as lideranças da ocupação e eu próprio, que ajudava o movimento sem expectativas de retribuição.

Desconfianças em relação ao dinheiro me pareceram generalizadas a ponto de se assemelharem às que se endereçam ao poder público e às suas diversas instâncias. Diria, assim, que o dinheiro e o poder promovem conexões difíceis de serem perscrutadas para além do plano de imanência das práticas, escapando, portanto, do âmbito em que meus interlocutores estão habituados a pensar e agir. Cultivando desconfianças, as pessoas se mantêm alertas para a presença de aproveitadores, corruptos e pessoas mal-intencionadas, ao mesmo tempo em que comprometem parte de sua capacidade de articulação coletiva.

8.3. Movimento Independente de Luta por Habitação - Vila Maria (MILHVM)

As relações entre conhecidos e a ajuda mútua impulsionada pela pobreza e a necessidade não são capazes de articular as ocupações como um conjunto ou uma entidade coesa. Para tanto, precisamos tratar de um terceiro nível do processo de coletivização, correspondente a associações de moradores, a organizações e a movimentos sociais. Por meio deles, de seus espaços, procedimentos e pessoas, a interlocução com os moradores adquire maior regularidade e constância. Os diálogos com o poder público, bem como com aliados e antagonistas externos, também ocorre por meio destas formas consolidadas de organização coletiva. São elas as responsáveis, ainda, pelos intercâmbios e traduções entre os âmbitos interno e externo, ou seja, entre o universo de preocupações, valores e interesses dos moradores e as negociações realizadas na esfera da política, da justiça e da sociedade civil de modo geral.

Para abordar estas questões, olhemos para o funcionamento do Movimento Independente de Luta por Habitação - Vila Maria (MILHVM), responsável pela ocupação Douglas Rodrigues. Nosso foco principal é o funcionamento cotidiano deste "Movimento", "Associação" ou "Diretoria", com seus processos, integrantes e espaços

físicos.[459] Os intercâmbios e embates externos protagonizados pelo Movimento, assunto privilegiado do nono capítulo, são introduzidos neste momento de modo sintético e esquemático, forma pela qual tais assuntos são comunicados aos moradores da ocupação nas assembleias do movimento.

A Douglas Rodrigues começou em agosto de 2013 num terreno de 50 mil metros quadrados, abandonado há mais de 20 anos. A transportadora Dom Vital foi a única empresa que ocupou o local, durante cerca de quatro ou cinco anos;[460] Ela construiu três grandes galpões e um deles ruiu com a ocorrência do incêndio em 2016. Os outros dois continuam existindo e abrigam moradias em seu interior. Trata-se de duas construções longilíneas e paralelas, implantadas na porção mais elevada do terreno. Entre os dois galpões formou-se a rua Vitória Soares, umas das principais da ocupação, conectando as entradas pelas ruas Manguari e dos Condoreiros. Outras duas ruas principais cruzam a Vitória Soares e seguem paralelas aos limites do terreno, acompanhando o declive em direção à terceira entrada, localizada junto a Marginal Tietê. Com exceção de mais duas ou três ruas que também permitem a passagem de veículos, a ocupação é composta por uma grande quantidade de vielas.

Em um contexto absolutamente dominado por moradias e vias estreitas, três lugares são controlados pela Diretoria da ocupação: a sala do "Atendimento", um local destinado a se tornar o Centro Comunitário em futuro próximo, e os trechos de rua que costumam ser convertidos em espaços para as assembleias de moradores.

A sala do "Atendimento" fica a poucos metros da entrada da rua Manguari, mas já esteve localizada em outros lugares. Quando comecei a frequentar a ocupação, ficava num barraco de madeira ao lado do endereço atual e tinha menos de três metros de largura por seis de profundidade. Continha um sofá, duas mesas de escritório e um armário, com uma geladeira e um banheiro ao fundo. Era uma construção semelhante a muitos dos primeiros barracos da ocupação, sem janelas e com paredes de madeirite coladas às divisas. Quer dizer, o tamanho e o aspecto do Atendimento não correspondiam à importância de sua função numa ocupação com mais de 1300 famílias. A certa altura, a Diretoria vendeu este espaço e comprou o vizinho de esquina, onde havia funcionado uma igreja evangélica. A construção atual é assim de alvenaria de blocos e possui uma planta em formato aproximadamente triangular, contando com cerca de 40 metros quadrados. Possui uma janela e acomoda um bom número de cadeiras, permitindo a realização de encontros e reuniões com mais conforto.

---

[459] A pessoa jurídica do MIMVM foi fundada em fevereiro de 2014, cerca de cinco meses após o início da ocupação. Parece ter pesado para tanto a necessidade de adquirir maior legitimidade no processo judicial de disputa pelo terreno.

[460] Na foto aérea de 1986 o terreno aparece como um descampado.

Fig. 8.d - Sala do atendimento em 2015, com Ollitta falando e, do lado esquerdo, o advogado do Movimento, Benedito Roberto Barbosa, do Centro Gaspar Garcia. Data: abril de 2015. Autoria: Cilene Sousa.

No dia a dia da ocupação, o Atendimento é o único espaço permanente, que as pessoas associam ao Movimento. José Miguel da Silva e Kazuhiro Uehara, conhecidos como Miguel e Kazu, foram os principais responsáveis por manter este espaço aberto e funcionando no período de minhas visitas de campo. Entre os vários motivos que levam os moradores a procurar o Atendimento está a chegada de correspondências, que são separadas em diferentes montes e dispostas sobre a mesa do atendimento. As mais novas são separadas das mais antigas, e classificadas entre as que provêm de lojas, empresas de telefonia, bancos, programa bolsa-família, entre outros. O Atendimento também serve para distribuir doações, para recolher e retirar objetos que as pessoas por vezes deixam umas para as outras. A maior parte dos que se dirigem ao local possui objetivos específicos e não permanece ali, mas há também quem se demora em conversas com conhecidos, falando sobre o clima, a situação política do país, a falta de emprego e moradia, acontecimentos recentes na ocupação e nas redondezas, expectativas em relação à conquista do terreno etc. O Atendimento também é o lugar para solicitar carteirinhas, pagar mensalidades e procurar ajuda para uma série de questões, relacionadas a problemas de infraestrutura, discussões entre vizinhos, repasse e ressarcimento de moradias dos que estão chegando e saindo, entre muitos outros. Questões extraordinárias como essas são geralmente direcionadas para a presidente da Associação, Adenilda Soares Dias, conhecida como Nilda.

Reuniões semanais da diretoria ocorrem no Atendimento e contam no mínimo com as cinco ou seis lideranças mais atuantes nos últimos anos. Antes destas reuniões têm lugar os encontros de formação política da Corrente O Trabalho, reunindo as lideranças citadas e alguns moradores simpatizantes ou filiados a esta vertente trotskista. Nestes dois encontros semanais, assim como nas assembleias, o articulador principal é Henrique Ollitta, ou simplesmente Ollitta.

O segundo espaço controlado pelo Movimento fica no interior de um dos galpões que existiam antes da ocupação. Possui cerca de 50 metros quadrados e há alguns anos vem sendo reservado para a implantação de uma futura "biblioteca" ou "Centro Comunitário", onde as lideranças pretendem realizar atividades que ainda não têm onde ocorrer: eventos culturais, cursos de formação política, espaço de leitura, festas de crianças, velórios etc. Fui convidado pela diretoria do Movimento a desenvolver um projeto, que ainda não pode ser executado, sobretudo pela falta de recursos para a construção. Este fator motivou Nilda a "emprestar" o espaço temporariamente para duas famílias que precisavam de moradia e estavam sem condições financeiras de "ressarcir"[461] um barraco na ocupação. Nilda estabeleceu o "combinado" de que as famílias sairiam do espaço quando suas condições financeiras permitissem e quando a Associação conseguisse os recursos para a construção do Centro Comunitário. Em meio à pandemia do Covid-19, as famílias foram deslocadas para outros endereços, a ocupação recebeu uma grande doação de livros que esperam por catalogação e o Centro Comunitário passou a abrigar algumas aulas e atividades, com destaque para aulas de capoeira ministradas em caráter voluntário por um professor da região.

A necessidade de atrasar a implementação do Centro Comunitário para alojar temporariamente famílias dá ideia do nível de demanda por moradia enfrentado pela Douglas Rodrigues. Na verdade, este é um entre muitos outros casos em que espaços coletivos foram suprimidos para permitir a construção de casas. A priorização das moradias explica porque a ocupação dispõe de poucos espaços de uso comum num terreno tão amplo. Sobre o assunto, Nilda e Ollitta expuseram seus pontos de vista em conversa travada com Camila, professora da EMEF Coronel Ary Gomes que participava de eventos comunitários na ocupação. Camila perguntou se as lideranças haviam pensado em reservar um espaço para atividades coletivas quando o incêndio de 2016 destruiu cerca de um quinto dos barracos, liberando uma grande clareira no interior da ocupação. Nilda respondeu que moradores da região a procuravam "diariamente" pedindo espaços para morar e Ollitta observou que nessas circunstâncias era "contraditório" deixar espaços desocupados. Camila lembrou, então, da resposta de uma moradora da ocupação para a mesma pergunta. A moradora reconheceu a importância de um espaço livre comunitário, mas não achava justo que, para isso, alguém ficasse sem moradia. Estas alegações mostram que, nas condições de precariedade e pobreza vigentes, a maximização de espaços privados é em si mesma uma forma de atender a coletividade, ainda que prejudique a implantação de espaços de uso comum.

---

[461] "Ressarcir" costuma ser usado como substituto da ideia de comprar, para indicar que o preço pago por um barraco deve corresponder unicamente às despesas realizadas com construção pelo morador que deseja sair.

Não é de estranhar, portanto, que o terceiro lugar de reunião da coletividade exista em caráter intermitente e improvisado, correspondendo à ocorrência das assembleias de moradores em trechos de ruas da ocupação; mesmo esporádicas, elas representam os momentos de maior discussão e mobilização do conjunto dos moradores. De modo a fornecer uma visão geral desses encontros, associo os aspectos principais da primeira assembleia da qual participei, em 10 de dezembro de 2017, com pormenores e informações recorrentes, retirados de outras ocorrências.[462]

Cheguei à ocupação às treze horas e trinta minutos de um domingo para participar da Assembléia Geral marcada para as catorze horas. No Atendimento, dois homens terminavam os preparativos para o encontro e receberam o recado de Ollitta para levar todas as bandeiras da sala. Eles pegaram as que estavam num canto da sala e desatarraxaram outras que forravam as mesas do local. Das quatro bandeiras, uma tinha o símbolo do PT e as outras exibiam a bandeira do MILHVM em letras maiúsculas. Acompanhei os homens em direção ao local da assembleia, num ponto da rua Vitória Soares atravessado por uma cobertura elevada, composta de grandes "calhetões" de concreto. As telhas eram um prolongamento das coberturas dos dois galpões que ladeavam a rua, construídos pela Dom Vital. A cobertura oferecia abrigo parcial do sol e da chuva, configurando também um marco espacial e simbólico que, de alguma maneira, parecia reforçar a importância do encontro. Também, foi sob a cobertura que Baixinho, um dos membros originais da diretoria (hoje não mais atuante), implantara um bar cujo espaço interno dava apoio e ancoragem à realização das assembleias. O bar era relativamente espaçoso, com cerca de quatro metros de profundidade por oito de largura. Abrigava uma mesa de sinuca perto da entrada e um balcão mais atrás. Antes do início da reunião, os membros da diretoria estavam reunidos no bar do Baixinho. Na frente do bar, um palanque fora improvisado com uma prancha de madeira apoiada sobre cadeiras, com um amplificador ao lado. As bandeiras foram instaladas nas proximidades, nos postes de madeira da fiação elétrica.

Quando me aproximei do local, um morador pediu que eu manobrasse seu carro até a entrada de uma viela ao lado do bar do Baixinho. Ainda não conhecia Ollitta, mas ele veio ao meu encontro enquanto manobrava para dizer que o veículo devia ser posicionado de atravessado na largura da rua. Percebi então que o propósito do carro era servir de barreira para a circulação de veículos. Em reforço a isso, outro homem me orientou a deixar uma passagem estreita, suficiente para permitir a passagem de pessoas, mas não de motocicletas.

Os preparativos para a realização desta assembleia foram maiores do que em outros encontros dos quais participei, e ajudam a mostrar a necessidade de converter um espaço de circulação em local de reunião. A presença de cobertura, palanque, bandeiras e

---

[462] Entre dezembro de 2017 e março de 2019 participei de sete assembleias.

obstáculos à passagem de veículos aparecem como recursos provisórios, empregados para instaurar regras e poderes momentâneos, diferentes dos que existem no dia a dia da ocupação. Particularmente, o bloqueio do fluxo de automóveis mostra a importância adquirida pelo espaço e pelo plano de imanência das práticas, perante a incerteza e ausência de diretrizes estabelecidas de ocupação, características da terra de ninguém.

Um número pequeno de pessoas estava esperando o início da reunião, enquanto várias outras passavam em direção às suas casas, mercados e bares. Ouvi um ou dois comentários daqueles que observavam a situação e se perguntavam, em tom de impaciência e cobrança, se "esse povo vinha ou não vinha". Alguém observou: "a gente faz no domingo para o pessoal poder vir, mesmo assim está difícil"; talvez as pessoas estivessem aproveitando o tempo para resolver coisas não relacionadas a trabalho, continuou. Quando as caixas de som foram enfim ligadas e um forró começou a tocar bem alto, a aglomeração foi aumentando sensivelmente. Baixinho subiu no palanque, fez comentários bem-humorados e pediu que as pessoas se aproximassem. Quando Ollitta abriu a assembleia, às catorze e quinze, já não era possível chegar perto do palanque: quase não havia espaço entre os presentes. Pediu "às companheiras e companheiros" que tentassem se acomodar, porque o encontro duraria cerca de 45 minutos. Como sempre, sua previsão era correta, e mostra a habilidade que tinha em administrar esses eventos.

Apesar da cobertura de concreto, o sol conseguia entrar, expondo muita gente à radiação. As pessoas se protegiam como podiam, tentando aproveitar as zonas de sombra. Em ambos os sentidos da rua, uma boa quantidade de pessoas se espalhava e ia diminuindo com a distância. De modo aproximado, imagino que no ponto alto da assembleia, momento que correspondeu à fala inicial de Ollitta, deviam estar presentes cerca de 300 a 400 pessoas.

As assembleias geralmente começam com uma apresentação de acontecimentos recentes na esfera jurídica e política, envolvendo ameaças e oportunidades relacionadas à continuidade da ocupação. São comunicados sobre reaberturas imprevistas do julgamento de uma reintegração de posse, obtenção de apoio de políticos do PT ou de outros partidos, notícias sobre o andamento de pedidos de desapropriação do terreno feitos a repartições públicas, tentativas de dialogar com representantes do executivo sobre a ocupação, resultados de reuniões realizadas em Brasília, intervenções dos advogados do Movimento, entre diversas outras. Ollitta procura explicar tais acontecimentos de modo sucinto e didático, e a discussão envolve, por vezes, o planejamento de ações necessárias para confrontar as ameaças: a decretação de um "estado de alerta" em função da iminência de uma reintegração, a organização de uma passeata, a participação em eventos políticos de outras naturezas etc.

Em certos momentos, nota-se a preocupação com a construção e consolidação de uma versão consistente dos fatos, para evitar que os participantes difundam entendimentos equivocados. Também, como existem sempre moradores novos ou que

estão participando de suas primeiras assembleias, é comum a necessidade de explicações sintéticas a respeito do conflito principal travado pela posse do terreno. Assim, repete-se a história de que a área está em nome da Ideal Empreendimentos, empresa que faz parte de um conglomerado pertencente ao "Grupo Tenório", com sede em Pernambuco. Seriam todas elas empresas "fraudadoras do fisco", que devem em conjunto mais de um bilhão de reais à Fazenda Nacional. Em certos encontros Ollitta ia além e fornecia detalhes que aparecem de forma mais sistematizada num informativo do MILHVM, publicado no início de 2018:

> Essa empresa nunca teve um funcionário sequer, nunca construiu nem projetou um imóvel em qualquer lugar do Brasil. É público que seu endereço frio é um escritório virtual de aluguel de CNPJs (Alameda Santos, 1800 cj. 975 - CNPJ 09.401.305 / 0001 - 80). Os negócios ocultos da suposta empresa começaram quando ela foi construída, justamente para abrigar em seu patrimônio o terreno "comprado" da massa falida da Transportadora Dom Vital em 2008. Esse terreno ficou abandonado durante 22 anos desde a falência da transportadora.[463] … A Ideal isoladamente deve mais de 80 milhões para o Governo Federal.[464]

As colocações de Ollitta também realizam uma análise crítica que organiza ou situa outros agentes envolvidos nas disputas, considerando, por exemplo, que "os juízes geralmente decidem contra o povo e a favor das empresas", ou identificando políticos e partidos que estão no poder e que não se sentiram inclinados a ajudar a ocupação. Ao lado disso, as falas permitem identificar uma extensa rede de relações de troca e apoio envolvendo não apenas parlamentares, políticos e militantes do PT, mas também aqueles que se dispõem a ajudar por intermédio dos primeiros. Nas épocas de eleições, as

---

[463] A transportadora Dom Vital é conhecida entre muitos dos moradores mais antigos das favelas da região. Seu Miguel, além de alguns outros membros da ocupação, trabalhou para ela antes da decretação de falência. Segundo depoimentos, a Dom Vital começou num galpão nas proximidades do atual CDC Elias Trindade, e anos depois adquiriu o terreno da ocupação "esquentando" documentos em cartório, a exemplo do que fizeram muitas outras empresas da região. Como disse, no terreno da ocupação a Dom Vital teria funcionado apenas por cerca de quatro ou cinco anos.

[464] Excerto da ref. 2018-02-15.

assembléias compreendem uma análise do cenário político e pedidos de apoio a candidatos do PT e partidos coligados.[465]

A origem do nome da ocupação é outro ponto que costuma ser lembrado nas assembleias: Douglas Rodrigues foi escolhido numa assembleia de seis de julho de 2014 em homenagem a um rapaz assassinado de forma arbitrária pela polícia, no Jardim Brasil, em 27 de outubro de 2013. Douglas Rodrigues fora vítima de uma "opressão" que também era "sofrida por todos" da ocupação.[466]

Há também as questões relacionadas ao cotidiano da ocupação, que podem ser trazidas por lideranças e moradores num momento em que o microfone é passado aos que desejam falar. Pedidos para que o lixo não seja despejado nas entradas da ocupação; para que os moradores combatam focos de água parada para evitar a proliferação do mosquito da dengue; lembretes sobre a importância de fazer carteirinhas e registrar a saída e entrada de moradores estão entre os assuntos tratados nessa etapa. No entanto, tais questões não são o tema central e tendem a ser resolvidas fora das reuniões, em conversas entre lideranças e moradores, no espaço do Atendimento e nas ruas da ocupação. Tanto é verdade que a frequência de realização das assembleias acompanha o surgimento de ameaças e problemas externos, relacionados à conquista do terreno e da moradia. Entre dezembro de 2017 e abril de 2018, por exemplo, ocorreram seis assembleias motivadas por um julgamento de reintegração de posse em segunda instância, mas os encontros diminuíram, porque embora os desembargadores tenham decidido contra a ocupação, a reintegração não foi levada a cabo pela Ideal Empreendimentos.

As assembleias terminam com uma sessão de pedidos de sugestões e perguntas por parte dos moradores. Uma dúvida que apareceu com frequência, principalmente em encontros organizados para tratar de ameaças de reintegração de posse, vinha de moradores novos, preocupados em saber se a polícia lhes daria um prazo para se retirarem da ocupação em caso de despejo, ou se os moradores seriam de alguma maneira ressarcidos pelo governo. A resposta recorrente de Ollitta era a de que "ninguém entrou nessa ocupação para ser ressarcido ou para perder, todo mundo entrou para ganhar seu direito à moradia". Ele lembrava que as lideranças não estavam "segurando uma ocupação desse tamanho sem ter experiência", que "não tinham o cabelo branco de graça"

---

[465] A ocupação também foi palco de eventos de campanha, como uma passeata de apoio a Luiz Marinho em 13 de setembro de 2018, e um comício do candidato a deputado federal Vicentinho, ocorrido logo após uma Assembléia de moradores em 2 de outubro do mesmo ano.

[466] O pai de Douglas Rodrigues participou da ocupação durante alguns anos, mas não vivia mais ali. Mais informações nas refs. 2013-10-28 e 2013-12-06. Sobre o ato de nomeação da ocupação, ver ref. 2014-07-06
e 2014-10-22.

e que a ocupação contava com "os melhores advogados de São Paulo na área de direitos humanos e luta por habitação", pertencentes ao Centro Gaspar Garcia. Apontava também para a sequência de reintegrações de posse que haviam sido "quebradas" no decorrer dos anos. Colocações como estas costumavam ser aplaudidas, suscitando confiança e entusiasmo em muitos participantes.

Em síntese, o conjunto das falas e acontecimentos mostra que as assembleias se voltam principalmente às disputas e negociações de cunho jurídico e político. Contrapondo-se à Ideal Empreendimentos, ao poder judiciário e a forças políticas antagônicas, a ocupação Douglas Rodrigues é concebida como uma coletividade homogênea e coesa de moradores que enfrentam condições de "opressão", pobreza e "necessidade de moradias". No entanto, não se deve presumir que o Movimento seja duradouro, uno ou coeso, mas resultante de um processo em constante formação, que nunca chega a se fixar ou completar. Dessa perspectiva, as assembleias deixam de ser vistas apenas como episódios na trajetória de uma coletividade que perdura no tempo, e se transformam em acontecimentos de outra ordem, capazes de criar o próprio movimento. Uma vez realizadas, disseminam-se notícias e opiniões, laços sociais são estabelecidos e reforçados, agendam-se novos eventos, e a ocupação vai se aproximando da imagem convencional de um movimento social. A necessidade de se contrapor às injustiças e ameaças iminentes é o principal incentivo à construção da ocupação como totalidade estável de integrantes que precisa se unir e agir como um conjunto. Nesse processo, a Ideal Empreendimentos e o poder judiciário também adquirem identidades claras e incontroversas, configurando-se de modo relacional no interior de um embate entre forças antagônicas.[467]

O Movimento ganha, assim, contornos definidos, emergindo de um fundo de relações sociais dispersas e heterogêneas, que compõe o dia a dia dos moradores. Nesse sentido podemos falar de um "processo de coletivização"[468] que nunca se completa e que tende a se enfraquecer ou se apagar no decorrer do tempo. Sem um trabalho de engajamento persistente, a ocupação Douglas Rodrigues pode ser vista como um contexto social não unificado, composto por moradores dotados de inclinações e interesses variados, não necessariamente afinados com os propósitos do Movimento.

Quero sublinhar o caráter precário e improvisado dos espaços associados ao conjunto dos moradores: o Atendimento mudou de endereço algumas vezes e funcionou em lugares que não pareciam corresponder a sua importância; o Centro Comunitário

---

[467] Esta chave analítica foi empregada por Carlos Filadelfo Aquino (2009; 2014; 2015) e Stella Paterniani (2013). Na ocupação Mauá, estudada pela última autora, a "criação de antagonistas parece ser um mecanismo caro à unidade do movimento" (ibid., p. 161-2, 178).

[468] De acordo com a expressão de Carlos Filadelfo Aquino (2014, p. 151).

permanece na forma de projeto; as assembléias são realizadas em espaços de circulação convertidos em locais de reunião por meio de uma série de recursos. Embora a escala das novas ocupações seja bem maior que as do passado, a necessidade de moradias exerce pressão sobre os espaços coletivos, reduzindo-os ou impedindo que se configurem como tais. Além disso, devemos falar em uma precariedade da estrutura organizacional, que não pode contar com computadores, registros e controles administrativos comuns em outras organizações da sociedade civil. Isso se explica também porque estamos tratando de um Movimento de contestação radical do sistema político e econômico vigentes, que não tem intenções de emular, reproduzir ou seguir parâmetros de gestão, administração e burocratização como os que pautaram a constituição das associações de moradores da Cidade Nova e da Vila Nova Tietê nos anos 1980.[469]

A importância reduzida dos arcabouços espaciais e organizacionais faz com que o Movimento se viabilize em grande medida por meio da atuação das lideranças propriamente ditas. A presença de Miguel e Kazu é imprescindível para o funcionamento do Atendimento e as assembleias, reuniões da diretoria e encontros de formação da Corrente O Trabalho dependem da atuação de Ollitta. A atuação de Nilda é a menos tributária de espaços específicos, já que se dá em meio a constantes deslocamentos pelas ruas da ocupação.

À provisoriedade e escassez de espaços e dispositivos de gestão e controle vem se somar a escassez de tempo, apontada em capítulos anteriores como fator explicativo para o surgimento das lideranças; a falta de tempo da maior parte dos moradores coloca em posição de destaque os poucos que conseguem trabalhar em prol da coletividade, ainda que, muitas vezes, também estes enfrentem dificuldades para conciliar militância e trabalho, interesses pessoais e comunitários. Em março de 2018, Nilda contava três empregos perdidos desde o início da ocupação em função das faltas para lidar com questões do Movimento. Na ocupação Douglas Rodrigues a escassez de espaço se soma a esta falta de tempo, acarretando um destaque ainda maior da atuação das lideranças.

A mobilização coletiva da Douglas Rodrigues depende em larga medida de como as lideranças atuam na imanência das práticas, sem depender muito de fatores transcendentes na forma de recursos espaciais e administrativos, fixados anteriormente ou

---

[469] O envolvimento com a esfera judiciária trouxe um efeito imprevisto para a atuação das lideranças, na medida em que Nilda e Ollitta foram nomeados "fiéis depositários" do terreno, não podendo ser substituídos por outras pessoas, por exemplo por meio da realização de eleições como as que ocorriam nos anos 1980. A propósito, o batismo da ocupação com o nome de Douglas Rodrigues diz muito sobre seu caráter combativo em relação a processos de dominação e exploração, em contraste com os nomes das duas favelas citadas, nos quais podem ser entrevistos um desejo de se tornarem uma vila ou uma cidade, integrando-se assim a imagens hegemônicas do urbano.

fora do âmbito das interações cotidianas. As lideranças precisam encarnar capacidades singulares de deliberação e agência num contexto marcado pela precariedade, em que os processos de coletivização não podem contar com a participação de muitos moradores, nem com a consolidação de regras e espaços.

8.4. Lideranças e trabalho de base

"Você sabe o que é peso específico?" Perguntou Kazu no início de 2018, quando eu ainda estava começando a conhecer a ocupação Douglas Rodrigues. Kazu era engenheiro e quis dizer que, assim como ocorre com os materiais, cada ocupação tinha sua relação entre massa e volume, ou mais simplesmente cada uma tinha suas especificidades. Ele estava participando da Douglas Rodrigues há cerca de um ano e ainda tentava avaliar o "peso específico" do Movimento. Participara de outras ocupações e considerou não haver hoje "tanta violência" como no passado. Com ar de reconhecimento e respeito, avaliou que a Douglas Rodrigues "já tinha conseguido muitas conquistas". No decorrer de nossas conversas, Kazu me contou um pouco sua trajetória. Migrou do Japão para o Brasil quando criança, formou-se na Escola Politécnica e ainda na faculdade começou a militância política. Pertenceu à Libelu e foi diretor do Sintusp. Participou de reivindicações que levaram à fundação da USP Leste, de uma universidade pública em Santos e das Fatecs distribuídas pelo Estado de São Paulo. Participou de ocupações em Santos, em Lauzane Paulista e no Jardim Filhos da Terra. Deu aulas de alfabetização pelo método Paulo Freire e nas Fatecs por muitos anos até ser afastado, segundo ele por posicionamentos políticos divergentes em relação aos do governo do Estado. Atualmente, mora na ocupação Douglas Rodrigues "por opção" de vida e compromisso político.

"Estou surpreso, porque a luta está fácil", disse Miguel a respeito da ocupação Douglas Rodrigues, também no início de 2018. "Estou tentando entender porque." Miguel estava comparando as mobilizações do presente com aquelas das quais participara nos anos 1980, na Vila Nova Tietê, onde foi um dos presidentes e fundadores da associação de moradores. Antes disso, havia migrado do Nordeste para São Paulo em 1974 e morado com a família materna em alguns lugares na Vila Guilherme e Vila Maria. Tiveram dificuldades para pagar o aluguel, moraram numa casa abandonada e foram vítimas de um despejo. Ao longo da vida, trabalhou anos como metalúrgico e no ramo dos transportes. Foi empregado da Dom Vital no terreno hoje ocupado pela Douglas Rodrigues.

Para Miguel, o grau de mobilização atual dos moradores da Douglas Rodrigues é o mesmo que se via na Vila Nova Tietê dos anos 1980: os mais engajados continuam poucos. A hipótese que possuía para explicar as conquistas obtidas pela Douglas Rodrigues era a atuação de Nilda e Ollitta. Reconheceu que Nilda tinha "muito trabalho" como presidente da Associação. Dois outros moradores enfatizaram o papel de articulação política de Ollitta junto a agentes externos à ocupação, dizendo que, se não fosse por ele, a Douglas Rodrigues já teria acabado. Ao redor destas duas lideranças, muitas outras transitaram no decorrer dos anos, mas me limito a apresentar Miguel e Kazu porque foi com eles que conversei mais e porque indicam trajetórias muito diversificadas, mostrando ainda como são distintos os papéis assumidos no interior do Movimento. Como disse antes, Miguel e Kazu são exemplos de lideranças que desempenham funções cruciais de suporte, responsabilizando-se por manter o Atendimento aberto, por lidar com tarefas cotidianas e encaminhar a Nilda as questões internas mais complexas vividas pela ocupação. Eles não parecem incomodados por desempenharem papéis diferentes e complementares. Não observei tampouco preocupações em estabelecerem divisões equivalentes de trabalho e de responsabilidades, mas o que sim notei foi uma sabedoria de agir conjuntamente por meio de uma acomodação das heterogeneidades internas (o que vale também para as diferenças entre as formas de atuação de Nilda e Ollitta).

Em minhas andanças com Nilda, constatei seu poder de articulação e influência em uma grande diversidade de temas relacionados ao cotidiano da ocupação. Frequentemente, ela era abordada para falar de questões novas e antigas, urgentes ou não, relativas a pedidos de moradia; negociações de repasses de casas e comércios; indicações de trabalho; dificuldades com descartes de lixo e entulhos; definições quanto ao alinhamento das moradias, ao lado de outros relativos a construção de um corrimão numa escada coletiva; problemas com eletricidade e esgoto; impasses com a circulação de veículos; desentendimentos familiares etc. Era comum ver Nilda rodeada de pessoas, estabelecendo conversas paralelas, confrontando informações e versões relacionadas a uma mesma discussão para auxiliar a elaboração de soluções. Como disse, muitas das decisões não podiam se fundamentar simplesmente em regras e critérios gerais, mas na consideração cuidadosa das situações particulares que se apresentavam no cotidiano, de acordo com a ideia da *conduta contingencial*.

Questões objetivas se entrelaçam a miúde com relações de afeto e amizade, e com interações significativas no plano das subjetividades; havia os acenos e cumprimentos das pessoas quando avistavam Nilda pelas ruas; comerciantes costumavam oferecer à presidente da Associação uma fruta ou petisco, enquanto trocavam palavras rápidas e amistosas. Observei ainda alusões a relações de parentesco, estabelecidas com pessoas que se sentiam especialmente agradecidas ou próximas de Nilda. Felipe, por exemplo, a chamava de "mãe", porque desde que foi morar na ocupação Nilda o ajudara tanto, que "era como se fosse". Outro rapaz a apelidou de "mainha", numa visível demonstração de

reconhecimento e respeito. Por duas vezes, vi Nilda simular deliberadamente vínculos conjugais para levantar o ânimo de homens que estavam em situações de extrema pobreza e baixa estima. De modo mais amplo, o humor quase sempre estava presente nas interações dela com os moradores da ocupação: "essa obra aí é boa de você emagrecer!", disse certa vez a um homem que estava levantando sua casa em alvenaria de blocos. A uma mulher que apareceu grávida do quarto ou quinto filho, recomendou que comprasse uma televisão e quando a mulher lhe disse que já possuía, respondeu que deveria então comprar uma segunda. Quando um homem a alertou sobre a dificuldade de atravessar o vão entre seu caminhão e uma parede, afirmou que "passaria porque estava magra". A alegria e o humor estavam presentes de forma constante nas relações cotidianas com moradores.

É possível indicar paralelos entre a *conduta contingencial* de Nilda e o modo com se desenvolveram seu aprendizado e trajetória política. Nilda foi se constituindo como liderança a partir de circunstâncias particulares que encontrou na vida e não por filiação voluntária ou explícita a um programa político, ou conjunto articulado de ideias (em contraste com a trajetória de Ollitta). Embora seja uma antiga moradora das favelas da região, não participou das antigas associações de moradores locais, nem teve contatos significativos com as Irmãs Vicentinas. Migrou de Vitória da Conquista para São Paulo em 1973, aos sete anos de idade, cresceu na favela Marconi e teve sua primeira experiência numa ocupação quando se casou e foi morar, com dezesseis anos, num terreno em Piracicaba, que depois descobriram, quando de uma ordem de reintegração de posse, pertencer à empresa Laticínios Vigor. "Eu, como desde pequena não gosto de ver ninguém sofrendo e quero ajudar Deus e o mundo — não consigo, mas eu tento — eu entrei nessa briga." Os moradores acabaram não ficando na mesma área, mas foram para outra que hoje se chama Jardim Vitória;[470] ali eles fizeram uma "ocupação bonita", tiveram apoio do poder público e a possibilidade de pagar a moradia em prestações baixas.

De volta à Marconi e já nos anos 1990, Nilda foi levada a organizar a ocupação de um galpão abandonado que estava servindo para a prática de crimes por bandidos da região. Pessoas estavam sendo mortas e torturadas em seu interior. Quando ocorreram estupros e sua prima foi uma das vítimas, Nilda reuniu cerca de 150 famílias e entrou no local, no intuito de lidar com a carência de moradia e ao mesmo tempo de inibir os crimes (de acordo com a lógica de sobreposição de usos que venho associando à noção de terra de ninguém). Nilda foi ameaçada com uma arma por um bandido da região, moradores

---

[470] Por coincidência (ou não), o nome da cidade Natal de Nilda é semelhante ao deste loteamento. A Rua Vitória Soares, uma das principais da ocupação, representa a terceira aparição da palavra na trajetória de Nilda, dessa vez associada ao seu sobrenome — esta foi a referência que a diretoria do movimento julgou apropriada fazer à figura de Nilda, que de resto nunca aceitaria ter seu nome explicitamente associado a uma rua.

foram perseguidos nas ruas, tentaram atear fogo no galpão. Houve também conflitos com a polícia e negociações com o poder público e o proprietário, até que as famílias foram transferidas provisoriamente para um hotel na região e muitos manifestantes obtiveram ofertas de emprego. A Douglas Rodrigues é, assim, sua terceira ocupação. Em todas elas, Nilda agiu como se não tivesse escolha a não ser enfrentar adversidades presentes na vida cotidiana.

A trajetória de Ollitta, em contraste, passa pelo cultivo de um exercício crítico sistemático, fundado em estudos da História e em adesões a grupos políticos diversos. Trata-se de um engajamento que tem raízes em sua família, passando principalmente pela figura do pai, um operário e imigrante italiano que trabalhou numa fábrica de cigarros do Brás e liderou aí algumas greves, tendo também se filiado ao Partido Comunista na segunda metade dos anos 1940. A família de Ollitta se mudou para a Vila Maria em 1958, numa época em que o bairro "era o fim do mundo, a periferia da cidade", mas também uma alternativa para os setores mais qualificados do operariado que conseguiam comprar um imóvel. Ancorada no operariado que trabalhava nas vicejantes indústrias da região, a Vila Maria da época tinha uma "enorme base comunista", que foi se enfraquecendo durante a Ditadura Militar e a ascensão da direita na região, com destaque para a ascenção de Jânio Quadros, futuro prefeito e presidente do país.

A juventude de Ollitta foi marcada pela participação em grupos de discussão e articulação que atuavam clandestinamente na cidade e mais especificamente na escola pública e no cursinho onde estudou. Ainda jovem, filiou-se à Organização Socialista Internacionalista (OSI), considerada precursora da atual Corrente O Trabalho, onde milita até os dias atuais. No ambiente de fins da Ditadura Militar e abertura política, Ollitta e outros membros da OSI organizaram o diretório distrital do PT Zona Norte, requisito necessário para a fundação do partido, alistando centenas de pessoas da região. Ao longo dos anos 1980 e 1990, militou em inúmeras mobilizações populares, com destaque para a participação em greves, comícios e protestos no período da redemocratização e para o papel de liderança exercido em meados dos anos 1980 junto ao Movimento Sem Terra da Zona Norte. Foi um dos principais articuladores da campanha de Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo e assumiu o cargo de Administrador Regional da Vila Maria durante o mandato da colega de partido. Pode-se dizer, assim, que Ollitta compartilha de um universo de valores e programas político-partidários que o inserem numa rede de relações e compromissos fundamental para a sobrevivência e defesa da ocupação Douglas Rodrigues no decorrer dos anos.

O envolvimento teórico e prático de Ollitta com a militância política repercute de distintas maneiras no âmbito interno da ocupação. Em primeiro lugar, nas assembléias, as análises e tomadas de posição por ele protagonizadas oferecem aos moradores uma visão

crítica e sistemática da política, com foco na conquista do terreno e na perseguição do direito à moradia. Como observei antes, o poder judiciário, as empresas, uma série de políticos e partidos e a grande mídia são às vezes situados em oposição aos pobres e trabalhadores, em argumentações sobre a necessidade de engajamento e luta dos moradores. Mais do que isso, é comum a proposição de pautas político-partidárias de apoio ao PT, como a participação em protestos, comícios e passeatas.

Numa assembleia de 17 de janeiro de 2018, por exemplo, Ollitta convocou os moradores a participarem de uma manifestação que ocorreria na Avenida Paulista no dia 24 do mesmo mês, logo após o julgamento de Lula em segunda instância (no processo que o acusava de receber indevidamente um apartamento no Guarujá). Uma razão específica para a participação nesta manifestação era a possibilidade de exibir faixas da Douglas Rodrigues, que dariam visibilidade ao movimento e ajudariam a obtenção de apoio político. Na assembléia, Ollitta afirmou que tanto a ocupação quanto Lula estavam sendo julgados em segunda instância e que existia uma relação direta entre ambos. “Se a situação piorar para o Lula e o PT, vai piorar também para os sindicatos, movimentos e para nós. Uma coisa está ligada diretamente com a outra.” Assim, “defender o Lula é defender a ocupação Douglas Rodrigues.” Afirmou ainda que “o governo atual de [Michel Temer] não está nem aí para a gente”, embora o Movimento estivesse tentando pressionar funcionários em Brasília para a obtenção da posse do terreno. Havia, assim, uma decisão deliberada de entrelaçar as pautas do Movimento e do partido.

As análises sistemáticas e os posicionamentos políticos de Olitta eram realizados nas reuniões semanais da Corrente O Trabalho, das quais participavam militantes da organização e convidados, que compunham quase todas as lideranças da ocupação, além de alguns moradores. Minha compreensão dos objetivos e potenciais de transformação do Movimento foi significativamente transformada quando participei desses encontros. Ollitta e Kazu, antigos membros da Corrente O Trabalho, e outros membros e lideranças da ocupação aderiram ao movimento, identificando-se com suas propostas e modos de pensar. Ollitta e Kazu definiram a “Corrente” como uma tendência de “oposição à esquerda” no interior do PT, contrária às tendências majoritárias, por eles associadas, majoritariamente, a interesses eleitorais e ao controle da máquina pública. Assim, um dos propósitos centrais da Corrente é “voltar a fazer o que o PT fazia” em seus primeiros anos de vida: “dialogar com as bases”. Fica claro que os objetivos da Diretoria não se restringiam unicamente a lidar com um problema localizado de moradia, envolvendo também um trabalho de conscientização e tentativa de engajar os moradores nas pautas políticas mais amplas. Estavam ali fazendo um “trabalho de formiguinha”, expressão que, de acordo com Kazu, havia sido cunhada no contexto de formação do PT nos anos 1980, embora hoje o partido não estivesse mais habituado a este tipo de atividade, de acordo com eles.

Minhas tentativas de compreender o trabalho de militância nesse escopo ampliado de preocupações me levaram a frequentar algumas reuniões do Diretório Zonal do PT na Vila Maria, bem como alguns encontros do movimento chamado Diálogo e Ação Petista (DAP), do qual faz parte a Corrente O Trabalho. O DAP é composto por grupos pertencentes a diferentes tendências internas do PT que se reúnem regularmente em todo o país, defensoras de pautas que ganharam força no interior da máquina partidária depois da realização do Sexto Congresso do partido em junho de 2017: fim da política de conciliação e coligação com outros partidos, rechaço às reformas trabalhista e previdenciária que começaram a ser negociadas durante o governo de Michel Temer (2016-2018), e defesa de uma Constituinte para reelaborar a Constituição Brasileira de 1988.

A Corrente O Trabalho, porém, não se define apenas pelas filiações e posições assumidas no interior do PT. A tendência foi considerada, também, como um "braço nacional" da IV Internacional fundada em 1938, compartilhando assim de um projeto revolucionário de amplas proporções, centrado no protagonismo e autonomia radical da classe operária no intuito de derrubar o imperialismo e o sistema capitalista. Quando fui convidado a participar das reuniões da Corrente O Trabalho, Ollitta me enviou um texto de formação interno que fazia uma síntese histórica da evolução da organização dos trabalhadores, a começar pela Primeira Internacional de 1864, culminando na "reproclamação" da Quarta Internacional em 1993. O documento faz uma análise crítica de diversas outras tendências que ao longo da história, e na atualidade, se desviaram da luta revolucionária pelo fim da propriedade privada dos meios de produção e da perseguição de uma "sociedade sem explorados e exploradores". Para isso, a Corrente defende a organização autônoma dos trabalhadores, o que inclui o autofinanciamento de seus veículos de comunicação, como o Jornal O Trabalho e os calendários anuais (vendidos na ocupação e decorados com temas históricos revolucionários).[471]

---

[471] Certas observações de Kazu e Ollitta deixavam claro como entendiam a luta de classes como um processo histórico de longa duração, que não havia se alterado muito desde a época da Ditadura Militar. Ollitta, uma vez, discorreu sobre como as lutas sociais não tinham mudado desde os anos 1970 ou 1980; Kazu, em outro momento, me disse que havia informantes da Polícia Militar infiltrados na ocupação, assim como ocorria no período da Ditadura. O próprio processo de formação do território local trazia marcas do período autoritário: de acordo com Ollitta, um grande galpão vizinho à ocupação pertencera a Jorge Yunes, um dos fundadores da editora IBEP (Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas), que durante a Ditadura havia fornecido livros didáticos para todo o Brasil. Yunes também havia adquirido a parte do terreno da Dom Vital não transferida para a Ideal Empreendimentos, onde se instalou a ocupação.

Num encontro da Corrente em 27 de junho de 2018, os presentes receberam uma cópia do último jornal O Trabalho e foram convidados a folhear a publicação na medida em que Ollitta expunha as manchetes das notícias. Em dado momento, ele pediu que alguém lesse em voz alta uma reportagem intitulada "Lula Livre, Lula Presidente com Constituinte - Trechos do Comunicado do Comitê Nacional do DAP de 16 de junho de 2018". Em tom assertivo e direto, o artigo afirmava que a nação estava em "caos", por ações tomadas pelo "ilegítimo governo Temer", afirmando que a saída estava na libertação e eleição de Lula. O texto afirmava que Lula poderia revogar as reformas e medidas adotadas recentemente pelo governo federal e defendia a necessidade de uma Assembleia Constituinte para realizar as reformas política, tributária, agrária, urbana e do judiciário. Mais do que isso, o texto realizava uma crítica à Executiva Nacional do PT, que havia dado "marcha a ré" em relação às pautas de radicalização aprovadas no já citado Sexto Congresso do partido. Assim, a Executiva Nacional havia sinalizado para a possibilidade de coligações com PSB, PCdoB e outros partidos que não faziam parte de "setores anti-imperialistas, antimonopolistas, antilatifundiários e radicalmente democráticos". A reunião continuou desenvolvendo estas posições críticas em relação à tendência majoritária do partido; Ollitta mencionou ainda que Lula havia acenado para a possibilidade de propor uma Constituinte e foram especificados os sentidos implícitos nesta pauta. Vemos, portanto, que as reuniões da Corrente tratavam de ideias e posições diferentes das veiculadas pelo PT e nas assembleias abertas ao conjunto dos moradores.

Assim como ocorria nas assembleias, os participantes da reunião da Corrente pouco se manifestaram nos momentos finais, dedicados a dúvidas e comentários. Mesmo com o tom simplificado e assertivo que caracterizava as reportagens e as falas de Ollitta, as pessoas pareciam ter dificuldade em acompanhar as análises críticas que dependiam de grandes sínteses do cenário nacional, de apanhados históricos de longa duração ou de avaliações dos embates no interior da máquina partidária do PT. Mas isso não significa que os ouvintes não aproveitassem e se apropriassem, à sua maneira, das discussões. Mônica, por exemplo, disse ter aprendido muito sobre história, "sobre os poderosos, sobre o que aconteceu com o mundo e com o nosso país" por meio das reuniões de formação e das conversas com Ollitta. Ela se orgulhou em dizer que "hoje eu tenho visão política, sei o que é lutar pelos meus direitos".

Na avaliação descontraída de Kelle, outra moradora muito próxima das lideranças do Movimento, as reuniões lhe ensinaram que "existem pessoas lá no exterior que dominam o que acontece aqui e querem vir cair para cima da gente", que é necessário se unir e resistir, embora isso não fosse fácil. Kelle havia aprendido que o inimigo não era aquele "que morava ao lado", mas "os que estavam para lá de longe". Me parece significativo que Kelle tenha escolhido falar do âmbito internacional e de um "inimigo que está para lá de longe" quando se propôs a avaliar o aprendizado que tivera nas reuniões

da Corrente. Podemos dizer que a ideia de que os pobres estão submetidos a processos de exploração conduzidos por forças distantes e invisíveis a levou a buscar um máximo de extrapolação do plano de imanência das práticas e lutas cotidianas (por contraste, no início deste tópico, mostrei que o relato de Nilda a respeito das mobilizações que organizara surgiu do enfrentamento de circunstâncias particulares ocorridas em sua vida, e o mesmo pode ser dito sobre o depoimento de Miguel).

Pode-se dizer, assim, que o trabalho de formação na ocupação Douglas Rodrigues envolve articulações coletivas num plano estrutural ou transcendente, levando as lideranças a se exercitarem em análises sistemáticas, críticas e históricas da realidade social, política e econômica do Brasil e do mundo. Considerei também os distintos modos pelos quais essa forma de abordagem repercutia no âmbito das assembleias e nos encontros semanais da Corrente O Trabalho.

Um terceiro e último desdobramento desse tipo de prática pode ser encontrado em interações mais específicas, entre Ollitta e as outras lideranças. Certa vez, quando expunha uma avaliação e um prognóstico futuro sobre a Diretoria do movimento, reconheceu que poderia ser visto, em certo sentido, como "o cabeça" da ocupação, mas que seus colegas da diretoria conversavam "de igual para igual" com ele. Sua intenção era se manter nos bastidores para deixar que outras lideranças "aparecessem", como se isso fizesse parte de um aprendizado político. Continuou dizendo que os membros da diretoria haviam aprendido com ele a participar de reuniões com o poder público, a debater questões, organizar assembleias e mobilizações. Quando se tratava de participar de negociações em Brasília, audiências em órgãos da Justiça, apresentações do Movimento e eventos similares, Ollitta fazia questão de convocar outros membros da diretoria, não apenas para que contribuíssem nas negociações, mas também para que aprendessem a negociar. Assim, as lideranças haviam aprendido "a linguagem da política". "Se eu morrer hoje na esquina, tenho certeza de que o Movimento toma as rédeas", disse ele.

Nesta altura de nossa conversa, ponderei que tais aprendizados, bem como as reuniões da Corrente, poderiam ser entendidos como um "trabalho de base" ou "trabalho de formação", expressão que outros de meus interlocutores haviam associado à atuação das Irmãs Vicentinas nos anos 1970 e 1980. Quando perguntei então sobre possíveis relações entre sua atuação e a das Irmãs Vicentinas, a resposta de Ollitta se revelou decisiva para a compreensão das especificidades do trabalho sendo realizado pelo Movimento. A pergunta que fiz me ocorreu porque lembrara de certas críticas que ouvi de alguns moradores das favelas antigas da região, especialmente direcionadas para o que consideravam ser uma ausência de "trabalho de base" na Douglas Rodrigues. De acordo com Josimar, um destes críticos, "a Douglas Rodrigues parte de uma necessidade, não é desenvolvimento comunitário"; para ele, a Associação de moradores tinha como foco a "questão fundiária", de modo que não se podia dizer que realizavam um "trabalho de base". Implícita nesta avaliação estava a comparação com ocupações no centro de São

Paulo e com acampamentos do MST, onde Josimar afirmava haver atividades culturais e de formação política do conjunto dos moradores. Mais do que isso, a comparação se estabelecia em função do que ele conhecia da atuação das Irmãs Vicentinas no passado e do modo pelo qual elas formavam por meio da promoção de atividades culturais, artísticas, religiosas e voltadas à auto-organização dos moradores. Somando-se às críticas que apontavam para a falta de um trabalho de formação do conjunto dos moradores e para a ausência de atividades culturais na ocupação, havia também aquelas que reprovavam o entrelaçamento entre pautas do Movimento e interesses político-partidários. Por vezes a disposição da Diretoria para lutar por moradia foi vista como uma simples fachada para conquistar apoio político para o PT.

Na resposta de Ollitta à minha indagação, ficou clara a sua familiaridade com a noção de "trabalho de base", por ele associado aos encontros da Corrente. Mais do que isso, meu interlocutor afirmou que o que a Diretoria do movimento estava realizando era justamente o que não havia "na época das irmãs". "As irmãs não faziam trabalho de base", considerou ele. A resposta de Ollitta inverte, assim, o sentido das críticas. Embora não seja meu intuito dar razão a uma das partes, é importante compreender os argumentos de ambos os lados. "As irmãs eram um grupo de religiosas que se propôs a morar com os favelados para ajudá-los a vencer a pobreza", mas não visavam, para Ollitta, construir uma visão crítica da política. No seu entender, parte do respeito que as Irmãs possuíam derivava do fato de morarem com os pobres e realizarem um trabalho de "benemerência" (e Ollitta considerava estes vínculos assimétricos e fundados na autoridade religiosa). Na passagem dos anos 1970 para os 1980, um dos lugares visitados por ele para arrecadar assinaturas para a fundação do PT era a Cidade Nova, onde tentou organizar também um grupo de militância política. Mais de uma vez, Ollitta e outros membros da OSI conseguiram reunir dez ou quinze moradores locais para discutir a situação nacional e a necessidade de mobilizações, mas, quando marcaram um reencontro para a semana seguinte, os interessados haviam desaparecido. Conforme apuraram na época, as Irmãs Vicentinas desaconselharam os moradores a se envolverem com os militantes. Para Ollitta, mesmo os religiosos que seguiam a Teologia da Libertação na época tinham limites de atuação, a partir dos quais permitiam a presença de partidos políticos, mas não era esta a conduta "meio reacionária" das Irmãs que trabalharam nas favelas da região. Ele avaliou que mesmo os moradores que estavam à frente das associações na época eram subordinados à vontade da Irmãs (embora declarações como as de Luis Fingermann e da própria Irmã Iraci, apresentadas no segundo capítulo, tenham frisado o grau de independência das lideranças).

Cabe lembrar que as lideranças da Cidade Nova e da Vila Nova Tietê estabeleceram acordos e trocas com vários políticos, por sinal associados ao campo da direita. No terceiro capítulo, mostrei que Carminha e José apoiaram, por exemplo, a candidatura municipal de

Paulo Maluf em 1992. Julio, por sua vez, refletiu que embora tenha apoiado a fundação do PT, raramente havia votado no partido. Cito estas informações para propor um desenvolvimento do argumento de Ollitta, não tanto no sentido de afirmar a autoridade das irmãs sobre os moradores, mas certamente para apontar um ecletismo nas escolhas políticas que, em alguma medida, pode derivar em parte da recomendação das irmãs para evitar discussões de política partidária entre os moradores.[472]

Por fim, um argumento conclusivo de Ollitta foi o de que a atuação das Irmãs Vicentinas não poderia ser considerada "trabalho de base" porque não teria se perpetuado no tempo. "Quando saíam as lideranças, acabava o movimento", o que contrasta com sua afirmação de que "se morresse hoje na esquina", a ocupação Douglas Rodrigues continuaria. Assim Ollitta disse, a respeito da situação atual das favelas Cidade Nova e Vila Nova Tietê: "não é que eles têm um movimento ruim ou fraco: eles não têm nada", no sentido de estarem inteiramente desmobilizados.[473]

Contrastando os comentários e críticas de um e outro lado, é possível entender melhor os objetivos visados pelo trabalho de formação na Douglas Rodrigues. Em primeiro lugar, o entrelaçamento de pautas partidárias com as do movimento representa uma escolha deliberada, que não ignora o efeito de aprofundamento de clivagens internas entre moradores que apoiam e criticam o PT, ou entre aqueles que aprovam ou reprovam o

---

[472] Ana Maria Doimo lembra que nos anos 1970 e 1980 era comum a perseguição de "condutas paralelistas de ação-direta, centradas no 'modo comunitário' de organização" e a rejeição a partidos políticos de um modo geral, inclusive os "comunistas" (DOIMO, op. cit., p. 42). Como um "jovem barbudinho" na época, Ollitta provavelmente foi associado ao espectro da esquerda radical.

[473] Acrescentaria que, se o estilo de atuação das irmãs jogou um papel importante para a desarticulação dos moradores naquelas favelas, este foi um aspecto em meio aos diversos outros analisados no segundo capítulo.

próprio método de mistura das pautas.[474] O foco em discussões sobre política e a falta de atividades culturais, por sua vez, é reconhecido como um desafio, e as tentativas de implementar o espaço do Centro Cultural mostram esforços empreendidos nesse sentido.

Finalmente, uma afirmação de Ollitta serve como resposta à acusação de que o trabalho de base não abrange o conjunto dos moradores da ocupação. Na verdade, esta é também uma escolha deliberada, justificada por ele pela necessidade de canalizar esforços para a difícil tarefa de formar lideranças. Assim, podemos dizer que as energias do trabalho de formação passam por dois enquadramentos: elas se concentram na aquisição de habilidades políticas e num grupo restrito de pessoas que, em última instância, são as que garantirão a sobrevivência do Movimento no futuro.[475] Essas preocupações apresentadas por Ollitta sugerem que um trabalho de formação visando os milhares de moradores da ocupação seria uma tarefa impossível, ou mesmo temerária.

O tipo de trabalho de base desenvolvido na ocupação Douglas Rodrigues termina por reforçar o que já havia apontado no tópico anterior: o papel central e estratégico atribuído às lideranças para o sucesso e continuidade de um movimento social que se desenvolve em contexto tomado por precariedades, entre elas a falta de tempo das pessoas para se dedicarem à militância e a ausência de arcabouços espaciais e organizacionais para ancorar e estabilizar as dinâmicas de mobilização. Parece mais claro nesse contexto (mais do que mostraram os exemplos da Cidade Nova e Vila Nova Tietê dos anos 1980) que as

---

[474] Na pesquisa sobre movimentos de moradia na Zona Leste de São Paulo, Carlos Filadelfo Aquino cita problemas que podem existir de ambos os lados da escolha entre associar ou separar as pautas: "A política é necessária para a obtenção da casa própria, as duas dimensões devem estar articuladas. Nesse sentido, não pode haver uma prevalência de uma dimensão sobre a outra, deve haver um equilíbrio entre as duas. Se a política for mais importante, a construção de casas fica em segundo plano o que é moralmente repreensível, já que política é entendida como mecanismo de interesses apenas, enquanto o povo/as famílias são esquecidas e não representadas. Por outro lado, se houver só construção de casas, a participação é esvaziada e a construção de uma sociedade mais justa e as lutas mais amplas ficam comprometidas, como elucidam os esforços da Leste I em torno de uma maior politização de suas famílias nos grupos de origem e de seus coordenadores" (AQUINO, 2015, p. 141).

[475] A preferência em formar uma diretoria de poucas pessoas aparece no depoimento de Geraldo de Paula Pinto, liderança da favela Heliópolis nos anos 1980. Conforme a interpretação de Maria Ruth Sampaio: "[Na] favela, só os petistas têm ideologia, os demais são oportunistas. Mesmo entre os petistas existem alguns que são só simpatizantes, e, quando conseguem o que querem abandonam o movimento. Afim de evitar isso, agora estão organizando cursos de formação; hoje [Geraldo] prefere ter mais qualidade e menor quantidade, e procurar conscientizar e capacitar as lideranças." (SAMPAIO, op. cit., p. 171).

lideranças são as peças-chave sem as quais a ocupação já teria desaparecido. Pode-se dizer que o trabalho de formação protagonizado por Ollitta é uma tentativa de vertebrar, fortificar ou estruturar trajetórias de luta como as de Nilda e Miguel, desenvolvidas a partir do enfrentamento de carências no plano de imanência da vida cotidiana. O trabalho de formação conduz à adesão a um conjunto de ideias, valores e programas de ação ligados à Corrente O Trabalho e ao PT, que não só trazem benefícios na forma de alianças e capacidades no plano dos embates políticos e jurídicos em arenas externas à ocupação, mas também inserem carências e precariedades presentes no cotidiano local em mobilizações e esquemas analíticos amplos e de longa duração, por exemplo os relacionados à abrangência mundial da Quarta Internacional e a uma luta de classes cujas origens remontam ao século XIX.

A hipótese de que ao longo dos anos a ocupação Douglas Rodrigues sobreviveu graças à atuação das lideranças evoca talvez a imagem de uma coletividade suspensa por um único fio; o objetivo do trabalho de base, acima de tudo, é evitar o rompimento deste fio.

Ao discutir a questão dos espaços e eventos relacionados à associação de moradores, descrevi um processo de coletivização que cria, literalmente, o Movimento, em contraste com uma visão mais corrente que pressupõe, de antemão, a existência de uma coletividade. As lideranças, mais do que espaços e organizações, criam o Movimento; elas não são representantes ou porta-vozes de um conjunto definido de moradores, mas estão continuamente construindo, escolhendo e reforçando laços sociais que nunca chegam a se estabilizar ou fixar. As lideranças estão habituadas a lidar com dificuldades de mobilização, em consonância com o que venho associando à ideia de ocupar como forma de vida.

Capítulo 9: Conquistas

Fig. 9.a - Funcionários da Sabesp instalando rede de esgotos na rua 28 de agosto, na ocupação Douglas Rodrigues. Data: 28 fev. 2019. Foto do autor.

Fig. 9.b - Ocupação das ruas com traçado retilíneo, construídas na urbanização após o incêndio de 18 de julho de 2016. Data: 28 ago. 2018. Foto do autor.

Fig. 9.c - Um dos protestos da ocupação Douglas Rodrigues na Marginal Tietê, fechando a pista local. Data: 19 fev. 2016. Imagem do vídeo de uma reportagem do jornal Globo News. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/protesto-contra-corte-de-energia-bloqueia-a-marginal-tiete-sp/4748266/>. Acesso em 13 jan. 2018.

"Eles investiram muito em pouquíssimo tempo, correndo risco de perder tudo", disse Elisieux, referindo-se aos moradores de uma das ocupações recentes de terrenos particulares na Vila Maria. Mesmo para ela, que viveu o difícil período de surgimento da Cidade Nova nos anos 1980, as pessoas desta nova ocupação eram "muito corajosas". No entanto, os relatos também falam daqueles que não tiveram fé ou confiança e que acabaram deixando o lugar. Tais falas tomam por base uma série de atitudes e modos de agir que podem levar a conquistas ou perdas de moradias, serviços urbanos e mesmo bairros inteiros. Nas novas ocupações, os embates não visam somente a conquista de casas e infraestruturas, mas evitar a perda de terrenos cuja posse efetiva já é dos moradores, mesmo que não reconhecida judicialmente. Surgem aí atitudes dramáticas de confrontação e resistência, envolvidas numa heterogeneidade de esforços que se distribuem pelas arenas da política, da Justiça e do espaço físico propriamente dito (neste caso envolvendo corpos e construções, violência física e esforços para evitá-la).

9.1. Moradia e confiança

Nas novas ocupações, a construção de novas casas depende em grande medida de relações de apoio e amizade entre as pessoas. As trocas de favores entre familiares e amigos, diferentemente do que apontei para os anos 1980, convivem intensamente com a prática de contratar serviços de profissionais e com tudo o que pode existir entre estas modalidades. Num dos exemplos que apurei, um casal ajudou várias famílias compartilhando restos de materiais entregues pela empresa para a qual trabalhava, especializada em eventos. Na outra ponta, trabalhadores da construção cobravam cerca de 120 a 150 reais por uma diária de serviço, embora estes valores pudessem diminuir bastante, a depender do caso. Havia aqueles que se sustentavam trabalhando na ocupação, já que, como afirmou um deles, "em todo lugar tem alguém construindo aqui".

Transações com os depósitos de materiais da região, por sua vez, foram vistas como injustas e exploratórias. Alguns deles abriram filiais no interior da ocupação Vila Maria e adquiriram caminhonetes pequenas para transportar mercadorias pelas ruas mais estreitas. A certa altura, apurei que o preço do saco de cimento custava 19 e 23 reais nas imediações e um morador aconselhou outro a adquirir o produto num bairro próximo por

cerca de 15 reais, para evitar os preços extorsivos.[476] A atividade construtiva entrelaça distintos regimes de trocas e negociações.

Outro aspecto distintivo da atividade construtiva nas novas ocupações é a velocidade de construção e de verticalização das casas. Já nos primeiros anos os barracos de madeira tendem a ser substituídos por estruturas de concreto e alvenarias de blocos cerâmicos, de acordo com a técnica comumente encontrada em contextos periféricos da metrópole paulistana.[477] A mudança para construções mais confortáveis e sólidas permite também o acréscimo de andares e amplia o nível de proteção contra incêndios. No entanto, a percepção de estabilidade das construções não depende apenas da técnica, mas da familiaridade que os envolvidos têm de empregá-la. Moradores que tinham experiência com construção civil sentiam-se seguros, enquanto outros manifestavam dúvidas e incertezas sobre decisões e circunstâncias que surgiam durante a construção. Em alguns momentos, pessoas que sabiam de minha formação como arquiteto pediram orientações sobre projeto e execução. Pude perceber que, para elas, o sentimento de insegurança e precariedade continuava existindo mesmo quando as casas eram feitas de concreto e blocos cerâmicos. A laje concretada por um casal, por exemplo, cedia levemente sob o peso de uma pessoa por não ter sido inteiramente apoiada em lados opostos, ao longo de toda a sua extensão. O casal improvisou o apoio faltante com uma pequena alvenaria de blocos cerâmicos que a rigor não poderia ter função estrutural.

---

476 A relação abusiva com os depósitos do bairro não é nova e apareceu no relato de um antigo morador da Vila Nova Tietê a respeito de um irmão que em décadas passadas se cansara de "trabalhar para patrão" e decidira abrir uma pequena olaria nas proximidades. Ele teve uma "melhora de vida grande", até que o dono de um dos depósitos que ainda hoje fornecem materiais para a ocupação Vila Maria o ameaçou, ordenando que fechasse a empresa. Podemos imaginar o volume de negócios — e de interesses — relacionados ao fornecimento de materiais para ocupações com milhares de moradores.

477 Vejamos alguns dados sobre a atividade construtiva na Douglas Rodrigues, extraídos dos dois levantamentos cadastrais disponíveis. Em março de 2016, quase três anos depois do surgimento da ocupação, o levantamento do Observatório de Remoções identificou que 62% das moradias eram de madeira, 31% eram de blocos e 7% eram mistas (os números estão arredondados). O levantamento que ajudei a organizar entre março e junho de 2019 indica que num mesmo período (cerca de três anos) as transformações se aceleraram: cerca de 17% das moradias continuavam sendo de madeira, 45% eram de blocos, 28% eram de blocos com acabamentos e 10% empregavam técnicas mistas. Cerca de 20% das moradias tinham mais de um andar, em contraste com o levantamento de 2016, para o qual este dado sequer era relevante. O grande incêndio de 2016 certamente representou um fator de incentivo para a adoção da alvenaria de blocos cerâmicos, por ser mais resistente ao fogo.

Em outro caso, homens encarregados de ajudar uma senhora na construção de uma casa acharam necessário incluir um pilar adicional para reforçar vigas transversais que, no entanto, não recebiam a carga das vigotas da laje, uma vez que esta estava armada no sentido longitudinal. Eles acreditavam que o pilar seria necessário para sustentar um segundo andar no futuro. Nesse caso, apontei que a preocupação fundamental era a altura das vigas longitudinais e da capa de concreto sobre a laje. Estas questões técnicas, de difícil compreensão, causaram preocupação na moradora, mas não um mudança de rumos: ela não pôde deixar de aproveitar a ajuda dos amigos, que em breve não estariam à disposição. Estes episódios indicam a permanência da sensação de insegurança mesmo entre certos moradores que empregam técnicas construtivas mais sólidas e estáveis. Ao menos para alguns, a conquista da própria moradia envolve decisões arriscadas e o convívio com ameaças de acidentes no longo prazo.[478]

Assim como nas favelas consolidadas, encontrei sentimentos de orgulho resultantes dos sacrifícios vividos para autoconstruir moradias. Neste caso, porém, as pessoas parecem valorizar os espaços internos das casas, em contraste com o aspecto ainda precário do exterior, onde predominam as ruas de terra, materiais de construção acumulados nos cantos, construções de madeira e alvenarias de bloco aparente. A sala de um gesseiro, por exemplo, tinha forro e sancas com um desenho elaborado, com luminárias embutidas, de tonalidade esverdeada, proporcionando uma iluminação suave e indireta. "Ali é uma maravilha você sentar no sofá e deixar aquela luz ali, dá uma calma", disse a esposa, incomodada apenas com a poeira fina que entrava da rua.

O relato de Ivo, por sua vez, contrasta o difícil período inicial em que residiu na ocupação e o cuidado e esmero empregados para configurar o espaço interno de sua moradia. Ele se instalou num trecho de terreno com cota inferior à das imediações e sempre que chovia passava horas, com a esposa, removendo com canecas e baldes a água acumulada. Trabalhando a noite, depois de chegar do trabalho, Ivo construiu sua a casa e uma fossa para impedir a entrada da água. Sua sala de estar estava integrada à cozinha através de uma bancada de granito construída com esmero e cuidado. Havia, também, os casos de pessoas constrangidas com o aspecto bagunçado ou sujo do interior das moradias, o que serve como advertência contra generalizações de sentimentos positivos de conquista.

Nas novas ocupações alguns frisaram a aquisição de habilidades de negociação. Muitos desenvolvem posições mais críticas e radicais em relação ao contexto econômico e político vigentes, embora uma parcela expressiva não participe das atividades coletivas e

---

[478] Episódios como estes me fizeram perceber o equívoco de narrativas que encontrei com frequência em meu contexto profissional como arquiteto, que afirmavam que as casas de favelas e contextos periféricos "nunca caíam" e que os moradores destes lugares aprendiam a construir e a avaliar os riscos na prática.

das mobilizações políticas. As lideranças da ocupação Vila Maria incentivam sentimentos de coragem e determinação. A fala de um pastor numa assembleia é especialmente ilustrativa: "até aqui vocês construíram muita coisa, tem castelos aqui, porque vocês têm fé!", afirmou ele. Diante da ameaça de uma reintegração de posse, ele disse que "o espírito do medo" entraria em muitas pessoas, e pediu que elas não desistissem do "sonho" da moradia e lutassem "até o fim". A relação entre confiança na permanência e fé religiosa apareceu também no conselho de uma antiga liderança da Vila Nova Tietê a um sobrinho que estava morando na ocupação. O rapaz falou de pessoas que haviam saído recentemente, depois que policiais entraram na ocupação "apavorando", distribuindo folhetos que ordenavam a mudança. O tio, praticante dedicado do catolicismo, afirmou em tom categórico que a remoção não ocorreria e que era preciso ter fé, tanto quanto os judeus que haviam seguido Moisés e realizado a travessia milagrosa do mar Morto: os inimigos haviam sido engolidos pelas águas e os judeus que ficaram no Egito haviam sido mortos pelo Faraó. O sobrinho comentou, então, que a saída de alguns podia ser algo positivo, porque "vão ficando só os mais fortes".

A sobrevivência de uma ocupação é vista como variável em função do envolvimento de seus integrantes e do nível de confiança na permanência. Esta confiança se relaciona com a intensidade da atividade construtiva, de modo que o aumento do número de andares das moradias pode ser visto como sinal de disposição para a luta. Assim, as lideranças por vezes incentivam a construção de moradias. Para um de meus interlocutores, era importante "construir ao máximo para evitar a reintegração: quanto mais construído estiver, mais fácil a permanência." (reaparece a ideia de que a construção das moradias é a efetivação do direito de morar). Numa assembleia ocorrida pouco depois da anulação de uma reintegração de posse, um morador perguntou se naquele momento as lideranças já aconselhavam a retomada das construções. Uma liderança respondeu: "tem que construir, quem não está construindo está marcando toca. Aqui ninguém tem que morar mal. Se puder colocar porcelanato e tinta Suvinil, tem que colocar."

Os incentivos à construção de moradias e a atitudes corajosas dividem espaço com os receios que muitos têm de construirem e serem vítimas de uma remoção. Assim, um homem que prestava serviços de construção para outros moradores da ocupação Vila Maria me contou que um contratante havia suspendido a realização de uma obra, aguardando saber se haveria uma reintegração de posse. Uma moradora da Vila Nova Tietê revelou que o pai esperava o julgamento da reintegração para decidir pela aquisição de um barraco na ocupação Vila Maria.

A confiança pode ser atribuída ao âmbito pessoal, como quando Ivo revelou que fora o terceiro morador a construir sua casa em alvenaria de blocos, num momento ainda inicial da ocupação Vila Maria, onde todos ainda faziam barracos de madeira. "Você é louco", diziam a ele, lembrando-o do risco de despejo. O que mais transparece nos relatos, porém, é a dimensão coletiva da confiança e o nível de consolidação geral das moradias.

Como a questão afeta o conjunto dos moradores, podem surgir tensões entre os mais e os menos comprometidos no processo.

O crescimento construtivo e a permanência das pessoas na ocupação são aspectos visíveis e palpáveis (por isso mesmo tomados como sinônimos do nível de engajamento político, este sim difícil de aferir, por depender das práticas e atitudes). No entanto, o que é mais palpável é também mais propenso a ser objeto de preocupações e tensões (surgem assim diferenças entre os atritos que indico agora e aqueles estritamente relacionados às mobilizações políticas, vistos no capítulo precedente). Me refiro especificamente aos desconfortos e ressentimentos em relação aos que se mudaram da ocupação por medo de despejo, se arrependeram e tiveram dificuldades para retornar, por conta da valorização das moradias. "No começo teve um monte de gente que saiu e não acreditou", disse uma senhora, "mas agora que estão vendo que deu certo, que tem água e luz, querem voltar." Para ela, tratava-se de uma minoria de pessoas "fracas", frente à maioria que ficou e resistiu; lembrou-se de como ficara cansada de pegar água longe, "fazer cocô no baldinho e jogar fora". "Agora, quem ficou, ficou. Tem muita gente [egressa] que fica enchendo o saco da diretoria, pedindo um lugarzinho lá dentro, mas agora já era." No limite destas tensões, algumas pessoas engajadas visaram punir ou impedir a volta dos que haviam saído. Foi o caso de uma liderança, que cobrou de um morador que voltava as palavras ditas no momento de saída da ocupação: "aqui é só para quem tem costa larga", teria dito o morador; ou seja, só para quem "aguenta pancada". Medida mais drástica, que permaneceu no plano das intenções, foi aventada por um visitante de outra ocupação no momento de iminência de uma reintegração de posse: seria preciso, afirmou ele, "não deixar sair nem uma bolsa daqui de dentro", ou seja, não permitir que os moradores mais temerosos se mudassem e provocassem uma debandada.

A possibilidade de identificar com clareza as atitudes das pessoas em relação às conquistas produzem jogos de linguagem e relações de socialidade mais tensas e carregadas, distintos, portanto, dos empregados para refletir sobre o engajamento em atividades políticas. Neste processo, pode-se imaginar que as cobranças e expectativas gerem distâncias entre os mais e menos engajados, mas também que uma parcela dos últimos seja convertida e conquiste, junto com a moradia, coragem e persistência.[479]

---

[479] Na etnografia de Carlos Filadelfo Aquino sobre o movimento de moradia Leste I também aparecem distinções entre pessoas que eram e não eram "de luta". Ele fala em termos de uma moralidade da luta que requer paciência, disposição, fé e que se contrapõe a atitudes preguiçosas e resignadas (AQUINO, 2015, pp. 92-5).

9.2. Conquistas circunstanciais

É preciso apontar uma série de oportunidades ou vantagens que podem ser obtidas na imediatez das práticas cotidianas. A ideia de conquista circunstancial, embora não proposta por meus interlocutores, permite olhar para uma gama ampliada de ganhos e expectativas, extrapolando as pautas e objetivos normalmente perseguidos por movimentos de moradia. Nas histórias que seguem, as pessoas não parecem alimentar esperanças de melhorar de vida, o que em certo sentido lhes permite encarar êxitos e revezes cotidianos com uma lucidez particular, alinhada talvez à sabedoria de viver no presente espesso.

Num primeiro momento, me refiro a um conjunto difuso e heterogêneo de maneiras de valorizar benefícios obtidos no cotidiano. Certa vez, por exemplo, Rosa refletiu que, mesmo que uma remoção ocorresse, a ocupação teria valido a pena, porque por muitos anos livrara os moradores das despesas com aluguel. Certos benefícios continuam sendo vistos como significativos, independentemente de se prolongarem no futuro.

Há, também, os que preferem vantagens no presente em detrimento de condições favoráveis no futuro. Josué, por exemplo, morava numa casa de cerca de 30 ou 40 metros quadrados que considerava bem construída e decorada, mas estava prestes a trocá-la por outra menor, sob a justificativa de que já tinha laje. Isso lhe permitiria levantar rapidamente as paredes do primeiro andar, onde pretendia morar para poder usar o térreo como área de estocagem das roupas usadas que comercializava. Em sua decisão, não parece ter pesado o fato de que, com um pouco mais de tempo, poderia construir ele mesmo a laje em sua moradia original, podendo assim usufruir de espaços maiores no longo prazo. Outro exemplo envolveu um dos poucos espaços coletivos da ocupação Vila Maria e um vizinho que propôs arcar com os custos de reforma do local em troca da obtenção de uma faixa correspondente a um metro de largura na divisa. A liderança que ouviu tal proposta estava indecisa sobre a resposta que daria e parecia valorizar claramente a conclusão rápida da reforma em relação à perda definitiva de espaço. Nestes casos, o espaço aparece como valor de troca intercambiável com custos e dificuldades de construção, embora as pessoas soubessem que terminariam dispondo de áreas significativamente menores para desenvolver suas atividades.

A história de Fernanda e seu marido representa um terceiro exemplo de prejuízos futuros produzidos na tentativa de lidar com dificuldades do presente. O casal estava em processo de separação e vendeu o barraco para repartir o que haviam conquistado. Com os cinco mil reais correspondentes à sua parte, Fernanda arcou com despesas de aluguel para morar perto da casa da mãe na favela Funerária. Passado um tempo, o dinheiro havia acabado e agora ela reconhecia as dificuldades para reencontrar um lugar na ocupação

Vila Maria. As decisões de Fernanda poderiam ser alvo das críticas apresentadas no tópico anterior, que consideravam "fracos" ou pouco persistentes quem deixava a ocupação, embora vemos que, neste caso (e certamente em muitos outros), tais conclusões seriam precipitadas, dada a complexidade das razões para a mudança.

Uma série de histórias mostra dificuldades sendo enfrentadas no presente sem qualquer referência a perspectivas de futuro. A trajetória de vida de Fabrícia envolve adversidades e desastres relatados num tom leve e habitual, como se estivesse lidando com ocorrências da vida que não pudessem levá-la a lamentar-se ou fazê-la infeliz. Ela migrara há cinco anos da Paraíba para a favela Funerária, onde conhecera o marido. O casal havia morado provisoriamente com a família de Fabrícia, até que uma gravidez obrigou a procura por um espaço próprio na ocupação Vila Maria. Na época em que o bebê nasceu, um incêndio de proporções significativas consumiu o barraco do casal e diversos outros. O espaço na ocupação foi perdido para outra família, porque Fabrícia e o marido não puderam preocupá-lo a tempo: o marido havia sido preso e ela estava "toda costurada", repousando na casa da mãe. Com a libertação do marido, voltaram a morar de favor com a família de Fabrícia, mas estavam muito desconfortáveis e insistiram na busca por um espaço na ocupação. Obtiveram, por fim, consentimento de vizinhos para ocupar uma área de esquina com cerca de 12 metros quadrados, onde havia um alargamento na via de circulação. Fabrícia estava muito feliz por ter conseguido um local próprio, sentia alívio por não ter que pagar aluguel ou morar de favor e não manifestou ressentimento pela perda do espaço original, mais amplo. Ela trabalhava com faxina e "serviços gerais", mas estava parada no momento, cuidando já de um segundo filho. O marido havia retomado a profissão de marceneiro e acabara de conseguir um novo emprego.

A história de um senhor chamado Ademar também é repleta de idas e vindas e dificuldades, contadas com entusiasmo e vivacidade. Nascido no Ceará, ele chegou ainda criança a São Paulo. Cinco anos antes de nosso encontro precisou se mudar para um barraco no espaço interno do conjunto Cingapura Novo Mundo. Ali separou-se da esposa e conheceu Nilza. A certa altura o casal se mudou para uma pequena chácara que Ademar possui no Ceará, mas depois de um período Nilza sentiu falta das filhas e pediu que retornassem. De volta a São Paulo, passaram por muitos desconfortos morando "de favor" na casa de um amigo. Ademar começou a procurar um barraco na ocupação Vila Maria, mas demorou para encontrar, porque percebeu que os preços estavam altos e que certos moradores tentavam "ganhar dinheiro" com o negócio. Um vendedor, por exemplo, pediu sete mil reais apenas pelo "lote vazio", pois pretendia desmontar e levar consigo o próprio barraco. Numa tarde de sábado, Ademar teve "sorte" e encontrou um homem "drogado", chamado Lúcio, que tinha pressa em fechar negócio e estava pedindo apenas dois mil e quinhentos reais por um barraco com dois ambientes, três metros de largura e seis de profundidade.

Lúcio morava com a esposa e o filho e, pelo que pareceu a Ademar, a família ia viver "na rua". Questionado se tinha certeza do negócio, Lúcio disse que "sabia de sua vida" e que Ademar podia "ficar tranquilo". Ademar correu então para garantir a compra, porque soubera que Lúcio agia "de um jeito" quando sóbrio e "de outro" quando drogado. Ademar tinha os recursos porque acabara de obter um emprego num mercado atacadista da região, além de contar com uma reserva obtida com a venda de uma moto no Ceará. Como não podia sacar o dinheiro antes de segunda-feira, emprestou 250 reais de uma amiga, para dar um sinal e selar o negócio. Deu o dinheiro a Lúcio e avisou que ele não poderia voltar atrás, "porque negócio se fecha na hora mesmo". No mesmo dia, Ademar "se enfiou no barraco", trazendo seus pertences em meio à chuva e à lama. Na semana seguinte, pagou todas as contas atrasadas e começou a reformar a construção, que era suja e malfeita. Quando a fossa refluía, produzia um mal cheiro insuportável, e o casal precisava fazer as "necessidades" num balde. O piso, inferior ao nível da rua, inundava, e o teto estava cheio de vazamentos. Aos poucos, ele foi refazendo o barraco com materiais que garimpava na cidade: um fundo de armário, uma tábua, madeiras velhas de todo tipo. Consertou a fossa, azulejou o banheiro, instalou um bom vaso sanitário e trocou todo o telhado, que já "não deixava passar nem um pingo d'água". O casal considerou que "ficaria muito bem" se conseguisse construir um segundo pavimento, mas não mais, porque tinha medo de que a construção caísse.

As reflexões que estas duas histórias suscitam podem ser mais bem compreendidas por meio de um contraste com a discussão precedente, relacionada à construção coletiva da confiança e da fé na permanência. Não existe aqui alusão a um regime moral estruturado por alternativas dicotômicas, de modo que meus interlocutores não estavam descrevendo suas ações para aprová-las ou condená-las. Se a moradia pode ser vista como uma conquista, ela resultou em parte da sorte, em parte da capacidade ou astúcia de aproveitar oportunidades ou insistir em possibilidades que se insinuavam no cotidiano. As histórias tampouco mobilizam noções de direito, justiça social ou exploração para compreender ou justificar as carências e dificuldades envolvidas. Se existe um antagonista, ele é o conjunto de adversidades não estruturadas que afetam desigualmente as pessoas ou famílias no dia a dia. Neste contexto, por mais duradoura ou permanente que se possa considerar as moradias de Fabrícia e Ademar, elas foram obtidas em meio às circunstâncias da vida e pareciam imersas num longo e contínuo fluxo de vicissitudes e oportunidades que meus interlocutores sabiam reconhecer e apreciar, sem precisar se valer de métricas ou parâmetros definidos no âmbito de um movimento social. A moradia não foi vista como uma conquista que dependia do engajamento coletivo de longo prazo, mas como um bem passível de ser obtido ou perdido em meio a uma sucessão de

acontecimentos que se desenrolam no presente.[480] Em poucas palavras, não poderíamos estar mais distantes de narrativas de luta pelo direito à moradia, onde as pessoas se inserem num processo coletivo de participação e conquista. Vale lembrar, porém, que estes distintos modos de busca por moradia coexistem num mesmo contexto espacial e social.

---

[480] Perspectivas similares sobre tempo e conquistas foram encontradas por outras pesquisas, dedicadas a contextos urbanos distintos, mas marcados pela precariedade e a pobreza. Nos anos 1960, por exemplo, Norbert Elias e John Scotson falaram de "famílias desestruturadas" que não estavam aptas nem tampouco interessadas em "progredir", em contraste com outras que também moravam no mesmo bairro. "Viviam sem pensar no futuro, sem nenhuma ideia de carreira e sem projetos a longo prazo de que falar". (op. cit., p. 135) No Jardim das Camélias dos anos 1980, Teresa Caldeira considerou que a "realização de um modo de vida, a estruturação de uma sociabilidade, a constituição de identidades e o desempenho de papéis" ocorriam em meio ao "cotidiano", onde a vivência do tempo não é aquela que prevalece em nossa sociedade: "O cotidiano é o repetitivo, o que começa, acaba, e recomeça da mesma maneira, é o que não tem profundidade, nem passado, nem futuro. Se a noção de tempo que prevalece em nossa sociedade é sequencial e histórica, a que prevalece no cotidiano é repetitiva e cíclica." (CALDEIRA, 1984). Susana Rostagnol, por sua vez, reflete sobre uma série de dificuldades cotidianas enfrentadas por moradores de Casavalle, em Montevidéu, com destaque para o emprego de métodos contraceptivos e a regulação da fecundidade. A autora aponta uma "saturação do presente, certa impossibilidade de pensar em um tempo linear que permita projetos no futuro, ou um simples planejamento. O tempo cotidiano está marcado pelo horário escolar, a reiteração cotidiana de certas rotinas relacionadas ao trabalho. As conversas, com frequência mostram a relevância que para eles [moradores] têm os acontecimentos cotidianos: encontros casuais com vizinhas, brigas que ocorreram. O bairro como totalidade é o cenário do espetáculo cotidiano que logo se comenta e se reinventa. … não existem projetos de vida no futuro ou pensamento sobre o futuro. Observa-se o que poderia denominar-se como uma necessidade de imediatez, que se manifesta tanto na perturbação das mulheres na policlínica quando têm que esperar uma semana por uma análise, ou quando devem esperar para serem atendidas; como a urgência de comer quando se tem fome. Manejam um discurso rico em matizes sobre o concreto, assim como inferências e deduções que se mantêm, justamente, na imediatez. Esta temporalidade que se desenrola no presente, baseada em referentes concretos, dificulta o planejamento de qualquer tipo, inclusive as decisões reprodutivas." (ROSTAGNOL, 2003, p. 43)

9.3. Compra e venda de barracos

A maior parte das famílias da ocupação Vila Maria veio das favelas do entorno e com muita frequência justifica a mudança pela dificuldade de pagar aluguéis.[481] Nas ocupações em geral, as moradias também estão sujeitas a serem comercializadas e a prática do aluguel exerce pressão para entrar. A compra e venda de imóveis representam oportunidades significativas de lucro sobretudo nos primeiros anos de uma ocupação, quando os preços ainda não estão estabilizados e uniformizados. E, conforme já apontado, a comercialização de imóveis tende a proliferar na terra de ninguém, por ser uma prática que não depende de regulamentações ou restrições estabelecidas fora do âmbito das transações propriamente ditas.

Na ocupação Vila Maria, porém, o comércio de imóveis esbarra nos esforços de regulação e repressão exercidos pela associação de moradores. A intervenção da associação nessas transações se justifica, como se diz, "porque a ocupação não pode ser usada como imobiliária", ou seja, não pode ser um lugar em que ocorrem relações de exploração, incompatíveis com um movimento de moradia. É preciso assegurar que as casas sejam entregues às famílias pobres, que realmente necessitam delas, inclusive sob pena de comprometer a legitimidade interna e externa da ocupação. Assim, as lideranças por vezes se envolvem em tensões, negociações e conflitos; o comércio de moradias adquire particularidades distintas do que ocorre nas favelas do entorno.

Nos primeiros anos de existência da ocupação Vila Maria, uma preocupação central era combater a presença de barracos fechados ou desocupados, já que eles eram sinais de que os donos moravam em outro endereço e não precisavam realmente da moradia. Exceções podiam ser abertas aos que apresentavam boas justificativas para ausências momentâneas, como o nascimento de um filho, um problema de saúde ou um trabalho temporário em outra cidade. Uma possibilidade, nesses casos, era que as pessoas "emprestassem" seus barracos a outras pelo período necessário, mas nunca os

---

[481] Vejamos os dados disponíveis para a ocupação Douglas Rodrigues (em valores arredondados). No levantamento do Observatório de Remoções de março de 2016, 65% das famílias apontaram que os motivos da mudança para a ocupação foram o desemprego e a dificuldade de pagar aluguel. A proporção sobe para 75% quando consideradas apenas as famílias oriundas das favelas do entorno (53% das entrevistadas na ocupação). O levantamento que ajudei a realizar entre março e junho de 2019, por sua vez, apurou que 62% das famílias se mudaram para a ocupação por dificuldades de pagar o aluguel e 73% delas morava de aluguel antes de se mudarem (os dados de proveniência das famílias não foram agregados).

alugassem.[482] Via de regra, porém, barracos desocupados eram abertos pela associação e oferecidos para famílias que precisavam de moradia. Quando inquilinos eram descobertos, as lideranças sugeriam convertê-los em donos efetivos do espaço, dispondo-se a dialogar ou mesmo confrontar os supostos proprietários.

Em suma, barracos desocupados ou alugados são sinais de pessoas que possuem mais de uma moradia e estão interessadas em lucrar às custas dos outros. O argumento foi exposto por uma liderança em assembleia, mais ou menos nos seguintes termos:

> "Nós somos contra uma pessoa ter duas, três, quatro moradias e outros lá fora não terem nenhuma. Nós temos uma lista enorme de pessoas esperando uma oportunidade, que estão dormindo aí na rua ou comendo na casa de um e outro. Quer crescer? Bota para cima, constrói um, dois, três andares, até onde vocês quiserem. Mas não vão tirar o direito de outro ter uma moradia."

O crescimento de andares é uma alternativa legítima para a ampliação dos espaços privados, em contraste com a posse de mais de uma área ou lote na ocupação. Reaparece, assim, a ideia de uma moral coletiva que defende a expansão vertical dos espaços e reprova aqueles que adquirem mais de um lote, expandindo seus domínios no sentido horizontal.

Na verdade, as denúncias de moradias alugadas foram infrequentes e os barracos desocupados deixaram de ser um problema depois dos primeiros anos. Os maiores desafios têm a ver com a compra e venda de moradias. Em contraste com o aluguel, estas negociações não podem ser proibidas; como ouvi certa vez, "não se pode amarrar ninguém": as pessoas podem "querer ir embora para suas terras, podem ter problemas na família", entre outras situações.

Nos casos em que a associação precisa se fazer presente, as lideranças defendem a cobrança de um "preço justo", mais ou menos correspondente ao custo estimado com os materiais de construção empregados, de modo a evitar que os vendedores especulem e ganhem dinheiro no processo. Uma expressão corrente é dizer que alguém precisa "ressarcir" um barraco, diferente do sentido de "comprar" ou "adquirir". Em todo caso, as pessoas são orientadas a informar e consultar a associação quando pretendem vender ou comprar moradias. Isso nem sempre acontece, seja por falta de informação ou pela intenção deliberada de uma ou duas das partes envolvidas de evitar arbitragens externas.

---

[482] Por vezes, as lideranças emprestavam lugares que não podiam ser ocupados em regime permanente. O "combinado", porém, pode perder força com o tempo e muitas vezes as famílias alojadas enfrentavam dificuldades para encontrar espaços alternativos. Houve quem dissesse, por exemplo, que "se emprestou, já era". Na prática, observei alguns casos em que as lideranças precisaram se envolver e organizar o processo de saída de algumas famílias.

Quando irregularidades chegam ao conhecimento da associação, as lideranças precisam tomar providências e podem se envolver em dificuldades.

Nas situações menos controversas, um vendedor procura a associação, que o coloca em contato com a próxima família numa lista de espera. O negócio pode ser fechado com a participação de lideranças na definição do preço e condições de pagamento. Uma série de situações foge a este padrão, como nos casos de famílias que precisam ser atendidas com urgência e podem receber espaços emprestados, entre outras possibilidades. Um exemplo de uma transação complexa envolveu João, que estava quitando uma dívida com Irineu por meio da doação de um barraco que, no mesmo momento, estava sendo vendido a Paulo por R$ 6.700,00. João se mudaria para o barraco da família da esposa, no qual Irineu disse não ter "nem coragem de entrar", dando a entender que estava em mau estado. Irineu estava tão agradecido com João pela atitude "íntegra" de quitar a dívida que iria usar parte do dinheiro recebido de Paulo para consertar e melhorar o barraco da esposa de João. Uma liderança acompanhava e dava aval a essas transações, enquanto expedia a carteirinha do movimento a Paulo, dando-lhe boas vindas.

Vejamos algumas situações mais problemáticas e conflituosas. Nos primeiros anos de vida da ocupação, quando o valor das moradias flutuava muito, algumas pessoas compravam barracos dos mais pobres e necessitados por preços tão baixos quanto mil reais, "davam um tapinha" e tentavam revendê-los por até dez vezes o valor de aquisição. Aparecido, uma destas pessoas, recorreu sistematicamente ao PCC para se contrapor à intervenção de Sandra, liderança da ocupação; a cada vez, Sandra era convocada "para as ideias", ou seja, para encontros de arbitragem organizados pelo "Comando". Ela ganhou os debates e, no último encontro, conseguiu pôr fim às investidas de Aparecido, propondo uma comparação com as atividades da própria facção criminosa: perguntou aos bandidos se um "corre" que faziam bastava para comprar uma casa e eles responderam que por vezes isso era verdadeiro; como comparar então, perguntou ela, as atividades deles com as de um trabalhador que não tinha como comprar uma casa? Para a ocupação, disse Sandra, valia a mesma pergunta: "é justo cobrar preços altos por uma casa, quando têm famílias que não tem onde morar do lado de fora?" O reclamante foi ameaçado de morte se voltasse a procurar o PCC por motivos semelhantes.

Um conflito envolvendo ameaça de agressão física ocorreu com a liderança Rosa, ao tentar proteger Joana, uma mulher que estava com dificuldades para quitar os sete mil reais pela compra de um barraco. Rosa observou que o preço era abusivo, porque o barraco era mal construído e "enchia de água". O vendedor alegou que tinha comprado por um valor equivalente ao que estava pedindo. Rosa advertiu que a transação precedente não havia sido referendada pela associação, e que o vendedor "não devia ter pago aquele dinheirão", sabendo que corria risco de perdê-lo numa ocupação. Ele insistiu e cobrou Joana várias vezes na porta de sua casa; perseguiu e ameaçou Rosa, mas desistiu depois que esta lhe disse que "não tinha medo" e não mudaria de ideia.

Outro tipo de desafios demanda envolvimentos complexos das lideranças em relações familiares ou de amizade, como na história em que a liderança Julia teve que lidar com um casal que pareceu premeditar ações para se apossar de duas moradias. Suzana, a esposa, se apropriou de um barraco que tinha autorização para estar desocupado. Quando a família proprietária apareceu, Suzana alegou que tinha comprado o barraco de um vendedor que, no entanto, não era o dono. Ela disse, também, que havia se separado do marido e "não tinha para onde ir". Com ajuda de uma amiga, Júlia entrou no barraco e começou a remover as coisas de Suzana, aconselhando-a a ocupar a garagem do marido até que a associação encontrasse outro barraco para ela. O marido apareceu e disse que chamaria a polícia, mas Julia conhecia seu empregador e ameaçou contar-lhe a "bagunça" que estava ocorrendo. O marido voltou atrás e a esposa aceitou morar temporariamente em sua casa. Pouco tempo depois da associação "arranjar" um novo barraco para Suzana, ela "apareceu grávida e acompanhada do marido". Na interpretação de Júlia, o casal havia alegado uma separação para se apossar irregularmente de duas moradias.

Um último caso indica a fragilidade da posição muitas vezes ocupada por mulheres nestas disputas. Trata-se de um homem que estava se separando e que vendera, sem consultar a esposa, o banheiro do barraco do casal a um vizinho. A esposa explicou à associação que o marido pegara os cinco mil reais da venda e desaparecera.[483] Ela apresentou notas de compra de materiais de construção para mostrar que tinha pago por quase toda a obra. O vizinho que comprara o espaço estava exigindo que ela construísse uma parede de divisa, mas propôs revender o banheiro pelo valor de seis mil reais.

Estas histórias mostram o nível de dificuldades enfrentado pelas lideranças da ocupação Vila Maria. As partes envolvidas nas transações podem se sentir contempladas ou injustiçadas, seja pela aplicação estrita de regras gerais (proibição do aluguel e de barracos fechados, venda de barracos a preço de custo), seja pelo modo particular pelo qual tais regras são modificadas ou adaptadas para se adequarem às situações. Como se vê, a *conduta contingencial* depende de critérios subjetivos e do nível de conhecimento maior ou menor que as lideranças possuem das situações e pessoas envolvidas.

O caso de um idoso chamado Juvenal envolveu muitas controvérsias. Ele sofria de condições crônicas de saúde e brigava sistematicamente com a família, até que fugiu de casa e alugou um barraco na ocupação Vila Maria. O barraco havia sido construído por

---

[483] Citei casos semelhantes ocorridos na Vila Nova Tietê nos anos 1980, com homens que vendiam moradias à revelia das esposas, se apropriavam do dinheiro e não mais retornavam. Naquele contexto, Carminha conseguiu reverter algumas das transações, negando a emissão de carteirinha e o reconhecimento dos compradores como membros da comunidade. Com disse, naquela época, as pessoas atribuíam importância a documentos emitidos por uma associação de moradores, e a escala menor das comunidades favorecia o controle e a coesão social.

Odair, um rapaz com esposa e filhos, que se ausentara temporariamente da ocupação por motivos pessoais. Quando a liderança Júlia descobriu que Juvenal estava pagando 300 reais de aluguel, disse-lhe que ele poderia se considerar dono do espaço. Odair foi comunicado da perda e se revoltou. Alegou que estava ajudando Juvenal, mas diante da decisão ia "destelhar" o barraco. "Você está ajudando ele em quê?", perguntou Julia. "Ele está pagando aluguel e cuidando da sua casa, porque se ficar vazia, você sabe que vamos doar." De acordo com um dos relatos, o rapaz perdeu os recursos gastos e ficou "sem ter onde morar" com a família. A história chegou a meu conhecimento por fontes e lugares distintos, envolvendo pontos de vista inconciliáveis. Seus elementos mostram o emprego de critérios gerais, associados a aspectos particulares, com um desfecho favorável a uma das partes. A aparição deste caso em contextos distantes uns dos outros atesta o poder de circulação de situações problemáticas, fazendo parecer que não são minoritárias — o que sugere, mais uma vez, um efeito congestivo no plano dos relatos e discursos na terra de ninguém.

9.4. Serviços urbanos

Volto à análise da ocupação Douglas Rodrigues, como exemplo singular de mobilização para obtenção do fornecimento de água, da coleta de esgotos e da eletricidade. Assim como nas primeiras favelas da região, os primeiros moradores precisaram improvisar redes de abastecimento até que a Sabesp decidisse instalar a rede hidráulica e, somente mais tarde, a rede de coleta de esgotos; até 2022, a Enel (antiga Eletropaulo) se negava a implantar a rede de energia elétrica.

"Comi o pão que o diabo amassou aqui", disse Rose a respeito dos contratempos que ela e o marido enfrentaram para conseguir água em seu barraco. Por cerca de um mês e meio eles viveram sem abastecimento algum, como ocorreu com muitos moradores, por períodos variáveis de tempo. A certa altura, o casal protagonizou a iniciativa de realizar uma ligação clandestina na tubulação que passava pela Marginal Tietê, a uma distância de 150 metros. "Não foi fácil", porque havia risco de serem flagrados pela polícia, e nenhum dos vizinhos quis colaborar, ainda que fossem se beneficiar da instalação. "O máximo" que Rose conseguiu foi uma contribuição de 20 reais por barraco das imediações, para ajudar na compra da mangueira e de uma peça da Sabesp, que custava 800 reais. "Quando cheguei em casa e consegui tomar um banho, estava no paraíso." O casal residia numa área especialmente "desunida", de modo que as dificuldades com os vizinhos continuaram: um deles encontrou um vazamento na entrada de seu barraco e exigiu o

conserto por parte de meus interlocutores, alegando ter contribuído com os 20 reais para as instalações. Rose explicou que o dinheiro fora gasto na comprar materiais e refletiu que seu interlocutor "não tinha noção de valores".

Cerca de três anos após o início da ocupação, em meados de 2016, a Sabesp instalou a rede de água. A rede de coleta de esgotos, porém, só foi implementada no início de 2019. O descompasso parece ter agravado os problemas dos moradores, a julgar pelo relato de Carolina Sacconni, arquiteta do Observatório de Remoções que em 2016 participava do levantamento cadastral, tendo sido chamada para ajudar nas negociações com a concessionária. Ela não foi a única a relatar dificuldades de diálogo com os técnicos da empresa, e fez coro aos pedidos de instalação concomitante do esgoto e da água, lembrando que a chegada do abastecimento oficial aumentaria a quantidade de efluentes. "'Se vocês colocarem o triplo de água que tem aqui'", disse ela aos técnicos, "'as pessoas vão boiar no esgoto. Vocês não podem botar mais água num lugar em que o esgoto já é um problema, porque vai ter mais esgoto ainda!' Vão cobrar pela água mas não vão recolher o esgoto: chocante!" Por quase seis anos, a grande maioria dos moradores foi obrigada a adotar medidas drásticas, eliminando dejetos na forma de lixo ou através de fossas negras, colocando os efluentes em contato direto com o solo e sujeitando as pessoas a riscos de contaminação.

Mesmo com a superação das dificuldades relacionadas ao fornecimento de água e à coleta de esgoto, os moradores continuam lidando com problemas nas ligações clandestinas de eletricidade. Nesse caso, homens que possuem algum conhecimento técnico passaram a prestar serviço aos demais. Cada um deles trabalha separadamente e conta com redes elétricas independentes, cobrindo desigualmente as ruas da ocupação. Eles cobram cerca de 200 reais por uma nova instalação, e mensalidades que giram em torno de 20 reais, embora os valores variem em função das negociações e do nível de pobreza dos requisitantes. As fiações não são puxadas somente pelos prestadores informais, mas também por pessoas não especializadas, que nem sempre adotam precauções ou medidas adequadas para garantir a segurança e eficiência no fornecimento. Necessidades de manutenção podem ocorrer com frequência, e quedas de energia não são incomuns. Muitas vezes os reparos invertem as fases, convertendo, por exemplo, redes de 110 Volts em 220 Volts e queimando equipamentos eletroeletrônicos: uma moradora, por exemplo, "perdera a conta" dos televisores que comprara desde o início da ocupação. Uma assistência técnica na ocupação tinha um depósito abarrotado de eletrodomésticos à espera de reparos. O maior problema com a fiação clandestina é o risco de incêndios, que podem ocorrer por curto-circuitos ou por velas que se ascendem em períodos de queda da energia.

Para as lideranças, as concessionárias relutam em atender a ocupação por anteciparem a ocorrência de um despejo, embora sejam alegadas razões técnicas para a decisão. Vejamos como se deu uma negociação entre técnicos da Enel e um grupo de

lideranças em junho de 2019. Os técnicos demonstraram boa vontade, frisando que a empresa sempre se prontificara a atender a ocupação. Alegaram, porém, a necessidade de alargar as vias principais para um mínimo de seis metros, para permitir a passagem dos veículos de instalação e manutenção dos transformadores. Observaram que os transformadores precisavam ser instalados em locais que permitissem uma irradiação da rede num arco mínimo de 180 graus. Ainda de acordo com os técnicos, se os transformadores fossem colocados nas entradas do terreno, ficariam subaproveitados por conta do pequeno ângulo de distribuição, e a corrente chegaria fraca aos barracos situados na porção central da ocupação.

As lideranças observaram que seria impossível ampliar a largura das vias, pois isso faria com que muitas casas fossem reduzidas a ponto de se tornarem inabitáveis (implicitamente, como disse antes, elas interpretavam as exigências dos técnicos como subterfúgios para o não atendimento). De fato, nos últimos apartes do encontro, os técnicos começaram a admitir a possibilidade de relevar a exigência de alargamento para uma das vias principais, e aventaram a possibilidade de instalar um dos transformadores na área de estacionamento vizinha à ocupação, contanto que a Enel pudesse acessar livremente o local — seguindo sugestões que eu ajudava a desenvolver. No entanto, estas ideias não foram o bastante para um consenso, e as lideranças perguntaram: "por que outras comunidades do entorno também têm vias estreitas e estão sendo atendidas?" A resposta foi vaga e os técnicos se mantiveram irredutíveis; Ollitta subiu o tom, bateu na mesa, acusou a Enel de "multinacional capitalista" e exigiu atendimento, lembrando dos riscos envolvidos na manutenção da situação atual. Os técnicos reagiram contraditoriamente, sinalizando a possibilidade de deixarem o local da reunião, mas voltando atrás e insistindo na intenção de fazerem "o possível". Comprometeram-se, ao menos, a não redigir um relatório que justificasse a negligência da empresa. Após o encontro, as lideranças elogiaram a postura combativa de Ollitta, e acreditaram que as negociações haviam favorecido a ocupação.

A atitude de confrontação de Ollitta se alinha às ideias e valores críticos e radicais da Corrente O Trabalho. A própria realização da reunião foi vista como vitória da postura aguerrida do Movimento, pois era consequência de uma cobrança enviada por *email* à ouvidoria da Enel:

> Data: 26 de abril de 2019.
> Assunto: EMERGÊNCIA _ RISCO DE DESASTRE CENTRO DE SÂO PAULO
> Aos Senhores da Diretoria da ENEL-SP
> Tem a presente correspondência oficial requerer dessa Concessionária do serviço público de energia elétrica a urgente e imediata providência no sentido de realizar a instalação de rede de fornecimento de energia regular para as mais de 2 mil famílias que estão representadas pelo nosso Movimento.

> A empresa concessionária anterior chegou a ser acionada por uma Ação Civil Pública e, mesmo condenada, recorreu não cumprindo sua obrigação perante os moradores deste Estado. Por mais de 5 anos recebemos negativas dessa empresa.
> O risco iminente de incêndio em função de ligações precárias de energia que os moradores são obrigados a realizar já foi notificado às autoridades do Estado e da Defesa Civil do Município. O grau de risco neste caso é considerado de NÍVEL IV, segundo normas da Defesa Civil.
> Lembramos que em 2016 um grande incêndio ocorreu destruindo 350 casas e infelizmente levou a óbito dois moradores.
> Nossas famílias, com seus próprios recursos, tentam evitar ocorrências mas a ausência de rede de energia elétrica regularizada coloca em risco a vida de centenas de pessoas em pleno centro da maior cidade do pais, de frente da principal artéria viária, a Marginal Tiete.
> Dessa forma apelamos novamente para que a empresa concessionária de energia elétrica cumpra sua função social de fornecer rede segura para os cidadãos e afaste definitivamente o risco de um novo desastre em nossa Cidade.
> Aguardamos o agendamento imediato de reunião presencial com nossa Entidade para tratarmos do tema. Confiamos que a responsabilidade pública dos envolvidos prevaleça diante do exposto.
> Cordialmente,
> A Diretoria do Movimento Independente de Luta por Habitação de Vila Maria - Ocupação Douglas Rodrigues.
> Ollitta, Secretário-geral da Diretoria.

A mensagem foi enviada com cópia para o secretário municipal de Segurança Urbana do município de São Paulo e para o deputado federal Vicentinho. Podemos vê-la como uma forma de atuar na esfera da política, mas uma ação civil pública mostra que os embates se desdobravam na arena jurídica.[484] A estas duas frentes de atuação proponho associar uma terceira, relativa ao espaço urbano. Neste caso, trata-se de uma série de negociações, disputas e confrontos físicos que ocorrem na ruas da cidade e envolvem o acionamento de habilidades e astúcias específicas. Por vezes, a manutenção das ligações clandestinas de energia, por exemplo, precisou ser negociada no corpo a corpo com policiais e técnicos da Enel.

As disputas mais salientes por energia elétrica no espaço urbano envolveram protestos que ocuparam a pista local da Marginal Tietê (diretamente acessível de uma das entradas da ocupação Douglas Rodrigues). Uma manifestação de 19 de janeiro de 2016 foi motivada por um corte de energia feito pela Enel durante a madrugada. Pelas imagens de helicóptero, podemos estimar cerca de 300 a 400 participantes. Uma reportagem do G1 justifica os cortes pela ocorrência de um incêndio na "comunidade Manguari". Outra

---

[484] Decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a instalação de energia elétrica até 20 de março de 2017, mas a empresa entrou com recurso e protelou o cumprimento da sentença (ref. 2017-03-20).

matéria, no Jornal da Globo, esclarece que os cortes haviam ocorrido "por questões de segurança", o que "teria feito com que alguns barracos pegassem fogo" (mais precisamente, oito moradias foram destruídas).[485] As informações se contradizem e os moradores não foram consultados. De qualquer forma, o protesto gerou quatro quilômetros de congestionamento e, ao que tudo indica, inibiu investidas subsequentes da Enel.

Outra ocupação da Marginal Tietê ocorreu em 10 de maio de 2016 e fez parte do chamado Dia Nacional de Paralisação contra o Golpe, com o propósito de defender a moradia popular e protestar contra o *impeachment* iminente da presidente Dilma Rousseff. Num momento em que o país vivenciava grandes tensões, o protesto foi fortemente reprimido pela Tropa de Choque da Polícia Militar, que usou bombas de gás lacrimogêneo.[486] Baixinho, que na época uma liderança da ocupação, tentou negociar com os oficiais, mas foi atacado com um "mata-leão". De acordo com seu relato, policiais tentaram implantar drogas em suas roupas antes de detê-lo. Na delegacia, Baixinho foi insultado de "petista filho da puta", em clara oposição à pauta da manifestação. Um oficial de justiça, "com sangue nos olhos", ameaçou "tocar fogo na ocupação" e disse "que queria ver aquele povo queimar, ia dar risada se isso acontecesse".

Cerca de dois meses depois, ocorreu o grande incêndio na ocupação. Não me parece provável que policiais tenham dado início à tragédia, mas este relato indica o grau de tensão e descrédito que muitos atribuem à Polícia Militar.

9.5. Incêndio e urbanização

Na noite de 17 de julho de 2016, houve uma queda de luz na ocupação. De acordo com um relato, uma senhora idosa acordou precisando com urgência de remédios para o diabetes, e o filho saiu para providenciá-los, deixando uma vela acesa no barraco. A chama atingiu uma cortina e se espalhou. Ao retornar, o rapaz ficou assustado e fugiu com a mãe. Eles moravam em um dos mais de cem barracos no interior do maior galpão deixado pela Dom Vital, com área superior a três mil metros quadrados. O fogo se espalhou rapidamente pelo espaço coberto do galpão e arredores. Moradores acordaram com os gritos ou o clarão das labaredas, que tinham vários metros de altura. Nos vídeos da

---

[485] Refs. 2016-01-19-A e 2016-01-19-B.

[486] Um breve vídeo mostra o clima de tensão do protesto, com moradores fugindo para dentro da ocupação (ref. 2016-05-10).

tragédia, pessoas desesperadas correm com crianças no colo e alguns pertences, e uma enorme coluna de fumaça sobe pelo céu noturno até se perder de vista.[487] Os bombeiros enfrentaram dificuldades para acessar as ruas estreitas e obstruídas por carros. Eles mobilizaram 35 viaturas, esticaram longas mangueiras e conseguiram atenuar alguns focos. As chamas também diminuíram ao encontrarem paredes de alvenaria. Algumas pessoas foram encontradas em estado de choque nas proximidades das chamas. Uma preocupação eram as explosões de botijões e os riscos de choques por fiações elétricas danificadas e expostas.

O incêndio provocou a morte de uma criança e de um senhor de 65 anos, de nome Severino José Ferreira Filho, que retornara à moradia para salvar os documentos. Dezenas de cachorros e gatos foram carbonizados. Ao todo, foram destruídos 316 barracos. Houve também os que tiveram sequelas, como uma moradora que "ficou entre a vida e a morte", tendo inalado muita fumaça. Ela havia sido moradora de rua e mudara para a ocupação incentivada por Nilda; abrira uma vendinha e estava "se reerguendo". Depois do incêndio, Nilda continuou animando-a com a possibilidade de se engajar nas mobilizações coletivas. Marlúcia é outra senhora que ficou bastante prejudicada: perdeu a casa, os móveis e eletrodomésticos que conseguira comprar ao longo dos anos, vendendo "gelinho" no Brás. O Movimento conseguiu alojá-la em outra moradia, mas "veio uma doença nas pernas" e ela não pôde mais trabalhar fora, limitando-se a vender alimentos dentro da ocupação. Além das casas, diversas famílias bolivianas perderam máquinas de costura e ficaram impossibilitadas de trabalhar. Conforme ouvi dizer, a tragédia chegou a ser noticiada por uma rádio na Bolívia. Em suma, inúmeras famílias sofreram prejuízos na saúde e perderam moradias, animais de estimação, carros, equipamentos de trabalho, móveis e eletrodomésticos.

A fuga do jovem que deixou a vela acesa foi apontada como o que levou ao alastramento das chamas. Dois outros moradores refletiram que o incêndio se ampliou porque muitas pessoas saíram de perto ao invés de tentarem apagar o fogo (talvez elas não tivessem muito o que fazer, se lembrarmos que a instalação da rede hidráulica estava ainda em andamento naquela data). De qualquer forma, os relatos sugerem um vínculo entre o alastramento das chamas e a falta de mobilização ou união dos moradores para combatê-las. Um relato sobre outro incêndio reforça esta hipótese: quando a casa de Beto foi consumida pelas chamas, em setembro de 2017, Domenica observou que os estragos foram contidos, já que muitos ajudaram a apagar o fogo. Ajudou também o fato de que muitas casas vizinhas já haviam sido reconstruídas com blocos cerâmicos, depois da tragédia de junho de 2016. Outro incêndio, em maio de 2018, consumiu cerca de dez moradias de madeira, parando também nas construções de alvenaria à volta. Nesse caso fica evidente a parcela de responsabilidade da Sabesp, que costuma cortar o fornecimento

[487] Ver refs. 2016-07-18.

durante a madrugada, de modo que os moradores careciam de água para combater as chamas (contraditoriamente, a regularização do abastecimento de água ampliou as dificuldades para combater incêndios noturnos).

O último incêndio que registrei na ocupação Douglas Rodrigues ocorreu na casa de Kelle Suyanne Fernandez, em 12 de setembro de 2019. Um técnico da Enel consertou uma fiação nas imediações, e passou avisando os moradores que a energia voltaria "trincando". Muitos conseguiram desligar as chaves a tempo, mas Kelle não estava em casa. Um curto-circuito produziu chamas que consumiram todo o térreo, ocupado por uma lanchonete que Kelle havia acabado de implementar, destruindo revestimentos de parede e piso, fornos, geladeira, fogão e microondas, além dos mantimentos. O incidente também ocorreu de madrugada, enquanto o fornecimento de água estava interrompido, mas neste caso foi possível recorrer a uma caixa d'água nas proximidades e ao transporte da água em baldes, de mão em mão, até a casa de Kelle. Registrei ainda outros incêndios de pequena escala e não noticiados, ocorridos no decorrer dos anos.

Os incêndios demandam uma articulação imediata dos moradores no combate às chamas, mas também conduzem a auxílios posteriores prestados às vítimas. Nos casos de Beto e Kelle, "vaquinhas" foram organizadas para recomprar móveis e equipamentos. Beto foi alojado temporariamente na casa de amigos, até que um mutirão o ajudou a reerguer a moradia, dessa vez em estrutura de concreto e alvenaria de blocos cerâmicos. No grande incêndio de julho de 2016, por sua vez, a ocupação arrecadou doações de diversas entidades externas, inclusive movimentos de moradia do centro da cidade. O Miarcas, na Vila Nova Tietê, conseguiu roupas e alimentos para serem distribuídos às vítimas da tragédia. A prefeitura prestou auxílio aos desabrigados por meio da Defesa Civil, e o prefeito Fernando Haddad visitou a ocupação, voltando a ouvir pedidos das lideranças para que o terreno fosse desapropriado.

O incêndio de 2016 acarretou uma série de tensões e conflitos posteriores, uma vez que a área afetada se reconverteu em terra de ninguém, passível de apropriação. Logo após o incêndio, alguns perambulavam à procura de restos de materiais e objetos reaproveitáveis. Outros queriam reocupar o terreno rapidamente, minimizando os perigos com os escombros e a necessidade de aguardar alguns dias, até que a Subprefeitura demolisse a estrutura incendiada. Horas após o desastre, policiais foram flagrados planejando impedir o retorno das pessoas, fazendo com que muitos "entrassem correndo de volta" no terreno. Os maiores temores, no entanto, envolveram a perda dos espaços para pessoas que não residiam antes na ocupação. Nilda foi injustamente acusada de acobertar a entrada de habitantes de outro bairro por alguns que, nas palavras de Baixinho, "estavam com a cabeça muito quente" e "não estavam raciocinando". Na iminência de agressões físicas, ele precisou "dar sua palavra" para assegurar que a área se manteria desocupada. Vários desabrigados foram alojados em casas de voluntários, parentes e amigos, nas favelas do entorno. Uma parcela buscou acolhimento em moradias

da própria ocupação, pelo temor de perda dos espaços. Alguns passaram a morar dentro de seus carros.

O ressurgimento da natureza vazia dos espaços, o recebimento de doações e a ajuda mútua trocada entre as pessoas evocam o momento de surgimento de uma ocupação (e mesmo de uma favela). Neste caso, porém, houve conflitos dramáticos, porque as pessoas afetadas estavam prontas a reagir energicamente no intuito de evitar a perda de espaços que haviam conquistado. Assim, as tensões se prolongaram durante a reurbanização que se seguiu ao incêndio.

Como disse, nessa época, o levantamento cadastral do Observatório de Remoções acabara de ser concluído.[488] Desde fins de 2015, a organização havia se aproximado do Movimento para ajudar no planejamento da rede de infraestrutura hidráulica. O cadastro dos moradores havia sido elaborado a pedido das lideranças, para embasar um projeto de construção de habitações pelo programa federal Minha Casa Minha Vida - Entidades. Com o incêndio, porém, o Observatório foi chamado às pressas para planejar a reocupação da área afetada. Carolina Sacconi atendeu a esta nova demanda praticamente sozinha, a não ser pela ajuda que recebeu de Gabriel Negri Nilson na etapa de demarcação dos lotes. Ela se lembrou da necessidade de desenvolver com urgência as propostas, já que havia uma pressão constante de pessoas pela ocupação da área. "Eu fiquei em pânico, quase não consegui dormir", afirmou. As lideranças estavam se revezando em plantões de vinte e quatro horas, para manterem o local desocupado.

Antes de mais nada, Carolina foi convocada para separar as construções comprometidas das que seriam poupadas, na orla da região atingida pelas chamas. Não havia tempo para avaliações aprofundadas, nem profissionais da Subprefeitura oficialmente designados para a tarefa. Ela avaliou "casa por casa" e tentou preservar o máximo que pôde, mas precisou indicar a demolição de muitas construções, no momento em que a escavadeira operava. Algumas pessoas choravam ao verem suas casas sendo derrubadas, e Carolina tentava convencê-las do risco de desmoronamentos futuros.

Logo após a demolição, ela começou a elaborar o projeto de reassentamento das famílias. O levantamento cadastral realizado antes do incêndio tinha precisão suficiente para identificar os barracos numa base individual e por aí foi possível contabilizar os 317 que haviam sido demolidos por conta da tragédia. A ideia não era reproduzir a

---

[488] Na linha de frente deste trabalho estavam a arquiteta Carolina Sacconi, o arquiteto Gabriel Negri Nilson, a antropóloga Stella Paterniani e Ana Carolina Carvalho, bolsista de iniciação científica e estudante de arquitetura. Os coordenadores do laboratório eram Luciana Bedeschi, Raquel Rolnik, Karina Leitão e Francisco Comaru. Uma apresentação do trabalho realizado, com a planta da ocupação e detalhes do levantamento, encontra-se em Rolnik et all., op. cit. Mais informações sobre o incêndio e a urbanização podem ser encontradas na tese de Stella Paterniani (2019, p. 249, 262).

configuração anterior, mas redesenhar as ruas e lotes para alojar um número máximo de pessoas. De início, as lideranças determinaram um total de quinhentas novas casas. Carolina testou diferentes possibilidades de implantação e mostrou que a única forma de abrigar esta quantidade era implantar as moradias umas sobre as outras, o que era inviável, já que as pessoas não tinham recursos para construir lajes naquelas circunstâncias. Com isso, as expectativas foram revisadas; ao longo das duas ou três semanas de desenvolvimento do projeto, o Movimento realizava assembleias para esclarecer os moradores e preparar a reocupação.

A prioridade em acolher o máximo possível de moradias obrigou uma série de decisões de projeto. Carolina tentou definir um espaço livre nos fundos de cada casa, para favorecer a iluminação e ventilação, mas o Movimento pediu que ela considerasse a totalidade dos lotes como área coberta e fechada (de acordo com o padrão de ocupação predominante na região, e mesmo em inúmeros outros bairros precários da cidade). Ela percebeu que os ambientes internos não ficariam tão prejudicados, porque a profundidade dos lotes havia sido reduzida para seis metros (parte dos esforços para maximizar o número de famílias atendidas). Com uma largura de três metros, cada lote contaria com uma área de 18 metros quadrados. A padronização eliminaria as desigualdades de espaço substanciais que existiam antes, com a coexistência de barracos grandes e pequenos, muitas vezes não correspondentes ao tamanho das famílias alojadas. Uma forma de melhorar a salubridade foi prever ruas com quatro ou cinco metros de largura, que permitiam também a chegada de carros, ambulâncias e veículos em geral. A versão final de projeto acomodou 360 moradias, 43 a mais do que a quantidade original. [489]

[489] Cerca de vinte casas seriam construídas e doadas pela ONG Teto, por meio do trabalho de jovens voluntários, oriundos de outras regiões da cidade, colaboração que também contou com a intermediação de Carolina.

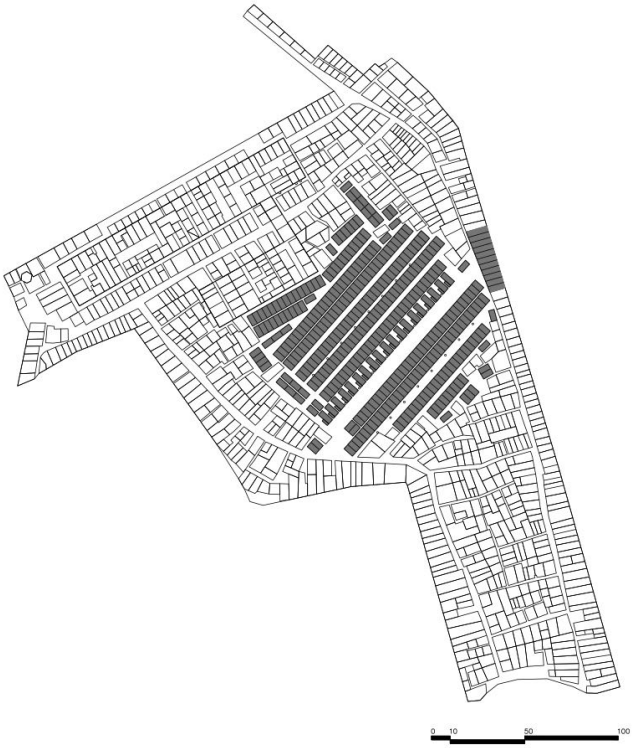


Fig. 9.d - Projeto de urbanização desenvolvido por Carolina Sacconi para o miolo da ocupação Douglas Rodrigues.

O projeto, a demarcação e a ocupação dos novos lotes ocorreram em poucas semanas, graças ao fato de que o terreno estava livre de construções. A urgência impediu Carolina de encontrar uma solução ótima de projeto, "como deveria ser". Tampouco houve tempo para deliberar acerca da localização das famílias, ou sobre os arranjos familiares que teriam direito a um lote. As lideranças precisaram liberar a entrada das famílias contando com o conhecimento pessoal prévio. Foi necessário lidar com uma massa de pessoas, desconsiderando as necessidades individuais — a demanda aparece como impossível de ser inteiramente contabilizada ou atendida.[490]

O momento de maior tensão da urbanização ocorreu na demarcação dos lotes e ruas, quando os moradores puderam conhecer *in loco* a configuração final do reassentamento. A observação direta permitiu que muitos entendessem e passassem a

[490] Vale retomar a comparação com as urbanizações de favela que vimos para os anos 1980. Lembremos que na Cidade Nova o arquiteto Luis Fingermann definiu lotes de cerca de 70 metros quadrados, enquanto na Douglas Rodrigues eles tinham 18. Além disso, no passado foi possível cadastrar as famílias, deliberar sobre a escolha dos lotes e definir os arranjos familiares a serem contemplados.

contestar o que estava sendo implementado.[491] Carolina e Gabriel foram a campo e contaram com a ajuda de cerca de dez voluntários para definir as divisas, num único dia. Quando começaram as bater as estacas, esticar as linhas e marcar os limites dos lotes com cal, havia mais de duzentas pessoas transitando na área, em graus variados de tensão e ansiedade. Muitos perguntavam onde iam morar e eram convidados pela arquiteta a dialogar com o Movimento. Outros não sabiam do tamanho padronizado dos lotes e ficaram contrariados, observando que suas casas eram muito maiores. Ela insistia que estava apenas executando decisões da diretoria e pedia que as pessoas conversassem com as lideranças.

Ali perto, Nilda tentava explicar que os lotes eram iguais, mas não havia meios de todos concordarem. Alguns tentaram se apossar de mais de um lote ou avançar a testada sobre a largura das ruas.[492] A discussão ficou tensa, e a certa altura um debatedor jogou um pedaço de madeira em direção a Nilda, dando início a uma briga física que envolveu vários moradores, antes que a situação fosse novamente controlada. Pouco depois, o Movimento foi procurado por pessoas de fora, que haviam sido chamadas pelos descontentes, propondo-se a atuar como árbitros dos conflitos.[493] Nilda argumentou mais uma vez em favor da "igualdade" entre os moradores, e insistiu na necessidade de que todos tivessem o mesmo espaço. Os mediadores concordaram com seu ponto de vista, formaram uma roda e pediram a todos que deixassem "o pessoal da faculdade trabalhar",

---

[491] Na urbanização da favela Brás de Pina, no Rio de Janeiro dos anos 1970, Carlos Nelson Ferreira dos Santos apontou um contraste entre a dificuldade da população entender projetos e planejamentos prévios e a facilidade com que passaram a agir quando do início das obras. Os moradores se mostraram calados nas reuniões de discussão, mas, quando as obras começaram, eles se encontraram em um meio "prático", no interior do qual sabiam como agir. "Enquanto durou a fase dos planos e outras 'coisas dos doutores', a população ficou arredia e desconfiada. … Mas, quando começaram as obras, acabaram os boatos e os 'diz que vai ser asim'... Isso já não era 'falar bonito', era agir. O assunto passa a ser do domínio da maioria: podiam responder a manhas com artimanhas, podiam inventar seus truques." (SANTOS, op. cit., p. 66).

[492] Havia também os que não aceitaram que as casas da ONG Teto fossem todas implantadas na face norte da rua Luciana, o que explica porque estas construções padronizadas de madeira foram distribuídas em distintos pontos da área disponível.

[493] A intervenção pode ser vista como exemplo da tendência de "colocar o problema para os outros", ou seja, recorrer a terceiros como meio de evitar confrontos diretos nas dinâmicas políticas da terra de ninguém. Para o relatório do Observatório de Remoções, tais intermediadores eram "dirigentes do tráfico", ou seja, irmãos do PCC (Rolnik et. al., op. cit., p. 115).

porque “estavam ali de graça para tentar ajudar”. Sugeriram que todos voltassem ao final do dia para avaliar as demarcações, aprová-las ou desfazê-las. Defenderam as ruas largas, que permitiriam a chegada de bombeiros e evitariam a repetição da tragédia. Pediram que “agradecessem a Deus” por ter levado a vida de apenas duas pessoas no incêndio, lembrando que o número de mortos poderia ter sido muito maior.

Com isso, a área a ser urbanizada se esvaziou. Carolina e Gabriel estavam transtornados com os conflitos, e trabalharam doze horas ininterruptas para concluir rapidamente as demarcações. Antes de terminarem a delimitação dos últimos lotes, o Movimento começou a autorizar as famílias a entrar na área, e muitas delas já estavam levantando paredes de madeirite. Ao final do dia, quando os mediadores voltaram e perguntaram se todos estavam de acordo com as demarcações, não houve resistência por parte dos insatisfeitos.[494] Neste contexto de incertezas, característico da terra de ninguém, as famílias que não podiam dar início à construção naquele momento buscavam outros meios para garantir a posse dos lotes, fincando estacas maiores por conta própria, posicionando lençóis enrolados sobre as linhas traçadas com cal na terra, e sobretudo mantendo pessoas permanentemente no espaço.

Quando Carolina retornou à ocupação, cerca de duas semanas depois, as pessoas estavam “muito felizes”. “Um monte de gente veio me abraçar, um monte de gente falou: 'nossa, está demais, está lindo, as ruas estão largas, retas!’. Aí um fala mal do outro: 'ah, porque aquele povo que estava fazendo confusão', meio que pedindo desculpas pela situação.” Em 2018, um casal instalado na área afetada considerou que o setor reurbanizado “tinha ficado muito melhor” que os outros. Reconheceu que sua casa tinha diminuído de tamanho, mas isso não mudou a avaliação geral. O casal se lembrou da afirmação de que as ruas retas e largas permitiam a chegada de veículos de emergência, como ambulâncias. Para Nilda, “há males que vêm para bem”: ela lembrou da insalubridade das moradias internas ao galpão incendiado, de como eram infestadas de pulgas e da frequência com que os moradores contraíam doenças. Domenica confirmou

[494] A anuência tácita da coletividade evoca a ideia de que demarcações já realizadas tendem a ser vistas como legítimas, efetivas, ou no mínimo difíceis de serem contestadas. Eis mais uma possível relação entre articulações políticas e a efetivação de uma concepção de direito no âmbito da terra de ninguém.

que o galpão era escuro e abafado, e que as crianças viviam doentes. “O incêndio foi até bom porque todo mundo ficou com área igual e coube mais gente”.[495]

Um episódio mostra o incêndio sendo associado a uma capacidade singular de luta e resistência. Narrada por Ollitta, a história remonta a uma assembleia ocorrida muito antes da tragédia, quando ele estava encorajando as pessoas a permanecerem e lutarem pela ocupação. Enquanto retomava o argumento de que a empresa proprietária era fraudadora do fisco e não tinha direito de posse, Ollitta “teve uma ideia” e disse às pessoas: “a terra é de quem está aqui”, em seguida convidando todos a se abaixarem, pegarem um punhado nas mãos, olharem para a terra e reconhecerem que aquilo era “realmente” delas. “Olhem para esta terra, ela é de vocês!” O gesto sensibilizou muitas pessoas. Doze dias após o incêndio, Ollitta estava na ocupação articulando o processo de reassentamento das famílias, quando uma moradora se aproximou e afirmou que ele “não ia acreditar” qual era a “única coisa” que ela conseguira salvar do incêndio. Mostrou-lhe, então, um grande vidro de maionese, preto e chamuscado, dentro do qual estava a terra guardada no dia da assembleia. Ollitta e a moradora ficaram emocionados. Este é outro exemplo que permite atribuir um sentido positivo de superação e confiança em relação à tragédia. Vemos, mais uma vez, que certas ameaças e perigos que incidem sobre as conquistas da ocupação promovem um fortalecimento da luta e das conquistas, tanto por meio da melhoria física dos espaços da ocupação, quanto no plano simbólico e da construção de significados.

9.6. Luta pelo terreno

A discussão sobre conquistas precisa tratar, é claro, dos esforços relacionados à permanência no terreno e à luta contra as reintegrações de posse. Mais uma vez, tomo a ocupação Douglas Rodrigues como caso privilegiado de análise, pela intensidade e

---

[495] Este não é o único incêndio que foi associado a consequências positivas na região. Na época de surgimento das favelas, alguns incêndios levaram a reassentamentos em condições melhores, a exemplo do que ocorreu com a Marconi. Outro caso recente foi o incêndio da “latinha”, ou da EMEF Paulo Carneiro, ocorrido na Cidade Nova em meados da década de 2000, obrigando o poder público a reconstruir o precário edifício de estrutura metálica. Nas palavras de Elisieux sobre o episódio: “Claro que é ruim o incêndio, mas naquele momento foi uma coisa boa. Se não tivesse acontecido o incêndio, não tinha feito a escola de alvenaria”.

diversidade dos esforços empreendidos nesse sentido. Apresento alguns dos principais acontecimentos em ordem cronológica para dar uma ideia geral das disputas, com o propósito principal de apresentar como meus interlocutores compreendem suas ações e as de seus oponentes, bem como em que sentido os eventos aqui tratados podem ser observados à luz da ideia de ocupar como forma de vida.

"A briga aqui não é jurídica, é política". Esta afirmação foi feita por Ollitta pouco tempo depois que passou a fazer parte da diretoria do Movimento, no início de 2014. Quem se lembrou da frase foi Miguel, reconhecendo o impacto que ela causou em sua forma de conceber a luta por moradia na ocupação. Na verdade, Ollitta estava propondo um contraponto com a observação que Miguel realizara, de que toda a região situada entre os bairros do Parque Novo Mundo e Vila Maria pertencera à Marinha, de modo que, legalmente, não tinha dono. Miguel ilustrou o ponto a Ollitta recorrendo à memória que tinha das disputas contra grileiros na Vila Nova Tietê durante os anos 1980: na época, advogados haviam tranquilizado os moradores, explicando que não poderiam ser removidos pela via judicial, uma vez que os grileiros não conseguiriam comprovar a posse do terreno. A resposta de Ollitta combina com o fato de que, na atualidade, já não há como questionar a propriedade de áreas griladas há quatro ou cinco décadas. Reconhecendo a tendência sistemática do judiciário em favorecer o direito à propriedade, em detrimento do direito social à moradia, as lideranças tomaram consciência de que o Movimento precisava agir por outras vias.[496]

É preciso, contudo, entender melhor como se dão os conflitos na prática. Mesmo que o processo judicial seja frequentemente visto como um jogo de cartas marcadas, exige um considerável empenho de lideranças e advogados de defesa para impedir ou postergar a ocorrência de reintegrações de posse, entre outros objetivos. Dizer que "a luta é política" não significa que as ações na esfera judicial não importem, mas sim que elas precisam ser associadas a outras na esfera da política, envolvendo articulações com órgãos e

---

[496] A ideia de que disputas jurídicas ou decisões alegadamente técnicas possuem motivação ou fundamento político parece comum em lutas sociais por moradia. Carlos Filadelfo Aquino, por exemplo, descreve a trajetória de conflitos em torno da mudança nas regras de eleição do Conselho Municipal de Habitação, justificadas por questões "técnicas" pela gestão Kassab, mas contestadas por movimentos sociais, que recorreram à justiça alegando que as razões eram políticas (AQUINO, 2015, pp. 130, 133, 137). A alegação tampouco é recente, aparecendo na fala de uma liderança de Heliópolis nos anos 1980, reproduzida por Maria Ruth Sampaio (1990, p. 187): "Aprendi, com a luta e com o Jurídico, que muitas vezes uma causa está legalmente perdida, mas não politicamente. Então, o trabalho do Jurídico não é apenas do Direito, mas um trabalho na esfera política. Aí a importância da assessoria, tanto na conscientização como na mobilização do povo. Normalmente, quando se trata de luta dos trabalhadores, as questões são mais políticas que jurídicas."

representantes dos poderes legislativo e executivo (de âmbito municipal, estadual e federal), sindicatos, partidos e autoridades públicas de modo geral. Como já apontei, além das arenas jurídica e política, trabalho com uma terceira, não explicitamente nomeada por meus interlocutores, possuidora de especificidades importantes de serem destacadas: trata-se de uma diversidade de ações e conflitos que ocorrem no espaço urbano propriamente dito, envolvendo passeatas, protestos, ações de resistência contra a polícia, entre outras iniciativas, que pretendem chamar a atenção da imprensa, pressionar políticos e magistrados e, em última instância, resistir a tentativas de remoção. A própria ocupação pode ser vista como uma ação no espaço urbano, e por aí podemos ver como este âmbito das disputas é de fato aquele sobre o qual buscam incidir todas as outras ações. É no espaço urbano que se conquista (ou se perde) a moradia (e o direito à moradia).[497] A tríade de arenas permite falar em dinâmicas de ação distintas e concorrentes, passíveis de se influenciarem no decorrer do tempo.

Aos olhos de lideranças e muitos moradores, a maior evidência do caráter tendencioso e arbitrário do poder judiciário consiste no favorecimento sistemático da Ideal Empreendimentos, reconhecida pelos juízes como proprietária do terreno, apesar de uma série de dívidas e irregularidades. Para ilustrar o ponto, apresento o trecho de um informativo do Movimento, publicado em fevereiro de 2018, logo após uma das etapas conclusivas do processo judicial, quando a decisão pela reintegração de posse foi tomada em caráter unânime e definitivo, em segunda instância, por um colegiado de três desembargadores.

> ”No dia 06 de fevereiro a relatora Desembargadora Carmem Lucia da Silva e 02 desembargadores da 18ª Câmara Civil rejeitaram os recursos do Movimento e retomaram o processo que pode levar a uma ação violenta forçada de despejo. O judiciário preferiu ignorar todas as informações que confirmam que a empresa Ideal Empreendimentos S.A. é uma fraude constituída para ocultar negócios ilícitos e fraudes fiscais. Essa empresa nunca teve um funcionário sequer, nunca construiu nem projetou um imóvel em qualquer lugar do Brasil. É público que seu endereço frio é um escritório virtual de aluguel de CNPJs (Alameda Santos, 1800 cj. 975 - CNPJ 09.401.305 / 0001 - 80). Os negócios ocultos da suposta empresa começaram quando ela foi constituída, justamente para abrigar em seu patrimônio o terreno “comprado” da massa falida da Transportadora Dom Vital em 2008. Esse terreno ficou abandonado durante 22 anos desde a falência da transportadora. Nesse momento, o **débito de IPTU** acumulado da Ideal junto à Prefeitura é **de R$ 3.376.000,00 em execução judicial** por atraso de pagamento (Contribuinte 063.077.1042-1). Na área federal o escândalo é ainda mais gritante. A Ideal faz parte de um “grupo econômico fraudador” condenado na Justiça em

[497] A rigor, ações no espaço urbano também poderiam ser vistas como de natureza política, mas isso me impediria de considerar distinções importantes para a análise.

> Pernambuco devendo mais **de 1 Bilhão de reais para a Fazenda Nacional** (grupo Tenório). A Ideal isoladamente **deve mais de 80 milhões para o Governo Federal**. Essas dívidas já foram executadas na Justiça Federal. … Perguntamos então à imprensa e à opinião pública: por que razão o judiciário paulista ignorou os fatos? Porque o Judiciário não remeteu o Processo, como pedimos, à Justiça Federal? Porque o Judiciário Paulista, sabendo de todos os riscos de uma reintegração de posse forçada numa área **de 50 mil metros quadrados em plena Marginal Tietê**… vira as costas para milhares de trabalhadores e suas famílias? **Por que os interesses ocultos de fraudadores são colocados acima da vida e da segurança de milhares de crianças e jovens?** Citamos abaixo um trecho da decisão dos desembargadores. Para esses Senhores a "sagrada" propriedade privada dos grandes capitalistas (mesmo que nesse caso sejam criminosos fraudadores) vale muito mais que a vida do povo pobre: '(…) ***Em suma, o fato de a Carta Magna garantir o direito à moradia e afirmar o princípio da função social da propriedade não significa que os invasores possam ocupar imóvel alheio clandestinamente, em flagrante esbulho possessório e violação ao direito de propriedade, propriedade que também é protegida pela Constituição Federal.***' (Acórdão da Apelação nº. 0017117-29.2013.8.26.0008)."[498]

Como se pode ver, o informativo critica a lógica argumentativa dos desembargadores, acusando uma hierarquia equivocada de valores, onde o direito à

---

[498] Ênfases do original (ref. 2018-02-15). Outro trecho da decisão de juízes no processo considera que invocar o "direito constitucional de moradia sobre imóvel alheio" é um "disparate jurídico" de quem "viola a ordem pública", conforme decisão de 14 de maio de 2014, disponível em https://www.jusbrasil.com.br/processos/137099162/processo-n-0017117-2920138260008. Neste tópico, farei referência a uma série de peças judiciais que, como esta, não foram incorporadas à biblioteca virtual da pesquisa. Elas fazem parte de um panorama do processo elaborado pelo site Jusbrasil, disponível para consulta no endereço indicado (me limito a referenciá-las apenas por meio da data de sua publicação oficial). A menos que indicado, todas as datas e ocorrências que apresento a seguir foram extraídas desta fonte de informação. Mesmo que se lembrassem de detalhes dos acontecimentos passados, as lideranças tiveram dificuldades em recordar datas precisas e reconstituir o encadeamento das disputas. O aspecto vívido e entrelaçado de muitas das lembranças evoca mais uma vez a experiência de viver num presente espesso, marcado por um contínuo incessante de lutas.

propriedade privada prevalece sobre o direito à moradia.[499] Neste aspecto, a forma de raciocinar dos magistrados aparece de forma clara e consistente.

É fundamental, contudo, chamar atenção para outros tipos de críticas, que não têm a ver com o conteúdo das deliberações e sim com a forma de executá-las. Por mais justificadas que estejam no plano argumentativo, as determinações judiciais envolveram frequentemente tentativas repentinas de reintegração de posse e outras ações vistas como imprevisíveis, perversas e ilegais. Este padrão de atuação transparecerá a seguir, na sequência de eventos que culminaram na decisão de fevereiro de 2018.

A primeira ordem de reintegração de posse foi expedida em 03 de setembro de 2013, seis dias após a entrada no terreno. Fixava o prazo de 15 dias para a saída voluntária dos ocupantes, mas argumentos da defesa estenderam o tempo para três meses. Nova ordem de reintegração ocorreu somente em 21 de janeiro de 2014, dando também 15 dias para a desocupação voluntária. Dois meses depois, em 17 de março, a polícia realiza novo pedido de prazo, para o devido planejamento da operação; o magistrado responsável concedeu mais dois meses de tempo e criticou a "revolta da parte autora" (Ideal Empreendimentos), chamando atenção para a quantidade de "efetivo policial" necessária, para "a possibilidade de confrontos de proporção inimaginável e o risco de que pessoas fiquem feridas gravemente caso a medida não seja suficientemente planejada e preparada". O texto da decisão complementa: "deve-se lembrar que se está lidando com seres humanos, e não com porcos, na área ocupada."[500]

Em que pese este comentário, transcorridos 21 dias, em sete de abril de 2014, o desembargador relator do processo cancelou o novo prazo e determinou a realização "imediata" e "urgente" da reintegração de posse. Sete dias depois veio o revide de outros magistrados, anulando e criticando a decisão do relator, que não teria levado em conta a necessidade de cadastrar os moradores e planejar a relocação. A decisão afirma que o desembargador não podia "revogar a ordem do Egrégio Tribunal de Justiça" e lembra do "princípio de hierarquia jurisdicional". Assim, mesmo que não discordassem da decisão pela reintegração, os magistrados envolvidos na polêmica desentenderam-se quanto ao modo de executá-la, dando exemplo de como as vicissitudes do processo judicial podem gerar uma percepção de arbitrariedade e insegurança para os afetados pelas decisões.

---

[499] O texto elaborado pelos magistrados e reproduzido pelo informativo reconhece o direito à moradia, as condições precárias de vida dos moradores, o caráter ocioso do imóvel antes da ocupação e as dívidas da Ideal Empreendimentos — ao contrário do que sugere o estudo do Observatório de Remoções (Rolnik et. al., op. cit., p. 105). As decisões de juízes e desembargadores foram tomadas com conhecimento de causa, manifestado ao menos nas peças judiciais.

[500] Decisão de 17/03/2014.

Nova reintegração de posse foi marcada para dois meses depois, no início de junho de 2014, desta vez sem a notificação obrigatória aos moradores, aos advogados da defesa (vinculados ao Centro Gaspar Garcia) e ao Gaorp (Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse — órgão do Estado que estava acompanhando o caso no intuito de articular acordos entre as partes e reduzir o risco de violência). A decisão tinha claramente intenção de surpreender os moradores e evitar a interposição de contestações por parte da defesa. Foi descoberta por sorte, pelo costume que alguns moradores tinham de checar o andamento do processo na internet. O relato de Nilda evidencia a surpresa e o espanto com o ocorrido. Num primeiro momento, a presidente do movimento não acreditou nas pessoas que a procuraram. "Gente, aqui sempre teve reintegração de posse", disse ela, pressupondo que não havia novidades. Outros moradores perguntaram se haveria preparativos para a remoção. "Gente, vocês estão doidos", disse Nilda. "Não tem nada disso: os advogados não falaram nada e nem veio oficial de justiça entregar notificação aqui." No entanto, diante da insistência, Nilda procurou pela informação e confirmou que havia uma reintegração marcada para ocorrer dentro de poucos dias. Os advogados ficaram chocados.

Nilda decidiu: "vamos para o plano B, vamos invadir a Funerária." Na época, o Serviço Funerário já havia suspendido as atividades de fabricação de caixões no terreno que em breve daria lugar ao CEU Novo Mundo, na Avenida Ernesto Augusto Lopes. A intenção do Movimento era atrapalhar os planos da prefeitura para o local, como meio de forçá-la a intervir no processo judicial. Como se vê, trata-se de uma ação de ocupação no espaço urbano que visava afetar as esferas da política e, indiretamente, da Justiça.

Dois ou três dias antes da data da reintegração, cerca de 80 pessoas entraram no terreno da Funerária pulando um muro dos fundos, divisa com a Cidade Nova. Os manifestantes precisaram se apoiar uns nos outros para alcançar o topo e depois saltaram para o outro lado . Entraram no galpão desativado, alcançaram o primeiro andar e alojaram-se em meio aos caixões abandonados, aguardando o raiar do dia. Nilda divertiu-se ao reproduzir os pensamentos que teve diante dos caixões: "Oh Jesus, meu Deus do céu, cadê o Senhor, me salva, eu morro de medo de caixão". Ciça, porém, não se importou e optou por dormir num dos esquifes, na falta de um lugar mais confortável. Pouco mais de vinte manifestantes relutaram em pular o muro, mas conseguiram entrar no início da manhã: duas ou três mulheres pediram ao segurança para tomar um copo d'água e destravaram por dentro o portão principal, para os que aguardavam do lado de fora.

Os elementos divertidos da história não diminuem a presença de um clima tenso que se estabeleceu com a chegada de um grande número de policiais, ainda no início da manhã. Eles rodearam os manifestantes amotinados e começaram a "apavorá-los" para que se retirassem. Alguns encaravam Nilda como se quisessem "estrangulá-la viva". Havia, porém, os "mais sensatos", e a eles ela reforçou que estavam apenas reivindicando e que não iriam roubar ou quebrar nada. Na verdade, Nilda "não estava nem aí" para as

ameaças e travou diálogos como este: "Você tem casa?", perguntou ela a um policial. "Tenho", escutou. "Então, nós não temos não, nós vamos ficar aqui. Para fazer caixão pode fazer até debaixo do viaduto, agora, morar gente, não tem como morar… debaixo do viaduto?", indagou ela. Ao reproduzir as discussões, Nilda me pareceu deixar claro que o uso da palavra ou a forma de dialogar com os policiais não era secundária ou desimportante, e que a capacidade de argumentar e manter firmeza foi decisiva para evitar uma repressão mais violenta da manifestação. Isso mostra uma capacidade específica de agir, que proponho considerar ao lado das modalidades de articulação no âmbito das esferas judicial e política.

Ao longo de um ou dois dias, os manifestantes mantiveram-se firmes no local, trocando olhares com os policiais de plantão, aguardando notícias de Ollitta pelo celular. Ele estava na ocupação, negociando com autoridades para evitar a prisão dos manifestantes. Travou contato com um dos secretários da gestão Haddad, que perguntou o que poderia ser feito para a desocupação da Funerária. "Não era possível fazer nada", disse Ollitta, "a não ser a anulação da reintegração de posse". As articulações ocorridas na sequência não ficaram claras para mim. Pouco antes das 18 horas da véspera da reintegração, os advogados do Movimento ligaram para Nilda e deram a notícia de que a ordem judicial havia sido "quebrada". Em meio a gritos de euforia, todos pegaram seus pertences e deixaram o prédio da Funerária. "Olha, nós não roubamos nada, está tudo do mesmo jeito", disse Nilda a um policial disposto a conversar. "Não, a gente sabia, depois a gente entendeu", disse ele, deixando transparecer alguma simpatia com o protesto. "Trabalho vocês iam ter era lá", disse ela, apontando na direção da ocupação Douglas Rodrigues: os policiais não tinham conhecimento, mas a ação na Funerária era apenas parte do que havia sido planejado para resistir à reintegração. O Movimento obtivera três caminhões de pneus velhos e pretendia espalhá-los e incendiá-los com combustível nas pistas da Marginal Tietê.

Meus interlocutores afirmaram que a ocupação da Funerária foi decisiva para a suspensão da terceira reintegração de posse. Antes de apresentar os outros protestos e ordens de despejo, farei um parêntesis para tratar das principais articulações realizadas pelo Movimento no âmbito da política e do poder executivo.

Já em meados de 2014, o Movimento aproveitou o processo de aprovação do Plano Diretor da cidade e encaminhou o pedido de conversão do terreno da ocupação em Zona Especial de Interesse Social - ZEIS 2, tornando assim obrigatória a construção de habitação de interesse social no local, limitando significativamente as possibilidades de construção e uso do terreno para outros fins. Na mesma época começaram, no plano federal, as tratativas junto ao Ministério das Cidades para enquadrar o grupo econômico da Ideal Empreendimentos, o que levou à descoberta de diversas irregularidades e, em janeiro de 2015, à penhora do terreno e à nomeação de Ollitta e Nilda como fiéis depositários, ou seja, como responsáveis perante a esfera federal por guardar e zelar pelo terreno durante o

processo judicial. Em diferentes momentos, as dívidas tributárias foram usadas como argumento da defesa do Movimento para um pedido de transferência do processo para a Justiça Federal, mas o Tribunal de Justiça de São Paulo alegou sistematicamente que se tratava de questões diferentes.[501] Neste sentido, o Movimento passou a se referir ao que considerou uma flagrante contradição da justiça: condenada por dívidas na esfera federal, a Ideal teria assegurada a propriedade do terreno na esfera estadual.

Ainda assim, a conversão para ZEIS 2 e a penhora do terreno deram ensejo às tentativas de construção de um conjunto habitacional através dos programas Minha Casa Minha Vida - Entidades (federal) e Casa Paulista (estadual). Para a viabilização de um ou outro destes programas, seria necessário que o terreno efetivamente saísse das mãos da Ideal, e a única forma de obter isso sem passar pela Justiça era desapropriar a área por decreto do poder executivo.

Pelos registros disponíveis, data de setembro de 2014 um apelo público ao prefeito Fernando Haddad para que defendesse "os interesses dos trabalhadores frente aos especuladores", e assinasse um decreto de interesse social ou de utilidade pública para o terreno.[502] Este foi talvez o primeiro de uma série de pedidos. Em 30 de outubro, o Movimento organizou uma marcha com mais de mil manifestantes, que partiu da ocupação e percorreu onze quilômetros, passando pela pista local da Marginal Tietê e pelo corredor Norte-Sul, para chegar à sede da prefeitura, no vale do Anhangabaú. No entanto, os manifestantes não foram recebidos pelo prefeito.[503] O protesto pode ser visto como uma outra modalidade de ação no espaço urbano, e uma forma de produzir a proximidade espacial entre Movimento e poder público municipal, no intuito de forçar uma decisão que favoreceria a ocupação.

---

[501] A decisão judicial de 15/07/15 é um exemplo destas negativas: "INDEFIRO a intervenção da UNIÃO FEDERAL, não vislumbrando legítimo interesse a ser defendido, considerando tratar-se de demanda entre particulares, não sendo lícita a discussão de DÉBITOS e RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA nestes autos, até porque o privilégio do crédito tributário não pode ser aqui discutido, em sede de reintegração de posse. Por outro lado, a matéria dominial não afeta a questão possessória, pouco importando a notícia de bloqueio de matrículas determinada em sede do Juízo Federal indicado. Assistirá à UNIÃO FEDERAL a PRERROGATIVA de cobrar a dívida tributária em autos próprios, não podendo se imiscuir nesta REINTEGRAÇÃO DE POSSE, a tal pretexto. Descabe, por isso, o sobrestamento da ordem de REINTEGRAÇÃO DE POSSE…"

[502] Ref. 2014-09-30.

[503] Ver refs. 2014-10-30. Coberturas da imprensa não deram detalhes sobre as reivindicações e mesmo sobre o movimento que estava organizando o protesto. Estimaram em 300 o número de participantes.

Fig. 9.e - Protesto em frente à Prefeitura. Ref. 2014-10-30 (A). Data: 30 out. 2014. Autoria: Fábio Braga / Folhapress.

Vale citar uma série de iniciativas subsequentes, que associam intervenções na esfera política e no âmbito do espaço urbano. Em 19 de fevereiro de 2015, contando com apoio de políticos e personalidades públicas, as lideranças conseguiram uma audiência oficial com Alexandre Padilha, então Secretário de Relações Institucionais da Prefeitura, para solicitar novamente o Decreto de Interesse Social.[504] Uma razão dada pela equipe de Haddad para não atender a demanda era o fato de que o terreno já estava penhorado pela justiça federal, e que portanto não faria sentido indenizar a Ideal Empreendimentos. Em 27 de março de 2015, durante uma visita do prefeito à Subprefeitura de Vila Maria, Ollitta pediu a palavra para falar da ocupação Douglas Rodrigues, citou o gravame de penhora na matrícula do terreno e a disposição dos governos federal e municipal de financiar a construção do conjunto habitacional. Terminou de modo incisivo, dirigindo-se ao prefeito: "a única coisa que falta é o seguinte: a nossa presidente [Nilda] vai entregar para você agora a caneta, que você vai assinar o decreto de interesse social". Em meio a aplausos, Haddad recebeu a caneta de Nilda, deu parabéns ao Movimento e se comprometeu a estudar o assunto, mas não deu retornos.

[504] Para se ter uma ideia da diversidade de articulações envolvidas neste encontro, vale citar a presença do vereador Nelo Rodolfo (PMDB), da vereadora Juliana Cardoso (PT), do presidente estadual da Central Única dos Trabalhadores Adi dos Santos Lima e de Dom Sérgio, Bispo da Zona Norte. Apoiando por meio de cartas, estavam o vereador Wadih Mutran (PP) e o Presidente do Sindicato dos Médicos (ref. 2015-02-19).

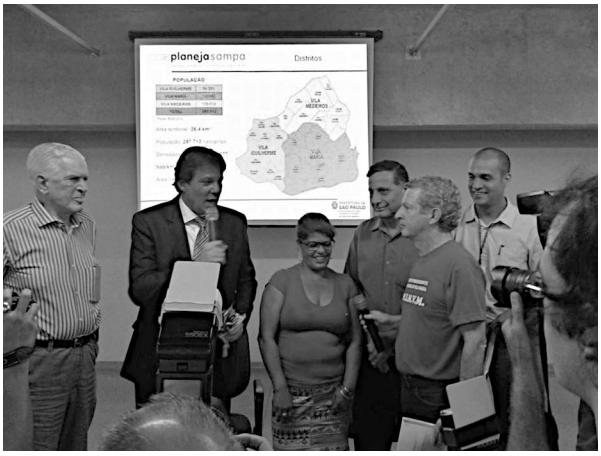


Fig. 9.f - Encontro com o prefeito Fernando Haddad na Subprefeitura da Vila Maria. À direita do prefeito, Nilda e Ollitta; à esquerda, Wadih Mutran. Ver também o vídeo do episódio na ref. 2015-03-15. Data: 27 mar. 2015. Autoria desconhecida.

Houve ainda um protesto, organizado como parte do Dia Nacional de Paralisações, convocado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 29 de maio de 2015, onde o Movimento bloqueou algumas pistas da Marginal Tietê e exibiu uma faixa em que solicitava o decreto de interesse social.[505] Finalmente, em 20 de junho do mesmo ano, numa das atividades previstas para o programa "Prefeitura nos Bairros", uma comitiva com mais de cem moradores da ocupação Douglas Rodrigues foi ao encontro de Haddad nas ruas da Vila Sabrina, exibindo faixas e bandeiras. Houve um diálogo com o prefeito pelo microfone e Haddad garantiu que atenderia os apelos da ocupação.[506] O Decreto de Interesse Social (DIS) foi promulgado em 4 de agosto de 2015, declarando que o terreno seria adquirido pela prefeitura.[507] No entanto, as despesas com indenização não foram incluídas nos orçamentos municipais subsequentes, o terreno não foi comprado e, dois anos depois, o decreto perdeu a validade.

Antes disso, já em maio de 2016, o Movimento passou a direcionar esforços para obter a desapropriação via governo federal. Neste caso, as tratativas tiveram início por meio de outra ação no espaço urbano. Quando Dilma Rousseff esteve em São Paulo para participar de comemorações do Dia do Trabalho, no feriado do Primeiro de Maio de 2016, Nilda e Ollitta conseguiram "furar" o bloqueio de seguranças e conversaram com a Presidente por alguns minutos no palanque. Haviam trazido uma comitiva com muitos moradores, exibindo faixas que pediam a desapropriação. Mais uma vez, vemos em operação um tipo de inteligência ou astúcia capaz de tirar partido da proximidade de

[505] Ref. 2015-05-29.

[506] Na faixa, lia-se: "Para barrar o despejo, Haddad assine o Decreto de Interesse Social". Ref. 2015-06-20.

[507] Ref. 2015-08-18. Na mesma data constam informações no link do site Jusbrasil.

autoridades públicas para avançar a pauta do Movimento. Três dias depois, as lideranças estavam em Brasília reunindo-se com a Presidência da República, a Secretaria de Patrimônio da União e os ministérios da Justiça e da Casa Civil, para viabilizar a desapropriação. Mesmo com anuência da presidente, a Ministra das Cidades, Inês Magalhães, vetou o procedimento, justificando que a desapropriação abriria um precedente indesejável. Uma semana após o encontro em Brasília, ocorreu o golpe de estado e a destituição de Dilma Rousseff como Presidente da República, obrigando o recomeço das tratativas até então realizadas, num contexto político muito menos favorável ao Movimento.

Não me estenderei pelas iniciativas subsequentes de obtenção da desapropriação. Houve uma tentativa de aproximação com o governo de Michel Temer, graças a articulações com políticos do PT, que conseguiram uma carta de apoio à ocupação, assinada por 20 vereadores de diferentes partidos. A carta rendeu encontros com o Secretário de Governo Carlos Marun e uma promessa (não cumprida) de sobrevoar o terreno e estudar a viabilidade da desapropriação.[508] Pedidos do gênero foram feitos junto às gestões municipais de João Doria e Bruno Covas, e o vereador Arselino Tatto cogitou tramitar o pedido de desapropriação na Câmara dos Vereadores. Houve, ainda, ações de articulação e reivindicação junto a políticos e autoridades públicas, como as que levaram a suspensões de reintegrações e denunciaram a violência policial, em diferentes momentos (optei por incorporar algumas delas nas análises que seguem).

Retomo agora o relato das reintegrações de posse, que continuaram sendo decretadas na esfera judicial, embora com frequência cada vez menor. Em setembro de 2014, três meses depois do episódio de ocupação do terreno da Funerária, foi determinado o "cumprimento imediato" de uma quarta tentativa de reintegração. Os advogados de defesa conseguiram sustá-la, apelando novamente para a necessidade de planejar a relocação dos moradores, sendo apoiados por representantes de uma série de órgãos públicos. Neste caso, as negociações parecem ter conduzido a uma audiência de conciliação, onde técnicos dos governos municipal, estadual e da Caixa Econômica Federal solicitaram um prazo para elaborar uma proposta de aquisição do terreno, para construção de habitação de interesse social (valendo-se das condições favoráveis que estavam sendo armadas junto ao poder executivo, como indiquei antes). No entanto, a Ideal Empreendimentos recusou a oferta apresentada, e o juiz determinou nova audiência para o fim de janeiro de 2015. Dois meses antes dessa data, em um de dezembro de 2014, o mesmo magistrado desmarcou o encontro e determinou uma nova reintegração para o dia

---

[508] Ajudei a planejar a pintura de uma mensagem a Marun na cobertura dos galpões da Dom Vital, para que o Secretário de Governo visualize do helicóptero: "Desapropriação Já! Obrigado Marun". Nesta ocasião registrei a fotografia exibida na capa da tese, onde Nilda aparece sentada, olhando em direção à rua Vitória Soares.

seguinte. Nesta que foi a quinta tentativa do gênero, os advogados do Movimento alegaram cerceamento de defesa ao relator do processo, obtendo a suspensão da reintegração, não sem submeter os moradores da ocupação, mais uma vez, a sentimentos de apreensão e mesmo "pavor".[509]

Em 6 de julho de 2015, uma decisão judicial autorizou a realização de uma sexta reintegração de posse. No dia 29 do mesmo mês, data prevista para julgamento de um recurso da defesa, o Movimento organizou a maior de suas passeatas, envolvendo dois mil manifestantes, que partiram da ocupação e rumaram em direção ao Fórum do Tatuapé. O objetivo era chamar a atenção do juiz Fábio Pellegrino, responsável pelo processo, ou ao menos entregar-lhe uma carta de reivindicações. Surpreendentemente, a polícia, que estava posicionada para impedir a aproximação final dos manifestantes, permitiu que eles passassem e fechassem a entrada do Fórum.[510] As lideranças negociaram com o coordenador de segurança da instituição, mas não conseguiram ser ouvidas pelo juiz. Mais uma vez, um protesto pode ser visto como ato de pressão sobre autoridades públicas, buscando diminuir a distância ou o isolamento estabelecidos entre elas e os moradores da ocupação Douglas Rodrigues.

É preciso lembrar que na época desta reintegração o Movimento estava também insistindo junto ao governo de Fernando Haddad para a desapropriação do terreno. O decreto de interesse social foi publicado em 4 de agosto, mas mesmo assim o juiz não reviu a decisão de reintegrar a posse do imóvel no dia 25 do mesmo mês. As lideranças foram informadas pela Secretaria de Segurança Pública que a reintegração demandaria, além das centenas de homens dos batalhões locais da Polícia Militar, dos Bombeiros, da defesa civil e da saúde (com ambulâncias), estava previsto o emprego de mil policiais da Rota. Uma

---

[509] "O juiz da 1ª Vara do Tatuapé, responsável pelo processo, havia agendado uma audiência de continuação da conciliação para o dia 21 de janeiro de 2015. No entanto, desmarcou e mandou reintegrar as famílias da ocupação… As famílias, apavoradas, foram pegas totalmente de surpresa com o recuo do juiz em relação à conciliação em andamento… O Movimento recorreu e o relator se sensibilizou com o pedido de agravo dos advogados do Movimento, Luciana Bedeschi e Benedito Barbosa, e do Ministério Público, que também recorreu em favor do Movimento. O recurso contou ainda com o apoio técnico do Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública. O relator entendeu que poderia haver cerceamento de defesa e mandou recolher o mandado de reintegração de posse até o julgamento do recurso." Excerto de notícia publicada no site do Centro Gaspar Garcia (ref. 2014-12-02-A). Ver também a publicação na página da ocupação no Facebook (Ref. 2014-12-02-B).

[510] Ao lado da conversa amistosa entre Nilda e alguns policiais no episódio de ocupação da Funerária, mencionada antes, este é outro relato em que lideranças reconheceram a atuação favorável ao Movimento por parte de certos policiais.

semana antes, o secretário estadual de segurança pública, Mágino Alves Barbosa Filho, sugeriu uma medida que, de acordo com a lembrança de Ollitta, "nem os advogados da defesa haviam cogitado": que o prefeito entrasse com um pedido de Medida de Segurança junto ao Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Nalini. Este é um exemplo de articulação política que interferiu diretamente no andamento do processo judicial, e foi decisivo para a sobrevivência da ocupação. Por conta disso, a reintegração foi mais uma vez desmarcada, e o caso foi reconduzido ao Gaorp para novas tentativas de reconciliação. A suspensão permitia também ganhar tempo, como mencionado, para solicitar a transferência do processo para a Justiça Federal, onde haveria mais chances de obter decisões favoráveis à ocupação.[511] Assim como este, vários outros apelos na esfera judicial e no executivo procuraram protelar a reintegração e prolongar o processo no tempo.

Com as reações citadas, as manifestações do poder judiciário foram se tornando mais intermitentes. A sétima tentativa de reintegração foi deflagrada por uma decisão de 7 de abril de 2016, estabelecendo prazo de 40 dias para a saída do terreno, também prorrogados para a devida manifestação das partes no processo (este foi o momento em que o Movimento tentou a desapropriação do terreno em âmbito federal, por meio da conversa com Dilma Rousseff). Os recursos interpostos pelos advogados de defesa argumentaram novamente pela transferência do caso para a esfera Federal e observaram que a reintegração não poderia ser realizada, uma vez que Nilda e Ollitta eram fiéis depositários da área perante a justiça federal. Isso exigiu que o julgamento ocorresse em segunda instância, levando o processo a uma interrupção de longo prazo. Mais de um ano depois, em 12 de dezembro de 2017, foi marcado o julgamento dos recursos da defesa por uma câmara cível composta por três desembargadores. Na época, o Movimento estava dialogando com técnicos do Departamento de Participação e Diálogo Sociais (vinculado à Secretaria de Governo da Presidência da República), e conseguiu uma carta do órgão, solicitando à Justiça Estadual uma prorrogação do julgamento, sob a justificativa de que no mesmo dia ocorreria uma audiência em Brasília para avaliar a adjudicação (transferência de posse por dívidas) do terreno para a Fazenda Nacional.[512] Este é outro exemplo de articulação na esfera política que foi capaz de protelar o andamento do processo, embora por pouco tempo. O julgamento foi transferido para 6 de fevereiro de 2018, quando finalmente os três desembargadores decidiram, de modo unânime e

---

[511] De acordo com a reportagem do Centro Gaspar Garcia, a abertura de negociações junto ao Gaorp "permite que as famílias permaneçam por algum tempo enquanto as articulações jurídicas… prossigam com o objetivo de transferir o processo para a Justiça Federal e lá tenha chances de obter uma nova decisão." Ref. 2015-09-03.

[512] Numa assembleia de 10 de dezembro, algumas falas acusaram a justiça de se aproveitar da desmobilização causada pelo período de férias e pelas festas de final de ano.

sumário, em favor da reintegração de posse, conforme relatado pelas lideranças que estiveram presentes.

Não fica claro porque novas reintegrações não foram marcadas depois de julgado o processo. As eleições de 2018 foram apontadas pelas lideranças da ocupação como uma razão para a ausência de tentativas de reintegração no mesmo ano, mas em anos subsequentes tampouco ocorreram novas investidas. É possível que o adensamento construtivo e populacional alcançado nos últimos anos pela ocupação tenha servido como desincentivo à reintegração, pelo custo que a Ideal teria com as demolições e a realocação dos moradores. De qualquer forma, a ausência de novidades na esfera jurídica não acarreta um sentimento de segurança na posse do terreno, e as lideranças continuaram com os já citados pedidos de desapropriação junto a representantes do executivo, nas esferas municipal e federal.

Os últimos desdobramentos destas reivindicações ocorreram em maio de 2022, começando no dia 11, com a visita do prefeito Ricardo Nunes ao Pronto Socorro Vila Maria Baixa e à UBS Parque Novo Mundo, para a assinatura de contratos de reforma predial. Um grupo de lideranças da ocupação portou cartazes no decorrer do encontro e insistiu em se aproximar do prefeito, conseguindo trocar algumas palavras com ele no final do evento. Dois dias depois, uma delegação chefiada pelo Secretário Municipal de Habitação, João Farias, realizou uma visita à ocupação. Ollitta guiou o passeio, chamando atenção para o número de famílias, para as consequências trágicas de uma reintegração de posse e para a disposição de resistência de moradores, que seriam apoiados por toda a região. No final do encontro, e depois de consultar o prefeito por celular, João Farias anunciou, sumariamente, que o terreno seria desapropriado. A decisão foi publicada oficialmente, noticiada nos meios de comunicação e comemorada com entusiasmo pelo Movimento. Resta viabilizar a desapropriação e solicitar a anulação do processo judicial, o que depende de uma série de procedimentos e interlocuções, sem data certa para conclusão.

Fig. 9.g - Comemoração da decisão de desapropriação durante a visita do Secretário Municipal de Habitação João Farias e delegação, em 13 de maio de 2022. Data: 13 de maio de 2022. Autoria: Assessoria de Imprensa da Prefeitura.

Em suma, os pedidos de transferência do processo para a Justiça Federal e as denúncias de irregularidades e dívidas da Ideal Empreendimentos, principais linhas argumentativas sustentadas nas arenas judicial e política, não bastaram para mudar o resultado do julgamento. Os esforços de resistência mais bem sucedidos foram os pedidos de protelação das reintegrações, na maior parte das vezes justificados pela necessidade de evitar a violência policial e planejar adequadamente a realocação dos moradores. Comparadas às tentativas de desapropriação do terreno, tais ações são limitadas ou moderadas em termos de resultado, embora tenham sido capazes de adiar a reintegração por vários anos. Elas apontam para uma modalidade específica de resistência, como uma arte de ter paciência e perseverar.[513]

Retomo a análise das formas de atuação do Movimento no âmbito do espaço urbano, começando pelo modo com que moradores e lideranças enxergavam a polícia e lidavam com sua presença. Conflitos e negociações com a polícia vão muito além dos que ocorreram nas manifestações e protestos citados anteriormente. A polícia intensificou sua

[513] Isto combina, por exemplo, com recomendações que Ollitta realizou aos moradores numa assembleia de 17 de janeiro de 2018, frisando a necessidade de "ter calma" e de "dar um passo atrás do outro", num momento em que a decisão em favor da reintegração estava prestes a ocorrer na segunda instância, como mostro mais adiante. A propósito, Arjun Appadurai (op. cit.) aponta para a existência de uma política da espera ou da paciência como forma de oposição a ameaças de catástrofe. Ele propõe uma distinção entre "esperar por" e "esperar para", associando esta última atitude a uma modalidade de resistência que não se confunde com a passividade. O estudo de Rita Cachado (2012) sobre uma ocupação de famílias indianas na Quinta da Vitória, em Lisboa, se refere a uma atitude de resignação aparente, como forma de estratégia e como prática de "não fazer barulho", rapidamente convertida em ato de confrontação quando as remoções ameaçaram ocorrer.

atuação no terreno em vésperas de datas marcadas para reintegrações de posse. As justificativas oficiais alegavam necessidade de planejar a remoção dos moradores, mas as atitudes dos policiais extrapolavam claramente estes objetivos, visando amedrontar, insultar e mesmo agredir as pessoas. A denúncia mais grave ocorreu em fevereiro de 2015, na época da quinta ameaça de reintegração. O Movimento entregou uma carta ao Secretário de Segurança Pública do Estado que vale a pena ser reproduzida, para mostrar até onde chegam os atos de violência da polícia e o modo como são descritos e interpretados pelo Movimento.

Carta pública ao secretário de segurança pública de São Paulo Dr. Alexandre de Moraes
Pelo fim das violências e ilegalidades cometidas pelas tropas militares contra o povo de Vila Maria
Senhor Secretário Dr. Alexandre de Moraes.
Cópia para: Chefia Gabinete Civil do Governador Geraldo Alckmin – Palácio dos Bandeirantes; Secretário Municipal de Direitos Humanos, Eduardo Suplicy; Comissão Estadual de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo; Secretaria –Geral da Presidência da República; Presidência da Câmara Municipal de São Paulo.
Dirigimos-nos ao Senhor para relatar os últimos acontecimentos ocorridos no bairro Parque Novo Mundo em Vila Maria onde residem centenas de famílias na Ocupação Douglas Rodrigues numa área de 50 mil metros quadrados, objeto de negociações com diversos órgãos de governo das três esferas (Ministério das Cidades, CDHU e Prefeitura) para a instalação de um Conjunto Habitacional no programa Minha Casa Minha Vida - Entidades.
Desde o mês de janeiro homens da Policia Militar, de forma reiterada e sistemática, têm adentrado nas ruas e vielas da Ocupação cometendo um sem número de violências e ilegalidades. Nesta semana, sem nenhuma comunicação formal, homens e oficiais da Policia Militar entraram na área e filmaram as instalações das moradias, gravaram em vídeo algumas das ruas e casas. Perguntados sobre de que se tratava disseram que era "rotina". Qual o objetivo desse tipo de procedimento? Existe um Mandado Judicial que ampare essa operação?
Desde muitos dias militares da PM com suas viaturas se postam na frente de uma das entradas da Ocupação e, armas engatilhadas (fuzis), apontam para moradores e crianças que entram e saem do local. Com que objetivo agem esses militares?
Na tarde de ontem, 12 de fevereiro, dezenas de homens com diversas viaturas, numa operação de controle militar de território, cercaram a área e suas entradas. Militares munidos de alicate industrial arrombaram casas indiscriminadamente. Dezenas de moradores eram forçados contra a parede para sofrer revistas. Um operário da construção civil, casado e pai de três filhos, numa dessas abordagens foi eletrocutado por um militar com uma arma manual de choque. Um jovem de 18 anos teve suas vestes íntimas cortadas por outro militar com faca na frente de moradores, mulheres e crianças. Dezenas de soldados e oficiais participaram dessa operação dentro das ruas e vielas da Ocupação. Os moradores, civis desarmados, foram

> submetidos mais uma vez a uma situação de humilhação e extrema violência e tortura. Crianças são obrigadas a ver seus pais tratados como inimigos numa guerra, como se esses militares fossem parte de um exército invasor. Mulheres dirigentes do Movimento foram insultadas com palavras de baixo calão pelos militares. Esses soldados, sargentos e oficiais, estavam todos sem sua obrigatória identificação nas fardas. Quando perguntados pelos dirigentes do Movimento quem era o Comandante diziam que não deviam satisfações. Os moradores anotaram alguns prefixos de algumas das viaturas utilizadas nessa vergonhosa e covarde ação contra o povo do bairro que paga seus salários através dos impostos: viaturas de Força Tática 0516, 05036, 05035, 05031, 050113. A Vereadora Juliana Cardoso, acionada pelos moradores, tentou falar por telefone com algum oficial do 5º. Batalhão responsável pela área e não teve retorno. Ligou ainda para vosso Gabinete. Mesmo assim na madrugada de hoje, 3 horas da manhã, novamente os militares voltaram a carga na Ocupação. Perguntamos então: com qual Mandado Judicial se violou lares de trabalhadores? Com que direitos esses militares agem dessa forma? Quem era o Comandante dessa "operação"? Com certeza o 5º. Batalhão tem conhecimento sobre os fatos e deve se pronunciar.
> Evidentemente que não se trata de uma operação de polícia que procura criminosos. A polícia deveria agir com inteligência se procura algo ou um criminoso. Com certeza esses militares realizaram essa operação com o objetivo político de intimidar a luta dos trabalhadores por moradia digna. Toda essa violência contra o povo pobre do bairro, que fica a menos de 2km da sede de vosso Gabinete, tem o objetivo de instalar o terror, fazer com que os que lutam recuem, que deixem de lutar por seus legítimos direitos. Perguntamos então: a serviço de quem, com ordem de quem, essa operação foi realizada? Que empresa ou instituição está no comando dos militares que cometem esses delitos?
> O que ocorreria em nosso Estado, na imprensa, se uma operação dessas fosse efetuada no Jardim Europa? Imaginamos militares arrombando portões de casas na Rua Hungria, na Rua Nicaragua, na Rua Costa Rica sem mandato judicial. Imaginamos militares revistando e agredindo verbalmente passantes na Rua Oscar Freire. Imaginamos uma invasão militar dessa que ocorreu em Vila Maria num bairro residencial dos Jardins. Senhor Secretário, nos perdoe por nossa indignação. Mas queremos deixar claro aqui por este documento que nosso Movimento não vai recuar! Todos conhecem nosso Movimento na região inclusive os seus comandados. Em mais de 2 anos de luta nunca quebramos uma lâmpada. Não vamos aceitar provocações. Vamos manter firme e de pé nossa luta. Exigimos a apuração e punição de todos os implicados, comandantes e comandados. Esperamos, confiantes, suas urgentes providências.
> São Paulo, 13 de Fevereiro de 2015.

Como se vê, a carta associa os atos de repressão e violência a tentativas de "instalar o terror" e "intimidar a luta dos trabalhadores por moradia digna". Pela percepção das lideranças, a repercussão da carta não eliminou, mas diminuiu o grau de hostilidade das operações policiais seguintes. No entanto, isto não significa uma diminuição das apreensões de moradores e da imagem negativa associada à Polícia Militar. A memória das

ameaças e atos de violência remonta às primeiras semanas de vida da ocupação[514] e continuou sendo alimentada por episódios posteriores, nem todos relacionados a reintegrações de posse.[515]

Outra denúncia de ação policial, neste caso relacionada à sexta tentativa de reintegração de posse, aponta para um conluio com a Ideal Empreendimentos. Em mais uma carta endereçada ao Secretário de Segurança Pública do Estado,[516] o Movimento denuncia que, em 15 de agosto de 2015, o Oficial de Justiça, responsável por entregar a comunicação judicial de reintegração, veio acompanhado de policiais e de uma advogada da Ideal. A partir de então, policiais começaram a realizar diversas incursões, dizendo às pessoas que não havia mais "recurso" na esfera jurídica e que as pessoas teriam que sair do terreno. Distribuíram entre os moradores um "Comunicado à Comunidade Local", apócrifo, pedindo às famílias que se retirassem da área antes da reintegração, naquele momento marcada para 9 de setembro do mesmo ano. Conforme acusa a carta do Movimento, no verso de algumas cópias deste comunicado havia um carimbo com o nome de uma das advogadas da Ideal, Dra. Cintia Stelutto. A polícia teria distribuído também outro comunicado na vizinhança, pedindo às pessoas que retirassem veículos das ruas, para evitar danos causados por "coquetéis molotov, pedras e outros objetos vindos por parte dos invasores descontentes com a ordem judicial". Reproduzindo este trecho do comunicado, a carta do Movimento acusava a polícia de "disseminar um clima de apreensão na região". Mais uma vez fazem-se acusações da presença de policiais sem identificação na lapela, "portando armas de grosso calibre como metralhadoras e fuzis calibre 12. Circulam entre crianças, jovens e adultos com pistolas na mão, fora do coldre.

---

[514] Já nas primeiras reintegrações de posse, a Polícia Militar, e mesmo a Rota, ameaçavam moradores, ordenando-lhes que saíssem do terreno antes das ações de remoção. Outra denúncia de violência policial, ocorrida em junho de 2016, pode ser consultada na ref. 2014-06-26.

[515] Por exemplo, em janeiro de 2018 circularam relatos na ocupação sobre o assassinato de um menino pela polícia na Rua Paz e Vida. O rapaz não era da ocupação, mas fugiu para dentro dela depois de ser identificado com um veículo roubado, na rua Manguari. Policiais entraram na ocupação atirando, alvejaram o rapaz no pé e, vendo-o caído, pedindo clemência, o mataram com vários tiros, a queima roupa. De acordo com as testemunhas, o crime foi encoberto: não havia manchas de sangue no dia seguinte, e o carro roubado foi incendiado e guinchado. Esta não foi a única perseguição que ocorreu no espaço interno da ocupação, mas suscitou a tentativa de implementar portões e controles de acesso. No entanto, a polícia ordenou a remoção dos portões, sob a justificativa de que dificultavam ações de fiscalização.

[516] Ref. 2015-09-02.

Agem no meio dos moradores como se estivessem numa operação de guerra, de ocupação de território. Como se a PM fosse composta de pelotões de exército. Sem contar os xingamentos, a forma grosseira e chula como muitos se dirigem a mulheres e homens."[517]

A força policial também se fazia presente no imaginário dos moradores e lideranças, que suspeitavam por vezes de soldados à paisana em assembleias e ruas da ocupação. Eu mesmo fui confundido com um policial disfarçado na primeira assembleia da qual participei; quando as lideranças já estavam confortáveis com minha presença, fui carinhosamente chamado de "nosso policial". "A gente rastreia todo mundo que põe o pé aqui", disse a mim Ollitta, em nosso primeiro encontro. "Chega alguém e eu já fico mirando", porque, conforme contou, tinha quarenta anos de experiência como militante. A atitude remonta claramente às experiências dele nas repressões vividas no período militar. Um relato de Kazu reforça o caráter de longo prazo desta caracterização da força policial: certa vez ele revelou suspeitas da existência de policiais infiltrados, morando na ocupação. Desde o período militar, explicou Kazu, tais policiais são chamados de "P2", pertencendo à Inteligência da Corporação, eventualmente trabalhando em associação com os "gansos", que, ainda de acordo com ele, são moradores "dedos-duros", também presentes na ocupação. "Isso sempre foi assim", disse a mim Kazu, construindo claramente uma continuidade entre o presente e o passado. Tais falas podem ser vistas como mais um exemplo da existência de uma temporalidade do presente espesso, característica da forma de vida ocupação.

Gostaria de ressaltar, com base nas denúncias e críticas realizadas pelos moradores, que a polícia não se apresenta meramente como um braço executor das decisões do judiciário, já que frequentemente extrapola as instruções que recebe. As doses de agressividade, intempestividade e arbitrariedade vindas da esfera judicial não se confundem inteiramente com as produzidas nos confrontos físicos com policiais. Elas se sobrepõem umas às outras, e representam ameaças de tipos diversos. Meus interlocutores não pressupõem a existência de uma integração ou via de mão de dupla na comunicação entre judiciário e polícia. As instruções partem necessariamente da arena jurídica e repercutem de modo incerto e perigoso no âmbito do espaço urbano, sem passar pela esfera da política, nem adquirir visibilidade pública, a não ser por meio de manifestações do Movimento.

As ações de resistência nas arenas jurídica e política dependem do protagonismo de poucas lideranças, em contraste com o que ocorre no âmbito do espaço urbano. Neste caso, podemos falar de uma série de táticas e astúcias, disseminadas entre os moradores da ocupação, empregadas em interações com policiais e em diversas outras situações.

---

[517] Numa reportagem da TVT, moradores dão mais detalhes sobre ações intimidatórias da polícia, entre outras informações (refs. 2015-09-03 e 2015-09-03).

Exemplos do tipo ocorrem sempre que negociações verbais, corpos, espaços e construções estão envolvidos, como nos já citados episódios de ocupação da Funerária, nas abordagens improvisadas de autoridades públicas ou nos vários protestos e passeatas que ocorreram ao longo dos anos.

Existem ainda as histórias menos extraordinárias e disseminadas no dia a dia, como o confronto entre Jacinta e policiais que entraram em sua casa, em agosto de 2018. "Porque vocês estão entrando sem alegar o motivo?", perguntou ela diversas vezes. O oficial responsável pela ação respondeu que ela não conhecia a lei, e que aquele lugar não era a casa dela, mas parte de uma "invasão". Irritada, ela respondeu que conhecia os seus "direitos", que era "trabalhadora" e "mãe de três filhos", e que estava ali por não ter condições de estar em outro lugar. Jacinta frisou a importância de fixar "olhos nos olhos" do policial, enfrentando-o "de igual para igual". Ela disse acreditar que não foi presa ou agredida porque diversas pessoas acompanhavam a interação na porta de sua casa. Os policiais disseram ter certeza de que ela escondia alguma coisa, reviraram móveis e roupas, e depois foram embora sem encontrar nada.

Nas ações de resistência, modalidades de mobilização dos próprios corpos incluem a disposição de Bruna de colocar seu filho, cadeirante, na linha de frente dos confrontos com a polícia, para inibir as agressões físicas e o lançamento de bombas. Seu filho engrossou as primeiras fileiras de manifestantes em protestos anteriores, junto com os de outras moradoras e mulheres grávidas. Diversas falas frisaram a disposição das pessoas para a resistência física perante a violência policial. Gabriel, por exemplo, afirmou num sussurro que, se ocorresse uma reintegração, "ia ter morte", já que muitos "investiram muito dinheiro" em suas casas (vemos novamente a relação entre a consolidação das moradias e a confiança na permanência). Para uma professora da EMEF Paulo Carneiro, a resistência virá também do entorno, ou seja, mobilizará os amigos, parentes e professores das crianças da ocupação: "imagina, vai ser uma guerra. Todo mundo vai para lá ajudar".[518]

---

[518] Havia, contudo, moradores que não acreditavam que a reintegração ocorreria de modo rápido ou violento, entre eles um estudante de direito, que afirmou que primeiro viriam assistentes sociais para realizar o cadastramento dos moradores. Outras pessoas consideraram que a Ideal Empreendimentos era obrigada, por lei, a providenciar caminhões de mudança para todos, e que isso não ocorreria de imediato. Ao ouvir esta última hipótese, Ollitta respondeu que o requisito certamente seria burlado por "esquemas": em conluio com a polícia, a Ideal poderia se comprometer a contratar dois mil caminhões de mudança, trazendo apenas trinta no dia da reintegração. A observação mostra que as lideranças conhecem tais artimanhas, não se iludem com garantias legais implícitas nas ações do poder público e atribuem grande importância aos atos de resistência física necessários à defesa da ocupação.

A centralidade atribuída pelos moradores a negociações face-a-face aparece, ainda, na imaginação de acordos possíveis com os proprietários do terreno. Josué, por exemplo, acreditava que os proprietários poderiam "colar aqui na moral", "trocar ideia" e vender o terreno para o conjunto dos moradores, o que se traduziria em prestações baixas e viáveis para todos. Nas palavras de um casal que propôs um raciocínio semelhante, "não ficaria pesado para ninguém". Os donos do terreno estavam, assim, "vacilando": poderiam "ganhar muito dinheiro" e ainda "ajudar muita gente". Vemos que os conflitos são por vezes traduzidos em termos do repertório de ações e possibilidades frequentes no cotidiano de meus interlocutores, assemelhando-se, mais especificamente, a negociações de venda e aluguel de casas no interior das favelas.

Um último exemplo da relevância atribuída por meus interlocutores às interações face a face e à palavra falada envolveu um diálogo entre Nilda e Haddad. De acordo com minha interlocutora, o episódio ocorreu quando negociava a permanência no terreno, provavelmente em 2013, na época da primeira ou segunda reintegração de posse. O prefeito propôs acolher a famílias da ocupação em albergues, e Nilda respondeu:

> "'Tudo bem, eu levo todo mundo para o albergue, garanto, dou a minha palavra que vou levar, só que com uma condição'. Aí ele: 'Qual?' 'Que você fique lá com a gente 15 dias, você e sua família. Aí a gente vai, todo mundo. Porque é muito fácil você dar um prato de comida, uma noite de dormida e, seis horas da manhã, rua, acabou o sonho, você vira maloqueiro do mesmo jeito.' Aí ele olhou para a minha cara assim… e eu disse: 'Ué, com essas condições, é pegar ou largar. Nós vamos todo mundo, mas você fica lá com a gente, com a sua família.' Porque, poxa, pegar um monte de crianças, pais de famílias, trabalhador, e ir para um albergue dormir com seus filhos?"

As interações interpessoais no âmbito da vizinhança (como parte do repertório de ações que associei à arena do espaço urbano) parecem fornecer repertórios de ação empregados em conflitos nas arenas política e jurídica. Afirmações de lideranças ao final de uma audiência, discussões com policiais, negociações com políticos configuram formas de usar a palavra falada, com potencial de questionar intermediários e mediações dos mais diversos tipos, como protocolos, procedimentos, hierarquias e assim por diante. Também, as ocupações, protestos, passeatas e abordagens corpo a corpo, envolvendo autoridades públicas, representam ações no espaço urbano que ganham visibilidade na arena política e, assim, afetam direta ou indiretamente a disputa judicial. Podemos dizer, portanto, que, aos olhos de meus interlocutores, o espaço urbano não é apenas um *locus* de resistência, mas

também um patamar para a realização de ações que afetam as outras arenas de disputa.[519] Parece claro que as ações do Movimento descrevem trajetórias por assim dizer mais longas e complexas, quando comparadas às forças de repressão, que, como mostrei, começavam na arena jurídica e rumavam diretamente para o fulcro dos embates, ou seja, para as operações policiais no terreno.

A estratégia do Movimento contraria o relativo isolamento entre as ações da polícia e do judiciário, e mesmo entre estas e as empreendidas no plano da política governamental. Isto porque os representantes políticos, membros dos poderes executivo e legislativo, mesmo filiados ao Partido dos Trabalhadores, precisam ser convencidos ou de alguma forma induzidos a apoiar as causas da ocupação. O alistamento dos políticos depende, em grande medida, da capacidade de pressão e articulação das lideranças da ocupação. Os políticos comportam-se mais como forças reativas do que ativas, ou seja, não estão pautados por políticas públicas habitacionais ou diretrizes de governo estabelecidas, quando agem em favor das ocupações.[520] Diria, assim, que nenhuma instância pública envolvida nas disputas pelo terreno foi vista como diligente, responsiva, ou pautada por critérios claros ou predeterminados de ação. Pelo contrário, representantes dos poderes judiciário, executivo e legislativo, incluindo-se aí as forças policiais, aparecem, cada um à sua maneira, como operadores de forças reativas, pouco integradas e incertas, que podem favorecer ou ao menos deixar de prejudicar a ocupação ao custo de muito esforço e insistência. Cabe ao Movimento, portanto, empreender esforços combinados ou coordenados entre as arenas, combatendo o insulamento dos agentes, obrigando-os a se comunicarem e prestarem contas de suas atitudes uns para os outros. O entrelaçamento assim alcançado das arenas produz uma redução da marcha das ações dos envolvidos e impede que procedam unicamente de acordo com suas preferências, muitas vezes escusas e controversas.

A colocação dos agentes frente a frente evoca os constrangimentos derivados da proximidade espacial. Mais do que isso, o quadro permite dizer que a luta política do Movimento se insere num contexto marcado por propriedades semelhantes às da terra de ninguém, onde não se pode contar com órgãos públicos, leis e programas estabelecidos de governo, condicionando a conquista de direitos sociais e melhorias urbanas à

---

[519] Não se pode esquecer, é claro, de outras iniciativas cruciais do processo, como o trabalho dos advogados de defesa na esfera jurídica e as negociações protagonizadas por Ollitta, que começavam no plano da política e, no mais das vezes, tentavam afetar também o processo judicial.

[520] Como costuma ser dito entre urbanistas e técnicos envolvidos com políticas habitacionais de governo, as ocupações "furam a fila dos atendimentos", ou seja, exercem um tipo de pressão que exige prioridade em relação a demandas que chegam por vias protocolares e oficiais.

discricionariedade e arbitrariedade tanto das ações de reivindicação quanto das respostas as estas reivindicações.

Talvez seja possível dizer que, ao conectar e fazer interagir agentes nas arenas da política, da justiça e do espaço urbano, o Movimento amplifica e difunde pelo interior da máquina pública um certo estilo de fazer política, que desafia a morosidade do atendimento à população, os protocolos e procedimentos da organização estatal, bem como os critérios, inclinações e preferências de técnicos e representantes de governo. Neste sentido, o Movimento cobra mudanças não apenas no atendimento, mas também nas formas e estilos de interlocução e negociação política. Este seria mais um modo de reconhecer que a forma de vida ocupação não se limita ao território abordado por esta pesquisa. Diria, para concluir, que a ideia de ocupar como forma de vida envolve determinadas modalidades de luta e um modo de agir e compreender a política que, para os que conhecem este mundo e para os que são instados a conhecê-lo, convida à construção de um olhar distinto sobre a cidade e o Estado.[521]

[521] Para Stengers, a única forma de responder à intrusão de Gaia e de fazer política "no tempo das catástrofes" é o aprendizado sobre como colocar suas próprias questões, ao invés de se submeter às que são feitas em outra parte (o que envolve o gosto e a confiança no pensamento). Não um pensamento desencarnado e deliberado, mas aquele suscitado por situações concretas e capazes de construir uma "causa comum" — causa também imperfeita e em constante revisão, resultante talvez dos esforços de criação de "mundos bons o bastante", de acordo com a já citada expressão de Ana Tsing (op. cit., p. 255). Assim surgida, a ação política é um ato transgressor, mesmo do ponto de vista das parcelas da esquerda que visam transformações por meio do exercício do poder do Estado.

Considerações finais

Passemos a uma síntese e balanço das principais ideias da tese. Neste momento em que me encontro mais distante do campo e dos materiais etnográficos, a ideia de ocupar como forma de vida adquire coerência e sistematicidade que reforçam sua rentabilidade como criação cultural da análise; constructo que se opõe a qualquer tentativa ou ambição de retratar ou de representar fielmente o que foi observado em campo, como afirmei na introdução.

Estreitamente ligada à construção anterior, encontra-se a ideia de terra de ninguém. Ela se refere, como procurei mostrar, a espaços considerados disponíveis para serem apropriados ou ocupados, à revelia de leis, diretrizes ou critérios de justiça previamente consensuados ou estabelecidos por autoridades públicas ou coletivas. As ocupações e transformações desses espaços beneficiam aqueles que os ocupam ou os utilizam, trazendo consigo concepções de direito, aspirações de legitimidade, além de modos de exercício do poder. Assim, espaços vistos como "de ninguém" tendem a se converter em "de alguém" ou "de alguns", o que, quase sempre, leva a tensões e conflitos com os que estão à volta. Os fatores decisivos dos embates localizam-se no plano imediato das ações, nas relações de proximidade espacial que as pessoas estabelecem entre si, com as coisas e construções (não se confundindo com o papel coadjuvante dos poderes transcendentes de autoridades públicas, organizações coletivas, leis e diretrizes de ocupação, estabelecidas antes, ou fora, do âmbito das práticas).

A análise da terra de ninguém levou a uma série de constatações, que acredito serem importantes para as literaturas sobre favelas, ocupações, movimentos sociais e cidades. Em primeiro lugar, a terra de ninguém ajuda a compreender as apropriações de terras públicas na Vila Maria, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980. À medida que grileiros, empresas e moradores pobres iam se estabelecendo, os conflitos se acirraram em áreas com situação de posse controversa e em torno das zonas de fronteira entre as favelas e os terrenos reclamados por particulares, como mostrei no capítulo 1. Muito tempo depois da estabilização da configuração fundiária, na década de 2010, movimentos sociais questionaram o caráter privado de alguns terrenos, ocupando-os e fazendo prevalecer o direito à moradia sobre o da propriedade privada, de acordo com o que vimos no capítulo 7. Nos embates do passado e presente, os conflitos ocorrem sobretudo no plano de imanência das práticas, envolvendo construções, corpos e palavras, de múltiplas maneiras:

os contendentes permanecem nos locais de disputa para assegurar a posse e confrontar ameaças; erigem ou derrubam muros, aterros, barracos e outras construções para reforçar seu domínio e prevalecer sobre outros; negociam acordos e compromissos sobretudo em interações face a face e não tanto através de contratos, disputas judiciais e outras modalidades de intervenção externa.

A terra de ninguém ajuda a compreender também as dinâmicas de expansão dos assentamentos precários. No capítulo 1, vimos que as moradias começam ao redor de "alojamentos provisórios" (implantados pela prefeitura nos anos 1970) ou a partir de um barraco pioneiro (representado pela imagem da "primeira estaca"), iniciando a conversão de espaços públicos e privados em terra de ninguém, disponível para a apropriação. Seguindo as dinâmicas do *crescimento incremental*, as construções vão surgindo em ritmo acelerado, umas ao lado das outras, disseminando-se homogeneamente pelos espaços disponíveis, pouco alterando o padrão das ocupações neste processo (uma vez que não obedecem a instâncias de planejamento ou controle exteriores à atividade construtiva propriamente dita). A ideia de que "um barraco atrai outro", tratada principalmente no capítulo 7, mostra a importância das materialidades, o poder de agência de coisas e construções independente das ações humanas, sem que as motivações dos sujeitos deixem de estar presentes: a afirmação "não se pode negar moradia para ninguém", ou os ganhos de confiança proporcionais à quantidade de moradias construídas, indicam dinâmicas de cooperação ou convergência que contribuem para a aceleração das ocupações; também contribuem para esta aceleração as dinâmicas de caráter mais competitivo ou conflituoso, fundadas no pressuposto de que os espaços são apropriados pelos que chegam primeiro.

A noção de terra de ninguém foi empregada, em terceiro lugar, para a compreensão das interações cotidianas dos moradores em assentamentos precários, que, acredito, podem inspirar análises de outros contextos da cidade. Nos lugares de uso comum, a falta de regras e consensos na vizinhança acarreta uma série de tensões, negociações e disputas envolvendo, por exemplo, fluxos de veículos e pedestres, pessoas e coisas presentes em caráter mais permanente, como carros estacionados, focos de acúmulo de lixo e entulho, acessos a moradias, além de eventos como bailes-funk, entre outras fontes de geração de barulho, sujeira e incômodos. Os conflitos se agravam na medida em que os espaços vão se tornando escassos e congestionados, por conta do surgimento de novas moradias ou da expansão das existentes, bem como pela verticalização construtiva e o consequente aumento da densidade populacional. Estas análises compreenderam boa parte dos capítulos 4 e 7, dizendo respeito tanto às favelas consolidadas quanto às novas ocupações.

As dinâmicas do crescimento incremental também estão presentes nos espaços coletivos: um único veículo, ou a ampliação de uma só moradia, podem autorizar ocupações semelhantes nas proximidades; nas vias congestionadas, uma ocupação pontual pode prejudicar toda a circulação, tornando supérflua a manutenção do caráter desimpedido dos espaços adjacentes e incentivando novas apropriações; focos de lixo e

carros estacionados são exemplos de ocupações que tendem a proliferar, eventualmente estabelecendo zonas de fricção duradouras com outras práticas e apropriações de espaço. As consequências desproporcionais dessas ocupações não ocorrem apenas nos espaços, mas também nos discursos sobre a vida social local: as conversas passam a se dedicar, com frequência, aos problemas, conflitos e tentativas de solucioná-los.

No entanto, vimos uma série de iniciativas que buscam favorecer a maioria, mesmo que não constituam articulações políticas amplas ou estáveis. Seja como for, as disputas e negociações que ocorrem na terra de ninguém estimulam determinadas habilidades ou capacidades de interação, amplamente disseminadas entre os moradores. Assim, associei a terra de ninguém a um leque de atitudes ou competências vigorosas e extremas (diferentes de disposições moderadas, casuais ou despreocupadas, comuns em contextos regulados por autoridades públicas ou coletivas).

Localizei, em primeiro lugar, a capacidade das pessoas de se resignarem e suportarem incômodos consideráveis. Por não oferecer oposição à perpetuação de impasses e tensões, tal capacidade é interpretada pelos moradores, por vezes, como sinal de apatia ou conformismo, embora envolva sempre um esforço sistemático de tolerância e autocontenção. O segundo tipo de atitude observada tira partido da susceptibilidade da terra de ninguém, transformando-a ou ocupando-a para inibir atividades e ocupações de outros, evitando os debates ou confrontos diretos: um foco de acúmulo de lixo, por exemplo, pode ser inibido com a construção de um jardim no mesmo local. Em terceiro lugar estão as reações enérgicas, ameaças e confrontos físicos propriamente ditos. Por aí se constitui o poder de certos grupos inclinados ao emprego da violência, como os justiceiros do passado e o PCC dos dias atuais. No entanto, moradores também entram em conflitos de cunho mais agressivo quando não temem represálias e, sobretudo, quando é necessário combater comportamentos indesejados em ato, para que não se legitimem e se tornem recorrentes: é o caso, por exemplo, das repressões a músicas tocadas em alto volume. A última modalidade desse amplo leque de atitudes envolve negociações face a face, travadas com cautela e diplomacia. Com frequência, as pessoas insistem na importância de "saber chegar", "ser amigo de todo mundo", "não bater de frente", "ter cuidado com as palavras" para não "arrumar confusão" e assim por diante.

Este "cuidado com a palavra", presente nas interações cotidianas na terra de ninguém, é decisivo para as articulações políticas propriamente ditas. O estabelecimento de laços de confiança e credibilidade, a capacidade de cumprir combinados e de construir boas reputações, são questões vitais para lideranças e pessoas envolvidas em movimentos sociais e associações de moradores. Isto porque os compromissos firmados em interações face a face representam uma primeira forma de transcendência, muitas vezes a única disponível, para firmar padrões de conduta, planejar ações coletivas e estabelecer previsibilidades. Vale frisar, assim, que o solo fértil da terra de ninguém produz mobilizações dotadas de uma dinâmica específica, estabelecida entre dois vetores, opostos

e interdependentes: de um lado, a produção predominante de incertezas, de outro os esforços sistemáticos para o estabelecimento de certezas parciais.[522]

Longe de meios termos, compensações ou estados de equilíbrio, estes dois vetores estabelecem constantes tensões, fricções e vacilações, incluindo divergências quanto a diagnósticos e linhas de ação a adotar. O ponto apareceu pela primeira vez no capítulo 1, quando tratei da atuação duvidosa e ambivalente dos justiceiros nos anos 1980, bem como das polêmicas entre seus críticos e apoiadores. Além deste exemplo, podemos identificar tensões entre certezas e incertezas nas articulações políticas de modo geral, a começar nos processos mais difusos, que inclinam (ou não) a massa dos moradores em direção à ajuda mútua e ao engajamento nos assuntos da coletividade: mesmo no passado, quando muitos se conheciam e se uniam por enfrentarem condições semelhantes de pobreza, havia uma série de dissidências e conflitos no âmbito da vizinhança; nas favelas consolidadas dos dias atuais, a heterogeneidade social e as relações anônimas causam o predomínio da desunião e das incertezas, mas há laços de amizade e parentesco que continuam sendo cultivados; no cenário complexo das novas ocupações, a pobreza retorna como condição compartilhada, suscitando colaborações e relações de confiança mútua, mas muitos não se conhecem e as lideranças são obrigadas a estabelecer aproximações diferenciais com a massa dos moradores, fazendo surgir uma série de clivagens e tensões.

Nesse ambiente de apoios parciais e instáveis, despontam o que considerei como modos consolidados de ação política, na forma de espaços comunitários, associações de moradores, movimentos de moradia e, acima de tudo, lideranças. A concentração de poder nessas figuras-chave se explica, em síntese, por dois fatores: o ambiente de incertezas, em primeiro lugar, faz com que as pessoas valorizem uma "mão forte" ou um "pulso firme" em quem confiar; além disso, a precariedade e a pobreza fazem com que poucos disponham de tempo, dinheiro e apoios de amigos e familiares para se dedicarem à coletividade, sendo também limitados os conhecimentos, espaços, equipamentos e recursos necessários para estabelecer e manter estruturas organizacionais, com suas normas, cargos, registros e controles. Neste contexto, as lideranças não atuam como representantes da coletividade, mas como artífices centrais de sua criação, o que nem sempre leva a relações amistosas com o restante dos moradores. A capacidade de

---

[522] A ideia de incertezas e certezas como dinâmicas opostas parece presente nestas colocações de Teresa Caldeira: "A periferia é um lugar de incertezas. (...) 'O que está sendo ensaiado é a efemeridade e evanescência das coisas que os seres humanos podem adquirir e dos laços que podem tecer', conforme afirma Zygmunt Bauman. Não é de se admirar, então, que sejam grandes as preocupações em relação à traição, lealdade, aparência e mau-olhado, e que a confiança seja algo a ser cuidadosamente construído e difícil de obter." (CALDEIRA, 2011, p. 315-316)

mobilização comunitária depende, assim, mais da presença e valorização de lideranças do que do envolvimento amplo da coletividade.

Mostrei que as lideranças possuem grande margem de manobra para conduzir negociações com forças ou agentes externos, bem como para tomar decisões e agir no âmbito local. Propus a noção de *conduta contingencial* para analisar o modo como elas se movimentam habilmente por situações heterogêneas, inclusive empregando o leque de atitudes que associei à terra de ninguém: as lideranças podem agir energicamente, procurar "não bater de frente" ou, então, "aceitar algumas coisas de errado", guiando-se sempre por um cálculo complexo, ditado pelo contexto. Elas se valem, por vezes, de regras, acordos e combinados, e por outras tiram proveito da fragilidade destes mesmos acordos para abrir exceções. Contornam, assim, a rigidez de regras ou critérios gerais de conduta, ao mesmo tempo em que se sujeitam a críticas de tratamento não isonômico ou igualitário. No capítulo 8 mostrei que a conduta contingencial se torna proeminente nas ocupações da atualidade, quando a quantidade de moradores e a precariedade das condições de vida acarretam uma desproporção entre a capacidade de atuação das lideranças e os problemas para os quais são convocadas (a incapacidade de atendimento é parte das precariedades a serem enfrentadas, juntamente com a falta de moradia). Neste contexto, as lideranças são obrigadas a privilegiar as situações mais graves, e/ou aquelas que chegam ao seu conhecimento.

As lideranças procuram lidar com estas insuficiências e imperfeições na medida do possível, sem esperarem pela adoção de padrões ou modelos de conduta ótimos ou ideais. Elas não condicionam sua atuação a metas ou objetivos distantes no tempo e, assim como os moradores de modo geral, não raciocinam unicamente com base numa concepção de tempo linear ou sucessivo. Em vários pontos das análises, salientei que o sentido de muitas das ações das pessoas se inscreve na temporalidade de um presente espesso, onde as dificuldades são enfrentadas na medida do possível, e conforme aparecem. Em contraste com a sucessão de passado, presente e futuro, a matriz de funcionamento desta temporalidade são justamente os ciclos e recorrências, as oscilações e fricções entre incerteza e previsibilidade, ambivalência e aclaramento, confiança e desconfiança, mobilização e desmobilização, e assim por diante. A temporalidade do presente espesso também foi associada a um modo de cultivo das memórias, a uma forma de citar uma profusão de acontecimentos pouco encadeados, produzindo um grande "meio", minimizando os momentos iniciais e finais das narrativas históricas locais.

Quando meus interlocutores acionaram concepções de tempo linear e sequencial, suas avaliações tenderam a equalizar passado e presente, concluindo que "nada mudou" em relação à falta de moradia, à política e governos, ao judiciário e à polícia ou à atuação conservadora da igreja católica. O conjunto destes diagnósticos é notável, por sugerir um nivelamento de todo o período histórico da Nova República, aproximando as décadas de 1980 e 2010, ambas marcadas por graves crises políticas, econômicas, institucionais e

sociais. Acredito ter mostrado que a motivação de meus interlocutores para agir e se engajar em mobilizações políticas não reside tanto nestas avaliações pessimistas da situação histórica, nem em projeções de futuros melhores ou piores. Não é demais frisar que estamos diante de uma alteridade radical, que manifesta uma lucidez particular, capaz de encontrar estímulos, cultivar alegrias e persistir lutando mesmo em contextos marcados por pobreza, precariedade, violência, doença e morte.

Por fim, a tese buscou refletir sobre o que se pode considerar como conquistas obtidas com as articulações coletivas. Muitos moradores de fato obtiveram acesso à moradia, a infraestruturas e serviços urbanos, bem como passaram a usufruir de uma fonte passiva de renda, alugando espaços a terceiros. Além disso, citei uma série de "ganhos de processo", ou seja, conquistas que não se configuram como um fim em si mesmas, mostrando uma valorização das práticas de mobilização: o sentimento de segurança e confiança na permanência e na capacidade de resistência e luta; o orgulho e a autoestima, atrelados à obtenção de melhores condições de vida; o aprendizado da construção; habilidades de diálogo e negociação; a consciência crítica ampliada acerca de direitos e relações de dominação e exploração (presente mais exclusivamente na ocupação Douglas Rodrigues); finalmente, propus a ideia de conquistas circunstanciais, relacionadas à capacidade de sobreviver no presente, aproveitando oportunidades e recursos em meio às vicissitudes da vida cotidiana.

As conquistas de moradia e melhorias urbanas se inserem numa temporalidade linear e sucessiva, mas também podem ser consideradas como cíclicas e recorrentes, o que é outra forma de destacar a temporalidade do presente espesso. Para ilustrar o ponto, podemos lembrar do modo como os assentamentos precários vieram se estabelecendo no território da Vila Maria, descrevendo dois grandes ciclos, iniciados nas décadas de 1970/1980 e 2010. Os ciclos começam por iniciativa de pessoas enfrentando graves condições de pobreza e carência de moradia; em áreas consideradas disponíveis, as moradias são erigidas e se expandem rapidamente no sentido horizontal, seguindo um código moral defensor de uma distribuição igualitária dos espaços; em seguida, ao longo de vários anos, as construções crescem no sentido vertical, acompanhando o aumento populacional; a certa altura, os espaços excedentes passam a ser alugados e a configurar um mercado de moradia, impulsionado pela ausência de controles e regulações da terra de ninguém; enfrentando dificuldades em pagar os aluguéis, os mais pobres dão início a um novo ciclo de expansão horizontal pelo território.

A análise das conquistas levou também a uma elencagem das modalidades de ação empregadas em sua obtenção: observamos, em primeiro lugar, inúmeros exemplos em que as pessoas construíram moradias e infraestruturas "com as próprias mãos", sem contar com a ajuda do poder público, muitas vezes à sua revelia; na outra ponta, citei os casos de negociações e requisições por vias protocolares ou oficiais, mais complexas e demoradas na atualidade, por conta do aumento da complexidade e do nível de burocratização da

máquina pública, a exemplo das reivindicações pelo CEU Novo Mundo; outra possibilidade é "encontrar a pessoa certa", ou seja, travar contato pessoal com políticos, candidatos ou funcionários públicos para solicitar favores ou estabelecer relações de troca para agilizar, simplificar ou mesmo viabilizar o atendimento; por último, destaquei a capacidade de forçar a resposta do poder público, por meio das ocupações propriamente ditas. Muitas vezes estas modalidades foram acionadas em conjunto, outras vezes de modo isolado. As conquistas de grande porte foram mais bem sucedidas quando combinaram diferentes modalidades de ação: é o que vimos, especialmente, no processo de urbanização da Cidade Nova, nas lutas pela implementação da Casa de Cultura da Vila Guilherme, e nas ações de resistência da ocupação Douglas Rodrigues; em contraste, o CEU Novo Mundo, obtido exclusivamente por trâmites oficiais, levou quase dez anos para ser concluído, e o Grêmio Cultural, tendo se limitado à ocupação de um terreno público, foi desarticulado por ações na arena da política governamental.

Além de envolver diferentes modalidades de ação, a luta política da ocupação Douglas Rodrigues também levou à identificação de três arenas de disputa: a ocupação precisou se envolver na arena judicial para defender o direito de permanência no terreno, e para combater as tentativas arbitrárias de reintegração de posse; na arena da política governamental, uma rede ampla e heterogênea de aliados foi construída para lidar com o desinteresse e as dificuldades de obtenção de apoio de representantes do poder público, nas três esferas de governo; as ações violentas da polícia, entre outras ameaças presentes na arena do espaço urbano, suscitaram o acionamento de um repertório rico de táticas e astúcias, compartilhado por grande parte dos moradores. Além das ações especializadas, movidas por advogados ou políticos, houve aquelas que se deram numa arena visando incidir sobre as outras, com destaque para as organizadas no espaço urbano: abordagens estratégicas de pessoas, passeatas e protestos são exemplos de iniciativas que buscavam afetar as arenas da política e da Justiça. Entrelaçando as três arenas, a ocupação combateu o insulamento dos agentes públicos, a tendência de agirem de acordo com seus próprios critérios, de modo muitas vezes negligente e arbitrário. De certa forma, eles foram forçados a se comunicarem e a prestarem contas de suas ações, uns aos outros. Podemos dizer que estes embates evocam, uma última vez, a imagem da terra de ninguém, nesse caso habitada por instâncias governamentais dispersas, pouco sensíveis a leis e direitos, que são constrangidas a atender a ocupação, como se estivessem em interações face a face, no plano de imanência das práticas e em meio ao contexto de florescimento da forma de vida ocupação. Assim, a partir do olhar de meus interlocutores, é possível entrever uma forma radicalmente distinta de conceber a cidade e o Estado.

Fontes

Nome	Tipo	Origem	Comunidade
1970-DÉCADA Rádio Marconi e Gil Gomes	post/vídeo	Outros	Vila Nova Tietê
1972-06-06 A favela chega, com seus problemas	reportagem	O Estado de S. Paulo	Geral
1975-07-30 Fogo na favela: nenhum morto, 300 desabrigados	reportagem	Folha de São Paulo	Vila Nova Tietê
1975-07-31 Entre os desabrigados, 55 crianças	reportagem	Folha de São Paulo	Vila Nova Tietê
1975-08-02 Até quarta-feira, os favelados voltam à Vila Maria	reportagem	Folha de São Paulo	Vila Nova Tietê
1975-08-19 Indenizações para que os favelados deixem Vila Maria	reportagem	Folha de São Paulo	Vila Nova Tietê
1975-12-27 Morte	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1976-01-14 50 famílias já foram despejadas; faltam só 25	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1976-05-09 A amarga conquista de um teto nas cidades	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1976-06-15 3 mortes e trinta barracos queimados na favela Marconi	reportagem	Folha de São Paulo	Vila Nova Tietê
1976-06-25 (A) Incêndio desabriga 14 famílias	reportagem	Folha de São Paulo	Vila Nova Tietê
1976-06-25 (B) Incêndio destrói barracos	reportagem	O Estado de S. Paulo	Vila Nova Tietê
1976-07-18 Vila Maria, a cidade à parte será regional	reportagem	Irmãs vicentinas	Geral
1976-08-01 Parque Novo Mundo espera descobridor	reportagem	Irmãs vicentinas	Geral
1976-08-28 Incêndio desabriga famílias	reportagem	Folha de São Paulo	Vila Nova Tietê
1976-ANO Dorival de Abreu	documento	Outros	Vila Nova Tietê
1977-00-00 Funerária - 100 Anos de Serviço Funerário	documento	Outros	Outras
1977-01-31 Mais um incêndio na favela Marconi	reportagem	Folha de São Paulo	Vila Nova Tietê
1977-02-01 (A) Na favela, o oitavo incêndio	reportagem	O Estado de S. Paulo	Vila Nova Tietê
1977-02-01 (B) Prefeitura reconstruirá os barracos incendiados	reportagem	Folha de São Paulo	Vila Nova Tietê
1977-03-27 Disputa de terra provoca enchente	reportagem	O Estado de S. Paulo	Geral
1977-04-10 As reivindicações só aumentaram	reportagem	Diário Popular, Irmãs vicentinas	Geral
1978-01-06 Propostas para trabalhar na periferia de São Paulo	documento	Irmãs vicentinas	Geral
1978-04-04 Incêndio destrói parte da favela	reportagem	Folha de São Paulo	Vila Nova Tietê
1978-08-06 Prefeitura recuperará a favela	reportagem	Folha de São Paulo	Vila Nova Tietê
1978-08-11 (A) Padronização, a promessa para a favela Marconi	reportagem	Folha de São Paulo	Vila Nova Tietê
1978-08-11 (B) “Transferência de área”	mapa/projeto	Irmãs vicentinas	Vila Nova Tietê
1978-09-28 Grupo de Trabalho do Centro de Assistência Social São Vicente de Paulo na favela do Parque Novo Mundo	documento	Irmãs vicentinas	Vila Nova Tietê
1979-04-18 No Tatuapé, os últimos favelados esperam remoção	reportagem	O Estado de S. Paulo	Vila Nova Tietê
1980 (década) (A) 2ª Assembléia das CEBs da Paróquia de Santa Rita	documento	Irmãs vicentinas	Geral
1980 (década) (B) Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo - Favelas do Parque Novo Mundo - Região Norte - São Pauloao	documento	Irmãs vicentinas	Geral
1980 (década) (C) Comunidade São Vicente de Paulo - Parque Novo Mundo	documento	Irmãs vicentinas	Geral
1980 (década) (D) Mais do que enchentes, gripe e revolução castigaram Vila Maria	reportagem	Irmãs vicentinas	Geral
1980 (década) (E) Maria - A escolhida e a serva	documento	Irmãs vicentinas	Outras
1980 (década) (F) Nós vamos ressuscitar com Jesus Cristo	documento	Irmãs vicentinas	Geral
1980 (década) (G) Programas policiais na década de 1980 - Gil Gomes, Afanázio e outros	reportagem	Internet/rede social	Geral
1980 (década) (H) Projeto da igreja da Cidade Nova	documento	Irmãs vicentinas	Geral
1980 (década) (I) Projeto Parque Novo Mundo	reportagem	Irmãs vicentinas	Geral
1980 (década) (J) Tribunal na TV - Rivadávia Serafim da Silva	reportagem	Internet/rede social	Geral
1980 (década) (K) Revista da União de Moradores Cidade Nova	documento	Irmãs vicentinas	Cidade Nova
1980 (década) (L) Primeiro Encontro - Pastoral de favelas da Região Norte	documento	Irmãs vicentinas	Geral
1980-01-02 Projeto Piloto Pro-morar - Trabalho Social	documento	Irmãs vicentinas	Geral
1980-01-24 São Paulo 426 anos - Convite ao povo	reportagem	Folha de São Paulo	Vila Nova Tietê
1980-01-26 São Paulo faz 426 com missa e inaugurações	reportagem	O Estado de S. Paulo	Vila Nova Tietê
1980-03-30 Favelas crescem 30 por cento ao ano	reportagem	Folha de São Paulo	Geral

Nome	Tipo	Origem	Comunidade
1980-04-28 Trocar as favelas pelas casas da foto abaixo? Os favelados preferem continuar como estão	reportagem	Irmãs vicentinas, Jornal da Tarde	Cidade Nova
1980-05-31 Execução de Obras e Serviços de Pavimentação - Administração Regional de Vila Maria / Vila Guilherme - Tomada de preços	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1980-06-04 Casas-embrião começam a ser vendidas em julho	reportagem	Folha de São Paulo	Cidade Nova
1980-07-13 Prefeitura aposta no Promorar	reportagem	Folha de São Paulo	Cidade Nova
1981 (ano) Coordenador não quer favelados "iludidos"	reportagem	Irmãs vicentinas	Cidade Nova
1981-01-25 Um aniversário sem presentes	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1981-02-10 Projeto de prevenção do abandono de menores	documento	Irmãs vicentinas	Geral
1981-03-06 Integração na V. Maria	reportagem	O Estado de S. Paulo	Outras
1981-03-14 Realizações e obras para 1981	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1981-04-13 Pedido de indenização	processo judicial	Irmãs vicentinas	Cidade Nova
1981-04-22 Na favela Cidade Nova, a união de moradores leva a muitas vitórias	reportagem	Irmãs vicentinas	Cidade Nova
1981-05-14 Projeto não muda a imagem das favelas	reportagem	O Estado de S. Paulo	Geral
1981-08-25 Favelados constroem suas casas	reportagem	Folha de São Paulo, Irmãs vicentinas	Cidade Nova
1981-09-04 Estão expulsando os moradores da favela Marconi. Ilegalmente.	reportagem	Irmãs vicentinas, O Estado de S. Paulo	Vila Nova Tietê
1981-09-11 Derrubada de barracos une os favelados	reportagem	Folha de São Paulo	Vila Nova Tietê
1981-10-14 Morre a favela. Nasce o bairro.	reportagem	Irmãs vicentinas, Jornal da Tarde	Cidade Nova
1981-11-03 Donas-de-casa falam da crise	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1981-11-22 152 casas na V. Maria	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1981-12-06 Deputado detido por "desacato"	reportagem	Folha de São Paulo	Vila Nova Tietê
1982 (ano) Projeto da casa das irmãs vicentinas	documento	Irmãs vicentinas	Geral
1982-01-05 União de Moradores da Vila Nova Tietê - Estatuto	documento	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
1982-01-10 Ata da Assembléia Geral Ordinária da Eleição e Posse da Diretoria da União de Moradores da Vila Nova Tietê - Vila Maria - São Paulo S.P.	documento	Indeterminada	Vila Nova Tietê
1982-03-20 Periferia tem plano cultural	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1982-07 Anotações sobre encontros de discussão da atuação das irmãs vicentinas	documento	Irmãs vicentinas	Geral
1982-08-03 Ação Possessória	processo judicial	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
1982-09-29 Rio tem 309 favelas com 1,8 milhão de habitantes	reportagem	O Estado de S. Paulo	Outras
1982-10-08 Crianças correm perigo na creche	reportagem	Folha de São Paulo	Douglas Rodrigues
1983-03-13 Plano de trabalho - Programa Sercom - União de Moradores da Cidade Nova - Parque Novo Mundo	documento	Irmãs vicentinas	Cidade Nova
1983-12 Plano de pastoral no menor nas favelas do Parque Novo Mundo e Vila Maria - Região Norte	documento	Irmãs vicentinas	Geral
1983-12-09 Homenagem a irmãs vicentinas falecidas	documento	José Miguel Clementino	Geral
1983-12-19 Projeto: Habitação	documento	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
1984 (ano) No drama dos invasores de Vila Maria, entram "grileiros" e outros bichos	reportagem	Irmãs vicentinas	Geral
1984 (ano) Relatório Anual das atividades de 1984	documento	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
1984-02-07 Acórdão	processo judicial	Irmãs vicentinas	Cidade Nova
1984-02-16 (A) Famílias com apoio de 4 religiosas invadem terrenos em São Paulo	reportagem	Irmãs vicentinas	Vila Nova Tietê
1984-02-16 (B) Favelados invadem terreno na zona Norte	reportagem	Irmãs vicentinas	Vila Nova Tietê

Nome	Tipo	Origem	Comunidade
1984-02-16 (C) Continuam as invasões. E a prefeitura?	reportagem	Irmãs vicentinas	Geral
1984-02-16 (D) O povão da Zona Norte invade lixão da Marconi	reportagem	Irmãs vicentinas	Vila Nova Tietê
1984-02-16 (E) Prefeitura busca fórmula contra invasão	reportagem	Irmãs vicentinas	Vila Nova Tietê
1984-02-17 Prefeitura faz acordo com favelados e ajuda na mudança	reportagem	Irmãs vicentinas	Vila Nova Tietê
1984-02-23 (A) Polícia chegou batendo no despejo de favelados	reportagem	Irmãs vicentinas	Vila Nova Tietê
1984-02-23 (B) Altos oficiais PM explicam incidente com a Imprensa	reportagem	Diário Popular, Irmãs vicentinas	Vila Nova Tietê
1984-02-23 (C) Tumulto e violência na favela "Beibinha"	reportagem	Irmãs vicentinas	Vila Nova Tietê
1984-02-23 (D) Tumulto no despejo de invasores	reportagem	Irmãs vicentinas	Vila Nova Tietê
1984-02-23 (E) Polícia, bombas, pânico. Tumulto na Cidade Nova	reportagem	Irmãs vicentinas	Vila Nova Tietê
1984-02-23 (F) Polícia entra em choque com favelados que invadiram área	reportagem	Irmãs vicentinas	Vila Nova Tietê
1984-02-24 (A) Favelados da "Beibinha" e vizinhos ameaçam resistir contra o despejo	reportagem	Irmãs vicentinas	Vila Nova Tietê
1984-02-24 (B) Polícia entra em choque com favelados que invadem área	reportagem	Irmãs vicentinas	Vila Nova Tietê
1984-02-24 (C) Área ocupada ainda sem solução	reportagem	Folha de São Paulo	Vila Nova Tietê
1984-02-24 (D) Parque Novo Mundo: comissão é atendida por secretário	reportagem	Irmãs vicentinas	Vila Nova Tietê
1984-05-14 Mandado de citação	processo judicial	Irmãs vicentinas	Cidade Nova
1984-06 Remoção dos postes de madeira existentes no leito carroçal - Favela Marcone II	documento	José de Arimatéia	Vila Nova Tietê
1984-06-14 Marginais levam a guerra à favela Marconi	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1984-06-16 Disputa provoca sete mortes na favela Marconi	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1984-10-25 Incêndio destrói favela na zona Sul e mata 5 pessoas	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1984-12-03 Certidão	processo judicial	Irmãs vicentinas	Cidade Nova
1984-12-30 Confissão reabre suspeita sobre autoria de chacina	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1985-01-19 Justiça pede prisão dos três "justiceiros"	reportagem	O Estado de S. Paulo	Geral
1985-02-26 Favelados defendem "justiceiros"	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1985-09-01 "Justiceiro" teria recebido ajuda de policiais militares	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1985-09-05 Favelados querem soltar Zé Magrelo	reportagem	O Estado de S. Paulo	Geral
1985-10-20 Sem metodologia, pesquisas de rádios geram descrença	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1985-11-15 Moradores de Vila Maria pedem área de lazer	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1986-06-01 Conte até 5400. Então, alguém terá sido morto	reportagem	O Estado de S. Paulo	Geral
1987 (ano) Inauguração de moradias na Vila São João	documento	Outros	Outras
1987-05-31 'Justiceiros', que eram admirados, agora já são temidos na periferia	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1987-06-09 Grande caçada ao justiceiro	reportagem	O Estado de S. Paulo	Geral
1987-06-23 "Rivinha", o justiceiro está preso no Nordeste	reportagem	O Estado de S. Paulo	Geral
1987-06-27 "Justiceiro" confessa que assassinou 3 homens em SP	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1987-11-07 Avaliação do trabalho pastoral - Comunidades Parque Novo Mundo	documento	Irmãs vicentinas	Geral
1987-11-21 Criação do Centro Social Cidade Nova	documento	Indeterminada	Cidade Nova
1988-02-07 Crime, dinheiro e poder formam a vida dos justiceiros de São Paulo	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1988-04-23 Polícia quer prender grupo de justiceiros da zona norte	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1988-05-18 Aumento de mais 200 cartelas de leite	documento	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
1988-05-26 Remover ou urbanizar favelas cria polêmica entre técnicos e moradores	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1988-05-31 Água de esgoto invade favela na Vila Maria	reportagem	O Estado de S. Paulo	Geral
1989-10-19 Pedido de energia para a rua Paraná	documento	Indeterminada	Cidade Nova

Nome	Tipo	Origem	Comunidade
1990-08-26 Uma noite na Baixada pela rota dos cadáveres	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1991-07-11 'Matador' faz poesia às mães	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1991-12-04 Audiência de conciliação	processo judicial	Irmãs vicentinas	Cidade Nova
1992 (ano) Melhoramentos na gestão Erundina	documento	José de Arimatéia	Geral
1992-10-11 Prisão resume tragédias do 'mundo lá fora'	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1992-10-20 Lei n. 11.266, de 19 de outubro de 1992 - Denomina “Irmã Aninha” a praça localizada junto à rua Arenápolis, no Parque Novo Mundo.	documento	Irmãs vicentinas	Cidade Nova
1993 (ano) (A) As principais realizações da diretoria no período de 15/12/91 a 15/12/93	documento	José de Arimatéia	Cidade Nova
1993 (ano) (B) Recibos de materiais de construção	documento	Irmãs vicentinas	Geral
1993-06-05 Posseiros vão ganhar área de 3660 m2 no Parque Novo Mundo	reportagem	Irmãs vicentinas	Cidade Nova
1993-11-12 Reunião para agendamento de reivindicações com os secretários municipais	documento	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
1994-01-05 Estatuto da Associação Amigos da Vila Nova Curuçá	documento	Indeterminada	Outras
1994-01-31 Polícia cerca favela de SP por 11 horas	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
1994-05-30 Apelação	processo judicial		Cidade Nova
1994-11-07 PM de São Paulo faz blitz em duas favelas	reportagem	O Estado de S. Paulo	Geral
1995-05-20 Funcionários de creches protestam	reportagem	Irmãs vicentinas	Geral
1995-07-19 Cingapura pronto na Nova Tietê	reportagem	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
1995-10-23 Soluções	reportagem	O Estado de S. Paulo	Geral
1995-12-07 Processo 178/91 - Liquidação	processo judicial	Indeterminada	Cidade Nova
1995-12-28 Relatório das atividades referente ao ano de 1995	documento	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
1996-03-18 Ref. Projeto Cingapura Parque Novo Mundo	documento	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
1996-09-04 Leigos malteses visitam comunidades da cidade	reportagem	Irmãs vicentinas	Geral
1996-09-24 Esperjenza ta’ faqar u mizerja	reportagem	Irmãs vicentinas	Geral
1996-10-24 Os anos 1940 - A grande jornada	reportagem	Irmãs vicentinas	Outras
1997-01-01 Kalendarju Missjunarju Agostinjan 1997	documento	Irmãs vicentinas	Outras
1997-08-04 Habitação	reportagem	O Estado de S. Paulo	Geral
1997-09 Leigos Malteses visitam comunidades da cidade	reportagem	Irmãs vicentinas	Geral
1997-09-24 Irmã Elza Barbosa: vida dedicada a Deus e aos irmãos	documento	Irmãs vicentinas	Outras
1999-07-01 Renovação de carteirinhas na Vila Nova Tietê	documento	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
2000 (década) (A) Após 20 anos de luta, esgoto será canalizado	reportagem	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
2000-01-24 União de moradores da Vila Nova Tietê pede recursos a Wadih Mutran	documento	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
2000-04-12 Carta de agradecimento	documento	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
2002-01-17 Ofício n. 0038/AR-MG/GAB/02	documento	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
2002-01-30 Aposentado se perde em favela e é morto	reportagem	Folha de São Paulo	Geral
2002-10-08 Suplente de Havanir quer ser presidente do Brasil	reportagem	O Estado de S. Paulo	Outras
2002-11-26 Governo do Estado informa Vila Nova Tietê sobre pavimentação e esgotos	documento	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
2003 (ano) Praça Irmã Elza - Criação	documento	Irmãs vicentinas	Outras
2003 (ano) Projetos apresentados - vereador Manoel Cruz	documento	Indeterminada	Outras
2003 (ano) Solicitação de tíquetes de leite para a Cidade Nova	documento	José de Arimatéia	Cidade Nova

Nome	Tipo	Origem	Comunidade
2003-01-05 Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Centro Social da Cidade Nova	documento	José de Arimatéia	Cidade Nova
2003-02-03 Requisição de Limpeza de bocas de lobo	documento	José de Arimatéia	Cidade Nova
2003-07-16 Solicitação para uso dos espaços da EMEF Paulo Carneiro	documento	José de Arimatéia	Cidade Nova
2003-12-07 Ata da Assembléia Geral Ordinária - Centro Social da Cidade Nova	documento	José de Arimatéia	Cidade Nova
2004-10-06 Prona fica, pela 1ª vez desde 1996, fora do Legislativo	reportagem	Internet/rede social	Outras
2007-06 30º Aniversário da Cidade Nova	reportagem	Indeterminada	Cidade Nova
2010-05-05 Promotor quer suspender indulto a justiceiro que matou 8	reportagem	Internet/rede social	Geral
2010-05-06 Condenado a 167 anos, ''justiceiro'' de SP ganha indulto	reportagem	O Estado de S. Paulo	Geral
2011 (ano) Vereador Trípoli no seu bairro - Vila Nova Tietê	reportagem	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
2011-05-16 Origem do nome Vila Nova Tietê	documento	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
2011-10-01 Renúncia do diretor da União de Moradores Vila Nova Tietê	documento	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
2012-06 Quadra poliesportiva da Vila Nova Tietê	mapa/projeto	José Miguel Clementino	Vila Nova Tietê
2013-06-22 Protestos acabam com PM e criança baleados	reportagem	O Estado de S. Paulo	Outras
2013-07-10 Luta por um CEU no Parque Novo Mundo - Zona Norte - São Paulo	reportagem	Internet/rede social	Geral
2013-08-30 Primeiros dias da Ocupação Douglas Rodrigues	post/vídeo	Miarcas	Douglas Rodrigues
2013-09-02 Centenas de famílias invadem terreno particular na Vila Maria	reportagem	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2013-10-18 Mãe de jovem morto em SP diz que ele perguntou por que PM atirou	reportagem	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2013-11-02 Caminhada em Memória de Douglas Rodrigues	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2013-12-06 Justiça absolve PM que matou Douglas, da frase 'por que o senhor atirou em mim'?	reportagem	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2013-12-12 Emenda para construção do CEU Novo Mundo	documento	José Miguel Clementino	Geral
2014-03-20 Reunião com o Secretário de Relações Institucionais da PMSP	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2014-03-30 Primeira reunião constitutiva da diretoria da ODR	data	Indeterminada	Douglas Rodrigues
2014-06-08 Mudança do Serviço Funerário do Parque Novo Mundo	reportagem	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2014-06-26 Polícia covarde de Alckmin agride advogado Dr. Benedito Barbosa do MILHVM	boletim	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2014-07-06 Batismo da ocupação com o nome de Douglas Rodrigues	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2014-07-06 Misa Boito do diretório do PT/SP e apoiadora do movimento, fala no Ato de nomeação da Ocupação: Ocupação Douglas rodrigues	reportagem	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2014-08-07 Reunião no Ministério das Cidades	data	Indeterminada	Douglas Rodrigues
2014-09-30 Apelo público ao prefeito Fernando Haddad	boletim	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2014-10-22 Centro Gaspar Garcia discute mapeamento da ODR, na Vila Maria	post/vídeo	Centro Gaspar Garcia	Douglas Rodrigues
2014-10-30 (A) Ato em frente a Prefeitura de São Paulo	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2014-10-30 (B) Sem-teto se unem a ato de professores e fecham vias no centro de SP	reportagem	Folha de São Paulo	Douglas Rodrigues
2014-10-30 (C) Moradores de ocupação protestam em frente à Prefeitura de São Paulo	reportagem	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2014-10-30 (D) Sem-teto e professores interditam vias do Centro	reportagem	Outros	Douglas Rodrigues
2014-11-04 Testemunho Rivadavia Serafim da Silva	post/vídeo	Internet/rede social	Geral
2014-11-26 Ocupação Douglas Rodrigues consegue adiar reintegração de posse	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues

Nome	Tipo	Origem	Comunidade
2014-12-02 (A) Reintegração de posse da ODR, na Vila Maria, é suspensa	post/vídeo	Centro Gaspar Garcia	Douglas Rodrigues
2014-12-02 (B) Suspensão da reintegração de posse	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-02-13 Carta pública ao secretário de segurança pública de São Paulo Dr. Alexandre de Moraes	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-02-18 Bispo da Zona Norte de São Paulo, Dom Sérgio de Deus Borges, visita ocupação Douglas Rodrigues	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-02-19 Secretário de relações institucionais da prefeitura de São Paulo, Alexandre Padilha, recebe em audiência coordenação da ocupação Douglas Rodrigues	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-03-27 Reunião com Haddad - caneta de presente	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-04-09 FOTOS Ocupação antes do incêndio	post/vídeo	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2015-04-12 FOTO Antigo "atendimento" com Dito e Ollitta falando	post/vídeo	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2015-05-01 Manifestação em defesa dos Direitos, da Democracia, da Petrobrás e da Reforma Política. Participamos do vitorioso 1 de Maio no Vale do Anhangabaú. Em Defesa dos Direitos, da Democracia, da Petrobrás e da Reforma Política.	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-05-19 A Reintegração de posse da área utilizada pela Ocupação Douglas Rodrigues foi permitida pela justiça no último dia 13 de maio	boletim, post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-05-19 Convocação para o ato público em solidariedade à Ocupação Douglas Rodrigues	boletim, post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-05-23 Ato em solidariedade à Ocupação Douglas Rodrigues	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-05-23 O êxito do ato em solidariedade à ocupação Douglas Rodrigues, na Vila Maria	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-05-29 Dia Nacional de Paralisações	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-06-02 No Dia Nacional de Luta Movimento bloqueia todas as pistas da Marginal Tietê por uma hora!	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-06-16 12 perguntas para os Senhores Juizes e Desembargadores da Justiça Paulista responderem	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-06-20 Moradores da ocupação Douglas Rodrigues realizam manifestação para que o prefeito Fernando Haddad (PT) assine o decreto de Interesse Social da área que abriga a ocupação	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-06-26 Comemoração do Decreto de Interesse Social	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-07-29 Protesto da ODR em frente ao Forum do Tatuapé	documento	Indeterminada	Douglas Rodrigues
2015-08-14 Comunicados e pedidos	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-08-18 Haddad (PT) assinou o Decreto de Interesse Social da Ocupação Douglas Rodrigues	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-08-28 Moção de Apoio a Ocupação Douglas Rodrigues pela CUT	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-09-02 Carta ao Ilmo. Senhor Secretário de Segurança Pública de São Paulo Dr. Alexandre de Moraes	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-09-02 Sob risco de despejo de 8 mil pessoas em terreno na Marginal Tietê, Centro Gaspar Garcia e Defensoria Pública pedem que caso de reintegração de posse na Vila Maria seja transferido à Justiça Federal	reportagem	Centro Gaspar Garcia	Douglas Rodrigues
2015-09-03 Reintegração de posse em terreno na Vila Maria é suspensa e caso é deslocado ao Gaorp	post/vídeo	Centro Gaspar Garcia	Douglas Rodrigues
2015-09-03 Sete mil pessoas temem reintegração de posse na zona norte de SP	reportagem	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2015-09-04 Manifestação das famílias da ocupação Douglas Rodrigues contra a reintegração de posse	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2015-09-16 MC João - Baile de Favela (KondZilla)	post/vídeo	Internet/rede social	Geral
2015-10-11 Notícia para prestar contas ocorre em tom de intimidação	reportagem	Folha de São Paulo	Douglas Rodrigues
2016-01-19-A Ocupação Douglas Rodrigues ocupa Marginal	reportagem	Internet/rede social	Douglas Rodrigues

Nome	Tipo	Origem	Comunidade
2016-01-19-B Protesto contra corte de energia bloqueia a Marginal Tietê no sentido Castelo Branco	reportagem	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2016-04-25 Ocupação Douglas Rodrigues - mapeamento como resistência	post/vídeo	Observatório de Remoções	Douglas Rodrigues
2016-05-01 Encontro com Dilma	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2016-05-10 Protesto e repressão na Marginal durante paralisações contra o golpe	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2016-06-07 Mutirão de mapeamento na Ocupação Douglas Rodrigues	post/vídeo	Observatório de Remoções	Douglas Rodrigues
2016-07-18 (A) Incêndio na comunidade Dom Vital na Zona Norte de SP	post/vídeo	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2016-07-18 (B) Incêndio na Ocupação Douglas Rodrigues	post/vídeo	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2016-07-18 (C) Morre segunda vítima do incêndio em favela na Zona Norte de SP	reportagem	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2016-07-18 (D) Nota pública	post/vídeo	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2016-07-18 (E) Campanha de solidariedade à ocupação Douglas Rodrigues	post/vídeo	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2016-07-27 Menores se prostituem nos arredores do Terminal de Cargas Fernão Dias, em São Paulo	reportagem	Outros	Outras
2016-07-28 O drama das famílias e o descaso do poder público com a prostituição infantil em São Paulo	reportagem	Outros	Outras
2016-09-22 Projeto Elias - Notícia sobre saída de moradores de rua	reportagem	Internet/rede social	Geral
2017-02-16 Alckmin cria multa de R$ 1.000 por som alto em carros parados nas ruas	reportagem	Folha de São Paulo	Outras
2017-03-20 Justiça determina que Eletropaulo faça instalação de rede elétrica na ODR	boletim, post/vídeo	Centro Gaspar Garcia	Douglas Rodrigues
2017-04-27 Doria suspende 37 obras em 28 bairros da periferia de SP por falta de dinheiro	reportagem	Internet/rede social	Outras
2017-06-02 Primeira reunião da ocupação Douglas Rodrigues com governo Temer	data	Indeterminada	Douglas Rodrigues
2017-07-08 Tucano prorroga suspensão de construção de oito CEUs	reportagem	Internet/rede social	Outras
2017-07-18 Grupo de trabalho visa frear reintegração de posse de 2500 famílias na Vila Maria e procura solução habitacional	post/vídeo	Centro Gaspar Garcia	Douglas Rodrigues
2017-09-29 Adotada importante resolução em audiência oficial sobre a ocupação Douglas Rodrigues	post/vídeo	Centro Gaspar Garcia	Douglas Rodrigues
2017-12-12 Doria muda destino de 2,1 bi de CEUs, Leve Leite e outros programas	reportagem	Internet/rede social	Geral
2018-02-15 Tribunal de Justiça de São Paulo ignora decisões da Justiça Federal e coloca em risco a vida de milhares de crianças, mulheres e homens da ocupação Douglas Rodrigues	boletim	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2018-02-21 Ao menos 5.500 famílias foram removidas só em 2017	reportagem	Observatório de Remoções	Douglas Rodrigues
2018-03-07 Notícia sobre reforma de calçada	reportagem	Internet/rede social	Outras
2018-03-13 Protesto do Vopo e crianças da ocupação	post/vídeo	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2018-03-13 Registro de invasão da polícia na ocupação Douglas Rodrigues	post/vídeo	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2018-03-23 Em São Paulo, 5.500 famílias ficam sem casa	reportagem	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2018-04-05 Reunião com Ministro Marun	data	Indeterminada	Douglas Rodrigues
2018-05-10 Participação da ocupação Douglas Rodrigues na manifestação dos movimentos de moradia por Lula Livre	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2018-05-11 Incêndio não noticiado na ocupação Douglas Rodrigues	post/vídeo	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2018-09-06 Coletivo AMOR – Arte, Movimento e Rebeldia na EMEF Marechal Rondon	reportagem	Internet/rede social	Outras
2019-08 Obras de esgoto na ocupação Douglas Rodrigues	outro	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2019-12-03 SP tem lei que controla bailes funk; eventos com 250 pessoas precisam de autorização	reportagem	O Estado de S. Paulo	Outras
2020-01-12 PCC adota tática de milícias do Rio e avança sobre invasões de imóveis em SP	reportagem	Folha de São Paulo	Outras

Nome	Tipo	Origem	Comunidade
2020-02-25 Vídeo contra reintegração de posse	post/vídeo	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2020-02-26 Ocupação Douglas Rodrigues corre risco de despejo	reportagem	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2020-03-03 Apelo a vereadores - ocupação Douglas Rodrigues	documento	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2020-07-13 Comunicado aos moradores da ODR sobre barulho dos bares	boletim, documento	Ocupação Douglas Rodrigues	Douglas Rodrigues
2021-06-14 Moradores aguardam há 5 anos por promessa de revitalização no entorno do CEU Parque Novo Mundo	reportagem	Outros	Geral
2021-07-17 "Gatos" se multiplicam onde não tem luz	reportagem	Internet/rede social	Douglas Rodrigues
2022-05-13 Agora é oficial: terreno ocupado há 9 anos no Parque Novo Mundo é dos moradores	reportagem	Outros	Douglas Rodrigues
2022-08-02 Decreto n. 61.641 (DUP do terreno da ocupação Douglas Rodrigues)	documento	Outros	Douglas Rodrigues

Referências bibliográficas

ABRAMO, Pedro (ed.). **Favela e mercado informal - a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras.** Porto Alegre: ANTAC, 2009.

APPADURAI, Arjun. Housing and hope: the future as cultural fact. **Places Journal**, março de 2013. Disponível em: <https://placesjournal.org/article/housing-and-hope/#0>. Acesso em 23 abr. 2018.

AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de. **A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo.** 2015. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP.

AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de. Cotidiano e política da luta por moradia no centro de São Paulo. **Revista Antropolítica**, n. 36, p. 149-178, Niterói, 1º sem. 2014.

ARAÚJO, Rosenauma Santos de. **O lugar em que habito: uma reflexão sobre relações de vizinhança e território para se pensar o direito à moradia digna e as políticas de habitação.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Paulista.

AUYERO, Javier. "'From the client's point(s) of view': How the people perceive and evaluate political clientelism." **Theory and Society**, 28: 297-334 (1999).

AVRITZER, Leonardo. Um paradigma para os movimentos sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v. 12, n.35, 1997.

BALTRUSIS, Nelson. **Mercado imobiliário informal em favelas e o processo de estruturação da cidade: um estudo sobre a comercialização de imóveis em favelas na Região Metropolitana de São Paulo.** 2005b. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

BENJAMIN, Solomon. Occupancy Urbanism: Radicalizing Politics and Economy beyond Policy and Programs: Debates and Developments. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 32, n. 3, p. 719–729, 2008.

BEY, Hakim. **TAZ: zona autônoma temporária.** São Paulo: Veneta, 2021.

BIONDI, Karina. **Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC.** São Paulo, Terceiro Nome, 2018.

BLANK, Gilda. Brás de Pina: experiência de urbanização de favela. **Habitação em questão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 93-124.

CACHADO, Rita Ávila. **Uma etnografia na cidade alargada. Hindus da Quinta da Vitória em processo de realojamento.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

CADENA, Marisol de la. **Earth beings: ecologies of practice across andean worlds.** Durham and London: Duke University Press. 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A Política dos Outros: o Cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. O rap e a cidade: reconfigurando a desigualdade em São Paulo. KOWARICK, Lúcio e MARQUES, Eduardo (orgs.). **São Paulo: novos percursos e atores - sociedade, cultura e política.** , São Paulo: 34; CEM, 2011.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. Environment and Planning. **Society and Space** 35(1), 2017.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Mudanças recentes nas periferias de São Paulo.** Palestra na Unifesp. Disponível em: <https://www.facebook.com/dafamarquitetura/videos/2051645885155450/>. Acesso em: 17 jul. 2018.

CAMARGO, Procópio Ferreira de (et al.). **São Paulo 1975: crescimento e pobreza.** São Paulo: Edições Loyola, 1976.

CARBONE, Silvia Maria. **Justiceiros: agentes e vítimas da violência?** Ponto e vírgula, 3: 170-187, 2008.

CATALANI, Felipe. A decisão fascista e o mito da regressão: o Brasil à luz do mundo e vice-versa. **Blog da Boitempo**, v. 23, 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/07/23/a-decisao-fascista-e-o-mito-da-regressao-o-brasil-a-luz-do-mundo-e-vice-versa/>. Acesso em: 29/jul/2019.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua.** Vol. 4. Rio de janeiro: Guanabara KOOGAN, 1991.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its margins - comparative ethnographies. **Anthropology in the margins of the state.** Oxford, Oxford University Press, 2004.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2011 [2009].

DOIMO, A. M. **A vez e a voz popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos Sociais: a construção da cidadania. **Novos Estudos**, n. 10, out. 1984.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders - Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EVERS, Tilman. Identidade: a nova face dos movimentos sociais. **Novos Estudos**, ed. 8, vol. 1, n. 4, abril/1984.

FELTRAN, Gabriel S. (2005). **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo.** São Paulo: Humanitas, 2005.

FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo.** São Paulo: Editora da UNESP; CEM; CEBRAP, 2011a.

FELTRAN, Gabriel S. Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo. KOWARICK, Lúcio e MARQUES, Eduardo (orgs.). **São Paulo: novos percursos e atores - sociedade, cultura e política.** , São Paulo: 34; CEM, 2011b.

FREHSE, Fraya. A rua no Brasil em questão (etnográfica). **Anuário Antropológico/ 2012-II**, 2013, p. 99-129.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A Força da periferia.** Petrópolis: Vozes, 1985.

GRAEBER, David. Radical alterity is just another way of saying "reality" a reply to Eduardo Viveiros de Castro. **HAU: journal of ethnographic theory**, v. 5, n. 2, p. 1-41, 2015.

GRAEBER, David. **Um projeto de democracia: uma história, uma crise, um movimento.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2016.

GUERREIRO, Isadora de A.; SANTOS Renato A. Ocupações de moradia no centro de São Paulo: trajetórias, formas de apropriação e produção populares do espaço – e sua criminalização. Moreira, Fernanda A.; Rolnik, Raquel; Santoro, Paula F. (orgs.) **Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares - observatório de remoções - relatório bianual 2019-2020.** São Paulo: Raquel Rolnik, 2020.

HAGE, Ghassan. **Alter-Politics Critical Anthropology and the Radical Imagination.** Melbourne: Melbourne University Press. 2015.

HARAWAY, Donna J. Manifesto Ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. HARAWAY, Donna J., KUNZRU, Hari, TADEU, Tomaz. **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano.** Belo Horizonte: Autêntica. 2009 [1984].

HARAWAY, Donna. **Staying with the trouble: making kin in the chthulucene.** Durham and London: Duke University Press, 2016.

HENARE, Amiria, HOLBRAAD, Martin, WASTEL, Sari (eds.). **Thinking through things: theorizing artefacts ethnographically.** London e New York: Routledge, 2007.

HERZFELD, Michael. The Masons of Djenne. **AFRICA**, 80, no. 3: 506-507, 2010.

HEYWOOD, Paolo. Equivocal locations: being 'red' in 'Red Bologna'. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 21, n. 4, p. 855-871, 2015.

HOLBRAAD, Martin; PEDERSEN, Morten A. **The Ontological Turn - An Anthropological Exposition.** Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013 [2007].

INGOLD, Tim (Org.). 1996. **Key debates in Anthropology.** Nova York: Routledge.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.** São Paulo: Editora 34, 2009.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Rio de Janeiro: Ed. 34. 1994 [1991].

LATOUR, Bruno; HERMANT, Emilie. **Paris: invisible city.** Paris: Bruno Latour, 2006. Disponível em: http://www.bruno-latour.fr/node/95. Acesso em: 6 maio 2021.

LATOUR, Bruno. **Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno.** Revista de Antropologia, v. 57, n.1, São Paulo, USP, 2014.

LINDELL, Ilda; AMPAIRE, Christine. The Untamed Politics of Urban Informality: "Gray Space" and Struggles for Recognition in an African City. **Theoretical Inquiries in Law**, v. 17, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/til-2016-0010/html>. Acesso em: 24 nov. 2022.

LOW, Setha M.; LAWRENCE-ZÚÑIGA, Denise (eds.). **The Anthropology of Space and Place: Locating culture.** Molden, Oxford, Carlton: Blackwell Publishing Ltd. 2003.

MADISON, D. Soyini. **Critical Ethnography: method, ethics and performance.** Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington DC: Sage. 2012.

MAGNANI, José Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, São Paulo, jun. 2002.

MARCHAND, Trevor H. J. **The Masons of Djenné.** Bloomington, IN: Indiana University Press. 2009.

MILLER, Daniel. **The comfort of things.** Polity, 2008.

MORAES, Alana. **Experimentações baldias & paixões de retomada: vida e luta na cidade-acampamento.** 2020. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NISIDA, Vitor Coelho. **Desafios da regulação urbanística no território das favelas.** 2017. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

NOVAES, Sylvia Caiuby. Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. **MANA**, v. 14, n. 2, p. 455–475, 2008.

OLIVEIRA, Elvira de. **Luiza Erundina - uma graúna no Ibirapuera.** São Paulo: Busca Vida, 1988.

ONG, Aihwa; ROY, Ananya (ed.) **Worlding cities: Asian experiments and the art of being global.** Chichester: Wiley-Blackwell, 2011.

PATERNIANI, Stella Zagatto. **Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência.** 2013. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas.

PATERNIANI, Stella Zagatto. **São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia.** 2019. Tese de doutorado. Universidade de Brasília.

PAULA, Maria Lúcia S. Correira de. **A favela Marconi: Construindo uma categoria histórica**. 1990. Dissertação de Mestrado. PUC-SP

PEDROSIAN, Eduardo Álvarez. **Casavalle bajo el sol. Investigación etnográfica sobre territorialidad, identidad y memoria en la periferia urbana de principios de milenio.** Montevideo: Universidad de la Republica. 2012.

POLLETTA, Francesca. "It was like a fever..." - Narrative and identity in social protest. **Social Problems**, vol. 45, n. 2, maio/1998.

RAMOS, Conrado; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Espaço e subjetividade - Formação e intervenção em psicologia comunitária. **Psicologia e Sociedade**, 20 (2), 174-180, 2008.

RIZEK, Cibele Saliba; BARROS, Joana da Silva. Mutirões auto-geridos: construindo e desconstruindo sociabilidades. FRUGOLI Jr. Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Fernanda Arêas. **As Cidades e seus agentes: práticas e representações.** Belo Horizonte: PUC Minas / Edusp. 2006.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel; LEITÃO, Karina; COMARU, Francisco; LINS, Regina Dulce (orgs.) **Observatório de Remoções 2015-2017: relatório final de projeto.** São Paulo: FAU USP, 2017.

ROSTAGNOL, S. Representaciones y prácticas sobre sexualidad y métodos anticonceptivos. Hombres de sectores pobres urbanos. Romero Gorski, S. (comp.) **Anuario de Antropología Social y Cultural en Uruguay 2002-2003**, FHCE, Udelar-Nordan, Montevideo, p. 39-55, 2003.

RUI, Taniele. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção.** São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. **Heliópolis: percurso de uma invasão.** 1991. Tese de livre docência. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana. SILVA, Luís Octávio da (Org.). **Espaço & debates**, v. 37. São Paulo, NERU, 1994.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SÃO PAULO (cidade), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU. **Território CEU: rede de equipamentos e espaços públicos**, São Paulo, SMDU, 2016a.

SÃO PAULO (cidade), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU. **Plano Municipal de Habitação de São Paulo. Caderno para discussão pública.** Junho de 2016. 2016b.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia.** São Paulo: Unesp, 2017 (1942).

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Ernandez. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. **Dados**, v. 51, p. 107-142, 2008.

SIMONE, AbdouMaliq. People as Infrastructure: Intersecting Fragments in Johannesburg. **Public Culture**, p. 23, 2004.

SMOLKA, Martin. Regularização da ocupação do solo urbano: a solução que é parte do problema, o problema que é parte da solução. ABRAMO, Pedro (org.). **A cidade da informalidade. O desafio das cidades latino-americanas.** Rio de Janeiro: Sette Letras, FAPERJ, Lincoln Institute of Land Policy, 2003.

SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. Velhas categorias, novas gramáticas de militância na favela: ocupar em tempos de "pacificação". COMERFORD, John; BEZERRA, Marcos Otavio; PALMEIRA, Moacir. **Questões e dimensões da política: anais do Encontro dos 20 anos do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP)**, p. 93-110. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017.

SPIRA, Vinícius. **Desafios do acolhimento: espaço, política e pedagogia nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) de São Paulo.** São Paulo: Humanitas, 2017.

SPIRA, Vinícius. Dinâmicas políticas e espaciais em contextos de incerteza e desmobilização. PEIXOTO, Fernanda Arêas [et. al.]. **Artes saberes antropologias.** Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr/2018 [2007]

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes - resistir à barbárie que se aproxima.** São Paulo: Cosac Naify. 2015 [2009].

STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Philippe. **Capitalist sorcery: breaking the spell.** Paris: Palgrave, 2011.

STRATHERN, Marilyn. Os limites da autoantropologia. **O efeito etnográfico e outros ensaios**, p. 133-157, 2014 [1987].

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia.** Campinas: Editora da Unicamp, 2006 [1988].

STRATHERN, Marilyn. **Partial Connections.** Walnut Creek, CA: AltaMira Press. 2004 [1991].

TASCHNER, Suzana Pasternak. Favelas em São Paulo - censos, consensos e contrasensos. **Cadernos Metrópole**, n.5, p.9-27, 2001.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião pública**, v. 18, n. 2, p. 399-426, 2012.

TAVARES, Paulo. Rádio-práticas e a ocupação do espectro urbano. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 1, p. 50-55, 2010.

TEIXEIRA, Maria Aparecida Cristina. **Subsídios a uma análise histórica do setor de desenvolvimento de comunidade no órgão público municipal de bem estar social da prefeitura de São Paulo.** 1983. Dissertação de mestrado. PUC-SP.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal.** Belo Horizonte: Fino Traço. 2010.

TSING, Anna Lowenhaupt. **The Mushroom at the End of the World. On the Possibility of Life in Capitalist Ruins.** Princeton: Princeton University Press, 2015.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno.** Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa. Análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela - do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. And. **Manchester Papers in Social Anthropology**, 7, Manchester: Manchester University Press. 2003.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; DANOWSKI, Déborah. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins.** Florianópolis: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A revolução faz o tempo. **Colóquio Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra.** Rio de Janeiro: Departamento de Filosofia da PUC-Rio; PPGAS do Museu Nacional – UFRJ. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CjbU1jO6rmE>. Acesso em: 23/mai/2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais: Elementos para uma antropologia pós-estrutural.** São Paulo: Cosac Naify, 2015.

YANEVA, Albena. **Mapping Controversies in Architecture.** Farnham: Ashgate, 2012.

YANEVA, Albena. **The Making of a Building: A Pragmatist Approach to Architecture.** Oxford, Berlin, New York: Peter Lang, 2009.

YIFTACHEL, Oren. Theoretical Notes On `Gray Cities': the Coming of Urban Apartheid? **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 88–100, 2009.

WAGNER, Roy. **A invenção da Cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2010 [1975].

WILSON, James Q.; KELLING, George L. Broken windows. **Atlantic monthly**, 249.3 (1982): 29-38.

ZOLA, Jordana Alca Barbosa. **Várzea do Tietê: projeto e urbanização marginal.** 2018. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

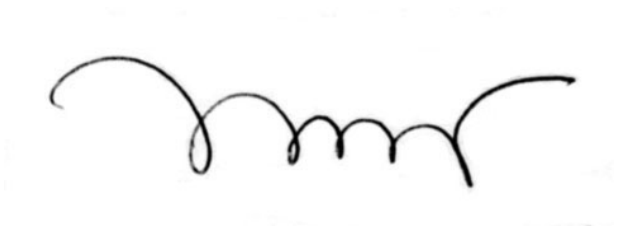
ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Vinícius Spira

Data da defesa: 21/09/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Fernanda Arêas Peixoto

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 17 janeiro de 2023